



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 115ª À 119ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
ATAS DA 6ª À 12ª REUNIÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

VOL. 26 Nº 28

16 DE OUT. A 31 OUT.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS

BRASÍLIA – BRASIL
2002

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág		Pág.
CAE			
Solicitação de audiência à Comissão de Assuntos Econômicos para debater a crise na empresa de aviação Varig. Sen. Roberto Saturnino.....	236	Importância da visita ao Congresso Nacional do candidato eleito à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Defesas da execução das ações judiciais federais ganhas pela União e ainda não pagas em virtude da falta de aparelhamento e morosidade da Justiça. Sen. Ney Suassuna...	41
CNE		FEBRE AFTOSA	
Importância do Conselho Nacional do Esporte (CNE) para o desenvolvimento do esporte. Sen. Valmir Amaral.....	46	Classificação do Estado de Rondônia como área livre de risco de contaminação pela febre aftosa. Sen. Moreira Mendes.....	239
DENDÊ		HOMENAGEM	
Necessidade do aproveitamento comercial e ecológico do dendê. Sen. Luiz Otávio	48	Considerações sobre o centenário do nascimento do escritor Carlos Drummond de Andrade e da importância do poeta para a literatura brasileira. Sen. Lúcio Alcântara.....	82
DETRAN		Considerações sobre diversos momentos da vida do escritor Carlos Drummond de Andrade. Sen. Tião Viana.....	86
Posicionamento contrário à utilização da fiscalização eletrônica da velocidade no trânsito meramente como instrumento de arrecadação, em detrimento dos aspectos educativos. Sen. Mauro Miranda	57	Lembrança do momento que, por intermédio do escritor Josué Montello, esteve com o poeta Carlos Drummond de Andrade. Sen. José Sarney.....	99
ELEIÇÃO		Considerações sobre a vida do poeta Carlos Drummond de Andrade e sua obra literária. Sen. Francelino Pereira.....	100
Reflexão sobre as eleições e o amadurecimento político do Brasil. Sen. Mauro Miranda	20	Encerramento da homenagem prestada a Carlos Drummond de Andrade. Sen. Edison Lobão	102
Esperança do povo brasileiro com a vitória do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Satisfação pela priorização da área social e do combate à fome, conforme anunciado pelo novo Governo. Sen. Emilia Fernandes	43	Homenagem ao centenário do nascimento do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade. Sen. José Alencar..	84
Agradecimento aos partidos coligados que possibilitaram a eleição do Sr. Luiz Henrique da Silveira ao Governo do Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner.....	58	Homenagem pelo transcurso do Dia do Médico, em 18 de outubro. Sen. Valmir Amaral	248
Aspectos positivos da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Sen. Lúdio Coelho.	61	IMPrensa	
Considerações sobre o papel do PMDB nas eleições estaduais e presidencial. Sen. Roberto Requião.....	240	Transcrição de artigo publicado no domingo último, no jornal A Crítica , de Manaus, intitulado "De alma lavada!", sobre a reeleição de S. Ex ^a ao Senado Federal. Sen. Jefferson Péres.....	4
Análise do resultado das eleições no País. Agradecimento ao povo do Acre pela sua reeleição e balanço do seu primeiro mandato no Senado Federal. Registro do crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional. Sen. Marina Silva.....	245	MANIFESTAÇÃO	
		Congratulações ao Senador Lúdio Coelho pela manifestação de apoio ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Sen. Romeu Tuma.....	62

MEDIDA PROVISÓRIA

Posicionamento contrário à Medida Provisória nº 57, de 2002, editada em 7 de agosto último, que autoriza a federalização da CELG – Companhia Energética de Goiás, e posteriormente sua inclusão no PND – Programa Nacional de Desestatização. Sen. Mauro Miranda.....

Satisfação diante da edição, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, da medida provisória que renegocia a dívida dos agricultores. Sen. Renan Calheiros..

MENSAGEM

Mensagem nº 223, de 2002-CN (nº 807/02, na origem), de 23 de setembro último, informando que a Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002, foi retificada no **Diário Oficial** da União do dia 20 de setembro de 2002, com exceção de alteração descrita na Nota Técnica nº 7, de 12 de agosto de 2002, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Mensagem nº 224, de 2002-CN (nº 885/02, na origem), de 21 do corrente, solicitando a retirada da tramitação, para reexame, da Mensagem nº 807, de 23 de setembro de 2002, referente à retificação da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

Mensagem nº 298, de 2002 (nº 922/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Boliviana na da Venezuela.

Mensagem nº 299, de 2002 (nº 923/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Mensagem nº 300, de 2002 (nº 924/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

Mensagem nº 301, de 2002 (nº 925/2002, na origem), de 29 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Kywal de Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Mensagem nº 215, de 2002-CN (nº 854/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único

8

250

9

10

102

109

115

122

do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 1º de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor global de R\$9.554.300,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes”.

Mensagem nº 216, de 2002-CN (nº 855/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 1º de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$12.167.383,00 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais), em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente”.

Mensagem nº 217, de 2002-CN (nº 856/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 1º de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$63.019.257,00 (sessenta e três milhões, dezenove mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente”.

Mensagem nº 218, de 2002-CN (nº 860/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$17.811.200,00 (dezesete milhões, oitocentos onze mil, duzentos reais), para reforço de dotações onsignadas no orçamento vigente”.

Mensagem nº 219, de 2002-CN (nº 870/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 9 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$15.475.809,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e nove reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Mensagem nº 220, de 2002-CN (nº 874/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 11 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$560.529.161,00 (quinhentos e sessenta milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e um reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Mensagem nº 221, de 2002-CN (nº 875/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único

249

294

294

294

295

294

	Pág.		Pág.
do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 11 de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$251.335.446,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.	295	Ofícios nºs 315 a 318, 320 e 321/2002, de 27 de agosto último, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 58, 59, 61, 62, 63 e 64, de 2002, respectivamente.	65
Mensagem nº 222, de 2002-CN (nº 876/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 11 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$19.185.985,00 (dezenove milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”.	295	Ofícios nºs 315 a 318, 320 e 321/2002, de 27 de agosto último, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 58, 59, 61, 62, 63 e 64, de 2002, respectivamente.	66
Mensagem nº 297, de 2002 (nº 888/2002, na origem), de 23 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Osmar Vladimír Chohfi, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.	391	Ofício nº 195/2002, de 29 do corrente, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 38, de 2002.	66
MINC		Ofício nº 154/2002, de 30 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.	67
Considerações sobre o Programa Uma Biblioteca em Cada Município, do Ministério da Cultura, e sobre o programa Literatura em Minha Casa, do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Sen. Lúcio Alcântara	47	Ofício nº 29/2002, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco PDT/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.	67
MTR		Ofício nº 475/2002, de 30 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação da Deputada Zila Bezerra para integrar, como suplente, a referida Comissão.	67
Reivindicação de programas do Ministério dos Transportes destinados à recuperação da malha viária do Estado do Mato Grosso do Sul. Sen. Juvêncio da Fonseca	237	Ofícios nºs 473 e 474/2002, de 30 do corrente, da Vice-Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.	67
OFÍCIO		Ofício S/nº, de 30 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 75, de 2002.	67
Ofício nº 1.074/02, de 7 do corrente, informando providências adotadas no âmbito daquele órgão, relativamente à denúncia protocolada perante a CPI do Judiciário (Anexado ao Requerimento nº 118, de 1999).	4	Ofício nº 38, de 2002, de 4 de junho último, comunicando a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, que tramita em conjunto; em reunião realizada naquela data.	156
Ofício nº 1.036/2002, de 29 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 39, de 2002.	29	Ofício nº 117, de 2002, de 29 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro para as Comissões Permanentes. Designação do Senador Bello Parga para integrar, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e como suplente, as Comissões de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle.	160
Ofícios nºs 503, 506, 507 e 534/2002, de 9 e 22 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 42, 52, 61 e 69, de 2002, respectivamente.	29		
Ofício nº 895/2002, de 29 de corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	30		

	Pág.		Pág.
Ofício nº 328/2002, de 30 do corrente, solicitando a alteração dos prazos de apresentação de emendas, assim como também de publicação e distribuição dos avulsos das mesmas, referentes à Proposta Orçamentária para 2003 (Projeto de Lei nº 60, de 2002-CN).....	160	OMS	4
Ofícios nºs 370, 504, 529, 530, 532, 533, 535, 536, 538, 539, de 2002, de 6 e 9 do corrente, da Liderança do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 57, 46, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 62 e 63 de 2002, respectivamente.....	161	Reflexões sobre o transcurso, em outubro, do “Dia Mundial da Saúde Mental”, instituído pela Organização Mundial da Saúde. Sen. Lúcio Alcântara	75
Ofício nº 1.039, de 2002, de 30 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	162	PARECER	
Ofício nº 119, de 2002, de 29 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 74, de 2002.....	162	Parecer nº 976, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001). Sen. Francelino Pereira	152
Ofício S/nº, de 31 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nº 76 e 77, de 2002, respectivamente.	162	Parecer nº 977, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001). Sen. Maguito Vilela	152
Ofício nº 461/2002, de 10 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 69, de 2002.....	250	Parecer nº 979, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Sen. Edson Lobão	233
Ofício nº 890/2002, de 16 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 70, de 2002.	250	Parecer nº 980, de 2002, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 463, de 2002, respectivamente, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando informações a Ministros de Estado. Sen. Carlos Wilson	234
Ofício nº 892/2002, de 17 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 73, de 2002.	295		
Ofício nºs 1.025, 1.027, 1.029 e 1.031, de 2002, de 24 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	389		
Ofício nºs 138 a 140 e s/nº, de 2002, de 22 e 25 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 56, 2.193-6, 2.215-10 e 73, de 2002, respectivamente. .	389		
Ofício nº 1.439/02, de 15 do corrente, comunicando que expirou em 10 de outubro de 2002 o prazo de vigência da Medida Provisória nº 38, de 2002, sem ter sido sua apreciação concluída naquela Casa.	1		
Ofício nº 114/02, de 15 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 71, de 2002.	3		
Ofício nº 115/02, de 15 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	3		
Ofício nº 65/02, de 16 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de mem-			

Parecer nº 981, de 2002, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 488, de 2002, respectivamente, de autoria do Senador Bello Parga, solicitando informações a Ministros de Estado. Sen. Carlos Wilson	235
Parecer nº 982, de 2002, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 491, de 2002, respectivamente, de autoria do Senador Valmir Amaral, solicitando informações a Ministros de Estado. Sen. Carlos Wilson	235
Parecer nº 983, de 2002, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 495, de 2002, respectivamente, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando informações a Ministros de Estado. Sen. Carlos Wilson	236

PI

Regozijo pelo transcurso do Dia do Piauí, ocorrido em 19 de outubro último. Sen. Benício Sampaio	15
Comemoração, no último dia 16 de agosto, dos 150 anos de existência da capital do Piauí, Teresina. Sen. Benício Sampaio	59

POLÍTICA

Apoio ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Sen. Maguito Vilela	21
Defesa de regulamentação da divulgação de pesquisas eleitorais. Sen. Chico Sartori	24

PROCESSO ELEITORAL

Elogios à postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso no processo eleitoral brasileiro. Sen. Romero Jucá..	243
--	-----

PROJETO

Solicitação à Presidência da Casa de triagem nos projetos sobre temas relevantes à sociedade para subsídio ao próximo Presidente. Sen. Ney Suassuna.....	7
--	---

PROJETO CURAÚÁ

Sucesso do Projeto Curauá, importante iniciativa do povo paraense para a construção do progresso e desenvolvimento econômico daquele Estado. Sen. Luiz Otávio	78
---	----

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei nº 68, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$14.997.502,00 (quatorze milhões, nove centos e noventa e sete mil, quinhentos e dois reais), para os fins que especifica. Sen. João Alberto Souza.....	163
Projeto de Lei nº 69, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$8.748.277,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica. Sen. João Alberto Souza	171
Projeto de Lei nº 70, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diver-	

sas em presas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor total de R\$1.843.369.241,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais), e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$2.367.078.669,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais), para os fins que especifica. Sen. João Alberto Souza	175
---	-----

Projeto de Lei nº 71, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobras, crédito especial no valor total de R\$1.753.297.047,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil e quarenta e sete reais), para os fins que especifica. Sen. João Alberto Souza .	193
--	-----

Projeto de Lei nº 72, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$11.236.692,00 (onze milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais), em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Sen. João Alberto Souza	209
--	-----

Projeto de Lei nº 74, de 2002-CN, que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, no valor global de R\$68.123.121,00(sessenta e oito milhões, cento e vinte e três mil e cento e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. Sen. João Alberto Souza	221
---	-----

Projeto de Lei nº 75, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Sen. João Alberto Souza	227
---	-----

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Devolução à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, de iniciativa do Presidente da República, que altera a legislação trabalhista, para aprofundamento dos debates sobre a matéria. Sen. Francelino Pereira	10
--	----

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), acrescentando-lhe, ainda, o art. 217-A, para dispor sobre a realização de interrogatório a distância e a utilização de meios de presença virtual do réu preso nas audiências de inquirição de testemunhas. Sen. Romero Jucá.	26
--	----

Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias	
---	--

BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo. Sen. Carlos Wilson

Solicitação para inclusão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2001, de autoria de S. Exª, que visa à alteração da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Sen. Valmir Amaral.....

Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2001, que altera a tipificação de pré-variação constante do art. 319 do Código Penal. Sen. Mauro Miranda

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei nº 73, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$105.232.872,00 (cento e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais), em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Sen. João Alberto Souza.....

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução nº 67, de 2002, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal. Sen. Arlindo Porto

PRONUNCIAMENTO

Pronunciamento do discurso de posse no Senado Federal. Sen. Luiz Pastore

Comentários sobre o pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito dos oito anos de seu Governo. Sen. Romero Jucá

PROPOSIÇÃO

Proposta de designação dos Senadores Jorge Bomhusen, Freitas Neto e Benício Sampaio para integrar a delegação brasileira na Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de observadores parlamentares. Sen. João Alberto Souza

PROPOSTA DE EMENDA

Proposta de Emenda de nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal. Sen. Antero Paes de Barros

REQUERIMENTO

Requerimento nº 513, de 2002, solicitando, nos termos regimentais, que o horário do Expediente da sessão

Pág.

28

74

247

214

18

36

248

245

63

Pág.

251

19

33

34

41

46

56

65

157

157

21

do dia 19 de novembro próximo seja destinado a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento. Sen. Nabor Júnior.....

Requerimento nº 514, de 2002, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. Sen. Carlos Wilson

Requerimento nº 515, de 2002, substitutivos ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Sen. Marina Silva

Requerimento nº 516, de 2002, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento, Interno requerendo adiantamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999. Sen. Marina Silva.....

Requerimento nº 517, de 2002, querendo o adiantamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2002, que altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Sen. José Eduardo Dutra.....

Requerimento nº 518, 2002, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga. Sen. Maguito Vilela

Requerimento nº 519, de 2002, de, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1999, e do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto. Sen. Lúcio Alcântara.....

Requerimento nº 520, de 2002, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona. Sen. Valmir Amaral.....

Requerimento nº 521, de 2002, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. Sen. Roberto Saturnino

Requerimento nº 522, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Sen. José Alencar

SES

Satisfação diante do anúncio da criação da Secretaria de Emergência Social. Sen. Maguito Vilela.....

STN

Realização, neste momento, de Audiência Pública na Comissão de Orçamento com o Secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, e com o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Sen. Antonio Carlos Valadares.....

23

Ata da 115ª Sessão Não Deliberativa em 16 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Bello Parga

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a Mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.439/02

Brasília, 15 de outubro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os fins do disposto no parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que expirou em 10 de outubro de 2002 o prazo de vigência da Medida Provisória nº 38, de 2002, sem ter sido sua apreciação concluída nesta Casa.

Cordialmente, – **Aécio Neves**, Presidente.

ATOS DO CONGRESSO NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 3º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regime especial de parcelamento da contribuição para o Programa de

Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários, inclusive do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário, concede benefícios fiscais à instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais e tratamento tributário isonômico entre produção nacional e a importação de papel-jornal, altera a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos **antidumping** e compensatórios, e dá outras providências”, tendo em vista que não foi convertida em lei até a presente data – último dia de sua vigência –, perde a eficácia, desde a sua edição, a partir de 11 de outubro de 2002.

Congresso Nacional, 10 de outubro de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Mesa informa ao Plenário que o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, fez publicar no **Diário Oficial** da União, Seção I, de 11 de outubro corrente, ato declaratório de perda de eficácia da Medida Provisória nº 38, de 2002.

O processado da matéria vai à Comissão Mista para as providências previstas no § 1º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 295, de 2002 (nº 869/2002, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até US\$5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência comunica que recebeu do Presidente Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 2.946-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.335, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/ BR-101/ RS – Osório – São José do Norte – Rio Grande (TC nº 014.400/2002-0).

O expediente, anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 40, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência comunica que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 2.955-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.343, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada no PT 25.752.0296.3422.001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu/PR-São Paulo/SP (Ivaiporã-Itaberá-Tijuco Preto – 585 km de linha de transmissão e Subestações AssOCIADAS) (TC nº 006.514/2002-7).

O Expediente, anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 1, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência comunica que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União **Aviso nº 109, de 2002-CN** (nº 2.934-SGS-TCU/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.349, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Salvador, objetivando o aumento da capacidade de atendimento de passageiros, de dois para cinco milhões, bem como a construção de um novo terminal de carga. (TC nº 003.641/2002-6)

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência comunica que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 110, de 2002-CN** (nº 2.936/2002-SGS-TCU/Plenário), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 360, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a recurso de reconsideração encaminhado pelo Sr. Rogério Gonza-

les Alves, Diretor-Executivo do DNER (em extinção), contra o Acórdão nº 119/2002 (Plenário), sobre a utilização de R\$265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), referentes ao PT 26.782.0233.5774.0001 (viaduto do Corredor do Mercosul/BR-116/RS, situado no cruzamento da Rua Rincão, em Novo Hamburgo, subtrecho entroncamentos RS-239 – Campo Bom – e RS-240 – Scharlau, no Km 265,5), nas obras de construção de outro viaduto, localizado na interseção da BR-116/RS com a Av. 7 de setembro, em Novo Hamburgo, Km 240,6 ao Km 241,6 (PT 26.782.0663.5394.0041) (TC nº 003.603/2001-7).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senhor Presidente da República adotou, em 14 de outubro de 2002 e publicou no dia 15 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 73**, que “Revoga o art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Renan Calheiros		Gilvam Borges
Nabor Júnior		Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho		Amir Lando
Juvêncio da Fonseca		Alberto Silva
	Bloco (PSDB/PPB)	
Geraldo Melo		
Romero Jucá		
Freitas Neto		
	PFL	
José Agripino		Romeu Tuma
Francelino Pereira		Leomar Quintanilha
	Bloco Oposição (PT/PPS)	
Eduardo Suplicy		Emilia Fernandes
	PDT	
Sebastião Rocha		Álvaro Dias
	PTB	
Carlos Patrocínio		Arlindo Porto

	*PSB		
Ademir Andrade		Paulo Hartung	
DEPUTADOS			
Titulares		Suplentes	
	PFL		
Inocêncio Oliveira		Moroni Torgan	
Francisco Coelho		José Carlos Fonseca Júnior	
	PSDB		
Jutahy Junior		Antonio Kandir	
Custódio Mattos		Chico da Princesa	
	PMDB		
Geddel Vieira Lima		Damião Feliciano	
Albérico Filho		Freire Júnior	
	PT		
João Paulo		Adão Pretto	
	PPB		
Odelmo Leão		Gerson Peres	
	PTB		
Roberto Jefferson		Fernando Gonçalves	
	Bloco (PDT/PPS)		
João Herrmann Neto		Alceu Collares	
	Bloco (PL/PSL)		
Valdemar Costa Neto		Bispo Rodrigues	
	Bloco (PSB/PC do B)		
José Antonio Almeida		Haroldo Lima	
	*PST		
Cabo Júlio		Eber Silva	

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **15-10-2002**;
- Designação da Comissão: **16-10-2002**;
- Instalação da Comissão: **17-10-2002**;
- Emendas: **até 21-10-2002** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **15-10-2002 a 28-10-2002**(14º dia);
- Remessa do processo à CD: **28-10-2002**;

- Prazo na CD: **de 29-10-2002 a 11-11-2002**(15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **11-11-2002**;
- Prazo no SF: **de 12-11-2002 a 25-11-2002** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **25-11-2002**;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 26-11 a 28-11-2002** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **29-11-2002** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **13-12-2002** ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional".

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 114/02-GLPFL

Brasília, 15 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores José Agripino e Francelino Pereira pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Moreira Mendes, respectivamente, como titulares, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002, que "Altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências."

Cordialmente, – **Moreira Mendes**, Líder do PFL, em exercício.

OF. Nº 115/02-GLPFL

Brasília, 15 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Em retificação ao Ofício nº 113/02-GLPFL, solicito a substituição do Senador Geraldo Althoff pelo Senador José Jorge, como titular e, não, como su-

plente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Cordialmente, – Senador **Moreira Mendes**, Líder do PFL, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência designa o Deputado Pedro Celso para compor a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 65/PLEN

Brasília, em 16 de outubro de 2002

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente, o Deputado Pedro Celso, PT/DF, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **João Paulo**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência designa o Deputado Pedro Celso para compor a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.074/02

Brasília, 7 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do Ofício SF Nº 927/2002, de 15 de agosto de 2002, e a documentação a ele acostada, tratando da denúncia protocolada sob o nº 1.7144/99, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 118/99 – CPI do Judiciário, em curso perante a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Informo, por oportuno, que estou enviando, nesta data, toda a documentação à Subprocuradora-Geral da República Delza Curvello Rocha, que oficia perante aquela Egrégia Corte, para as providências de sua competência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

OF. SF Nº 927/2002

Brasília, 15 de agosto de 2002

Senhor Procurador-Geral,

Solicito a V. Ex^a informações sobre as providências adotadas, no âmbito dessa Procuradoria-Geral, relativamente a Denúncia nº 17.144/99 (documentação em anexo), protocolada perante a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 118, de 1999 — “CPI do Judiciário”, e encaminhada a esse Órgão em 16 de outubro de 2000, por meio do Ofício nº 281-11/2000-PRES, do Gabinete da Presidência desta Casa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a protestos de estima e consideração. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ler, para conhecimento do Senado, o breve pronunciamento que fiz, no domingo último, no jornal **A Crítica**, de Manaus – o primeiro após a minha reeleição. Trata-se do artigo intitulado “De alma lavada!”:

Acabo de ser reconduzido ao Senado pelos votos de mais de meio milhão de amazonenses. Foi, como as anteriores, obtidas em minha vida pública, uma vitória emocionante por si mesma – pois vencer será sempre prazeroso –, mas também pela forma como venci: limpamente, sem qualquer mácula.

Apenas como constatação, não por gabolice, registro que tenho sido, no Amazonas – e talvez no Brasil –, um caso raro de político que se elege, mesmo para cargos importantes, em condições atípicas, não convencionais, contrariando todas as regras do catecismo eleitoral.

Assim, não tive, desta vez como das outras, apoio de máquinas administrativas; não contei com o respaldo de caciques políticos; gastei uma insignifi-

cância, em comparação com alguns dos meus adversários; noventa por cento dos prefeitos estavam contra mim; quase todos os candidatos a deputado federal e estadual apoiavam meus competidores; e, finalmente, meu partido, o PDT, não tem militância na capital nem estrutura no interior.

Escasseiam-me sempre, portanto, os três ingredientes básicos numa eleição: poder, dinheiro e apoio político. Elegem-se geralmente aqueles que têm as três coisas ou, pelo menos, uma delas. Eu não tenho praticamente nenhuma, e é fácil explicar por quê.

Não tenho poder porque, por opção, tenho vivido na oposição a maior parte do tempo, e as poucas vezes em que estive próximo ao poder, só recolhi o ônus, porque dele não tirei proveito algum.

Não tenho dinheiro porque, além de não possuir fortuna, não uso de influência política para beneficiar empresas de laranjas ou de amigos e, portanto, não tenho financiamento de campanhas feito por empresários favorecidos por mim.

Como não tenho poder nem dinheiro, não tenho conseqüentemente apoio político, porque não tenho como ajudar, financeiramente ou com benesses oficiais, os candidatos a deputado federal e estadual em troca do seu apoio à minha candidatura. Os poucos que me apóiam o fazem em troca de nada, por amizade ou civismo.

Como, então, em circunstâncias tão adversas e contrariando todas as regras, consegui eleger-me, não acidentalmente, uma vez, mas, sistematicamente, quatro vezes vereador e senador?

A explicação está no impressionante e extraordinário fenômeno de mobilização espontânea da so-

cidade a movimentar milhares de cabos eleitorais voluntários, que se transformam numa gigantesca força de cidadania, incontível e imbatível, a serviço da minha candidatura. Algo que deixa o meio político confuso e perplexo. E que está a merecer um estudo no campo da ciência política.

Por isso, deixo aqui o meu comovido agradecimento aos amigos e ao povo do Amazonas, especialmente o de Manaus – onde fui o vencedor por larga margem –, que me deu esta vitória de profundo significado e alcance, pela renovação de esperança, ao permitir a milhares de pais dizer a seus filhos: vale a pena ser decente.

Estou de alma lavada!

Sr. Presidente, solicito a transcrição, nos Anais desta Casa, deste meu pronunciamento, que espelha a mais límpida verdade do que foi a minha reeleição pelo Estado do Amazonas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

Consulto os presentes se há algum Senador que queira usar da palavra. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 56 minutos.)

(OS 19289/02)

ATA DA 112ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO
DE 2002

(Publicada no Diário do Senado Federal de 11 de outubro de 2002)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 18364, 1ª coluna, na fala do Sr. Presidente (Edison Lobão), referente à abertura da sessão, exclua-se por publicação indevida o seguinte:

“Havendo número regimental”

ATA DA 114ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 15 DE
OUTUBRO DE 2002

(Publicada no DSF, de 16 de outubro de 2002)

RETIFICAÇÃO

Na página 18408, segunda coluna, na fala do Presidente:

Onde se lê:

“A Presidência comunica ao Plenário que encerrou na sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 62, de 2002, de autoria do Senador Bello Parga, que *altera os arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre sessão especial e comemoração especial.*

Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.”

Leia-se:

“A Presidência comunica ao Plenário que encerrou na sexta-feira última o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 62, de 2002, de autoria do Senador Bello Parga, que *altera os arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre sessão especial e comemoração especial.*

Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.”

Ata da 6ª Reunião, 17 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior

(Inicia-se a reunião às 10 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o Expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 930/2002, de 11 de setembro último, solicitando prorrogação por mais trinta dias do prazo para entrega da resposta ao Requerimento nº 446, de 2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti; e

– Nº 1.055/2002, de 9 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 446, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

AVISO DO PRESIDENTE

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

AVISO Nº 1335-GP/TCU

Brasília, 10 de outubro de 2002

Senhor Senador,

Com o propósito de manter Vossa Excelência informado das ações empreendidas por esta Corte de Contas, tenho a honra de encaminhar-lhe o Relatório das Atividades deste Tribunal, referente ao 2º Trimestre de 2002.

Atenciosamente, **Humberto Guimarães Souto**,
_ Presidente.

O expediente será anexado ao processo do Aviso nº 52, de 2002-CN, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 461/2002

Brasília, 10 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado José Carlos Martlnez, como Titular e o Senhor Deputado Nelson Marquezelli, como Suplente, para, em substituição aos Deputados Roberto Jefferson e Fernando Gonçalves, integrarem a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 69, de 26 de setembro de 2002, que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação de produtos e de outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Roberto Jefferson**, Líder do PTB na Câmara dos Deputados.

(Será feita a substituição solicitada.)

OFÍCIO Nº 0890-L-PFL/2002

Brasília, 16 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Robson Tuma para integrar, como membro Titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, que “Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Arolde de Oliveira.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

(Será feita a substituição solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 15 minutos.)

(OS 19298/02)

Ata da 7ª Reunião, em 18 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior

(Inicia-se a reunião às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Não há número regimental para abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

REQUERIMENTO, Nº 513, DE 2002

Requeremos, nos termos regimentais, seja utilizado o horário do expediente da Sessão do Senado do dia 19 de novembro para homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.

Justificação

Mais do que uma justa homenagem a um brasileiro que encarna os valores do civismo e do republicanismo, seu exemplo de soberania popular, de cidadania, de governo das leis e de diferenciação do público para o privado são atualíssimos.

A República é um regime político ao qual estão indissociavelmente ligados os ideais de liberdade e igualdade. Celebrar o ideal republicano representa afirmar a universalidade do direito de ter direitos e, como está disposto no art. 3º de nossa Constituição, significa trabalhar pela construção de uma “sociedade livre, justa e solidária”, capaz de lograr êxito na “erradicação da pobreza e da marginalização”. Além disso, ao homenagearmos Prudente de Moraes estaremos relembrando um pouco de nossa memória política.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2002. –
Eduardo Suplicy – Nabor Júnior – Marina Silva – Tião Viana – José Eduardo Dutra – Geraldo Cândido – Emilia Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 10 minutos.)

(OS 19301/02)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

(Criada na 2ª Reunião do Conselho, em 26-6-02)

DIA 26 DE SETEMBRO DE 2002, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H, NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, realizada em 26 de setembro de 2002, quinta-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, Coordenador da Comissão, destinada à análise da “Política para Adoção de Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil” do Governo Federal e de alternativas para a TV Digital no Brasil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

Daniel Koslowsky Herz (Coordenador da Comissão)
Representante da categoria profissional dos jornalistas

FERNANDO BITTENCOURT
Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo

Participaram, como convidados:

– **MARCELO KNÖRICH ZUFFO**: Engenheiro Eletricista – Coordenador do Grupo de Computação Visual e Meios Eletrônicos Interativos do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) e Professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Universidade de São Paulo (USP)

– **MAX HENRIQUE MACHADO COSTA**: Engenheiro Elétrico – Professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da UNICAMP

– **HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA**: Presidente do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD)

– **GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO**: Coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hipermídia da Sociedade Brasileira de Computação e Diretor Executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores (LARC)

O SR. ISRAEL FERNANDO DE CARVALHO BAYMA, Diretor do Comitê de Incentivo à Produção do Software GNU e Alternativo – Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política, também convidado, não compareceu à reunião, por motivos justificados.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, criada pelo Conselho de Comunicação Social em sua 2ª Reunião, realizada em 26 de junho último.

A presente reunião destina-se à discussão a respeito da “Política para Adoção de Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil” do Governo Federal, recentemente publicada no Diário Oficial da União de 12 do corrente, em anexo à Exposição de Motivos nº 1247, de 6 de setembro, do Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Juarez Quadros do Nascimento; bem como ao estudo de alternativas para a TV Digital no Brasil.

Convidamos para participar desta discussão os seguintes especialistas da área de tecnologia digital: **Marcelo Knörich Zuffo**, Engenheiro Eletricista, Coordenador do Grupo de Computação Visual e Meios Eletrônicos Interativos do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) e Professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Universidade de São Paulo; **Max Henrique Machado Costa**, Engenheiro Elétrico, Professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp; **Hélio Marcos Machado Graciosa**, Presidente do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), e o Doutor em Informática **Guido Lemos de Souza Filho**, Coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hipermídia da Sociedade Brasileira de Computação e Diretor Executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores. Também fizemos o convite ao Engenheiro **Israel Fernando de Carvalho Bayma**, Diretor do Comitê de Incentivo à Produção do Software GNU e Alternativo – Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política. Infelizmente, o Engenheiro Israel não pôde estar presente, em virtude de problemas de saúde, conforme nos informou ontem, por meio eletrônico.

Informo, ainda, que a Secretaria do Conselho transmitiu, por meio eletrônico, aos demais membros integrantes do Conselho de Comunicação Social, re-

latório da reunião que a Comissão de Tecnologia Digital realizou no último dia 12 de setembro, na sede da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, no Rio de Janeiro, e que ficará fazendo parte integrante da Ata desta reunião.

Resumidamente, destacamos aqui as deliberações tomadas naquela reunião, que são as seguintes:

1) definição de procedimentos básicos para a realização de audiências públicas pela Comissão;

2) realização, num primeiro momento, de duas audiências públicas: esta que estamos realizando hoje e uma segunda, no próximo dia 10 de outubro, com os Srs. Ministro de Estado das Comunicações, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda, bem como o Presidente da Anatel, ou seus representantes, com vista a discutirmos as iniciativas do Governo Federal para a implementação da tecnologia digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil;

3) realização de reunião, também no dia 10 de outubro, com representantes de universidades e entidades acadêmicas dos setores de engenharia e de comunicação social que se disponham a auxiliar o Conselho e a indicar especialistas ou pesquisadores nessas áreas;

4) realização de outras audiências públicas, a serem definidas, para as quais serão convidados representantes das plataformas tecnológicas, da indústria de equipamentos e de bens de consumo e dos diversos segmentos empresariais e profissionais da comunicação social que serão afetados pela digitalização da mídia eletrônica;

5) elaboração de proposta, a ser apresentada no dia 14 de outubro, na próxima reunião do Conselho, de posicionamento sobre a “Política para Adoção de Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil”, baixada pelo Governo Federal no último dia 12.

Feitas essas considerações, convido para fazerem parte da Mesa os Engenheiros Marcelo Knörich Zuffo, Max Henrique Machado Costa e Hélio Marcos Machado Graciosa, e o Doutor em Informática Guido Lemos de Souza Filho.

A sistemática proposta pela Comissão de Tecnologia Digital é a de que os nossos convidados tenham 15 minutos para fazer suas considerações iniciais a respeito do tema desta audiência. Em seguida, os integrantes da Comissão dirigirão aos convidados uma série de perguntas elaboradas pela Comissão e que dizem respeito a questões que merecem ser elucidadas.

Não havendo outra sugestão, passo a palavra aos nossos convidados, que, por quinze minutos, farão considerações iniciais e, a partir daí, interagirão com as questões abordadas pelos integrantes da Comissão de Tecnologia Digital.

Pergunto se há alguma lista sugerida pelos convidados, senão seguirei a ordem de apresentação. (Pausa.)

Primeiramente, concedo a palavra, por quinze minutos, ao engenheiro Marcelo Knörich Zuffo para fazer suas considerações iniciais.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Boa tarde a todos.

Estou muito agradecido por participar desta audiência pública e poder relatar a nossa visão dessa temática.

Inicialmente, creio que o Brasil demorou um pouco para acordar para essa questão. Hoje, no mundo, em virtude do nosso mercado interno, somos praticamente o fiel da balança. Todos os países estão vendo com muita atenção e com muito cuidado o nosso processo interno decisório em relação à problemática da digitalização da nossa televisão.

Ao mesmo tempo, vale a pena salientar as condições únicas da nossa televisão brasileira.

Há trinta anos, o Brasil foi capaz de criar padrões de TV analógica com uma capacidade e uma quantidade de engenharia muito inferior à existente atualmente – cerca de cem vezes menor. Naquele instante, houve condições de, simultaneamente ao que ocorria no resto do mundo, propormos padrões e, mais do que isso, de desenvolvermos uma indústria de TV analógica única no mundo.

A indústria de televisão no Brasil tem características exclusivas à sociedade brasileira. Em 96% das residências, das unidades habitacionais, há televisão analógica.

A televisão aberta no Brasil constitui-se em um instrumento não apenas de informação, mas também de inclusão. Mesmo com tantas diferenças culturais e econômicas, conseguimos unir o País por intermédio da televisão não só no que diz respeito à indústria nacional de televisão, mas também no que diz respeito à manufatura dos televisores ou da engenharia de distribuição do sinal analógico, que teve grande força na década de 70, mas também no que diz respeito ao nosso patrimônio cultural, artístico e histórico.

Por mais banalizado que seja o nosso conteúdo de TV hoje, nos círculos acadêmicos, nas universidades, começa-se a reconhecer que a produção nacional televisiva tem tanta ou mais importância que o

nosso próprio cinema, tanto que proliferam pelas universidades núcleos de telenovelas que pesquisam, à luz da História, esse acervo, esse patrimônio construído no Brasil nos últimos trinta anos.

Estamos, hoje, prestes a fazer outra escolha. Estamos até um pouco ansiosos para que isso ocorra, para que não fiquemos atrasados em relação ao resto do mundo. Mas precisamos ter em mente que, da mesma forma como decidimos um padrão há trinta anos, esse novo padrão afetará a sociedade brasileira, nas suas mais diversas formas, nos próximos trinta anos.

Uma questão que está bem clara é não perdermos o que já ganhamos e, nesse ponto, elogio a Política publicada recentemente, que deve ser “inclusora”, porque a TV analógica é “inclusora”. Se me perguntarem qual o padrão que defendo ou que discutimos internamente, na USP e na Escola Politécnica, responderei que é aquele que deve incluir a maior quantidade possível de brasileiros nas suas várias formas, não apenas no que diz respeito ao acesso à informação, mas também à criação de emprego e de oportunidades de trabalho.

Sabemos que, em várias cidades brasileiras, a indústria de televisão movimentava milhares de empregos, o que, na minha opinião, deve ser preservado de qualquer forma.

Outro aspecto importante que deve ser considerado nesse padrão é a revolução digital. Hoje, neste instante, a quantidade de televisores no mundo iguala-se à quantidade de computadores. Hoje, no mundo, temos em torno de um a um e meio bilhão de televisores e de computadores.

Várias sociedades do mundo perguntam-se por que ter dois eletrodomésticos e não se pensar na sua fusão. Sabemos perfeitamente que, quanto à questão da digitalização, a TV do futuro será microprocessada. Na verdade, haverá um dispositivo que aliará a capacidade de comunicação e de processamento digitais. Essa situação está ocorrendo. Nos laboratórios de pesquisa temos estudado isso, e os grandes laboratórios privados, ao redor do mundo, das grandes multinacionais, também pensam nesse problema. Lá fora, encontramos a casa digital, o mundo digital.

Imagina-se, com a digitalização da TV, primeiro, que não haja uma TV passiva, mas interativa; e, segundo, há a previsão de que a TV incorpore outros serviços que a TV convencional não conseguiu resolver, relacionados com a educação, o comércio e a saúde, ou seja, quando falamos em DTV ou TV digital, não pensamos apenas na absoluta qualidade de sinal

da TV, mas também na interação, que pode ser um instrumento de inclusão.

Para resumir as minhas opiniões a respeito do assunto, assinalo que, assim como o Brasil desenvolveu tecnologia no passado, em TV, deve fazê-lo agora, como uma forma, inclusive, de dar mais acesso à população.

Vemos a crise sistêmica nas telecomunicações e sabemos que grande parte dela se deve ao fato de que os equipamentos foram importados em dólar e a população tem que pagar em real, pois grande parte desses equipamentos não foi manufaturada no Brasil. Esse é o grande problema da nossa crise em telecomunicações. Não podemos cometer o mesmo erro em TV digital.

Segundo, se, há 30 anos, conseguimos implantar a TV analógica no Brasil, temos que ter esse desafio agora com a engenharia nacional, principalmente porque temos hoje quase cem vezes mais engenheiros do que tínhamos trinta anos atrás. Não podemos legar a esses engenheiros só a possibilidade de eles venderem e instalarem equipamentos. Penso que a engenharia tem que ser feita aqui também. Não só a engenharia, mas a manufatura.

Se considerarmos 60 milhões de televisores no Brasil, e que a nossa população, em média, deve gastar US\$100 nesse processo de digitalização, temos um mercado mínimo da ordem de US\$ 6 milhões. Por que não pensar, então, numa indústria nacional de semicondutores? Hoje sabemos que, apesar da crise por que passa o País, a única indústria com potencial de crescimento no ano que vem é a indústria de informática, que, à luz do nosso crescimento econômico, crescerá na ordem de 15% a 20%.

Quanto à questão da TV digital, a escolha de um padrão leva em conta vários fatores, e a Política acertou nisso. Leva em conta a indústria já estabelecida de conteúdo e distribuição, da indústria já estabelecida de manufatura de televisores no Brasil – bem ou mal, o Brasil tem uma capacidade de manufaturar dez milhões de televisores analógicos por ano, e é uma indústria que, a meu ver, face à TV digital, é obsoleta, precisa ser fortemente atualizada para que não produzamos um milhão de micros por ano, mas, sim, dez milhões de televisores digitais por ano, a um custo acessível e compatível com a nossa demanda populacional. Caso contrário, estaremos, em relação à TV digital, criando uma política “exclusória”. Só as classes mais abastadas da população poderão ter acesso a essa tecnologia. Ou seja, nosso grande patrimônio de ter TV em praticamente todos os lares, de ter a TV

como um instrumento democrático, “inclusório”, deixaríamos de tê-lo.

Na Escola Politécnica, nos últimos quatro anos, tentando provar tecnologicamente a viabilidade disso, estamos desenvolvendo algumas tecnologias locais, como a tecnologia do ponto de acesso.

Para encerrar, penso que o que está em jogo na digitalização da TV é a exploração desse canal de 6 MHz à luz da interação. Falta ainda muita discussão da sociedade a respeito do que é essa interação, do que é essa convergência. Às vezes, pela pressão, queremos ser imediatistas e não conseguimos vislumbrar toda uma cadeia de negócios que integrará os brasileiros nos próximos 20, 30 anos. Temos que pensar um pouco sobre isso. E os brasileiros, em razão da sua tolerância, da sua capacidade de absorver tecnologia, são únicos no mundo em relação a isso.

Finalmente, a questão dos padrões digitais. Há 30 anos, cada país podia dar-se ao luxo de ter seu padrão. Hoje em dia, a escolha de um padrão leva em conta o alinhamento a blocos econômicos. Percebam que os padrões existentes hoje não são oriundos de um único país, com raras exceções, mas são frutos de discussão que às vezes envolve vários países.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Obrigado, Engenheiro Marcelo.

Passamos para as considerações iniciais do Engenheiro Max Henrique Machado Costa, Professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Muito obrigado. Eu gostaria inicialmente de agradecer ao Conselho a oportunidade de estar nesta reunião para tecer alguns comentários sobre a questão da digitalização da televisão e da radiodifusão no Brasil.

Primeiramente, eu gostaria de fazer um pequeno histórico sobre a televisão digital. Imagino que essa seja uma matéria conhecida por boa parte dos presentes, mas seria interessante talvez colocar algumas coisas em perspectiva.

A televisão digital vem sendo desenvolvida há mais de 30 anos no Japão, aliás, país pioneiro nessa tecnologia. Nos primeiros modelos, nos primeiros sistemas, era uma tecnologia que despendia muita banda de frequência. O espectro era utilizado de uma forma bastante ineficiente. Para se ter uma idéia, uma televisão de definição convencional, chamada de definição **standard**, como temos, hoje, no Brasil e em outros países, utiliza um canal de 6 MHz. Nesse primeiro sistema japonês havia uma utilização de fre-

qüência de 30 MHz. Essa classe de sistemas foi conhecida pela sigla **Muse**. Esses sistemas passaram a ser utilizados em algumas aplicações, particularmente para a difusão por satélites, no Japão.

E mais ou menos no início da década de 90, havia uma grande pressão por espectro, nos Estados Unidos, por parte dos provedores de serviços de telefonia móvel; eles gostariam de ter mais espectro. Foram então à **FCC – Federal Communications Commission**, e disseram que havia uma área grande de espectro que não estava sendo utilizada e que eles gostariam de utilizá-la. Era a área dos espectros de UHF de televisão, dos canais altos de UHF que, em muitos lugares, não são utilizados. A FCC considerou o pedido interessante e foi conversar com os **broadcasters** sobre o assunto. Mas ninguém cede freqüência de uma forma gratuita. Não existe isso. Ainda que não as estivessem usando, os **broadcasters** “coçaram a cabeça” e disseram: “Podemos fazer algo, precisamos dessas faixas de freqüência”. A FCC perguntou-lhes: “Para quê?” E eles: “Precisamos para a televisão de alta definição, HDTV.” A FCC propôs: “Então vamos fazer uma demonstração dessa tecnologia”. Foi preparada – no início da década de 90 – uma demonstração, em Washington, para a qual os japoneses foram convidados, pois eram os que dominavam a tecnologia. Eles fizeram a demonstração com um sistema baseado no **Muse**, que atraiu muita atenção. A partir daí, a FCC determinou que faria um concurso para definir qual seria o padrão de televisão de alta definição a ser escolhido nos Estados Unidos.

Em uma primeira fase, apareceram vários concorrentes. Em uma determinada fase do processo surgiu um concorrente, a **General Instrument**, de **San Diego**, que envolvia um sistema totalmente digital; não só a parte de baixa freqüência, que era baseada em **MPEG-2**, como também a parte de **RF**, a parte de radiofreqüência. Foi como se houvesse um concurso e, de repente, aparecesse um candidato com um produto que brilhava, algo muito mais avançado para os padrões da época do que os outros. Era óbvio que aquele candidato ganharia. Então, os demais candidatos resolveram voltar para os laboratórios e reinvestir em seus projetos.

Na ocasião em que foram iniciados os testes, havia seis candidatos. Dois eram sistemas híbridos, que tinham partes digitais e partes analógicas, e havia quatro sistemas puramente digitais. Esses sistemas foram testados. Em uma primeira fase, os dois sistemas híbridos foram eliminados, e eles passaram, então, a testar os quatro sistemas totalmente digitais.

É interessante notar que não existe uma grande diversidade de opiniões em relação ao que acontece em baixas freqüências ou em banda básica, ou seja, o sinal é processado de uma forma mais ou menos consensual nessa fase de banda básica. A parte de **RF**, a parte de modulação, é que envolve diferentes modalidades.

O interessante é que esses sistemas foram testados **ad nauseam** por um bom tempo e, depois de mais de um ano de testes, mais ou menos em 1994, estava todo mundo aguardando a decisão da FCC sobre qual seria o padrão adotado. Havia coalizões, nessas ocasiões, porque era muito difícil bancar um desenvolvimento desse tipo de forma individual. Então, as empresas se uniam, formando grupos. E os testes, depois dessa primeira fase, como ainda não havia possibilidade de se chegar a uma conclusão, não eram conclusivos. A FCC, para um certo desapontamento dos participantes, decidiu que eles precisariam fazer uma nova série de testes, mais um ano, pelo menos. Os participantes, nessa hora, resolveram que não podiam continuar, porque o investimento envolvido sem nenhuma promessa de retorno era muito grande. Então, o que eles fizeram? Fizeram uma coalizão, uma grandiosa aliança, como é chamada, de **grand alliance**, e formaram um padrão reunindo as características mais interessantes de cada um dos quatro concorrentes. Eles, por exemplo, utilizaram uma modulação, que é chamada de oito **VSB**, que utiliza oito níveis, **vestigial side band**, é uma banda vestigial. A vantagem da banda vestigial é que ela coloca a portadora no extremo da faixa. A portadora sendo colocada no extremo da faixa implica um menor potencial de interferência sobre outros sistemas que ocupem a mesma faixa de freqüência em outras cidades, mas que, estando na mesma faixa de freqüência, seriam menos imunes à interferência. Então, essa é a razão de colocar a portadora no extremo da faixa. Eles reuniram as várias características do sistema e lançaram o sistema que é hoje conhecido como **ATSC – Advanced Television System Committee**, que é o sistema americano. Esse sistema, então, foi lançado nessa fase, de 1995 a 1996, e tem-se desenvolvido. Nos Estados Unidos, o padrão está ainda encontrando muitas dificuldades de mercado, mas o sistema está em crescimento.

Mais ou menos paralelamente a essa fase, surgiu o desenvolvimento europeu nessa área de televisão digital. Os europeus já tinham uma experiência anterior, que era um Sistema Eureka, um sistema aí também da fase do Muse, talvez um pouco posterior a ele, com um desenvolvimento bastante avançado,

mas que era um sistema analógico, não era um sistema totalmente digital. A versão totalmente digital dos europeus surgiu com o nome de **DVB – Digital Video Broadcast**, e tem uma característica interessante, que é a de utilizar um grande número de portadoras. Em vez de usar uma portadora só, ele divide a taxa de bites do sinal digital em aproximadamente duas mil ou oito mil, são duas versões, duas mil ou oito mil portadoras. Quando se divide essa taxa alta, de vinte megabytes por segundo, uma taxa bastante alta, por esse número de portadoras, as taxas individuais de cada portadora são bastante pequenas. Isso faz com que o tempo de símbolo em cada portadora seja relativamente longo. Isso permite que se coloque um tempo de guarda entre símbolos para se aliviar o problema de múltiplo percurso. Múltiplo percurso é algo que interfere seriamente com as comunicações porque, num ambiente de desvanecimento, um ambiente com muitos prédios, montanhas etc., há a possibilidade do sinal ir se refletindo nesses objetos e chegar ao destino, ao receptor, com diferentes tempos. Esses diferentes tempos provocam o que conhecemos na televisão analógica por fantasmas. Então, esses fantasmas também afetariam as comunicações digitais e fariam com que aumentasse a possibilidade de erro dos sistemas. Uma maneira de resolver isso, que parece uma maneira inteligente, é colocar um tempo de guarda entre os símbolos para evitar que os fantasmas caiam num outro símbolo e interfiram com as comunicações. Isso é feito nos sistemas que utilizam múltiplas freqüências.

A desvantagem é que isso não tem custo zero, mas um custo de pouco mais de 4 dB, ou seja, em termos de escala linear, mais ou menos duas vezes e meia a potência. Quer dizer, em termos de relação sinal/ruído, o sistema que utiliza múltiplas portadoras com esses tempos de guarda – que normalmente são da ordem de 1/16 do tempo de símbolo – precisa de duas vezes e meia mais potência do que o sistema que utiliza uma portadora única.

Pode parecer que isso não seja uma situação crítica, porque resolve o problema de múltiplo percurso de uma forma bastante eficiente, mas é um preço que se paga de início, ou seja, paga-se esse preço mesmo que a tecnologia evolua, pois ele está embutido no sistema. Não há como recuperar esse custo. É como se, para evitar batidas, construíssemos um carro com um pára-choque bastante grande – ele ficará por lá.

Em relação ao sistema de uma portadora apenas – como o ATSC e, eventualmente, um modelo que está sendo proposto pelos chineses – pode-se dizer

que ele pode se beneficiar dos avanços de tecnologia na área de equalização digital. Há um mês, foi lançada uma nova tecnologia pela Cylink, um equipamento chamado **Casper**, que é o Gasparzinho, o fantasma camarada, ou **Casper, the friendly ghost**. O **Casper** utiliza os fantasmas que chegam com múltiplos percursos, ao invés de tentar eliminá-los, e os adiciona coerentemente, de forma a reforçar o sinal. Ele faz do limão uma limonada. Então, esse é um avanço tecnológico que pode beneficiar, sobretudo, a recepção com uma portadora apenas.

Há essas diferenças todas, que são bastante importantes, mas são diferenças na parte de RF. Concordo com o Professor Marcelo Zuffo que é muito importante que haja inclusão e desenvolvimento dessas tecnologias no Brasil. Não considero que o problema da escolha do padrão seja interferente – sem trocadilhos – na questão das tecnologias que podem ser geradas, porque são, em grande parte, tecnologias nas áreas de banda básica, de transporte, de utilização desses sinais. Em relação à parte de RF, é que está o centro das atenções no que se refere à escolha dos padrões.

É importante que se diga que há três anos, no Japão, foi apresentado na **ITU – International Telecommunication Union** um projeto de um sistema bastante interessante que utilizava **broadcasting** de uma forma integrada, chamado **ISDB – Integrated Services Digital Broadcasting**. Esse sistema não vê apenas o **broadcasting** de televisão, ele consegue integrar os vários serviços de **broadcasting** em rádio e adapta a transmissão à capacidade de recepção: se o receptor é menos poderoso, se tem uma capacidade menor, devido ao tamanho de antena ou por outras considerações, ele pode transmitir uma taxa de bites menor para esse receptor. Portanto, ele faz o ajuste e uma adaptação às capacidades dos vários receptores.

Esse padrão é bastante interessante. O sistema também utiliza múltiplas portadoras, como o padrão europeu. Na verdade, tem duas opções: 4K ou 8K – 4 mil ou 8 mil portadoras. Ele também tem um tempo de guarda, logo tem aquela imunidade natural ao problema do múltiplo percurso. Porém, é um sistema que ainda está com seu custo de engenharia no topo da curva. Portanto, alguém terá que pagar o custo de engenharia desses sistemas. Naturalmente, as pessoas ou os países ou os grupos que se envolverem com a adoção desse sistema estarão envolvidos também no pagamento desse custo.

Há poucos meses, surgiu a proposta do sistema chinês. Na verdade, o sistema chinês não está muito

bem definido ainda. Eles têm cinco propostas que estão sendo testadas e, em um futuro próximo, uma delas será anunciada. Há três com múltiplas portadoras e duas com portadora singela. Uma delas, baseada em **Offset Quadrature Amplitude Modulation – QAM**, promete ser a escolhida para o padrão chinês.

Outro aspecto importante a se considerar é o da canalização. Penso que isso é outro fator que limita as possibilidades dos vários padrões. No Brasil, temos uma canalização de 6 MHz, como também é a utilizada nos Estados Unidos. Na Europa, a canalização é de 7 ou 8 MHz.

Há a idéia de se fazer uma parceria com os chineses no desenvolvimento de um padrão. Embora seja uma idéia interessante, esbarra no aspecto da canalização. Os chineses adotam a canalização de 8 MHz, e temos 6 MHz. Então, os nossos sistemas não serão iguais. No passado, adotamos o sistema PAL, que, na ocasião, era o sistema mais interessante de televisão colorida, mas não pôde ser igual ao sistema alemão porque a frequência de linhas e quadros na Europa é diferente da nossa. Temos um sistema PAL-M, usado exclusivamente no Brasil por conta dessas diferenças prévias que havia. O nosso sistema não será igual ao do chinês, ainda que se faça um desenvolvimento com alguma colaboração.

Penso que esses aspectos técnicos precisam ser levados em consideração, mas naturalmente não são os únicos. Os aspectos de mercado também são importantes, e temos alguns exemplos que precisam ser observados, em particular na Inglaterra e na Espanha, onde houve problemas sérios com a implantação do sistema de TV digital e só agora estão retomando o desenvolvimento, mas com uma carga útil reduzida para 13 megabytes por segundo, o que é lamentável porque causará realmente uma degradação no sinal.

Algo que seria interessante comentar, para concluir, é sobre o sistema de **HDTV**, que tem um taxa de bites extremamente alta se não for comprimido. O sistema teria um gigabytes por segundo de taxa não comprimida. Com o advento do **MPEG-2** é que se conseguiu reduzir essa taxa de um gigabytes para 20 megabytes por segundo, que é um fator de compressão de 50 – realmente extraordinário para um sinal desse tipo. Reduzir mais ainda essa taxa de bites poderá comprometer o sinal e deixará de ser televisão de alta definição.

Era o que eu queria comentar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Obrigado, engenheiro Max. Passamos imedia-

tamente para os 15 minutos das considerações iniciais do engenheiro Hélio Graciosa, presidente do CPqD.

O SR. HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA – Obrigado, Conselheiro Daniel. Vou ajudar o meu amigo Max. Economizarei o tempo que ele ultrapassou, até porque, depois do Marcelo e do Max, uma boa parte da questão já foi exposta.

Gostaria de frisar que estamos tratando da digitalização da transmissão dos sistemas que chamamos de sistemas terrestres de televisão. Não estamos falando da digitalização da transmissão dos sistemas de transmissão de satélite para televisão, nem de cabo, nem de **MMDS**. Dos lares que têm televisão no Brasil, em torno de 80% só têm esse tipo de recepção. Essa importância relativamente grande já foi frisada aqui pelo Marcelo.

Um outro aspecto que precisa ser frisado é que no sistema genérico de televisão atual existe a parte de estúdio, a parte de transmissão e a parte de recepção. O estúdio, hoje, já é digital. Ou seja, somente a tecnologia digital permite todos esses efeitos especiais que vemos na televisão. Além disso, uma parte da recepção já é digital. Portanto, estamos falando da digitalização da transmissão dos sistemas terrestres via satélite, mas que é muito importante, pois é um fator de inclusão digital, já tratado aqui pelo Marcelo, que propicia a perspectiva de forte interatividade e também a possibilidade de novas aplicações, não só da televisão propriamente dita, mas também de educação, segurança, medicina, e propiciará uma transmissão com melhor qualidade de imagens, o que envolve uma disputa entre o pessoal da TV aberta e o pessoal da TV a cabo.

A Política aprovada pelo Presidente da República é altamente adequada, porque aborda os aspectos industriais, os aspectos de flexibilidade de transmissão. O padrão não deve inibir nenhuma aplicação nova, ao contrário, deve permitir a possibilidade de vários tipos de aplicação. Aborda aspectos tecnológicos; como negociar tecnologia; e aborda, no seu trecho final, a parte ligada ao cidadão. Não queremos perder nada do que temos hoje com a transmissão analógica.

Então, fala-se em ser aberta, livre, gratuita, proporcionar ao povo educação, cultura, entretenimento, contribuir para garantir a universalidade do idioma, a integração nacional e ser acessível à população atendida pela TV analógica.

Esse é um movimento importante. A Política está adequada. Mas o mais importante é como essa Política será implementada. É altamente relevante e

tem um tal impacto que, se a coisa não funcionar no futuro, será um desastre.

Sr. Conselheiro, era o que eu tinha a dizer.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Obrigado, Engenheiro Hélio.

Passamos a palavra ao Dr. Guido Lemos de Souza Filho, Coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hipermídia da Sociedade Brasileira de Computação e Diretor Executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Inicialmente, agradeço o convite para estar aqui participando desta discussão extremamente relevante.

Como membro da comunidade de computação que atua especificamente com pesquisa e desenvolvimento na área de sistemas multimídias, de rede de computadores e aplicações para redes de computadores avançadas, fui convidado porque coordeno um projeto cujo objetivo é o desenvolvimento de uma infra-estrutura para desenvolvimento de ferramentas e programas e testes dessas ferramentas e programas de TV interativas.

Participam desse projeto: a Universidade em que trabalho, a Universidade Federal da Paraíba; a PUC do Rio de Janeiro; a USP – não é o grupo do Marcelo, é um outro –; a Universidade Federal de Santa Catarina, junto com a TV Cultura de São Paulo, TV Cultura de Santa Catarina, TV Universidade do Rio Grande do Norte e TVE.

Esse projeto tem o financiamento do CNPq, e, desde o início do ano, investigamos a questão da TV digital. Como atuamos em pesquisa, o nosso foco vai um pouco além.

Pela avaliação que fiz dos documentos produzidos nesse contexto, encomendados ao CPqD pela Anatel e depois dos comentários desses documentos produzidos pela Abert/SET – há um documento do Engenheiro Fernando Bittencourt bastante interessante –, até como um dos primeiros resultados desse nosso projeto, quanto ao documento publicado de Política para adoção de tecnologia, gostaria de dizer que não estamos dando a atenção adequada ao **software**.

Devemos pensar que é um programa para TV digital, dado que teremos uma infra-estrutura de transmissão que nos permitirá elaborar programas interativos. Isso, associado à infra-estrutura de **hardware**, à elaboração e à produção desses conteúdos, para transmissão desses programas interativos e, na casa dos usuários, nas suas residências, para a recepção e o processamento desses programas e a sua apresentação aos usuários.

Temos de considerar, também, a indústria de **software**. Além da indústria de produção de conteúdo, mais ligada ao entretenimento de televisão, associada a isso, temos uma indústria de **software** que precisa se desenvolver no país, mas que esse documento não contempla. Se formos analisar o que é um programa de TV interativo, veremos que não é algo ainda estabilizado, ou seja, que não existe um padrão que defina isso para o mundo todo. Mas existem duas grandes tendências: uma aponta mais na linha de coisas parecidas com documentos multimídia e que vemos na **web** hoje. Trata-se de documentos com vídeo e com áudio sincronizados e alguns textos e algumas perguntas respondidas pelo usuário, em que haja alguma personalização desses documentos.

Existe uma outra linha em que esses programas de TV interativa serão mais parecidos com os programas de computadores, direcionados, tipicamente, para as pessoas que conhecem o contexto. São programas escritos usando a linguagem Java. Em outros, usa-se a linguagem aberta, que trata de processamento de vídeo, de áudio e de imagens paradas de texto. Isso, de uma forma sincronizada.

Então, temos duas grandes tendências. Uma delas está nessa linha de extensão de documentos multimídia, associados à linguagem utilizada para especificar documentos na **web**, o HTML, e outra, para a linha mais parecida com programas de computadores mais convencionais, usando a linguagem Java. Nessa ótica, observando o que está acontecendo no mundo, nessa direção, notamos que os europeus têm uma padronização de uma plataforma para o desenvolvimento desses programas; os americanos e os japoneses estão mais atrasados. Mas, em ambos os casos, tanto no europeu quanto no americano, se prevê que o equipamento que estará na casa das pessoas, nas suas residências, que podem ser os dois tipos de programa de TV interativa, tanto os mais ligados, mais parecidos e mais próximos aos programas de computadores, como o Java, quanto os mais próximos a documentos **web**.

Em ambos os casos, além da infra-estrutura mais convencional – em relação ao que temos hoje no parque instalado da televisão, ou seja, de pegar um sinal de vídeo e transmiti-lo para a casa das pessoas –, haverá um aparelho que, basicamente, pegará este sinal e o colocará na tela de televisão. Ou seja, o que muda com a TV digital e com esses programas interativos? Temos de observar que, na produção, a equipe de produção das redes de televisão, certamente terá de contar com profissionais de informática e de computação, que farão a parte mais ligada a programas

de computador dos programas de televisão. Esse é um aspecto.

Ferramentas precisam ser elaboradas para apoiar esse desenvolvimento, a fim de que sejamos competentes e rápidos na produção dos programas de TV interativa. Bom, isso se dá no lado da produção. No lado das transmissoras e das retransmissoras, além dos equipamentos tradicionais usados exclusivamente para a transmissão do vídeo para as residências, dentro das empresas terá de ser instalado um parque de máquinas de computadores, com capacidade de armazenamento adequado e com **software** adequado. Para quê? Para armazenar os programas interativos, porque, em muitos casos, principalmente se pensarmos um pouco mais no futuro – teremos de olhar para um horizonte de trinta anos –, no momento em que adotamos esse padrão, ele deverá ser usado à semelhança do analógico, se isso se repetir por uns trinta anos.

Temos de observar que as emissoras e as retransmissoras de TV terão de armazenar em servidores, que serão computadores, os programas interativos, as linguagens e o código executável que estarão associados a esses programas interativos. Essa estrutura precisará armazenar e transmitir isso para a residência das pessoas. Existem aspectos ligados à segurança. Temos de olhar quais são os padrões que garantirão a segurança dessas informações, para que essas coisas não sejam alteradas. Somente as pessoas que, efetivamente, têm direito de ver as imagens é que terão acesso a elas.

Então, há padrões para segurança que não estão bem definidos e que vão implicar a adoção e utilização de **softwares** caríssimos, dada a escala em que serão utilizados – estamos pensando em algo que atenderá 50, 60, 80, 100, 120 milhões de pessoas.

Precisamos pensar que, nas empresas, não se trata somente de trocar os equipamentos de transmissão analógicos por outros digitais. É necessário haver uma infra-estrutura, uma retaguarda de computadores, servidores e **softwares**, que armazenarão esses programas interativos e controlarão sua distribuição. Bom, isso do lado da empresa.

Do ponto de vista de transmissão: a infra-estrutura de transmissão está sendo pensada independente de o padrão ser europeu, americano, japonês ou chinês, pois em todos os casos existe uma convergência, que é a maneira como as informações são codificadas e transmitidas, que é um padrão definido pelo **MPEG-2**. Esse padrão já prevê que, junto com o áudio, o vídeo e, eventualmente, com mais de um ân-

gulo do vídeo, vá para a casa das pessoas o código do programa de tevê interativa – ou HTML ou o Java, dependendo do que venha a ser adotado.

Em uma fase de transição, haverá, na casa das pessoas, um aparelho, uma unidade de recepção para o vídeo digital que irá gerar uma versão analógica para televisão convencional, que é a que está instalada nas residências hoje. Esse aparelho nada mais é do que um computador com recursos limitados, dedicado a essa tarefa de receber vídeo digital e gerar vídeo analógico. Porém, como ele é um computador, surgiu a idéia do programa interativo. Dada a existência de um processador, uma memória e interfaces de comunicação nesse equipamento, surgiu a possibilidade de o usuário interagir, no início, via controle remoto – a voz poderá substituí-lo, no futuro, caso sejam empregadas técnicas de reconhecimento de voz.

Então, o usuário, na sua casa, vai interagir. Esse equipamento pegará o canal de retorno, ou seja, o retorno dos usuários. Isso precisa ser transmitido de volta para as transmissoras e retransmissoras de televisão. Esse programa que chega no aparelho será executado. Se ele é um programa que será executado, é preciso olhar e fazer um paralelo com um computador de uso geral, no qual encontramos um **software**, que se chama sistema operacional.

Nessa linha, observamos tendências. Quanto à utilização de **softwares** proprietários, de empresas que os fabricam e vendem, cobram licença pelo uso desses **softwares**. Existe um ambiente de **software** aberto. Há vários experimentos de uso do Linux nesse equipamento, no **set-top box**. E cabe mencionar que, no futuro, daqui a cinco ou dez anos, esse **set-top box** vai sumir. O **hardware**, esse computadorzinho que hoje está de lado, vai para dentro das televisões digitais integradas: televisão e computador estarão integrados. Se isso será uma televisão ou um computador, não se sabe; temos certeza apenas de que será um misto.

Voltando, essa televisão-computador necessitará de um sistema operacional, e estamos falando em 50, 60 milhões de licenças de sistema operacional. Poderemos ter coisas proprietárias, Linux, Windows CE. É um mercado muito amplo e, por isso, o preço das licenças dos **softwares** não pode ser desconsiderado.

Devemos tentar capacitar a indústria nacional para produzir o sistema operacional, que é uma camada de **software**. Em cima do sistema operacional temos uma outra camada que dependerá muito do que será o programa de tevê interativo. Se ele for na li-

nha de documento **web**, de extensão HTML, é necessário ter um **browser** rodando nesses 50, 60, 70, 80 milhões de televisões. Alternativamente, precisaremos de uma máquina virtual Java – alguém terá que escrever esse **software** e, nesse caso, o custo envolvido será muito alto.

Uma outra questão é: seja HTML ou Java, precisaremos capacitar a indústria nacional. Trata-se da integração de quem produz conteúdo de programas de tevê convencionais com profissionais que hoje atuam na produção de documentos multimídia para **web**, ou de programas de televisão para a comunidade que trabalha com Java, principalmente focado nessa linha de desenvolver programas, que chamamos de sistemas embarcados, ou computadores de uso específico e com limitação de recursos de processamento.

Até o momento, não vi nos documentos – nem nesse documento que foi publicado – uma preocupação com a indústria de **software**. Na minha opinião, cabe uma discussão e cabe abrir um pouco o escopo. Quando se fala de política industrial, vê-se muito listar a questão do **hardware** para transmissão, para recepção, inclusive do **hardware** para o próprio setor **out-box**, para a televisão digital. Mas estamos esquecendo essa questão do **software**, que é fundamental. Trata-se de uma área em que o País tem competência, quer dizer, o nosso **software** é de excelente nível. Temos empresas que produzem e exportam **softwares**.

Então, temos uma janela de oportunidades interessantes. Agora, é necessário associar essa discussão de definição do que vai ser a TV digital no Brasil, principalmente no aspecto político-industrial, à discussão sobre como a indústria de **software** vai integrar-se à indústria de tevê. Assim, teremos condições de produzir programas de TV interativos de alto nível, como já produzimos e exportamos programas de TV convencionais. Talvez, com o **software**, consigamos inverter a coisa: em vez de importar, exportar. Nesse primeiro momento, o que estamos observando, como pesquisadores da área – estamos trabalhando no desenvolvimento, já produzimos alguns programas-exemplo –, é que as grandes redes estão basicamente importando **software** nessa linha também.

Seriam essas as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Obrigado, Dr. Guido. Na próxima etapa da nossa audiência pública, os integrantes da Comissão de Tecnologia Digital do Conselho vão dirigir aos nossos convidados uma série de perguntas. Propomos que os nossos convidados, visando à maior interação,

ao maior diálogo possível com os integrantes da Comissão de Tecnologia Digital, respondam às questões, aceitando réplicas à proposta que os membros da Comissão fazem aqui imediatamente à pergunta. Quando surgir necessidade de algum esclarecimento ou indagação adicional, aquele conselheiro que estiver fazendo a pergunta já deverá solicitar esses esclarecimentos e comentários adicionais.

Então, é com o intuito de obter a maior interação possível dos integrantes da Comissão com os nossos convidados que estamos propondo essa sistemática.

O primeiro a dirigir perguntas aos integrantes da Mesa é o Conselheiro Fernando Bittencourt, que abre esta etapa dos trabalhos.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Obrigado, Conselheiro Daniel. Queria, primeiramente, dizer da minha satisfação de tê-los aqui e de ter essa oportunidade de discutir com V. S^{as}. Acho que já está sendo e será interessante o debate, poder ouvir as idéias que têm sobre esse assunto.

A primeira pergunta que preparamos refere-se ao padrão de TV digital a ser escolhido no Brasil, ou seja, à tecnologia a ser adotada. Analisando a Política que foi emitida pelo Governo, pelo Ministério e pelo Presidente, gostaríamos de saber de cada um como são vistos os padrões existentes, como eles estariam aderentes à Política que foi definida, especialmente, é claro, as aplicações mais importantes. Como V. S^{as} sabem, as aplicações mencionadas na Política são televisão de alta definição, televisão de definição padrão e múltiplos programas, televisão móvel, interatividade e portabilidade, tudo isso num canal de 6 MHz. Acho que todos devem ter lido a Política, que menciona que o padrão, a tecnologia escolhida, adotada no Brasil, deve contemplar essas aplicações todas com a melhor técnica possível. Sendo assim, gostaria de aproveitar a mesma pergunta para questionar como V. S^{as} vêem a evolução dos padrões existentes para o futuro, como eles estarão daqui a três, quatro, cinco anos, porque hoje cada um tem um desempenho. Evidentemente, como vários de vocês falaram, estamos decidindo algo que vai durar 30 anos. Não podemos ver a situação apenas hoje. Temos que analisá-la num prazo médio a longo. Então, basicamente, a pergunta é como vocês vêem as tecnologias existentes hoje aderentes à Política definida pelo Ministério e pelo Presidente?

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Uma briga que temos é deixar de olhar para trás e olhar para frente. Não podemos mais ficar pensando em

MPEG-1 e MPEG-2; temos que olhar para o **MPEG-4, MPEG-7, MPEG-21**. Felizmente, todos esses padrões são mundiais. Nós não vamos ter que escolher um padrão, mas são padrões aceitos vastamente, mundialmente, o que não é o caso do padrão da modulação da TV digital. Felizmente, esses padrões, que incorporam 80% da tecnologia digital e são abertos, com exceção de algumas patentes – aí é uma questão de o Brasil correr e fazer antes o **software**, para que não paguemos – são propostos, mas não realizados. Então, se o Brasil começar a se mexer agora, em vez de pagarmos a patente, podemos ganhá-la.

O que esses padrões dizem? Não vamos chamar de unidade receptora, mas de ponto de acesso, porque é interativo. As pessoas poderão fazer transações econômicas e usar a Internet na TV do futuro. O ponto de acesso não será nem um computador, será um supercomputador. Não existe microprocessador hoje que consiga efetivamente implementar toda a **MPEG-4**. O que isso significa? Nós temos que olhar para frente; temos que olhar, dentro dessa política de inclusão, o que está em jogo em relação não só à modulação, mas a toda a arquitetura da TV digital, que residirá principalmente no ponto de acesso.

Concordo com o Professor Guido: talvez uma indústria de **software** seja relevante, mas talvez uma outra indústria de **software**. Discordo dele na questão de sistema operacional. Não sei se a TV do futuro, na essência, será um computador convencional. Vai convergir em algumas ineficiências, inclusive do ponto de vista comercial. Concordo com o que ele falou: temos que pagar **royalties**, se for aceito um sistema operacional comercial. Talvez não precisemos de sistema operacional. Nós viabilizamos um **set-top box** que não precisa de sistema operacional. Ele roda a aplicação única em função da demanda do usuário. A maioria dos videogames também não tem sistema operacional. A maioria dos serviços domésticos que a TV digital pretende incluir não necessariamente passa por sistema operacional.

Falo sobre a questão do sistema operacional porque, nas nossas pesquisas, percebemos que ele tem um impacto em silício, ou seja, são necessários mais componentes eletrônicos. Aí chegamos a um preço mínimo de **set-top box** em torno de US\$500 a US\$1 mil, e não conseguimos vender um **set-top box** desse preço para 60 milhões de brasileiros hoje.

Considerando esses aspectos tecnológicos iniciais, vamos ver, então, os três padrões disponíveis e, eventualmente, o quarto. Primeiro, será a escolha menos pior. Por que a escolha menos pior? Porque, ab-

solutamente, o Brasil não participou de nenhum desses padrões. Não foram padrões propostos à luz da realidade socioeconômica brasileira; foram feitos por outros, e simplesmente vamos escolher um desses padrões.

Segundo, esses padrões foram feitos à luz da sociedade que o propôs. No caso do padrão norte-americano, antes de se pensar no **VSB-8**, pensou-se no cenário de TV norte-americana. Os americanos têm 250 milhões de televisores. Eles têm três televisores por residência, e noventa por cento desses televisores não são por antena, mas a cabo. E um dos motivos pelo qual a TV digital não está pegando lá é que a TV convencional já é boa. O ATSC pressupõe o legado norte-americano; pressupõe 30 anos de uma TV que começou precariamente com o NTSC e hoje é de excelente qualidade. E o americano não está nem aí para a TV digital, porque a interação ele ganha pela Internet. Vocês vêem, pela “mancha” da Internet no mundo, que os Estados Unidos têm mais de 60%. A sociedade norte-americana resolveu a questão da inserção da TV digital de outra maneira, propondo, então, a ATSC, que é um padrão razoável, considerando este legado: o cenário norte-americano.

Pode-se pensar: se for aceita a ATSC, o Brasil vai vender tevê para os americanos. Enquanto estamos discutindo aqui, outros países – totalmente não-alinhados, que têm base industrial televisiva, como a Coreia – já optaram pelo padrão americano e já estão começando a alinhar a linha de produção para fabricar tevê hoje. Como o Brasil imagina competir com países que, três ou quatro anos antes, começaram a se preparar para isso, com toda uma indústria não só de **hardware** mais de **software** também? Esse foi o cenário americano.

O cenário europeu: a Europa se reuniu num bloco, com 200 milhões de assinantes televisores. Os europeus são muito pragmáticos: conseguiram juntar 33 países para discutir um padrão de tevê. Juntou-se para fazer um cavalo, e saiu um camelo, que foi o padrão **DVB**, um padrão bom, que está sendo aceito por mais que haja dificuldades econômicas. Nenhuma tecnologia nova foi introduzida facilmente. A tevê foi introduzida em 1933, pelos alemães, nos Jogos de Berlim, e demorou quase 20 anos para virar realidade. Mas, de certa forma, os europeus tentaram conciliar interesses de todos os países do bloco da comissão européia, e aí surgiu o **DVB**.

Voltei do Japão há três meses e fiquei impressionadíssimo com o consumo de tecnologia dos japoneses. Até certo ponto eles consomem como os brasileiros, eles gostam dessa salada, dessa mistura.

Todo japonês tem celular. O celular japonês tem vídeo, câmera, aciona o forno microondas... Na verdade, é o que o brasileiro quer. Somos tolerantes a essa tecnologia. Mas qual a diferença entre o japonês e o europeu ou o americano? Ele não está nem aí para o legado. Ele tem uma capacidade de manufatura interna e uma tecnologia tal que pode até ter a ousadia — não vou nem falar de tevê, mas de sistemas integrados, serviços integrados — de dizer que vai rodar o celular de terceira geração com televisor, tudo junto. Isso aí é um padrão tecnicamente maravilhoso, porque ele converge tudo, quer dizer, ele não pensa mais no celular, na tevê, no automóvel, mas em tudo junto. E, como o Professor Max disse, alguém vai ter que pagar por esse desenvolvimento, e penso que é uma oportunidade para o Brasil. A nossa engenharia está sem desafio, não sabemos o que fazer com tantos engenheiros que estamos colocando no mercado: eles só têm desembulhado pacotes e instalado os computadores. Por que não partir para um desenvolvimento também?

Finalmente, temos os chineses. Fiz uma pesquisa sobre o número de televisores no Brasil: 60 milhões. Fabricamos dez milhões por ano. Quantos televisores os chineses têm e quantos eles fabricam por ano? Falaram-me o seguinte: 350 milhões de televisores. Precisam fabricar mais 600 milhões em dois ou três anos, e têm uma capacidade de manufatura instalada de 60 milhões por ano. Se eu tivesse isso no Brasil, eu faria o meu padrão e também não dava bola para ninguém. É isso que está por trás dos padrões que estão por aí. Estamos pensando em qual dos quatro escolher. Penso que tínhamos não apenas que ver os erros que eles estão cometendo, mas também olhar para o que queremos nos próximos 20 anos. O que está em jogo aqui, como o CPqD falou, é a exploração do canal de 6 MHz, e vamos colocar, no mínimo, 30 megabytes. Ora, 30 megabytes é quase mil vezes o que temos hoje no **modem**. Mas isso virá pela tevê e, de alguma forma, vamos retornar. Ou seja, o que está em jogo é isto: a exploração, à luz da inclusão, à luz de dar acesso a toda a população. Por que a indústria de informática não cresce mais no Brasil? Um computador, depois da crise cambial, custa dois ou três mil reais. Custava, antes da crise cambial, um mil reais. Por causa disso, fabricamos 600 a 800 mil computadores, comparados com os 10 milhões de televisores que manufaturamos. Tevê é democrática; todo mundo compra. Na década de 90, o único item eletrônico de consumo que caiu de preço, no Brasil, foi o televisor. Por isso, todo mundo tem televisão em casa. Quanto ao computador, por causa do

nosso déficit na balança de componentes — porque não podemos comprar semicondutores —, pulou de R\$1 mil — quando o dólar estava com paridade de um para um — para quase R\$2,5 mil, R\$3 mil. V. S^{as} imaginam que conseguiremos fazer TV digital com o receptor custando R\$1 mil? Não.

Então, essas são algumas coisas que devem ser pensadas à luz desse processo de digitalização. Lembre-se que o modulador é um pedaço da tecnologia — considero que, no receptor, obviamente, na estação, é 90%, porque todas as antenas, todos os moduladores terão que seguir o padrão. Creio que se trata de um assunto altamente relevante para os **broadcasters**, para as emissoras de tevê, mas, para quem recebe, num circuito digital, em que há toda uma massa de silício sintetizada **MPEG-4** — pelo menos, estimamos em 10 milhões de transistores —, o desempenho deve ser muito bom. Qual é o computador mais rápido do mercado? Um **Pentium IV**? Então, o desempenho deve ser, no mínimo, o dobro do de um **Pentium IV** para poder receber TV digital boa. Como fazemos uma caixinha dessas custar o preço atual de uma tevê de 14 polegadas? Quanto custa uma tevê de 14 polegadas? Duzentos reais? Cento e cinquenta reais? Creio que o processo de digitalização envolve essa discussão também.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) — Tem a palavra o engenheiro Max.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA — Eu gostaria de comentar um artigo que li, há pouco tempo, numa revista de engenharia, a **Spectrum**. A matéria falava das dificuldades que hoje estão sendo apreciadas pelos desenvolvedores dos sistemas de terceira geração de telefonia celular. Basicamente, não há uma demanda expressiva, e eles estão tendo uma série de problemas. E o jornalista fazia uma comparação com o que aconteceu no início dos anos 60 com a televisão a cabo. Naquela ocasião, quando se fazia uma demonstração dos recursos da televisão a cabo, muitas pessoas se perguntavam: “Quem vai querer pagar por isso, se podemos ter ‘a mesma coisa’ de graça, pelo ar?” E o desenvolvimento da televisão a cabo não foi sem problemas, mas continuou, e ela hoje é uma realidade. O Brasil até acordou muito tarde para isso, ou seja, depois que as empresas estrangeiras compraram as licenças de exploração da televisão a cabo no Brasil, tivemos que comprar dessas empresas as licenças.

Creio que isso está relacionado com a questão apresentada pelo Conselheiro Fernando Bittencourt. Aliás, gostaria de agradecer-lhe pela pergunta, por-

que é inteiramente pertinente, e acredito que essa é uma questão central. E eu gostaria de comentar duas observações feitas pelos meus colegas da Mesa. O Dr. Graciosa afirmou que não há “uma” televisão digital, que a proposta não é fazer “uma” televisão digital, mas muitas televisões digitais, baseadas em diferentes sistemas: sistemas de transmissão por satélite, de transmissões terrestres – que fazem parte da nossa discussão aqui hoje –, sistemas celulares de terceira geração, depois de quarta geração etc. Já o Professor Marcelo Zuffo comentou sua experiência no Japão sobre o início da terceira geração – Coréia e Japão já estão no início da terceira geração. Algumas pessoas consideram que seja ainda a geração “dois e meio”, porque as taxas completas, as taxas totais de transmissão não estão ainda sendo implementadas, mas, de qualquer forma, a promessa é muito grande. E creio que essa questão da evolução tecnológica é inteiramente pertinente, porque podemos considerar a **Lei de Moore** – uma lei que está em voga há mais de 20 anos e que diz o seguinte: a densidade de componentes eletrônicos dobra a cada 18 meses, e o custo dessa eletrônica cai pela metade a cada 18 meses.

Então, o efeito disso é que, ao longo do tempo – e não precisamos tomar muito tempo, por exemplo, nos últimos dez anos –, foi tão grande a evolução dos celulares, dos computadores, dos HDs e de vários outros recursos, que hoje, de certa forma – vou usar uma expressão em inglês, que é **take it for granted**, não há uma expressão boa para isso em português –, simplesmente consideramos como algo mais ou menos banal, integrado à nossa realidade.

Então, essa questão da evolução tecnológica é muito importante. Por isso é que a escolha de um padrão, seja ele qual for, deve estar associada à possibilidade de evolução tecnológica. Assim, considero um pouco temerosa a escolha de um sistema, robusto que seja, que impeça essa evolução tecnológica ou a utilização dos recursos tecnológicos que estão por vir.

Do ponto de vista da primeira parte da pergunta, sobre como esses vários padrões atendem aos requisitos da proposta ou das diretrizes do Governo, isso também faz parte da questão de evolução tecnológica. Alguns deles são mais nativos a essa idéia de dirigir o **broadcasting** de forma bastante flexível, como se fosse, podemos considerar assim, uma pizza cortada em pedacinhos, da qual podemos nos servir de várias formas. E alguns padrões são mais voltados para blocos de um tamanho maior, e essa divisão em tamanhos menores pode ser um pouco mais dificultada; mas não é impossível, não é, inclusive, algo que esteja muito fora do alcance. Tenho acompanhado, na

literatura, que todos os padrões terão, dentro de muito pouco tempo, capacidade de transmissão móvel, que é um dos requisitos, capacidade de integração de serviços em maior ou menor grau. Então, essa questão será atendida pela evolução tecnológica que se prevê nos próximos anos. Há muito investimento nessas áreas, em particular nessa questão da equalização do canal para transmissões em 20 megabytes por segundo. Esse era um problema inusitado, não havia antes, pois as transmissões sempre eram de velocidades bem mais baixas.

É o vídeo que demanda taxa. Às vezes pensamos que dados possam demandar taxa. Dados não demandam taxa. Para que se tenha uma idéia, toda a **Encyclopaedia Britannica** pode ser codificada em 4 gigabytes. Não são 4 gigabytes por segundo, são 4 gigabytes, ponto. Quatro gigabytes são 32 gigabites. Se uma rede transmite a 2,4 gigabites, tem-se toda a **Britannica** transmitida em 13 segundos. Dados não representam carga. Voz, nem se fala. Quem representa carga é vídeo, e vídeo é o “porco” das comunicações, ou seja, nunca está satisfeito, pode lhe ser dada a taxa que for, que ele quer mais. Um canal de alta definição precisa de 20 megabytes por segundo. Se se quiser colocar 100 canais à disposição, já são 2000 megabytes, ou seja, 2 gigabytes por segundo. Então, ele ocupa a taxa que se der para ele. Isso vem sendo assim.

O videofone não decolou porque as tecnologias não estavam ainda se encontrando, havia uma defasagem entre o que o mercado podia aceitar e desejar e a tecnologia disponível. Hoje se prevê que isso está mais próximo de acontecer, mas ainda pode ser um empreendimento temeroso trabalhar com videofone nesse momento, dadas as experiências malsucedidas do passado.

Então, a evolução tecnológica é o fator que vai determinar a forma de evolução desses sistemas e dessas muitas televisões. Acredito, mas pode ser que eu esteja enganado, que a televisão móvel vá encontrar na tecnologia celular uma tecnologia muito mais apropriada, porque ela vai envolver múltiplas antenas. As transmissões não terão que ser feitas com muita potência a partir de cada uma dessas antenas, porque elas estariam relativamente próximas. Podemos ter células, ou microcélulas, ou picocélulas atendendo a esses serviços. As taxas não são tão altas porque não se prevê aí um sistema de alta definição para televisão móvel. Então, esse tipo de tecnologia, parece-me, é mais adequado para a televisão móvel do que uma transmissão a partir de uma portadora única, que, naturalmente, exigiria uma potência muito

alta, para que todos os usuários, na borda da região de cobertura, pudessem ser atendidos de forma adequada.

Essa evolução tecnológica e a interação da tecnologia com o mercado determinarão, creio, de que forma esses serviços vão progredir. Não adianta ter só a tecnologia; é preciso haver alguém que queira pagar por ela.

Acredito que os quatro sistemas – estou incluindo, agora, o sistema chinês – estarão perfeitamente em condições de atender às exigências das diretrizes estabelecidas pelo Governo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o engenheiro Hélio.

O SR. HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA – Fernando, acho que, infelizmente, você não terá uma resposta objetiva para a sua pergunta. A escolha do padrão, já deu para notar, não é só uma questão técnica de verificar qual atende exclusivamente aqueles requisitos desejados previstos na Política. É uma questão de permitir a evolução tecnológica, de negociação eventual de contrapartida; é uma questão de facilitar mais a produção aqui, não só de **hardware**, mas também, como frisou o colega, de **software**.

Penso que este debate deve ser mais aprofundado, com mais grupos interagindo, para chegarmos a um acordo. Essencialmente, vai depender do chamado modelo de negócios que prevalecer na televisão digital.

Toda a minha origem é em telecomunicações. Este ano o mundo das telecomunicações, como costume dizer, passa pela maior crise. Desde a invenção do telefone, nunca houve uma crise tão grande. Por que? Febres tecnológicas. Acreditou-se que todo mundo iria usar a Internet cada vez mais, com vídeo e tudo o mais, que se precisaria cada vez mais de banda etc. Conforme recente artigo que li sobre os Estados Unidos, nos últimos quatro anos, eles multiplicaram a capacidade de transmissão das redes por quinhentos, considerando o número de fibras óticas e também a utilização de equipamentos de terminais com muito mais capacidade de transmissão. Só que o tráfego cresceu quatro vezes.

Então, toda semana vemos uma empresa de telecomunicações quebrar, ou vemos uma empresa fornecedora mandando dezenas de milhares de empregados embora.

Nessa área que o Max mencionou, da terceira geração de celular, acreditou-se que a tecnologia era muito mais poderosa para implantar hábitos na popu-

lação do que realmente está se mostrando. A velocidade de penetração da terceira geração de celular é muito mais lenta do que se imaginava. E foram pagos de licença para a televisão digital 110 bilhões de euros ou de dólares – não me lembro mais qual a moeda, mas hoje o valor é muito parecido.

Então, essa febre tecnológica, essa crença de que a tecnologia empurraria as pessoas para a utilização de novos serviços não aconteceu em telecomunicações, nem na área fixa nem na área celular.

Então, passando isso para a televisão digital, penso que um ponto importante é o modelo de negócios. Temos de aprender com o que está acontecendo no mundo das telecomunicações, porque entrar por um caminho que não esteja muito bem delineado, muito bem estruturado, traz as suas conseqüências, e inviabilizar o uso da TV digital só porque é muito caro, ou porque a programação não é adequada, ou porque a flexibilidade não é o que a pessoa queria, é um desastre para a população e principalmente para as empresas de televisão, que não podem enveredar por um caminho desse.

Penso que a escolha é importante, mas ainda temos de debater muito mais o modelo de negócios que será utilizado no mundo nessa transmissão digital de TV.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o Dr. Guido.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Com relação à pergunta do Fernando, gostaria de dizer que a questão de atendimento aos requisitos fica muito concentrada na recepção móvel e portátil, porque, em outros aspectos, todas essas tecnologias atendem bem.

Com relação à questão de recepção móvel e portátil, temos que imaginar cenários e ver o que realmente vai prevalecer. Na minha opinião, na hora em que temos um dispositivo portátil ou móvel, temos um dispositivo de capacidade de processamento limitado.

Com a evolução da tecnologia, a capacidade aumenta. Mas sempre haverá uma capacidade muito maior no dispositivo fixo, com porte maior, com energia, com a conexão de rede fixa, do que em um equipamento móvel.

Concordo com o que disse o Max: teremos de fazer uma escolha. A transmissão de vídeo para esse tipo de equipamento será realizada pela infra-estrutura de **broadcast** de televisão ou pela infra-estrutura de transmissão de celular de terceira geração? Não adianta mandarmos para esse dispositivo um vídeo com qualidade maior do que sua condição de rece-

ber, processar e apresentar. Minha opinião é que é mais adequado atender esse tipo de serviço com a infra-estrutura de celular, pelas mesmas razões abordadas pelo Max.

Acredito que, em relação à televisão, o modelo de negócio é fundamental. Nessa área, há exemplos de investimentos altíssimos feitos por empresas da Inglaterra e da Espanha e que não foram bem sucedidos. Essas empresas estão em dificuldades; praticamente faliram. Então, temos de tomar muito cuidado e sermos muito flexíveis, para que as empresas de televisão, que já estão fazendo experimentos e descobrindo o que o mercado quer, compra e tem condições de absorver em equipamentos e programas mais sofisticados, decidam como irão inserir a nova tecnologia na casa das pessoas. Será preciso bastante flexibilidade, mas isso já está contemplado.

Com relação à evolução tecnológica nessa área, é difícil prever o que ocorrerá, porque as mudanças estão cada vez mais rápidas. Como disse o Hélio, isso realmente assusta. A tecnologia está evoluindo muito rápido e, com certeza, hoje, mais rápido do que a capacidade das pessoas de absorver. Por isso, é preciso tomar muito cuidado ao apresentar, introduzir tecnologia nova para a sociedade, a fim de se evitar prejuízos.

Não acredito que os problemas que hoje se concentram na recepção móvel e portátil devam ser resolvidos pela televisão, mas, sim, pelo celular de terceira geração, porque a banda passante, quer dizer, a taxa de transmissão é mais adequada. Considero a própria infra-estrutura de transmissão, com mais antenas, mais adequada a esse tipo de serviço do que a infra-estrutura de transmissão de TV, que, na minha opinião, deve focar maior qualidade e a possibilidade de interação.

O cenário brasileiro é diferente do americano. Vejo a TV com um potencial muito grande de universalização do acesso até à própria Internet. No futuro, os aparelhos deverão ter um custo mais acessível – é uma questão de engenharia, de baixar o custo da televisão, que, na realidade, tem um computador embutido, para um valor entre R\$300,00 a R\$400,00. E o custo tem muito a ver com a escala. Quando se pensa numa escala de produção de R\$50 milhões, isso começa a se tornar viável.

Com relação ao **software**, como disse o Marcelo, será que dá para fazer um equipamento nesse custo, considerando o sistema operacional? Em alguns casos, está sendo investigada a possibilidade de algo monolítico, mais específico para determinado programa. Isso diz respeito à discussão de flexibilidade/cus-

to. Que modelo de **software** será adotado para esse dispositivo? Se privilegiarem a flexibilidade, adotarão um modelo em camadas, sendo uma dessas camadas o sistema operacional. Dentro desse modelo, determinada rede de televisão, transmissora ou retransmissora poderá escolher adotar para seus assinantes um sistema operacional, e outra poderá escolher outro. No entanto, se há escolha de uma plataforma, tendo-se um código fixo e vertical, na hora em que a emissora, ou a Anatel, ou quem de direito definir qual será a plataforma, todos deverão optar por ela.

Certamente, vamos ganhar em desempenho e custo com flexibilidade. Se se tem um modelo em camadas, pode-se abrir e deixar a escolha para as transmissoras e retransmissoras.

No caso, nesse momento de se definir **softwares**, vamos ter uma integração do sistema em transmissão aberta com os sistemas de TV a cabo, porque o aparelho, no final das contas, vai ser o mesmo, independentemente de vir de satélite, de cabo, **MMDS** ou aberto, terrestre. Todos vão acabar no aparelho de TV digital e executando um sistema operacional com algo mais flexível em cima.

Na realidade, pelo que tenho visto das tendências, parece-me que, pelo menos no primeiro momento, teremos inclusive mais do que sistema operacional e outra camada em cima, o modelo de três camadas — Sistema Operacional **Milor** —, e aplicações em cima desse **Milor**. Aí teremos flexibilidade nos padrões na linha da ISO com o **MPEG-7**, o **MPEG-4** e o **MPEG-21**, cada um com a sua função, ou no tipo Java TV, Microsoft TV, outros formatos que estão aparecendo, como o da **TVF** ou o da própria ISO, mas de um outro grupo, porque o MPEG é o grupo de especialistas em vídeo.

No **MPEG-4**, abriu um pouco o contexto de vídeo para o de aplicações multimídia, integrando realidade virtual com aplicações de vídeo e áudio. Mas há outra linha da própria ISO, que vai mais na direção de documento multimídia, que é o grupo do **MEG – Multimídia Expert Group**, que, inclusive, foi o padrão para a TV interativa, adotada por uma empresa no Reino Unido. Eles apostaram nisso e estão desenvolvendo e executando. Há máquinas de execução **MEG** em cima do sistema operacional, que é flexível.

Na questão de **software**, também temos uma escolha a fazer, que é flexibilidade e desempenho.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O Conselheiro Fernando fará alguns comentários.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre as respostas.

Acho muito importante a discussão bem definida e clara sobre telecomunicações móveis. A minha visão sobre isso é a seguinte: em relação à evolução das telecomunicações, desde as analógicas até a segunda e terceira gerações, o conceito não vai mudar no sentido de que a comunicação é um para um, ou seja, de um ponto para um ponto. Quando se usa o celular, quando se telefona para a casa ou se acessa a Internet, a pessoa tem um **stream** de bites. Isso não vai mudar com as diversas gerações que estão vindo, inclusive com a terceira. Continua-se consumindo algo que é exclusivamente seu. E mais: isso é pago.

A televisão também não vai mudar. A televisão analógica é livre, gratuita e tudo é transmitido de um ponto para milhões. Tudo o que se transmite pela televisão não é para uma pessoa, e, sim, para milhões. Isso continuará sendo assim na digital. Inclusive, a Política de regulamentação estabelece que a televisão continuará livre e gratuita, apesar de ser digital.

São dois conceitos muito diferentes, e um não substitui o outro. A televisão móvel é importante sim porque será livre, gratuita e transmitida simultaneamente para milhões. Um vídeo consumido pelo celular - o que vai acontecer evidentemente - é pago e visto exclusivamente por quem o está consumindo.

São dois conceitos muito diferentes que têm que ser considerados na discussão. Daí a minha defesa de que a Política apresentada está correta no sentido de permitir - evidentemente para a empresa que quiser, não sei se todas vão querer, mas a Política define que o modelo de aplicação seja escolhido por cada empresa e local - que a empresa escolha, dentro da tecnologia adotada, a aplicação móvel.

O outro comentário que eu gostaria de fazer é com relação à questão das aplicações e contrapartidas.

Na realidade, a Política escrita define as aplicações muito claramente. E, definidas as aplicações, a tecnologia escolhida terá que cumpri-las, e haverá uma discussão de contrapartidas. Não significa que sejam dependentes entre si as aplicações definidas e a tecnologia aplicada. Essa tecnologia escolhida tem que cumprir tudo que foi definido como aplicações, ou seja, tem que permitir que sejam feitos: alta definição, múltiplos programas, interatividade, mobilidade e portabilidade. Cumpridas essas aplicações, aí sim, decidem-se as contrapartidas que a tecnologia escolhida tem que oferecer.

Com relação à evolução, vejo que as tecnologias já existentes – a não ser a chinesa – são fatos consumados. Em sua evolução, a tecnologia tem que cumprir algo fundamental, que é manter o que já foi feito. Ou seja: ela não pode ser incompatível com o passado. Isso é algo muito delicado, porque a evolução não pode tornar obsoleto o que já existe. Ela tem que se manter coerente com aquilo que já existe. Precisamos estar atentos, porque evolução haverá, mas não pode esquecer do legado, dos pontos que já existem. Na Europa, eles já detectaram alguns problemas na introdução. Agora, na Inglaterra, já querem estabelecer e não conseguem, porque já se tem lá um legado de aparelhos vendidos, difíceis de modificar.

Quanto ao modelo de negócio que o Sr. Hélio Graciosa comentou, de certa forma, entendo que a Política amarrou muito esse modelo de negócio, deixando pouco espaço – talvez haja algum - sobre o que poderá ser feito com a TV digital. Evidentemente, interatividade e **datacasting**, por exemplo, são pontos que podem, sim, evoluir. Tentaremos contribuir nesse aspecto sobre o que pode ser feito: utilizando os dados, pode ser pago ou não.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Segundo o que foi previsto, a nossa audiência pública se desenvolverá até às 17h30. Já sabemos que os engenheiros Hélio e Marcelo precisarão ausentar-se às 16h30. A idéia é continuarmos com os remanescentes.

Tínhamos identificado pelo menos uns doze pontos de questionamento a serem dirigidos aos nossos convidados. Devemos nos esforçar para que essa etapa do debate seja mais objetiva, permitindo que esse aproveitamento da contribuição dos nossos convidados seja o mais intenso possível. Solicitamos esse esforço aos integrantes do Conselho e aos nossos convidados.

Essa primeira reunião é especialmente mais abrangente e envolve uma série de considerações. Daqui em diante, tanto quanto possível, porque o que interessa é absorvermos a qualidade da contribuição dos convidados, procurem focar mais nos aspectos específicos da pergunta.

O próximo questionamento ficou a meu encargo. Na interpretação de V. Sas, qual é a urgência que temos para as definições e para a implantação da TV digital no Brasil?

Temos tempo para considerar as alternativas do padrão chinês, as limitações já assinaladas pelo Engenheiro Max em relação à diferença de canaliza-

ção de 6MHz, no Brasil, e de 8MHz, na China? É um fator impeditivo isso acontecer?

Há outros aspectos, como, por exemplo, a possibilidade de o modelo chinês prever um perfil de equipamento que, talvez, seja mais compatível com o padrão de consumo da sociedade brasileira e de o projeto de massificação do modelo chinês ter alguns elementos que possam servir à definição do modelo brasileiro. Que outros aspectos do modelo chinês poderiam ser relevantes, além de uma eventual parceria para o desenvolvimento da tecnologia?

Um outro aspecto seria a possibilidade de desenvolvermos um padrão próprio. Isso seria viável? Isso seria desejável? Que condições teríamos para buscar um padrão próprio para o Brasil?

Finalmente, caso a resposta dos senhores a essa questão seja negativa, necessitamos de algum tempo para esperarmos a evolução das três principais plataformas tecnológicas disponíveis, além da chinesa, que já foi citada e que ainda está em desenvolvimento. Há alguma conveniência de que esperemos o desenvolvimento tecnológico dessas plataformas antes das decisões finais?

Enfim, considerando essas alternativas de enriquecimento das definições brasileiras – elas estão englobadas nesta “pergunta guarda-chuva”: qual é a nossa urgência em produzir as definições e a implantação da TV digital no Brasil?

Concedo a palavra ao engenheiro Marcelo Zuffo.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Não poderei discorrer sobre o padrão chinês, porque não conheço seus detalhes técnicos, quando comparado com os outros três padrões, sobre os quais há uma larga literatura publicada.

Para mim, que estou, há quinze, anos tentando desenvolver tecnologia no País, uma indústria nacional, e que participo da briga relativa ao déficit de semicondutores, é difícil falar que, hoje, é praticamente inviável um padrão brasileiro. E isso se dá não por falta de competência técnica, mas por falta de **timing**. Se quiséssemos um padrão brasileiro, deveríamos ter pensado nisso há quatro anos, dentro de uma associação de bloco econômico. O Brasil, liderando esse processo econômico na América Latina, com iniciativas como o Mercosul, deveria ter pensado num padrão que seria do próprio Mercosul. Os países do Mercosul têm os mesmos problemas macroeconômicos que os nossos para a inclusão digital. Assim, o possível padrão seria o padrão da inclusão. Isso de-

veria ter sido pensado há quatro anos. Hoje, temos o problema de **timing**.

Qual é o risco do outro lado? Corre-se o risco de toda a indústria com que trabalhamos, há trinta anos, ficar obsoleta. E ninguém quer isso. A pressa da indústria de televisões no Brasil – e também das indústrias de **broadcasting** e de manufatura cinescópica e do aparelho de tevê – deve-se ao fato de essa saber que, se não se posicionar rapidamente, a cada dia, ficará mais obsoleta, correndo o risco de perder o bonde.

Penso que esse é o cenário. Entendo que essa decisão deve ser tomada à luz da razão e à luz da preservação do que temos. Não são apenas 96% dos televisores; todo um acervo tecnológico foi criado, o qual é tão óbvio, que até esquecemos que ele existe. Chegamos em casa, ligamos a tevê e sintonizamos canais-livres de qualidade, se comparados às tevês européia e americana.

Essas são as minhas considerações. Infelizmente, com dor no coração, é difícil falar na defesa absoluta de um padrão brasileiro, por mais que isso esteja relacionado com nosso orgulho e a capacidade da engenharia nacional, porque perdemos o bonde, porque chegamos atrasados.

Existe a questão das barganhas. Já que seremos o fiel da balança, então, que se negocie. Já que não participamos desse processo e que tudo, absolutamente tudo, já está patenteado, então que negociemos barganhas, senão vamos pagar patentes que inviabilizarão o produto. Se mapearem o **MPEG-2** dos escritórios de patentes europeu e americano, tudo, absolutamente tudo, está patenteado de uma forma em que se preservam os mercados europeu e americano. O Japão é um caso a parte. Ou seja, o produto americano – por causa das patentes – não consegue entrar no mercado europeu e vice-versa. O mesmo acontece com os japoneses.

Nós estaremos colocando em jogo nossa indústria de **software**, nossa indústria que ainda existe de manufatura de computadores. Colocaremos em risco nossa indústria de produção televisiva, a existência das nossas redes de tevê que funcionam bem em função da escolha de um padrão. Esse é o risco que corremos. Temos de ser muito rígidos porque colocaremos à disposição um mercado consumidor de 180 milhões de brasileiros, que, em última análise, são 54 milhões de televisores. Como o ciclo de vida de um televisor no Brasil é de 14 anos, nos próximos 14 anos, gradativamente, ocorrerá a transição. Não acredito em uma transição rápida da TV digital, como a maioria das outras tecnologias. A dúvida é: se escolher-

mos o padrão errado, daqui a 14 anos, saberemos se a história deu certo ou errado.

Sobre a mobilidade, compartilho a opinião do Fernando. Por mais que o celular seja o canal conveniente, para todos os fins de engenharia, ele não é “inclusor”. Quantos aparelhos celulares existem hoje? Pior: quanto se paga por isso? O Brasil foi esperto em conseguir o crédito, a idéia do **baby**, o cartão pago, porque a nossa população só consegue consumir celular assim, ou seja, no final do mês, ganha-se um dinheirinho, compra-se um cartão com dez créditos que, minuciosamente, é gasto. Por isso, não acredito que a terceira geração de celular estará disponível para todas as camadas sociais, mas para as classes A e B. No entanto, a classe E do Brasil tem televisor. Há televisores em preto e branco à válvula funcionando no Brasil há 22 anos. É isso o que está em jogo na escolha desse padrão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Sr. Max.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Entendo que a pergunta é composta de duas partes. Uma delas se refere à urgência de se adotar um padrão e a outra se refere à conveniência de um eventual padrão nacional de televisão.

Começarei pela urgência, que é uma questão central nessa discussão, no sentido de que não há urgência, no meu ponto de vista. Tomar uma decisão precipitada pode ser extremamente oneroso, numa área que envolverá, pelo menos, uma centena de bilhão de dólares. Certamente, uma decisão inadequada repercutiria por algumas dezenas de anos, talvez 30 anos, como foi mencionado. Creio que não há urgência, pelo contrário, devemos tentar fazer desse limão uma limonada e devemos tentar aproveitar o desenvolvimento tecnológico do mundo, muito rápido por sinal. Devemos tentar acompanhá-lo, verificando de que forma os padrões vão evoluindo no sentido de se adequarem aos requisitos estabelecidos, utilizando esse acompanhamento num processo de negociação que talvez esteja um pouco amarrado, como disse o Conselheiro Fernando – também acho.

O processo de negociação deveria ser o item central da questão porque, em que pesem as vantagens de um ou outro sistema, teremos de pagar por isso. E, por enquanto, ninguém sabe qual é o custo disso. Assim, essa negociação em relação ao custo tem de ser compartilhada com a sociedade, mais aberta, e certamente mais flexível do que é atualmente.

Precisamos, realmente, sentar e aguardar – **sit back and relax** – o que acontecerá nos vários países

que adotam essa tecnologia, não só tendo em vista a evolução tecnológica, mas também a evolução de mercado.

Vimos o que aconteceu na Inglaterra e na Espanha. Eles estão voltando à carga, com uma carga útil reduzida para 13 megabytes por segundo, ou seja, os 20 megabytes por segundo, que são necessários para **HDTV**, não poderão ser transmitidos em função de problemas de interferência com o sistema de celulares. Eles tiveram de fazer um **back off** para evitar interferência com outros sistemas e, em função disso, tiveram problemas de qualidade e outros.

Devemos aguardar, verificar o que está acontecendo nos outros países, nos outros grupos, e, inclusive, o que vai acontecer no Japão, porque o sistema japonês existe em protótipos, mas o próprio Japão ainda não utiliza um sistema de televisão digital implantado com a tecnologia **ISDB**. Eles têm aquele sistema que mencionei no começo, o histórico sistema **Muse**, via satélite, mas ainda não está implantado no Japão um sistema de teledifusão terrestre digital. Imagina-se que, a partir do próximo ano, haja as primeiras operações.

Devemos aguardar e ver o que acontece. Com relação ao modelo brasileiro, concordo plenamente com o Professor Marcelo: não é adequado. Por outro lado, eu não diria que a notícia é totalmente negativa. Há muito espaço para o desenvolvimento brasileiro nas áreas de **software** e **firmware**, como comentou o Professor Guido. Essa é uma área em que o Brasil tem uma competência reconhecida. Competimos muito bem nessa área. Há vários aplicativos desenvolvidos no Brasil que concorrem com outros aplicativos internacionais, com muitas vantagens. Há espaço para desenvolvimento nosso, em áreas específicas de adaptação de aplicações, mas um padrão brasileiro de TV digital seria algo, parece-me, bastante temeroso.

Gostaria de comentar um aspecto que observei outro dia: quando se compra um aparelho de DVD no Brasil, não pode haver uma saída PAL-M, que é o sistema de cor utilizado no Brasil. As duas opções existentes nos aparelhos de DVD são o **PAL-N**, que é o sistema PAL adotado na Europa, e o sistema NTSC. Se a pessoa tiver um televisor dos mais antigos, que só recebe PAL-M, ela simplesmente vai ver o sinal DVD, ainda que com grande qualidade, em preto e branco; nesse caso, não se vai conseguir obter a cor. Isso ocorre porque os fabricantes de DVD não acharam interessante colocar uma saída PAL-M, porque só o Brasil utiliza esse sistema. Dessa forma, seria re-

almente temeroso fazermos algo exclusivamente para o Brasil. Ainda que o nosso mercado seja o que é, devemos considerar que não podemos competir nesses números com o resto do mundo. Foi inadequada a escolha do nosso padrão de cor, por uma série de aspectos, inclusive o fato de perder um dos componentes de cor; nós temos apenas um controle de cor.

O NTSC, por exemplo, embora tenha sido chamado no início jocosamente de **never twice the same color**, evoluiu e passou a ter uma qualidade bastante boa por questões da evolução tecnológica do padrão e dos transmissores e receptores. E eles têm dois controles de cor – matiz e saturação –, algo que não temos.

Assim, precisamos tomar certo cuidado com esse ímpeto de desejar um modelo brasileiro. Devemos, sim, desejar um modelo brasileiro nas áreas em que temos competências reconhecidas, que são as áreas de **software**, **firmware** e aplicações, ainda que de **hardware**, mas aplicações bem definidas.

Gostaria de fazer um último comentário, se me fosse permitido, quanto à questão dos **3G**. Concordo que, de início, esse modelo servirá às classes A e B, mas não vejo que o modelo **3G** seja exclusivamente de ponto a ponto; ele pode evoluir para **broadcasting** e se utilizar das várias antenas instaladas.

Em relação ao Modelo **3G**, refiro-me mais à questão de infra-estrutura. A infra-estrutura de múltiplas antenas é muito mais interessante nessa aplicação móvel do que uma estrutura de uma antena só, que precisaria ter uma potência muito grande para servir àquele usuário que está na borda da região de cobertura.

O Modelo **3G** pode evoluir e se adaptar a essa realidade de **broadcasting**. Se há um desejo, um mercado para isso, provavelmente vai acontecer.

E, novamente vem a **Lei de Moore**, que reduz à metade os custos dos equipamentos eletrônicos a cada dezoito meses. Custo esse que possa ser atendido apenas pelas classes A e B, no início. Depois de alguns anos, já vai poder também ser atendido pelas classes C, D e E. E são essas classes que trarão recursos para ganhos de publicidade, por exemplo. Porque elas classes são muito mais numerosas, a população representada é muito maior e o potencial de consumo que representam, conseqüentemente, também é maior, o que vai poder trazer ganhos para aquelas aplicações de televisão de **broadcasting** gratuito que se baseiem apenas no retorno obtido pelas publicidades.

É isso que gostaria de dizer.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra, o Engenheiro Hélio Graciosa.

O SR. HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA – Serei breve.

No que se refere à questão da urgência, concordo com o que o Max disse. Creio que não precisaremos decidir isso este ano. Penso que – e aqui brincando com o Max – não precisaremos aguardar para vermos o que acontece; temos, sim, que nos aprofundar nos estudos, naquilo que está acontecendo, no modelo para também deslancharmos alguns projetos de pesquisa de desenvolvimento a fim de ocuparmos um espaço – e aqui me refiro especialmente ao **software** nacional – quando a TV digital vier.

Com relação à questão de aguardarmos o padrão chinês, tenho a mesma posição do Marcelo. Creio que não temos conhecimento para saber em que estágio isso está para emitir uma opinião agora. Poderemos até fazer um estudo sobre o assunto para, posteriormente, passarmos alguma informação.

O outro ponto refere-se à questão do padrão próprio. Além das considerações do Max, eu gostaria de agregar que, para que o Brasil tenha um padrão próprio, nós teríamos que nos mobilizar, de termos vontade política, coisa que não temos hoje. O Marcelo, que está na área há vinte anos, e eu, que também estou o dobro do tempo do Marcelo, podemos dizer que o Brasil já teve mais vontade de desenvolvimento tecnológico na área de eletrônica, telecomunicação e informática. Hoje, há um esforço, mas os esforços são mais pulverizados. Creio que para um projeto desse tipo, como a questão do semicondutor, exige uma mobilização grande. No caso de padrão, teríamos que mobilizar outros países para um desenvolvimento conjunto. Hoje em dia um país só não viabiliza, talvez com honrosas exceções. Mas um país só, mesmo o Brasil que acreditamos que é grande em termos de mercado, mas em termos de padrão, de ter uma escala de produção, não viabilizamos. Teria que ter uma força política interna, que mobilizasse também uma frente externa para outros países adotarem isso. Hoje, não vejo que temos essa condição.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra, o Dr. Guido.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Inicialmente gostaria de fazer um comentário sobre a questão da rede celular de terceira geração.

Trabalho, especificamente, e é mesmo tema de pesquisa, ou seja, aplicação de videodigital em redes digitais de serviço integrado. Essas aplicações de

transmissão de videodigital só têm sentido, na grande maioria delas, excetuando-se videoconferência e videofonia, que é algo que realmente vai demorar um pouco mais, porque se não tem condição de transmitir videoqualidade ponto a ponto com várias fontes, então, eu e os demais pesquisadores que atuam nessa área, tentamos desenvolver, e estamos trabalhando, em tecnologias para transmissão de grupo em redes do tipo rede de celular. Penso que se essa rede se coloca como algo mais adequado para transmitir é na linha do que foi colocado pelo Max, ou seja, de se utilizar a infra-estrutura de transmissão, que já é projetada, é própria para dispositivos móveis, e, nessa rede, integrar técnicas de transmissão de grupo. Então, vai-se transmitir para grupos um vídeo que não vai ser pago. Quem tiver o seu celular ou uma TV que consiga sintonizar nessa faixa de frequência, vai poder receber os sinais que estão abertos e não vai poder receber as coisas que são privadas. No caso de comunicação, principalmente esse dispositivo atuando como fonte, aí, sim, você paga. Mas, como recepção, é uma questão de definir como os dispositivos receberiam essa coisa, utilizando técnicas de transmissão em grupo e em redes que são projetadas para dispositivos móveis e não são projetadas para **broadcasting**.

Nesse ponto, existe um compromisso. O que deverá se adaptar? Ou as redes de transmissoras de televisão, com a escolha do padrão e a aquisição de equipamentos – o dimensionamento dessas redes deverá prever dispositivos móveis –, ou a rede de celular deverá contar com suporte para transmissão aberta. Ou seja, é uma questão que deve ser analisada com calma.

Com relação ao tempo para decidir: também não concordo que precisamos tomar essa decisão ainda este ano, podemos esperar um pouco. E também concordo com o Hélio que não podemos adotar a postura passiva de aguardar o que vai acontecer. Demos início à discussão de maneira atrasada. O debate que ocorre hoje deveria ter ocorrido há quatro anos.

Creio que um resultado concreto dessa discussão é a estruturação de financiamentos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo Ministério das Comunicações etc. É necessário montar um projeto estruturante, que envolva empresas, universidades, centros de pesquisa etc., a fim de motivar uma massa de pesquisadores e empresários a discutir e procurar conhecer detalhes, adquirir tecnologia e aprender a fazer as coisas. As empresas precisam fazer testes, montar laboratórios, construir protótipos e testá-los com o apoio das universidades. Isso é urgente.

Exercemos uma ação firme na linha de um projeto nacional para o desenvolvimento de tecnologia nessa área, o que não existe. Se a discussão tivesse sido realizada há quatro anos e tivesse resultado em um projeto de escala nacional de desenvolvimento e tecnologia na área, hoje poderíamos estar numa situação bem diferente.

Com relação à associação com a China, estou na mesma situação: não conheço a proposta da China e, portanto, não posso contribuir nessa linha.

Quanto a desenvolver um padrão próprio, concordo com o que colocou o Marcelo: estamos atrasados para fazer isso. Mas não estamos atrasados, creio, para capacitar a indústria nacional a tentar desenvolver, principalmente na linha de **software** – isso, na minha opinião –, produtos avançados que, eventualmente, possam ser exportados. É necessário capacitar as pessoas, é necessário desenvolver a indústria de microeletrônicos a fim de, pelo menos, diminuir a quantidade de componentes que precisamos importar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O Engenheiro Marcelo fará um comentário. Em seguida, terá a palavra o Engenheiro Max.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Enfatizando isso: em 1984, na escola, fiz o último curso de tevê – foi ministrado pelo Professor Senatore, que, inclusive, escreveu livros sobre o sistema PAL. De lá para cá, as faculdades de engenharia elétrica do país praticamente não ensinam mais tevê.

Temos muito pouco para enfrentar um desafio tão grande. Os cursos oferecidos são residuais, em função da operação de uma infra-estrutura já existente. Havia classes com 200 alunos, na década de 70, pois toda uma indústria estava sendo implantada, estações de retransmissão eram construídas por todo o país e, portanto, havia a necessidade de engenheiros.

Se vamos nos preparar para esse salto – concordo basicamente com todos da Mesa –, devemos reconstruir um sistema de engenharia de televisão à luz do **software**, à luz do **hardware**, à luz da produção. Se assim não fizermos, não conseguiremos nem desembulhar o pacote. Não teremos fôlego para isso.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra, o Sr. Max.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Pois não. Ainda que se possa dizer que o consenso é burro, eu gostaria de registrar minha concordância com o Dr. Hélio Graciosa no sentido de que não podemos ficar apáticos e assistir ao que está acontecendo.

Meu comentário sobre esse **sit back and relax** foi metafórico. Acho que devemos arregaçar as mangas e participar do processo da melhor forma possível.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Temos um integrante da SET, a quem concedo a palavra.

O SR. CARLOS DE BRITO NOGUEIRA – Estou representando a SET.

Faço um comentário rápido, até para não atrapalhar a contribuição dos convidados, mas que considero importante. Trata-se do **3G** e da TV aberta. Concordo em parte com o que cada um falou, mas gostaria de acrescentar alguns pontos.

O fato de rede de 3G fazer **broadcasting** é tecnicamente possível, sim, mas a questão não é puramente técnica; evidentemente há o aspecto regulamentar, já que essas empresas não podem fazer **broadcasting**, porque não têm propriedade de pessoa física nacional. Há uma série de limitações regulamentares para fazer isso. Agora, tecnicamente é possível.

Eu poderia dizer com total segurança - e vou balizar em dois pontos - que fazer **broadcasting** livre e gratuito é economicamente inviável para essas redes. Por quê? Se considerarmos que a Anatel está imaginando para o Brasil a implantação de uma faixa 3G de 20MHz e que essa faixa suporta quatro frequências de 3G, para fazer só **broadcasting**, elas teriam a capacidade para fazer 1/3 das doze geradoras que existem hoje na cidade de São Paulo. Ou seja, você usaria toda a capacidade do espectro de frequência do 3G para fazer 1/3 do que é possível fazer com a TV aberta. Além disso, o investimento para uma rede de 3G que cubra a cidade de São Paulo é superior a US\$350 milhões. Não há como investir numa rede dessas sem que ela seja remunerada, sem que as pessoas paguem por isso. Por outro lado, o investimento de uma rede de **broadcasting** para cobrir uma cidade como a de São Paulo é 50 vezes menor do que esse, mesmo considerando o aspecto mobilidade. A mobilidade do **broadcasting** não sofre limitação no tráfego, uma vez que o tráfego é igual para todos. A rede de 3G tem limitação em tráfego. Não se pode pensar apenas tecnicamente porque há um aspecto regulamentar que é preciso que as pessoas entendam: não é possível fazer isso. A legislação não permite que essas operadoras façam **broadcasting**, e, ainda, não é economicamente viável para que essas operadoras venham oferecer TV aberta e fazer com que a TV portátil seja uma ferramenta de inclusão digital, como o Professor Marcelo colocou.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – As próximas indagações serão feitas pelo Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado.

Peço licença para fazer duas colocações antes de encaminhar as perguntas. A primeira é uma proposta à Comissão e ao nosso coordenador, no sentido de que depois encaminhe ao Marcelo e ao Hélio, que se vão ausentar, as perguntas restantes, para que eles possam encaminhar por escrito a sua contribuição. Essa é sugestão. A segunda, na verdade, é uma observação, corroborando com o que o Dr. Fernando falou no início, de agradecimento pela presença dos senhores, porque estamos percebendo quanto precisamos de cuidado nessa questão. E até foi interessante observar em algumas falas a preocupação com a questão do impacto social disso. Porque, com todo respeito, entendemos a proteção dos industriários, dos empresários, das TVs, com toda certeza isso também afeta um segmento profissional, boa parte, milhões de trabalhadores, mas na verdade o impacto, o que está em jogo aqui é toda uma população – ou a grande maioria – que, na verdade, não tem conhecimento do que se está tratando aqui, não tem sequer noção da transformação que vai ocorrer. Sob essa ótica achei interessante principalmente quando se fala do cuidado com a escolha, com a definição, sem adia-la **ad aeternum**.

Peço que as nossas duas perguntas sejam respondidas sob a ótica do impacto socioeconômico, do impacto na população, mais especificamente. Como representante dos trabalhadores em geral, a nossa preocupação maior é com os efeitos da transformação da tecnologia digital nos lares dos cidadãos.

As perguntas são as seguintes: uma vez definido o padrão – vamos imaginar, vamos fazer um exercício de futurismo –, que prazos seriam adequados para início das transmissões e para a preparação da nossa indústria? E que cuidados precisam ser tomados para adequação à realidade brasileira? Aí reitero a situação da população, que em percentual altíssimo tem TV aberta e que será a grande afetada com essa transformação.

São as duas perguntas, que se fundem, na verdade.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Eu sugiro que comecemos pelo engenheiro Hélio, que terá de se afastar às 16 horas e 30 minutos.

O SR. HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA – Temos calculado que serão necessários dois anos para o sistema entrar em funcionamento, uma vez definido o padrão.

No entanto, é preciso ver que a introdução será lenta. A descontinuidade é uma abstração dos matemáticos. Não existe. O que vai ocorrer no primeiro momento? Quem quiser ter a recepção digital comprará uma unidade, que será acoplada ao seu receptor. Assim, terá as facilidades iniciais da TV digital.

Aos poucos, com a escala de produção e integração do sistema na televisão, o preço ficará acessível para as pessoas de baixa renda. Inicialmente, não será todo mundo que terá televisão digital. Será um processo demorado – talvez de quinze anos. Vejo que a preocupação com a introdução gradual, até sob o ponto de vista técnico, de haver reserva em uma faixa de frequência, está em todos os textos que lemos sobre isso. Hoje, há um canal vazio entre cada dois canais analógicos – a chamada banda de guarda. Então, haverá utilização simultânea de um canal digital com um canal analógico, até que num prazo longo tudo será digital.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o engenheiro Marcelo Knörich Zuffo.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Vou abordar primeiro a questão da população, que é a grande interessada.

Às vezes sou muito criticado, porque estou tentando inverter a equação. Em vez de falar “vamos começar de A para E”, tenho dito “vamos começar de E para A”. Não sei se a qualidade da televisão será um ponto importante, inicialmente. Mas o que podemos agregar, em termos de inclusão, para nossa população? Por exemplo, a questão da Internet. São pífios os números da Internet no Brasil. A senhora que trabalha na minha casa disse que não iria pegar a Internet, apesar de achar que era importante para a filha dela.

Por que não, de alguma forma, introduzimos uma **internet box**? Não precisa ser HTML, XML, a última especificação. Pode ser HTML 2, 3, 4, algo que permita à população ter **e-mail**, acessar conta no Banco do Brasil.

Outra questão é a mobilidade. Os senhores já observaram as pessoas no ônibus, com um rádiozinho? Elas fazem um colar! Imaginem se em vez de rádio fosse uma televisão e as pessoas pudessem ver um programa educativo enquanto perdem uma hora, em São Paulo, no caminho para o trabalho! E se pen-

sarmos em inverter a equação? Em vez de tentar trazer o produto estrangeiro, que custa caro mesmo para a classe A, e que, por isso, está inviabilizando a TV em vários países, fizéssemos o contrário, dentro de uma solução nacional, ou seja, são **softwares** que poderemos desenvolver no País, é **hightech**, mas **lowtech**, porque tem que ser coisa básica. Esse é um aspecto.

Um outro aspecto diz respeito à **Lei de Moore**, quer dizer, cientificamente vemos que quando a quantidade de componentes dobra, a velocidade de processamentos também, mas o preço não cai. O preço do computador, por exemplo, manteve-se constante na última década. E essa é uma briga que temos, porque o preço do computador não cai proporcionalmente à **Lei de Moore**. Enquanto não cair, não poderemos pensar em introduzir a televisão digital. Chegaremos à barreira da Lei de **Moore** daqui a seis meses, quer dizer, chegaremos a uma dimensão de transistor de 90 átomos de silícios empilhados, mas não se sabe como ir mais à frente, não se tem idéia de como fazer.

Conseguimos colocar muito mais coisas em muito menos eletrônica; a velocidade de um computador Pentium 4 aumenta, mas o seu preço se mantém. Aí está uma questão bem colocada para quem quer implantar a tevê no Brasil. Como vamos colocar uma televisão que possui um computador em seu interior a R\$100,00 ou R\$200,00? Outro exemplo é o DVD. Fica barato colocar um circuito PAL-M – custaria algo em torno de R\$15,00 ou R\$20,00 –, mas por algum motivo eles não colocam. Essa é uma briga de blocos econômicos com a qual vamos ter que lidar.

Imagino que a entrada desses serviços será progressiva, ao longo de 10 ou 15 anos. Hoje estamos em uma situação como a do ovo e a galinha: a indústria quer, mas não pode fazer porque o Governo não decide. Mas o chute inicial foi dado com essa Política que foi publicada; só temos que dar um tempo para a indústria se posicionar.

A indústria de componentes já começou a se movimentar. Pelo número de interações que está tendo, estamos percebendo que alguma coisa está para acontecer. Mas precisamos promover toda uma motivação, que já tivemos no passado quando o Brasil enfrentou outros problemas.

Penso que podemos resolver dois problemas: a questão da Internet acessível para todos e, ao mesmo tempo, a questão da TV digital.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Engenheiro Max.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA –

A questão se refere aos prazos. Acredito que, como disseram aqui os meus colegas, esses prazos vão ser alongados. A inclusão dessa tecnologia não vai se dar da noite para o dia, mas lentamente. E a tendência, naturalmente, é que as classes mais abastadas possam adquirir os equipamentos inicialmente.

Por outro lado, muitos países estão adotando uma postura de **simultaneous cast**, de transmissões simultâneas do mesmo programa, ou seja, o mesmo programa que é veiculado em televisão de alta definição digital também seria veiculado na televisão convencional analógica. Isso faz com que haja uma maior inclusão das outras camadas da população. Penso que esse modelo também deveria ser adotado no Brasil.

Quanto à velocidade da introdução da tecnologia, penso que depende basicamente da capacidade das empresas de **broadcasting** e da indústria em se adaptarem e proverem recursos para os investimentos que terão que ser feitos. Então, não podemos forçar muito nessa área porque um desenvolvimento forçado muitas vezes leva a falências. Há, portanto, que se respeitar o interesse das empresas de gerar lucros, pois elas dependem disso, não trabalham por outro motivo. Poderíamos imaginar uma televisão estatal ou com o dinheiro público do modelo **PBS** americano, que recebe doações para tornar o processo um pouco mais agilizado. Mas a velocidade de introdução da tecnologia vai depender da capacidade das empresas em investir nessa tecnologia.

Não existe realmente uma pressa absurda. Inclusive, a questão da transmissão móvel é perfeitamente compatível com a tecnologia que existe hoje em televisão analógica. Hoje há muitos automóveis e ônibus com televisores a bordo, o que considero um pouco arriscado.

Há pouco tempo, vimos a legislação do Detran que proibiu o uso de celular, mesmo com o viva-voz, devido à distração que pode causar ao motorista.

Penso que isto também deve ser considerado: será que uma televisão móvel, com esses recursos que causem distração ao motorista, deve ser algo buscado tão enfaticamente? O mercado terá que dizer isso.

Concordo, também, com o engenheiro Carlos Brito, da SET: há questões muito sérias em relação à legislação e ao espectro. O espectro, realmente, é limitado. Imagino que se deve apreciar o desenvolvimento da legislação, que pode, inclusive, vir a gerar parcerias entre diferentes segmentos, por exemplo,

de **broadcasting** e dos provedores de serviço móvel. Pode ser que haja alguma sinergia no processo que permita uma colaboração entre eles, e naturalmente a legislação pode adaptar-se a esse desejo das várias partes.

A questão do espectro também é séria. Sabemos que há considerações sobre a **banda “X”**, no limite, em torno de oito gigahertz. Essa evolução também terá que fazer parte da solução.

Acho que respondi à pergunta.

Um comentário sobre a colocação do Professor Marcelo. É verdade que o preço dos computadores não baixa, mas porque os aparelhos não vêm exatamente da forma como eram. Eles evoluem e, então, agregam valor. Assim o custo se mantém. Se procurarmos o preço de um computador PC 286, por exemplo, em relação ao que era há dez anos, verificaremos que esse custo baixou bastante.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o Dr. Guido. Em seguida, os comentários do Conselheiro Fernando.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Em relação a impactos sociais, a pergunta tem duas linhas: a que se refere às indústrias e a que se refere a pessoas, à população de uma maneira geral.

Com relação à indústria, acredito que a pessoa mais capacitada para responder seria o Hélio Graciosa com a equipe do CPqD, que fez um estudo sério e profundo do tema. O prazo ideal seria de dois anos. Acredito que seja por aí.

Fez-se um estudo, mas não existe uma mobilização. Penso que o Governo poderia ter um papel fundamental. Do ponto de vista de pesquisa e desenvolvimento, existe a figura dos programas prioritários, ou seja, ciência da computação. Algumas áreas eventualmente foram eleitas como áreas prioritárias. Temos uma prioridade de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, para essa área. Se vamos precisar dar um salto, capacitar pessoas, formar pessoal; se quisermos que a comunidade ligada a pesquisas e os empresários passem a pesquisar e estudar esse tema; se disponibilizarmos financiamento para isso, as pessoas vão buscar esse financiamento, vão submeter-se e vão trabalhar em projetos nessa linha. Quer dizer, deve-se definir como prioritário e preparar chamadas, editais, estimulando pesquisadores a se organizarem com as empresas para adquirirem essa tecnologia e desenvolverem produtos de tecnologia tanto na área de **hardware** como de **software**. Isso é possível, e o Governo pode ter um papel ativo nessa questão.

Com relação a impactos nas residências, trata-se de um exercício de futurologia. No entanto, não se sabe como vai comportar-se a tevê interativa.

Na realidade, há pessoas que defendem a tese segundo a qual a televisão vai ser incorporada à Internet. Hoje, temos aplicações, exemplos que não vão adiante basicamente porque a capacidade de transmissão de redes tipo Internet é baixa quando chega na ponta, no acesso.

Como o Max já falou, para digitalizar-se um vídeo NTSC, analógico, é preciso que se tenha 250 megabytes, mas o equipamento que está ligando o computador hoje à Internet é de 30 kilobytes.

Agora, a questão é que a rede de televisão consegue chegar com uma velocidade necessária à casa das pessoas. No futuro, o que irá acontecer? Como o Sr. Hélio colocou aqui, estamos vendo que há uma banda bastante ociosa, capacidade de parque instalado ocioso nas indústrias de telecomunicações. Foram instalados milhões de quilômetros de fibra, que hoje estão apagados. No Brasil, várias empresas de telecomunicações lançaram fibra, e há muitas fibras apagadas, que não estão sendo usadas porque não há demanda. Aí, vêm algumas questões, como a distribuição de TVs por essas redes e a regulamentação na hora em que isso for liberado. Eventualmente, a demanda para esse parque, que está instalado e ocioso, pode vir a surgir.

Se a evolução ocorrer realmente para o lado mais Internet, a personalização do programa interativo é um negócio muito importante, principalmente sob o ponto de vista da educação. Hoje, temos poucos canais, com a programação totalmente definida por quem tem a concessão para transmitir e gerar a informação naquele canal. Com a TV interativa, vai-se tornar possível, cada vez mais, personalizar o conteúdo que será entregue na casa das pessoas. Na verdade, há uma discussão: isso realmente vai acontecer? Quando? Caso ocorra, abre-se a possibilidade de algo mais personalizado. Quanto à questão de educação, no começo eu falei que as redes de transmissão e retransmissão vão precisar prever que terão de armazenar programas de TV interativa. Na realidade, temos que imaginar que alguns programas serão gerados pela Rede Globo, no Rio de Janeiro, pela Record e pela Bandeirantes em São Paulo, sendo transmitidos para todo o Brasil. No Rio Grande do Norte, por exemplo, há programas de escopo local, inseridos na programação. Então, se imaginarmos que será possível que outras empresas distribuam o vídeo e usem a sua infra-estrutura de distribuição para entregar vídeo nas casas das pessoas, nós estaremos

aproximando cada vez mais o local onde está sendo produzido e armazenado o vídeo do usuário final. Isso irá permitir maior personalização. E, aí, pelo menos no nosso projeto, que está associado à rede de tevês públicas, há grande preocupação em estudar, por exemplo, como, associando técnicas e elementos de interação em programas tipo Telecurso 2º Grau – programas preparados – nós realmente conseguimos estimular as pessoas a assistirem mais a esse tipo de programa para se capacitar. O mesmo vale para o conceito de saúde.

A idéia no programa interativo é que as pessoas respondam algumas perguntas, devolvam-nas, recebendo retorno de algum professor ou de alguém que irá proceder à avaliação. Eventualmente, a pessoa receberá um conteúdo mais personalizado, que dependerá das respostas fornecidas. Pode acontecer algo muito importante.

A TV interativa é integrada. Como é essa interação hoje? A interação consiste, basicamente, em uma rede de distribuição de vídeo com capacidade enorme, quando comparada à capacidade do acesso à Internet, e que será usada para transmitir o vídeo de quem produz e de quem armazena esse conteúdo para as residências. A rede de retorno, na maioria dos casos, principalmente na introdução dessa tecnologia, é feita via telefone, usando o **modem**, sendo muito semelhante ao retorno de Internet.

Hoje, a rede usada para acesso à Internet é, no final das contas e na maioria dos casos, a rede telefônica. Então, em um programa de TV interativa – se começarmos a pensar o que vai dar para fazer com isso – eu imagino, por exemplo, uma torcida virtual: você senta em frente a sua televisão para assistir a um jogo e diz: “Eu vou sentar aqui porque torço pelo Flamengo e vou ficar na torcida do Flamengo.” O que significa isso? Estando o **set-top box** com o som aberto, tudo o que você grita, quem sentou ao seu lado vai escutar. Se ele se convencer de que aquele grito merece reforço, vai reforçar. Eventualmente, você tem um som da torcida, que pode até voltar para o estádio. Existem inúmeras coisas que sequer imaginamos que possam ser feitas e que acontecerão com a possibilidade de se integrar essa rede de televisão que está descendo o vídeo com essas redes de áudio, de Internet, que permitirão transmissão de volta, integradas.

No meu meio, estamos muito limitados pelas coisas da computação, mas, quando as pessoas de televisão tiverem conhecimento das possibilidades que isso vai abrir, buscarão o pessoal de desenvolvimento de **software** e **hardware**, aqueles que viabilizam os programas, e coisas inimagináveis surgirão.

Com isso, haverá a possibilidade de formação de uma classe virtual, em que várias pessoas estarão recebendo, por exemplo, o telecurso e poderão enviar mensagens de texto ou de áudio umas para as outras, uma pergunta, promover discussões, eventualmente um professor poderá estar participando desse grupo que está assistindo. As possibilidades são várias. A telemedicina, que poderá ensinar ou até mesmo pegar um **feedback** de pessoas que estão em casa, usando essa infra-estrutura que está se montando, de descida de informação, com alta capacidade, e, no início, um retorno, com a capacidade menor, mas a demanda será normalmente no sentido de quem tem o conteúdo para quem irá consumi-lo. Como disse o Max, a princípio essa interação será texto ou voz, meios de comunicação que necessitam de menos capacidade de transmissão.

As possibilidades são muitas.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Serei breve, para que haja tempo para mais perguntas.

Para contribuir um pouco com a discussão sobre o prazo, irei ao encontro da argumentação do Marcelo, o único que concordou com a necessidade de acelerar ou pelo menos manter um ritmo de implantação, não no sentido de esperar e ver o que acontece, mas no sentido de ser pró-ativo.

A questão do prazo me lembra o ideograma chinês que relaciona oportunidade e risco. Como tudo na vida, quando há risco, há oportunidade e vice-versa. Já perdemos a oportunidade do sistema brasileiro, porque ficamos discutindo, discutindo, discutindo, e a oportunidade passou; perderemos outras se continuarmos a discutir durante muitos anos.

Lemos todos os dias nos jornais e nas revistas especializadas que a maioria dos países tem prazos para começar e finalizar a transmissão digital de televisão. Isso significa que o sistema analógico será obsoleto. E isso já começou. Os Estados Unidos acabaram de definir 2004 como prazo para parar de fabricar aparelhos acima de 39 polegadas em analógico. Criaram um cronograma de desaceleração de fabricação. Isso significa que os nossos fabricantes vão começar a perder mercado se continuarem fabricando televisão analógica, porque o mundo inteiro já começou a se mexer para encerrar com o analógico.

Então, temos de tomar todos os cuidados para uma decisão correta, e é o que estamos fazendo. Pelo

que tenho estudado, não existe país que tenha estudado mais o assunto do que o Brasil. Já há algum tempo estudamos isso. Mas não devemos sentar, relaxar e deixar passar, porque vamos certamente correr muito menos risco, mas também vamos perder muitas oportunidades. Oportunidades que podem ser bastante sérias para o País.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O Dr. Hélio se compromete a responder as perguntas que não puderam ser formuladas.

Agradecemos a sua presença. Sua participação contribuiu com um conteúdo extremamente relevante para este debate. Esperamos poder contar, em outras oportunidades, com sua contribuição.

Muito obrigado, Dr. Hélio.

O SR. HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA – Eu é que agradeço o convite e peço desculpa por ter que sair, pois tenho um vôo marcado para as 18 horas.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O próximo questionamento será feito pelo Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) - O nosso horário é até as 17 horas e 30 minutos?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Sim.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) - Gostaria de fazer uma pergunta sobre contrapartidas, questão até agora pouco explorada.

Que tipo de contrapartida os senhores julgam necessário ser solicitado aos detentores da tecnologia que está sendo negociada? Quais as mais importantes para os senhores?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O Engenheiro Marcelo tem a palavra.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Todas as patentes já estão registradas, mapeadas e devidamente validadas para, se não me engano, os próximos dez anos e renováveis por igual período.

Então, qualquer produto de valor agregado brasileiro exportado para esses países, além do ônus fiscal, se pretensamente quisermos exportar produtos com tecnologia, por exemplo, **MPEG** ou **VSB-8** ou qualquer outro tipo de modulação, já existem patentes cobrindo todos esse produtos, seja no Japão, nos Estados Unidos ou na Europa. A questão básica é: pagaremos por essas patentes comprando produtos desses fabricantes no Brasil?

Segundo aspecto: queremos desenvolver **software**? As plataformas serão abertas ou fechadas? Até que ponto podemos fabricar **software**, mas não teremos acessos à caixa? Todos esses sistemas, como já foi dito aqui, são dedicados. Se o fabricante quiser, fecha a caixa. Não é como um PC que eu compro num supermercado e instalo o **Linux**. A maioria dos fabricantes oferece caixas fechadas, e os **hackers** se divertem quebrando as caixas e instalando o **Linux**. Mas, comercialmente, não se pode nem instalar nem vender o produto dessa forma, que não se comunica com o **broadcast**.

Terceiro: o acesso à tecnologia. Hoje, e isso já foi dito também, há uma indústria de televisores no Brasil à luz da obsolescência. Em dois, três ou quatro anos, como esse cronograma de implantação está muito acelerado em alguns países, não vamos conseguir nem vender para outros países. Precisamos estabelecer algum acordo comercial para que essas contrapartidas sejam viáveis.

A televisão convencional é toda a válvula, com alguma substituição de alguma eletrônica pela física do estado sólido. Quando comparamos o valor agregado de conhecimento numa televisão digital ao contido em uma analógica, a proporção é de um para 100, em todas as algoritmos, em todas as técnicas de codificação, criptografia, arquitetura de sistemas digitais, **software**, **hardware**. Quanto maior o modelo de camadas, mais são os estágios de propriedade intelectual associados, fazendo com que, no final, um produto comercial para a televisão digital, só o **box**, e não gosto de chamar **set-top box**, primeiro porque é um termo inglês, segundo é vulgar. O termo correto seria ponto de acesso, porque dá a chance de as pessoas acessarem outras coisas, o que hoje é passivo. Na televisão interativa, a pessoa vai ter acesso ao banco, à escola, à Internet, à saúde, seja mandando **e-mail**, acessando a Internet, seja de qualquer forma interagindo. A questão da inteligência do ponto de acesso tem muito a ver com a propriedade intelectual. Repito: teríamos plena condição de fazer grande parte dessa tecnologia no Brasil, se houvesse vontade política. Mas, se de alguma forma resolvermos receber isso de fora, isso terá de ser de forma aberta, pois, do contrário, receberemos de novo o embrulho para abri-lo aqui. Um embrulho caro, em papel celofane, talvez incompatível com o nosso padrão de consumo. Talvez sequer consigamos implantar a TV digital por causa dessas barreiras. Pode ser que o Governo defina um cronograma para digitalizar tudo, mas, por absoluta falta de fôlego financeiro, a indústria nacional

não consiga fazer isso também. Pode ser mais uma lei que seja decretada, mas não “pegue” por absoluta falta de fôlego, seja tecnológico ou econômico.

O SR COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Tem a palavra o Engenheiro Max.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Concordo com V. S^a quanto à questão das patentes. É importante o custo que será associado à exploração dessas patentes. V. S^a mencionou o prazo de dez anos renováveis. Isso talvez corrobore a idéia de que a pressa pode ser inimiga.

Além do item negociação de custo de exploração de patentes, eu adicionaria a transferência de tecnologia. Penso que um pacote de transferência de tecnologia deve fazer parte dessa negociação. Os países envolvidos em vender tecnologia, os seus padrões, estão apertados, no sentido de que precisam ressarcir os seus custos de engenharia. Muitos deles já foram parcialmente ressarcidos, mas outros ainda estão bem no topo da curva.

Estamos, portanto, numa situação bastante cômoda nesse sentido, porque temos o que barganhar, alguma “massa de manobra”.

Em relação à questão levantada quanto aos prazos, a respeito da premência em função da possibilidade de se perderem oportunidades, penso que isso também é importante. Há o ditado de que quem fica parado pode perder o bonde da história, mas, por outro lado, também há a máxima de que quem tem pressa come cru e quente. A questão, portanto, tem de ser muito ponderada. Não existe uma verdade clara.

É evidente que não podemos tomar uma decisão de afogadilho, escolhendo um padrão que poderá ficar conosco por 30 anos, envolvendo cifras de centenas de bilhões de dólares. Por outro lado, também não podemos **sit back and relax**, como falei metaforicamente, no início.

Temos de fazer um acompanhamento pró-ativo, devemos nos envolver, da melhor maneira, com o desenvolvimento de tecnologias com que possamos competir e acompanhar o momento certo para fazer a escolha do padrão e a negociação. Quer dizer, é como comprar gado. Talvez devamos nos aproximar do fazendeiro não para comprar gado, mas, sim, café – com a intenção de comprar gado. No decorrer da história, nos referimos ao gado a pastar, indagando se o fazendeiro também o está vendendo.

Há esse tipo de coisa. Não sou um especialista na área, mas penso que isso deve ser levado em consideração. Os “marqueteiros” e negociadores é que terão de ter essa habilidade.

Penso, contudo, que a digitalização não vem simplesmente porque é algo charmoso ou interessante. Ela vem porque traz economia de potência e aumento de capacidade. Podemos simplesmente observar o que aconteceu com a tecnologia dos celulares, depois de implantada a tecnologia digital. A duração das baterias aumentou muito não só pela evolução na tecnologia das baterias, mas pela conversão para o sistema digital, que é muito mais eficiente em termos de potência.

Por outro lado, há também muitos problemas relacionados com a digitalização. Ocorrem defeitos na imagem que, dependendo da taxa, podem ser muito inconvenientes. A televisão digital, na verdade, já está presente no Brasil. Temos dois sistemas que operam com a televisão digital. A **DirecTV** é uma televisão digital por satélite. O **Sky** é uma televisão digital por satélite em quatro megabytes por segundo, o que não é uma taxa muito alta para televisão. Por isso, defeitos podem ser notados na qualidade da imagem, e alguns são até mais inconvenientes do que os característicos da televisão analógica. Para mencionar um exemplo, quando se tem uma transmissão em televisão digital de um jogo de futebol, na hora em que a câmera faz um **Pan**, os quatro megabytes por segundo não são suficientes para transmitir toda a informação que está contida na imagem e, conseqüentemente, a grama vira um tapete de **tartan**, algo liso, verde por completo, porque não há como mandar toda a informação da estrutura e textura da grama em tempo real; quando a câmara pára, a grama cresce de novo. Esse é um tipo de defeito característico da televisão digital de baixas taxas, que ocorre nos sistemas que operam a quatro megabytes por segundo, mas que não vai existir com **HDTV**, em 20 megabytes por segundo, porque a taxa será suficiente.

Então, televisão digital não é uma panacéia; é algo que vem para atender a um aumento de demanda, a uma necessidade de aumento de capacidade e de economia de potência, ou seja, para tornar o sistema mais eficiente.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra, o Dr. Guido.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Com relação à contrapartida, estão aqui listadas várias que considero adequadas.

A questão, que o Marcelo mencionou, de abrir os equipamentos e fornecer a capacidade de desenvolver é fundamental. Estou trabalhando num projeto em que tentamos, há mais de um ano, adquirir um **set-top box** de referência, para testarmos aplicações

que temos desenvolvido em laboratório, com a emulação de **set-top box** por computadores, e não é fácil. São equipamentos de produção pequena, restrita. Quando tentamos comprar, o fabricante pergunta por que e para quê. Além disso, em vários dos equipamentos que podemos adquirir temos dificuldade de instalar o sistema operacional, porque não temos o suporte do fabricante na integração do sistema operacional com o **hardware**. Então, é uma questão fundamental garantir que esse tipo de coisa não aconteça e que quem for fabricar e vender esse tipo de equipamento, o **set-top box**, e, no futuro, a televisão, realmente, forneça toda a documentação e tudo o que é necessário, para que, mesmo que não possamos atuar no **hardware**, atuemos no **software**.

Chegamos a um ponto em que decidimos, como a equipe do Marcelo, projetar e montar um **set-top box**, porque não está sendo fácil adquirir para laboratório, para teste. Imagino que, se isso se repetir na hora da venda, teremos dificuldade para desenvolver as aplicações que serão executadas nesse tipo de ambiente.

Quer dizer, no meu contexto – não sou de telecomunicações de transmissão, mas atuo nessa linha –, acho que isso tem que ser garantido como contrapartida.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra, o Engenheiro Marcelo.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Essa é a experiência da USP. Nós tentamos ter acesso a **set-top boxes** para nos familiarizarmos. Afinal, queremos iniciar isso numa cadeira nova que a escola implantou, que chamamos de Meios Eletrônicos Interativos. Quer dizer, fazemos o meio, o ponto de acesso, a TV e tal. Depois de quase dois anos negociando, por algum motivo, era mais fácil tentar comprar um produto comercial e fazer uma engenharia reversa, do que ter acesso a esses **boxes**. E nós partimos para um desenvolvimento próprio. Hoje, tenho duas patentes, que estamos tentando barganhar em escala mundial; temos uns dez módulos de **softwares**, mas, na verdade, compilamos o **hardware**, sintetizamos o **hardware** para criptografia, para geração de sinal PAL e NTSC, para processador de 32 bites multimídia. Conseguimos rodar HTML 4 em 18 **kilobytes**; quer dizer, em menos de alguns décimos de segundo, tem-se acesso à Internet. Temos o protocolo para **e-mail**. É só uma questão de arregajar as mangas e fazer. Eu fiz isso com verbas de pesquisa e apoio da Fapesp e do CNPq, ou seja, com alunos de pós-graduação.

Então, é uma questão de realmente ter essa vontade, de saber que o País tem várias capacidades. Chegamos, sim, atrasados à questão da TV digital, temos de admitir isso, mas não podemos perder o bonde nem abrir simplesmente, de forma banalizada, um mercado consumidor enorme – quase 10% do mercado mundial de televisão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O próximo questionamento será feito por mim e diz respeito às formas de fomento mais adequadas para a indústria de consumo, a indústria de equipamentos de radiodifusão e o consumidor. A Comissão tem a convicção – e a Mesa de alguma forma se expressou a respeito – de que a massificação dos equipamentos e o esforço para que a tecnologia digital aplicada à televisão aberta sirva para a inclusão digital são um aspecto fundamental na formulação dessa política.

Perguntamos: qual seria a forma adequada de produzirmos a mobilização das forças produtivas no Brasil, tanto no segmento de produção de bens de consumo quanto no segmento de **software**? Quais requisições devem ser feitas no sentido tanto das contrapartidas – em alguma medida, isso já foi referido aqui no momento da negociação – quanto do estímulo da estruturação e da mobilização desse parque industrial e do que pode ser desenvolvido de pesquisa nos diversos segmentos envolvidos, de produção industrial, de **software**?

Quanto à questão da preparação da indústria nacional para produzir, em relação a qualquer um dos padrões, essa mobilização, em alguma medida, isso pode ocorrer antes da definição dos padrões ou é inevitavelmente dependente da definição do padrão?

Também perguntamos se os nossos convidados têm conhecimento da consulta pública que a Superintendência da Zona Franca de Manaus publicou no último dia 19 de setembro, referente a processos produtivos básicos de equipamentos para televisão digital. Questionamos se os nossos convidados têm conhecimento disso, se já analisaram essa proposição da Suframa, e em que medida ela se mostra adequada para esse processo de construção de Política que está sendo feito no Brasil.

O primeiro questionamento é dirigido ao engenheiro Marcelo.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Passei os olhos por cima e não fiz reflexão tal como a que fiz em relação à Política, mas essa consulta da Suframa considera toda a cadeia, incluindo o **software** e o **middlewa-**

re, quer dizer, quem elaborou isso tem conhecimento de causa da cadeia de produtos e consumo.

O que falta aqui é o valor agregado nacional, porque as patentes permeiam todos esses produtos. Parte significativa do preço desses produtos é formada pelas patentes, que não ocorrem na TV convencional. Acredito que, em princípio, o Brasil poderia agregar valor em todos os estágios da TV digital. Não há nada de tecnologia do outro mundo, comparado ao que é feito nas universidades de primeira linha do Brasil. Na verdade, tentamos estar 10 anos na frente. Na USP, defendemos que não existirá, no futuro, nem tela de TV. O sistema de semicondutor para projetar luz está tão barato que montamos um projeto de realidade virtual chamado “Caverna”, completamente diferente do resto do mundo, porque o montamos como se fosse um **home theater**. Desde que, em 6 MHz, coloquem-se 30 megabytes ou o equivalente a 5 canais de TV digital, por que não ter uma TV maior, de 300 polegadas, na nossa casa? E o **chip** para fazer isso custa US\$30. Quer dizer, o problema é o custo da lâmpada, que queima todo mês e ainda custa caro. Mas as tecnologias de tevê do futuro serão muito mais baratas do que são hoje, porque outras tecnologias estão substituindo. A fotônica está substituindo a eletrônica hoje. Isso vai ser vulgar.

Agora, a questão é como vamos mobilizar a nossa indústria, uma indústria, hoje, que é capaz de manufacturar 10 milhões de televisores anual, que vai competir com uma indústria externa que está com tudo pronto: ela já tem **chip**, **firmware**, **middleware**, está tudo pronto. Quer dizer, como damos as condições para que a nossa indústria manufacture aqui? E qual é a defesa de manufacturar aqui? É o preço.

Televisor ficou barato, no Brasil, porque resolveram fazer televisão no Brasil. Fazemos cinescópios, que é o tubo, com padrão de qualidade comparável aos melhores países do mundo. O Brasil exporta cinescópio. Da mesma forma que exporta cinescópio, vai ter que exportar e manufacturar aqui os outros pedaços da TV digital. Aí, vamos ter que pensar em manufacturar e construir aqui pedaços dos microprocessadores – isso tem a ver com a indústria de informática –, os **chips sets**. Não é o produto de supermercado, de prateleira, norte-americano, ou japonês, ou europeu que vai ser vendido aqui. Vocês já foram, já fizeram esse exercício, quem pôde ir para os Estados Unidos pesquisar preço de televisor? Eu mesmo não consigo comprar um televisor daqueles. Quer dizer, é outro segmento de mercado que não tem nada a ver com a realidade socioeconômica do Brasil. A única forma de você ter produto competitivo é gente que es-

teja disposta a desbravar esse mercado, e não só vender.

Outra coisa importante, a mobilização da indústria de manufatura independe do padrão, é um acervo de tecnologia, é um “pacote” tecnológico enorme. Não é só o televisor, mas é o **software**, é o **middleware**, é o sistema operacional, é muito mais coisa, tem muito mais valor agregado. Como falei para vocês, em termos de comparação tecnológica, uma tevê convencional contra uma TV digital é um fator de tecnologia de pelos cem vezes, tem muito mais coisas lá dentro.

Meus alunos adoram trabalhar nos projetos de TV digital, e eles falam assim para mim: “O sonho de qualquer engenheiro é conseguir ainda, nesse estágio tecnológico, trabalhar com projeto que envolva tudo, absolutamente tudo de engenharia elétrica”. E TV digital é assim, envolve **hardware**, **software**, a parte de energia, potência, telecomunicações, **design**, tecnologia, ergonomia, **wireless**, comando por voz, por gestos, câmaras, tudo que vocês podem imaginar que existe de engenharia elétrica, hoje, vai caber num aparelho de TV digital.

O Brasil, bem ou mal, investiu 30 anos num setor universitário – tem o CNPq, tem a Fapesp, tem a Finep – para resolver esses problemas. Investimos 20, 30 anos, em Manaus, na indústria do Sul, para fabricar tevê no Brasil para isso também. Vale a pena lembrar, a indústria pode se posicionar independente do padrão, porque 90% do miolo da tevê – não gostam quando falo isso –, que vai competir com o padrão chinês, ou se fizéssemos um padrão brasileiro, é o mesmo, não muda. O que muda é o modulador, lá no canto. Mas o MPEG, o microprocessador, o sistema de geração de sinal no tubo é tudo igual. Então, já poderíamos ter uma política voltada para que a indústria de manufatura começasse a pensar no problema agora, para se posicionar daqui a dois anos. Quer dizer, os problemas são as emissoras. As emissoras vão ter que trocar todas as antenas, preparar toda a linha de produção – aí existe uma inércia, existe uma **humanware**, os seres humanos, os artistas, os diretores, os jornalistas vão ter que pensar em tevê à luz da interação, e isso demora tempo.

Enquanto dá-se esse fôlego para a indústria de teledifusão, a indústria de manufatura podia se posicionar no Brasil, de tal forma que, daqui a dois anos, estaríamos no estado da arte dessa tecnologia comparado à Coreia, Taiwan e outros países no mesmo patamar econômico do país.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Engenheiro Max.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA –

Bem, concordo com o posicionamento do Professor Marcelo e acho, também, no que tange à questão de se iniciarem esses desenvolvimentos agora e de até que ponto esses desenvolvimentos dependem da escolha do padrão, é claro que eles podem se iniciar e essa dependência do padrão é muito limitada. Por quê? Porque, como disse o Professor Marcelo, apenas cerca de 10% – e essa é uma estimativa muito boa – estão dependendo da escolha do padrão, que são a parte de **RF**, de modulação e transmissão. O resto, toda a parte de frequência intermediária para baixo, até a banda básica, é consensual. Todos os padrões adotam o sistema de codificação **MPEG-2**, estendido para 20 megabytes por segundo, porque o **MPEG-2** foi desenvolvido para trabalhar de 5 a 10 megabytes por segundo.

Havia um projeto do **MPEG-3**, que era para operar em 45 megabytes por segundo, para televisão de alta definição, e viu-se que não havia necessidade de um novo padrão, que poderiam estender o padrão **MPEG-2**, esticá-lo até 20 megabytes por segundo e, assim, atenderiam todos os requisitos de qualidade exigidos pela **HDTV** – e isso foi feito. Então, isso é mais ou menos consensual em todos os padrões.

Acho que há, sim, oportunidade para desenvolvimento e deveríamos ter a participação das agências de fomento no Brasil, como o CNPq e a Capes, as agências estaduais, como a Fapesp e a Facepe, além da Finep e outras. Existem fundos, como o Funttel, que coleta 1% das nossas contas telefônicas, que poderiam dedicar uma parte desses recursos ao desenvolvimento na área de televisão digital. Os fundos relacionados com tecnologia de informação – TI, também poderiam fazer o mesmo.

Então, certamente, há necessidade de mobilização no sentido de prover recursos para tal fim. Hoje, não há muitos grupos envolvidos com televisão digital no Brasil. Talvez, possamos contá-los nos dedos.

Penso que a questão de desenvolver para agregar valor, como mencionou o Professor Marcelo, é muito importante, e há várias tecnologias em que isso pode ser feito. Em particular, eu gostaria de mencionar a tecnologia de monitores de alta resolução, que está sofrendo grandes avanços ultimamente com as tecnologias de televisores de plasma e também de **DLP – Digital Light Processor** –, um tipo de tecnologia que tem uma promessa de eficiência muito maior que aquela que se obtém com plasma ou com os cristais líquidos – LCD. Há grupos, no Brasil, trabalhando com isso. Em Campinas, o Centro de Pesquisas Re-

nato Archer – Cenpra – estava, na semana passada, promovendo uma oficina de tecnologia de monitores de alta resolução, em particular de monitores de tela plana.

Quanto aos monitores, concordo que é importante que haja produção nacional. É condição **sine qua non** que tenhamos transferência de tecnologia suficiente para que as empresas nacionais participem do processo de produção. Contudo, não deve haver reserva de mercado, como aconteceu no caso do PAL-M.

Embora eu concorde com o Marcelo que os televisores, no Brasil, se tornaram mais baratos porque as empresas nacionais se envolveram na produção, fomos condenados a pagar os televisores mais caros do mundo até há muito pouco tempo – agora, não podemos dizer a mesma coisa em função da questão cambial –, porque tinham que ser fabricados só para o Brasil, porque não há outro país que utilize o sistema PAL-M. Então, essa reserva de mercado nos privou da utilização do fator de escala e da redução de preço que pode ser conseguido quando se tem um mercado muito maior do que aquele confinado a um determinado país.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Dr. Guido Lemos de Souza Filho.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – As considerações do Marcelo e do Max praticamente esgotaram as contribuições que eu faria.

Como o Max ressaltou, hoje há um formato sendo desenhado para o financiamento de pesquisa e desenvolvimento baseado em fundos. Existem o Fundo de Telecomunicações, com recursos, e o Fundo de Informática. A televisão digital enquadra-se nesses dois temas.

A meu ver, o problema exige um programa específico. Existiu um programa – que continua existindo, mas em proporções bem menores – chamado Programa Temático de Capacitação em Ciência da Computação. Esse programa foi fundamental no desenvolvimento de cursos de pós-graduação e na montagem de laboratórios para cursos de pós-graduação em Ciência da Computação no País. Atualmente, há vários cursos de Doutorado no Brasil de nível internacional. Praticamente diminuimos a necessidade de mandar pessoas para fazer pós-graduação no exterior em virtude desse programa, que equipou as universidades de laboratórios com condições para desenvolver as pesquisas.

Cabe uma articulação num projeto que busque recursos de várias fontes, mas que integre esforços na linha de capacitação nos vários níveis da indústria de microeletrônica, na área de arquitetura de projeto, no

desenvolvimento de **softwares** específicos, na produção de conteúdo e na capacitação do pessoal das televisões, o que será um problema não trivial. Há algumas experiências com as televisões universitárias e não será fácil formar esse pessoal, que aprendeu a trabalhar com aparelhos analógicos e com um programa que segue apenas uma direção. Essas pessoas precisam refletir para entender o que significa um programa de TV interativo e começar a pensar nesse novo cenário. Essa situação exigirá um investimento grande.

Como ressaltou o Marcelo, os cursos existentes em que se discute esse tipo de tecnologia na graduação são, em quase toda sua totalidade, obsoletos, porque são muito ligados ao mundo analógico. Alguns cursos e programas de pós-graduação oferecem o conteúdo em determinadas disciplinas ou já começaram a se estruturar para oferecer isso. Haverá alterações em dois anos. Precisamos realmente pressionar, e a melhor maneira é elaborar um programa de financiamento que dê apoio, por exemplo, à formação de laboratórios para o desenvolvimento de programas de TV interativa nas universidades. Esse procedimento é fundamental para conseguirmos ser competitivos nessa área.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, que fará outras indagações.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Retornarei a um assunto já comentado: o tema das contrapartidas. Como foi abordada pelos convidados, essa questão demonstra obviamente a importância econômica e política do Brasil não apenas no Mercosul, na América Latina, mas ultrapassando esses limites. Existem dois momentos. Um, mais específico, mais nacional, que foi o que o Guido colocou agora. Mas talvez fossem importantes outros comentários: quais os setores específicos de profissionais técnicos que precisam de um investimento mais maciço, e como seriam esses investimentos maciços? O Guido já esclareceu alguns pontos em relação à área de televisão, de produção de conteúdo. Entretanto, há certamente outros setores sobre os quais eu gostaria que os senhores se manifestassem. O outro, mais internacional, seria qual a importância de o Brasil internacionalizar sua escolha. Se seria necessário o Brasil investir ou fazer algum trabalho para que a América Latina e o Mercosul adotem o modelo assumido pelo País. Se isso seria interessante ou não. Como fazer isso? Se isso não é importante, neste momento. Devemos analisar nossa capacidade de barganhar, de negociar, uma vez que não se pode fazer muito, já foi explicada a questão das patentes, haverá uma certa influência. Serão esses dois focos dentro

dessa questão das contrapartidas: o técnico profissional, no âmbito nacional, e, no âmbito mundial, se é ou não interessante internacionalizar, pelo menos no bloco sul-americano, a escolha do Brasil no modelo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao engenheiro Marcelo.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Seguindo a resposta do Professor Max, é ingênuo pensar que escolhemos PAL, na época, porque queríamos reservar o mercado. O PAL, na época, foi escolhido porque fazia parte do orgulho nacional, como de outros povos – já que sempre acreditamos que o Brasil se destacaria entre as nações – e para termos um padrão próprio. Creio que esse espírito norteou-nos àquela época.

Pelo fato de termos tido o PAL, desenvolvemos uma indústria nacional. Obviamente, no começo não foi mais oneroso para o consumidor final, mas para as empresas de teledifusão viabilizar o PAL, no Brasil, as empresas pagaram essa conta. Percebam que, no momento em que a crise cambial estourou, os computadores ficaram três vezes mais caros. Houve um esforço da indústria de Informática para fazer computadores a R\$1.000,00 e colocá-los no supermercado. Na época da reserva cambial, tínhamos computadores no supermercado a R\$1.000,00 e televisores a R\$350,00. O que aconteceu com a crise cambial? Há computadores a R\$3.000,00 – ninguém os compra mais – e ainda televisores a R\$350,00. Desde que o grau de nacionalização foi muito grande, não significou nada para a indústria nacional de televisão essa crise cambial, o que não ocorreu com a indústria de Informática. O mercado cinza começou a crescer e assim por diante.

As formas de proteção de mercado estão se tornando cada vez mais especializadas, na forma de patentes. É como a história do café: compramos o café, mas, na verdade, queremos comprar o gado. E hoje faz parte do cenário mundial. Se o Brasil quiser ser grande, tem que jogar as regras do jogo. O único problema é termos chegado atrasados. Temos que reverter esse atraso. Existem estratégias para isso. A tecnologia básica já existe no Brasil. Devemos começar a implantar pilotos em TV digital e definirmos um cronograma de dois anos. Nesses dois anos, teremos que, com os recursos do fundo – há recursos que não foram gastos ainda – viabilizá-los ao longo do País todo. Deveríamos ter como meta uma estação-piloto por Estado da Federação, para deixarmos os cientistas e as estações locais experimentarem a tecnologia. Só será na tentativa e erro que conseguiremos reverter esse atraso.

Experiências desse tipo viabilizariam, por exemplo, a reconstrução de um sistema nacional de educação em tevê, que perdemos. A escola politécnica discutiu a nova especialidade. Existe a engenharia dos meios eletrônicos interativos, foi um debate de oito horas, na escola. Depois de três meses, aprovamos o que seria uma disciplina que envolvesse a convergência desses sistemas eletrônicos. Hoje, é a primeira opção entre os alunos da nossa faculdade. Há disputa entre alunos para esse curso, e o critério será nota. Ou seja, há uma visão, o que é importante para a sociedade, agrega valor e é nova tecnologia. Os alunos sabem que se eles conseguirem uma patente em cima disso ficarão multibilionários, pois não será só um televisor que incorporará isso, mas, eventualmente, todos os televisores do mundo. Se o pessoal do Rio Grande do Norte descobrir como desenvolver uma aplicação interativa nova e der certo, não só na escala local, mas regional e nacional, de repente o mundo percebe que deu certo no Brasil, eles colocaram o ovo de pé, vamos fazer isso no mundo. A regra do jogo é esta: tem-se que ter uma patente, é a única forma de se ganhar dinheiro hoje. É assim que se protegem os mercados. Vê-se claramente isso quando se estudam as patentes de TV digital. Eu fiz esse estudo e percebi claramente que elas já são todas mapeadas. Quer dizer, não se entra no país “a” ou “b”. Procedem dessa forma, com todas as variações possíveis, para que, se eventualmente houver uma idéia, eles entram com uma ação legal para inviabilizar a possibilidade de outrem ganhar dinheiro com isso.

Defendo que tecnologia para lidar com TV nós já temos. Existem alguns projetos, apesar de contarmos nos dedos, existem as escolas de Engenharia, de Computação, que estão muito bem estabelecidas no País. Simplesmente falta alguém dar uma bússola, um norte: “Olha, gente, em vez de ficar publicando artigos e aumentando a reputação dos professores, por que não resolver um problema nacional, que é o problema da TV digital? Vamos montar uma estação-piloto aqui e vocês vão ter grade de acesso, horário, vão poder plugar o **set-top box** de vocês, vão poder propor modificações do **VSB-8** e testá-lo em campo?”

Quer dizer, esses grandes fundos até alguns multimilionários que estão aí, que não foram gastos ainda poderiam contemplar, por exemplo, testes-piloto no País todo, porque já temos um sistema de televisão nacional. Teria que haver uma conjunção com as emissoras educativas, com as escolas de engenharia, com as operadoras privadas em função dos interesses regionais. E todo esse volume de tentativa e erro faria com que o Brasil absorvesse esses quatro ou cinco anos de atraso que temos no momento. Isso

viabilizaria um reposicionamento da nossa indústria e também das emissoras de televisão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Concedo a palavra ao Engenheiro Max Henrique Machado Costa.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Este desenvolvimento ligado à televisão digital está muito relacionado, como já vimos, com o desenvolvimento na área de informática. São desenvolvimentos que não podem ser separados. Então, há outros fundos, além dos que já foram mencionados aqui. Há, por exemplo, a Lei de Informática, que poderia também estar envolvida nesse processo de forma mais próxima.

A sua pergunta também se referiu aos profissionais que estariam envolvidos. Então, aqueles profissionais que estão ligados à informática e profissionais da área de geração de conteúdo certamente se beneficiariam desse processo como um todo. Não está claro hoje o que deve ser digitalizado em termos de conteúdo. Será que todo tipo de programa deve ser digitalizado? Obviamente, numa projeção de longo prazo, isso vai acontecer, mas, na fase de transição, é provável que essa escolha seja bastante importante. Acredito que sejam aqueles tipos de programa talvez relacionados com esportes. Pelo menos, parece que internacionalmente é isso que acontece, aqueles programas envolvendo esportes ou apresentações de alta qualidade, musicais, etc., que precisam desse recurso de alta qualidade que é proposto e possibilitado pela televisão digital.

Mas há todo aquele lado da televisão interativa, conforme mencionado aqui, que remete a uma área muito mais ampla de desenvolvimento. Falando também das contrapartidas, elas podem envolver esses processos de geração de conteúdo. É muito importante que o Brasil não esteja isolado numa decisão. Essa questão do orgulho nacional é muito perigosa, particularmente num mundo globalizado como o de hoje. Se a reserva de mercado foi buscada naquela ocasião, na década de 70 ou não, não é tão importante. O fato é que ela aconteceu. Houve uma reserva de mercado. Algumas empresas se beneficiaram disso e quem pagou por isso não foram as empresas. Quem pagou por isso foi o povo, a população brasileira, que comprou os televisores mais caros do mundo durante muito tempo.

Os televisores, hoje, ainda se mantêm em certo preço, porque se trata de uma tecnologia que já teve o seu custo de engenharia mais do que ressarcido. É uma tecnologia de 50 anos. Então, quando vamos, por exemplo, a uma loja de televisores de alta qualida-

de procurar um televisor de plasma ou tela plana, de algumas características especiais, sabemos que essa tecnologia é nova e que não está sendo vendida a R\$250,00, R\$300,00, mas na faixa de R\$3.000,00, R\$4.000,00, por quê? Porque ela vem de fora. Então, penso que temos que entrar no desenvolvimento. Não podemos ficar só comprando e pagando patentes, pagando **royalties**. Temos que entrar no desenvolvimento, mas não podemos nunca pensar em fazer o desenvolvimento só para o Brasil. Temos que nos beneficiar do fator de escala do mundo inteiro e fazer coisas que possamos exportar. Não podemos exportar televisores brasileiros, porque são feitos para o Brasil. Não há como fazer isso.

Portanto, temos que nos beneficiar da formação do bloco, do Mercosul. E, eu até diria, um bloco muito maior que o do Mercosul, que seria o da América Latina. Por que não incluir o México e os outros países da América do Sul? Esse bloco teria um poder de barganha muito maior do que o que acontece se pensarmos apenas no mercado brasileiro.

Um outro aspecto que vejo é que podemos pensar, por exemplo, na situação em que se encontra a televisão a cabo no Brasil. Assisti a uma palestra do Dr. José Leite recentemente, num simpósio que ocorreu em Natal, na área de telecomunicações, e ele apresentou um dado muito interessante. Segundo ele, 90% da população brasileira tem hoje acesso físico à rede de televisão a cabo. É interessante isso. Noventa por cento da população tem condição de ligar para o provedor do serviço e dizer: “Eu gostaria de subscrever o seu serviço. Mande um técnico para fazer a ligação”. Isso porque o cabo está chegando à casa dele. Porém, apenas 10% da população realmente dispõe desse serviço. São 3,5 milhões de receptores com conexões de TV a cabo, quer dizer, 10% da população aproximadamente. Há uma disparidade gritante. Hoje, podemos talvez definir o conceito de elite brasileira a partir desse número. Quem faz parte da elite brasileira? Quem tem disponibilidade de TV a cabo; não a disponibilidade física de poder ligar e pedir o serviço, mas quem tem conectado o sistema e paga seus R\$80,00 ou R\$90,00 pela conexão. Por quê? Porque existe um custo muito alto. Eu me lembro que, nos Estados Unidos - não sei os dados mais atuais -, a conexão de cabo básica era em torno de US\$10, que seriam R\$30,00.

Temos uma conexão muito cara, e, naturalmente, para aumentar a base instalada, já que existe a infra-estrutura para atender até 90% das pessoas, por que não reduzir o custo da instalação e ultrapassar a barreira dos 3,5 milhões? Parece-me algo natural, mas não está acontecendo ainda.

Portanto, a velocidade com que essa e outras tecnologias são disponibilizadas para o grande públi-

co e passam a fazer parte de uma proposta de inclusão depende muito de várias forças no mercado. Creio que o Governo tem que intervir nessa questão e legislar, para que haja uma inclusão mais efetiva.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra o Dr. Guido.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Bom, com relação à pergunta de profissionais que precisariam ser formados, na realidade temos que saber quantas pessoas precisariam ser formadas e que tipo de profissionais precisariam ser capacitados. Não sei responder. Porém, isso dá margem a um estudo de dimensionamento. Inclusive, estamos começando a entender o processo todo.

Como eu disse, lendo os documentos que foram publicados na discussão, principalmente e inicialmente nos **sites** da Anatel, da Abert, percebi a ausência de discussão sobre **software**. Aqui, estamos discutindo muito **software** para o aparelho, a unidade receptora ou o ponto de acesso, mas, como eu disse no início, existe a questão das televisões. Elas vão ter que instalar um parque de servidores, máquinas e **softwares**, e isso não vai ser algo trivial. Por exemplo, alguém vai vender pizza num comercial. Na hora em que se anuncia a pizza, e o cidadão a compra pelo controle remoto, apertando um ou dois botões, vende-se 100 mil, 200 mil pizzas em vinte e cinco segundos. A retaguarda dessa aplicação, quer dizer, os servidores e a infra-estrutura de comunicação que precisam ser montados na emissora, no transmissor e no retransmissor são um negócio extremamente complicado. O problema de escalabilidade de requisições. Esse número de requisições num espaço de tempo muito curto é um problema extremamente complicado, eu diria até que não resolvido do ponto de vista da computação. Precisamos pensar como se vai fazer isso. Tem-se que trabalhar com sistemas distribuídos, com processamento paralelo, com uma série de tecnologias extremamente sofisticadas, complicadas. É um problema muito complexo, e não estamos discutindo isso. Vai ser preciso formar gente, as empresas vão ter que comprar equipamentos para atender a esse tipo de demanda, é muito caro o **software**, e isso implica também na rede de pizzarias etc., que está por trás, há infra-estrutura para produzir, entregar, enfim, há uma série de coisas. O problema como um todo precisa ser melhor estudado, e aí precisamos dimensionar a quantidade e o tipo de profissional que vamos precisar formar. Essa discussão que aconteceu na Escola de Engenharia da USP precisa ser feita em escala nacional, e os cursos de engenharia de formação de recursos humanos e de computação em comunicação, eventualmente terão que ser integrados, ou disciplinas ou mesmo cursos vão ter que

ser formatados para formar recursos humanos que atendam essa demanda.

Com relação ao esforço em bloco, acredito que seria bastante interessante que isso acontecesse. Não sei até que ponto é difícil de ser feito, pois foge da minha competência, mas com relação aos profissionais é um problema extremamente grave. Não temos essas pessoas, sequer sabemos quem devemos formar, e isso precisa ser resolvido num curtíssimo prazo. Há muito pouca gente envolvida nesta discussão que acontece aqui. Têm que ser chamadas as universidades e as empresas. As pessoas que estão começando a vislumbrar a questão precisam socializar esse conhecimento e disparar ações no sentido da capacitação de pessoal. Estou discutindo se vamos formar pessoal, pois existem os profissionais que já estão trabalhando e necessitam ser capacitados. Como será feito? É um problema que precisa ser analisado com muito cuidado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Pela ordem, temos a solicitação do Engenheiro Marcelo Knörich Zuffo, depois a do Engenheiro Brito, da SET, antes de irmos para o último bloco de perguntas, que será formulado pelo conselheiro Fernando.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Na hierarquia de tevê, é bem claro que haverá três tipos de pessoas que será preciso formar conjuntamente. Com relação ao pessoal de infra-estrutura, é um problema mais ligado às escolas de engenharia elétrica, que vão ter que instalar antenas, montar os estúdios, resgatar, por exemplo, o engenheiro de televisão, que praticamente desapareceu no País, o engenheiro de áudio, tudo à luz da tecnologia digital, ou até mesmo a requalificação desses profissionais.

Depois o pessoal de operação – o pessoal que faz novela, o pessoal que faz telejornal, que é quem que opera a emissora de tevê.

Finalmente, o pessoal que faz **software** também, porque, à luz da tecnologia digital se faz o **hardware**, mas tem-se que programar muita coisa lá. Por isso é que defendo a idéia de várias estações piloto. Seria o campo neutro onde todo esse pessoal iria conversar. Não adianta fazer uma emissora de tevê maravilhosa se ninguém entra lá, ou você usa a melhor tecnologia dentro desses três padrões se você não tem recepção. O problema da tevê é como o avião: tem-se que levantá-lo, tem-se que mantê-lo em pleno vôo – desde que, durante o vôo, eventualmente se conserte a turbina, faça um **software** novo. É muito crítico levantar um avião com essas considerações.

Em relação à indústria, por exemplo, na questão dos servidores, estamos trabalhando com um protótipo de uma aplicação interativa que, se as pessoas

quiserem, permite que instantaneamente três milhões de pessoas estejam conectadas. Qual o computador que estará por trás para agüentar três milhões de conexões, se não sabemos nem se a infra-estrutura de telefonia agüenta? Existe uma empresa nacional que desenvolveu essa tecnologia para os computadores distribuídos, supercomputadores paralelos. Essa tecnologia, por exemplo, já é manufaturada no País, dentro de ação de Governo. No Plano Quinquenal, o Brasil tinha que ser auto-suficiente em tecnologias para previsão numérica de tempo, petróleo, e esses computadores servem também para a TV digital. É possível montar um computador com 128 CPUs. Ele agüenta três milhões de ligações. Estamos pensando em uma máquina assim. Qual é a diferença? Pelo fato novo de ter sido uma tecnologia com domínio nacional, estamos falando de uma queda de preço de dez vezes. Uma máquina desse tipo, comparada com produtos que teríamos, em princípio, de importar, sem considerar a massa de impostos, poderia gerar uma queda de preço de dez vezes.

Eu me lembro que, certa vez, conversava com o Dr. Isaías Raw, um médico do Instituto Butantã, que faz vacina. Ele brigou, na época, para implantar programas, que hoje são comuns, de vacinação em massa. Conversei com ele a respeito de TV digital, telemedicina e dos patamares de preço. Ele disse: “Marcelo, da forma como você está pensando, nunca dará certo. Para as coisas darem certo no Brasil, devemos viabilizá-las no mínimo num padrão de custo dez vezes menor. Quando queríamos implantar os programas de vacinação, vinham os asiáticos, europeus e americanos oferecendo a dose de vacina a US\$10.00. E só deu certo quando começamos a fabricar vacina a R\$1,00”. Por isso, vacinamos atualmente, de uma só vez, 14, 15 milhões de habitantes por programa de vacinação.

Portanto, se vamos investir em estações piloto, em programas estruturantes, devemos levar em conta que, de alguma forma, essa tecnologia será incorporada no Brasil; que faremos melhor do que os outros e que, posteriormente, venderemos o produto no exterior. Creio que é esse o caminho para termos sucesso em TV digital.

O SR. CARLOS DE BRITO NOGUEIRA – Eu gostaria de trazer uma contribuição da SET com relação à internacionalização e à exportação.

Segundo o Professor Marcelo, como apenas 10% da URD depende do padrão – e se tomarmos a URD e o **display**, esse percentual cai a 2%, 3%, pois é dependente do padrão do sistema de recepção –, parece muito pouco provável que ter o mesmo padrão de um determinado país vai propiciar competitividade

para se exportar para esse país ou mercado. Na verdade, o padrão é muito pouco relevante quando se analisa a capacidade de exportação. Existem fatores mais importantes. Como o televisor digital é absolutamente similar, independentemente do padrão em que será utilizado, como os professores demonstraram aqui - grande parte deles é absolutamente similar –, o padrão é pouco relevante no aspecto de exportação. O padrão é relevante quando se fala em **royalties**, como disse o Professor Zuffo. Como o Brasil não terá **royalties** se não possuir um padrão próprio – e parece que perdemos a oportunidade de possuí-lo, embora tenhamos capacidade técnica para fazê-lo –, é muito pouco importante para nós esse aspecto, pois ele não inviabiliza a capacidade da nossa indústria em exportar. Por quê? Se produzirmos um televisor em nossa linha de produção e se ele for para o país “a”, retiramos o **chip** “a” e colocamos o **chip** daquele país. Apenas o **chip** é diferente. Se for para o país “b”, retiramos o **chip** e instalamos outro.

Muito mais relevante no aspecto da internacionalização da Política e do modelo brasileiro é que as aplicações de televisão digital que venham a ser utilizadas no Brasil sejam, estas sim, internacionalizadas. Se o Brasil acreditar que o **HDTV** é algo importante, é importante que ele seja internacionalizado. Se o Brasil acreditar que a TV portátil e a TV móvel são importantes, também devem ser internacionalizadas. Isso é que é importante para a indústria nacional. O padrão é muito pouco relevante.

Aliás, se discutirmos bem o padrão, veremos que ele só é relevante para quem possui os seus **royalties**. Apenas essas indústrias estão interessadas no padrão.

Era essa a minha contribuição.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Antes da última rodada de perguntas, que será feita pelo Conselheiro Fernando, ouviremos o Conselheiro Consultivo Orlando José Leite de Castro, que solicitou manifestar-se sobre esse ponto.

O SR. ORLANDO JOSÉ LEITE DE CASTRO – Sou Consultor Legislativo do Senado e representante desta Casa junto ao Conselho da Anatel, mas prefiro me manifestar ao final dos trabalhos, porque eu gostaria de falar algo em apoio a todo este trabalho.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O senhor pode falar agora, porque depois nós vamos encerrar.

O SR. ORLANDO JOSÉ LEITE DE CASTRO – Pois não.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me desculpar, porque, por uma falha de comunicação, não fui informado sobre esta reunião e, por isso, aqui não estive presente desde o seu início. É de extremo interesse para o Senado dar a nossa contribuição no Conselho da Anatel, que é o fórum de discussão permanente para tudo o que a comunidade tem a dizer e a nos oferecer sobre esta matéria, que é das mais importantes e que transcende a questão tecnológica e vai à questão política e à questão de relações internacionais no mais alto nível.

Nós, do Conselho Consultivo da Anatel, temos tido o máximo interesse nesse assunto em razão da nossa função de representação da sociedade quanto às questões de comunicações. Achamos importante esclarecer para o corpo diretivo da Anatel todas as tendências e questões que consideramos relevantes.

Gostaria de antecipar a este Plenário duas medidas que tomarei, formalmente, na reunião que teremos no dia 29 de outubro, em Florianópolis.

Primeiro, em relação ao Funtel – falou-se aqui sobre o Fistel. Eu vou solicitar aos órgãos técnicos da Anatel que verifiquem todas as possibilidades de abrigar projetos relativos à capacitação tecnológica em televisão digital, usando os recursos desses dois fundos e que isso esteja aberto a todos os interessados.

Ainda em relação a esse ponto, gostaria de dizer que estou vendo que a comunidade ainda está numa fase de modelagem de cenários, porque é uma tecnologia nova – o Dr. Guido nos revelou, com a maior sinceridade possível, que não sabemos nem mesmo do que precisamos. Está claro, porém, que temos três vetores básicos: o vetor industrial de telecomunicações, o vetor de informática – **hardware** e **software** – e o vetor de aplicações de conteúdo, que transcende a área técnica e vai para a área de televisões, de rádios, de comunicação no sentido mais social do termo. Ainda temos muito a aprender na modelagem de cenários, de modo que eu vou dizer especificamente ao Conselho da Anatel que devemos estar preparados para receber projetos no sentido de financiar o que precisa ser estudado, para sabermos o que precisamos fazer. Essa é a primeira medida que submiterei formalmente ao Conselho da Anatel, na próxima reunião.

É preciso que seja analisada a viabilidade de abrigar projetos no sentido de modelagem de cenários, formação de recursos humanos e capacitação tecnológica industrial e de serviços com recursos do Fintel, do Funtel e do Fistel.

A segunda comunicação que eu gostaria de fazer a este Plenário é a seguinte. Eu e o Dr. Testa, que não está presente – e somos os dois conselheiros da

Anatel representantes do Senado, e tenho certeza de que os da Câmara terão uma posição equivalente, mas só posso falar por nós dois –, gostaríamos de nos colocar à disposição como interlocutores permanentes em relação a quaisquer questões relevantes para a comunidade no sentido do aprimoramento da discussão desse assunto, que é extremamente importante. Eu gostaria, inclusive, de ter mais informações sobre a questão da internacionalização, como o Dr. Geraldo muito bem falou, questão da maior relevância, porque o poder de fogo nessas negociações varia e aumenta substancialmente quando há um bloco mais forte de parceiros internacionais. Essa é uma ação de governo que pode ser negociada e faz parte, inclusive, da responsabilidade de proposta por parte dos gerenciadores das telecomunicações nacionais, no caso, a Anatel.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Passamos às últimas indagações, que serão feitas pelo Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – A última indagação se refere à questão do conteúdo.

Do ponto de vista dos senhores, de que forma a TV digital pode proporcionar mais educação, cultura e entretenimento para o consumidor? Que tipo de mudança pode ocorrer? Creio que algo nesse sentido já foi dito aqui, mas, especificamente sobre a questão do conteúdo, gostaria de saber como os senhores vêem a oportunidade de a TV digital enriquecer mais o consumidor com educação, cultura e entretenimento?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Antes de passar a palavra para o nosso convidado, eu gostaria de complementar essa pergunta, recuperando a questão que diz respeito à locação de canais digitais para as emissoras brasileiras. Em que medida se conseguirá viabilizar a locação de canais digitais para todas as emissoras? Quais os riscos existentes se se continuar liberando canais para operação analógica, os quais, depois, exigirão paridade com canais digitais para manter a duplicação do serviço nas duas modalidades, assegurando a universalização?

No debate de hoje, o foco ficou mais centrado nas questões técnicas e tecnológicas – essa é uma das dimensões em que a Comissão de Tecnologia Digital vai trabalhar. Deixamos para outros debates um foco privilegiado em relação às questões de produção de conteúdo e de estímulo à produção audiovisual, enfim, outros aspectos que envolvem essa questão,

apesar de essa questão ter surgido entre nossos convidados.

Quanto à questão trazida pelo Conselheiro Fernando, eu gostaria de complementá-la com esse aspecto da utilização dos canais digitais, na medida em que um dos objetivos da implantação da TV digital deverá ser a entrada em cena de novos protagonistas, de novos produtores de conteúdo, seja no sentido de assegurar uma competição mais ampla possível dos provedores de conteúdo, de entretenimento, dos produtos de consumo, como também da TV digital servindo para uma ampliação da representação da pluralidade e da entrada em cena de novos protagonistas, buscando a ampliação do exercício de direito de expressão no País. Embora essa questão esteja mais relacionada com esse debate da produção de conteúdo, penso que as requisições que esse tipo de objetivo apresenta em relação aos aspectos técnicos e tecnológicos poderiam ser abordadas pelos nossos convidados.

Ao complementar a questão iniciada pelo Conselheiro Fernando sobre essa diversificação de conteúdo, passo a palavra para os nossos convidados. Tendo em vista o fato de estar o nosso tempo se esgotando, peço-lhes que, ao responder às questões, façam as suas considerações finais para o encerramento desta audiência pública.

Mantendo a ordem inicial, concedo a palavra ao Engenheiro Marcelo.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Essa pergunta referente às aplicações talvez seja a mais difícil de todas, porque nós, engenheiros, pensamos em uma tecnologia, mas a forma como ela é explorada na sociedade extrapola, às vezes, nossa capacidade de compreender o ser humano. Não acredito que a televisão digital vai ser aceita no Brasil por causa da qualidade, mas, sim, por outro motivo, porque a televisão aberta aqui deu certo, ao contrário de outros países do mundo em que se paga para se ter televisão a cabo, já que os canais abertos não têm a qualidade que se tem aqui – não podemos considerar em termos absolutos; de novo, temos que olhar para a questão macroeconômica, cultural, social do Brasil.

Agora, havendo a possibilidade de se aumentar o número de canais abertos, o que deve ocorrer, com certeza, com a digitalização, uma emissora vai poder mandar mais informação para o usuário final – e muitas emissoras já estão preparadas para isso –, e aplicações que explorem esse potencial no que diz respeito apenas à digitalização é o que vai ser fator determinante. Em um país em que ainda existe a televisão preto-e-branco, com fantasmas, em que as pessoas não se importam de assistir sem um padrão de qualidade, acredito que falar em qualidade – com ex-

ceção das classes A e B da população – não significa muita coisa. O que vai estar em jogo é um número maior de canais. Eventualmente, um jogo de futebol, como o Max comentou, pode ser transmitido por cinco câmaras, então podemos fazer o tira-teima, vendo por vários ângulos. Aplicações desse tipo já estão entrando no ar, com algumas televisões digitalizadas. Acredito que o pulo-do-gato é a interação.

Na USP, tenho dez orientandos de doutorado – não tenho mais estudantes de mestrado, todos que estão lá para isso já vêm formados –, mais 15 estagiários e uma equipe toda, e só pesquisamos uma coisa, a interação: a interação imersiva, quer dizer, a televisão em 360 graus, a televisão com **laser**, projetando direto no olho, a televisão com **DLP**. Estamos fazendo engenharia reversa de DLP e microprojetores de DLP, que infelizmente tem seu monopólio detido por uma única empresa, a **Texas Instruments**, que investiu durante 20 anos a fundo perdido, para alcançar a tecnologia de modulação da luz, em que não se necessita mais da tela, joga-se a luz no chão, no teto, na parede, no banheiro, no olho, onde quiser.

A sacada será a interação, e só temos um jeito de descobri-la: perspicácia, tolerância e tentativa e erro, todas as características que temos, com exceção da última, porque precisaríamos, eventualmente, dos fundos para propiciar não um teste, mas vários, inclusive para explorarmos a diversidade do País, que é continental. Há gente que pensa muito diferente num país igual. Então, precisamos multiplicar essas ações, para que na tentativa e erro consigamos acertos.

Considerações finais, da mesma forma que, no passado, com menos pessoas, com menos competência, com menos engenharia, fizemos a indústria da televisão analógica no Brasil, acredito que é possível montar a indústria da televisão digital. A indústria digital, no sentido amplo, não contempla só a infra-estrutura de telecomunicações, não só o **broadcasting**, não só a manufatura, mas tudo junto, com a possibilidade, ainda, de resolvermos outros problemas que a Informática tradicional não está conseguindo resolver, que é a questão da inclusão na Internet. Qual é a Internet que queremos, qual é a televisão que queremos? Penso que só conseguiremos isso quebrando paradigmas, por isso abolimos a idéia de computadores hierarquizados ou a idéia de uma televisão passiva. Tentamos, no laboratório, testar todas essas condições, para descobrir essa coisa nova que não sabemos direito, que é a convergência. A televisão do futuro é convergente, pois aglutina todos os serviços, e existem estratégias específicas nos vários países para se fazer essa convergência, e, para isso, é necessário acompanhar o debate que está acontecendo nos Estados Unidos sobre o **videogame**, do **box do videogame**, que vai entrar na televisão digital. A briga

que as empresas estão travando é como a fúria de tiffs: são bilhões de dólares, **dumping**. Há empresas que estão investindo US\$5 bilhões em **dumping**, para que esses **boxes** cheguem a um preço acessível e, no futuro, incorporem TV digital. Isso é o que chamam de **home hub** – aquela caixa que incorporará todos os serviços como 3G, celular. É fundamental estarmos atentos a esses processos.

Para encerrar, abordaria outro assunto, mas, com o cansaço, esqueci-me.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Se V. S^a lembrar, poderá fazê-lo.

Concedo a palavra ao Engenheiro Max Henrique Machado Costa.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Vou procurar ser bastante breve, senão corro o risco de perder meu vôo e não chegar em casa hoje.

Creio que a adaptação do conteúdo será gradativa, como ocorre em outros países. Entretanto, discordo do Marcelo no ponto em que ele comentou sobre a qualidade; acho que a qualidade é o fator principal da introdução da tecnologia de televisão digital no País.

Podemos considerar que a televisão já atingiu um patamar de qualidade, mas ainda é uma tecnologia de 50 anos. E a televisão analógica não permite esse aumento de qualidade que faz com que uma pessoa, numa partida de tênis, possa enxergar os pêlos da bola. Depois que se vê isso em HDTV, é realmente difícil acostumar-se com a televisão de definição convencional. É como se voltássemos para a tecnologia de filmes em preto e branco, talvez até mudo. Estou exagerando um pouco, mas a tecnologia que se consegue hoje com o cinema, que atrai multidões às casas de espetáculo, fará também com que a televisão consiga suplantar suas dificuldades de mercado.

Atualmente, nos Estados Unidos, a televisão aberta tem seriíssimos problemas de concorrência com a televisão paga. O que posicionará o fiel da balança para um lado ou para o outro será a questão da incorporação de alta qualidade que, naturalmente, chega primeiramente às classes mais abastadas, mas chega também, depois de algum tempo, às classes mais baixas, haja vista o que ocorreu com a telefonia celular. Inicialmente, uma licença de celular era disputada em leilões, além de ser caríssima. Hoje, qualquer pessoa com um mínimo de recurso pode ter acesso a um telefone celular até, muitas vezes, para que possa exercer sua profissão.

A qualidade é um fator importante, mas não é o único. A questão do aumento da capacidade é fundamental. Um **transponder** de satélite, na televisão

analógica, só consegue carregar apenas um sinal de televisão. Um **transponder** de 36 MHz faz a comunicação de apenas um sinal de televisão em frequência modulada, usando toda a faixa, e ocupa o que seria um **transponder** que levaria aproximadamente mil conversações telefônicas. Portanto, aquela máxima de que uma imagem vale por mil palavras aplica-se também a essa relação de taxas.

Com a televisão digital, a **DirecTV**, por exemplo, consegue colocar num **transponder** de 24 MHz – mais estreito do que os antigos de 36 MHz – quatro canais, ocupando uma faixa de cerca de 6 MHz. A televisão digital também permitirá que se possam colocar num canal de 6 MHz aproximadamente três a quatro sinais de televisão de resolução convencional, permitindo que programas de educação a distância e outros de interesse público possam ser levados adiante, naturalmente numa resolução diferente daquela da televisão de alta definição.

Farei outro comentário, dando suporte ao que o Professor Marcelo falou. Há muito pouco tempo, em 1994 ou 1995, a FCC, nos Estados Unidos, planejava permitir que os canais de alta definição ocupassem 12 MHz. Na verdade, houve uma época em que eles pensavam que se utilizariam 6 MHz convencionais e 6 MHz adicionais para acrescentar o detalhamento necessário à alta qualidade. Seria algo realmente gradativo. Quem só tinha recursos para ter apenas a televisão com resolução convencional pegaria 6 MHz e o outro, 12. De repente, a FCC estabeleceu que colocaria tudo em 6 MHz, ou seja, todo o sinal de tevê em 6 MHz. Muitos acreditaram que não seria possível fazer isso.

V. S^a comentou que a tecnologia é de ponta em todos os aspectos. Realmente, a televisão digital usa tudo até o “osso”. Estamos trabalhando em 20 megabytes por segundo, numa transmissão num canal extremamente cheio de defeitos, com desvanecimento de vários tipos, modelados por modelos matemáticos e estatísticos os mais complexos. Assim, está tudo no “toco” da tecnologia. É o que se pode fazer com o que existe. A televisão digital encontra-se no estado da arte.

É natural que essa adaptação seja razoavelmente gradativa, porque as coisas estão acontecendo numa velocidade muito grande em termos de mudança de tecnologia, mas não podemos ficar nos adaptando à tecnologia na mesma velocidade em que ela é gerada. Temos de aguardar e verificar a melhor forma de incorporação dessa tecnologia aos processos de **broadcasting** do País.

Em termos de considerações finais, eu gostaria de enfatizar a importância da internacionalização do padrão, no sentido de que o Brasil deve fazer parte de um grupo. Não deve haver nunca um padrão afeto só ao Brasil. O País deve fazer parte de um conjunto de países que adotem um determinado padrão. Há algumas restrições em relação a isso; em particular, mencionei a da canalização: nós utilizamos canais de 6 MHz.

Outro aspecto que julgo importante é o da potência. Os padrões que utilizam muita potência vão tornar essa utilização conjunta mais complicada. O planejamento de frequência ficará muito mais difícil, porque o padrão que utiliza mais frequência projeta uma interferência maior sobre outros sinais. Assim, o planejamento de frequência fica muito mais difícil. Terá de ser feito o reuso de frequência com uma distância geográfica maior, o que limita um pouco a capacidade.

Concluindo, o aumento de capacidade e a melhor qualidade são os aspectos principais que nos atraem para essa transição para a televisão digital no Brasil e no mundo.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Passo a palavra ao Engenheiro Marcelo para ele faça o seu registro.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Trata-se da questão do ponto de acesso.

Hoje, o ponto de acesso é vendido a um custo extremamente alto – são os conversores. Penso que, se o Brasil realmente conseguisse viabilizar uma proposta de inclusão... Ressalte-se que o ponto de acesso pressupõe interação. As pessoas não vão assistir mais tevê, mas vão pagar conta telefônica.

É preciso lembrar que todos os pontos de acesso do mundo são subsidiados. Voltei do Japão com o telefone 3G. O preço de manufatura do telefone é de US\$700, mas chega ao consumidor japonês por US\$350, porque as empresas sabem que, depois de três meses de operação, elas recebem de volta esse preço. O mesmo ocorre com o **dumping** dos **videogames**. Os **boxes** lá custam em torno de US\$400 ou US\$500, e as empresas colocam US\$5 milhões ou US\$6 milhões, porque sabem que o que será comprado de **videogames** paga esse investimento.

Quanto à TV digital interativa, estamos pensando, há cinco anos, em **set-top box**, e, a partir dos dois últimos anos, quando começamos a viabilizar alguns protótipos, a pressão interna tornou-se muito grande. Já fomos abordados por vários grupos que dizem que, se fossem construídas cinco milhões de unidades, haveria depois um serviço interativo com uma microtarifação em torno de R\$0,05 a R\$0,15. Portan-

to, valeria a pena dar-se isso, pois, em três ou quatro meses de interação via tevê com a população menos favorecida, mas que tem esse patamar de consumo, o **box** seria pago. Isso poderia viabilizar, por exemplo, a Internet de modo que todos os brasileiros pudessem ter um e-mail, ou que todos os brasileiros em idade escolar pudessem acessar a Internet na escola para fazer seus trabalhos.

Então, temos realmente de afinar o passo com o modelo dos próximos 10 ou 15 anos. Já fomos estimulados em várias discussões sobre essas possibilidades.

Foi isso o que eu havia esquecido de falar.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Tem a palavra o Dr. Guido Lemos de Souza Filho.

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – A pergunta dizia respeito à forma como a TV digital pode contribuir com a educação, a cultura e o entretenimento.

Vejo, na ótica de integração, alguns aspectos que são importantes nos programas interativos: há o aspecto de interação e o aspecto de comunicação. Se olharmos o que vai acontecer, na primeira geração de pontos de acesso ou unidades receptoras, o canal de retorno, eventualmente, poderá até não existir. No entanto, o usuário terá algum tipo de interação, quer dizer, vai existir a possibilidade de haver algum tipo de interação quando você envia um programa. Por exemplo, como o Max comentou, hoje transmite-se, em um canal analógico de 6 MHz, um sinal de vídeo. Na hora em que essa transmissão for feita na forma digital, poderemos transmitir 20 megabytes. Em 20 megabytes poderíamos transmitir 5 sinais de vídeo, se fôssemos usá-la só para isso, se não fôssemos transmitir também os dados, o áudio. No entanto, os dados e o áudio ocupam muito pouco da banda. Vamos supor que transmitamos 4. Você já tem alguma interação porque a pessoa tem 4 possibilidades de escolher o que quer ver. Além disso, pode-se usar esse pacote de 20 megabytes para mandar informações estatísticas, imagens etc. Tudo vai estar no receptor. Ali ele já vai interagir, escolher e ler alguma coisa, mesmo sem o canal de retorno telefônico. Tudo veio para a casa do sujeito. Lá, assistindo a uma aula, a um filme, ele já vai poder acessar um texto, responder uma pergunta, localmente, sem pagar conta de telefone. Tudo isso já é possível, no aspecto da interação, mesmo sem o canal de retorno.

O segundo nível de interação, o que envolve a comunicação entre o usuário e quem está transmitindo, vai viabilizar a personalização. Quer dizer, hoje, na

TV temos um pacote por meio do qual todos assistem às mesmas coisas. No entanto, na hora em que tivermos um **feedback** do usuário, quem faz o programa, vai ter que pensar em dar possibilidades diferentes a usuários que têm características diferentes. Nessa linha, temos que olhar a nova geração que está crescendo. Sou do Nordeste e gostava de jogar futebol. Na minha época não existia computador, videogame. Não brincava com isso. Tenho um filho de 8 anos. E disse para ele que gostaria que jogasse futebol. Ele disse-me: "Tudo bem, pai, compre um jogo da Fifa que eu jogo". Temos que ver qual será a receptividade dessa geração para um programa, pois o roteirista faz o vídeo, o diretor faz a montagem, escolhe a seqüência de cenas, as decisões, o que acontece na história. Como é que a geração-videogame, que é como um personagem, que está interagindo, definindo como vai terminar o jogo, se fulano vai morrer, se vai ficar vivo, quem perde, quem ganha, vai reagir como telespectador? Nessa linha, há uma pesquisa bem interessante sobre cinema interativo. Os roteiros, as histórias, precisam ser construídos considerando as ações de quem está assistindo. As ações precisam ser tratadas e o final do filme, o desenrolar da história, serão definidos, eventualmente, de acordo com a maneira como a pessoa vai comportar-se. Quer dizer, tal questão tem impactos profundos sobre as pessoas que vão pensar os programas, os filmes. Quem faz isso, hoje, é o pessoal de jogo, mas as pessoas que produzem cinema, televisão, vão ter que abrir a cabeça, começar a vislumbrar o cenário, capacitar-se. É fundamental, realmente, termos um projeto estruturante, em escala nacional, que construa alguns pilotos que possam ser testados por empresas e centros de pesquisa credenciados que se enquadrem no perfil do projeto estruturante. Quer dizer, o entretenimento vai mudar.

Nessa linha de comunicação há ainda uma outra geração. Somos a primeira geração em que há interatividade, mas restrita ao aparelho de televisão. Depois, temos um retorno para quem está distribuindo um conteúdo. E, finalmente, as aplicações de terceira geração envolverão comunicação entre as pessoas que estão assistindo àquele programa. É um outro nível de coisas a se pensar. Tem que se considerar que as pessoas que estão em casa poderão dar um retorno, interagir. Eventualmente, essas pessoas formarão grupos e atuarão com base no programa, discutindo sobre ele. Dessa forma, teremos uma abertura bastante interessante para aplicações educacionais.

Outro ponto interessante quanto à produção de conteúdo, de educação, de cultura é a diminuição do custo para produção de programas. Percebemos, não sei se é o que irá ocorrer, que o programa poderá se aproximar de um documento multimídia, como alguns

exemplos que temos na Internet. Sendo assim, qual o custo para montar uma produtora com capacidade para realizar isso? No passado, produzir um conteúdo de qualidade era muito caro, mas, atualmente, uma ilha de edição digital não é mais uma coisa de outro mundo. Com uma placa de US\$1 mil a US\$1,5 mil, uma máquina com capacidade de processamento razoável, é possível capturar imagens com uma câmera de R\$2 mil a R\$3 mil e fazer montagens, efeitos, enfim, produzir um filme, um programa.

Há também a questão de como fazer chegar essas informações às residências. A Internet não tem capacidade para transmitir imagens de qualidade. Então, isso será feito via televisão.

Quanto à questão de canalização, o que faremos no Brasil com essa sobra de canais? Hoje temos os canais analógicos distribuídos. Quem tem concessão para explorar transmissão via canal analógico, quando puder fazer uma transmissão digital, fará. Na realidade, terá 20 megabytes.

Concordo com esse modelo flexível, visto que o Brasil é um país com muitas diferenças. Temos um exemplo claro disso com o Marcelo Zuffo, que trabalha na USP, em São Paulo, e tem um laboratório com dinheiro, com recursos, se comparado com o meu, no Nordeste. Ele tem uma possibilidade de fontes de financiamento. Basicamente, a Fapesp é um diferencial no País, quando comparado com quem está fazendo coisas semelhantes no Nordeste. Ele tem condições de testar coisas que não temos.

Por outro lado, existe a criatividade. Por exemplo, no meu laboratório, não temos dinheiro, então precisamos fazer tudo. Se queremos fazer uma transmissão de TV, temos que produzir, implementar um servidor de vídeo, um **streamer**. E, com isso, temos conseguido alguns resultados.

Como o País tem muitas diferenças, nesse projeto estruturante, um requisito fundamental é que essas redes-piloto sejam espalhadas pelo País – é preciso ver o custo disso. Considerando-se os recursos dos fundos, temos condições de organizar os laboratórios para que as equipes possam se capacitar, desenvolver e testar os seus programas.

Essas são as minhas considerações finais.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Antes de perguntar se os nossos dois colegas Conselheiros têm mais alguma consideração a fazer, eu não poderia deixar passar despercebida uma questão referente à intervenção dos nossos três convidados, que enfatizaram aplicações, implementações, que envolvem canal de retorno.

Pergunto se projetar esse tipo de implementação pode ser compatível com a massificação e o esforço de inclusão digital que permearam as preocupações de todos os presentes. É possível desenvolver aplicações ou implementações que sejam compatíveis com essa massificação que todos pretendemos, envolvendo uma integração com o serviço de telecomunicações que exigiria um canal de retorno nessas implementações?

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Bem, em relação à TV a cabo, essa questão do retorno é normal. Na questão da TV aérea, por antena, o pingo no 'i' é a convergência. Quer dizer, nós sempre imaginamos um canal de retorno e, como o senhor mesmo falou, ele pode ser de várias formas. Nós consideramos gerações de retorno. Obviamente, a primeira a se considerar sempre como retorno é a telefonia convencional e, neste caso, o pingo no 'i' é a convergência, quer dizer, como vamos convergir isso.

Isso é muito subjetivo, ou seja, nós fazemos pesquisa aplicada, tentamos aplicar métodos científicos e tal, mas eu sei que a convergência dependerá de cada país. O jeito como um país absorve a tecnologia é único. Não é um modelo globalizado e universal. Isso não existe. Então, o retorno dependerá da aplicação e do modelo de convergência que o Brasil terá. Eu acredito que ele será único em função das peculiaridades regionais e econômicas nossas. Agora, todas as aplicações pressupõem retorno em algum tipo de telefonia ou outra forma de telecomunicação que não seja a TV. Isso é patente.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Em um primeiro momento, esse retorno, provavelmente, será feito pelo canal telefônico, como já foi dito. Trata-se de uma área de pesquisa nova. A melhor maneira de prover esse retorno, realmente, é uma área de pesquisa que está aberta.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Mas, pode-se fazer com um custo compatível com a massificação?

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Acredito que sim. Inclusive, o próprio canal telefônico já é uma maneira de prover um canal de retorno que é de acesso para um grande número de pessoas.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – O senhor tem algum comentário a tecer sobre isso?

O SR. GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO – Bom, eu farei somente um parêntesis. Em um curto prazo, a interação em alguns programas limitados e, eventualmente, em aplicações de cunho educativo, nós até podemos fazer sem o canal de retorno, naquela linha de que um programa de TV interativa,

pode-se mandar um vídeo, mas, associado a este vídeo, pode-se mandar um código com textos, com imagens e com algumas perguntas que a pessoa pode responder, mesmo sem que a resposta volte para quem está enviando o vídeo. Ou seja, dá para se fazer algo nessa linha, mesmo sem que rede telefônica chegue na casa daquela pessoa. Mas são aplicações limitadas e, a meu ver, demandará um tempo. A tendência é que, realmente, tenhamos um canal de retorno em todos os lugares em um médio prazo. Mas, no início, já dá para se fazer alguma coisa, mesmo sem o canal de retorno. Já é possível agregar valor ao programa convencional, passando por um programa interativo, com texto, perguntas etc.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – O problema do retorno é o custo fixo da telefonia, a assinatura da telefonia fixa. Se você pensar em um programa de inclusão total, quer dizer, se der **e-mail** para todos os brasileiros, via TV aberta, em um **box**, em um ponto de acesso interativo, se você tiver uma assinatura de vinte ou de trinta reais, cai-se no modelo da TV a cabo, em que ela não se expande mais, porque as pessoas não conseguem pagar quarenta, cinquenta, setenta reais. Então, talvez, nesse modelo de convergência, a inclusão dos órgãos reguladores, da mesma forma que foi um sucesso estrondoso o celular pré-pago, há o telefone fixo pré-pago. As pessoas poderiam ter uma cota de **e-mail** mensal e fazer tudo que elas quisessem. Esse é um problema que discutimos nos nossos projetos, porque já não estamos mais pesquisando tecnologia. Nós queremos colocá-la na rua. Mas nós esbarramos nessas limitações.

O SR. ORLANDO JOSÉ LEITE DE CASTRO – Uma informação que acho relevante é que já se está migrando, na classe de baixa renda, para a inutilidade do telefone fixo. Cerca de 20% de pessoas nas classes D e E, dentre as usuárias de algum serviço de telecomunicações, não têm telefone fixo e têm telefone celular, usando-o 24 horas por dia. Isso pode ser uma tendência também.

O SR. CARLOS DE BRITO NOGUEIRA – Uma colocação bem rápida.

Para que não fique a impressão equivocada de que existe padrão que facilite a alocação de canais, que com algum dos padrões seria possível ter mais canais disponíveis. Isso não se verificou na prática, em função dos testes que a SET realizou; o CPqD fez um trabalho rigoroso sobre isso, e a diferença do contorno da área de cobertura com os diferentes padrões é de, no máximo, 2% a 3%, num contorno de 50km. Isso dá uma diferença de raio de aproximadamente 1km. Então, nenhum dos padrões viabiliza mais ou menos canais; eles viabilizarão o mesmo número de canais. Isso sem levar em consideração que alguns padrões têm maior facilidade para cobrir áreas de

sombra e que outros não têm. Quer dizer, é possível que se gaste mais frequências até para cobrir áreas de sombra com algum dos padrões e com outros não. Isso também é importante ser considerado.

Agora, com relação à potência, sim, há padrões nos quais se pode operar com potências mais baixas. Só que essa é uma conta a ser paga única e exclusivamente pelo radiodifusor, que comprará transmissões de maior potência e pagará a conta de energia elétrica.

Era só isso.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Posso fazer um comentário?

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Pois não.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – Estou bastante preocupado com meu vô, mas este comentário eu gostaria de fazer. Realmente, a potência será paga pelo radiodifusor, mas acho que não é a questão do custo da potência o mais relevante e sim a questão do planejamento de frequências. Quando se têm potências mais altas, joga-se mais interferência e se dificulta o planejamento de frequências. E 2,5 vezes ou **4dB** é um fator significativo.

O SR. CARLOS DE BRITO NOGUEIRA – Foi o que mencionei antes: o CPqD fez um trabalho sobre isso, e não há impacto no planejamento de frequência; os padrões viabilizarão os mesmos números de canais. Não há diferença em relação a qualquer um dos padrões, um padrão não facilita ter mais canais do que outros; a canalização será exatamente a mesma, o raio dos canais digitais é exatamente o mesmo. Só isso.

O SR. MAX HENRIQUE MACHADO COSTA – A minha discordância é em relação ao planejamento de frequência, não é em relação à canalização. A canalização é a mesma, de 6 MHz; mas, quando se tem mais interferência, é preciso fazer a reutilização da frequência numa distância maior. Isso tem um impacto sobre a distribuição de frequências.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Conselheiro Fernando Bittencourt, algum comentário?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Rapidamente, também para contribuir com a discussão.

Já tivemos algumas experiências com TV interativa, estamos tendo, porque a TV interativa existe nesses canais, nessas mídias que já são digitais. É o

DTH. Sky e DirectTV usam interatividade de alguma maneira; na Europa, isso já está bem desenvolvido.

Concordo plenamente com o Max que o mais importante da tecnologia digital é a qualidade, será a qualidade. Não nos parece – pelo menos até o momento, pelas experiências – que a interatividade seja mais importante do que a qualidade; a qualidade será sempre mais importante. Evidentemente, a interatividade é interessante, é algo que existirá. As pessoas comprarão, entrarão na tecnologia para ter mais qualidade, e isso o DVD está provando, já está vendendo o dobro da quantidade de VHS com pouco tempo, em dois, três anos de venda. As pessoas estão atrás de qualidade, querem ver os programas com mais qualidade. Então, a qualidade é algo realmente muito importante na TV digital.

De resto, foi excelente o debate, e agradeço aos senhores pelos comentários. Foi muito interessante, com certeza todos contribuíram – e muito – com esta discussão na nossa Comissão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Com a palavra, o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Parabenizo a todos. Em nome do Conselho, parabenizo os professores, especialmente o Dr. Hélio, que no momento se encontra ausente, além de toda a equipe do Congresso, a Sr^a Márcia e a equipe da TV.

Conseguimos oferecer algumas contribuições relativas a essa questão que considero de máxima importância, de segurança nacional, de identidade, de economia. Contribuímos um pouquinho; cumprimos com nosso papel.

Esperamos que, nos próximos debates, o documento que a Comissão do Conselho elaborar, e o Pleno do Conselho aprovar e enviar ao Congresso, sirva de subsídio e que os membros do Congresso pensem muito bem na decisão que caberá a eles, e não a nós.

Todos estamos de parabéns.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Ultrapassamos quatro horas de trabalho nesta audiência pública que ainda está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado. A transcrição desta audiência ficará disponível na Internet para os interessados. Todos os que puderam acompanhar a reunião ou que tomarem conhecimento da transcrição pela Internet poderão comprovar que produzimos um denso conjunto de contribuições que servirá não só para o trabalho da Comissão do Conselho, mas que, desde já, fica disponível para todos os setores que estão protagonizando esse debate no País.

Agradecemos aos nossos convidados, que prontamente atenderam ao convite de participar dessa audiência pública, e ressaltamos que temos certeza de que deram contribuições inestimáveis e muito auxiliarão na elaboração do documento que será feito pelo Conselho.

Desde já, todos os interessados neste debate ficam convidados a acompanhar a próxima audiência pública, que será realizada pela Comissão de Tecnologia Digital no dia 10 de outubro, quando contaremos com a presença de representantes de diversos órgãos governamentais encarregados de implementar essa Política, quais sejam, os setores designados pela Política definida no último dia 2 de setembro.

Agradecemos aos Conselheiros e à Secretaria do Conselho pelo diligente trabalho empreendido de, em um curto período de tempo, viabilizar esta audiência pública. Também agradecemos a presença de todos, especialmente dos nossos convidados.

Declaro encerrada esta primeira audiência pública da Comissão de Tecnologia Digital.

Seguem documentos pertinentes à reunião:

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL, DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO DA REUNIÃO
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2002,
NA SEDE DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ENGENHARIA DE TELEVISÃO E
TELECOMUNICAÇÕES (SET),
NO RIO DE JANEIRO

REGISTRO DA REUNIÃO de 12/9/2002

Reunidos no dia 12 de setembro de 2002, das 14h às 16h30, na sede da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, no Rio de Janeiro, os conselheiros titulares Fernando Bittencourt, Geraldo Pereira dos Santos, Daniel Herz (titulares) e Miguel Cipolla Júnior (suplente), integrantes da Comissão de Tecnologia Digital, adotaram as seguintes deliberações:

Sistemática de realização de audiências públicas pela Comissão

- As audiências públicas realizadas pela Comissão deverão ocorrer preferencialmente em Brasília, com o apoio da secretaria do Conselho.
- Caso se mostre conveniente ou mais econômico realizar uma audiência pública em outra cidade,

esta deverá ser realizada, preferencialmente, em espaço a ser solicitado à Assembléia Legislativa ou à Câmara de Vereadores, de modo a garantir a natureza pública do evento.

- Em qualquer hipótese, a audiência pública realizada pela Comissão deverá ser gravada, para posterior transcrição pela secretaria do Conselho, assegurando a ampla documentação do evento.

Audiências Públicas programadas

- A Comissão programou duas audiências públicas:

1) Audiência pública a ser realizada em São Paulo, no dia 26/9, sobre o tema “Avaliação da Política do Governo Federal e propostas para a implementação da tecnologia digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil”, para a qual serão convidados:

- **Marcelo Knörich Zuffo** – Engenheiro Eletrônico, do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) da Escola Politécnica da USP.
- **Max Henrique Machado Costa** – Engenheiro Elétrico, Professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e da Computação (FEEC) da Unicamp.
- **Representante da Fundação CPqD**
- **Guido Lemos de Souza Filho** – Coordenador do GT de vídeo Digital da RNP, Coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hiper-mídia da Sociedade Brasileira de Computação e Diretor Executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores (LARC).

Israel Fernando de Carvalho Bayma - Engenheiro Eletrônico, Diretor do Comitê de Incentivo à Produção do Software GNU e Alternativo – CIPSGA

2) Audiência Pública a ser realizada em Brasília, no dia 10/10, com o tema “Iniciativas do Governo Federal para a implementação da Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil”, para o qual serão convidadas as seguintes autoridades, ou seus representantes:

- Ministro das Comunicações;
- Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Ministro da Fazenda;
- Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Audiências Públicas a serem programadas

- A Comissão pretende realizar outras audiências públicas, para as quais deverão ser convidados os representantes das plataformas tecnológicas, os representantes da indústria de equipamentos e de

bens de consumo e os representantes dos diversos segmentos empresariais e profissionais da Comunicação Social que serão afetados pela digitalização da mídia eletrônica. No próximo dia 26/9 a Comissão definirá a programação destas audiências.

Questões e indagações para o prosseguimento do debate

- O Conselheiro Fernando elaborará uma lista de questões e indagações a serem dirigidas aos participantes da audiência pública.

Posicionamento em relação à Política baixada pelo Governo Federal

- A Comissão elaborará, para proposição ao Conselho na próxima reunião do dia 14/10, um documento com uma proposta de posicionamento sobre a “Política para Adoção de Tecnologia Digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil”, baixada pelo Governo Federal no dia 12/9. Este documento deverá incluindo os seguintes pontos:

- 1) Análise da Política adotada;
- 2) Identificação de problemas ou lacunas verificados na Política do Governo Federal;
- 3) Identificação dos desdobramentos decorrentes da implementação desta Política e iniciativas do Conselho que podem contribuir para sua evolução.

- Para o terceiro ponto, acima referido, a Comissão deverá incorporar a contribuição do conselheiro Fernando que foi levada na reunião do dia 12/9 e que indica ações a serem desenvolvidas pelo Conselho.
- O conselheiro Daniel fica encarregado de consolidar os diversos comentários e observações surgidas na reunião, as contribuições apresentadas pelo conselheiro Fernando e outras contribuições que venham a ser apresentadas pelos demais integrantes da Comissão e enviará uma minuta do documento aos demais membros do Conselho.

Reunião com Universidades

- Na manhã do dia 10/10, a Comissão deverá realizar reunião com representantes de Universidades e de entidades acadêmicas dos setores de Engenharia e de Comunicação Social que se dispõem a participar de trabalhos no auxílio ao Conselho e indiquem especialistas ou pesquisadores

que tenham trabalhos desenvolvidos, estejam com pesquisas em desenvolvimento ou se dispõem a adotar pautas de trabalho apresentadas pelo Conselho. Serão desenvolvidas duas rodadas de reuniões:

Apresentação da Comissão

O Conselheiro Daniel fará a minuta de uma “apresentação básica” da Comissão, a ser submetida à avaliação final da Comissão, que será utilizada para referenciar publicamente sua composição e atividades, servindo de base para a elaboração de ofícios e comunicados.

Coordenação da Comissão

A Comissão decide que o conselheiro Daniel exercerá a função de coordenação, baseado no protocolo abaixo referido.

Protocolo de Atuação da Comissão de Tecnologia Digital – Versão 12/9/2002

1) Todas as decisões da Comissão só terão validade se forem tomadas pelos seus três membros titulares ou, na falta destes, pelos seus suplentes.

2) O Coordenador da Comissão terá, exclusivamente, as seguintes incumbências:

a) compatibilizar as agendas dos membros da Comissão para a realização de reuniões presenciais ou de tele-reuniões;

b) encaminhar propostas de qualquer um dos membros para aprovação ou validação dos demais, eventualmente sem necessidade de reunião, se todos os consultados considerarem que se isto não se faz necessário e se manifestarem, formalmente, por escrito (e-mail), apoiando a proposta ou condicionando o apoio a ajustes que possam ser resolvidos por comunicações rápidas e por escrito;

c) registrar e encaminhar comunicação sobre posições aprovadas pela Comissão ao Presidente do Conselho e aos demais Conselheiros, quando isto se fizer necessário;

d) agendar com terceiros, diretamente ou como a interveniência do Presidente do Conselho, contatos ou reuniões que tenham sido aprovadas pela Comissão;

e) encaminhar ao Conselho as propostas de deliberação aprovadas pela Comissão.

O SR. COORDENADOR (Daniel Koslowsky Herz) – Está encerrada a reunião.

Ata da 8ª Reunião, em 21 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana

(Inicia-se a reunião às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 215, de 2002-CN (nº 854/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 1º de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor global de R\$ 9.554.300,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes”. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 216, de 2002-CN (nº 855/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 1º de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 12.167.383,00 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais), em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 217, de 2002-CN (nº 856/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 1º de outubro de 2002,

que “Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 63.019.257,00 (sessenta e três milhões, dezenove mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 218, de 2002-CN (nº 860/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 17.811.200,00 (dezesete milhões, oitocentos e onze mil, duzentos reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 219, de 2002-CN (nº 870/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 9 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 15.475.809,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e nove reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 220, de 2002-CN (nº 874/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 11 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 560.529.161,00 (quinhentos e sessenta milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e um reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 221, de 2002-CN (nº 875/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 11 de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 251.335.446,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Mensagem nº 222, de 2002-CN (nº 876/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 11 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.185.985,00 (dezenove milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes” (Anexada à Mensagem nº 215, de 2002-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

As mensagens anexadas ao processamento da Mensagem nº 215, de 2002-CN, vão

à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

OFÍCIO Nº 892-L-PFL/2002

Brasília, 17 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 73, de 14 de outubro de 2002, que “Revoga o art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002”, em substituição aos anteriormente indicados.

EFETIVO

Luciano Castro

Eduardo Paes

Atenciosamente, – Deputado **Inocencio Oliveira**, Líder do PFL

SUPLENTE

Gerson Gabrielli

Chico Sardelli

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 4 minutos.)

(OS 19315/02)

Ata da 116ª Sessão Não Deliberativa em 22 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Francelino Pereira e Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproxima-se o domingo, dia em que a população do País decidirá quem será o próximo Presidente da República.

Esta eleição foi quase um plebiscito. Houve um vendaval tanto na Câmara quanto no Senado. Provavelmente, no domingo, os dois candidatos vão lutar para ver se conseguem – cada um a seu modo e estilo – dominar essa ventania.

No entanto, a verdade é que nós, Parlamentares desta legislatura, ainda temos muito que fazer. Seja quem for o vencedor, nos dias que restam desta sessão legislativa, teremos de fazer reformas importantes.

Em 1994, pedi a reforma política - foi um dos meus primeiros discursos nesta Casa - para evitar distorções como a que aconteceu, no Estado de São Paulo, onde foi eleito um deputado federal com aproximadamente duzentos e setenta votos. Temos muito a fazer.

Os dois candidatos têm falado da necessidade de se desonerar a produção. Ambos têm falado sobre o problema da segurança, que se agrava.

Como todos sabem, embora Senador da Paraíba, também moro no Rio de Janeiro. A cada semana, levamos um susto. Na semana passada, eu voltava da Paraíba, onde participei, em apenas um dia, de quinze comícios – por isso, estou rouco –, porque eu tinha um compromisso em uma das minhas instituições, mas não consegui atravessar a Linha Amarela. Por duas horas, o trânsito ficou bloqueado porque os bandidos resolveram atirar na polícia. Atualmente,

isso é corriqueiro e normal, até contra o Quartel do Batalhão de Choque. Vejam onde estamos chegando!

Portanto, os dois candidatos precisam das nossas decisões.

Nesse sentido, Sr. Presidente, ocupo a tribuna para pedir à Presidência que façamos uma triagem dos projetos necessários, a fim de que o próximo Presidente inicie o seu mandato com alguns elementos facilitadores. Sabemos que vamos ter problemas sérios. Faltarão R\$20 bilhões que ficaram em “restos a pagar” e não foram pagos. Esse dinheiro fará falta.

Hoje li, nos jornais, que o candidato do PT pretende fazer um corte, nos investimentos e nas construções, de 15% a 30%. Isso significará menos dinheiro circulando, que, somado aos “restos a pagar”, com certeza, vai diminuir a velocidade da nossa economia. E este País tem necessidade de crescimento. Então, é preciso que se exporte mais; é preciso encontrar outras soluções.

Na Câmara dos Deputados e principalmente nesta Casa, temos projetos importantes que podem e devem ser votados ainda nesta legislatura.

Tenho certeza de que, a partir de segunda-feira, o candidato eleito vai fazer solicitações e pedir pressa para alguns projetos. Creio que o nosso papel, nesta Casa, deve ser trabalhar, mas trabalhar a todo o vapor. Não importa saber quem será o Presidente, importa saber que o Brasil não pode parar; ele tem que avançar porque o mundo hoje é muito mais competitivo do que antes. E, numa economia globalizada, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos melhorar o arcabouço legislativo.

Em relação aos bancos, por exemplo, duas vezes é o valor do lucro auferido, no nosso País, dos bancos estrangeiros. Um banco alemão aqui, no Brasil, tem duas vezes o lucro que teria na Alemanha. É o que está nos jornais de hoje.

Aqui, ficamos perplexos, porque a nossa legislação não está fortalecida; a nossa legislação não tem uma série de itens que tem a legislação americana. Lá, quem solta um boato para fazer subir o dólar, quem solta um boato para fazer cair uma ação na Bol-

sa vai para a cadeia, é punido e paga multa. Para nós, tudo isso é muito lento, é muito tenro, é pouco aplicado. Por quê? Porque a legislação não é clara.

Portanto, são muitos os itens que precisam ser modificados, e temos a obrigação de, nesta legislatura, avançar o máximo possível para que sejamos elementos facilitadores da próxima legislação.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a é um dos grandes Senadores desta Casa. É de uma agilidade e de uma inteligência enormes. Esta Casa reconhece V. Ex^a como um dos Senadores mais ilustres. E V. Ex^a vai continuar, durante quatro anos, pelo menos, ajudando o Governo, facilitando a governabilidade deste País, ajudando a resolver esses problemas aflitivos que V. Ex^a abordou. Quero mencionar um assunto que considero relevante: as cidades. V. Ex^a disse que ficou esperando duas horas para os bandidos liberarem a Linha Amarela. Também tenho uma grande preocupação em relação a esse assunto. Preocupa-me a falta de infra-estrutura das cidades, as favelas, a violência que impera naqueles lares. Como são criadas as crianças que nascem em um ambiente tão forte como aquele? Como é o acesso da polícia ou das autoridades a essas favelas? Temos percebido que a vigilância é feita muito mais por helicóptero, que sobrevoa a região, do que no local propriamente dito. Observei isso no caso da morte do Jornalista Tim Lopes. Não vejo solução para se diminuir a violência se não organizarmos as cidades. Sei que V. Ex^a, além de ser um especialista nessa área, também se preocupa com loteamentos e com a qualidade de vida nas cidades. Por isso, ao se discutir a violência urbana, deve-se debater à exaustão a questão da estruturação das nossas cidades, com coragem para enfrentar o drama do caos urbano, especialmente, como V. Ex^a colocou, o do nosso querido Rio de Janeiro, com tantas favelas e inúmeros problemas nessa área. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso que faz, pelo seu alerta e pela sua disposição de trabalho. Desejo que V. Ex^{as} trabalhem rapidamente, já ajudando o próximo Presidente da República, resolvendo grandes temas, como a violência, a reforma política e outros, que, obviamente, virão à tona. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a, autor de um dos melhores projetos já votado e aprovado, quase que por unani-

midade, por esta Casa, a respeito da estruturação urbana.

Acredito que não há uma cidade sequer no Brasil que não tenha favela. Aliás, esse problema é oriundo no campo, que está perdendo gente para as cidades. Portanto, temos que cuidar do campo e das cidades. E, certamente, teremos que cuidar da indústria, da exportação, porque, se não houver empregos, não haverá fixação; se não houver empregos, não haverá impostos; se não houver impostos, as escolas não terão como funcionar.

Sr. Presidente, são inúmeros os problemas. E não são de hoje, são atávicos: 500 anos de existência, 400 anos de escravidão. A sociedade ainda paga o peso dessa escravidão. Ainda existem o preconceito e o problema econômico, porque uma enorme parcela da sociedade ainda não ascendeu, e essas distâncias são muito grandes. Com certeza, nós, nestes próximos dois meses, a partir da próxima semana, teremos muito trabalho.

Sr. Presidente, o nosso objetivo não é outro senão dizer que não nos interessa quem vai ganhar; interessa-nos, sim, a nós do Congresso, o fato de que devemos trabalhar duro para dotar o País de uma legislação compatível com o mundo globalizado. Temos que apoiar quem quer que seja! De nada irá adiantar dizer que não é do meu Partido e por isso devemos atrapalhar. Não. Não podemos perder tempo, nem podemos, de maneira nenhuma, ser do contra. Temos que apoiar, porque o nosso País não pode perder espaço. Temos que avançar e ocupar um lugar que, com toda certeza, se assim o fizermos, será de honra no colégio das Nações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Tenho o prazer em conceder a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso baixou, no último dia 7 de agosto, a Medida Provisória nº 57, que autoriza a federalização da Companhia Energética de Goiás (CELG), para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) e, por conseguinte, para privatizá-la.

Já estava em pleno andamento, como é de conhecimento geral, a campanha eleitoral em todo o Brasil e, particularmente, no Estado de Goiás, o que, por si só, talvez já fosse suficiente para contra-indicar a medida adotada por Sua Excelência.

Além disso, o Presidente valeu-se do instituto da Medida Provisória, que, como todos sabem nesta Casa, impõe os requisitos da urgência e da relevância. Só podemos admitir que o assunto fosse relevante e urgente se tivéssemos em mente uma intenção de ajuda eleitoral ao candidato do Presidente, o que, evidentemente, nem nos passa pela cabeça. Assim, não vemos sentido na adoção de Medida Provisória para uma providência como essa, que precisa ser avaliada de forma muito criteriosa e amadurecida, sem açodamentos, portanto.

Mas, ainda assim, somos contra a privatização da CELG, a exemplo dos eminentes Senadores Roberto Requião e Osmar Dias. Eles têm se batido aqui e no Paraná contra a fúria privatizante dos Governos Federal e paranaense, que desejam igualmente vender a COPEL – uma empresa-modelo do setor elétrico – a empresas estrangeiras, que nenhum compromisso têm com o desenvolvimento do Estado.

Esta é a questão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores!

A Celg, semelhantemente à Copel, é a empresa mais importante do Estado de Goiás. Tem um profundo compromisso com o seu desenvolvimento e faz parte mesmo da história do seu progresso. É por isso que somos contra a sua venda, sobretudo a empresas multinacionais do setor elétrico, cujo único objetivo será o lucro fácil e simples.

A inoportunidade da Medida é enorme, não apenas por ter ocorrido em pleno processo eleitoral, mas também dadas às condições atuais do mercado, perturbado pelo processo e pela especulação que dele se aproveita para auferir lucro escandaloso. O Real está tremendamente depreciado em relação ao dólar, o que recomenda cautela e paciência.

Calamos durante o processo eleitoral, para que não atribuisse o nosso protesto a razões meramente eleitoreiras. Mas agora isso passou. O candidato do Presidente ao Governo de Goiás está eleito, mas, 70% da população do Estado, se manifestou contra essa política do Governo Federal, que inclui a venda do patrimônio nacional, duramente construído graças ao sacrifício da população.

Sr. Presidente, 70% da população brasileira votou contra a política de privatização do Presidente Fernando Henrique Cardoso! É em nome da população goiana que venho a esta tribuna fazer um apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: tenha um gesto de humildade para com o povo goiano, Senhor Presidente! Revogue essa malfadada Medida Provisória que vai tirar do nosso Estado um importante mecanismo de alavancagem do seu progresso! Respeite a luta do povo de Goiás, que conseguiu, a duras penas, construir uma empresa tão importante!

Ademais, Sr. Presidente, não é hora de se tomar uma decisão como essa, de maneira açodada – repito. A política energética atual poderá vir a ser completamente reformulada pelo seu sucessor. Um deles, aliás, o mais provável vencedor do pleito presidencial, de oposição a essa política privatizante que aí está, é frontalmente contra a venda desse patrimônio fabuloso do nosso País, que são as empresas do setor elétrico.

Sua Excelência não resolveu aguardar a eleição do novo Presidente para decidir a aquisição de novos aviões de combate para a Força Aérea? Por que não fazer o mesmo com a venda da Celg, revogando a Medida Provisória, que, de maneira tão infeliz, Sua Excelência baixou?

Penso que Goiás não está lhe pedindo muito, Senhor Presidente. Queremos apenas que Vossa Excelência revogue uma Medida Provisória para que tenhamos uma solução para os problemas da Companhia Energética de Goiás, uma solução que não passe pela sua venda ao capital estrangeiro. Queremos que a Celg, que, com tanto orgulho construímos, continue sendo uma mola propulsora do desenvolvimento do Estado de Goiás.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Sobre a mesa mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 223, DE 2002-CN
(Nº 807/2002, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em atenção à Mensagem nº 109 (CN), de 12 de julho de 2002, informo a Vossa Excelência que a Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002”, foi retificada no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 2002, com exceção de alteração descrita na Nota Técnica nº 7, de 12 de agosto de 2002, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópia anexa.

Brasília, 23 de setembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A mensagem lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Sobre a mesa mensagem que será lida pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 224, DE 2002-CN

(Nº885/2002, na origem)

Senhores Membros do congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências retirar de tramitação, a Mensagem nº 807, de 23 de setembro de 2002, referente à retificação da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002”.

Brasília, 21 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A mensagem lida é deferida pela Presidência, nos termos do **caput** do art. 42 do Regimento Comum, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Presidência recebeu o Ofício nº 162/2002 – PRSECR, de 27 de setembro de 2002, do Primeiro Secretário do Senado Federal, Senador Carlos Wilson, encaminhando para que seja submetido à apreciação das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, cópias do Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, na forma de anexo, referente ao segundo quadrimestre de 2002, bem como da Portaria do Presidente nº 1, de 2002.

O expediente será anexado ao processado do Aviso nº 40, de 2002-CN, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 296, de 2002 (nº 879/2002, na origem), do Presidente da República, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão ao Senado Federal, bem como os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

O expediente vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O Sr. Francelino Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, congresso novo, Presidente novo, esperanças renovadas, promessas de mudanças, tudo contribui para uma ampla discussão de todos os temas que interessam ao povo brasileiro.

Nos debates da campanha eleitoral em curso, a palavra mágica é “mudança”. Entre elas, a legislação trabalhista, que, logo mais, em 2003, completará 60 anos de existência.

Muitas propostas são parecidas nas pregações que se estão findando e que, neste domingo, chegam à hora da verdade.

As reformas são necessárias e imprescindíveis, e há nisso consenso entre os dois candidatos que alcançam a reta final.

A propósito, tramita no Senado da República o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, do qual somos Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que pretende alterar as regras das convenções ou acordos coletivos firmados por manifestação expressa da vontade das partes.

Pelo projeto, esses acordos ou convenções, livremente acordados, se sobreporiam ao texto da lei.

Essa disposição, entretanto, se sujeita a várias restrições. Para começar, deverão ser respeitados os direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal.

Os acordos e convenções também não podem contrariar lei complementar, nem as leis nºs 6.321, de 1976, e 7.418, de 1985, nem a legislação tributária, previdenciária e a relativa ao FGTS, assim como as normas de segurança e saúde do trabalho.

A iniciativa do projeto é do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que o enviou ao Congresso no dia três de outubro do ano passado, requerendo urgência constitucional em sua tramitação, ou seja, o projeto deveria ser aprovado dentro de 45 dias.

De fato, no dia quatro de dezembro do ano passado, um mês após sua chegada à Câmara, o projeto foi aprovado e, no mesmo dia, remetido ao exame do Senado Federal.

Logo percebemos que não seria fácil aprovar o projeto nesta Casa dentro do exíguo prazo constitucional de 15 dias. Afinal, os primeiros 30 dias já haviam sido consumidos na Câmara dos Deputados.

Uma renegociação, da qual participamos, envolvendo as Lideranças dos Partidos resultou na decisão do Senhor Presidente da República de retirar a urgência, o que fez em 2 de abril do corrente ano.

Com mais tempo para debater, requeremos a realização de uma audiência pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, realizada no dia 26 de fevereiro deste ano, com a participação de expressivas lideranças sindicais e patronais.

Os debates reuniram os Presidentes da CUT e da Força Sindical, o Presidente da Confederação Nacional do Comércio e o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

As discussões demonstraram que a matéria é controversa. Os que a defendem asseguram que a flexibilização da CLT ajudará o mercado de trabalho, fortalecerá o poder de negociação dos sindicatos e estabelecerá um novo padrão nas relações de trabalho.

Os que condenam o projeto garantem que ele eliminará direitos assegurados aos trabalhadores há quase 60 anos, e permitirá que os patrões imponham as suas condições nos contratos de trabalho, especialmente em um quadro de desemprego crônico como o que vivemos.

Além disso – dizem os contrários –, dos 18 mil sindicatos organizados no Brasil, apenas uma minoria teria, de fato, condições de negociar de igual para igual com os patrões. A imensa maioria teria de submeter-se às regras impostas pelo patronato.

Está, assim, criado o espaço para um grande debate em escala nacional sobre as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho. Um debate que poderia inclusive transcender ao Parlamento para abranger toda a sociedade e, em especial, os dois principais atores em xeque: os trabalhadores e os seus patrões.

Os dois candidatos que disputarão as eleições presidenciais deste domingo – Serra e Lula – já manifestaram a intenção de conduzir um debate não apenas sobre essa matéria como sobre todos os temas de grande significado para a vida nacional, como a reforma tributária, a reforma política e a reforma previdenciária.

No caso da reforma trabalhista, já no primeiro turno, os candidatos Ciro e Garotinho também abordaram o tema, defendendo a necessidade de uma discussão em nível nacional para que todos os interessados, diretos e indiretos, tivessem a oportunidade de manifestar-se.

Naturalmente, o Congresso Nacional, que representa o sentimento nacional, em particular, o Senado Federal, onde a matéria está tramitando, pode e deve centralizar esse amplo debate, cujo propósito é chegar a um consenso sobre a necessidade ou não de mudança na Consolidação das Leis do Trabalho.

Certamente, a CLT, elaborada de cima para baixo, no período da ditadura Vargas, não é imutável.

Ao longo de sua história, centenas de alterações já foram feitas. Há, em tramitação nas duas Casas do Congresso, Câmara e Senado, mais de cem projetos tratando da mesma questão.

Especialistas, como o ex-Ministro do Trabalho e ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianotto, consideram indispensável rever a legislação trabalhista, que é de 1943, “tempo das chaminés fumegantes, do tear mecânico, da locomotiva a vapor”.

A Força Sindical, do líder Paulinho manifestou-se a favor de um debate amplo sobre a reforma na CLT, considerando ser necessário atualizá-la.

Até a CUT defende a discussão de determinados aspectos da CLT, para ajustá-la aos tempos atuais. Isso foi claramente dito na audiência pública a que me referi pelo presidente da CUT, João Felício.

Se é assim, devemos aproveitar as condições objetivas agora surgidas, tanto na esfera do Legislativo como do Executivo, para promover um amplo debate em escala nacional sobre a CLT.

Esse debate poderia ir além das modificações propostas para o art. 618 e abranger todos projetos que alteram a legislação trabalhista e que estão em tramitação nas duas Casas do Congresso.

Nesse sentido, seria oportuna a criação de uma Comissão Mista que se encarregaria de examinar todas as proposições que alteram a CLT e sugerir às Comissões e ao Plenário das duas Casas aqueles projetos mais viáveis.

Essa experiência foi positiva em relação aos projetos que tratam da segurança, e poderia ser repetida, com igual êxito, no tocante aos projetos que alteram a Consolidação das Leis do Trabalho.

Numa demonstração de que estamos prontos para colaborar com essa discussão, e como forma de facilitá-la, estamos devolvendo o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e anexando o roteiro atualizado de sua tramitação, desde a Câmara dos Deputados, para que toda a Nação dele tome conhecimento e possa debatê-la.

São essas, Sr. Presidente, as palavras que queria pronunciar, anexando a este pronunciamento o relato da tramitação do projeto que devolvi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que possa realizar-se um grande debate nacional, naturalmente, neste fim de ano e mais propriamente no próximo ano.

Muito obrigado.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

SF PLC 00134/2001 de 10/12/2001Tramitação de matéria na Câmara dos Deputados

Identificação	Número na origem: MSG 01061 2001 (em: 03/10/2001) Órgão de origem: PRESIDENCIA DA REPUBLICA
Outros Números	CD PL. 5483/2001
Autor	EXTERNO - Presidência da República
Ementa	Altera o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (Estabelece a prevalência de convenção ou acordo coletivo de trabalho sobre a legislação infraconstitucional).
Indexação	ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, (CLT), PREVALÊNCIA, CONDIÇÕES DE TRABALHO, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, CONVENÇÃO, LEIS, RESTRIÇÃO, DIREITOS SOCIAIS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NORMAS, SAÚDE, SEGURANÇA DO TRABALHO.
Localização atual	ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO (2ª autuação)
Localização atual	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Última Ação	SF PLC 00134/2001 Data: 03/04/2002 Local: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Texto: A matéria retorna a esta Comissão. Encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Francelino Pereira, para prosseguimento da tramitação.
Relatores	CAS Moreira Mendes
Tramitações	<u>Inverter ordenação de tramitações (Data descendente)</u> SF PLC 00134/2001 10/12/2001 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO Situação: AGUARDANDO LEITURA Este processo contém 21 (vinte e uma) folhas numeradas e rubricadas. À SSCLSF. Autuação nº 2 10/12/2001 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO Este processo contém 21 (vinte e uma) folhas numeradas e rubricadas, (2ª Autuação). À SSCLSF. 10/12/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO LEITURA Aguardando leitura. Autuação nº 2 10/12/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: AGUARDANDO LEITURA Aguardando leitura. 11/12/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Leitura. Devendo ser observado o prazo de quarenta e cinco dias para sua tramitação. A matéria será apreciada simultaneamente pelas CCJ e CAS, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à SGM a fim de serem publicadas no DSF e em avulsos para serem distribuídos às Sras. e aos Srs. Senadores, na forma regimental. 2ª autuação foi encaminhado em cópia despachada à Comissão de Assuntos Sociais. À CCJ. Publicação em 12/12/2001 no DSF Página(s): 30652 - 30655 Ver diário. Publicação em 12/12/2001 no DSF Página(s): 30691 Ver diário. Autuação nº 2 11/12/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Leitura. Devendo ser observado o prazo de quarenta e cinco dias para sua tramitação. A matéria será apreciada simultaneamente pelas CCJ e CAS, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à SGM a fim de serem publicadas no DSF e em avulsos para serem distribuídos às Sras. e aos Srs. Senadores, na forma regimental. 1ª autuação foi encaminhado o original à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À CAS.

11/12/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS
Recebido na Comissão, nesta data. Matéria em regime de Urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, I, e art. 122, II, "b", do RISF. Aguardando apresentação de Emendas. Prazo único: 1º dia: Último dia:

Autuação nº 2

11/12/2001 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ao Senhor Senador Moreira Mendes para relatar a presente matéria.

15/02/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Anexei as Emendas nºs 1 e 2, da Senadora Heloísa Helena às folhas 24 e 25.

15/02/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Distribuído ao Senador Francelino Pereira, para emitir relatório.

21/02/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Devolvido pelo gabinete do Relator, Senador Francelino Pereira, para que as Emendas nºs 1 e 2, sejam publicadas no DSF e em avulsos. À SSCLSF.

22/02/2002 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Encaminhado ao Plenário

Autuação nº 2

22/02/2002 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Encaminhado ao Plenário.

22/02/2002 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo único regimental com a apresentação das Emendas nºs 1 e 2 perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ambas subscritas pela Sra. Heloísa Helena. A matéria retorna às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais para exame simultâneo do projeto e das emendas. À CCJ.

Publicação em 23/02/2002 no DSF Página(s): 728 - 729 (Ver diário)

Autuação nº 2

22/02/2002 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo único regimental com a apresentação das Emendas nºs 1 e 2 perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ambas subscritas pela Sra. Heloísa Helena. A matéria retorna às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais para exame simultâneo do projeto e das emendas. Ao Gabinete do Senador Moreira Mendes, relator designado na CAS.

22/02/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Retorna ao Gabinete do Relator, Senador Francelino Pereira, para análise das Emendas apresentadas.

26/02/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA
Em Reunião Conjunta da CCJ e da Comissão de Assuntos Sociais, nesta data, é realizada Audiência Pública para instruir PLC nº 134, de 2001, tendo em vista a aprovação dos Requerimentos dos Senadores Francelino Pereira e Eduardo Suplicy, com a presença dos seguintes oradores: João Felício, Presidente da CUT; Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Roberto Tadros, Vice-Presidente, Representante da Confederação Nacional do Comércio-CNC; e Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da ANAMATRA. Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Ministro Almir Pazzianoto, Presidente do TST, e Antonio Oliveira Santos, Presidente da CNC, representado pelo Vice-Presidente. Para interpelar os oradores, usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes. Artur da Távola, Pedro Simon, Carlos Patrocínio, José Eduardo Dutra, Marina Silva e Francelino Pereira. Anexadas, às fls. 28 a 96, as notas taquigráficas referentes à Reunião.

27/02/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ao Gabinete do Relator, Senador Francelino Pereira, para prosseguimento da tramitação.

27/03/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Devolvido pelo gabinete do relator, Senador Francelino Pereira, a pedido. Encaminhado à SGM em virtude do término do prazo constitucional de tramitação da matéria no Senado Federal. À SGM.

Autuação nº 2

27/03/2002 CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Esgotado o prazo regimental sem a apreciação da matéria pela Comissão. À SSCLSF.

27/03/2002 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27.03.2002. Apreciação em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno.

Autuação nº 2

27/03/2002 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27.03.2002. Apreciação em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno.

27/03/2002 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Apreciação sobrestada por falta de "quorum". A matéria constará da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima 3ª feira, dia 2.4.2002. À SSCLSF.

Publicação em 28/03/2002 no DSF Página(s): 3160 ([Ver diário](#).)

Autuação nº 2

27/03/2002 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada por falta de "quorum". A matéria constará da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima 3ª feira, dia 2.4.2002. À SSCLSF.

01/04/2002 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 02.04.2002. Discussão, em turno único, em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno.

Autuação nº 2

01/04/2002 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 02.04.2002. Discussão, em turno único, em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição, combinado com o art. 375, VIII, do Regimento Interno.

02/04/2002 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura da Mensagem nº 100/2002 (nº 212/2002, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita o cancelamento do pedido de urgência para a matéria, anexada ao processado, tendo usado da palavra os Srs. Artur da Távola, Eduardo Suplicy, José Agripino e Moreira Mendes. À publicação. O projeto passa a ter tramitação normal, retornando às CCJ, e, posteriormente, à CAS, para exame. À SGM para os devidos fins.

Publicação em 03/04/2002 no DSF Página(s): 3485 - 3487 ([Ver diário](#).)

03/04/2002 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Em virtude da retirada da urgência constitucional pelo Presidente da República, procedeu-se o desfazimento da 2ª autuação da presente matéria, que tramitava na Comissão de Assuntos Sociais, restando apenas a autuação principal que vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em regime normal de tramitação, e, posteriormente, ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, conforme o despacho inicial da Presidência da Casa. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

03/04/2002 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
A matéria retorna a esta Comissão. Encaminhada ao gabinete do Relator, Senador Francelino Pereira, para prosseguimento da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Ex^a será atendido.

O Sr. Senador Benício Sampaio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imensa satisfação que registro o transcurso do *Dia do Piauí*, ocorrido em 19 de outubro último. Mais do que uma data estadual de alta significação para todos nós piauienses, este dia representa um sempre oportuno momento de reflexão acerca dos caminhos que nosso Estado, perfeitamente integrado à Federação brasileira, vem seguindo. Uma reflexão ainda mais apropriada, especialmente em um ano como este, de 2002, no qual os eleitores do Piauí e de todo o Brasil renovam suas esperanças na atividade política como instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico.

Em sua história de mais de três séculos, iniciada na segunda metade do XVI, com a ocupação dos sertões pelos colonizadores, seu povo tem oferecido demonstrações concretas de afinidade com o projeto de nação que envolve e motiva a todos nós em um cotidiano de lutas, sacrifícios e conquistas, porque esta é a saga da gente brasileira.

Em meio aos inúmeros desafios que se apresentam ao nosso Estado, vimos conseguindo superar dificuldades e alcançamos índices positivos de desempenho nas mais diversas áreas, da educação ao saneamento básico, da agricultura ao turismo, da energia aos transportes. O documento **Piauí Visão Global**, recentemente editado pela Secretaria Estadual de Planejamento, aponta, por exemplo, uma evolução do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – de 0,288 para 0,534 entre os anos 1970 e 1996. Foi assim que o Piauí passou a integrar o grupo das 16 unidades da federação com o denominado índice *médio* de desenvolvimento humano.

Os números apontam uma consistente evolução da qualidade de vida do povo piauiense, suportada por evoluções no campo da educação, com a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, saindo de 38 por cento, em 1970, para 66,1 por cento, em 1996. No que se refere à expectativa de vida, houve, no mesmo período, um acréscimo de cerca de 15 anos, enquanto que o Produto Interno Bruto real, em idêntico espaço de tempo, vari-

ou de 434 dólares para mais de dois mil dólares norte-americanos, conforme registro de 1996.

Contudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora altamente auspiciosos, esses números, auditados por organismos internacionais independentes, não encobrem e tampouco nos afastam do enfrentamento dos grandes e gritantes problemas que remanescem no Piauí. São questões, novas e antigas, que reclamam a continuada atenção das lideranças políticas locais, mas também do Governo Federal. Para citar um exemplo contemporâneo, registre-se a seca que ora castiga o Piauí e sua gente; o desemprego que degrada famílias e empurra para ondas migratórias constantes números expressivos de nossos cidadãos. Retome-se também a educação, que como vimos experimentou avanços, mas ainda está muito aquém das necessidades populares, da efetiva universalização do ensino fundamental, de qualidade, capaz de promover o progresso social consistente. Mencione-se ainda a saúde, que com alternativas simples, criativas e não necessariamente onerosas, pode aplacar e minorar o sofrimento de amplos segmentos da nossa população, sobretudo daqueles que não encontram abrigo em nenhuma malha de proteção social.

Há poucos meses, Teresina foi sede do seminário internacional *Planejamento do Desenvolvimento Sustentável em Tempos de Globalização*, evento de alta importância para a região, que inclusive motivou-me a um discurso neste plenário. Pois bem; elencamos, então, uma gama de ações que reclamam, além do envolvimento de nossa sociedade, o comprometimento do Governo brasileiro, por intermédio de suas diversas agências, eventualmente com apoio de organismos internacionais financiadores, no sentido de concertar iniciativas capazes de melhorar o padrão de vida dos homens, mulheres e crianças que dão vida, expressão e sentido ao Norte e Nordeste deste País. E essas ações são exatamente o contrário, por exemplo, da simples extinção, embora com virtuais justificativas, de órgãos como Sudene e Sudam. Na realidade, atitudes políticas dessa natureza simplesmente evidenciam o abandono a que tentam condenar a região. No entanto, os seus legítimos representantes nas duas Casas do Congresso brasileiro, estejam certos, não vão silenciar; muito menos ficaremos na inação. E esta parece ser a atitude adequada para celebrarmos mais um *Dia do Piauí*, o 19 de outubro, que assinala a primeira adesão do Piauí à causa da Independência do nosso Brasil.

Ao concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero congratular-me com os quase três milhões de piauienses que povoam nosso território e fazem de nosso Estado, a despeito das adversidades, uma terra de progresso. É graças à coragem e à determinação, à inteligência e ao talento de seus cidadãos que o Piauí prospera e se encaminha para um futuro melhor e mais justo, capaz de assegurar maiores oportunidades para toda a sua gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 2 minutos.)

(OS 19323/02)

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 073**, ADOTADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 15 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "REVOGA O ARTIGO 12 DA MEDIDA PROVISÓRIA N.º 66, DE 29 DE AGOSTO DE 2002."

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Deputado JOÃO LEÃO.....	001.

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 001

MPV 073

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000001

21/10/2002	Medida Provisória n.º 73, de 14 de outubro de 2002			
Deputado João Leão-PPB/BA				
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				

Acrescente-se à Medida Provisória nº73, de 14 de outubro de 2002, o seguinte artigo:

Art. 2º Poderão ser pagos ou parcelados, até 28 de novembro de 2002, nas condições estabelecidas pelo Art. 17 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no Art. nº11 da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, com dispensa do pagamento de juros de mora e da multa moratória ou punitiva, dos débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), decorrentes de fato gerador ocorrido até 30 de junho de 2002, nos prazos e percentuais abaixo indicados:

I - 100% (cem por cento), se recolhido até 28 de novembro de 2002;

II - 90% (noventa por cento), se recolhido até 29 de dezembro de 2002;

III - 80% (oitenta por cento), se recolhido até 31 de janeiro de 2003;

IV - 70% (setenta por cento), se recolhido até 28 de fevereiro de 2003;

V - 30% (trinta por cento), se recolhido em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira parcela em 28 de novembro de 2002.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 28 de novembro de 2002.

§ 2º Os contribuintes que aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, poderão optar pelas condições estabelecidas por este artigo.

§ 3º Para efeito deste artigo, o contribuinte ou responsável deverá:

- no caso de fatos geradores vinculados a ações judiciais, comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os tributos a serem pagos na forma do caput, e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações;
- no caso de débitos decorrentes de lançamento de ofício que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força do inciso III do Art. 151 da Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966, desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto.

JUSTIFICATIVA

Considerando que o CONFAZ, através do Convênio nº98, de 22 de agosto de 2002, já implementou medida semelhante à proposta, autorizando os Estados a dispensarem ou reduzir juros e multas e a conceder parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS, está-se assim, garantindo apenas a igualdade de tratamento para débitos fiscais;

Considerando que uma política de recuperação de empresas, preservando unidades produtivas já instaladas é a forma mais eficiente e rápida de expandir oportunidades de trabalho e aumentar a arrecadação tributária;

Considerando que é preciso adequar a excessiva carga tributária atual, permitindo que as empresas possam reescalonar os seus débitos, livres de penalidades e juros de SELIC/TJLP. A solução do passivo tributário é o fator limitante para a continuidade destas empresas;

Considerando que somente por intermédio de política de estímulo ao crescimento e à regularidade fiscal é que a União poderá recuperar seus créditos, bem como aumentar a receita tributária.

Essas são as razões determinantes para a acolhida da proposição.



JOÃO LEÃO-PPB/BA

Ata da 9ª Reunião, em 23 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Nabor Júnior

(Inicia-se a reunião às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

AVISO

DA PRESIDÊNCIA

Recebimento do Ofício nº S/25, de 2002 (nº 191/2002, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 7.428, de 1994, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 7.539, do Município de Porto Alegre; do Parecer da Procurado-

ria-Geral da República; da versão do registro taquígrafico do julgamento; da certidão de trânsito em julgado; e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 251238 em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da referida Lei Municipal (reajuste de vencimento/salários vinculado a indexador futuro constitui ofensa ao princípio da autonomia municipal).

O Ofício S/25, de 2002 vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 40 minutos.)

(OS 19349/02)

Ata da 11ª Reunião, em 25 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Edson Lobão

(Inicia-se a reunião às 9 horas.)

O Sr. Presidente (Edison Lobão) — Não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

MEDIDA PROVISÓRIA

O Senhor Presidente da República adotou, em 23 de outubro de 2002 e publicou no dia 24 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 74, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Renan Calheiros		Gilvam Borges
Nabor Júnior		Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho		Amir Lando
Juvêncio da Fonseca		Alberto Silva
	Bloco (PSDB/PPB)	
Luiz Otávio		Eduardo Siqueira Campos
Benício Sampaio		Artur da Távola
Lúdio Coelho		Chico Sartori
	PFL	
José Agripino		Romeu Tuma
Francelino Pereira		Leomar Quintanilha
	Bloco Oposição (PT/PPS)	
Eduardo Suplicy		Emília Fernandes
	PDT	
Sebastião Rocha		Álvaro Dias
	PTB	
Carlos Patrocínio		Arlindo Porto

*PL

José Alencar

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Inocêncio Oliveira		Moroni Torgan
Francisco Coelho		José Carlos Fonseca Júnior
	PSDB	
Jutahy Junior		Antonio Kandir
Custódio Mattos		Chico da Princesa
	PMDB	
Geddel Vieira Lima		Damião Feliciano
Albérico Filho		Freire Júnior
	PT	
João Paulo		Adão Pretto
	PPB	
Odelmo Leão		Gerson Peres
	PTB	
Roberto Jefferson		Fernando Gonçalves
	Bloco (PDT/PPS)	
João Herrmann Neto		Alceu Collares
	Bloco (PL/PSL)	
Valdemar Costa Neto		Bispo Rodrigues
	Bloco (PSB/PC do B)	
José Antonio Almeida		Haroldo Lima
	* PTN	
José de Abreu		

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 24-10-2002
- Designação da Comissão: 25-10-2002
- Instalação da Comissão: 28-10-2002
- Emendas: até 30-10-2002 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 24-10-2002 a 6-11-2002(14º dia)

- Remessa do processo à CD: 6-11-2002
- Prazo na CD: de 7-11-2002 a 20-11-2002(15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 20-11-2002
- Prazo no SF: de 21-11-2002 a 4-12-2002 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 4-12-2002
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 5-12 a 7-12-2002 (43º ao 45º dia)

- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 8-12-2002 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 21-2-2003 ** (60 dias)

*Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encenada nas duas Casas do Congresso Nacional".

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 65, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 78.961.301,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 78.961.301,00 (setenta e oito milhões, novecentos e sessenta e um mil, trezentos e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U D	F T E	V A L O R	
0001		SAUDE DA FAMILIA								1.682.600
OPERACOES ESPECIAIS										
10	301	0001 0587							192.600	
ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA										
10	301	0001 0587 0014							192.600	
ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO REFERENTE A PARTE FIXA DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, NOS MUNICIPIOS EM GESTAO PLENA DA ATENCAO BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA										
			S	3	P	40	0	100	192.600	
PROJETOS										
10	128	0001 3851							1.490.000	
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENCAO BASICA - SAUDE DA FAMILIA										
10	128	0001 3851 0001							1.490.000	
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENCAO BASICA - SAUDE DA FAMILIA - NACIONAL										
			S	3	P	30	0	100	1.490.000	
			S	3	P	30	0	151	90.000	
0002		PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS TRANSMITIDAS POR								1.690.000

VETORES

		OPERACOES ESPECIAIS								
10 305	0002 0597	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA ACOES DE PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS TRANSMISSIVEIS								1.690.000
10 305	0002 0597 0033	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA ACOES DE PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	P	40	0	100		1.690.000
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS										6.151.583
		ATIVIDADES								
10 128	0004 2729	FORMACAO CONTINUADA DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS								1.151.583
10 128	0004 2729 0001	FORMACAO CONTINUADA DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NACIONAL	S	3	P	30	0	151		120.000
			S	3	P	90	0	100		1.031.583
		PROJETOS								
10 301	0004 3846	CAMPANHA EDUCATIVA DE ATENCAO A SAUDE								2.500.000
10 301	0004 3846 0001	CAMPANHA EDUCATIVA DE ATENCAO A SAUDE - NACIONAL	S	3	P	90	0	100		2.500.000
		ATIVIDADES								
10 244	0004 4372	PROMOCAO DA EDUCACAO EM SAUDE POR MEIO DA MOBILIZACAO COMUNITARIA								2.500.000
10 244	0004 4372 0001	PROMOCAO DA EDUCACAO EM SAUDE POR MEIO DA MOBILIZACAO COMUNITARIA - NACIONAL	S	3	P	40	0	100		2.500.000
0005 ASSISTENCIA FARMACEUTICA										20.700
		OPERACOES ESPECIAIS								
10 303	0005 0593	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - FARMACIA BASICA								20.700
10 303	0005 0593 0014	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - FARMACIA BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	P	40	0	100		20.700
0011 PREVENCAO E CONTROLE DO CANCER E ASSISTENCIA ONCOLOGICA										530.000
		ATIVIDADES								
10 364	0011 4374	RESIDENCIA MEDICA NO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER								530.000
10 364	0011 4374 0033	RESIDENCIA MEDICA NO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	P	90	0	153		530.000

0016 GESTAO DA POLITICA DE SAUDE												12.105.918
		ATIVIDADES										
10 126	0016 4380	SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES EM SAUDE, DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS										6.075.918
10 126	0016 4380 0001	SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES EM SAUDE, DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NACIONAL	S	3	P	40	0	155				6.075.918
10 126	0016 4388	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - DATASUS										5.000.000
10 126	0016 4388 0001	SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - DATASUS - NACIONAL	S	3	P	90	0	151				2.327.013
			S	3	P	90	0	155				2.672.987
10 301	0016 4530	IMPLEMENTACAO DA PROMOCAO A SAUDE										1.030.000
10 301	0016 4530 0001	IMPLEMENTACAO DA PROMOCAO A SAUDE - NACIONAL	S	3	P	80	0	100				429.013
			S	3	P	80	0	151				600.987
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR												10.300.500
		ATIVIDADES										
10 302	0023 4306	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS										8.670.800
10 302	0023 4306 0035	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTAO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	P	30	0	153				8.400.000
			S	3	P	30	0	155				270.800
10 302	0023 4307	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS										1.629.700
10 302	0023 4307 0014	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	P	90	0	155				1.629.700
0750 APOIO ADMINISTRATIVO												31.200.000
		ATIVIDADES										
10 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS										25.000.000
10 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	S	3	P	90	0	100				25.000.000
10 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES										2.000.000
10 122	0750 2001 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	S	3	P	90	0	155				2.000.000
10 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS										3.700.000
10 122	0750 2002 0001	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	S	3	P	90	0	155				3.700.000
10 126	0750 2003	ACOES DE INFORMATICA										500.000
10 126	0750 2003 0001	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL	S	3	P	90	0	151				500.000
0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO												15.000.000
		ATIVIDADES										
10 131	0752 2017	COMUNICACAO DE GOVERNO										15.000.000
10 131	0752 2017 0001	COMUNICACAO DE GOVERNO - NACIONAL	S	3	P	90	0	100				15.000.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO												280.000
		ATIVIDADES										
10 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS										280.000
10 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	S	3	P	90	0	151				280.000
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												78.961.301
TOTAL - GERAL												78.961.301

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0002 PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS TRANSMITIDAS POR VETORES									550.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 305	0002 0597	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA ACOES DE PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS TRANSMISSIVEIS							550.000
10 305	0002 0597 0015	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB, PARA ACOES DE PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS TRANSMISSIVEIS - NO ESTADO DO PARA	S	3	P	40	0	155	550.000
0003 PREVENCAO, CONTROLE E ASSISTENCIA AOS PORTADORES DE DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS E DA AIDS									26.000
		PROJETOS							
10 301	0003 3878	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENCAO DAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - DST E DA SINDROME DA IMUNODEFICIENCIA ADQUIRIDA - AIDS							26.000
10 301	0003 3878 0004	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENCAO DAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - DST E DA SINDROME DA IMUNODEFICIENCIA ADQUIRIDA - AIDS - CAMPANHA EDUCATIVA - DST/AIDS - PIRAI - RJ	S	3	P	40	0	100	10.000
10 301	0003 3878 0014	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENCAO DAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - DST E DA SINDROME DA IMUNODEFICIENCIA ADQUIRIDA - AIDS - CAMPANHA EDUCATIVA - DST/AIDS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	P	90	0	100	10.000
10 301	0003 3878 0016	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENCAO DAS DOENCAS SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS - DST E DA SINDROME DA IMUNODEFICIENCIA ADQUIRIDA - AIDS - CAMPANHA EDUCATIVA - DST/AIDS NO MEIO RURAL - NACIONAL	S	4	P	50	0	100	6.000
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS									50.553.021
		PROJETOS							
10 302	0004 1823	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS							32.546.334
10 302	0004 1823 0002	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VERTENTE DO LERIO - PE	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0004	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LATI - PE	S	4	P	40	0	100	55.000
10 302	0004 1823 0006	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LENCOIS PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0008	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - REGISTRO - SP (JD. SAO PAULO)	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0010	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - ANAPURUS - MA	S	4	P	40	0	100	14.500

			SAUDE - ANAPURUS - MA	S	4	P	40	0	100		14.500
10 302	0004 1823 0014		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE - FERNANDO FALCAO - MA	S	4	P	40	0	100		6.000
10 302	0004 1823 0016		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ALTO PIQUIRI - PR	S	4	P	40	0	100		6.000 15.000
10 302	0004 1823 0018		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JESUITAS - PR	S	4	P	40	0	100		15.000 8.000
10 302	0004 1823 0020		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IPORA - GO	S	4	P	40	0	100		8.000 10.000
10 302	0004 1823 0022		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - APARECIDA DE GOIANIA - GO	S	4	P	40	0	100		10.000 10.000
10 302	0004 1823 0024		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VALPARAISO DE GOIAS - GO (BAIRRO CEU AZUL)	S	4	P	40	0	100		10.000 6.000
10 302	0004 1823 0026		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVO GAMA - GO	S	4	P	40	0	100		6.000 6.000
10 302	0004 1823 0028		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL SANTA TEREZINHA - ERECHIM - RS	S	4	P	40	0	100		6.000 43.000
10 302	0004 1823 0032		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TASSO FRAGOSO - MA	S	4	P	40	0	100		43.000 10.000
10 302	0004 1823 0034		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SERRANO DO MARANHAO - MA	S	4	P	40	0	100		10.000 10.000
10 302	0004 1823 0036		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAROLINA - MA	S	4	P	40	0	100		10.000 20.000
10 302	0004 1823 0038		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DA PARAIBA	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100		10.000 10.000 1.504.151
10 302	0004 1823 0042		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE DA FUNDACAO ADAUTO ELIAS CAVALCANTE - ITABAIANA -PB	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100		169.089 372.653 428.946 20.000 513.463 20.000
10 302	0004 1823 0044		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S S	3 4	P P	40 50	0 0	100 100		10.000 10.000 20.000
10 302	0004 1823 0046		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO JOSE DA COROA GRANDE - PE	S	4	P	50	0	100		20.000 20.000
10 302	0004 1823 0048		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	4	P	40	0	100		20.000 225.000
10 302	0004 1823 0050		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FUNDACAO ALTINO VENTURA - RECIFE - PE	S	4	P	40	0	100		225.000 23.000

		SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FUNDACAO ALTINO VENTURA - RECIFE - PE	S	4	P	50	0	100	23.000
10 302	0004 1823 0052	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTO HOSPITALAR PARA A SOCIEDADE DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA - BUIQUE - PE	S	4	P	50	0	100	9.000
10 302	0004 1823 0054	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LAGOA DO OURO - PE	S	4	P	50	0	100	9.000
10 302	0004 1823 0058	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - RECUPERACAO, AMPLIACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA CRUZ DA VITORIA - BA	S	4	P	40	0	100	30.000
10 302	0004 1823 0060	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA, AMPLIACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - QUIXABEIRA - BA	S	4	P	40	0	100	9.000
10 302	0004 1823 0064	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE SAUDE - ITAGUACU - ES	S	3	P	40	0	100	12.000
10 302	0004 1823 0066	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - MANTENOPOLIS - ES	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 1823 0072	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TANGUA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0074	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PORTO REAL - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0078	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VOLTA REDONDA - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 0080	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ANGRA DOS REIS - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0082	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO - DUAS BARRAS - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000
10 302	0004 1823 0084	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO BONITO - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 0086	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CABO FRIO - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000
10 302	0004 1823 0088	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NITEROI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0090	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITABORAÍ - RJ	S	4	P	40	0	100	120.000
10 302	0004 1823 0092	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVA IGUAÇU - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 0094	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MIGUEL PEREIRA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000

10 302	0004 1823 0098	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MIRACEMA - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000 29.000
10 302	0004 1823 0100	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL ANTONIO CASTRO - CORDEIRO - RJ	S	4	P	40	0	100	29.000 18.000
10 302	0004 1823 0102	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - CANTAGALO - RJ	S	4	P	40	0	100	18.000 18.000
10 302	0004 1823 0104	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE (PRO MATRE) - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	40	0	100	18.000 17.000
10 302	0004 1823 0106	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DA MISERICORDIA - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	50	0	100	17.000 35.000
10 302	0004 1823 0108	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAGUAI - RJ	S	4	P	50	0	100	35.000 20.000
10 302	0004 1823 0110	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA CASA DE APOIO A CRIANCA COM CANCER DURVAL PAIVA - NATAL - RN	S	4	P	40	0	100	20.000 5.000
10 302	0004 1823 0114	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PIRAI - RJ	S	4	P	50	0	100	5.000 20.000
10 302	0004 1823 0116	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VASSOURAS - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000 5.000
10 302	0004 1823 0118	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARMACAO DOS BUZIOS - RJ (BAIRRO DA RASA)	S	4	P	40	0	100	5.000 12.000
10 302	0004 1823 0120	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (H. MUN. RETIRO) - VOLTA REDONDA - RJ	S	4	P	40	0	100	12.000 20.000
10 302	0004 1823 0122	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (H. ARMANDO CARVALHO) - ARARUAMA - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000 10.000
10 302	0004 1823 0124	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NILOPOLIS - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 20.000
10 302	0004 1823 0126	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO CLARO - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000 42.000
10 302	0004 1823 0130	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAQUAREMA - RJ	S	4	P	40	0	100	42.000 5.000
10 302	0004 1823 0132	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO DAS FLORES - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 12.500
10 302	0004 1823 0134	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	40	0	100	12.500 9.000
10 302	0004 1823 0136	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MENDES PIMENTEL - MG	S	4	P	99	0	100	9.000 10.000

10 302	0004 1823 0138	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA MARGARIDA - MG	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0140	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS E INSTALACOES PARA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	10.000	200.000
10 302	0004 1823 0142	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CONCEICAO DOS OUROS - MG	S	4	P	99	0	100	200.000	8.000
10 302	0004 1823 0144	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - INCONFIDENTES - MG	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 1823 0146	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAVERAVA - MG	S	4	P	40	0	100	8.000	7.500
10 302	0004 1823 0148	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SENHORA DE OLIVEIRA - MG	S	4	P	40	0	100	7.500	7.500
10 302	0004 1823 0150	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JOAIMA - MG	S	4	P	40	0	100	7.500	10.000
10 302	0004 1823 0152	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE EM PEQUENAS LOCALIDADES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	10.000	82.000
10 302	0004 1823 0154	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - BICAS - MG	S	4	P	40	0	100	82.000	5.000
10 302	0004 1823 0156	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	5.000	24.000
10 302	0004 1823 0158	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DE PRONTO SOCORRO - MOCOCA - SP	S	4	P	99	0	155	24.000	8.000
10 302	0004 1823 0162	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO E APARELHAMENTO DO HOSPITAL REGIONAL DE TEODORO SAMPAIO - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	5.000
10 302	0004 1823 0164	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE ENTIDADES FILANTROPICAS DE ATENDIMENTO A SAUDE NO ESTADO DE SAO PAULO	S	4	P	40	0	100	5.000	84.000
10 302	0004 1823 0166	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (SAO JOSE) - POA - SP	S	4	P	50	0	100	84.000	8.000
10 302	0004 1823 0168	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (PARQUE S. FRANCISCO) - FERRAZ DE VASCONCELOS - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 1823 0170	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (SAO VICTOR) - OSASCO - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 1823 0172	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (SAO JOAO) - MAUA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	7.000
10 302	0004 1823 0174	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAJOBI - SP	S	4	P	40	0	100	7.000	8.000

			SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAJOBI - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 1823 0176		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CATIGUA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	6.000
10 302	0004 1823 0178		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE GOIAS	S	4	P	40	0	100	6.000	15.000
10 302	0004 1823 0180		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE GOIAS	S	4	P	40	0	100	15.000	10.000
10 302	0004 1823 0182		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE GOIAS	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0184		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PRAINHA - PA	S	3	P	40	0	100	10.000	9.000
10 302	0004 1823 0186		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - JACUNDA - PA	S	4	P	40	0	100	9.000	7.000
10 302	0004 1823 0188		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - ALTAMIRA DO PARANA - PR	S	4	P	40	0	100	7.000	8.000
10 302	0004 1823 0190		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAPOPEMA - PR	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 1823 0192		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SENEGES - PR	S	4	P	40	0	100	8.000	15.000
10 302	0004 1823 0194		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - GUAMIRANGA - PR	S	4	P	40	0	100	15.000	8.000
10 302	0004 1823 0196		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CASTRO - PR	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000
10 302	0004 1823 0198		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PALMAS - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0200		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPO LARGO - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0202		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPO LARGO - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0204		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPO LARGO - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0206		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAPIRANGA - RS	S	4	P	40	0	100	10.000	8.000
10 302	0004 1823 0208		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO - GASPAR - SC	S	3	P	40	0	100	2.000	6.000
10 302	0004 1823 0210		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ALVORADA - RS	S	4	P	50	0	100	15.000	19.000
				S	3	P	40	0	100	2.000	

10 302	0004 1823 0212	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS - CANOAS - RS	S	4	P	40	0	100	17.000 33.000
10 302	0004 1823 0214	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ANTA GORDA - RS	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100	11.000 22.000 8.000
10 302	0004 1823 0216	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - CANDIOTA - RS	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100	2.000 6.000 6.000
10 302	0004 1823 0218	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL SAO JOAO BECKER - GRAVATAI - RS	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100	2.000 4.000 10.000
10 302	0004 1823 0220	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO E APARELHAMENTO DO HOSPITAL SANTA BARBARA - ENCRUZILHADA DO SUL - RS	S	4	P	50	0	100	2.000 8.000 10.000
10 302	0004 1823 0222	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO E APARELHAMENTO DE HOSPITAL MUNICIPAL - PASSO DO SOBRADO - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0224	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE POSTO DE SAUDE - SAO MARCOS - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0226	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO E EQUIPAMENTOS PARA SOCIEDADE EDUCACAO E CARIDADE HOSPITAL SAO JOSE - TAQUARI - RS	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0228	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL SAO SEBASTIAO MARTIR - VENANCIO AIRES - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0230	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PEQUIZEIRO - TO	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 0232	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA E AMPLIACAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - CRISTALANDIA - TO	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100	5.000 10.000 12.000
10 302	0004 1823 0234	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTANA - AP	S	4	P	40	0	100	12.000 10.000
10 302	0004 1823 0236	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PALESTINA DO PARA - PA	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0238	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E APARELHAMENTO DE POSTOS DE SAUDE - EIRUNEPE - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0240	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PAULO RAMOS - MA	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0246	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARACOIABA - CE	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0248	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - COREAU - CE	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000

			COREAU - CE								
10 302	0004 1823 0250		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - UBAJARA - CE	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0252		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MATINHAS - PB	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0254		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO, REFORMA E EQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - BOQUIRA - BA	S	4	P	40	0	100	10.000	13.000
10 302	0004 1823 0256		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GUANAMBI - BA	S	4	P	40	0	100	13.000	20.000
10 302	0004 1823 0258		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ENCRUZILHADA - BA	S	4	P	40	0	100	20.000	12.000
10 302	0004 1823 0262		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IBIRACI - MG	S	4	P	40	0	100	12.000	10.000
10 302	0004 1823 0264		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PASSOS - MG	S	4	P	40	0	100	10.000	20.000
10 302	0004 1823 0266		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE EM MUNICIPIOS DO TRIANGULO MINEIRO - MG	S	4	P	50	0	100	20.000	30.000
10 302	0004 1823 0268		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JUIZ DE FORA - MG	S	4	P	40	0	100	30.000	15.000
10 302	0004 1823 0270		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAPELINHA - MG	S	4	P	40	0	100	15.000	30.000
10 302	0004 1823 0272		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GOUVEIA - MG	S	4	P	40	0	100	30.000	7.000
10 302	0004 1823 0274		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CARVALHOS - MG	S	4	P	40	0	100	7.000	8.000
10 302	0004 1823 0276		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO LOURENCO - MG	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000
10 302	0004 1823 0278		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E INSTRUMENTAIS PARA NEUROCIRURGIA - VOLTA REDONDA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0282		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - APERIBE - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0284		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0286		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITALVA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0288		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAPERUNA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000

10 302	0004 1823 0290	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MACUCO - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 18.000
10 302	0004 1823 0294	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PORCIUNCULA - RJ	S	4	P	40	0	100	18.000 10.000
10 302	0004 1823 0296	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO JOSE DE UBA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0298	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO SEBASTIAO DO ALTO - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0302	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0304	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PARAIBA DO SUL - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0306	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MIGUEL PEREIRA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0310	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (CENTRO MATERNO-INFANTIL) - SAO FIDELIS - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0312	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BARRA MANSA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0314	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO E EQUIPAMENTO PARA CENTRO DE SAUDE GRANDE ALEGRIA - RESENDE - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 30.000
10 302	0004 1823 0316	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO DAS FLORES - RJ	S	4	P	40	0	100	30.000 10.000
10 302	0004 1823 0318	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VOLTA REDONDA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 12.000
10 302	0004 1823 0320	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BARRA DO PIRAI - RJ	S	4	P	40	0	100	12.000 15.000
10 302	0004 1823 0322	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL CAIXA DOS POBRES - NATIVIDADE - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000 9.000
10 302	0004 1823 0324	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA ASSOCIACAO HOSPITAL DE PORCIUNCULA - PORCIUNCULA - RJ	S	4	P	40	0	100	9.000 9.000
10 302	0004 1823 0328	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO CARMO - CARMO - RJ	S	4	P	40	0	100	9.000 17.000
10 302	0004 1823 0330	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL DE ITAOCARA - ITAOCARA - RJ	S	4	P	40	0	100	17.000 9.000
10 302	0004 1823 0334	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DA UTI DO HOSPITAL BOM JESUS - PONTA GROSSA - PR	S	4	P	40	0	100	9.000 10.000
10 302	0004 1823 0336	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE POSTO DE SAUDE	S	4	P	50	0	100	10.000 5.000

			ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE POSTO DE SAUDE (BAIRRO DOIS VALLOS) - CORDEIRO - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 0338		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO - BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0340		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMBUCI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 0342		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIBEIRAO PIRES - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 35.000
10 302	0004 1823 0344		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JUNDIAI - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 10.000
10 302	0004 1823 0346		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITUPEVA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 12.000
10 302	0004 1823 0348		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VINHEDO - SP	S	4	P	40	0	100	12.000 10.000
10 302	0004 1823 0350		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LOUVEIRA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 0352		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE DO SUS - ARMACAO DE BUZIOS - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000 10.000
10 302	0004 1823 0354		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - INDAIATUBA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0356		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VALINHOS - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0358		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VARZEA PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 30.000
10 302	0004 1823 0360		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CRUZEIRO - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 7.000
10 302	0004 1823 0362		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LAGOINHA - SP	S	4	P	40	0	100	7.000 10.000
10 302	0004 1823 0364		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LORENA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0366		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTO ANTONIO DO PINHAL - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 12.000
10 302	0004 1823 0368		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO SEBASTIAO - SP	S	4	P	40	0	100	12.000 40.000
10 302	0004 1823 0376		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPINAS - SP	S	4	P	40	0	100	40.000

10 302	0004 1823 0378	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DIADEMA - SP									10.900
10 302	0004 1823 0380	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IRACEMAPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100			10.000 32.500
10 302	0004 1823 0384	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PITANGUEIRAS - SP	S	3	P	40	0	100			2.000 30.500 5.500
10 302	0004 1823 0388	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DOBRADA - SP	S	4	P	40	0	100			5.000 7.000
10 302	0004 1823 0392	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - FRANCA - SP	S	4	P	40	0	100			7.000 9.000
10 302	0004 1823 0394	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LUCIANOPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100			9.000 10.000
10 302	0004 1823 0396	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LINS - SP	S	4	P	40	0	100			10.000 10.000
10 302	0004 1823 0398	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GAVIAO PEIXOTO - SP	S	4	P	40	0	100			10.000 22.000
10 302	0004 1823 0400	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	P	40	0	100			22.000 589.000
10 302	0004 1823 0402	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ALFREDO VASCONCELOS - MG	S	3	P	40	0	100			40.000 549.000 10.000
10 302	0004 1823 0404	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MIGUELPOPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100			10.000 7.000
10 302	0004 1823 0405	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IBATE - SP	S	4	P	40	0	100			7.000 10.000
10 302	0004 1823 0406	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO UNIDADE UROLOGIA DO HOSPITAL SAO PAULO (ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA) - SAO PAULO-SP	S	4	P	40	0	100			10.000 32.000
10 302	0004 1823 0410	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MONTE AZUL PAULISTA - SP	S	4	P	50 99	0	100			10.000 22.000 20.000
10 302	0004 1823 0416	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TUPI PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100			20.000 10.000
10 302	0004 1823 0418	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITIRAPUA - SP	S	4	P	40	0	100			10.000 9.000
10 302	0004 1823 0420	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VALPARAISO DE GOIAS - GO	S	4	P	40	0	100			9.000 16.000
			S	4	P	40	0	100			16.000

10 302	0004 1823 0422	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BRASILIA - DF	S	4	P	50	0	100	5.000
10 302	0004 1823 0424	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BURITI ALEGRE - GO	S	4	P	40	0	100	5.000 11.000
10 302	0004 1823 0426	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO DISTRITO FEDERAL	S	4	P	40	0	100	11.000 20.000
10 302	0004 1823 0428	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO PARANA	S	4	P	50	0	100	20.000 195.000
10 302	0004 1823 0430	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMBE - PR	S	4	P	40	0	100	195.000 15.000
10 302	0004 1823 0432	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ROLANDIA - PR	S	4	P	40	0	100	15.000 10.000
10 302	0004 1823 0434	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PEABIRU - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0436	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA, APARELHAMENTO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAFELANDIA - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0438	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (BAIRRO ELDORADO) - CHAPECO - SC	S S	4 4	P P	40 40	0 0	100 100	5.000 5.000 15.000
10 302	0004 1823 0440	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (TRES FRONTEIRA) - DIONISIO CERQUEIRA - SC	S	4	P	40	0	100	15.000 10.000
10 302	0004 1823 0442	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - INDIAL - SC	S	4	P	40	0	100	10.000 9.000
10 302	0004 1823 0444	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PINHEIRINHO DO VALE - RS	S	4	P	40	0	100	9.000 15.500
10 302	0004 1823 0446	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LAJEADO DO BUGRE - RS	S	4	P	40	0	100	15.500 7.000
10 302	0004 1823 0450	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CRISTIANO OTONI - MG	S	4	P	40	0	100	7.000 10.000
10 302	0004 1823 0452	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PEQUERI - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 8.000
10 302	0004 1823 0466	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PERIQUITO - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 9.000
10 302	0004 1823 0468	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JOANESIA - MG	S	4	P	40	0	100	9.000 20.000
10 302	0004 1823 0472	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (DIST. SAO ROBERTO) - SAO JOAO DA LAGOA - MG	S	4	P	40	0	100	20.000 8.000

		ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (DIST. SAO ROBERTO) - SAO JOAO DA LAGOA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 12.000
10 302	0004 1823 0474	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CENTRO DE REFERENCIA DE SAUDE DO TRABALHADOR - BETIM - MG	S	4	P	40	0	100	12.000 12.000
10 302	0004 1823 0478	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - UNIDADE REGIONAL CIDADE ALTA (BAIRRO SAO PEDRO) - JUIZ DE FORA - MG	S	4	P	40	0	100	12.000 13.000
10 302	0004 1823 0484	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL BORGES DA COSTA - BELO HORIZONTE - MG	S	4	P	90	0	100	10.000 14.000
10 302	0004 1823 0486	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - GOVERNADOR VALADARES - MG	S	4	P	40	0	100	14.000 31.000
10 302	0004 1823 0488	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA GERTRUDES - SP	S	4	P	40	0	100	31.000 9.000
10 302	0004 1823 0490	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PEREIRAS - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 1823 0494	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TATUI - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0496	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GOVERNADOR LINDENBERG - ES	S	4	P	40	0	100	10.000 28.000
10 302	0004 1823 0500	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PINHEIROS - ES	S	4	P	40	0	100	28.000 5.000
10 302	0004 1823 0504	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IJUÍ - RS	S	4	P	50	0	100	5.000 25.000
10 302	0004 1823 0506	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUÍ - RS	S	4	P	50	0	100	25.000 9.000
10 302	0004 1823 0508	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CACULANDIA - RO	S	4	P	40	0	100	9.000 10.000
10 302	0004 1823 0510	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - GOIANESIA DO PARA - PA	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0516	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO E APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - ABAETETUBA - PA	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0518	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - URUARA - PA	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0520	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - MEDICILANDIA - PA	S	4	P	40	0	100	10.000 8.000
10 302	0004 1823 0522	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - FLORESTA DO ARAGUAIA - PA	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 1823 0530	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - REDENCAO - PA	S	4	P	40	0	100	8.000 20.000
10 302	0004 1823 0532	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE -	S	4	P	40	0	100	8.000 20.000

		ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - QUATIS - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000 10.000
10 302	0004 1823 0534	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA ISABEL DO RIO NEGRO - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.300
10 302	0004 1823 0536	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAREIRO - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 20.000
10 302	0004 1823 0538	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MANACAPURU - AM	S	4	P	40	0	100	20.000 10.000
10 302	0004 1823 0540	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TEFE - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0542	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - HUMAITA - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 100.000
10 302	0004 1823 0544	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IPOJUCA - PE	S	3	P	40	0	100	40.000 60.000 744.000
10 302	0004 1823 0546	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	4	P	40	0	100	744.000 6.000
10 302	0004 1823 0548	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - COLINAS DO SUL - GO	S	3	P	40	0	100	6.000 10.000
10 302	0004 1823 0550	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BARCELOS - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0552	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JAPURA - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0554	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MANAQUARI - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0556	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MAUES - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0558	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVO AIRAO - AM	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0564	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (B. PARQUE ATALAIA) - CUIABA - MT	S	4	P	40	0	100	10.000 8.000
10 302	0004 1823 0568	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO JOSE DO RIO CLARO - MT	S	4	P	40	0	100	8.000 7.000
10 302	0004 1823 0570	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CATURAI - GO	S	3	P	40	0	100	7.000 20.000
10 302	0004 1823 0572	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO PARANA	S	4	P	50	0	100	20.000

10 302	0004 1823 0574	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL JOAO VERISSIMO DE SOUZA - CUIRIRA - PE	S	4	P	30	0	100	6.000
10 302	0004 1823 0576	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTR. AMPLIACAO E EQUIPAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL VICENTE DE CARVALHO - GUARUJA - SP	S	3	P	40	0	100	6.000 5.000
10 302	0004 1823 0578	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA UNIDADE DE SAUDE VEREADOR SILVINO CORDEIRO DE SIQUEIRA - CALUMBI - PE	S	4	P	30	0	100	5.000 6.000
10 302	0004 1823 0584	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (DISTRITO DE JACU) - JATAUBA - PE	S	4	P	30	0	100	6.000 10.000
10 302	0004 1823 0586	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (UMBUEIRO) - AGRESTINA - PE	S	3	P	30	0	100	2.000 8.000 10.000
10 302	0004 1823 0588	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PALMARES - PE	S	3	P	30	0	100	2.000 8.000 10.000
10 302	0004 1823 0590	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BONITO - PE	S	3	P	30	0	100	3.000 7.000 10.000
10 302	0004 1823 0592	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	S	3	P	30	0	100	3.000 7.000 10.000
10 302	0004 1823 0594	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - VENTUROSA - PE	S	3	P	30	0	100	3.000 7.000 5.000
10 302	0004 1823 0596	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - SANHARO - PE	S	4	P	30	0	100	5.000 6.000
10 302	0004 1823 0598	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - VITORIA DE SANTO ANTAO - PE	S	4	P	30	0	100	6.000 36.000
10 302	0004 1823 0600	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - SOLIDAO - PE	S	4	P	30	0	100	7.000 29.000 5.000
10 302	0004 1823 0602	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MARILUZ - PR	S	4	P	30	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 0604	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA ASSOCIACAO DAS CRIANCAS RENAIS - CURITIBA - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0606	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL ERASTO GAERTNER - CURITIBA - PR	S	4	P	50	0	100	10.000 30.000
10 302	0004 1823 0610	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GUARATUBA - PR	S	4	P	50	0	100	30.000 30.000
10 302	0004 1823 0612	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LONDRINA - PR	S	4	P	40	0	100	30.000 30.000

			ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (BAIRRO SAO GERALDO) - NOVA FRIBURGO - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000 19.000
10 302	0004 1823 0654		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PATY DO ALFERES - RJ	S	4	P	40	0	100	19.000 10.000
10 302	0004 1823 0656		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - AGUA DOCE DO NORTE - ES	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0658		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 1823 0660		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ROSARIO DA LIMEIRA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 0662		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SARZEDO - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 0666		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE POSTOS DE SAUDE - TRES CORACOES - MG	S	4	P	40	0	100	15.000 10.000
10 302	0004 1823 0668		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DIVINO DAS LARANJEIRAS - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 9.000
10 302	0004 1823 0670		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - PIO XII - MA	S	4	P	40	0	100	9.000 5.000
10 302	0004 1823 0672		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VARZEA DA PALMA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 0674		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MIRAI - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0676		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE - BELA VISTA DO PARAISO - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 9.000
10 302	0004 1823 0678		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE - TAMARANA - PR	S	4	P	40	0	100	9.000 10.000
10 302	0004 1823 0680		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LOANDA - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0682		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE - ARAUCARIA - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 1.660.000
10 302	0004 1823 0684		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO PARA	S	4	P	30	0	100	462.000 52.000
10 302	0004 1823 0686		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULA - PASSO FUNDO - RS	S	4	P	30	0	151	1.146.000 22.000
10 302	0004 1823 0688		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANT. , APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNID. DE SAUDE (LIGA FEMININA DE COMBATE AO CANCER) - PASSO FUNDO - RS	S	4	P	40	0	100	22.000 8.000
10 302	0004 1823 0694		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE -	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000

		ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO FIDELIS - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0696	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL PEDRO DE ALCANTARA - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	50	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0698	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL FERREIRA MACHADO - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0700	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL DE GUARUS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0702	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PORANGATU - GO	S	4	P	40	0	100	10.000	8.000
10 302	0004 1823 0704	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - POSSE - GO	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 1823 0706	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL DAS CLINICAS (UFG) - GOIANIA - GO	S	4	P	40	0	100	8.000	15.000
10 302	0004 1823 0708	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - AURORA DO PARA - PA	S	4	P	90	0	100	15.000	10.000
10 302	0004 1823 0710	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - OUREM - PA	S	4	P	40	0	100	10.000	8.000
10 302	0004 1823 0712	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PLACAS - PA	S	4	P	40	0	100	8.000	6.000
10 302	0004 1823 0714	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TRACUATEUA - PA	S	4	P	40	0	100	6.000	13.000
10 302	0004 1823 0716	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAL MUNICIPAL - VOTORANTIM - SP	S	4	P	40	0	100	13.000	15.000
10 302	0004 1823 0718	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA UNIDADE DE SAUDE (BAIRRO DA FONTE NOVA) - SANTANA - AP	S	4	P	40	0	100	15.000	8.000
10 302	0004 1823 0720	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GRACA ARANHA - MA	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000
10 302	0004 1823 0722	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE TOCANTINS	S	4	P	40	0	100	10.000	27.000
10 302	0004 1823 0724	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAPAO BONITO - SP	S	4	P	40	0	100	27.000	50.000
10 302	0004 1823 0726	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - MELHORIA, AMPLIACAO E APARELHAMENTO DA SANTA CASA - VITORIA - ES	S	4	P	40	0	100	50.000	8.000
10 302	0004 1823 0730	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DA PARAIBA	S	4	P	40	0	100	8.000	45.000
10 302	0004 1823 0732	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE -	S	4	P	50	0	100	45.000	5.000

		ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MATUREIA - PB	S	4	P	40	0	100	5.000 16.000
10 302	0004 1823 0734	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ANDRADAS - MG	S	3	P	40	0	100	8.000 8.000 10.000
10 302	0004 1823 0736	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CORDISLANDIA - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 20.000
10 302	0004 1823 0738	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - POCOS DE CALDAS - MG	S	4	P	40	0	100	20.000 10.000
10 302	0004 1823 0742	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA (F. S. S. A. S.) - SANTA RITA DO SAPUCAI - MG	S	4	P	50	0	100	10.000 8.000
10 302	0004 1823 0744	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA ANA CINTRA - AMPARO-SP	S	4	P	50	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 1823 0746	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA ASSOCIACAO DE PROTECAO E ASSISTENCIA A MATERNIDADE E A INFANCIA - BORBOREMA - SP	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0748	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAJATI - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 33.000
10 302	0004 1823 0750	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPOS DO JORDAO - SP	S	4	P	40	0	100	33.000 13.000
10 302	0004 1823 0752	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - COROADOS - SP	S	4	P	40	0	100	13.000 12.000
10 302	0004 1823 0754	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DUARTINA - SP	S	4	P	40	0	100	12.000 10.000
10 302	0004 1823 0756	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAJABI - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0758	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITANHAEM - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 14.000
10 302	0004 1823 0762	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MOCOCA - SP	S	4	P	40	0	100	14.000 70.000
10 302	0004 1823 0764	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CUBATAO - SP	S	4	P	40	0	100	70.000 7.000
10 302	0004 1823 0766	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA ASSOCIACAO FILHAS DE SAO CAMILO - CONCHAL - SP	S	4	P	50	0	100	7.000 8.000
10 302	0004 1823 0770	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ESPIRITO SANTO DO PINHAL - SP	S	4	P	50	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 1823 0772	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL ESPIRITA - MARILIA - SP							

			HOSPITAL ESPIRITA - MARILIA - SP	S	4	P	50	0	100	10.000	8.000
10 302	0004 1823 0774		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PALMITAL - SP	S	3	P	50	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 1823 0776		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVA EUROPA - SP	S	4	P	40	0	100	18.000	8.000
10 302	0004 1823 0773		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LUCAS DO RIO VERDE - MT	S	4	P	40	0	100	3.000	10.000
10 302	0004 1823 0780		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVO HORIZONTE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 0786		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CANARANA - MT	S	4	P	40	0	100	3.000	13.000
10 302	0004 1823 0790		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PIACATU - SP	S	4	P	40	0	100	13.000	578.000
10 302	0004 1823 0792		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	4	P	40	0	100	422.000	28.000
10 302	0004 1823 0794		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TABATINGA - SP	S	4	P	40	0	155	128.000	10.000
10 302	0004 1823 0796		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA TEREZA DE GOIAS - GO	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0798		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARACU - GO	S	3	P	40	0	100	3.000	7.000
10 302	0004 1823 0800		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MALLETT - PR	S	4	P	40	0	100	2.000	6.000
10 302	0004 1823 0802		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE RONDONIA	S	4	P	40	0	100	10.000	979.400
10 302	0004 1823 0804		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CRUZ MACHADO - PR	S	4	P	40	0	151	943.400	36.000
10 302	0004 1823 0806		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PONTAL - SP	S	4	P	40	0	100	18.000	15.000
10 302	0004 1823 0808		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IGARAPAVA - SP	S	4	P	40	0	100	15.000	22.000
10 302	0004 1823 0810		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GUATAPARA - SP	S	4	P	40	0	100	22.000	10.000
10 302	0004 1823 0812		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CRAVINHOS - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000

CRAVINHOS - SP			S	4	P	40	0	100		
10 302	0004 1823 0814	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO AZUL - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	8.500
10 302	0004 1823 0816	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MEDIANEIRA - PR	S	4	P	40	0	100	8.500	6.000
10 302	0004 1823 0818	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ORLANDIA - SP	S	4	P	40	0	100	6.000	18.000
10 302	0004 1823 0820	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JARDINOPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100	18.000	8.000
10 302	0004 1823 0822	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GUARA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000
10 302	0004 1823 0824	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MARINGA - PR	S	3	P	40	0	100	1.000	9.000
10 302	0004 1823 0826	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO JOSE DA BELA VISTA - SP	S	4	P	40	0	100	22.000	7.000
10 302	0004 1823 0828	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DUMONT - SP	S	4	P	40	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 1823 0830	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CURITIBA - PR	S	4	P	40	0	100	7.000	20.000
10 302	0004 1823 0832	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - FAZENDA RIO GRANDE - PR	S	4	P	40	0	100	20.000	10.000
10 302	0004 1823 0834	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA EXAMES DE DETECCAO PRECOZE DE CANCER DE MAMA - CURITIBA - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0836	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PIEN - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0838	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PIRAQUARA - PR	S	4	P	40	0	100	10.000	8.000
10 302	0004 1823 0840	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO - CURITIBA - PR	S	4	P	40	0	100	8.000	5.000
10 302	0004 1823 0842	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO PEDRO DO IGUAÇU - PR	S	4	P	50	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 1823 0844	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DESCALVADO - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	20.000
10 302	0004 1823 0846	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JOINVILLE - SC	S	4	P	40	0	100	20.000	30.000
10 302	0004 1823 0848	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - AGUAS DE LINDOIA - SP	S	4	P	40	0	100	30.000	15.000

			SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - AGUAS DE LINDOIA - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 5.000
10 302	0004 1823 0850		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA LUZIA DO PARA - PA	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000
10 302	0004 1823 0852		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - COCAL DO SUL - SC	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 1823 0854		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MARATA - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 0856		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LAGOA VERMELHA - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 7.000
10 302	0004 1823 0860		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA - PA	S	4	P	40	0	100	7.000 20.000
10 302	0004 1823 0862		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE - SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	S	4	P	40	0	100	20.000 15.000
10 302	0004 1823 0864		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - HOLAMBRA - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 8.000
10 302	0004 1823 0868		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TIETE - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 1823 0872		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JACUNDA - PA	S	4	P	40	0	100	5.000 20.000
10 302	0004 1823 0874		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA SANTA CASA DE CARIDADE DE BAGE - BAGE - RS	S	4	P	50	0	100	20.000 6.000
10 302	0004 1823 0876		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA CRUZ DO ARARI - PA	S	4	P	40	0	100	6.000 7.500
10 302	0004 1823 0878		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO GERALDO DO ARAGUAIA - PA	S	4	P	40	0	100	7.500 10.000
10 302	0004 1823 0880		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (BAIRRO DE SAO ROQUE) - BENTO GONCALVES - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 45.000
10 302	0004 1823 0882		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ANANINDEUA - PA	S	4	P	40	0	100	45.000 8.000
10 302	0004 1823 0884		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ULIANOPOLIS - PA	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 1823 0886		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - CARAUARI - AM	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 1823 0888		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - EIRUNEPE - AM	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 0890		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE -	S	4	P	40	0	100	

		ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RODRIGUES ALVES - AC	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0892	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - TARAUAÇA - AC	S	3	P	40	0	100	12.000
			S	4	P	40	0	100	2.000
10 302	0004 1823 0894	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ESPUMOSO - RS	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 1823 0896	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MANOEL URBANO - AC	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 1823 0898	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTO PARA UNIDADES BASICAS DE SAUDE E UNIDADE DE REFERENCIA EM SAUDE - ALVORADA - RS	S	4	P	40	0	100	15.000
			S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 1823 0900	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVA HARTZ - RS	S	4	P	40	0	100	15.000
			S	4	P	40	0	100	9.000
10 302	0004 1823 0904	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO, ADEQUACAO DO POSTO DE SAUDE NISE I (BAIRRO VILA AUGUSTA) - VIAMAO - RS	S	4	P	40	0	100	8.000
			S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0504 1823 0906	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BAGE-RS	S	4	P	40	0	100	8.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0903	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ERICO CARDOSO - BA	S	4	P	40	0	100	13.000
			S	4	P	40	0	100	25.000
10 302	0004 1823 0910	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (GABINETE ODONTOLÓGICO) - PORTO ACRE - AC	S	4	P	40	0	100	20.000
			S	4	P	40	0	100	2.000
10 302	0004 1823 0912	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DE SANTA ISABEL - VIAMAO - RS	S	4	P	30	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	2.000
10 302	0004 1823 0914	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PELOTAS - RS	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0916	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UM NOVO CENTRO DE DIAGNOSTICO - SANTA MARIA - RS	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0918	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - LAGOA DO MATO - MA	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	30.000
10 302	0004 1823 0920	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - PROJETO PARA MELHORAR A ACESSIBILIDADE DO CENTRO DE SAUDE VILA DOS COMERCIARIOS - CSVS - PORTO ALEGRE - RS	S	4	P	40	0	100	30.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0922	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE NA AMUSERRA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 0926	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAJU DO COLONIA - BA	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	4.000
10 302	0004 1823 0928	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MARICA - RJ	S	4	P	40	0	100	4.000
			S	4	P	40	0	100	10.000

		SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MARICA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000	20.000
10 302	0004 1823 0930	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NA AMESNE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS	S	4	P	40	0	100	20.000	6.000
10 302	0004 1823 0932	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ESPIGAO DOESTE - RO	S	4	P	40	0	100	6.000	5.000
10 302	0004 1823 0934	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MUNIZ FREIRE - ES	S	4	P	40	0	100	5.000	8.000
10 302	0004 1823 0936	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAPEMIRIM - ES	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000
10 302	0004 1823 0942	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO DE UNIDADE DE SAUDE - THEOBROMA - RO	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0944	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - OURO PRETO DO OESTE - RO	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 0946	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - SAO JOAO DO ARRAIAL - PI	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 0948	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - HOSPITAL BENEFICENTE SAO CARLOS - FARROUPILHA - RS	S	3	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 1823 0950	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE SAUDE - VALE DO ANARI - RO	S	4	P	40	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 1823 0952	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PATOS DO PIAUI - PI	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 0954	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE SAUDE - SERINGUEIRAS - RO	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 1823 0956	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE SAUDE - COSTA MARQUES - RO	S	4	P	40	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 1823 0958	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JOAO PESSOA - PB	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 0960	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE SAUDE - MIRANTE DA SERRA - RO	S	4	P	40	0	100	5.000	159.197
10 302	0004 1823 0962	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	P	40	0	151	56.000	103.197
10 302	0004 1823 0964	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - CAMOCIM DE SAO FELIX - PE	S	4	P	50	0	100	12.000	12.000
10 302	0004 1823 0966	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE SAUDE - SAO LOURENCO DA MATA - PE	S	4	P	40	0	100	15.000	10.000
10 302	0004 1823 0968	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - FAXINAL DO SOTURNO - RS (SITIO DOS MELOS)	S	4	P	40	0	100	15.000	10.000

10 302	0004 1823 0970	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TRAMANDAI - RS	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 0972	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO PEDRO DO SUL - RS	S	4	P	40	0	100	5.000 4.000
10 302	0004 1823 0974	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DO CENTRO ASSISTENCIAL A CRIANCA COM CANCER - PASSO FUNDO - RS	S	4	P	40	0	100	4.000 5.000
10 302	0004 1823 0976	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA MARIA - RS	S	4	P	40	0	100	5.000 54.000
10 302	0004 1823 0978	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VALE DO SOL - RS	S	4	P	40	0	100	54.000 4.000
10 302	0004 1823 0980	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GUAPORE - RS	S	4	P	40	0	100	4.000 6.000
10 302	0004 1823 0982	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DO HOSPITAL MONSENHOR ALFREDO DAMASO - BOM CONSELHO - PE	S	4	P	40	0	100	6.000 20.000
10 302	0004 1823 0984	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAL A. C. CAMARGO (HOSP. DO CANCER/FUND. ANTONIO PRUDENTE) - SAO PAULO - SP	S	4	P	40	0	100	20.000 3.000
10 302	0004 1823 0986	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO E EQUIPAMENTO EM UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE RONDONIA	S	4	P	50	0	100	3.000 72.000
10 302	0004 1823 0988	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL APOTI - GLORIA DO GOITA - PE	S	4	P	40	0	100	72.000 13.000
10 302	0004 1823 0990	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOAO COUTINHO - TIMBAUBA - PE	S	4	P	40	0	100	13.000 8.000
10 302	0004 1823 0994	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAPAO DA CANOA - RS	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 1823 0996	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BUIQUE - PE	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 1000	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ANGELIM - PE	S	4	P	40	0	100	15.000 14.000
10 302	0004 1823 1002	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAETES - PE	S	4	P	40	0	100	14.000 8.000
10 302	0004 1823 1004	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL DO CANCER (SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CANCER) - RECIFE - PE	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100	3.000 5.000 35.000
10 302	0004 1823 1008	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - AGUA FRIA DE GOIAS - GO	S S	3 4	P P	50 50	0 0	100 100	5.000 30.000 10.000
10 302	0004 1823 1010	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ESMERALDAS - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000

		SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ESMERALDAS - MG	S	3	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1012	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DO HOSPITAL MENDO SAMPAIO - CABO STO AGOSTINHO-PE	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1014	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA CASA DE SAUDE MARIA LUCINDA - ROSARINHO - RECIFE	S	4	P	50	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1016	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ANDRADINA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	20.000
10 302	0004 1823 1018	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP	S	4	P	40	0	100	20.000	57.000
10 302	0004 1823 1020	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CARAPICUIBA - SP	S	4	P	40	0	100	57.000	10.000
10 302	0004 1823 1022	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CASTILHO - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	17.000
10 302	0004 1823 1024	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA CASA DE CARIDADE MANOEL GONCALVES DE SOUSA MOREIRA - ITAUNA - MG	S	4	P	40	0	100	17.000	5.000
10 302	0004 1823 1026	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IBIUNA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 1823 1028	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DO HOSPITAL GOMES MARANHAO (SOC. HOSP. TRAB. IND. AC. E ALC. - C. FORTE) - RECIFE - PE	S	4	P	50	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 1823 1030	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAPIRA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 1032	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JUNQUEIROPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	4.000
10 302	0004 1823 1034	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LINDOIA - SP	S	4	P	40	0	100	4.000	7.000
10 302	0004 1823 1036	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PALMITAL - SP	S	4	P	40	0	100	7.000	10.000
10 302	0004 1823 1038	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JANDIRA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1040	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARACARIGUAMA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 1042	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BASTOS - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	35.000
10 302	0004 1823 1046	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO PARA UNIDADE DE SAUDE - ARARUAMA - RJ	S	4	P	40	0	100	35.000	5.000
10 302	0004 1823 1048	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE -	S	4	P	40	0	100	5.000	

		ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - EMBU - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1050	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE - CASIMIRO DE ABREU - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 1823 1052	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA CLINICA OFTALMOLOGICA - OLINDA - PE	S	4	P	99	0	100	8.000
10 302	0004 1823 1054	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DO CENTRO CARDIOLOGICO DA CASA DE CARIDADE (IRMANDADE DE S. JOAO BATISTA) - MACAE - RJ	S	4	P	50	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1058	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GOIANA - PE	S	4	P	40	0	100	37.000
10 302	0004 1823 1060	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UTI NEONATAL DA CASA DE CARIDADE (IRMANDADE SAO JOAO BATISTA) - MACAE - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 1062	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO PARA UNIDADE DE SAUDE - SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	S	4	P	50	0	100	30.000
10 302	0004 1823 1064	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVA CAMPINA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1066	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - OURINHOS - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1068	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO DE POSTO DE SAUDE - ARACITABA - MG	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1070	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CHA GRANDE - PE	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 1823 1072	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DE POSTO DE SAUDE - ALTO CAPARAO - MG	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 1078	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE - BREJO ALEGRE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1080	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE POSTO DE SAUDE - ASSIS - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1084	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DO CENTRO MEDICO SANTA TEREZINHA - SAO LUIS - MA	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1088	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VACARIA - RS	S	3	P	50	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1090	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ESMERALDA - RS	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1092	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO MARCOS - RS	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1094	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BELFORD ROXO - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000

10 302	0004 1823 1098	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GARIBALDI - RS	S	4	P	40	0	100	22.000 5.000
10 302	0004 1823 1100	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIBEIROPOLIS - SE	S	4	P	50	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 1102	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - CAMPO GRANDE - MS	S	4	P	40	0	100	10.000 30.000
10 302	0004 1823 1104	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL - ANTONIO CARLOS - MG	S	4	P	40	0	100	30.000 14.000
10 302	0004 1823 1106	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO, ADEQUACAO E ASSISTENCIA FINANCEIRA A UNIDADES DE SAUDE DO SUS NO RIO GRANDE DO SUL	S	3	P	40	0	100	14.000 30.000
10 302	0004 1823 1108	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO E EQUIPAMENTO DO POSTO DE SAUDE EM BARROSO - MG	S	3	P	40	0	100	10.000 20.000 25.000
10 302	0004 1823 1110	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSULTORIO ODONTOLOGICO - PINHEIRAL - RJ	S	4	P	40	0	100	25.000 2.000
10 302	0004 1823 1112	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO DE POSTO DE SAUDE - SANTA RITA DE IBITIPOCA - MG	S	4	P	40	0	100	2.000 10.000
10 302	0004 1823 1114	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - HORIZONTE - CE	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 1116	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PRAIA GRANDE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 22.000
10 302	0004 1823 1118	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JAGUARIBE - CE	S	4	P	40	0	100	22.000 8.000
10 302	0004 1823 1120	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - JAPERI - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000 60.000
10 302	0004 1823 1122	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARARAQUARA - SP	S	4	P	40	0	100	60.000 34.000
10 302	0004 1823 1124	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PEREIRA BARRETO - SP	S	4	P	40	0	100	34.000 12.000
10 302	0004 1823 1126	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO CAETANO DO SUL - SP	S	4	P	40	0	100	12.000 22.500
10 302	0004 1823 1128	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MOJI DAS CRUZES - SP	S	4	P	40	0	100	22.500 10.000
10 302	0004 1823 1130	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - PARACAMBI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 30.000
10 302	0004 1823 1132	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SAO GONCALO - RJ	S	4	P	40	0	100	30.000 10.000
10 302	0004 1823 1134	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MANGARATIBA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 20.000

		SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MANGARATIBA - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 1136	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO, AMPLIACAO, REFORMA E ADEQUACAO DO HDA DA S. CASA DE MISERICORDIA - FEIRA DE SANTANA - BA	S	3	P	50	0	100	130.000
			S	4	P	50	0	100	20.000
10 302	0004 1823 1138	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MAIRIPORA - SP	S	3	P	40	0	100	110.000
			S	4	P	40	0	100	25.000
10 302	0004 1823 1140	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GUARULHOS - SP	S	3	P	40	0	100	4.000
			S	4	P	40	0	100	21.000
10 302	0004 1823 1142	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE HOSPITAL PUBLICO MUNICIPAL - SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	S	4	P	40	0	100	100.000
			S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1144	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TAQUARAL - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
			S	4	P	40	0	100	4.000
10 302	0004 1823 1146	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PARAISO - SP	S	4	P	40	0	100	4.000
			S	4	P	40	0	100	3.000
10 302	0004 1823 1148	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ALTAIR - SP	S	4	P	40	0	100	3.000
			S	4	P	40	0	100	3.000
10 302	0004 1823 1150	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTO ANGELO - RS	S	4	P	40	0	100	3.000
			S	4	P	40	0	100	9.000
10 302	0004 1823 1154	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PALMARES PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100	9.000
			S	4	P	40	0	100	4.000
10 302	0004 1823 1158	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BEBEDOURO - SP	S	3	P	40	0	100	4.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1160	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ATIBAIA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 1164	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MENDES - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
			S	3	P	40	0	100	3.000
10 302	0004 1823 1166	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - CAJOBI - SP	S	4	P	40	0	100	16.000
			S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1168	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - OLIMPIA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
			S	4	P	40	0	100	16.000
10 302	0004 1823 1170	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL E MATERNIDADE CODRATO DE VILHENA - ANGRA DOS REIS - RJ	S	4	P	50	0	100	16.000
			S	4	P	50	0	100	6.000
10 302	0004 1823 1172	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - DIADEMA - SP	S	4	P	40	0	100	6.000
			S	4	P	40	0	100	13.000
10 302	0004 1823 1174	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NOVA PRATA - RS	S	4	P	40	0	100	6.000
			S	4	P	40	0	100	13.000

10 302	0004 1823 1210	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CASIMIRO DE ABREU - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 1823 1212	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SILVA JARDIM - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 1823 1214	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES - S. GONCALO - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 200.000
10 302	0004 1823 1216	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS MERCES - MONTES CLAROS - MG	S	4	P	30	0	100	200.000 5.000
10 302	0004 1823 1218	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FUNDACAO HOSPITALAR AROLDO TOURINHO - MONTES CLAROS - MG	S	4	P	50	0	100	5.000 30.000
10 302	0004 1823 1220	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE CENTRO DE REABILITACAO FISICA - POUSO ALEGRE - MG	S	4	P	50	0	100	30.000 10.000
10 302	0004 1823 1222	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - PARACATU - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 1224	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - CARMO DO PARANAIBA - MG	S	4	P	40	0	100	15.000 15.000
10 302	0004 1823 1226	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - LEME DO PRADO - MG	S	4	P	40	0	100	15.000 15.000
10 302	0004 1823 1228	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - SANTA MARIA DE ITABIRA - MG	S	4	P	40	0	100	15.000 15.000
10 302	0004 1823 1230	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL SAO JUDAS TADEU - FERROS - MG	S	4	P	40	0	100	15.000 5.000
10 302	0004 1823 1232	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL DA SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO - TIMOTEO - MG	S	4	P	50	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 1234	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - SABARA - MG	S	4	P	50	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 1238	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES - SAO DOMINGOS - MG	S	4	P	40	0	100	15.000 5.100
10 302	0004 1823 1240	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - COLUNA - MG	S	4	P	50	0	100	5.100 10.000
10 302	0004 1823 1242	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - FUNILANDIA - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 3.000
10 302	0004 1823 1246	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	3.000 7.500
10 302	0004 1823 1248	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO MEDICO- HOSPITALAR PARA UNIDADES DE SAUDE - SAO JOAO DE PIRABAS - PA	S	4	P	50	0	100	7.500 5.000

		SUS - APARELHAMENTO MEDICO- HOSPITALAR PARA UNIDADES DE SAUDE - SAO JOAO DE PIRABAS - PA	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1254	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ESTADO DA BAHIA	S	4	P	99	0	100	1.716.000
			S	4	P	99	0	151	1.072.000
			S	4	P	99	0	155	78.000
10 302	0004 1823 1256	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL UNIVERSITARIO DO DISTRITO FEDERAL (UNB) - BRASILIA - DF	S	4	P	90	0	100	566.000
			S	4	P	90	0	100	492.800
10 302	0004 1823 1260	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FUNDACAO RUBENS DUTRA SEGUNDO (HOSPITAL MEMORI) - CAMPINA GRANDE - PB	S	4	P	50	0	100	669.346
			S	4	P	50	0	100	669.346
10 302	0004 1823 1262	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO E EQUIPAMENTO DO HOSPITAL DE URGENCIAS E TRAUMAS - PETROLINA - PE	S	4	P	40	0	100	968.000
			S	4	P	40	0	155	900.000
10 302	0004 1823 1268	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONST. AMPL. EQUIP. DE UNIDADES DE SAUDE (PROGR. MATERNO INFANTIL) - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	40	0	155	68.000
			S	4	P	40	0	155	296.597
10 302	0004 1823 1270	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONST. AMPLI E EQUIP. DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	P	40	0	155	296.597
			S	4	P	40	0	155	988.883
10 302	0004 1823 1272	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DO CENTRO DE SAUDE - BILAC - SP	S	4	P	40	0	100	923.721
			S	4	P	40	0	155	65.162
10 302	0004 1823 1276	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GABRIEL MONTEIRO - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
			S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 1823 1278	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (DISTRITO DE CONSERVATORIA) - VALENCA - RJ	S	4	P	40	0	100	4.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1280	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RESENDE - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000
			S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 1823 1284	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL ALCIDES CARNEIRO - PETROPOLIS - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1286	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA ASSOCIACAO MINEIRA DE REABILITACAO - BELO HORIZONTE - MG	S	4	P	50	0	100	10.000
			S	4	P	50	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1288	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTO PARA O HOSPITAL DO CANCER (FUNDACAO RUBENS DUTRA SEGUNDO) - CAMPINA GRANDE - PB	S	4	P	50	0	100	10.000
			S	4	P	50	0	100	3.000
10 302	0004 1823 1290	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO DO HOSPITAL RAUL SERTA - NOVA FRIBURGO - RJ	S	4	P	40	0	100	3.000
			S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1292	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITABIRA - MG	S	4	P	50	0	100	7.000
			S	4	P	50	0	100	10.000
10 302	0004 1823 1294	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JOAO MONLEVADE - MG	S	3	P	40	0	100	6.000

10 302	0004 1823 1296	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO E APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE - SANTO ANTONIO DO RETIRO - MG	S	4	P	40	0	100	4.000 15.000
10 302	0004 1823 1298	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE EM MUNICIPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	15.000 13.000
10 302	0004 1823 1300	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE - MANHUMIRIM - MG	S	4	P	40	0	100	13.000 5.000
10 302	0004 1823 1302	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CARRANCAS - MG	S	3	P	40	0	100	5.000 13.000
10 302	0004 1823 1304	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA ROSA DA SERRA - MG	S	4	P	40	0	100	13.000 13.000
10 302	0004 1823 1306	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TEOFILO OTONI - MG	S	4	P	40	0	100	13.000 23.000
10 302	0004 1823 1308	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADE MISTA DE SAUDE - BANANAL - SP	S	4	P	40	0	100	23.000 5.500
10 302	0004 1823 1310	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADES DE SAUDE - CARAGUATATUBA - SP	S	4	P	40	0	100	5.500 7.000
10 302	0004 1823 1312	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRAL AOS PORTADORES DE DEFICIENCIA - JACAREI - SP	S	4	P	40	0	100	7.000 25.500
10 302	0004 1823 1314	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE PRONTO SOCORRO MUNICIPAL - SAO BENTO DO SAPUCAI - SP	S	4	P	40	0	100	25.500 26.000
10 302	0004 1823 1316	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - TREMEMBE - SP	S	4	P	40	0	100	26.000 5.000
10 302	0004 1823 1318	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA SANTA CASA DE LORENA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 1823 1322	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DESTERRO DE ENTRE RIOS - MG	S	4	P	50	0	100	5.000 20.000
10 302	0004 1823 1324	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA UNIDADE MISTA DE SAUDE - AREIAS - SP	S	4	P	40	0	100	20.000 8.000
10 302	0004 1823 1328	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DE UNIDADE DE SAUDE - IGARATA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 1823 1332	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DE UTI HOSPITALAR - PAICANDU - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 1334	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. EGAS PENTEADO IZIQUE - PORECATU - PR	S	4	P	40	0	100	15.000 10.000
10 302	0004 1823 1336	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DO HOSPITAL SAGRADO CORACAO DE JESUS - PRUDENTOPOLIS - PR	S	3	P	40	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 1823 1338	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA E AMPLIACAO DA CASA DA CRIANCA UNIDADE INFANTIL II (CASA DE APOIO SOL NASCENTE) - GUARATINGUETA - SP	S	4	P	50	0	100	5.000 5.000

			GUARATINGUETA - SP								
			S		P						
10 302	0004 1823 1340	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO TINTO - PB	S	3	P	50	0	100	2.500		
			S	4	P	50	0	100	2.500		9.000
10 302	0004 1823 1342	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DE UNIDADE DE SAUDE (BAIRRO DO FORMOSO) - SAO JOSE DO BARREIRO - SP	S	4	P	40	0	100	9.000		4.000
10 302	0004 1823 1344	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DO PRONTO SOCORRO - QUELUZ - SP	S	3	P	40	0	100	4.000		15.000
10 302	0004 1823 1346	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE - CRUZEIRO - SP	S	4	P	40	0	100	15.000		5.000
10 302	0004 1823 1348	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DO INSTITUTO DE TRAUMATO ORTOPEdia DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	P	40	0	100	5.000		924.000
10 302	0004 1823 1350	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DE UNIDADE DE SAUDE - CAMPOS DO JORDAO - SP	S	3	P	50	0	100	168.606		755.394
			S	4	P	50	0	100	5.000		5.000
10 302	0004 1823 1352	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA UNIDADES MUNICIPAIS DE SAUDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	P	40	0	100	5.000		867.304
10 302	0004 1823 1356	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA UNICO DE SAUDE NO ESTADO DE RORAIMA	S	4	P	40	0	100	685.572		181.732
			S	4	P	40	0	155	792.000		
10 302	0004 1823 1358	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - REFORMA DA SANTA CASA MATER MISERICORDIA - UNA - BA	S	4	P	30	0	100	762.000		30.000
			S	4	P	30	0	151	20.000		
10 302	0004 1823 1360	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (JD ROSALIA) - CAMPINAS - SP	S	3	P	50	0	100	20.000		15.000
10 302	0004 1823 1362	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ACOPIARA - CE	S	4	P	40	0	100	15.000		4.000
10 302	0004 1823 1366	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE HOSPITAL MUNICIPAL - ARTUR NOGUEIRA - SP	S	4	P	50	0	100	4.000		12.000
10 302	0004 1823 1368	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE CENTRO DE SAUDE - CAMPINAS - SP	S	4	P	40	0	100	12.000		20.000
10 302	0004 1823 1372	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DO PRONTO SOCORRO - PEDREIRA - SP	S	4	P	40	0	100	20.000		15.000
10 302	0004 1823 1374	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - OLIMPIO NORONHA - MG	S	4	P	40	0	100	15.000		8.000
10 302	0004 1823 1376	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CASA BRANCA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000		16.000
10 302	0004 1823 1378	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP	S	4	P	40	0	100	16.000		9.000
10 302	0004 1823 1380	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ADAMANTINA - SP	S	4	P	40	0	100	9.000		8.000

		ADAMANTINA - SP									
10 302	0004 1823 1382	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E APARELHAMENTO DE CENTRO DE FISIOTERAPIA - SAO PEDRO - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000	
10 302	0004 1823 1384	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TAPIRATIBA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	7.000	
10 302	0004 1823 1386	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ESPIRITO SANTO DO PINHAL - SP	S	4	P	40	0	100	7.000	13.000	
10 302	0004 1823 1388	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARACAJU - SE (HOSPITAL CIRURGIA)	S	4	P	40	0	100	13.000	896.265	
10 302	0004 1823 1390	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA POSTO DE SAUDE (BAIRRO BORACEIA) - BERTHOGA - SP	S	4	P	30	0	100	860.265	36.000	
10 302	0004 1823 1392	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DA ASSOCIACAO ANTIALCOOLICA - VOTUPORANGA - SP	S	4	P	30	0	151	5.000	5.000	
10 302	0004 1823 1394	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - JOINVILLE - SC (AVENTUREIRO)	S	4	P	40	0	100	5.000	4.000	
10 302	0004 1823 1396	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITUPORANGA - SC	S	4	P	40	0	100	4.000	4.000	
10 302	0004 1823 1398	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE FISIOTERAPIA - ITATIBA - SP	S	4	P	40	0	100	4.000	10.000	
10 302	0004 1823 1400	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONCLUSAO DO HOSPITAL MUNICIPAL (4ª ETAPA) - NOVA ODESSA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	15.000	
10 302	0004 1823 1402	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARARAS - SP	S	4	P	40	0	100	15.000	10.000	
10 302	0004 1823 1404	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE - CLEMENTINA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	4.000	
10 302	0004 1823 1406	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTR/AMPL/EQUIPAMENTOS DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LIMEIRA - SP	S	4	P	40	0	100	4.000	8.000	
10 302	0004 1823 1408	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONTR/AMPL/EQUIPAMENTOS DE SANTA CASA DE MISERICORDIA - SANTA BARBARA D'OESTE - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	10.000	
10 302	0004 1823 1410	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DA UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DO JARDIM CAMANDUCAIA - AMPARO - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000	
10 302	0004 1823 1412	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTR/AMPL/EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL MUNICIPAL - SANTA BARBARA D'OESTE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	12.000	
10 302	0004 1823 1414	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - LADARIO - MS	S	4	P	40	0	100	12.000	15.000	
10 302	0004 1823 1416	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE REABILITACAO - SAO MIGUEL ARCANJO - SP	S	4	P	40	0	100	15.000	10.000	

			REABILITACAO - SAO MIGUEL ARCANJO - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1418		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - FARTURA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1420		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA ROSA - RS	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1422		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 1424		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CONCHAL - SP	S	4	P	50	0	100	5.000	7.500
10 302	0004 1823 1426		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA A ASSOSSIACAO BENEFICIENTE PRO MATRE - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	40	0	100	7.500	5.000
10 302	0004 1823 1428		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTO ANTONIO DE ALEGRIA - SP	S	4	P	50	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 1823 1430		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CHARQUEADA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1432		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MOGI GUACU - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 1434		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAPEVI - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 1823 1436		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PARANAPUA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 1823 1438		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO E EQUIP. DE ENTIDADES FILANTROPICAS DE SAUDE EM MUNICIPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	5.000	35.000
10 302	0004 1823 1440		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PICARRA - PA	S	4	P	50	0	100	35.000	5.000
10 302	0004 1823 1442		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PARAUPEBAS - PA	S	4	P	40	0	100	5.000	12.000
10 302	0004 1823 1444		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - DOM ELISEU - PA	S	4	P	40	0	100	12.000	7.500
10 302	0004 1823 1446		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ABEL FIGUEIREDO - PA	S	4	P	40	0	100	7.500	5.000
10 302	0004 1823 1448		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BELEM - PA	S	4	P	40	0	100	3.000	5.000
10 302	0004 1823 1450		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO HOSPITAL OFIR LOIOLA - BELEM - PA	S	4	P	40	0	100	5.000	4.000
				S	4	P	30	0	100	4.000	4.000

10 302	0004 1823 1452	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - COLORADO - PR	S	4	P	40	0	100	13.000
10 302	0004 1823 1454	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SIQUEIRA CAMPOS - PR	S	4	P	40	0	100	13.000 12.500
10 302	0004 1823 1456	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DO CENTRO DE SAUDE DA MULHER - PRIMAVERA DE RONDONIA - RO	S	4	P	40	0	100	12.500 7.000
10 302	0004 1823 1458	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTOS - SP	S	4	P	40	0	100	7.000 17.000
10 302	0004 1823 1460	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL E MATERNIDADE OSILIA FALCONI SOSSAI - JAGUARE - ES	S	4	P	40	0	100	17.000 10.000
10 302	0004 1823 1464	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - IGARAPE DO MEIO - MA	S	3	P	50	0	100	7.500
10 302	0004 1823 1466	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO DE JANEIRO - RJ	S	4	P	50	0	100	2.500 5.000
10 302	0004 1823 1468	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SEROPEDICA - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 100.000
10 302	0004 1823 1470	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANT. DO CENTRO DE ACOMPANHAMENTO / MONIT. DA OCORRENCIA DE AGRAVOS A SAUDE DOS TRABALHADORES - SANTOS - SP	S	4	P	40	0	100	100.000 10.000
10 302	0004 1823 1474	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (CASA SANTA RITA) - BARRA DO PARAI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 1823 1476	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DE UNIDADES DE SAUDE (VILA DOS PESCADORES) - CUBATAO - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 1478	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MARAGOGIPE - BA	S	4	P	40	0	100	10.000 40.000
10 302	0004 1823 1480	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SANTA TEREZINHA - PE	S	4	P	40	0	100	40.000 10.000
10 302	0004 1823 1482	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE HIV/AIDS - MONGAGUA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 3.000
10 302	0004 1823 1484	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BREJAO - PE	S	4	P	40	0	100	3.000 5.000
10 302	0004 1823 1486	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE PRONTO SOCORRO MUNICIPAL - ITARIRI - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 1823 1488	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO, IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SALGUEIRO - PE	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 1490	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DE UNIDADE DE SAUDE (PARQUE SAO VICENTE) - SAO VICENTE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000

			SUS - IMPLANTACAO DE UNIDADE DE SAUDE (PARQUE SAO VICENTE) - SAO VICENTE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 1823 1492		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE SAUDE - GUARUJA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 1494		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITANHAEM - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	8.000
10 302	0004 1823 1496		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA UNIDADE DE SAUDE DE UBATUBA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	12.000
10 302	0004 1823 1498		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE PRONTO SOCORRO - JAGUARIUNA - SP	S	4	P	40	0	100	12.000	20.000
10 302	0004 1823 1500		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - RONDONOPOLIS - MT	S	4	P	50	0	100	20.000	30.000
10 302	0004 1823 1502		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ASSIS - SP (PRONTO SOCORRO)	S	4	P	40	0	100	30.000	8.000
10 302	0004 1823 1504		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MIRA ESTRELA - SP (POSTO DE SAUDE)	S	4	P	40	0	100	8.000	5.000
10 302	0004 1823 1506		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BONITO - PA	S	4	P	40	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 1823 1508		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - TUCURUI - PA	S	4	P	40	0	100	10.000	90.000
10 302	0004 1823 1510		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL - BELEM - PA	S	4	P	40	0	100	90.000	20.000
10 302	0004 1823 1514		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DO PRONTO SOCORRO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - IPUA - SP	S	4	P	50	0	100	20.000	8.000
10 302	0004 1823 1516		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - ADEQUACAO UNIDADE MISTA DE SAUDE - VALENTIM GENTIL - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	20.000
10 302	0004 1823 1520		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - LUCELIA - SP	S	4	P	40	0	100	20.000	10.000
10 302	0004 1823 1522		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE - JARAGUA DO SUL - SC	S	4	P	40	0	100	10.000	5.000
10 302	0004 1823 1524		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - MILAGRES - CE	S	4	P	40	0	100	5.000	45.000
10 302	0004 1823 1526		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO E APARELHAMENTO DE UNIDADE DE SAUDE - CANTA - RR	S	4	P	40	0	100	45.000	12.000
10 302	0004 1823 1528		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DA MATERNIDADE LUCIDIA SIMOES RIBEIRO - MAE D'AGUA - PB	S	4	P	40	0	100	12.000	12.500
10 302	0004 1823 1530		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ASSAI - PR	S	4	P	40	0	100	12.000	12.500

			ASSAI - PR						
10 302	0004 1823 1532	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - COSMOPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100	12.500 5.000
10 302	0004 1823 1534	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - OSASCO - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 1536	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO AMAPA	S	4	P	40	0	100	10.000 55.000
10 302	0004 1823 1538	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VOTUPORANGA - SP	S	4	P	40	0	100	55.000 5.000
10 302	0504 1823 1540	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GENERAL SALGADO - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 9.000
10 302	0004 1823 1542	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - GLICERIO - SP	S	4	P	40	0	100	9.000 15.000
10 302	0004 1823 1544	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - VARGEM GRANDE PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 70.000
10 302	0004 1823 1546	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - CAMPOS DO JORDAO - SP	S	4	P	40	0	100	70.000 7.500
10 302	0004 1823 1548	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAPETININGA - SP	S	4	P	50	0	100	7.500 8.000
10 302	0004 1823 1550	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SEVERINIA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 7.500
10 302	0004 1823 1552	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BORACEIA - SP	S	4	P	40	0	100	7.500 8.000
10 302	0004 1823 1554	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITARARE - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 9.000
10 302	0004 1823 1556	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PAULISTANIA - SP	S	4	P	40	0	100	9.000 9.000
10 302	0004 1823 1558	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - PIEDADE - SP	S	4	P	40	0	100	9.000 20.000
10 302	0004 1823 1562	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BURITIZAL - SP	S S	3 4	P P	40 40	0 0	100 100	4.000 16.000 7.500
10 302	0004 1823 1564	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - RIO CLARO - SP	S	4	P	40	0	100	7.500 15.000
10 302	0004 1823 1566	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - SOCORRO - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 7.000
10 302	0004 1823 1568	IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL N. SENHORA DO DESTERRO - MAIRIPORA - SP	S	4	P	40	0	100	7.000 45.000

			SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DO HOSPITAL N. SENHORA DO DESTERRO - MAIRIPORA - SP	S	4	P	40	0	100	45.000
10 302	0004 1823 1570		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - BATATAIS - SP	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 1823 1572		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - AMPARO - SP	S	4	P	40	0	100	3.000 7.500
10 302	0004 1823 1576		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITARIRI - SP (BAIRRO IGREJINHA)	S	4	P	40	0	100	7.500 5.000
10 302	0004 1823 1578		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (HOSPITAL NAPOLEAO LAUREANO)- JOAO PESSOA - PB	S	3	P	40	0	100	2.000
				S	4	P	40	0	100	3.000
										4.000
10 302	0004 1823 1582		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE DA PREFEITURA DE SAO JOSE DOS CAMPOS (SANTANA E BOSQUE) - SP	S	4	P	50	0	100	4.000 40.000
10 302	0004 1823 1584		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE - ARARIPINA - PE	S	3	P	40	0	100	15.000
				S	4	P	40	0	100	25.000
										5.000
10 302	0004 1823 1586		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DA APMI - VITORIA DE SANTO ANTAO - PE	S	4	P	50	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 1588		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO HOSP. OSVALDO CRUZ - SANTO AMARO - RECIFE	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 1590		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO DE CONSULTORIO OFTALMOLOGICO - RIBEIRAO PRETO - SP	S	4	P	30	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 1592		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADE DE SAUDE - ITAJI - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 1823 1596		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANT. E APARELH. CENTRO ODONT. ATEND. PESSOAS PORT DE DEFICIENCIA DO HOSP. SARACURUNA - DUQUE DE CAXIAS - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 1823 1598		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APARELHAMENTO DA ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA - SURUBIM - PE	S	4	P	30	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 1823 1600		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (BAIRRO CIDADE ADEMAR) - SAO PAULO - SP	S	4	P	50	0	100	10.000 45.500
10 302	0004 1823 1602		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE (REGIAO MEDIA PAULISTA) NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	P	40	0	100	10.000
				S	4	P	40	0	100	35.500
										60.000
10 302	0004 1823 1606		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - AMPLIACAO DE HOSPITAL MUNICIPAL - OROS - CE	S	4	P	30	0	100	60.000 10.000
10 302	0004 1823 1608		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	P	40	0	100	10.000 1.068.000
10 302	0004 1823 1838		IMPLANTACAO, APARELHAMENTO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - CONSTRUCAO DE HOSPITAL REGIONAL - SANTO ANTONIO DE JESUS - BA	S	4	P	40	0	155	1.068.000 5.000

10 302	0004 4525 0082	UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - SANTO ANASTACIO - SP	S	3	P	50	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 4525 0084	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - TEODORO SAMPAIO - SP	S	3	P	50	0	100	7.000	5.000
10 302	0004 4525 0086	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - BENTO FERNANDES - RN	S	3	P	40	3	100	5.000	10.000
10 302	0004 4525 0094	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA APAMI - SERRA NEGRA DO NORTE - RN	S	3	P	40	0	100	13.000	5.000
10 302	0004 4525 0096	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA APAMI - ALEXANDRIA - RN	S	3	P	50	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 4525 0106	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA APAMI - CAMPO REDONDO - RN	S	3	P	50	0	100	10.000	7.000
10 302	0004 4525 0112	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA - ACARI - RN	S	3	P	50	0	100	7.000	5.000
10 302	0004 4525 0114	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE DE ASSISTENCIA MEDICO-SOCIAL - AFONSO BEZERRA - RN	S	3	P	50	0	100	5.000	6.000
10 302	0004 4525 0118	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO CENTRO SOCIAL JOAO FERREIRA DE SOUZA FILHO - BAIIA FORMOSA - RN	S	3	P	50	0	100	6.500	4.500
10 302	0004 4525 0126	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE AMPARO MUTUO AOS JARDINENSES - JARDIM DO SERIDO - RN	S	3	P	50	0	100	4.000	4.000
10 302	0004 4525 0130	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA APAMI - SAO JOSE DE MIPIBU - RN	S	3	P	50	0	100	4.000	10.000
10 302	0004 4525 0132	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MATERNIDADE SAO VICENTE DE PAULA - BOQUIM - SE	S	3	P	50	0	100	10.000	52.500
10 302	0004 4525 0134	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA CASA DE APOIO A CRIANCA COM CANCER DURVAL PAIVA - NATAL - RN	S	3	P	50	0	100	52.500	7.000
10 302	0004 4525 0140	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE VIVA CAZUZA - RIO DE JANEIRO - RJ	S	3	P	50	0	100	7.000	55.000
10 302	0004 4525 0168	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO BRASILEIRA COMUNITARIA P/A PREVENCAO DO ABUSO DE DROGAS - BELO HORIZONTE - MG	S	3	P	50	0	100	55.000	50.000
10 302	0004 4525 0172	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO BRASILEIRA COMUNITARIA P/A PREVENCAO DO ABUSO DE DROGAS - VARGINHA - MG	S	3	P	50	0	100	50.000	8.000
10 302	0004 4525 0174	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO BRASILEIRA COMUNITARIA P/A PREVENCAO DO ABUSO DE DROGAS - LAVRAS - MG	S	3	P	50	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 4525 0176	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT DA ASSOC. BRASILEIRA COMUNITARIA P/A PREVENCAO DO ABUSO DE DROGAS - GOVERNADOR VALADARES - MG	S	3	P	50	0	100	8.000	8.000

		MG									
10 302	0004 4525 0178	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO BRASILEIRA COMUNITARIA P/A PREVENCÃO DO ABUSO DE DROGAS - UBERABA - MG	S	3	P	50	0	100	8.000	10.000	
10 302	0004 4525 0180	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - LAVRAS - MG	S	3	P	50	0	100	10.000	17.000	
10 302	0004 4525 0184	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL ANTONIO MOREIRA DA COSTA - SANTA RITA DO SAPUCAI - MG	S	3	P	50	0	100	17.000	7.000	
10 302	0004 4525 0190	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT. CLINICA SAO BENTO MENNI (IRMAS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORACAO DE JESUS) - DIVINOPOLIS - MG	S	3	P	50	0	100	7.000	3.000	
10 302	0004 4525 0192	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SAO PAULO - MURIAE - MG	S	3	P	50	0	100	3.000	100.000	
10 302	0004 4525 0196	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PALMITAL - SP	S	3	P	50	0	100	190.000	30.000	
10 302	0004 4525 0200	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ASSIS - SP	S	3	P	50	0	100	30.000	9.000	
10 302	0004 4525 0204	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT. DA UNIDADE DE UROLOGIA DO HOSPITAL S. PAULO DA ESCOLA PALLISTA DE MEDICINA - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	9.000	94.000	
10 302	0004 4525 0210	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO CENTRO DE DIAGNOSE DA PREFEITURA MUNICIPAL - CRUZEIRO - SP	S	3	P	50	0	100	82.000	12.000	9.000
10 302	0004 4525 0216	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT. DO INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIERIA DE CARVALHO DA STA. CASA DE MISERICORDIA - SAO PAULO - SP	S	3	P	40	0	100	9.000	15.000	
10 302	0004 4525 0224	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE EDUC. TERAPEUTICA AMARATI - JUNDIAI - SP	S	3	P	50	0	100	15.000	5.000	
10 302	0004 4525 0226	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - SOBRAL - CE	S	3	P	50	0	100	5.000	50.000	
10 302	0004 4525 0232	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E INFANCIA - JPU - CE	S	3	P	50	0	100	50.000	19.000	
10 302	0004 4525 0236	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDAÇÃO APRONIANO SA - MOSSORO - RN	S	3	P	50	0	100	10.000	140.000	
10 302	0004 4525 0238	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA E PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA (APAMIM) - MOSSORO - RN	S	3	P	50	0	100	140.000	50.000	
10 302	0004 4525 0240	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA MATERNIDADE SAO JOSE - ITABAIANA - SE	S	3	P	50	0	100	50.000	10.000	
10 302	0004 4525 0244	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO BENEFICENTE NOSSA SENHORA SANTANA - SIMAO DIAS - SE	S	3	P	50	0	100	10.000	20.000	
10 302	0004 4525 0250	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA - Uмбаuba - SE	S	3	P	50	0	100	20.000	3.000	
10 302	0004 4525 0254	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT. DA ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA ARNALDO	S	3	P	50	0	100	3.000	3.000	

10 302	0004 4525 0384	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	65.000
			S	3	P	99	0	100	20.000
									18.000
10 302	0004 4525 0386	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DR. RUBENS DE VASCONCELOS LESSA - ARARUAMA - RJ	S	3	P	40	0	100	18.000
									5.000
10 302	0004 4525 0394	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA - URAI - PR	S	3	P	40	0	100	5.000
									11.000
10 302	0004 4525 0396	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE - CIANORTE - PR	S	3	P	50	0	100	11.000
									20.000
10 302	0004 4525 0398	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA - LONDRINA - PR	S	3	P	50	0	100	20.000
									10.000
10 302	0004 4525 0400	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - MARINGA - PR	S	3	P	50	0	100	10.000
									10.000
10 302	0004 4525 0402	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA MARIA (AFAMVA) - VARZEA ALEGRE - CE	S	3	P	50	0	100	10.000
									22.000
10 302	0004 4525 0408	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL E MATERNIDADE (FUNDACAO SAO LUCAS) - MORADA NOVA - CE	S	3	P	50	0	100	22.000
									33.000
10 302	0004 4525 0412	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL DR. MOURA FERREIRA (SAPAMI) - ACARAU - CE	S	3	P	50	0	100	33.000
									12.000
10 302	0004 4525 0414	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - SOROCABA - SP	S	3	P	50	0	100	12.000
									45.000
10 302	0004 4525 0428	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL EVANGELICO - SOROCABA - SP	S	3	P	50	0	100	45.000
									25.000
10 302	0004 4525 0430	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE AMIGOS DO AUTISTA - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	25.000
									20.000
10 302	0004 4525 0434	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL DE GIMIRIM - POCO FUNDO - MG	S	3	P	50	0	100	20.000
									5.000
10 302	0004 4525 0436	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA CASA DE CARIDADE - OURO FINO - MG	S	3	P	50	0	100	5.000
									5.000
10 302	0004 4525 0438	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL E MATERNIDA - SENEGES - PR	S	3	P	50	0	100	5.000
									6.000
10 302	0004 4525 0442	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - FIGUEIRA - PR	S	3	P	40	0	100	6.000
									8.000
10 302	0004 4525 0446	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIS COUTINHO - POCINHOS - PB	S	3	P	40	0	100	8.000
									3.000
10 302	0004 4525 0448	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - CALDAS - MG	S	3	P	40	0	100	3.000
									10.000
10 302	0004 4525 0520	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ANDRADAS - MG	S	3	P	50	0	100	10.000
									20.000
10 302	0004 4525 0534	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - MUZAMBINHO - MG	S	3	P	50	0	100	20.000
									15.000
			S	3	P	50	0	100	15.000

10 302	0004 4525 0540	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL E MATERNIDADE SAO FRANCISCO DE ASSIS - PARAGUACU - MG								10.000
10 302	0004 4525 0546	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PEDRALVA - MG	S	3	P	40	0	100		10.000 8.000
10 302	0004 4525 0592	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - POCOS DE CALDAS - MG	S	3	P	50	0	100		8.000 30.000
10 302	0004 4525 0594	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL SAO SEBASTIAO - SANTO ANTONIO DO AMPARO - MG	S	3	P	50	0	100		30.000 10.000
10 302	0004 4525 0616	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE PERNAMBUCO (IMIP) - RECIFE - PE	S	3	P	40	0	100		10.000 70.000
10 302	0004 4525 0618	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - IBERTIOGA - MG	S	3	P	50	0	100		70.000 5.000
10 302	0004 4525 0628	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO BENJAMIN GUIMARAES (HOSPITAL DA BALEIA) - BELO HORIZONTE - MG	S	3	P	50	0	100		5.000 5.000
10 302	0004 4525 0630	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO BENEFICENTE - BILAC - SP	S	3	P	50	0	100		5.000 5.000
10 302	0004 4525 0632	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL - AGUANIL - MG	S	3	P	50	0	100		5.000 5.000
10 302	0004 4525 0634	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL - FORMIGA - MG	S	3	P	40	0	100		5.000 15.000
10 302	0004 4525 0636	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - CATANDUVAS - PR	S	3	P	40	0	100		15.000 7.000
10 302	0004 4525 0638	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - BARRACAO - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0640	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - BELA VISTA DA CAROBA - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0642	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - CLEVELANDIA - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0644	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - BOM JESUS DO SUL - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0646	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - CRUZEIRO DO IGUACU - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0648	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - MANFRINOPOLIS - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0650	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - PINHAL DE SAO BENTO - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0652	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - PLANALTO - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0654	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - PRANCHITA - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000
10 302	0004 4525 0656	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - REALEZA - PR	S	3	P	40	0	100		7.000 7.000

		UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - REALEZA - PR	S	3	P	40	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 4525 0658	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - RENASCENCA - PR	S	3	P	40	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 4525 0660	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - SALGADO FILHO - PR	S	3	P	40	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 4525 0662	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - SALTO DO LONTRA - PR	S	3	P	40	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 4525 0664	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - VERE - PR	S	3	P	40	0	100	7.000	7.000
10 302	0004 4525 0666	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - ITAPEJARA D'OESTE - PR	S	3	P	40	0	100	7.000	65.000
10 302	0004 4525 0668	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DA REGIAO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANA	S	3	P	40	0	100	65.000	10.000
10 302	0004 4525 0670	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO MARTHA RIBEIRO COUTINHO - GURINHEM - PB	S	3	P	50	0	100	10.000	10.000
10 302	0004 4525 0672	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA MATER MISERICORDIA - UNA - BA	S	3	P	50	0	100	10.000	9.000
10 302	0004 4525 0674	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA - SALVADOR - BA	S	3	P	50	0	100	9.000	9.000
10 302	0004 4525 0676	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SANTO ANTONIO (OBRAS SOCIAIS IRMA DULCE) - SALVADOR - BA	S	3	P	50	0	100	9.000	9.000
10 302	0004 4525 0678	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL ARISTIDES MALTEZ (LIGA BAIANA CONTRA O CANCER) - SALVADOR - BA	S	3	P	50	0	100	9.000	6.000
10 302	0004 4525 0680	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - NAZARE - BA	S	3	P	50	0	100	6.000	19.000
10 302	0004 4525 0682	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - SANTO ANTONIO DE JESUS - BA	S	3	P	50	0	100	19.000	19.000
10 302	0004 4525 0684	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA PRO-MATRE (HOSPITAL GERAL, MATERNIDADE E PRONTO-SOCORRO) - JUAZEIRO - BA	S	3	P	50	0	100	19.000	13.000
10 302	0004 4525 0686	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL DE CANCER DE PERNAMBUCO (SOC. PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CANCER) - RECIFE - PE	S	3	P	50	0	100	13.000	10.000
10 302	0004 4525 0688	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO MARIO NEGOCIO - PARNAMIRIM - RN	S	3	P	50	0	100	10.000	100.000
10 302	0004 4525 0690	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO VINGT ROSADO - MOSSORO - RN	S	3	P	50	0	100	100.000	5.000
10 302	0004 4525 0692	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - ORLANDIA - SP	S	3	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 4525 0694	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO CASTELO BRANCO - RECIFE - PE	S	3	P	50	0	100	5.000	8.000
10 302	0004 4525 0696	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - SANTANA DO ITARARE - PR	S	3	P	50	0	100	5.000	8.000

		UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - SANTANA DO ITARARE - PR	S	3	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 4525 0698	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - CASA BRANCA - SP	S	3	P	50	0	100	10.000
10 302	0004 4525 0700	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE BENEFICENTE E HOSPITALAR SANTA CASA DE MISERICORDIA - SERRANA - SP	S	3	P	50	0	100	10.000
10 302	0004 4525 0702	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PATROCINIO PAULISTA - SP	S	3	P	50	0	100	8.000
10 302	0004 4525 0704	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO INSTITUTO SANTA LYDIA - RIBEIRAO PRETO - SP	S	3	P	50	0	100	8.000
10 302	0004 4525 0706	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - DIVINOLANDIA - SP	S	3	P	50	0	100	13.000
10 302	0004 4525 0708	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SANTA RITA - SALES OLIVEIRA - SP	S	3	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 4525 0710	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PITANGUEIRAS - SP	S	3	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 4525 0712	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE POSTOS DE SAUDE MUNICIPAIS NA REGIAO OESTE DO ESTADO DO PARANA	S	3	P	50	0	100	7.000
10 302	0004 4525 0714	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL EVANGELICO (ASSOC. EVANG. BENEFICENTE ESPIRITO SANTENSE) - VILA VELHA - ES	S	3	P	40	0	100	12.000
10 302	0004 4525 0716	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL NAPOLEAO LAUREANO - JOAO PESSOA - PB	S	3	P	50	0	100	15.000
10 302	0004 4525 0718	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E ASSISTENCIA A INFANCIA - BOQUEIRAO - PB	S	3	P	50	0	100	5.000
10 302	0004 4525 0720	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL E MATERNIDADE ARMINDO MOURA - MORENO - PE	S	3	P	50	0	100	4.000
10 302	0004 4525 0722	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE POSTOS MUNICIPAIS DE SAUDE - SAO JOSE DO EGITO - PE	S	3	P	50	0	100	10.000
10 302	0004 4525 0724	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DA PAROQUIA - BATALHA - AL	S	3	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 4525 0726	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SANTA IZABEL (ASSOCIACAO ARACAJUANA BENEFICENTE) - ARACAJU - SE	S	3	P	50	0	100	4.000
10 302	0004 4525 0728	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL UNIVERSITARIO ALZIRA VELANO (FETA) - ALFENAS - MG	S	3	P	50	0	100	10.000
10 302	0004 4525 0730	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PARAGUACU PAULISTA - SP	S	3	P	50	0	100	4.000
10 302	0004 4525 0732	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL - SAO PEDRO - SP	S	3	P	50	0	100	7.500
			S	3	P	40	0	100	7.500

10 302	0004 4525 0734	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ITAPETININGA - SP	S	3	P	50	0	100	17.000
10 302	0004 4525 0736	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO DR. AMARAL CARVALHO - JAU - SP	S	3	P	50	0	100	17.000 10.000
10 302	0004 4525 0738	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA DE MISERICORDIA - LARANJAL PAULISTA - SP	S	3	P	50	0	100	10.000 15.000
10 302	0004 4525 0740	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP	S	3	P	50	0	100	15.000 7.500
10 302	0004 4525 0742	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - DOIS CORREGOS - SP	S	3	P	50	0	100	7.500 25.000
10 302	0004 4525 0744	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - JAU - SP	S	3	P	50	0	100	25.000 20.000
10 302	0004 4525 0746	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - AVARE - SP	S	3	P	50	0	100	20.000 40.000
10 302	0004 4525 0748	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO INSTITUTO CEMA - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	40.000 10.000
10 302	0004 4525 0750	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL DA CASA PIA SAO VICENTE DE PAULO - SAO MANUEL - SP	S	3	P	50	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 4525 0752	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - CHAVANTES - SP	S	3	P	50	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0754	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - MACATUBA - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0756	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - RIBEIRAO DO SUL - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0758	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - SAO PEDRO DO TURVO - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0760	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE BASICA DE SAUDE - AREIOPOLIS - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0762	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL BEZERRA DE MENEZES - RIO CLARO - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0764	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - JUQUITIBA - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 4525 0766	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - NAZARE PAULISTA - SP	S	3	P	40	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 4525 0768	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - SAO PAULO - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 18.000
10 302	0004 4525 0770	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE SANTA CASA DE MISERICORDIA - BANDEIRANTES - PR	S	3	P	50	0	100	18.000 15.000
10 302	0004 4525 0772	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO PASTOR RUBENS LOPES - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	15.000 20.000
10 302	0004 4525 0774	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - FEIRA NOVA - SE	S	3	P	50	0	100	20.000 5.000

		UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - FEIRA NOVA - SE	S	3	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 4525 0776	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - JAPOATA - SE	S	3	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 4525 0778	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - AREIA BRANCA - SE	S	3	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 4525 0780	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SOCIEDADE BENEF. DE AMPARO DE MARIA - ESTANCIA - SE	S	3	P	40	0	100	5.000	25.000
10 302	0004 4525 0782	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE CARIDADE - LAGARTO - SE	S	3	P	50	0	100	26.000	50.000
10 302	0004 4525 0784	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA FUNDACAO RUBENS DUTRA SEGUNDO - CAMPINA GRANDE - PB	S	3	P	40	0	100	50.000	5.000
10 302	0004 4525 0786	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SAO JOSE - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	3	P	50	0	100	5.000	20.000
10 302	0004 4525 0788	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO POSTO DE URGENCIA DE GUARUS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	3	P	40	0	100	22.000	5.000
10 302	0004 4525 0790	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL FERREIRA MACHADO - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	3	P	40	0	100	15.000	25.000
10 302	0004 4525 0792	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SAO JUDAS TADEU - FERROS - MG	S	3	P	40	0	100	25.000	5.000
10 302	0004 4525 0794	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL - POTIRENDABA - SP	S	3	P	50	0	100	5.000	10.000
10 302	0004 4525 0798	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA DEFICIENTE (AACD) - SAO PAULO - SP	S	3	P	40	0	100	10.000	20.000
10 302	0004 4525 0800	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL IELAR - SAO JOSE DO RIO PRETO - SP	S	3	P	50	0	100	20.000	7.000
10 302	0004 4525 0802	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SAO JOSE - DOM FELICIANO - RS	S	3	P	50	0	100	7.000	5.000
10 302	0004 4525 0804	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIATRICA DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - PENAPOLIS - SP	S	3	P	40	0	100	5.000	24.000
10 302	0004 4525 0806	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO SANATORIO ESPIRITA DE ASSISTENCIA E DE RECUPERACAO DE AMERICANA (SEARA) - AMERICANA - SP	S	3	P	50	0	100	24.000	8.000
10 302	0004 4525 0808	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - ITABERA - SP	S	3	P	40	0	100	9.000	5.000
10 302	0004 4525 0810	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ITAPEVA - SP	S	3	P	40	0	100	5.000	25.000
10 302	0004 4525 0812	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - CAMPO GRANDE - MS	S	3	P	50	0	100	25.000	30.000
10 302	0004 4525 0814	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL DA SOCIEDADE EVANGELICA - CURITIBA - PR	S	3	P	40	0	100	30.000	5.000
10 302	0004 4525 0816	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ARARAS - SP	S	3	P	40	0	100	5.000	16.000

			MANUTENCAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - ARARAS - SP	S	3	P	50	0	100	16.000
10	302	0004 4525 0818	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASSOCIACAO HOSPITALAR - PARAGUACU PAULISTA - SP	S	3	P	50	0	100	10.000
10	302	0004 4525 0820	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL ERASTO GAERTNER - CURITIBA - PR	S	3	P	50	0	100	10.000
10	302	0004 4525 0822	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL UNIVERSITARIO EVANGELICO - CURITIBA - PR	S	3	P	50	0	100	10.000
10	302	0004 4525 0824	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA - ANAPOLIS - GO	S	3	P	50	0	100	8.000
10	302	0004 4525 0826	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL ARAUJO JORGE (ASSOCIACAO DE COMBATE AO CANCER - ACCG) - GOLANIA - GO	S	3	P	50	0	100	15.000
10	302	0004 4525 0828	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	P	50	0	100	25.000
				S	3	P	40	0	100	847.054
				S	3	P	40	0	151	720.054
				S	3	P	59	0	100	42.000
10	302	0004 4525 0832	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE HOSPITAIS - PAPANDUVA - SC	S	3	P	99	0	100	35.000
10	302	0004 4525 0836	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE (LARANJEIRAS) - SOROCABA - SP	S	3	P	99	0	100	3.000
10	302	0004 4525 0838	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL FUSAME (FUNDAACAO SAUDE DE AMERICANA) - AMERICANA - SP	S	3	P	40	0	100	8.000
10	302	0004 4525 0840	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	P	40	0	100	7.000
10	302	0004 4525 0842	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT DO AMBULATORIO MEDICO-ODONT. DA COLONIA DE PESCADORES Z-5 (ARMACAO DE ITAPOCOROI) - PENHA - SC	S	3	P	99	0	155	20.000
10	302	0004 4525 0844	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA - CAMBE - PR	S	3	P	50	0	100	4.000
10	302	0004 4525 0846	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	P	50	0	100	20.000
10	302	0004 4525 0848	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	P	99	0	100	100.000
10	302	0004 4525 0850	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SANTA TEREZINHA - BROTAS - SP	S	3	P	99	0	100	27.500
10	302	0004 4525 0854	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL SIRIO LIBANES - SAO PAULO - SP	S	3	P	40	0	100	14.000
10	302	0004 4525 0856	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE - VALENTIM GENTIL - SP	S	3	P	50	0	100	14.000
10	302	0004 4525 0858	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA DE SAO VICENTE DE PAULA - TANABI - SP	S	3	P	40	0	100	25.000
10	302	0004 4525 0860	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE HOSPITAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	P	50	0	100	25.000
10	302	0004 4525 0862	ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASS. DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA - SENADOR	S	3	P	40	0	100	2.000
				S	3	P	99	0	100	5.000
				S	3	P	40	0	100	27.000
				S	3	P	99	0	100	7.000
				S	3	P	99	0	100	20.000
				S	3	P	99	0	100	10.000

			UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA ASS. DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA - SENADOR POMPEU - CE	S	3	P	50	0	100	10.000 7.000
10 302	0004 4525 0864		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA SANTA CASA MISERICORDIA NOSSA SRª FATIMA E BENEFICENCIA PORTUGUESA - ARARAQUARA - SP	S	3	P	50	0	100	7.000 25.000
10 302	0004 4525 0866		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO CEARA	S	3	P	99	0	100	25.000 6.500
10 302	0004 4525 0868		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO NUCLEO DE APOIO A CRIANCA COM CANCER (NACC) - RECIFE - PE	S	3	P	50	0	100	6.500 10.000
10 302	0004 4525 0870		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA UNIDADE DE RIM E HIPERTENSAO (UNIFESP) - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	10.000 20.000
10 302	0004 4525 0872		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO INSTITUTO DE ONCOLOGIA PEDIATRICA (GRAAC) - SAO PAULO - SP	S	3	P	50	0	100	20.000 8.000
10 302	0004 4525 0874		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE HOSPITAIS - BLUMENAU - SC	S	3	P	99	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 4525 0876		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DA UNIDADE MISTA DE SAUDE DO SUS - GRANITO - PE	S	3	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 4525 0878		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL DO CONSORCIO DO VALE DO RIBEIRA (CODIVAR) NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	P	99	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 4525 0880		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - ARTUR NOGUEIRA - SP	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 4525 0882		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUT DO HOSPITAL A. C. CAMARGO (HOSP. DO CANCER/FUND. ANTONIO PRUDENTE) - SAO PAULO - SP	S	3	P	99	0	100	5.000 1.000
10 302	0004 4525 0884		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A UNIDADES DE SAUDE NO TRATAMENTO DE HEPATITE NO ESTADO DO ACRE	S	3	P	30	0	100	1.000 7.500
10 302	0004 4525 0886		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DO HOSPITAL CESAR LEITE - MANHACU - MG	S	3	P	50	0	100	7.500 857.358
10 302	0004 4525 0888		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO PARANA	S	3	P	40	0	100	857.358 663.000
10 302	0004 4525 0890		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	P	40	0	100	663.000 3.000
10 302	0004 4525 0894		ASSIST. FINANCEIRA A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE DO SUS - APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAUDE - RIO BRANCO - AC	S	3	P	30	0	100	3.000
			PROJETOS							
10 302	0004 5776		AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE							10.015.275
10 302	0004 5776 0002		AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BIGUACU - SC	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0004		AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA BARBARA D'OESTE - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 18.000
10 302	0004 5776 0008		AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GUARANIACU - PR	S	4	P	40	0	100	18.000 10.000
10 302	0004 5776 0010		AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DE RORAIMA	S	4	P	40	0	100	10.000 30.000

10 302	0004 5776 0012	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GETULIO VARGAS - RS	S	4	P	40	0	100	30.000 7.500
10 302	0004 5776 0014	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ASSIS - SP	S	4	P	40	0	100	7.500 7.000
10 302	0004 5776 0016	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DE SAO PAULO	S	4	P	40	0	100	7.000 826.000
			S	4	P	30	0	100	35.000
			S	4	P	40	0	100	681.000
			S	4	P	99	0	100	10.300 7.500
10 302	0004 5776 0020	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0022	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVA COLINAS - MA	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0028	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LORETO - MA	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0030	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BENTO FERNANDES - RN	S	4	P	40	0	100	7.500 4.000
10 302	0004 5776 0032	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AFRANIO - PE	S	4	P	40	0	100	4.000 2.500
10 302	0004 5776 0034	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SERRITA - PE	S	4	P	40	0	100	2.500 2.500
10 302	0004 5776 0036	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - IATI - PE	S	4	P	40	0	100	2.500 10.000
10 302	0004 5776 0038	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BOQUIM - SE	S	4	P	40	0	100	10.000 7.500
10 302	0004 5776 0044	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PEDRINHAS - SE	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0046	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TOMAR DO GERU - SE	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0048	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ARAUA - SE	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0052	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIBEIROPOLIS - SE	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0054	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MILAGRES - BA	S	4	P	40	0	100	7.500 4.000
10 302	0004 5776 0056	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE - FEIRA DE SANTANA - BA	S	4	P	40	0	100	4.000 10.000
10 302	0004 5776 0058	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO FELIPE - BA	S	4	P	40	0	100	10.000 7.000
10 302	0004 5776 0060	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CONCEICAO DO CASTELO - ES	S	4	P	40	0	100	7.000 7.500
10 302	0004 5776 0062	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MIMOSO DO SUL - ES	S	4	P	40	0	100	7.500 6.000
10 302	0004 5776 0066	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITALVA - RJ	S	4	P	40	0	100	6.000 37.500
10 302	0004 5776 0068	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - QUISSAMA - RJ	S	4	P	40	0	100	37.500 20.000
10 302	0004 5776 0070	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PARACAMBI - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000 25.000
10 302	0004 5776 0076	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BARRA MANSÁ - RJ	S	4	P	40	0	100	25.000 33.000
10 302	0004 5776 0078	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO BONITO - RJ	S	4	P	40	0	100	33.000 7.000
10 302	0004 5776 0080	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TANGUA - RJ	S	4	P	40	0	100	7.000 20.000

		DE SAUDE - TANGUA - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 5776 0682	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MARICA - RJ	S	4	P	40	0	100	11.000
10 302	0004 5776 0684	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITABORAÍ - RJ	S	4	P	40	0	100	11.000
10 302	0004 5776 0686	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA MUNICIPIOS DO TRIANGULO MINEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0688	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADES MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	P	40	0	100	50.000
10 302	0004 5776 0690	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PATY DO ALFERES - RJ	S	4	P	40	0	100	30.000
10 302	0004 5776 0692	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MIRACEMA - RJ	S	4	P	40	0	100	37.500
10 302	0004 5776 0694	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	S	4	P	40	0	100	27.500
10 302	0004 5776 0696	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MACUCO - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000
10 302	0004 5776 0698	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO GONCALO - RJ	S	4	P	40	0	100	42.500
10 302	0004 5776 0100	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ	S	4	P	40	0	100	17.000
10 302	0004 5776 0108	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ	S	4	P	40	0	100	4.000
10 302	0004 5776 0110	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MESQUITA - RJ	S	4	P	40	0	100	91.000
10 302	0004 5776 0114	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA BARBARA DO TUGURIO - MG	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 0116	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CONGONHAL - MG	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 0118	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA RITA DE IBITIPOCA - MG	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 0120	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ALEM PARAIBA - MG	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 0124	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CLEMENTINA - SP	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 0128	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE AMBULANCIA - SANTO ANTONIO DA ALEGRIA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0130	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DE GOIAS	S	4	P	40	0	100	13.000
10 302	0004 5776 0132	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE AMBULANCIA - MANDAGUARI - PR	S	4	P	40	0	100	307.000
10 302	0004 5776 0134	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO FRANCISCO DO SUL - SC (VILA DA GLORIA)	S	4	P	40	0	100	307.000
10 302	0004 5776 0136	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO MARIA - PA	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0138	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MARITUBA - PA	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 0140	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAAPRANGA - AM	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 0142	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LABREA - AM	S	4	P	40	0	100	5.000

		DE SAUDE - LABREA - AM	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 5776 0144	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO PAULO DE OLIVENCA - AM	S	4	P	40	0	100	5.000	799.944
10 302	0004 5776 0146	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO MARANHAO	S	4	P	40	0	100	799.944	98.000
10 302	0004 5776 0148	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	4	P	40	0	100	98.000	20.500
10 302	0004 5776 0150	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADES ODONTOMEDICAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	4	P	40	0	100	20.500	6.000
10 302	0004 5776 0152	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TACARATU - PE	S	4	P	40	0	100	6.000	4.000
10 302	0004 5776 0154	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - INAJA - PE	S	4	P	40	0	100	4.000	3.000
10 302	0004 5776 0156	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA O CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL SAO JUDAS TADEU - ARACAJU - SE	S	4	P	50	0	100	3.000	3.500
10 302	0004 5776 0158	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TOBIAS BARRETO - SE	S	4	P	40	0	100	3.500	3.500
10 302	0004 5776 0160	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA LUZIA DO ITANHY - SE	S	4	P	40	0	100	3.500	3.000
10 302	0004 5776 0162	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AREIA BRANCA - SE	S	4	P	40	0	100	3.000	5.000
10 302	0004 5776 0164	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA ROSA DE LIMA - SE	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 5776 0172	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ICHU - BA	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 5776 0174	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITANAGRA - BA	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 5776 0176	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA BARBARA - BA	S	4	P	40	0	100	5.000	7.500
10 302	0004 5776 0180	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PETROPOLIS - RJ	S	4	P	40	0	100	7.500	17.500
10 302	0004 5776 0182	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO JOSE DE UBA - RJ	S	4	P	40	0	100	17.500	25.500
10 302	0004 5776 0184	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VASSOURAS - RJ	S	4	P	40	0	100	25.500	15.500
10 302	0004 5776 0186	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITATIAlA - RJ	S	4	P	40	0	100	15.500	8.000
10 302	0004 5776 0188	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CANTAGALO - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000	8.000
10 302	0004 5776 0190	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - EMBU-GUACU - SP	S	4	P	40	0	100	8.000	12.500
10 302	0004 5776 0192	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MAJOR ISIDORO - AL	S	4	P	40	0	100	12.500	5.000
10 302	0004 5776 0194	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NATIVIDADE DA SERRA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	7.000
10 302	0004 5776 0196	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAPOLIS - SP	S	4	P	40	0	100	7.000	9.000
10 302	0004 5776 0200	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVA CANAA PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100	9.000	8.500
10 302	0004 5776 0204	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - URUACU - GO	S	4	P	40	0	100	8.500	8.500

10 302	0004 5776 0206	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BOM JESUS DE GOIAS - GO	S	4	P	40	0	100	8.500
10 302	0004 5776 0208	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BURITI ALEGRE - GO	S	4	P	40	0	100	8.500 15.500
10 302	0004 5776 0210	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA O ESTADO DO PARANA	S	4	P	40	0	100	15.500 1.524.331
10 302	0004 5776 0212	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ASTORGA - PR	S	4	P	40	0	100	1.468.331 56.000 7.000
10 302	0004 5776 0214	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CORONEL MARTINS - SC	S	4	P	40	0	100	7.000 3.000
10 302	0004 5776 0218	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PONTAO - RS	S	4	P	40	0	100	3.000 7.500
10 302	0004 5776 0220	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	P	40	0	100	7.500 405.000
10 302	0004 5776 0230	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAMPO AZUL - MG	S	4	P	40	0	100	405.000 5.000
10 302	0004 5776 0232	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CONCHAS - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 3.000
10 302	0004 5776 0234	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AGUIA BRANCA - ES	S	4	P	40	0	100	3.000 6.000
10 302	0004 5776 0236	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PONTO BELO - ES	S	4	P	40	0	100	6.000 7.000
10 302	0004 5776 0238	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA TERESA - ES	S	4	P	40	0	100	7.000 6.000
10 302	0004 5776 0240	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BOM JESUS - RS	S	4	P	40	0	100	6.000 17.000
10 302	0004 5776 0242	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - DIVINESIA - MG	S	4	P	40	0	100	17.000 5.000
10 302	0004 5776 0244	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PORTO FIRME - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0246	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO PARDO DE MINAS - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0248	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0250	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO DISTRITO FEDERAL (SINDICATO RURAL DO DF)	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 5776 0252	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO FIDELIS - RJ	S	4	P	50	0	100	10.000 20.500
10 302	0004 5776 0254	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA MUNICIPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS	S	4	P	40	0	100	20.500 150.000
10 302	0004 5776 0256	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAPEVA - MG	S	4	P	40	0	100	150.000 5.000
10 302	0004 5776 0258	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BOA ESPERANCA DO SUL - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 5776 0260	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LINDOIA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0262	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TRES PASSOS - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0264	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TERESOPOLIS - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 18.000
10 302	0004 5776 0266	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PORTO REAL DO COLEGIO - AL	S	4	P	40	0	100	18.000 10.000

		SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PORTO REAL DO COLEGIO - AL	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 0268	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BARROSO - MG	S	4	P	40	0	100	18.000
10 302	0004 5776 0270	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GOVERNADOR VALADARES - MG	S	4	P	40	0	100	18.000
10 302	0004 5776 0272	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BELO HORIZONTE - MG (ACAO SOCIAL DA IBL)	S	4	P	40	0	100	9.000
10 302	0004 5776 0274	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BELO HORIZONTE - MG (ASSOC. EVANG. BENEF. DE MINAS GERAIS)	S	4	P	50	0	100	9.000
10 302	0004 5776 0276	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GOVERNADOR VALADARES - MG - (HOSPITAL EVANGELICO)	S	4	P	50	0	100	5.000
10 302	0004 5776 0278	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - DIADEMA - SP	S	4	P	50	0	100	5.000
10 302	0004 5776 0280	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIBEIRAO CORRENTE - SP	S	4	P	40	0	100	15.000
10 302	0004 5776 0282	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TAPES - RS	S	4	P	40	0	100	4.000
10 302	0004 5776 0284	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO DE JANEIRO - RJ (ASSOCIACAO BENEFICENTE CRISTA - ABC)	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0286	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MANOEL RIBAS - PR	S	4	P	50	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0288	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - APIAI - SP	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0290	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO PIAUI	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 0292	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVO REPARTIMENTO - PA	S	4	P	40	0	100	60.000
10 302	0004 5776 0294	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BOM JARDIM DE GOIAS - GO	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 0298	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - DAMOLANDIA - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0300	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JAUPACI - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0302	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MORRINHOS - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0304	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - URUCANA - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0310	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BARRO ALTO - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0312	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CATALAO - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0320	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITABERAÍ - GO	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0322	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MAGE - RJ	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0326	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTANA - AP (COMUNIDADE DO CORACAO)	S	4	P	40	0	100	84.000
10 302	0004 5776 0328	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL FLUVIAL DE SAUDE - FERREIRA GOMES - AP	S	4	P	40	0	100	7.500
			S	4	P	40	0	100	7.000

10 302	0004 5776 0332	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VOLTA REDONDA - RJ	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 0334	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO PARA	S	4	P	40	0	100	6.000 208.500
10 302	0004 5776 0336	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MUCURICI - ES	S	4	P	30	0	100	56.000 152.500 4.000
10 302	0004 5776 0338	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA A REGIAO OESTE DO ESTADO DO PARANA	S	4	P	40	0	100	4.300 24.000
10 302	0004 5776 0340	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - FERNANDO PRESTES - SP	S	4	P	40	0	100	24.000 10.000
10 302	0004 5776 0342	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAPITOLIO - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 7.500
10 302	0004 5776 0344	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LEANDRO FERREIRA - MG	S	4	P	40	0	100	7.500 8.000
10 302	0004 5776 0346	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL FLUVIAL DE SAUDE - MACAPA - AP(BAILIQUE)	S	4	P	40	0	100	8.000 7.500
10 302	0004 5776 0348	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LAVRAS - MG	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0350	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PRESIDENTE KUBITSCHEK - MG	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0352	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTOS DUMONT - MG	S	4	P	40	0	100	7.500 8.000
10 302	0004 5776 0354	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VERANOPOLIS - RS	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000
10 302	0004 5776 0356	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PORTAO - RS	S	4	P	40	0	100	10.000 9.000
10 302	0004 5776 0358	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CATURAMA - BA	S	4	P	40	0	100	9.000 15.000
10 302	0004 5776 0360	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DE RONDONIA - RO	S	4	P	99	0	100	15.000 65.000
10 302	0004 5776 0362	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ARRAIAL DO CABO - RJ	S	4	P	40	0	100	65.000 8.000
10 302	0004 5776 0364	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAPERUNA - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0368	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BARRA DO PIRAI - RJ (BAIROS PQ. SANTANA BOCA DO MATO E CHALE)	S	4	P	40	0	100	8.000 4.000
10 302	0004 5776 0374	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA MUNICIPIOS NO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	4.000 16.000
10 302	0004 5776 0376	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JAPORA - MS	S	4	P	40	0	100	16.000 5.000
10 302	0004 5776 0378	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CURVELO - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 5776 0380	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTO ANTONIO DO PARAISO - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0382	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MARMELEIRO - PR	S	4	P	40	0	100	10.000 7.500
10 302	0004 5776 0384	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JARDIM OLINDA - PR	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0386	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CORONEL VIVIDA - PR	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
			S	4	P	40	0	100	7.500

10 302	0004 5776 0390	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - VERA CRUZ DO OESTE - PR	S	4	P	40	0	100	17.500
10 302	0004 5776 0392	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ (SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA)	S	4	P	50	0	100	17.500 10.000
10 302	0004 5776 0394	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - SAO JOAO DA BARRA - RJ (SANTA CASA DE MISERICORDIA)	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0400	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE PARA SANTA CASA DE MISERICORDIA - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0402	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE P/ HOSP. FRANCISCO LIMONGI (F. MEDICO SOC. RURAL) - TRAJANO DE MORAIS - RJ	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0404	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - SAO FIDELIS - RJ (ASSOCIACAO HOSPITALAR ARMANDO VIDAL)	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0408	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE P/ ASSOC. HOSP. SAO JOAO DE SANTA MARIA MADALENA - HOSPITAL BASILEU ESTRELA	S	4	P	50	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0410	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNID. MOVEI DE SAUDE P/ HOSP ESCOLA ALVARO ALVIM (F. BENEDITO P. NUNES) - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	4	P	50	0	100	10.050 10.050
10 302	0004 5776 0412	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	S	4	P	50	0	100	10.000 20.000
10 302	0004 5776 0414	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - SAO JOAO DA BARRA - RJ	S	4	P	40	0	100	20.000 10.000
10 302	0004 5776 0416	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - VARRE-SAI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0418	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - CONCEICAO DE MACABU - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 30.000
10 302	0004 5776 0420	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - PORCIUNCLLA - RJ	S	4	P	40	0	100	30.000 10.000
10 302	0004 5776 0422	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - MACAE - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0426	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UMA AMBULANCIA - GLICERIO - SP	S	4	P	40	0	100	10.000 3.000
10 302	0004 5776 0430	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - MANHUACU - MG (HOSPITAL CESAR LEITE)	S	4	P	40	0	100	3.000 7.500
10 302	0004 5776 0432	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - OLIMPIA - SP	S	4	P	50	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0438	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - TUPA - SP	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0442	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - CANAPI - AL	S	4	P	40	0	100	7.500 10.000
10 302	0004 5776 0444	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - PIRANHAS - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0446	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - ARAPIRACA - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0448	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - CACIMBINHAS - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 12.500
10 302	0004 5776 0450	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEI DE SAUDE - NOVO LINO - AL	S	4	P	40	0	100	12.500 10.000
			S	4	P	40	0	100	10.000

10 302	0004 5776 0452	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - COLONIA LEOPOLDINA - AL	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 0454	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO JOSE DA LAJE - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0456	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ANADIA - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 12.500
10 302	0004 5776 0458	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LAGOA DA CANOA - AL	S	4	P	40	0	100	12.500 10.000
10 302	0004 5776 0460	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAMPO GRANDE - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 12.500
10 302	0004 5776 0462	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO SEBASTIAO - AL	S	4	P	40	0	100	12.500 10.000
10 302	0004 5776 0464	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CHA PRETA - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0466	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TRAIPIU - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0468	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - OLHO D'AGUA DAS FLORES - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0470	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTANA DO MUNDAU - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0472	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PORTO DE PEDRAS - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0474	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PARIPUEIRA - AL	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0476	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAJAPIO - MA	S	4	P	40	0	100	10.000 12.500
10 302	0004 5776 0478	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AGUA PRETA - PE	S	4	P	40	0	100	12.500 7.500
10 302	0004 5776 0480	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DA PARAIBA	S	4	P	40	0	100	7.500 6.000
10 302	0004 5776 0482	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO TINTO - PB	S	4	P	40	0	100	6.000 20.000
10 302	0004 5776 0484	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CASTELO - ES	S	4	P	40	0	100	20.000 12.000
10 302	0004 5776 0486	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE - SOUSA - PB	S	4	P	40	0	100	12.000 13.000
10 302	0004 5776 0488	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO CEARA	S	4	P	40	0	100	13.000 115.000
10 302	0004 5776 0490	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAPE - PB	S	4	P	40	0	100	115.000 12.500
10 302	0004 5776 0492	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIACHO DE SANTO ANTONIO - PB	S	4	P	40	0	100	12.500 10.000
10 302	0004 5776 0494	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JOAO PESSOA - PB (INSTITUTO SAO JOSE)	S	4	P	40	0	100	10.000 7.000
10 302	0004 5776 0496	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA LUZIA - PB	S	4	P	50	0	100	7.000 6.500
10 302	0004 5776 0498	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITABAIANA - PB	S	4	P	40	0	100	6.500 6.000
10 302	0004 5776 0500	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA FUNDACAO DR. JOAO BARCELLO MARTINS - HOSPITAL FERREIRA MACHADO	S	4	P	40	0	100	6.000 10.000
10 302	0004 5776 0502	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO SEBASTIAO DA GRAMA - SP	S	4	P	50	0	100	10.000 3.000

		SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO SEBASTIAO DA GRAMA - SP	S	4	P	40	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 5776 0504	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MONGAGUA - SP	S	4	P	40	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 5776 0506	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GUABIRUBA - SC	S	4	P	40	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 5776 0508	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ILHA COMPRIDA - SP	S	4	P	40	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 5776 0510	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - IGCAPE - SP	S	4	P	40	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 5776 0512	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MADALENA - CE	S	4	P	40	0	100	3.000	3.000
10 302	0004 5776 0514	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HIDROLANDIA - CE	S	4	P	40	0	100	3.000	13.000
10 302	0004 5776 0516	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MONTADAS - PB	S	4	P	40	0	100	13.000	5.000
10 302	0004 5776 0518	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AMPARO - SP	S	4	P	40	0	100	5.000	5.000
10 302	0004 5776 0520	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NATALANDIA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000	8.000
10 302	0004 5776 0522	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MAIRIPORA - SP (SOC. BEN. EDUC. E SOCIAL FILHOS DE N. S. MONTE CALVARIO)	S	4	P	40	0	100	8.000	3.000
10 302	0004 5776 0524	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PARACATU - MG	S	4	P	50	0	100	5.000	12.000
10 302	0004 5776 0526	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	4	P	40	0	100	12.000	101.000
10 302	0004 5776 0528	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BRASILANDIA DE MINAS - MG	S	4	P	40	0	100	101.000	10.000
10 302	0004 5776 0530	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAIRE - PE	S	4	P	40	0	100	10.000	12.000
10 302	0004 5776 0532	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - OURO BRANCO - AL	S	4	P	40	0	100	12.000	2.500
10 302	0004 5776 0534	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CRAIBAS - AL	S	4	P	40	0	100	2.500	2.500
10 302	0004 5776 0538	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO DE JANEIRO - RJ (MANGUEIRA)	S	4	P	40	0	100	2.500	10.000
10 302	0004 5776 0540	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PASSO DE CAMARAGIBE - AL	S	4	P	40	0	100	10.000	2.500
10 302	0004 5776 0542	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTANA DO IPANEMA - AL	S	4	P	40	0	100	2.500	6.000
10 302	0004 5776 0544	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GIRAU DO PONCIANO - AL	S	4	P	40	0	100	6.000	10.000
10 302	0004 5776 0546	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO MIGUEL DO ALEIXO - SE	S	4	P	40	0	100	10.000	7.500
10 302	0004 5776 0548	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ (HOSPITAL NELSON SALLES)	S	4	P	40	0	100	7.500	7.000
10 302	0004 5776 0550	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO SERGIPE	S	4	P	50	0	100	7.000	22.000
10 302	0004 5776 0552	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SERRINHA DOS PINTOS - RN (FUNDAÇÃO HIPOLITO PEREIRA DOS SANTOS)	S	4	P	40	0	100	22.000	10.000

10 302	0004 5776 0556	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MEDEIROS - MG	S	4	P	99	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 5776 0558	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PALMOPOLIS - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0560	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - DOURADOQUARA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0562	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PONTO DOS VOLANTES - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0564	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CONGONHAS DO NORTE - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0566	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA COMUNIDADES CARENTES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 5776 0570	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VOLTA REDONDA - RJ (APAE)	S	4	P	40	0	100	10.000 3.000
10 302	0004 5776 0572	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PAULO JACINTO - AL	S	4	P	50	0	100	3.000 10.000
10 302	0004 5776 0574	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BACURITUBA - MA	S	4	P	40	0	100	10.000 12.500
10 302	0004 5776 0576	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MESSIAS - AL	S	4	P	40	0	100	12.500 10.000
10 302	0004 5776 0578	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CARUTAPERA - MA	S	4	P	40	0	100	10.000 12.500
10 302	0004 5776 0580	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SENA MADUREIRA - AC	S	4	P	40	0	100	12.500 12.500
10 302	0004 5776 0582	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CACAULANDIA - RO	S	4	P	40	0	100	12.500 5.000
10 302	0004 5776 0586	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTA ISABEL DO PARA - PA	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0588	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAPUA DO OESTE - RO	S	4	P	40	0	100	5.000 7.000
10 302	0004 5776 0590	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MONTE ALEGRE - PA	S	4	P	40	0	100	5.000 7.000
10 302	0004 5776 0592	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PRESIDENTE MEDICI - RO	S	4	P	40	0	100	7.000 5.000
10 302	0004 5776 0594	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTO ANTONIO DO ICA - AM	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0596	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GUAJARA - AM	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0598	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ATALAIA DO NORTE - AM	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0600	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE (AMBULANCIA TERRESTRE) - NOVO ARIPUANA - AM	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0602	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CARANDAI - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000
10 302	0004 5776 0604	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SARZEDO - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 5776 0606	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VARGEM ALEGRE - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000
10 302	0004 5776 0608	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITUMIRIM - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 5776 0610	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SENHORA DOS REMEDIOS - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000

10 302	0004 5776 0612	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MERCES - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 5776 0614	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - UBERABA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000
10 302	0004 5776 0616	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SENADOR CORTES - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 5776 0618	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTANA DO GARAMBEU - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0620	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO GERALDO DO BAIXIO - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000
10 302	0004 5776 0622	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GLAUCILANDIA - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 5776 0624	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ARARAS - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 5776 0626	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RESENDE - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 18.000
10 302	0004 5776 0628	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UM GABINETE DENTARIO MOVEL - SAPUCAIA - RJ	S	4	P	40	0	100	18.000 10.000
10 302	0004 5776 0632	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE ONIBUS MEDICO ODONTOLOGICO - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
10 302	0004 5776 0634	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PARATI - RJ (HOSPITAL MUNICIPAL)	S	4	P	40	0	100	10.000 7.500
10 302	0004 5776 0636	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ	S	4	P	40	0	100	7.500 26.000
10 302	0004 5776 0640	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - LAVRINHAS - SP	S	4	P	40	0	100	26.000 6.500
10 302	0004 5776 0642	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTO ANTONIO DO PINHAL - SP	S	4	P	40	0	100	6.500 7.000
10 302	0004 5776 0644	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ALVARENGA - MG	S	4	P	40	0	100	7.000 5.000
10 302	0004 5776 0646	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SUMIDOURO - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000 10.000
10 302	0004 5776 0648	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CARANAIBA - MG	S	4	P	40	0	100	10.000 5.000
10 302	0004 5776 0650	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAJUBA - MG	S	4	P	40	0	100	5.000 6.000
10 302	0004 5776 0652	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - UBERLANDIA - MG	S	4	P	40	0	100	6.000 7.500
10 302	0004 5776 0654	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VERMELHO NOVO - MG	S	4	P	40	0	100	7.500 8.000
10 302	0004 5776 0656	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BALDRI - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0658	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BELO ORIENTE - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0660	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - DIVINO DAS LARANJEIRAS - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0664	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - POCOS DE CALDAS - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0666	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BERIZAL - MG	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
			S	4	P	40	0	100	8.000

10 302	0004 5776 0668	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVO CRUZEIRO - MG	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 0670	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTO EXPEDITO - SP	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 0672	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CRUZ ALTA - RS	S	4	P	40	0	100	6.000 7.500
10 302	0004 5776 0674	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PAROBE - RS	S	4	P	40	0	100	7.500 7.500
10 302	0004 5776 0676	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UTI MOVEL DE SAUDE - MARATA - RS	S	4	P	40	0	100	7.500 8.000
10 302	0004 5776 0678	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVO PLANALTO - GO	S	4	P	40	0	100	8.000 7.500
10 302	0004 5776 0680	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	4	P	40	0	100	7.500 62.500
10 302	0004 5776 0682	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MACATUBA - SP	S	4	P	40	0	100	62.500 5.200
10 302	0004 5776 0684	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PIRASSUNUNGA - SP	S	4	P	40	0	100	5.200 5.000
10 302	0004 5776 0686	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO BAHIA	S	4	P	40	0	100	5.000 312.800
10 302	0004 5776 0690	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	4	P	40	0	100	233.000 29.800 50.000 932.000
10 302	0004 5776 0692	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL - CANAS - SP	S	4	P	40	0	100	332.000 5.000
10 302	0004 5776 0694	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL PARA O PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA DA PREFEITURA DE SAO LUIS DO PARAITINGA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0698	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAMPO LIMPO PAULISTA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 8.000
10 302	0004 5776 0700	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TORRINHA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0702	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SERRA NEGRA - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 0706	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JARINU - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 5.000
10 302	0004 5776 0710	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AVANHANDAVA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 5.000
10 302	0004 5776 0712	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MINEIROS DO TETE - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 7.500
10 302	0004 5776 0732	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MANGARATIBA - RJ	S	4	P	40	0	100	7.500 25.000
10 302	0004 5776 0738	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAMBUCI - RJ	S	4	P	40	0	100	25.000 10.000
10 302	0004 5776 0742	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CARDOSO MOREIRA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 17.500
10 302	0004 5776 0754	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MATELANDIA - PR	S	4	P	40	0	100	17.500 4.000
10 302	0004 5776 0818	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTO ANTONIO DE POSSE - SP	S	4	P	40	0	100	4.000 4.000
10 302	0004 5776 0824	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PEREIRA BARRETO - SP	S	4	P	40	0	100	4.000 3.000
10 302	0004 5776 0834	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITABELA - BA	S	4	P	40	0	100	8.000 7.500

		SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITABELA - BA	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 0870	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SENTO SE - BA	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 0896	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAPITAO POCO - PA	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 0900	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SILVES - AM	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 0902	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MIGUEL PEREIRA - RJ	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 0908	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ANGRA DOS REIS - RJ	S	4	P	40	0	100	26.000
10 302	0004 5776 0912	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BENJAMIN CONSTANT - AM	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 5776 0932	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - THEOBROMA - RO	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 0982	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ARARAQUARA - SP	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 0986	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 0990	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SOOETAMA - ES	S	4	P	40	0	100	104.000
10 302	0004 5776 1036	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JUSSARA - BA	S	4	P	40	0	100	11.000
10 302	0004 5776 1038	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO DAS FLORES - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 1040	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - QUATIS - RJ	S	4	P	40	0	100	26.000
10 302	0004 5776 1042	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO JOAO DE MERITI - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1046	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GUAPIMIRIM - RJ	S	4	P	40	0	100	28.000
10 302	0004 5776 1048	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BURITIS - RO	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1050	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAQUAREMA - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1052	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PORTO REAL - RJ	S	4	P	40	0	100	2.000
10 302	0004 5776 1054	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PARANAPUA - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0004 5776 1080	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - IPORA - GO	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1100	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAPIXABA - AC	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1172	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - FEIRA DE SANTANA - BA (SANTA CASA DE MISERICORDIA)	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 1176	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JAPERI - RJ	S	4	P	50	0	100	20.000
10 302	0004 5776 1178	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MANHUACU - MG	S	4	P	40	0	100	20.000
10 302	0004 5776 1186	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BELFORD ROXO - RJ	S	4	P	40	0	100	15.000
10 302	0004 5776 1192	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SEROPEDICA - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000

		DE SAUDE - SEROPEDICA - RJ							
10 302	0004 5776 1196	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TRES RIOS - RJ	S	4	P	40	0	100	23.000 10.000
10 302	0004 5776 1200	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PIRAI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 18.000
10 302	0004 5776 1210	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAGUAI - RJ	S	4	P	40	0	100	18.000 10.000
10 302	0004 5776 1218	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - QUEIMADOS - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 13.000
10 302	0004 5776 1224	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO CLARO - RJ	S	4	P	40	0	100	13.000 31.500
10 302	0004 5776 1226	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE EM BARRA DO PIRAI - RJ	S	4	P	40	0	100	31.500 10.000
10 302	0004 5776 1232	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE EM MENDES - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 26.000
10 302	0004 5776 1236	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SILVA JARDIM - RJ	S	4	P	40	0	100	26.000 28.000
10 302	0004 5776 1242	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVA FRIBURGO - RJ	S	4	P	40	0	100	28.000 8.000
10 302	0004 5776 1248	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE EM VALENCA - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000 8.000
10 302	0004 5776 1290	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO BENTO DO SAPUCAI - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 3.000
10 302	0004 5776 1294	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CUNHA - SP	S	4	P	40	0	100	3.000 6.000
10 302	0004 5776 1298	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ITAPETININGA - SP	S	4	P	40	0	100	6.000 5.000
10 302	0004 5776 1306	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - JAGUARIUNA - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 12.000
10 302	0004 5776 1316	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MIRANTE DA SERRA - RO	S	4	P	40	0	100	12.000 5.000
10 302	0004 5776 1318	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BARIRI - SP	S	4	P	40	0	100	5.000 7.500
10 302	0004 5776 1344	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ESPIRITO SANTO DO TURVO - SP	S	4	P	40	0	100	7.500 3.000
10 302	0004 5776 1352	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SARANDI - RS	S	4	P	40	0	100	3.000 8.000
10 302	0004 5776 1360	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SERRANOPOLIS DO IQUACU - PR	S	4	P	40	0	100	8.000 6.000
10 302	0004 5776 1430	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAPAO DA CANOA - RS	S	4	P	40	0	100	6.000 12.500
10 302	0004 5776 1452	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TAQUARA - RS	S	4	P	40	0	100	12.500 12.500
10 302	0004 5776 1454	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	S	4	P	40	0	100	12.500 7.500
10 302	0004 5776 1478	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVA IQUACU - RJ	S	4	P	40	0	100	7.500 16.000
10 302	0004 5776 1612	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GIRUA - RS	S	4	P	40	0	100	16.000 10.000
10 302	0004 5776 1656	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE NO ESTADO DO AMAPA	S	4	P	40	0	100	10.000 217.500
10 302	0004 5776 1674	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CIDREIRA - RS	S	4	P	40	0	100	217.500 12.500

		SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CIDREIRA - RS	S	4	P	40	0	100	12.500
10 302	0004 5776 1676	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CHARQUEADAS - RS	S	4	P	40	0	100	12.500
10 302	0004 5776 1678	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CACHOEIRINHA - RS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1680	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - GUAIBA - RS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1682	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIBEIRAO GRANDE - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 1684	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIBEIRAO BRANCO - SP	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 1686	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - MONTENEGRO - RS	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 1688	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA O HOSPITAL MUNICIPAL - CORUMBÁ - MS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1690	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SANTO ANTONIO DA PATRULHA - RS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1692	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO XANGRI-LA - RS	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 1694	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - ROLANTE - RS	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 1696	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVA PRATA - RS	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 1698	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TAQUARI - RS	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 1700	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TAIACU - SP	S	4	P	40	0	100	12.500
10 302	0004 5776 1702	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HELIODORA - MG (HOSPITAL MUNICIPAL)	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 1704	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - VARGINHA - MG	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 1706	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - BRACO DO NORTE - SC	S	4	P	40	0	100	6.000
10 302	0004 5776 1708	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PIACABUCU - AL	S	4	P	40	0	100	7.000
10 302	0004 5776 1710	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - RIO PARDO - RS	S	4	P	40	0	100	3.000
10 302	0004 5776 1712	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SAO LEOPOLDO - RS	S	4	P	40	0	100	5.000
10 302	0004 5776 1714	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - NOVO HAMBURGO - RS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1716	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - CAXIAS DO SUL - RS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1718	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - PALMARES DO SUL - RS	S	4	P	40	0	100	7.500
10 302	0004 5776 1720	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - DELTA - MG	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1728	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - TRAJANO DE MORAIS - RJ	S	4	P	40	0	100	8.000
10 302	0004 5776 1732	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE PARA A ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DE RONDA ALTA (ATRA) - RS	S	4	P	40	0	100	8.000

10 302	0004 5776 1734	- RS AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - SILVEIRAS - SP	S	4	P	50	0	100	6.000 8.500
10 302	0004 5776 1736	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - POTIM - SP	S	4	P	40	0	100	8.500 8.000
10 302	0004 5776 1738	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL PARA O CENTRO POPULAR PRO-MELHORAMENTOS (H. SAO VICENTE DE PAULO) - SAO PAULO - SP	S	4	P	40	0	100	8.000 10.000
			S	4	P	50	0	100	10.000

0905 ASSISTENCIA FARMACEUTICA

976.680

		ATIVIDADES							
10 303	0005 4368	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS							226.200
10 303	0005 4368 0004	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PELA ASSOC. BRAS. BENEFICENTE DE REABILITACAO - RIO DE JANEIRO - RJ	S	3	P	50	0	100	5.000
10 303	0005 4368 0006	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM A DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS - PIRAI - RJ	S	3	P	40	0	100	5.000 5.000
10 303	0005 4368 0008	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - RESENDE - RJ	S	3	P	40	0	100	5.000 28.000
10 303	0005 4368 0010	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS POR MEIO DA ASS. COMUNITARIA E PRODUTIVA SAO JOSE - LAGARTO - SE	S	3	P	40	0	100	28.000 3.000
10 303	0005 4368 0012	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS - MANGUEIRINHA - PR	S	3	P	50	0	100	3.000 7.000
10 303	0005 4368 0014	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS - BOM SUCESSO DO SUL - PR	S	3	P	40	0	100	7.000 4.000
10 303	0005 4368 0016	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS - CHOPINZINHO - PR	S	3	P	40	0	100	4.000 4.000
10 303	0005 4368 0020	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS NOS MUNICIPIOS DO INTERIOR ESTADO DO PARANA	S	3	P	40	0	100	4.000 41.200
10 303	0005 4368 0022	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS EM MUNICIPIOS NO ESTADO DO PARANA	S	3	P	40	0	100	41.200 57.000
10 303	0005 4368 0026	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - MEDICAMENTOS PARA A INSTITUICAO DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA - NITEROI - RJ	S	3	P	40	0	100	57.000 5.000
10 303	0005 4368 0028	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS PARA POSTOS DE SAUDE - PRIMAVERA DO LESTE - MT	S	3	P	50	0	100	5.000 20.000
10 303	0005 4368 0030	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS PARA POSTOS DE SAUDE - PARANATINGA - MT	S	3	P	40	0	100	20.000 10.000
10 303	0005 4368 0032	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS - MARCELINO VIEIRA - RN	S	3	P	40	0	100	10.000 15.000

		MARCELINO VIEIRA - RN							
10 303	0005 4368 0038	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS - POCO BRANCO - RN	S	3	P	40	0	100	15.000 5.000
10 303	0005 4368 0064	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS PARA A ASSOCIACAO DE CARIDADE DO POVOADO DE JENIPAPO - LAGARTO - SE	S	3	P	40	0	100	5.000 3.000
10 303	0005 4368 0070	ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATEGICOS - AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS NO ESTADO DO AMAPA	S	3	P	40	0	100	3.000 14.000
		PROJETOS							
10 303	0005 7835	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS							750.480
10 303	0005 7835 0004	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - OLINDA - PE	S	3	P	40	0	100	2.000 10.000
10 303	0005 7835 0006	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	P	40	0	100	717.480
10 303	0005 7835 0008	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - CEU AZUL - PR	S	4	P	30	0	100	717.480 8.000
10 303	0005 7835 0010	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - EQUIPAMENTO PARA O LABORATORIO DO POSTO DE SAUDE - FERNANDES PINHEIRO - PR	S	4	P	40	0	100	8.000 7.000
10 303	0005 7835 0012	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS FARMACEUTICOS PUBLICOS - MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE LABORATORIOS NA FACULDADE DE MEDICINA (UFPB) - CAMPINA GRANDE - PB	S	4	P	40	0	100	7.000 6.000
		0007 QUALIDADE DO SANGUE							200.000
		PROJETOS							
10 302	0007 3867	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA							20.000
10 302	0007 3867 0004	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - APARELHAMENTO DE UNIDADE HEMOTERAPICA (BANCO DE SANGUE) - PERUIBE - SP	S	4	P	40	0	100	10.000
10 302	0007 3867 0006	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - MODERNIZACAO DA REDE DE ARMAZENAMENTO DE SANGUE - BARRA DO PIRAI - RJ	S	4	P	40	0	100	10.000 10.000
		0010 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS E SERVICOS							200.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 304	0010 0595	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA AS ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA							200.000
10 304	0010 0595 0065	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA AS ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	S	3	P	40	0	155	200.000

		TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE - NACIONAL	S	3	P	40	0	153	2.420.000
0020		CONTROLE DA HANSENIASE E DE OUTRAS DERMATOSES							910.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 301	0020 0599	INCENTIVO-BONUS POR PACIENTE DE HANSENIASE EM TRATAMENTO CURADO							910.000
10 301	0020 0599 0001	INCENTIVO-BONUS POR PACIENTE DE HANSENIASE EM TRATAMENTO CURADO - NACIONAL	S	3	P	40	0	153	910.000
0021		SAUDE DA MULHER							28.000
		PROJETOS							
10 301	0021 3879	CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER							28.000
10 301	0021 3879 0004	CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER TRABALHADORA RURAL (MMUC) - SANTA MARIA DA VITORIA - BA	S	4	P	50	0	100	2.000
10 301	0021 3879 0006	CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - PARAUPEBAS - PA	S	4	P	50	0	100	2.000
10 301	0021 3879 0008	CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - PIRAI - RJ	S	3	P	99	0	100	6.000
10 301	0021 3879 0014	CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENCAO A SAUDE DA MULHER - DIADEMA - SP	S	3	P	40	0	100	10.000
0023		ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR							18.277.600
		ATIVIDADES							
10 302	0023 2101	ATENDIMENTO MEDICO ESPECIALIZADO ITINERANTE EM AREAS DESASSISTIDAS							60.800
10 302	0023 2101 0002	ATENDIMENTO MEDICO ESPECIALIZADO ITINERANTE EM AREAS DESASSISTIDAS - ATENDIMENTO MEDICO ESPECIALIZADO ITINERANTE NO ESTADO DO ACRE	S	3	P	30	0	100	60.000
10 302	0023 4299	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS DA POPULACAO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISAS NO CAMPO DA SAUDE - SERVICO SOCIAL AUTONOMO ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS							3.663.800
10 302	0023 4299 0001	ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS DA POPULACAO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISAS NO CAMPO DA SAUDE - SERVICO SOCIAL AUTONOMO ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - NACIONAL	S	3	P	90	0	100	3.663.800
10 302	0023 4302	FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR							3.100.000
10 302	0023 4302 0009	FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MEDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - HOSPITAL DE NOVA IGUAUCU	S	3	P	90	0	153	3.100.000
10 302	0023 4307	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS							11.453.800
10 302	0023 4307 0013	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	P	90	0	155	9.486.700
10 302	0023 4307 0016	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	P	90	0	155	9.486.700

		S 3 P 90 0 155						1.967.100
0065 - ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA							16.500	
		PROJETOS						
10 242	0065 3882	NUCLEOS DE REABILITACAO PARA PORTADORES DE DEFICIENCIA						16.500
10 242	0065 3882 0004	NUCLEOS DE REABILITACAO PARA PORTADORES DE DEFICIENCIA - ATENDIMENTO DE DEFICIENTES FISICOS VISUAIS - SAO PAULO - SP						3.000
10 242	0065 3882 0006	S	3	P	40	0	100	3.000
10 242	0065 3882 0008	NUCLEOS DE REABILITACAO PARA PORTADORES DE DEFICIENCIA - NUCLEO DE REABILITACAO PARA PORTADORES DE DEFICIENCIA - RIO BANANAL - ES						6.000
10 242	0065 3882 0008	S	4	P	50	0	100	6.000
10 242	0065 3882 0010	NUCLEOS DE REABILITACAO PARA PORTADORES DE DEFICIENCIA - APOIO A MANUTENCAO DA APAE - PALMITAL - SP						5.000
10 242	0065 3882 0010	S	3	P	50	0	100	5.000
		NUCLEOS DE REABILITACAO PARA PORTADORES DE DEFICIENCIA - APOIO A MANUTENCAO DA APAE - RECIFE - PE						2.500
		S	3	P	50	0	100	2.500
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO							2.400.000	
		ATIVIDADES						
10 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						2.400.000
10 365	0791 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL						2.400.000
		S	3	P	90	0	151	2.400.000
TOTAL - FISCAL							0	
TOTAL - SEGURIDADE							78.961.301	
TOTAL - GERAL							78.961.301	

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O Projeto de Lei nº 65, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 30-10 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 7-11 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 12-11 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 22-11 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 4.186.514,00, em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor de R\$ 4.186.514,00 (quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º serão provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									4.186.514
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0909 0605	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI N° 9.491, DE 1997)							4.186.514
28 846	0909 0605 0001	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO (LEI N° 9.491, DE 1997) - NACIONAL	F	3	F	90	0	100	4.186.514
TOTAL - FISCAL									4.186.514
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.186.514

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									4.186.514
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0457	COBERTURA DE GARANTIA CONCEDIDA PELA UNIAO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF (LEI N° 10.186, DE 2001)							4.186.514
28 843	0905 0457 0001	COBERTURA DE GARANTIA CONCEDIDA PELA UNIAO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF (LEI N° 10.186, DE 2001) - NACIONAL	F	6	F	90	0	100	4.186.514
TOTAL - FISCAL									4.186.514
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.186.514

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997.

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

LEI Nº 10.186, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001.

Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O Projeto de Lei nº 66, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 30-10 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 7-11 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 12-11 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 22-11 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 67, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 75.801.806,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 75.801.806,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - superávit financeiro da União, apurado no Balanço Patrimonial de 2001, no valor de R\$ 4.087.599,00 (quatro milhões, oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 71.714.207,00 (setenta e um milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									206.873
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							206.873
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	144	206.873
TOTAL - FISCAL									206.873
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									206.873

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									2.425.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							2.425.000
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	144	2.425.000
TOTAL - FISCAL									2.425.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.425.000

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									87.632
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							87.632
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	100	16.823
			F	6	F	90	0	100	70.809
TOTAL - FISCAL									87.632
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									87.632

ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									2.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							2.000.000
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	344	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									8.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							8.000.000
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	144	7.000.000
			F	6	F	90	0	143	1.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									51.570.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							51.570.000
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	144	51.570.000
TOTAL - FISCAL									51.570.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.570.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									11.512.301
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							11.512.301
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	144	9.424.702
			F	2		90	0	344	2.087.599
TOTAL - FISCAL									11.512.301
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.512.301

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									16.291.959
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0283	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA							16.291.959
28 843	0905 0283 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA - NACIONAL	F	6	F	90	0	143	16.291.959
TOTAL - FISCAL									16.291.959
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.291.959

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)							2.424.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA						2.424.000	
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL						2.424.000	
			F	2	F	90	0	144	424.000
			F	6	F	90	0	143	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.424.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.424.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 UNIDADE : 26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)							1.340.616
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA						1.340.616	
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL						1.340.616	
			S	2	F	90	0	144	196.781
			S	6	F	90	0	143	1.143.835
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.340.616
TOTAL - GERAL									1.340.616

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0796 INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOGRAFICAS									87.632
PROJETOS									
04 121	0796 1779	CENSO AGROPECUARIO							87.632
04 121	0796 1779 0001	CENSO AGROPECUARIO - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	87.632
TOTAL - FISCAL									87.632
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									87.632

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									51.570.000
OPERACOES ESPECIAIS									
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							51.570.000
28 844	0906 0284 0001	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL	F	2	F	90	0	144	51.570.000
TOTAL - FISCAL									51.570.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.570.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O Projeto de Lei nº 67, de 2002-CN, vai a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 30-10 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 7-11 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 12-11 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 22-11 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

OFÍCIOS

Of. nº 138/02 – LPSDB

Brasília, 22 de Outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de alterar a composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão Mista destinada a estudar a Medida Provisória nº 56, passando o Senador Luiz Pontes para a suplência e o Senador Antero Paes de Barros para a titularidade.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

(Serão feitas as substituições solicitadas.)

Of. nº 139/02 – LPSDB

Brasília, 24 de Outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de substituir o Senador Ari Stadler pelo Senador Artur da Távola, como suplente, na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão Mista destinada a estudar a Medida Provisória nº 2193-6.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Of. nº 140/02 – LPSDB

Brasília, 24 de Outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar as providências necessárias no sentido de substituir o Senador Nilo Teixeira pelo Senador Benício Sampaio, como suplente, na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão Mista destinada a estudar a Medida Provisória nº 2215-10.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Senhor Presidente do Congresso Nacional, indico, em Substituição à Designação desta Presidência, os Senadores do Bloco PSDB/PPB que Comporão a Comissão Especial Mista Destinada a Apreçar a Seguinte Medida Provisória:

MP nº 73

PUBLICAÇÃO DOU: 15-10-02

ASSUNTO: Revoga o art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Geraldo Melo	Senador Teotônio Vilela Filho
Senador Antero Paes de Barros	Senador Artur da Távola
Senador Lúdio Coelho	Senador Chico Sartori

Brasília, 25 de outubro de 2002. – Senador **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

OF. PSDB/I/Nº 1.025/02

Brasília, 24 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Sérgio Guerra para integrar, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

(À publicação.)

OF. PSDB/I/Nº 1.027/02

Brasília, 24 outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar a substituição do Deputado Paulo Feijó pelo Deputado Alexandre

Santos, como membro titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF. PSDB/I/Nº 1.029/02

Brasília, 24 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar a substituição do Deputado Sérgio Carvalho pelo Deputado Márcio Fortes, como membro titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF. PSDB/I/Nº 1.031/02

Brasília, 24 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência determinar a substituição do Deputado Chiquinho Feitosa pelo Deputado Nárício Rodrigues, como membro suplente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 13 minutos.)

(OS 19368/02)

Ata da 12ª reunião, em 28 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Tião Viana

(Inicia-se a reunião às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do artigo 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 297, DE 2002 (nº 888/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Osmar Vladimir Chohfi, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.

Os méritos do embaixador Osmar Vladimir Chohfi, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de outubro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 337 DP/ARC/MRE

Brasília, 17 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV da Constituição, com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Osmar Vladimir Chohfi, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o País e **curriculum-vitae** do Embaixador Osmar Vladimir Chohfi, que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Lafer**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OSMAR VLADIMIR CHOEFI

São Paulo/SP, 25 de julho de 1941. Filho de Michel Chohfi e Olga Abud Chohfi.

ID: 2151-MRE

CPF: 04050150700

OSMAR VLADIMIR CHOEFI, nascido em São Paulo/SP, 25 de julho de 1941

Filho de Michel Chohfi e Olga Abud Chohfi

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo

Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco

Curso de Prática Diplomática e Consular, Instituto Rio Branco

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial

Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco

Terceiro Secretário, 24 de novembro de 1967

Segundo Secretário, merecimento, 9 de setembro de 1970

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de agosto de 1976

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 28 de junho de 1984

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 18 de junho de 1991

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1968/69

Chefe, substituto, da Divisão de Cooperação Intelectual, 1969

Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1969/70

Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania, 1970

Assessor do Chefe do Departamento das Américas, 1979/81

Chefe, substituto, da Divisão da América Meridional-I, 1980/81

Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1981/84

Chefe do Cerimonial, 1989/91

Chefe do Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1992

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1999/2001

Secretário-Geral das Relações Exteriores, 2001

Paris, Segundo Secretário, 1970/74

La Paz, Segundo Secretário, 1974/76

La Paz, Primeiro Secretário, 1976

La Paz, Encarregado de Negócios, 1976

Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1976/79

Paramaribo, Encarregado de Negócios, 1983

Caracas, Ministro-Conselheiro, 1985/88

Caracas, Encarregado de Negócios, 1986/88

Quito, Embaixador, 1994/99

À disposição da Comitiva do Primeiro-Ministro da Índia durante sua visita ao Brasil, 1969

À disposição da Comitiva da Rainha da Inglaterra durante sua visita ao Brasil, 1968

Comissão Cultural Mista Brasil-Portugal, 1969 (membro)
Missão Especial do Ministro de Estado ao Japão, 1970 (membro)
Reunião da Comissão Mista Brasil-França, Paris, 1973 (assessor)
X Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), 1979 (assessor)
I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Construção da Ponte sobre o Rio Iguaçu, Buenos Aires, 1980 (chefe)
XI Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasil-Argentina de Coordenação - CEBAC, 1980 (delegado)
Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Construção da Ponte sobre o Rio Iguaçu (COMIX), 1980/81 (membro)
Reunião dos Encontros Setoriais Técnicos do Tratado de Cooperação Amazônica, Lima, 1981 (chefe)
Reunião para Análise do Intercâmbio Comercial Brasil-Peru, Brasília, 1982 (delegado)
II Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, 1982 (delegado)
I Reunião da Comissão Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Brasília, 1983 (subchefe)
VII, VIII, IX, X e XI Reuniões de Chanceleres de Países-membros do Tratado da Bacia do Prata, 1983 (assessor)
II Reunião de Chanceleres dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica, 1983 (assessor)
Reunião de Chanceleres da América, Cartagena, 1983 (assessor)
Reunião Constitutiva e I Reunião do Comitê de Ação para o Setor Siderúrgico (CASIDER) do SELA, Caracas, 1986 (chefe)
II e III Reuniões da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela, Brasília, 1981 e Caracas, 1986 (delegado)
1ª etapa da Reunião Preparatória do XIII Conselho Latino-Americano, Caracas, 1987 (chefe)
Comitiva Oficial que acompanhou o Senhor Presidente da República em sua visita à Venezuela, 1987 (membro)
Reunião de Consulta sobre as Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada Uruguai (SELA), Caracas, 1988 (chefe)
VI Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1988 (delegado)
Reunião de Plenipotenciários para a assinatura do Tratado de Assistência Regional para Emergências Alimentares, Caracas, 1988 (chefe)
1ª etapa da Reunião Preparatória do 14º Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1988 (chefe)
Reunião do Comitê de Seguimento do Diálogo de Chanceleres da América Latina e do Caribe, 1988 (delegado)
Assessor Principal do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, 1984/85
Chefe do Cerimonial da Presidência da República, 1991/92
III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Salvador, 1993 (membro da Delegação)
14ª Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, Quito, maio, 1995 (delegado)
9ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio, Quito, setembro, 1995 (membro da missão especial)
Missão Especial do Brasil às Cerimônias da Posse do Presidente do Equador, agosto, 1996 (membro)

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador
Medalha Mérito Tamandaré

Medalha Mérito Santos Dumont
Medalha do Pacificador
Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz
"Royal Victorian Order", Membro V Classe, Grã Bretanha
Ordem do Tesouro Sagrado, IV Classe, Japão
Ordem Nacional do Mérito, Cavaleiro, França
"Condor de los Andes", Cavaleiro, Bolívia
Ordem de Maio ao Mérito, Oficial, Argentina
Ordem Nacional do Mérito, Comendador, Equador
Ordem da Palma, Grande Oficial, Suriname
Ordem do Libertador, Grande Oficial, Venezuela
Ordem Melitense, Grande Oficial, Ordem de Malta
Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile
Ordem do Infante D. Henrique, Grande Oficial, Portugal
Ordem de Isabel a Católica, Comendador, Espanha
Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Itália
Ordem do Libertador San Martin, Grã-Cruz, Argentina
Ordem Francisco de Miranda, Grande Oficial, Venezuela
Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Portugal
Ordem de Dannebrog, Grã-Cruz, Dinamarca
Ordem Nacional "Sol del Peru", Grã-Cruz, Peru
Ordem do Mérito Brasília, Grã-Cruz, GDF
Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Chile
Ordem Nacional "Honorato Vásquez", Grã Cruz, Equador
Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Romênia
Ordem do Mérito da República, Comendador, Polônia

Prêmio Lafayette Carvalho e Silva, Instituto Rio Branco

Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INFORMAÇÃO SOBRE O REINO DA ESPANHA
Outubro de 2002

Avaliação do estado das relações bilaterais

As relações entre Brasil e Espanha conhecem hoje o mais intenso momento de sua história, apresentando caráter operativo que jamais havia sido alcançado. Tradicionalmente vinculados por elementos históricos (União Ibérica, imigração espanhola), culturais e políticos (processos semelhantes de redemocratização), os dois países passaram a beneficiar-se, na década de 90, de novos vínculos regionais (Comunidade Ibero-Americana, Mercosul - União Européia) e, sobretudo, econômicos (a Espanha é, hoje, o maior investidor europeu no País). Com base nesses fundamentos favoráveis, Brasil e Espanha constroem – por meio de seus setores público e privado – uma parceria solidamente ancorada em um excelente patrimônio de convergências e relações pessoais e institucionais, contribuindo para maximizar a presença de cada um dos países no cenário internacional.

No plano governamental, os contatos de alto nível têm sido regulares e produtivos, refletindo a nova etapa das relações bilaterais. As visitas do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998, 2000, 2001 e 2002), do Presidente José Maria Aznar (1997), dos Reis de Espanha (2000) e do Vice-Presidente Marco Maciel (1997 e 1999) – bem como de expressivo número de ministros e outras altas autoridades – têm proporcionado nível crescente de concentração, permitindo a identificação de amplas áreas de entendimento e de novos campos para a cooperação.

Foram particularmente importantes nesse processo, em virtude da grande e positiva repercussão em ambos os países, as visitas no ano 2000 do Rei Juan Carlos I ao Brasil – no contexto das comemorações dos 500 anos – e do Presidente da República à Espanha – para receber o prêmio Príncipe de Astúrias, o mais prestigioso do mundo ibero-americano. Em maio último, o Presidente Fernando Henrique Cardoso pôde retornar à Espanha (pela quinta vez em cerca de quatro anos) para a II Cúpula América Latina e Caribe – União Européia em Madri e para receber, em Salamanca, o título de Doutor Honoris Causa da mais tradicional Universidade espanhola.

Na esfera diplomática, têm sido regulares os contatos entre os Chanceleres (uma média de um encontro ao ano desde 1995) e, em particular, as reuniões de consultas políticas entre Vice-Ministros, cuja sexta edição consecutiva ocorreu no Rio de Janeiro,

em julho último, entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, e o Secretário de Estado para Cooperação Internacional e Ibero-América, Miguel Ángel Cortés.

No campo econômico, a participação de capitais espanhóis no processo de privatização dos setores de telecomunicações e de energia do Brasil – aliada à atuação dos bancos Santander e BBVA – elevou a Espanha à posição de segundo maior investidor estrangeiro no País, logo após os Estados Unidos, com estoque superior a US\$25 bilhões em dezembro de 2001. Em 1995, os investimentos espanhóis no Brasil limitavam-se a tão-somente US\$300 milhões.

A intensificação das relações com o Brasil representa para a Espanha a consolidação de uma estratégia de recuperação de sua presença na América Latina. Executada com determinação a partir do ingresso do país na União Européia, a política espanhola de irradiação latino-americana sustenta-se em uma estratégia de inversões que transformou a Espanha no maior investidor mundial na região, acima até mesmo dos Estados Unidos. No plano político, esse projeto se expressa por iniciativas de prestígio, como as das Cúpulas Ibero-Americanas. Com o peso de seus investimentos e uma efetiva atuação diplomática, a Espanha busca na América Latina a base para credenciar-se como ator de primeira grandeza no cenário internacional, especialmente no da União Européia.

A Espanha deseja assegurar para si o papel de principal interlocutor e parceiro da América Latina na União Européia, como comprova seu retrospecto nas negociações comerciais do bloco com o México, o Chile e o Mercosul, e a prioridade atribuída à Cimeira América Latina e Caribe – União Européia (a única cúpula extra-européia da presidência espanhola). Ainda nesse contexto, o Governo espanhol passou recentemente a privilegiar seu diálogo com os EUA, com ênfase, naturalmente, na situação econômica e política da América Latina, onde a Espanha busca colocar-se como um aliado preferencial de Washington.

Por seu peso e influência, o Brasil surge como elemento essencial nessa equação de inserção espanhola na América Latina e, em especial, no Cone Sul, diferenciando-se dos demais países da região. Dessa constatação resulta o especial desejo do Governo espanhol de manter diálogo e coordenação estreitos com o Brasil a respeito da América do Sul (onde, para Madri, exercemos um **liderazgo ineludible**). Diante do interesse comum – e economicamente crucial – no desenvolvimento e na estabilidade do continente, o relacionamento entre Brasil e Espanha tende a ganhar, cada vez mais, uma natureza verdadeiramente estratégica.

Intercâmbio econômico

Investimentos

O estoque total de investimentos espanhóis superou os US\$25 bilhões em 2001. A Espanha ocupa hoje a posição de segundo maior investidor no contexto geral, atrás apenas dos Estados Unidos e à frente de parceiros tradicionais como a Alemanha, a França e o Reino Unido. Entre 1995 e 2001, os investimentos espanhóis no Brasil cresceram nada menos do que 8.000%. A participação espanhola nas privatizações brasileiras – concentradas nos setores de telecomunicações e energia – supera os US\$15 bilhões (15% do total geral e 34% da participação estrangeira).

A significativa desaceleração da economia mundial, acoplada à grave crise na Argentina, resultou em uma queda de 40% dos investimentos espanhóis na América Latina em 2001. Mesmo assim, do total de quase US\$23 bilhões de investimentos externos no Brasil no ano passado, um terço foi aportado pelos EUA e pela Espanha (respectivamente, US\$5,2 bilhões e US\$2,76 bilhões).

As empresas espanholas vêm apresentando excelente desempenho no mercado brasileiro: seus investimentos são de alta rentabilidade e, ao contrário do que ocorre no resto da América Latina, o Governo brasileiro não sofre qualquer tipo de pressão antiespanhola. Todas as empresas da Espanha já instaladas no Brasil apresentaram balanços muito positivos em 2000 e 2001, sendo que a maior delas, a Telefônica, chegou a obter 35% de seu lucro total com a operação de sua subsidiária brasileira.

Setor de telecomunicações

Com a compra da Telesp, a Telefônica de Espanha tomou-se a maior operadora de telecomunicações na América Latina. A empresa está igualmente presente na telefonia celular nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e, por meio de sua aliança com a Portugal Telecom, passou a ter presença em toda as Regiões Sul e Sudeste, além de parte do Nordeste. A Telefônica fortaleceu sua presença no Brasil com a aquisição das ações em mãos de minoritários. Nessa operação, transferiu para brasileiros cerca de 5% de seu capital, enquanto norte-americanos e outros europeus também aumentaram sua participação na sociedade matriz, de cujo capital hoje estão na Espanha apenas 35%. De forma a adaptar os órgãos diretivos da companhia a essa nova realidade acionária, o empresário brasileiro Luiz Fernando Furlan passou a ocupar cadeira no Conselho Mundial do Grupo Telefônica.

Setor financeiro

Os dois grandes bancos espanhóis, Santander Central Hispano e Bilbao Vizcaya Argentaria, adquiriram o controle de diversos bancos brasileiros: Geral do Comércio, Noroeste, Meridional e Banespa (BSCH) e Excel-Econômico (BBVA). Ambos têm adotado uma estratégia agressiva de ampliação da rede de agências com o objetivo de aumentar a sua participação no mercado brasileiro (ainda baixa se comparada ao que ocorre no resto da América Latina). O Banco Santander, com a compra do Banespa por quase US\$3 bilhões, passou a ser o terceiro maior banco privado do País.

Setor energético

Os dois principais grupos espanhóis do setor, Iberdrola e Endesa, atuam com intensidade no Brasil. Descartada a possibilidade de fusão entre ambos, os dois grupos planejam ampliar sua presença no País, onde já controlam companhias elétricas no Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A direção da Iberdrola já anunciou estar disposta a investir mais US\$5 bilhões no setor energético brasileiro. A Iberdrola está particularmente interessada em participar de futuros leilões de privatização de companhias elétricas estaduais.

Petróleo e Gás Natural

A Repsol-YPF entrou em entendimentos com a Petrobrás para uma troca de posições na Argentina e no sul do Brasil, com o que a Repsol se dobrou à determinação das autoridades argentinas de diminuir sua posição após a aquisição da YPF, enquanto a Petrobrás pôde consolidar uma posição razoável na distribuição no mercado vizinho. As duas petroleiras mantêm relação proveitosa, tanto no mercado brasileiro (concorrem em conjunto a concessões de novas áreas), quanto na Bolívia e na Argentina (projetos de gás natural). A Repsol incorporou como subsidiária a empresa espanhola Gás Natural, que detém concessões de distribuição de gás em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Setor aeronáutico

A Gamesa mantém com a Embraer uma **joint-venture** em Vitória (País Basco) para a construção de partes do avião ERJ-145. Trata-se do exemplo mais eloqüente da possibilidade de que empresas brasileiras e espanholas se associem em áreas de alta tecnologia. O BBVA e a Iberdrola, como proprietários da Gamesa, têm-se beneficiado muito do grande êxito comercial do ERJ-145. No entanto, para diminuir custos, a Embraer já anunciou que poderá rever sua

política de **outsourcing**, incentivando a produção do maior número possível de peças no próprio Brasil.

Setor de turismo

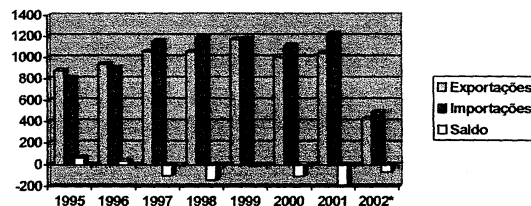
No ramo do turismo, de grande importância na Espanha, tem-se destacado no Brasil o grupo hoteleiro Sol-Meliá, que anunciou planos de chegar em breve a 50 unidades, incluindo duas em Brasília. Os grandes atacadistas de turismo têm vendido no Brasil centenas de milhares de pacotes turísticos, bem comercializados e com prazos atraentes, o que levou a um grande crescimento do número de turistas brasileiros na Espanha. Em seminário realizado no ano passado pelo Ministério do Esporte e Turismo e pelo BBVA, em Palma de Mallorca, ficou demonstrado o extraordinário potencial de cooperação no setor.

Comércio

O aumento dos investimentos não gerou correntes intensas no comércio bilateral, embora o fluxo comercial total haja registrado crescimento nos últimos três anos, sobretudo em função do incremento das exportações espanholas. Desde 1997, o Brasil exporta para a Espanha cerca de US\$1 bilhão (média anual) e importa aproximadamente US\$1,1 bilhão. O ano de 1997 trouxe também o fim de uma seqüência histórica de superávits brasileiros com a Espanha, mas a média de nossos saldos negativos desde então é inferior a US\$100 milhões. Os dados de 2001 indicaram a manutenção dessas cifras, com uma leve tendência de baixa das exportações brasileiras e de alta para as espanholas.

Em todo esse período, a única alteração digna de nota foi a diversificação da pauta espanhola de exportações – antes concentrada em itens como azeite de oliva – com a incorporação de produtos de alto valor agregado, em especial autopeças, aparelhos eletrônicos e maquinário (produtos que em geral abastecem a demanda das empresas espanholas no Brasil). Já as exportações brasileiras continuam concentradas em produtos primários como soja, ferro e café. Apesar da cooperação com a Gamesa, a Embraer ainda não encontrou na Espanha mercado para seus aviões.

Seria importante que as principais empresas espanholas do setor bancário, instaladas no Brasil, conjuntamente com o Banco do Brasil, examinassem canais de incentivo para o financiamento de pequenas e médias empresas como instrumento de ampliação das exportações brasileiras, de modo a incrementar o fluxo comercial bilateral.



Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Tecnológica

Intercâmbio cultural

A exposição “A Espanha do Século XVIII” – inaugurada pelo Secretário de Estado Miguel Ángel Cortés em julho do corrente, no Museu Nacional de Belas Artes – demonstrou a intensidade do recente intercâmbio cultural entre Brasil e Espanha. A mostra apresenta vasto panorama da cultura espanhola em um de seus mais importantes séculos, trazendo expressiva seleção de documentos, utensílios, vestimentas, jóias, moedas, móveis, armamentos e imagens, incluindo grande número de obras de Francisco de Goya.

“A Espanha do Século XVIII” dá seqüência à exposição “A Espanha do Século de Ouro: de El Greco a Velázquez”, inaugurada pelos Reis de Espanha também no Museu Nacional de Belas Artes, em julho de 2000. Com o empenho pessoal do então Secretário de Estado de Cultura, Miguel Ángel Cortés, organizou-se essa que foi a maior mostra de pintura espanhola fora do continente europeu, com aproximadamente 40 quadros do acervo do Museu do Prado.

A próxima grande iniciativa de intercâmbio cultural bilateral será de responsabilidade brasileira: a inauguração pela organização BrasilConnects da grande mostra “Brasil: Cuerpo y Alma” no Museu Guggenheim de Bilbao.

Cooperação educacional

Durante a visita do Presidente da República à Espanha em outubro de 2000, foi assinado o protocolo entre a Universidade de Salamanca e a Embaixada do Brasil relativo à criação de um Centro Brasileiro naquela universidade – com estudos de graduação e pós-graduação, além de atividades de divulgação – e também de uma Fundação Hispano Brasileira. Tanto o Centro quanto a Fundação já foram instalados e tiveram seus diretores escolhidos. A Fundação Hispano Brasileira conta em seu patronato – além dos patronos honorários (Academia Brasileira

de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional, Capes e CNPq) – com três empresas espanholas: Telefónica, Banco Santander e Repsol. Proximamente deverão ser aceitos no patronato outras empresas espanholas com interesse na missão principal do Centro Brasileiro de Salamanca, a de formar especialistas espanhóis em assuntos brasileiros.

Também foi instalado pelo Reitor da Universidade de Salamanca, Ignácio Berdugo, na presença do Ministro Paulo Renato Souza, o Conselho Assessor do centro, com cinco reitores de universidades espanholas, com quem a Embaixada em Madri vem negociando a criação de cátedras de estudos brasileiros, sob a coordenação do centro de Salamanca. Busca-se, assim, ampliar o conhecimento mútuo e criar uma rede de interesses reais e estáveis, capazes de subsidiar a solução de eventuais diferendos nas relações bilaterais, bem como sua intensificação.

Essa rede já se evidencia no número impressionante de convênios já assinados entre universidades dos dois países (mais de uma centena). O peso e a importância desse relacionamento entre as universidades implicou na superação da crise dos cursos de pós-graduação “semipresenciais” (a Capes chegou a criar uma “lista negra” de instituições espanholas para as quais não reconhecia títulos) com o controle dos abusos que se vinham verificando —em essência, a equiparação de títulos de pós-graduação com e sem exigência de frequência. Marcando o fim desse contencioso, a Direção-Geral de Universidades da Espanha (DGU) e a Capes firmaram acordo inédito para o financiamento de projetos conjuntos de universidades brasileiras e espanholas envolvendo pesquisa e docência em nível de pós-graduação. O acordo prevê o desembolso por cada uma das partes de US\$300 mil e deverá propiciar a mobilidade de 100 a 110 pessoas ao ano entre os dois países.

Cooperação em ciência e tecnologia

O envolvimento direto dos Ministros Ronaldo Sardenberg e Ana Birulés assegurou o rápido desenvolvimento da cooperação bilateral no campo científico e tecnológico. Durante a visita de Ana Birulés ao Rio de Janeiro em abril de 2001, os Ministros da Ciência e Tecnologia dos dois países firmaram Memorando de Entendimentos que estabelece um programa de trabalho conjunto com as seguintes áreas prioritárias de cooperação:

- a) inovação tecnológica;
- b) tecnologia da informação e das telecomunicações;

- c) biotecnologia;
- d) uso sustentável da biodiversidade;
- e) espaço;
- f) agricultura sustentável (em especial em regiões semi-áridas) e fruticultura;
- g) piscicultura;
- h) agroindústria;
- i) tecnologias limpas.

No ano passado, realizou-se em Madri um seminário Brasil-Espanha patrocinado pela Fundação Hispano Brasileira por meio de um convênio com a FINEP – em que delegação de 18 representantes da comunidade científica brasileira, chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Américo Pacheco, teve a oportunidade de encontrar-se com os diretores dos principais centros espanhóis de pesquisa e desenvolvimento para discutir as modalidades e os meios de atuação para a cooperação nos nove campos acima listados.

Trata-se de aproximação extremamente promissora diante da necessidade dos dois países de produzir tecnologias próprias em campos onde ambos detêm uma pesquisa avançada. Abre-se, ainda, a possibilidade de uma forma de cooperação madura, fora dos eixos tradicionais da cooperação espanhola, dirigida preferencialmente aos países menores e menos desenvolvidos da América Latina e na qual o Brasil não cabe, por seu tamanho e avanço científico-tecnológico próprio. Esse novo ímpeto na cooperação científica e tecnológica, verdadeiramente paritária e sobretudo bilateral, começa a abrir novo e importante capítulo nas relações Brasil-Espanha.

Em março último, a Ministra Ana Birulés voltou ao Brasil para participar da I Conferência de Ministros da Ciência e Tecnologia da América Latina e Caribe – União Européia.

Cooperação técnica

Beneficiando-se da crescente densidade do diálogo político e do intercâmbio econômico, a cooperação técnica entre Brasil e Espanha tem-se intensificado e diversificado. No último trimestre do corrente ano, sob organização da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), será realizada a III Reunião da Comissão Mista BrasilEspanha de Cooperação, encarregada de coordenar e acompanhar os projetos desenvolvidos nos âmbitos bilateral, ibero-americano e América Latina e Caribe – União Européia. Cinco áreas foram identificadas como prioritárias para a co-

Dados Básicos da Espanha

Geral

Área: 506.000 km²

População: 39.852.651 habitantes (1998)

Capital: Madri (2.881.506 habitantes)

Principais cidades:

Barcelona: 1.505.581, Valência: 739.412, Sevilha: 701.927 habitantes

Língua: O castelhano é o idioma oficial do Estado. O catalão, o galego e o basco são também idiomas oficiais na Catalunha, Galícia e País Basco, respectivamente.

Data Nacional: 12 de outubro (Dia da Hispanidade).

Economia

Moeda: Euro

Reservas: 40,7 bilhões de euros (2001)

Fonte: Banco de España

PIB: US\$ 680 bilhões (2001)

Fonte: OCDE

crescimento em 2000: + 4,1%, crescimento em 2001: + 2,8%,
previsão oficial para 2002: + 2,4%

Fonte: INE

Renda per capita: US\$ 17 mil (2001)

Fonte: OCDE

Inflação: 3,8% (2001)

Fonte: INE

Força de trabalho: 16.883.000 (2001)

Desemprego: 12,9% em relação à força de trabalho (2001)

Fonte: INE/OCDE

Comércio

Comércio exterior: US\$ 249,8 bilhões (2001)

Exportações: US\$ 112,3 bilhões

principais parceiros: França: 20%, Alemanha: 14%, Itália: 9%,
Portugal: 9%, Reino Unido: 8%, América Latina: 7%, EUA: 4%

principais produtos: Automóveis, motocicletas e componentes,
Agriculturas, Químicos, Maquinaria mecânica, Ferro e aço

Importações: US\$ 137,5 bilhões

operação técnica bilateral: turismo, pesca, saúde, microcrédito, agricultura.

- principais parceiros: França: 18%, Alemanha: 15%, Itália: 10%, Reino Unido: 8%, Benelux: 8%, EUA: 6%, América Latina: 4%.

- principais produtos: Automóveis, motocicletas e componentes, agrícolas, químicos, energéticos, maquinaria mecânica.

Déficit comercial: 24,7 bilhões

Principais acordos bilaterais

- Acordo cultural, assinado em 1960 em vigor desde 1965

- Convenção para evitar a dupla tributação, assinada em 1974, em vigor desde 1975

- Tratado de extradição, assinado em 1988, em vigor desde 1990

- Convênio de seguridade social, assinado em 1991, em vigor desde 1995

- Tratado geral de cooperação e amizade, assinado em 1992, em vigor desde 1994

- Tratado sobre transferência de presos, assinado em 1996, em vigor desde 1998

Informações Gerais

Principais eventos do relacionamento Brasil-Espanha (1995-2002)

- set. 1995 Visita do então Presidente do PP, José María Aznar
 out. 1995 Visita do então Presidente do Governo espanhol, Felipe González
 fev. 1997 I Reunião da Comissão de Alto Nível, presidida pelos Ministros Luiz Felipe Lampreia e Abel Matutes (Madri)
 abr. 1997 Visita do Presidente do Governo espanhol, José María Aznar
 jul. 1997 Visita do Presidente da Galícia, Manuel Fraga
 out. 1997 I Reunião de Consultas Políticas (Salamanca)
 out. 1997 Reunião das Comissões bilaterais de Ciência e Tecnologia e Cultura
 out. 1997 Visita do Vice-Presidente da República à Espanha
 abr. 1998 I Reunião da Comissão de Economia e Finanças
 mar. 1998 Visita do Presidente da Catalunha, Jordi Pujol
 mar. 1998 Visita do então Presidente do País Basco, José António Ardanza
 mai. 1998 Visita do Presidente da República à Espanha
 jul. 1998 Compra da TELESP pela Telefónica de Espanha
 set. 1998 II Reunião de Consultas Políticas (Rio de Janeiro)
 fev. 1999 Participação da Espanha no pacote de apoio financeiro ao Brasil
 abr. 1999 Visita do então Ministro de Indústria e Energia, Josep Piqué i Camps
 jul. 1999 Visita do Ministro da Economia, Rodrigo de Rato
 out. 1999 Visita do então Ministro da Saúde, Romay Beccaria
 out. 1999 III Reunião de Consultas Políticas (Marbella)
 nov. 1999 Visita do Vice-Presidente da República à Espanha
 dez. 1999 Visita do então Ministro da Educação, Mariano Rajoy
 jul. 2000 Visita dos Reis da Espanha
 jul. 2000 Inauguração da exposição "De El Greco a Velázquez" no MNBA
 set. 2000 IV Reunião de Consultas Políticas (Rio de Janeiro e Petrópolis)
 out. 2000 Visita do Presidente da República (Prêmio Príncipe de Astúrias)
 abr. 2001 Visita da Ministra da Ciência e Tecnologia, Ana Birulés
 jul. 2001 V Reunião de Consultas Políticas (El Esconal)
 out. 2001 Visita do Presidente da República à Espanha (Semin. Fund. Gorbatchov)
 abr. 2002 Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Espanha
 mai. 2002 Visita do Presidente da República à Espanha (II Cúpula ALC/UE)

• Acordo sobre turismo, assinado em 1997, em vigor desde 1998

• Acordo sobre combate ao narcotráfico, assinado em 1999, aguarda ratificação.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

AVISO

**DO MINISTRO DE ESTADO
DAS COMUNICAÇÕES**

– Nº 166/2002, de 16 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 307, de 2002, do Senador Ari Stadler.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente, Senador Ari Stadler, por meio do gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

O Requerimento vai ao Arquivo.

AVISO

DA PRESIDÊNCIA

A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, as seguintes matérias:

– Substitutivo a Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999;

– Propostas de Emenda a Constituição nºs 38, de 1999, e 11, de 2002;

– Projetos de Lei da Câmara nºs 17 e 24, de 2002; e

– Projetos de Decreto Legislativo nºs 74, 76, 79, 106, 108, 109, 119, 141 e 143, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Está encerrada a reunião.

Ata da 117ª Sessão Deliberativa Ordinária em 29 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Eduardo Siqueira Campos – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tião Viana – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2002

Dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Passa a ser denominado Edifício Senador Juscelino Kubitschek o Anexo I do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Comemora-se, neste ano de 2002, em todo o Brasil e, particularmente, em Brasília, o centenário de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Muitos têm sido os eventos e as homenagens destinados a registrar o reconhecimento de todos os brasileiros à figura impar do ilustre político mineiro.

Dotado de notável visão, fundada em sólida e vasta cultura humanística, JK iniciou sua carreira política em 1933, em seu Estado natal. Deputado Federal em duas legislaturas, Senador, Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais e, por fim, em 1956, Presidente da República, Juscelino construiu, ao longo dessa trajetória, uma carreira de habilidoso administrador e abriu espaço para aquela que viria a ser sua obra máxima: a construção e a mudança da Capital brasileira.

A partir do seu famoso slogan de campanha — Cinquenta anos em cinco — Juscelino Kubitschek elaborou um audacioso Programa de Metas, destemidamente cumprido em seu mandato presidencial. A partir dos chamados anos JK, o Brasil deu um grande impulso em direção à modernização, por intermédio, principalmente, do desenvolvimento do seu parque industrial e a sistematização da administração pública.

A arrojada liderança e o gosto pelo novo já haviam sido demonstrados por Juscelino por ocasião de seu mandato como Prefeito de Belo Horizonte, quando acrescentou, à cidade planejada, o então controverso conjunto arquitetônico da Pampulha, obra do genial Niemeyer. Anos depois, o mesmo Oscar Niemeyer, com Lúcio Costa e sob a mesma liderança audaz do Presidente JK, conceberia Brasília, cidade construída a partir de uma proposta modernista, reconhecida pela Unesco, em 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Nada mais pertinente, portanto, que o Senado Federal se incorpore às homenagens prestadas ao cente-

nário de Juscelino Kubitschek, atribuindo seu ilustre nome ao Edifício do Anexo I, autêntico cartão-postal da Praça dos Três Poderes, uma das marcantes imagens que consolidaram, mundo afora, a feição única da nossa Capital.

Com o gesto, registramos, ainda, de forma indelével, o reconhecimento pela vocação democrática de JK, seu respeito pelo Congresso Nacional e por tudo o que ele representa.

Nesse sentido, tendo em vista o seu elevado propósito, encarecemos o acolhimento deste Projeto de Resolução pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Arlindo Porto**.

(Às Comissões de Educação e Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto será despachado às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2002

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre o total dos recursos financeiros liberados mensalmente no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), pelos agentes financeiros do mencionado Programa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, desde a criação do Programa, até a última informação disponível.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2002. – Carlos Wilson.

(A Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 721, de 2002**, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do disposto no art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das opera-

ções de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro do corrente ano.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 20, de 2002, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu os seguintes Avisos do Tribunal de Contas da União:

– **Aviso nº 111, de 2002-CN** (nº 3.001-SGS-TCU/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.390, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a irregularidades na execução de contratos firmados entre a IKAL e órgãos da Administração Pública na construção da Barragem de Ingazeira – PE.. (TC nº 006.457/1999-1); e

– **Aviso nº 112, de 2002-CN** (nº 3.003-SGS-TCU/2002, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.373, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia-Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças/GO. (TC nº 003.649/2001-6).

Os Avisos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.003-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.373, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria nas obras de construção da BR-070/GO, no trecho conhecido como Corredor Araguaia-Tocantins, interligando as fronteiras de Goiás com o Distrito Federal e com o Mato Grosso, na altura de Aragarças/GO. (TC nº 003.649/2001-6)

O Aviso, anexado ao processado do Aviso nº 88, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.005-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.386, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pela Secex/BA nas obras de construção do Metrô de Salvador – Metrosal, trecho Lapa-Pirajá (TC nº 015.175/2002.0), em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 32, de 2002-CN.

O Aviso, anexado ao processado do Aviso nº 88, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda, por 20 minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que não há nenhum assunto melhor para tratar neste momento do que a eleição do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Primeiramente, quero saudar a democracia brasileira, que se consolida nessa eleição, mostrando o amadurecimento do nosso povo, a sua luta, o processo democrático em si, o bom funcionamento das urnas, o trabalho adequado da Justiça. A eleição, enfim, foi tranqüila em todo o País, que elegeu, pela primeira vez, um operário, alguém que veio de uma família humilde do Nordeste, como retirante, para a cidade de São Paulo e conseguiu afirmar-se como Presidente da República. É uma grande conquista para nós, brasileiros, e um exemplo para todo o mundo essa ascensão de um operário, de uma pessoa da classe mais humilde à posição de Presidente da República.

Quero saudar, também, de forma muito incisiva, a grande luta do PT, um partido que começou há 22 anos, nascido das bases populares, e conseguiu, com muito conteúdo partidário e determinação, perseguir este grande objetivo de chegar à Presidência da República. Mais do que isso, o Partido dos Trabalhadores conseguiu arregimentar 60% da sociedade brasileira para o seu projeto de governar este País. Por isso, cumprimento o PT em todos os Estados brasileiros, por sua luta, seu trabalho; todos os operários e intelectuais que formaram esse Partido coerente, sério, determinado, com objetivos definidos, com fidelidade partidária, com uma gama de programas partidários, por chegarem hoje à glória de eleger o seu candidato à Presidência da República, encarnando o sentimento nacional.

Ao PT, nossos maiores elogios, nosso reconhecimento por seu trabalho. Hoje, ele não deixa de ser um grande exemplo para os outros partidos políticos, muitos dos quais se utilizam de fisiologismo, de acordos políticos, de barganhas, de acordos de cúpula. O PTperseguiu sua trajetória e conseguiu aglutinar a maioria do povo brasileiro em torno dessa grande vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

É importante, Sr. Presidente, ressaltar a pessoa de Lula, a sua maturidade em dois momentos: primeiro, quando da escolha de um grande coordenador para sua campanha eleitoral, o Deputado José Dirceu; segundo, quando da escolha para Vice-Presidente do Senador José Alencar, nosso colega, a fim de compor uma chapa que tranqüilizasse todas as camadas sociais do Brasil. Foi uma grande costura política, de onde vieram o programa eleitoral e a equipe de trabalho durante a campanha. E nós, políticos brasileiros, sabemos que, quando a campanha é bem organizada e engendrada, refletirá, necessariamente, um governo também organizado e determinado.

Percebi isso durante a campanha, já no primeiro turno, quando tomei a posição de apoiá-lo como candidato à Presidência da República no meu Estado, Goiás, contrariando a determinação do PMDB nacional. Fui para as ruas a fim de declarar meu voto. Mais do que isso, fiz pronunciamentos e pedi o empenho da população no sentido de abraçar a candidatura Lula, como um reflexo do seu amadurecimento, dos seus pronunciamentos, do teor da sua campanha, das alianças que conseguiu construir e da presença do Senador José Alencar em sua chapa.

Ressalto ainda que, passado o processo eleitoral, Lula outra vez mostrou àqueles que não votaram nele o seu amadurecimento. Lula hoje é um grande líder nacional, nosso Presidente, eleito com cinqüenta e dois milhões de votos. Em seus primeiros pronunciamentos, Lula deu um recado ao mundo a respeito da tranqüilidade nacional, um recado ao nosso mercado interno. Deu um alento às classes mais humildes e sofridas deste País ao anunciar a criação da Secretaria Nacional de Emergência Social, que prestará assistência aos mais necessitados. Tratou ainda de um ponto importante, a moradia, tema em cuja discussão esta Casa participou ativamente, bem como participou da votação do Estatuto da Cidade. Lula agora, em seu pronunciamento, dá o seu recado, com seriedade, procurando entrosamento com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando mostra do amadurecimento da democracia brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, ao saudar Lula, saúdo também o Presidente Fernando Henrique Cardoso que, adotando uma postura de estadista, criou a Comissão de Transição. Isso também reflete o amadurecimento da democracia brasileira e tranqüiliza a todos nós. Dessa maneira o Brasil não pára, mas inicia, com muita esperança, um processo novo a partir do dia 1º de janeiro.

Houve declarações de todos os partidos, independentemente da coloração ideológica ou de postura política. Saúdo também os segmentos organizados deste País que se manifestaram, estimulando o governo de

Luiz Inácio Lula da Silva. Percebemos a tendência de que haja oposição ao governo, uma aliança de vários partidos nesta oposição, mas, com o desejo de contribuir com o povo e com o Presidente da República, com os que querem mudança neste País, com os que querem que seja dada preferência aos interesses nacionais, aos mais humildes, aos excluídos da sociedade. Saúdo os partidos políticos, o PSDB, o PFL e outros que não apoiaram Lula no primeiro turno pelo desejo que manifestam de ter um bom convívio, pelo desejo de ajudar o Governo e a sociedade a resolver os grandes dramas sociais vividos pelo povo brasileiro ainda hoje.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras, palavras de otimismo, palavras de fé, palavras de entusiasmo em relação a esse Brasil nosso de tantas potencialidades, de tantas riquezas, mas que precisa de tomar um caminho diferente, em caminho em direção aos brasileiros, tanto aqueles que moram nas grandes cidades, como aqueles que, morando no campo, cultivam o alimento para nós todos.

Por isso, Sr. Presidente, a vitória de Lula é a vitória da democracia brasileira. É a vitória do povo brasileiro. Tenho certeza, tenho fé de que será um bom começo para que o Brasil comece a trilhar um caminho de mais justiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Comunico ao Plenário que, às 15h, estará visitando esta Casa, na Presidência do Senado Federal, o Presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva representa, sem dúvida nenhuma, o início da construção de um Brasil novo. A vitória de Lula não foi apenas a vitória da esperança contra o medo, como bem disse o próprio Presidente eleito. Foi a vitória do povo brasileiro, que quer ver o País retomar o seu crescimento e discutir as políticas sociais no mesmo patamar de importância das políticas econômicas. E aí reside a grande virada que o Brasil deu no histórico 27 de outubro de 2002.

Em seu primeiro pronunciamento oficial, o Presidente eleito deu o tom: o primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. E anunciou a criação de uma

Secretaria Nacional de Emergência Social, que irá cuidar dos programas de combate à miséria no País.

O simples fato de o Presidente eleito, em seu primeiro pronunciamento, ter dado a mesma ênfase à questão social que deu aos contratos econômicos, à estabilidade e à responsabilidade fiscal, é um sinal de que a mudança prometida vai chegar.

O Brasil passou os últimos oito anos discutindo economia, economia, economia. Alta do dólar, baixa nas bolsas, crises internacionais, câmbio. Enfim, nos últimos oito anos o Brasil só discutiu economia, e não parou um minuto sequer para debater soluções para a miséria que avançava, a violência que ameaçava a sociedade, a saúde que não chegava a quem precisa. A economia era uma obsessão, que não dava margens para mais nada. Resultado: o País parou de crescer e a dívida social brasileira foi multiplicada quase oitenta anos em oito.

Não dá para imaginar que um país vá manter eternamente a sua estabilidade sem crescimento. Tanto é que, devagar e sempre, a inflação vem mostrando a sua cara novamente. Nem tampouco dá para aceitar a hipótese de se ter estabilidade sem justiça social. Como comemorar inflação baixa, moeda forte, se falta o que comer para quase 30 milhões de irmãos nossos, brasileiros que passam fome?

O grande desafio do novo Governo, eleito com a maior votação popular de toda a história do Brasil e a segunda maior no mundo, é justamente casar estabilidade econômica com justiça social. Para isso, antes de tudo, será preciso algo muito importante: a vontade política. E isso o Presidente Lula deixou claro que possui, primeiro, na campanha e, agora, em seu primeiro pronunciamento oficial.

A criação da Secretaria de Emergência Social é um grande acerto. Aliás, ela virá, sem dúvida nenhuma, combater a fome e a miséria, medida que será muito eficiente no auxílio aos mais necessitados.

A Secretaria de Emergência Social começará a funcionar, segundo o Presidente eleito, em janeiro, com os recursos do Fundo de Combate à Pobreza, criado pelo Congresso Nacional. Cerca de cinco bilhões de reais serão aplicados, já em 2003, em programas como o vale-leite, o vale-alimentação e em medidas que favoreçam a produção de alimentos para o consumo popular.

Eu sempre disse que a fome e a miséria só podem ser combatidas com medidas concretas. Defendi essa tese com muita ênfase quando presidi, aqui no Congresso, a Comissão Mista que criou o Fundo de Combate à Pobreza. E vejo na iniciativa anunciada pelo Presidente eleito, Lula, e na ênfase com que ele vem tratando o assunto dessa vez, que o País vai olhar de verdade para

esse problema, implantando programas que irão minimizar o sofrimento dos milhões de indigentes espalhados por todas as regiões do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito essa oportunidade para saudar, com muita alegria, a vitória de Lula e de seu vice, Senador José Alencar. A vitória de Lula é a vitória da perseverança, a vitória de quem sempre acreditou na mudança, apesar de tantas e tantas dificuldades.

É a vitória contra o preconceito idiota que foi suplantado; a vitória contra a desconfiança infundada que ficou para trás; a vitória do povo brasileiro, que, maduro e decidido, colocou no comando do País alguém que, se não tem diploma superior, tem o diploma que a vida lhe concedeu.

O diploma da experiência, de quem conhece o sofrimento dos brasileiros; o diploma da sensibilidade, de quem sabe a importância de se enfrentar a dívida social; o diploma da maturidade, de quem tem capacidade e disposição para dialogar com todas as correntes sociais, construindo um pacto em favor do Brasil; o diploma da coragem, para enfrentar o que for preciso para colocar o povo realmente em primeiro lugar.

É esse presidente que o povo elegeu no domingo: perseverante, sensível, maduro, corajoso e competente. O presidente de um partido sólido, modelo para a reforma política que precisa vir por aí. O presidente que se cercou dos melhores, porque sabe que, sozinho, ninguém pode nada.

Cercou-se de pessoas como o Senador José Alencar, companheiro nesta Casa, Senador atuante, industrial brilhante, político de grandes qualidades. Como disse o próprio Presidente Lula, Alencar será um parceiro na condução dos destinos do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no domingo tive uma alegria especial com a vitória do novo Presidente. Na minha cidade natal, Jataí, Lula teve a terceira maior votação proporcional de Goiás, alcançando 71% dos votos, e em Perolândia, cidade também da nossa influência, que era distrito de Jataí, Lula alcançou 75% dos votos, um exemplo de maturidade que o povo da minha região e da minha cidade alcançou. Jataí, diga-se de passagem, é um Município de economia assentada na agricultura e na pecuária, região de grandes produtores. Hoje, Jataí é o maior produtor de grãos do Estado de Goiás, individualmente, e o maior produtor de milho do Brasil, também individualmente. Um Município que, sozinho, é responsável por 1,09% da produção nacional de grãos do País.

E justamente na minha cidade, que é voltada para a agricultura e para a pecuária, cidade dos grandes produtores, Lula obteve uma vitória de 75% dos votos no se-

gundo turno. Nós realmente o apoiamos em Goiás, embora eu já tivesse votado nele no primeiro turno. No entanto, como lá havia candidata à Governadora do PT, eu não quis manifestar o apoio antes, por uma questão de ética. Mas, no segundo turno, nos desdobramos e, de 50%, na minha cidade, ele passou para 75%.

Jataí, a minha terra, foi onde JK começou a sua campanha presidencial e prometeu a mudança da Capital, no dia 04 de abril de 1955. Jataí disse sim a Lula com uma votação extraordinária, deixando claro que o novo Presidente é o Presidente de todos os brasileiros: dos pobres e dos ricos; dos trabalhadores e dos industriais; será Presidente dos produtores rurais e dos agricultores de forma geral. Um presidente que une o Brasil e que, certamente, fará um dos melhores governos da história deste País – é a nossa esperança.

Congratulo-me com o Presidente Lula pela vitória, com o vice-Presidente José Alencar e com o povo brasileiro, que deu uma lição de civismo no último domingo, protagonizando um belo espetáculo democrático e consolidando o Brasil como uma das mais importantes democracias do planeta.

Que o Presidente Lula tenha êxito em seus sinceros e justos propósitos e que o Brasil cresça em ritmo acelerado, conjugando desenvolvimento econômico e justiça aos mais pobres.

Espero, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que Lula encontre também boa vontade do Congresso Nacional. O Senado e a Câmara precisam, sem dúvida alguma, apoiá-lo, dar-lhe um voto de confiança. Não podemos pressioná-lo. Eu acho que é o momento exato de o Congresso acabar com a política do “toma lá, dá cá” e deixar que o Presidente possa, de forma livre, escolher os seus Ministros e os seus assessores, aprovando as reformas importantes para este País – as reformas tributária, previdenciária e política – as reformas que, enfim, vão fazer com que o nosso País encontre novos rumos para os brasileiros. É importante que todos tenhamos essa consciência. Chegou o momento de o Senado e a Câmara apoiarem, de forma decisiva, o futuro Presidente da República, sem exigir nada em troca; pelo contrário, exigir a melhora da vida dos brasileiros e que possamos fazer as reformas necessárias para que o País possa ter mais velocidade e, naturalmente, ir ao encontro de seu futuro que, espero, seja grandioso. É uma oportunidade ímpar para as mudanças, e volto a repetir: chegou o momento de parar de discutir apenas a economia. Vamos discutir justiça social, discutir sobre a fome, que campeia solta por todas as cidades brasileiras, deixando na indigência mais de 30 milhões de irmãos nossos. Chegou o momento de discutir realmente sobre os 50 milhões que estão abaixo da linha de pobreza; chegou o momento de

discutimos o ser humano, e é importante que o Governo e o Congresso Nacional tenham essa sensibilidade, e o Presidente eleito já demonstrou que é um estadista que tem sensibilidade.

O seu primeiro ato, o seu primeiro gesto foi criar uma secretaria de emergência social. Isso mostra ao Brasil o seu compromisso com os mais pobres, com os humildes, com os famintos, com os miseráveis, com os necessitados de toda ordem neste País.

Quero crer que este Governo dará certo. Este Governo será realmente abençoado, porque, no primeiro dia após sua eleição, já dá um tom diferente, demonstrando uma vontade política muito grande de conjugar economia com justiça social.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pois não, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Maguito Vilela, V. Ex^a faz uma análise percuciente e, sobretudo, faz um apelo não dramático, mas um apelo real para que nós todos, neste momento, façamos uma reflexão e percebamos este País novo que está surgindo a partir do dia 27. Houve mudanças também em 6 de outubro. Agora, porém, o novo Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, catalisa expectativas, sobretudo, daqueles que estão abaixo da linha da pobreza, dos excluídos. Catalisa também as nossas esperanças, os nossos sonhos, os nossos ideais que sempre se voltaram para uma sociedade mais justa, para um Brasil soberano, mas um Brasil solidário, como diz V. Ex^a. Sonhamos com um Brasil que olhe não apenas para a gestão da dívida, mas, sim, para os problemas sociais que agredem o conceito de cidadania, que agredem a dignidade humana. Não se poderia conceber que nós, que sempre pensamos em construir esse Brasil que se desenha no horizonte nacional, agora faltássemos à colaboração e, mais do que isso, à ação ativa, ao afínco, ao denodo, à dedicação para juntos realizarmos um projeto de nação. Ao parabenizá-lo publicamente, reconheço a luta heróica que V. Ex^a travou, levando adiante a sua candidatura para governar o Estado de Goiás. Sei do que aconteceu, sei que, mais do que nunca, o abuso de poder público lá se manifestou de maneira clara e insofismável. No entanto, apesar de tudo isso, V. Ex^a mantém a mesma esperança e, sobretudo, faz aqui um ato de fé na democracia – democracia que lhe foi negada lá, porque lá a concorrência foi desleal. Mas aqui, felizmente, vamos salvar um projeto de nação, um projeto de país. Todos nós estaremos a postos não apenas para empunhar essas bandeiras da justiça social, da pessoa humana, do lado mais importante da sociedade, que é o homem no senti-

do genérico, as mulheres, as crianças, os velhos, os idosos e os jovens: vamos buscar na solidariedade da espécie o motivo para realizar um projeto que redima este País da pobreza absoluta, porque essa sim agride o sentido e o conceito da pessoa humana. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado Senador Amir Lando. V. Ex^a é um senador brilhante e idealista, um Senador que sonha realmente com um Brasil grande. O aparte de V. Ex^a enriqueceu o meu pronunciamento.

Para finalizar, Sr. Presidente: O Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou que tem credibilidade perante a Nação. Foi a maior vitória de toda a história do Brasil e, salvo engano, a segunda maior votação que o mundo democrático conheceu até este momento. O povo brasileiro o apoiou e agora precisamos nós, no Senado e na Câmara Federal, apoiá-lo e dar-lhe um voto de confiança para que ele possa implementar todas as medidas necessárias para concretizar as mudanças que o Brasil exige e para que nós possamos, também, fazer as reformas tão necessárias ao nosso País – repito: as reformas tributária, previdenciária, política, fiscal, agrária, enfim, todas as reformas.

Espero que o novo Presidente da República, realmente, apóie os agricultores, os produtores deste País, a pecuária de corte e a leiteira. Hoje, o País importa uma grande quantidade de leite, impondo uma concorrência muito grande aos nossos produtores, que vendem o que produzem a um preço humilhante no Brasil. Espero que agora as nossas estradas federais possam receber a manutenção necessária a fim de que possamos escoar a nossa produção. Espero, enfim, que o Brasil privilegie o trabalho e não o capital. Espero, realmente, mudanças profundas no nosso País: espero justiça social, espero novos caminhos para o Brasil e para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência informa ao Senado Federal que o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado José Carlos Aleluia, está realizando, neste momento, audiência pública com a finalidade de ouvir o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Eduardo Guardia, e, logo em seguida, o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga.

S. Ex^a convoca todos os Srs. Senadores que integram a referida Comissão a comparecerem ao recinto em que se realiza a aludida reunião a fim de procederem à oitiva das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra o Senador Benício Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra o Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra o Senador Chico Sartori por vinte minutos.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca na história política do País tantos brasileiros foram às urnas para escolher tantos candidatos como nas eleições de que acabamos de participar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a devida vênia de V. Ex^a, informo mais uma vez aos Srs. Senadores que o Presidente da República eleito será recebido pelo Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, no gabinete da Presidência. Estão convidados todos os senadores que desejarem comparecer.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Sartori.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO) – Sr. Presidente, foi a maior de todas eleições no meu Estado de Rondônia, onde tive a oportunidade de disputar uma cadeira para o Senado Federal pelo PSDB. Mais de 80% dos eleitores foram em massa aos locais da votação. No entanto, grande parte dos eleitores se atrapalhou com a uma eletrônica e, principalmente, com a profusão de números, o que provocou alguns atrasos na votação e retardou o início das apurações.

Nada, porém, ofuscou o brilho, Sr. Presidente, da grande demonstração de transparência e de competência que a democracia brasileira deu ao mundo. Mesmo com a demora em algumas seções eleitorais, as pessoas não arredaram o pé, enfrentaram as filas, exerceram com determinação um dos seus mais preciosos direitos de cidadania.

Na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que aconteceu nos dias 6 e 27 de outubro aumentou, e muito, a responsabilidade dos eleitos pelo Brasil afora.

Infelizmente, não tive os votos suficientes para participar desse vitorioso grupo. Isso faz parte do jogo democrático. Entretanto, com essa demonstração de maturidade política do nosso povo, cada vez mais se exigirá daqueles que irão assumir os seus novos mandatos, seja no Executivo ou no Legislativo, uma maior responsabilidade para com o exercício dessas funções. O Brasil deu uma demonstração clara de que está mudando.

Tomei posse como Senador nesta Casa, em março deste ano, como representante de Rondônia. Assim fiz após um processo judicial demorado, que prejudicou sensivelmente a minha caminhada eleitoral, pois, na verdade, tive apenas cento e vinte dias de trabalho efetivo no Senado Federal para demonstrar ao povo do meu Estado o que fiz e o que era capaz de fazer em benefício de Rondônia e do meu País.

Sr. Presidente, há necessidade de suspender a sessão por causa da recepção do Presidente eleito?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a poderá continuar o seu discurso logo após o retorno das Sr^{as} e Srs. Senadores.

Suspendo a sessão por dez minutos a fim de que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam acompanhar a recepção, no Senado Federal, na sala do Presidente Ramez Tebet, do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Logo em seguida, daremos continuidade aos trabalhos do plenário.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 10 minutos e reaberta às 16 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o nobre Senador Chico Sartori.

O SR. CHICO SARTORI (Bloco/PSDB – RO) – Senti falta de solidariedade durante a minha incansável luta para chegar a esta Casa da forma que cheguei. Enfrentei mazelas e obstáculos criados sobretudo por maus e perniciosos indivíduos que, dizendo-se companheiros, apunhalavam-me pelas costas, fazendo **lobby** junto às autoridades competentes do Governo e do meu próprio Partido para que eu não assumisse o mandato de Senador da República. Não há outra explicação para esse comportamento doentio senão a falta de competência política, de princípios éticos e morais para conviver no cenário político.

Essas eleições, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vieram também demonstrar que o povo, na sua sabedoria popular, soube julgar, com imparcialidade, algumas dessas figuras que, por trás da cortina da falsidade, tentavam, mais uma vez, esconder-se em um longo mandato eletivo para enganar os homens de bem e o povo de Rondônia.

Por inúmeras vezes fui à Direção Nacional do meu Partido para mostrar as dificuldades que atravessava o PSDB de Rondônia, a falência dos nossos quadros, e solicitei uma maior atenção da cúpula nacional. No entanto, não fui ouvido – outros interesses certamente estavam em jogo.

Dentro desse cenário repleto de dificuldades – a Direção Nacional do nosso Partido não dava ouvidos aos correligionários dos Estados mais modestos, como Rondônia –, era desestimulador para os nossos companheiros militantes e principalmente para nós, candidatos, insistirmos em defender a candidatura oficial do companheiro José Serra à Presidência da República, muito em-

bora reconhecêssemos ser essa a melhor opção para governar o nosso País.

As umas falaram mais alto e os eleitores brasileiros decidiram que nos próximos quatro anos o Brasil vai ser governado pelo Partido dos Trabalhadores, tendo à frente a expressiva liderança do sindicalista e Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a quem devo desejar boa sorte na condução do País e na implantação das promessas feitas durante a campanha eleitoral.

No plano estadual, em Rondônia, o PSDB teve a felicidade de ter o companheiro Ivo Cassol eleito Governador, numa eleição acirrada – o mérito é mais da obstinada luta do que, na verdade, do apoio da Direção Nacional do nosso Partido.

O desempenho de campanha de Ivo Cassol, ex-Prefeito de administração bem sucedida no Município de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia, tanto no primeiro como no segundo turno, surpreendeu a todos. Ele conseguiu superar o atual Governador José Abreu Bianco, obtendo 59,1% dos votos da sociedade de Rondônia.

Ao Governador Ivo Cassol, nesta oportunidade, aqui desta tribuna do Senado Federal, onde, como tuca-no, atuo com muito orgulho, representando o Estado de Rondônia, quero expressar as minhas felicitações e a certeza de que a sua coragem e a obstinada luta terão de resgatar as esperanças do povo de Rondônia que, de forma decidida, optou merecidamente pelo seu nome para governar aquele grande Estado da nossa Federação.

Essas eleições, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conscientizaram-me de que algumas reformas precisam ser feitas em benefício da ordem eleitoral; entre elas, uma regulamentação mais séria das pesquisas eleitorais. Grande parte dos institutos erra drasticamente, chegando a prejudicar alguns candidatos, derrotando-os prematuramente.

Sofri graves prejuízos com as pesquisas sabidamente equivocadas. Não é isso o que desejam a Justiça Eleitoral e a sociedade brasileira. Espero que os novos Parlamentares proponham medidas para a correção de rumos na divulgação das pesquisas eleitorais, haja vista que a atual legislação tem sido impotente para coibir a influência que elas têm no pleito, em benefício de uns e prejuízo de outros.

As pesquisas, Sr. Presidente, da forma como são atualmente divulgadas, induzem os eleitores, já que muitos deles votam nos que são apontados como favoritos. É comum, no meu Estado, elas agradarem àqueles que as encomendaram. Por isso, elas têm que ser patrocinadas pelo fundo partidário.

O povo brasileiro demonstrou o seu desejo de fortalecer cada vez mais a democracia nas propostas que primam pela inclusão, participação e justiça social. O povo está dando uma demonstração cristalina de esperança nas propostas que se contrapõem às políticas neoliberais, tão em voga nos dias atuais.

Sr. Presidente, dentro deste cenário, alguns caciques da política de Rondônia foram despedidos pelo povo. Os métodos arcaicos e conservadores foram derrotados. A política do atraso aos poucos está sendo consumida para dar lugar às políticas do desenvolvimento, da produtividade agropecuária, da geração de empregos, da educação, da saúde pública, da segurança pública, da informação tecnológica, sem, no entanto, perder de vista o humanismo e as prioridades sociais.

Precisamos fazer o País crescer. Precisamos distribuir a renda para buscar a felicidade geral do nosso povo. O que queremos é o bem de Rondônia e do Brasil. Quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a redução das desigualdades sociais e o fim da fome.

O que me interessa é a distribuição da renda. Os novos futuros Senadores devem se incorporar aos nobres Colegas que aqui continuam para realizar as verdadeiras reformas de que o País tanto precisa. Espero ver a reforma política, a reforma tributária e a verdadeira correção da reforma previdenciária. O Brasil não mais suportará conviver com esse sistema eleitoral injusto. É urgente que venha a fidelidade partidária, o voto facultativo, o financiamento público de campanha e o voto distrital.

Na verdade, Sr. Presidente, nós, que participamos como candidatos nessas eleições, estamos a enfrentar controversos sentimentos: “a euforia daqueles que saíram vitoriosos e a frustração dos que perderam”. Ambas as sensações são bastante difíceis de serem lidadas. A primeira, aparentemente, é a melhor, a auto-estima do candidato vai às alturas. Ele se sente poderoso e até convicto de que cumprirá todas as promessas que fez ao eleitor em campanha. Mas esse sentimento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durará muito pouco. O poder ilimitado é tão frágil quanto uma bolha de sabão. Logo, Sr. Presidente, caros Colegas Senadores e Senadoras, todos os que ganharam vão entender que não poderão dar um só passo por conta própria. Cedo virão as pressões, as cobranças e as dificuldades que o poder imprime.

Fiz uma campanha limpa, com poucos e limitados recursos, preferi o contato direto com o povo, visitando todos os municípios de Rondônia, a apresentar a minha prestação de contas do que fiz nos 100 dias como Senador, bem como o que poderia fazer se o povo me confiasse o legado de retornar a esta Casa. Em todos os municípios que visitei, recebi o abraço e o reconhecimento

pelo trabalho realizado em tão pouco tempo como Senador da República.

Senti em cada abraço, em cada aperto de mão, o apreço da gratidão pelo que fiz pelo povo do meu Estado e do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade em que falo da tribuna desta Casa, agradecer aos rondonienses a confiança em mim depositada para reafirmar o meu contentamento e a minha gratidão às pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente, àqueles que acreditaram no meu trabalho.

Um agradecimento especial à minha esposa, Dona Luíza, às minhas filhas Odete, Claudete, Janete e Rosemeri, aos meus genros Fábio e Wilson Lima e, mais do que nunca, aos meus netos. Orgulho-me de eles poderem dizer, um dia, da alegria de falar do avô que tiveram, em todos os sentidos ético e moral.

Quero também dizer aqui que assisti, neste momento, no gabinete do Presidente do Senado da República, Senador Ramez Tebet, à visita do Presidente eleito pela maioria dos brasileiros, Luiz Inácio Lula da Silva. Desejo-lhe, mais uma vez, votos de sucesso, para que possa conduzir este País da melhor forma possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 9 de outubro do corrente, decidiu aprovar os **Requerimentos nºs 510 e 511, de 2002**, de licença do Senador Gerson Camata. Contudo, a Mesa definiu, ainda, que submeteria ao Plenário essa decisão.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Mesa tomará as providências para a convocação do Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 506, de 2002**, de autoria do nobre Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento, completado no último dia 12.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 513, de 2002**, de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que a Hora do Expediente da sessão do dia 19 de novembro vindouro seja destinada a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Ficam, desde já, abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO DE Nº 238, DE 2002

Altera os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), acrescentando-lhe, ainda, o art. 217-A, para dispor sobre a realização de interrogatório a distância e a utilização de meios de presença virtual do réu preso nas audiências de inquirição de testemunhas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 185

§ 1º Se o réu estiver preso, o juiz poderá realizar o interrogatório à distância, por meio de recursos digitais, com transmissão de sons e imagens em tempo real, sem prejuízo do disposto no art. 502, parágrafo único.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, far-se-á presente no estabelecimento penal oficial de justiça diretamente subordinado ao juiz processante, reservando-se ao defensor, que a tudo acompanhará, local adequado para comunicar-se previamente com o interrogado.

§ 3º Não se procederá ao interrogatório a distância no processo dos crimes de competência do júri. (NR)

Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais, serão em regra, públicos e se realizarão na sede dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados, observado o disposto no art. 185, § 1º e 2º.

.....(NR)

Art. 2º É acrescido ao Título VII, Capítulo VI, do Código de Processo Penal o seguinte dispositivo:

Art. 217-A. Nas audiências de inquirição de testemunhas, o juiz poderá utilizar meios de presença virtual do réu preso, com transmissão de sons e imagens em tempo real, desobrigando-o do deslocamento do local da custódia.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica ao processo dos crimes de competência do júri. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

Os avanços tecnológicos não podem ser desprezados pela prática forense, especialmente quando agilizam e reduzem os custos operacionais do ato processual.

O denominado interrogatório à distância (também conhecido como interrogatório **on line** ou virtual), que já conta com experiências pioneiras no País, mesmo sem previsão legal específica, atende aos anseios de diminuição dos gastos com deslocamento dos presos, trazendo, igualmente, vantagens para a segurança pública.

Assim, sem prejuízo das garantias constitucionais, tem-se um método tecnológico seguro, com transmissão de sons e imagens em tempo real, por intermédio do qual o preso é interrogado no estabelecimento penal em que se encontra, acompanhado de defensor e na presença de um oficial de justiça. Não restam dúvidas de que o novo modelo, quando devidamente implementado, trará significativa economia para os cofres públicos, permitindo uma distribuição mais racional dos equipamentos e recursos humanos da segurança pública.

Dessa forma, o aparato policial poderá concentrar suas atividades no policiamento ostensivo, minimizando as grandes e onerosas mobilizações com escolta e transporte de presos. Diminuem-se, além disso, os riscos de arrebatamento e fuga de presos durante os deslocamentos, tão freqüentes no cotidiano, como noticiam os órgãos de imprensa. Ademais, poupam-se ofícios, requisições, precatórias, etc., desburocratizando as atividades da justiça.

Não há como redargüir. O interrogatório a distância associa-se definitivamente aos esforços de maior celeridade e de modernização do processo penal brasileiro. A situação caótica do sistema penitenciário, a explosão dos índices de violência, a infiltração do crime organizado em diversos setores da sociedade, o sentimento generalizado de insegurança, enfim, são problemas que exigem respostas enérgicas e ao mesmo tempo criativas do Poder Legislativo.

O juiz poderá valer-se do mesmo expediente nas audiências de inquirição de testemunhas, garantindo-se a presença virtual do réu preso, de modo a evitar os dispendiosos deslocamentos de presos.

Quanto aos processos de competência do Tribunal do Júri, em relação aos quais prevalece o princípio da oralidade e da unicidade da audiência de instrução e julgamento, entendeu-se por bem que todos os atos devam ser praticados na presença do acusado, portanto, sem qualquer tipo de alteração na legislação vigente.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Romero Jucá**, Senador.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 2 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

.....
Art. 185. O acusado que for preso, ou comparecer, espontaneamente ou em virtude de intimação, perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado.

.....
Art. 217. Se o juiz verificar que a presença do réu, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor. Neste caso deverão constar do termo a ocorrência e os motivos que a determinaram.

.....
Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados.

§ 1º Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício, ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes.

§ 2º As audiências, as sessões e os atos processuais, em caso de necessidade, poderão realizar-se na residência do juiz, ou em outra casa por ele especialmente designada.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– o projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, em data oportuna, Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Gerson Camata.

A matéria vai ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2002

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR – 482 e BR – 262, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte trecho rodoviário:

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	km
	Entroncamento c/ BR-482 - Castelo - Muniz Freire - Entroncamento c/ BR-262	ES	97	-	-

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo incluir no Plano Nacional de Viação um trecho de ligação entre as rodovias BR – 482 e BR – 262, no sudoeste do Estado do Espírito Santo.

Essa região apresenta alto potencial exportador de café, além de manter importante produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros destinada ao mercado interno. Composta por montanhas, onde se encontram florestas e cachoeiras belíssimas, tem também forte vocação turística.

O acesso a esta importante região, entretanto, tem sido dificultado pela deficiente manutenção das estradas estaduais, especialmente entre os municípios de Muniz Freire e Castelo, impedindo o adequado escoamento da produção e o desenvolvimento do turismo.

A melhoria das condições rodoviárias, decorrente da federalização proposta, contribuirá significativamente para a atração de divisas, em decorrência do fortalecimento do turismo e da expansão das exportações brasileiras, favorecendo diretamente a aproximadamente quatro mil e quinhentos produtores rurais, que são responsáveis pela geração de mais de trinta mil empregos diretos.

Finalmente, destaque-se que a proposta referida atende aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, por viabilizar a ligação entre rodovias federais já existentes.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Gerson Camata**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Sistema Nacional de Viação.
2. Sistema Rodoviário Nacional:
 - 2.1. conceituação;
 - 2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.
3. Sistema Ferroviário Nacional:
 - 3.1 conceituação;
 - 3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação.
4. Sistema Portuário Nacional:
 - 4.1 conceituação;
 - 4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.
5. Sistema Hidroviário Nacional:
 - 5.1 conceituação;

5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.

6. Sistema Aeroviário Nacional:

6.1 conceituação;

6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas e previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 503/02

Brasília, 22 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Edmar Moreira como titular, em substituição ao Deputado Odelmo Leão, anteriormente indicado para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 42, de 25 de junho de 2002, que “Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências”.

Atenciosamente, **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 506/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Jofran Frejat como titular, e o Deputado Dr. Benedito Dias, como

suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 52, de 4 de julho de 2002.

que “dispõe sobre a criação da Carreira de Supervisão do Sistema de Saúde, e dá outras providências”.

Atenciosamente, **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 507/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Herculano Anghinetti como titular, e o Deputado Cunha Bueno, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 61, de 16 de agosto de 2002, que “Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras”.

Atenciosamente, **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº 534/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Hugo Biehl, como titular, e o Deputado Fetter Júnior, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 69, de 26 de outubro de 2002, que “Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.”

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PTB.

OF. PSDB/I/Nº1.036/2002

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Jutahy Júnior, em substituição ao Deputado Ronaldo Cezar Coelho, como membro titular da Comissão Mista Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 39/02, a qual

“Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.”

Atenciosamente, Deputado **Antonio Carlos Panunzio**, Vice-Líder do PSDB no exercício da Liderança.

Ofício nº 0895-L-PFL/02

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Pauderney Avelino para membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Wilson Braga.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de outubro de 2002, publicou no dia 25 e republicou em 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 75**, que “Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior
Gilberto Mestrinho
Juvêncio da Fonseca

Gilvam Borges
Marluce Pinto
Amir Lando
Alberto Silva

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo
Romero Jucá
Freitas Neto

PFL

Moreira Mendes
Romeu Tuma

Paulo Souto
Bello Parga

Bloco Oposição (PT/PPS)

Eduardo Suplicy

Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

Álvaro Dias

PTB

Carlos Patrocínio

Arlindo Porto

*PSB

Ademir Andrade

Paulo Hartung

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Inocência Oliveira

Moroni Torgan

Francisco Coelho José Carlos Fonseca Júnior

PSDB

Jutahy Junior

Antonio Kandir

Custódio Mattos

Chico da Princesa

PMDB

Geddel Vieira Lima

Damião Feliciano

Albérico Filho

Freire Júnior

PT

João Paulo

Adão Preto

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

PTB

Roberto Jefferson

Fernando Gonçalves

Bloco (PDT/PPS)

João Herrmann Neto

Alceu Collares

Bloco (PL/PSL)

Valdemar Costa Neto

Bispo Rodrigues

Bloco (PSB/PC do B)

José Antonio Almeida

Haroldo Lima

*PHS

Roberto Argenta

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria.

A Presidência informa que os prazos da referida medida são contados a partir da última publicação.

– Publicação no DO: 25-10-2002;

– Republicação no DO: 28-10-2002;

– Designação da Comissão: 29-10-2002;

– Instalação da Comissão: 30-10-2002;

– Emendas: até 3-11-2002 (7º dia da publicação);

– Prazo final na Comissão: 28-10-2002 a 10-11-2002 (14º dia);

– Remessa do processo à CD: 10-11-2002;

- Prazo na CD: de 11-11-2002 a 24-11-2002 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 24-11-2002;
- Prazo no SF: de 25-11-2002 a 8-12-2002 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 8-12-2002;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-12 a 11-12-2002 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-12-2002 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 26-2-2003 ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.
 ** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: “Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
 – O Senhor Presidente da República adotou, em 25 de outubro de 2002 e publicou no dia 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 76**, que “Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Renan Calheiros	Gilvam Borges
Nabor Júnior	Marluce Pinto
Gilberto Mestrinho	Amir Lando
Juvêncio da Fonseca	Alberto Silva
	Bloco (PSDB/PPB)
Geraldo Melo	
Romero Jucá	
Freitas Neto	
	PFL
Bernardo Cabral	Waldeck Omelas
Romeu Tuma	Geraldo Althoff
	Bloco Oposição (PT/PPS)
Eduardo Suplicy	Emília Fernandes
	PDT
Sebastião Rocha	Álvaro Dias

	PTB	
Carlos Patrocínio		Arlindo Porto
	*PL	
José Alencar		
	DEPUTADOS	
		Suplentes
	PFL	
Inocêncio Oliveira		Moroni Torgan
Francisco Coelho		José Carlos Fonseca Júnior
	PSDB	
Jutahy Junio	Antonio Kandir	
Custódio Mattos		Chico da Princesa
	PMDB	
Geddel Vieira Lima		Damião Feliciano
Albérico Filho		Freire Júnior
	PT	
João Paulo		Adão Pretto
	PPB	
Odelmo Leão		Gerson Peres
	PTB	
Roberto Jefferson		Fernando Gonçalves
	Bloco (PDT/PPS)	
João Herrmann Neto		Alceu Collares
	Bloco (PL/PSL)	
Valdemar Costa Neto		Bispo Rodrigues
	Bloco (PSB/PC do B)	
José Antonio Almeida		Haroldo Lima
	*PST	
Cabo Júlio		Eber Silva

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 28-10-2002;
- Designação da Comissão: 29-10-2002;
- Instalação da Comissão: 30-10-2002;
- Emendas: até 3-11-2002 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 28-10-2002 a 10-11-2002 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 10-11-2002;

- Prazo na CD: de 11-11-2002 a 24-11-2002 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 24-11-2002;
- Prazo no SF: de 25-11-2002 a 8-12-2002 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 8-12-2002;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-12 a 11-12-2002 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-12-2002 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 26-2-2003 ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: “Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 25 de outubro de 2002 e publicou no dia 28 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 77**, que “Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

PMDB
Renan Calheiros
Nabor Júnior
Gilberto Mestrinho
Juvêncio da Fonseca

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo
Romero Jucá
Freitas Neto

Suplentes

Gilvam Borges
Marluce Pinto
Amir Lando
Alberto Silva

PFL

Mozarildo Cavalcanti Lindberg Cury
Antonio Carlos Junior Leomar Quintanilha

Bloco Oposição (PT/PPS)

Eduardo Suplicy Emilia Fernandes

PDT

Sebastião Rocha Álvaro Dias

PTB

Carlos Patrocínio Arlindo Porto

*PSB

Ademir Andrade Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares

PFL
Inocêncio Oliveira Moroni Torgan
Francisco Coelho José Carlos Fonseca Júnior

PSDB

Jutahy Junior Antonio Kandir
Custódio Mattos Chico da Princesa

PMDB

Geddel Vieira Lima Damião Feliciano
Albérico Filho Freire Júnior

PT

João Paulo Adão Preto

PPB

Odelmo Leão Gerson Peres

PTB

Roberto Jefferson Fernando Gonçalves

Bloco (PDT/PPS)

João Herrmann Neto Alceu Collares

Bloco (PL/PSL)

Valdemar Costa Neto
Bispo Rodrigues

Bloco (PSB/PC do B)

José Antonio Almeida Haroldo Lima

*PTN

José de Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 28-10-2002;
- Designação da Comissão: 29-10-2002;
- Instalação da Comissão: 30-10-2002;
- Emendas: até 3-11-2002 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 28-10-2002 a 10-11-2002 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 10-11-2002;
- Prazo na CD: de 11-11-2002 a 24-11-2002 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 24-11-2002;
- Prazo no SF: de 25-11-2002 a 8-12-2002 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 8-12-2002;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 9-12 a 11-12-2002 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12-12-2002 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 26-2-2003 ** (60 dias).

* Designações feitas nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

** § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001: "Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Passa-se à

Item 1:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares*, tendo

Pareceres sob nºs 732, de 2001, e 414, de 2002, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos de subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4-Plen.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 515, DE 2002

Requeiro nos termos regimentais, o adiamento da votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao PLS nº 449/99, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, afim de que seja feita na Sessão deliberativa do dia 20 vindouro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Mariana Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999 (Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal* (inclui na competência do Senado Federal a apreciação do processo de demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco ses-

sões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2002

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiantamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, a fim de ser feita na sessão de 12 de dezembro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Mariana Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na data aprazada – dia 12 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2002 (nº 259/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 809, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2002

(Nº 259/99, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História Afro Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio, deverão dedicar, pelo menos dez por cento de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta lei.

Art. 2º Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do Movimento Afro-Brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Art. 3º O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2002 (nº 2.989/2000, na Casa de origem), que denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR 135 compreendido entre o quilômetro zero e a

Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 471, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 24, DE 2002**

(Nº 2.989/2000, na Casa de origem)

**Denomina-se “Avenida Engenheiro
Emiliano Macieira” o trecho da BR-135**

compreendido entre o quilometro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís do Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135 compreendendo entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência comunica que vai interromper a Ordem do Dia, a fim de dar posse ao Sr. Luiz Osvaldo Pastore, que se encontra presente na Casa, Primeiro Suplente do Senador Gerson Camata, da representação do Estado do Espírito Santo, convocado em virtude de licença do titular.

S. Ex^o encaminhou à Mesa o diploma e demais documentos legais exigidos por lei que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma recebido:



O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Lindberg Cury, Emilia Fernandes e Geraldo Melo para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Luiz Osvaldo Pastore é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. LUIZ OSVALDO PASTORE (PMDB – ES) – Prometo guardar a Constituição Federal e as Leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Luiz Osvaldo Pastore, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Espírito Santo, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. – PMDB

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – **Luiz Pastore.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Senador recém-empossado, Luiz Pastore, por cinco minutos.

O SR. LUIZ PASTORE (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, honra, orgulho e responsabilidade. São esses os meus sentimentos ao assumir o mandato de Senador da República, num momento em que todos acabamos de exercer plenamente os nossos direitos de cidadão ao eleger Governadores, Senadores e Deputados de nossos Estados e o novo Presidente do Brasil.

Sr. Presidente, o sentimento de honra é muito forte, primeiramente porque assumo o lugar do Senador Gerson Camata, grande político que desde cedo aprendi a respeitar, um dos maiores homens públicos do Espírito Santo, cujos interesses sempre soube defender com brilhantismo nos diversos cargos públicos que exerceu e

nas diversas vezes em que ocupou esta tribuna. Honra também porque agora, depois de ter sido o seu suplente durante toda esta legislatura, também poderei, como Senador, defender e dignificar o nome do Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo tem destaque em nosso País por sua produção de celulose, suas fábricas de cimento, suas indústrias da construção civil e sua agricultura. Só o café gera aproximadamente 500 mil empregos e é responsável por 20% do que é produzido em todo o País. A produção capixaba de pimenta do reino também é uma das mais expressivas do território nacional.

No cenário brasileiro é de suma importância o papel que exerce o complexo portuário de nosso Estado para o comércio exterior. É através do complexo formado pelos portos de Vitória, Paul, Capuaba, Regência, Praia Mole, Barra do Riacho, Ubu e Tubarão que exportamos 12% das riquezas brasileiras.

De igual importância é a integração de duas grandes estradas de ferro: a da Companhia Vale do Rio Doce e a da Rede Ferroviária Nacional, responsáveis pelo transporte de um dos nossos maiores recursos minerais: o ferro.

Sr. Presidente, assumo este compromisso com os mesmos valores éticos e morais com que exerço os meus compromissos empresariais, valores herdados de meus pais e avós, imigrantes italianos, dos quais muito me orgulho não só por terem desenvolvido uma sólida atividade econômica, gerando empregos, deixando o seu exemplo de realizações para seus descendentes, mas sobretudo pela contribuição que deram ao desenvolvimento do nosso País.

Meu pai marcou os dias de minha infância. Nós o recebíamos em casa, depois de passar longos dias aqui em Brasília com suas roupas e objetos totalmente impregnados da cor vermelha deste cerrado. Quando muitos não ousavam trocar a estabilidade econômico-financeira que tinham em seus estados pelas promessas que Brasília oferecia, meu pai veio para cá instalar a Fábrica Pastore, de onde saíram os móveis presentes nesta sala, todos os móveis do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, da Alvorada e do Hotel Nacional, todos no estilo projetado por Oscar Niemeyer.

É com prazer que, ao sair desta tribuna feita pelas mãos de meu pai, tomarei assento à mesa, aliás também feita por ele com tanto trabalho e dignidade, virtudes que ele sempre me ensinou.

É muito grande a responsabilidade que representa este mandato. Por isso, inicio a minhas atividades nesta Casa com o compromisso de dar continuidade à luta do Senador Gerson Camata. Farei tudo para garantir às crianças e aos jovens capixabas o desenvolvimento res-

ponsável de nosso Estado, preservando o meio ambiente, a qualidade de vida da população e o bem-estar social. Ao fazê-lo em benefício de nosso Estado, sei que estarei fazendo em benefício do Brasil.

Assumo, pois, este mandato não em substituição ao Senador Gerson Camata, mas para dar continuidade ao mandato que S. Ex^a vinha exercendo com o compromisso de continuar sua luta pela preservação ambiental de nosso Estado. Sei que assim estou me unindo à vontade do povo capixaba que acaba de reeleger Gerson Camata como Senador, a quem presto hoje publicamente minha homenagem.

Para finalizar, também quero me unir ao povo do Espírito Santo para cumprimentar Paulo Hartung, Governador eleito em primeiro turno, bem como o nosso novo Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que fez uma visita maravilhosa a esta Casa hoje, por seu programa de Governo, desejando que Deus ilumine suas ações e que Sua Excelência possa ter a cooperação de que necessita para fazer deste País o Brasil com que todos sonhamos.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, peça a atenção da Casa.

Considerando que o dia 1º de novembro antecede o dia de Finados, feriado nacional, e visando propiciar o deslocamento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, bem como o dos funcionários da Casa para reverenciarem a memória de familiares mortos, a Presidência informa que na próxima sexta-feira não haverá sessão, sendo ponto facultativo na Secretaria do Senado Federal, preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Vamos retornar à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 74, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2002 (nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 457, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

Passa-se à votação.

Não havendo oradores inscritos para encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 74, DE 2002**

(Nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a portaria nº 480, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 6:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2002 (nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 504, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 2002**

(Nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados).

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o desenvolvimento de Santa Luzia – ARSCL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 700, e 14 de novembro de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) Item 7:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 79, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2002 (nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 458, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 79, DE 2002**

(Nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 495, de 23 de agosto de 2000, que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) Item 8:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2002 (nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabapuã, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 441, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2002**

(Nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 383, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2002 (nº 922/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 500, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2002**

(Nº 922/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviania, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 271, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Joviania a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão, comunitária na cidade de Joviania, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) **Item 10:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2002 (nº 967/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO – ACCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 501, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2002.**

(Nº 967/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira na cidade de Cachoeira Alta – GO (ACCCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado do Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a qual se refere a Portaria nº 344, do 17 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta – GO (ACCCA) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) Item 11:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2002 (nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 459, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 119, DE 2002**

(Nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 80, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associ-

ação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 12:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2002**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2002 (nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 462, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 9 do corrente, quando teve sua votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2002**

(Nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 547, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 13:**
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2002 (nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 499, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8 do corrente, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2002

(Nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 559, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 14:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2002, tendo como primeiro signa-

tário o Senador Mauro Miranda, que altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social, tendo

Parecer sob nº 782, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Waldeck Ornélas, favorável, e com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 517, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2002, que altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social, a fim de que seja feita na Sessão do dia 11 de dezembro vindouro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Tião Viana**, Vice-Líder do Bloco de Oposição, no exercício da Liderança – Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para retornar na data solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eleições resolvidas, País com novo Presidente. Quero registrar aqui, como toda a televisão nacional já o fez, que Lula praticou hoje uma ação louvável: quarenta e oito horas após ser eleito Presidente, já estava nesta Casa dizendo da importância do relacionamento do Executivo com o Legislativo e pedindo providências para que fossem agilizadas várias votações importantes para o próximo Governo.

Referíamos-nos a isso exatamente há duas semanas, ou seja, da necessidade de nos empenharmos, a partir da próxima semana, na apreciação do Orçamento. Já está sendo apresentada hoje a proposta preliminar, com a reforma fiscal que precisa ser feita, com todas aquelas matérias de que o novo Presidente da República vai necessitar.

Não somos adeptos da teoria do quanto pior melhor. Em absoluto. Queremos que todos os Senadores e Deputados façam exatamente o dever de casa, o máximo possível para melhorar o arcabouço legislativo do País.

Ocupo a tribuna hoje, Sr. Presidente, para lembrar um fato que venho há muitos e muitos anos alertando da tribuna desta Casa: temos a receber mais de R\$350 bilhões dos vários órgãos da República. Não recebemos em razão da lentidão do processo burocrático, mas é possível que agora, com a velocidade que o novo Governo precisa ter, esse montante seja recebido. Trata-se da dívida que têm o INSS, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco Central. São milhões de processos que, tendo seu trâmite encerrado, certamente trarão esse dinheiro – ou uma parcela dele – ao cofre. Apenas a Procuradoria-Geral da Fazenda tem cerca de R\$100 bilhões para distribuir. Nas cinco regiões da Justiça Federal, há também aproximadamente R\$100 bilhões.

Obviamente, todo esse montante equivale a um terço do PIB. Seria impossível receber a totalidade, mas 20% ou 30% desse valor é plausível. Se dotarmos a Justiça Federal e melhorarmos essa sistemática, o dinheiro devido de impostos, e que já está registrado na dívida ativa, seguramente poderá arejar os cofres do Governo Federal, que terá sua situação atenuada, uma vez que receberá apenas em torno de R\$7 bilhões para investimento.

Há alguns anos, de tanto insistir da tribuna, conseguimos juntar o então Ministro do Planejamento, Sr. José Serra, o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, os Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Serpro, além do Secretário da Receita Federal. Fez-se uma grande reunião em que levantamos e analisamos essas dívidas. Apenas na Caixa Econômica Federal, Sr. Presidente, foram localizados, naquela época, R\$4 bilhões em causas ganhas. E nada tinha sido informado à União, então o dinheiro continuava na Caixa. Mas, automaticamente, feita a comunicação à União, o dinheiro passou para a sua conta. O montante era quase o que hoje temos para investimento.

Com certeza, se nos debruçarmos sobre as várias áreas governamentais, encontraremos casos incríveis. Por exemplo, imóveis. Para que o INSS quer hoje ainda cinco mil, seis mil imóveis? Para pagar segurança, condomínio, reforma, IPTU, quando já podia ter-se desfeito disso? São imóveis de vários tipos. Para que, por exem-

plo, a Caixa Econômica ainda tem imóveis aqui em Brasília em quantidade? Vi casos em que o locatário paga R\$100,00 por mês e só o seguro anual custa R\$2 mil. Seria melhor dar-lhe de presente o imóvel, e a República ainda estaria ganhando dinheiro. São fatos como esses que, com certeza, o novo Governo pode analisar, sanar e cauterizar esses sangramentos. Cauterizados, vão significar, Sr. Presidente, uma grande economia à República. Então, de um total de R\$320 bilhões a receber, é possível e plausível receber algo em torno de 20% a 30%.

No ano passado, aconteceu algo incrível: a Justiça Federal fez um documento e nos entregou dizendo que, se houvesse R\$200 milhões no Orçamento para informatização, garantia o recebimento entre 10% e 20% dos quase R\$100 bilhões que tem a receber. Cada juiz federal tem menos de 14 funcionários para uma massa gigantesca de processos, e para tirar o clips, virar e página e dar o despacho levam-se anos. Se pudéssemos fazer a informatização, com certeza, tomar-se-ia célere a cobrança de impostos devidos, causas em execução. Não conseguimos incluir no Orçamento R\$200 milhões e, por isso, deixamos de arrecadar cerca de R\$16 bilhões em causas na justiça em fase de execução. São essas questões que não consigo entender.

Vi também o Presidente Lula falando da dificuldade de exportar, e volto a insistir em um assunto que todos devem estar cansados de me ouvir falar. Por que fazer a consumação da venda do nosso porta-aviões Minas Gerais? Por que não transformá-lo em um **shopping** flutuante do Brasil e sair de país em país – costa da África, costa da Ásia, Caribe e por aí afora – levando uma feira permanente do nosso País? Não vai ser igual à Feira de Hannover em que se gastou, somente para fazer um **stand**, catorze milhões. Gastaremos muito menos em uma feira permanente, que será uma festa aonde aportar. Levaremos produtos brasileiros, podendo-se colocar uma casa inteira fabricada – a válvula, a louça sanitária, enfim, tudo o que uma casa pode ter. Serão aviões, carros, tudo a bordo de um porta-aviões cuja venda por US\$400, com certeza, não tem significado para o Brasil.

Gostaria de alertar para fatos como esses e dizer que, se quisermos fazer economia, podemos. Se quisermos acelerar o que temos a receber, temos como fazê-lo. Basta ter engenho, boa vontade e realmente levar a filosofia de que cada centavo que deixa de ser gasto e que se junta formará um possível milhão ou bilhão que, com certeza, poderia tirar o País deste marasmo financeiro em que nos encontramos.

Sempre olho as coisas com alma de administrador e de empresário e fico pasmado quando vejo o desperdício, que não é de se espantar, mas que, no somatório, é realmente impressionante. Se levássemos à ponta da

faca, seria de R\$320 bilhões. Nosso último pacote foi de R\$20 bilhões. Se recebêssemos 10%, seriam R\$32 bilhões. A própria Justiça Federal, nas suas cinco regiões, já se comprometia a arrecadar cerca de 10%, desde que conseguíssemos informatizá-la, e poderia chegar, em certas regiões, até a 20%. Portanto, a média seria superior a 10%.

Ocupo a tribuna hoje, Sr. Presidente, exatamente para lembrar tudo isso. Revisarei todos esses dados, apresentarei novamente todas essas sugestões e encaminharei aos representantes do novo Governo para ver se, desta vez, conseguiremos. Da outra vez, conseguimos, mas levamos meses de ladainha para conseguir fazer aquela junção de que falei – Banco Central, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento. Tivemos um resultado surpreendente. O Secretário da Receita Federal modificou várias resoluções que proporcionaram ao Brasil grande economia e, com certeza, mais recursos aos cofres públicos.

Desejo ao novo Presidente, que veio nos visitar, o maior sucesso, pois seu sucesso é o do Brasil. Todos estamos no mesmo barco, e nesse sentido vamos lutar a fim de auxiliá-lo, de todas as formas, na governabilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{rs} e Srs. Senadores, o Brasil acompanha com vibração os resultados da última eleição e passa a viver uma nova era, que denominamos de era da esperança, do diálogo, da construção de um país para todos, que se agiganta pela unidade de seu povo e elege para Presidente, pela primeira vez em seus 500 anos de história, um trabalhador que pretende dialogar com a sociedade e construir, com as forças políticas, sociais, civis, militares, empresariais e com os trabalhadores, um país onde as pessoas continuem acreditando que vale a pena ter esperança.

O dia 27 de outubro de 2002 ficará na história política brasileira como o dia em que a esperança venceu o medo. O dia em que o Brasil viveu o momento máximo de sua consolidação democrática. O povo brasileiro rompeu, de forma pacífica, cidadã e corajosa, com o modelo de governo atual, excludente não só na área socioeconômica como política, implantado neste País praticamente há 502 anos. O Brasil votou para mudar.

Pela primeira vez em nossa história, um ex-operário, pobre, nordestino, legítimo representante do povo mais humilde que compõe a nossa sociedade, foi eleito

Presidente da República. Luiz Inácio Lula da Silva foi consagrado por mais de 52 milhões de eleitores. Até mesmo os leitores que vivem no exterior votaram em Lula. Torna-se, assim, Lula o Presidente mais votado de nossa história e o segundo mais votado na história política mundial.

O povo brasileiro percebeu que a mudança que todos nós almejamos só pode ser concretizada por alguém desligado dos velhos hábitos de nossa política. Farto dos erros e abusos cometidos pelas elites dominantes na política brasileira, nosso povo confiou seu destino a um representante da classe trabalhadora, a um metalúrgico. Essa vitória é fruto de um movimento amplo, reconhecido por toda a sociedade brasileira, que sentiu ser chegada a hora de consolidarmos uma cooperação entre os seus grupos e os seus interesses, a fim de preservar nossa autonomia política e promover um bom desenvolvimento econômico e social, objetivando a superação das profundas desigualdades sociais, pessoais e regionais de nosso País.

Sabemos da responsabilidade que o resultado das urnas nos impõe. Como bem definiu a Socióloga e Cientista Política, Maria Vitória Benevides, que participou da elaboração do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, uma liderança popular e de esquerda que chega ao poder de maneira rigorosamente democrática e com o apoio que recebeu, contrariando uma tradição populista e caudilhista na América do Sul, causará grande impacto mundial. Os olhos do mundo estão voltados para o nosso País. O Brasil inicia dessa forma uma verdadeira e legítima revolução democrática, com apoio de todos e de setores expressivos da nossa sociedade.

Sr. Presidente, o povo brasileiro optou por um governo que terá como eixo estrutural o social, com propostas objetivas e claras de atendimento aos gravíssimos e urgentes problemas que levam a essa brutal desigualdade social que existe no Brasil hoje. Para tanto, é compromisso do nosso Presidente eleito investir, desde o primeiro dia do seu governo, com criatividade e determinação na área social, notadamente, no combate à fome. Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nesta segunda-feira, a criação da Secretaria de Emergência Social, com recursos e autonomia para começar, já em janeiro, a combater a fome em nosso País, com base em programas voltados para o problema da desnutrição e de políticas mais amplas, como a reforma agrária, a geração de empregos, o incentivo à agricultura familiar e incentivo a políticas de habitação e de estímulo à produção de alimentos.

Queremos e estamos vendo que realmente esse projeto nasce com espírito de solidariedade e de humanidade. Um País com dimensão geográfica gigante como o nosso, com terras, águas, mão-de-obra, com a

classe empresarial – que tem setores profundamente comprometidos com o nosso desenvolvimento – com a classe trabalhadora capaz de ir às urnas e dizer que quer um trabalhador como presidente, não pode admitir que milhões de pessoas passem fome. Crianças morrendo de desnutrição, mulheres perdendo seus filhos por não terem condições de os alimentarem dignamente.

Assim, essa Secretaria, que será criada por Lula, inicia sua grande discussão com o atual Governo, para se fazer um período de transição civilizado, democrático, colocando o Brasil acima de qualquer outro interesse. A presença aqui de Lula, nosso Presidente, praticamente 48 horas após ter sido eleito Presidente do Brasil, já marca um novo tempo de diálogo com o Congresso, não à base de negociações, de interesses, de troca de cargos ou de manipulação de orçamento, mas mostrando uma postura clara, transparente e respeitosa que ele manterá com toda a classe política, independentemente dos partidos políticos.

Essa Secretaria coordenará e executará a questão orçamentária, de rubricas ligadas a vários Ministérios. Tudo o que puder ser reunido, dentro da idéia de combate à fome, estará ali. Recursos virão de diferentes Ministérios, da Educação o Programa Bolsa-Escola, da Saúde algumas rubricas da área de saneamento, do Trabalho recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, coordenados pelo Projeto Fome Zero, poderíamos dizer que aí estaria o embrião da Secretaria de Emergência Social.

Os coordenadores deste projeto, o Programa Fome Zero, que já foi apresentado antes da eleição, durante a campanha, estimam que o programa de erradicação da fome no Brasil custaria entre R\$5 bilhões a R\$6 bilhões/ano. O público a ser contemplado por essa proposta é grande: em torno de 10 milhões de famílias que não garantem a alimentação de seus membros, ou seja, que não são capazes de garantir a quantidade de calorias e proteínas de que as crianças e os adultos precisam para se desenvolver na sua plenitude e com saúde. Pessoas muito pobres, que ganham cerca de R\$80,00 por mês e não conseguem dispor, por dia, de não mais do que R\$2,00 ou R\$3,00. É impossível admitirmos tal situação em um País com as potencialidades do Brasil. A pobreza não é ocasional, mas resultante de um modelo perverso, assentado em salários miseráveis e que tem produzido crescente concentração de renda e excluído milhões de pessoas do processo produtivo, da geração de renda.

Esse quadro assustador vem piorando nos últimos anos com o crescimento do desemprego e o aumento de outras despesas não relacionadas à alimentação das famílias mais pobres, como moradia, transporte, saúde, educação. Quanto mais as pessoas precisam pagar por

esses itens, estratégicos e vitais para a sobrevivência, menos recursos sobram para a alimentação.

Pesquisas da Embrapa indicam que nossos agricultores têm potencial para produzir toda a comida de que a população necessita. Existe fome não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para comprá-los. Falta, também, estímulo para que nossa agricultura produza mais e cada vez melhor.

A tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos federais, estaduais e municipais. É vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada: sindicatos, associações populares, organizações não-governamentais, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais. Todos são convocados a participar.

O presidente eleito pretende recriar o Conselho de Segurança Alimentar, que funcionou durante o Governo Itamar Franco e teve como presidentes Betinho e Dom Mauro Morelli. O Conselho teria a missão de convocar a sociedade civil a participar desse esforço contra a fome. O programa de Combate à Fome tem que ser não um projeto de governo, mas um projeto de Nação, porque o País não pode mais aceitar que dez milhões de famílias passem fome.

Sr. Presidente, garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque facilitam a perpetuação no poder de elites conservadoras, que há séculos mandam neste País.

Dessa forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, o eixo central do Projeto Fome Zero e, conseqüentemente, da Secretaria de Emergência Social anunciada por Lula está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, dentre outros – e as intervenções de ordem emergencial, chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a essas últimas, quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza, conforme ocorre hoje no País, significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema. O combate à fome integra-se, assim, à concepção de um novo tipo de desenvolvimento.

O Programa Fome Zero inclui, além de medidas estruturais, uma política de apoio efetivo à agricultura; o direito à Previdência Social para todos os trabalhadores familiares, da economia rural ou da economia informal, garantindo a universalidade prevista na Constituição; o

direito à complementação de renda, para que todas as famílias pobres possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar, atingindo crianças que freqüentam escolas públicas, inclusive creches (Não podemos continuar excluindo a pré-escola dos recursos públicos que chegam para o ensino fundamental nem um ensino médio que garanta a qualificação dos nossos jovens.); e, finalmente, o apoio aos inúmeros programas populares, bancos de alimentos, modernização do abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao autoconsumo alimentar e à agricultura familiar.

A falta de políticas de geração de emprego, de saúde e de educação tem um custo elevado para o País. Há também o custo da falta de consumo e da produção de bens e o custo para o empregador, entre outros. Por isso, combater a fome não deve ser considerado apenas um “custo”, mas também um investimento no Brasil.

Uma cesta básica que garanta alimentação adequada para 10 milhões de famílias vulneráveis à fome pode gerar cerca de R\$2,5 bilhões a mais em arrecadação de impostos. Além disso, pode dar ocupação permanente a mais de 350 mil pessoas na agricultura familiar de arroz e feijão. Temos que também incluir – por que não? – a produção de aves e a carne suína na cesta básica, como estímulo aos produtores e ao consumo desses tipos de carne. Assim, combatendo a fome, o pior efeito da miséria, estaremos combatendo a própria miséria.

O Brasil tem as duas condições necessárias para reduzir a fome para números mínimos num curto espaço de tempo. Uma é a nossa agricultura, capaz de produzir todos os alimentos necessários e ainda exportar amplamente. A outra são os recursos necessários para garantir o direito a uma alimentação adequada aos milhões que não têm renda. Por isso, podemos afirmar que é possível eliminar a fome, assim como acabar com o analfabetismo e com as outras mazelas sociais próprias da ausência de políticas públicas adequadas.

Sr. Presidente, ao discorrermos sobre incentivo à nossa agricultura, industrial e familiar, com o intuito de aumentarmos nossas exportações e especialmente produzirmos os alimentos necessários para aplacar a fome de milhões de brasileiros, não podemos deixar de tecer alguns comentários sobre o setor antes de nos encaminharmos para o encerramento da nossa fala.

Primeiramente, gostaríamos de comemorar a revogação do art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 2002, pela qual foi proposta a minirreforma tributária. Esse artigo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitiria ao Governo Federal, a partir do próximo ano, cobrar Imposto de Renda na fonte nas transações feitas pelos agricultores, como já ocorre com as pessoas físicas em geral. Isso traria inúmeros prejuízos para os agricultores brasileiros.

Hoje, os produtores recolhem Imposto de Renda uma vez por ano, e a alíquota é de 20% sobre o valor bruto. Com a Medida Provisória da forma como estava, o agricultor passaria a recolher esse imposto sempre que fizesse alguma venda e não mais uma vez por ano. Além disso, a alíquota aplicada sobre essa venda seguiria a mesma tabela existente hoje para o Imposto de Renda das pessoas físicas. Ou seja, poderia chegar a 27,5% sobre o valor de tudo que o produtor comercializasse, o que significaria um “confisco” de R\$12 bilhões anuais dos produtores brasileiros.

Na prática, a nova medida provisória, que torna sem efeito o controverso art. 12 da MP nº 66, acaba com o recolhimento antecipado sobre a receita bruta dos produtores e restabelece o atual regime de tributação para o setor agropecuário, baseado na declaração de ajuste anual do IRPF sobre a renda do produtor. Fez-se, por fim, justiça ao setor.

Mas para que a agropecuária brasileira tenha o devido reconhecimento e incentivo necessário à produção de alimentos que este País necessita, o Congresso Nacional precisa agir também com muita responsabilidade. Devemos rever a proposta orçamentária para 2003, encaminhada pelo atual Governo Federal ao Poder Legislativo. Pela proposta, os investimentos para o setor agropecuário foram drasticamente reduzidos, comprometendo seriamente a produção nacional.

Há cortes que atingem o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, o Pronaf, na ordem de 44,3%. Há cortes no Projeto de Assistência Financeira e em projetos de infra-estrutura na ordem de 56,9% a menos do que no ano passado. O Programa de Produção e Abastecimento Alimentar perde R\$280 milhões, se comparado com 2002. Enfim, precisamos realmente verificar que esse corte de R\$5 bilhões nos investimentos sociais deve ser recuperado e discutido.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer este alerta. Parece-me que estamos em um momento decisivo. O Congresso Nacional inicia a sua discussão, mais profundamente, em relação ao orçamento e devemos buscar realmente que ele seja uma peça que ajude o Brasil a construir esse novo patamar de políticas sociais, de integração e de participação da sociedade, com apoio de todos os segmentos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que estaremos altamente empenhados na construção desse grande pacto social que a Nação brasileira começa a construir da forma mais democrática e séria possível, revendo o orçamento, buscando alternativas viáveis, chamando essa grande parceria da sociedade para que possamos fazer esse crescimento econômico, com inclusão, democracia, igualdade, cidadania e justiça social.

E, por fim, as minhas palavras são para parabenizar o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o seu Vice-Presidente, o ilustre colega Senador José Alencar, e desejar que juntos possam liderar a grande transformação deste País em uma verdadeira Nação solidária, em que o povo brasileiro tenha a sua grande construção participativa, e que o Congresso Nacional, a classe política, a classe trabalhadora e empresarial sejam aqueles que, atentos, ajudem a construir esse novo Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de algo meio prosaico: apenas gostaria de dizer que me encontro presente. É que ainda não tenho a minha senha e por isso não registrei presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Roberto Freire, a Presidência solicita a V. Ex^a que se dirija à Mesa, pois lhe será fornecida a senha para que possa registrar sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 518, DE 2002

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga, apresentando condolências à família.

Justificação

O empresário Manuel da Cunha Rego Madruga foi um grande empreendedor do Estado de Goiás.

Sem patrimônio por herança, retirante nordestino e deficiente visual, Manuel conseguiu superar as limitações e se tornar dono da maior empresa atacadista de tecidos do País. Sua admirável trajetória chegou ao fim ontem.

Manuel Madruga nasceu em Guarabira, na Paraíba. Aos 28 anos ficou cego por causa de um glaucoma precoce. Em 1954 mudou-se para Goiânia e fundou a Tecidos Tita.

Como administrador, Madruga trouxe inovações ao oferecer benefícios sociais aos seus funcionários. Na década de 1950, começou a proporcionar aos seus empregados moradia, participação nos lucros e assistência médica e educacional.

É por isso que apresento essa moção de votos de pesar pelo seu passamento, contando com o apoio de meus pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2002. – Senador **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Presidência tomará as providências necessárias para fazer chegar à família enlutada os votos de condolências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Lúcio Alcântara e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o ano de 2002 tem sido um ano ímpar para o esporte brasileiro. Em junho, sagra-mo-nos pentacampeões mundiais de futebol. Robert Scheidt, eleito em 2001 o melhor iatista do mundo, conquistou neste ano o hexacampeonato mundial e transformou o Brasil no “reino da vela”. Rubens Barrichello no automobilismo e Alexandre Barros no motociclismo levam a bandeira e o hino nacionais aos pódios de todo o mundo. E, neste mês de outubro, nossos garotos do vôlei conquistaram o inédito Campeonato Mundial.

Mas nossas conquistas não se restringem apenas aos campos, quadras, pistas e mares do Brasil e do mundo. Também na política uma grande conquista foi alcançada em 2002. Falo da instalação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), criado pelo Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002, e instalado em 13 de agosto do mesmo ano. Uma vez iniciados seus trabalhos, o CNE se reunirá periodicamente para propor políticas efetivas para nosso esporte, com dois objetivos principais: oferecer uma prática intensiva e planejada de atividade física para toda a população; e melhorar os padrões de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Os encontros do CNE se iniciaram no dia 22 de outubro, com a realização de sua 1ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho. Terei a honra, juntamente com os demais representantes do Congresso Nacional – os Deputados Federais Bonifácio de Andrada e Virgílio Guimarães – de compartilhar propostas e idéias com os demais membros do Conselho, que conta com grandes nomes do esporte brasileiro, como a ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, a “Magic Paula”; Carlos Caetano Verri, o Dunga, capitão da seleção tetracampeã de futebol; o Deputado Estadual e ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman, representante da Comissão Nacional de Atletas; e o Doutor Eduardo de Rose, membro da Comissão Anti-Doping do Comitê Olímpico Internacional. Integram ainda o Conselho representantes dos Ministérios da Justiça, Educação, Relações Exteriores e Trabalho e Emprego.

Na qualidade de membro da Subcomissão Permanente do Esporte desta Casa, tenho acompanhado com grande interesse os eventos do calendário esportivo de nosso País. Durante a CPI do Futebol, da qual fui membro titular, tive oportunidade de me inteirar da natureza dos problemas e obstáculos enfrentados pelo esporte brasileiro. Apesar de nossos sucessos passados e presentes, carecemos, entre outras coisas, de organização, de transparência e de uma efetiva política de apoio e incentivo ao esporte.

A importância do CNE, nesse contexto, é crucial. Já pudemos perceber, na reunião de instalação que estabeleceu as metas do CNE, que nenhum aspecto da questão do desporto será ignorado nas futuras reuniões do Conselho. As propostas envolverão a criação de uma lei nacional para o esporte, o estabelecimento de incentivos fiscais para o setor, a renovação de nossos esportes olímpicos, o fortalecimento do esporte educacional, além de projetos de inserção social para crianças e adolescentes. Esta última proposta é, sem dúvida, uma das mais importantes. Criar oportunidades para que os jovens pratiquem esportes e desenvolvam seus potenciais nesse campo é uma forma extremamente meritória de inseri-los no mercado de trabalho e afastá-los das drogas e da violência.

De minha parte, pretendo atuar em duas frentes: uma, no Senado Federal, apoiando os projetos resultantes das decisões do Conselho; e outra, no próprio CNE, apresentando propostas que visem principalmente a integrar esporte e turismo, cujo efeito imediato será o aumento da oferta de empregos nos respectivos setores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que faz uma nação se tornar grande? Essa pergunta assombra de uma forma ou de outra a todos que se põem a pensar sobre o Brasil. Monteiro Lobato intuiu certa vez que a resposta a essa pergunta seria ter a clara idéia de que um país se faz com homens e livros. Apesar de repetidas a exaustão, as palavras do grande escritor paulista ainda não foram compreendidas em toda a sua profundidade. Vale a pena, assim, refletir mais uma vez sobre elas no Dia Nacional do Livro.

Existe uma relação íntima entre desenvolvimento e livro. O livro não é apenas um objeto. Não é apenas um conjunto de páginas impressas, coladas e encadernadas. No livro, ou melhor dizendo, nos livros, estão gravadas as memórias da humanidade. Ali, seja na forma de códice, o formato tradicional do livro que todos conhecemos, seja nas novas mídias eletrônicas, temos o conhecimento humano depositado. Quem não conhece os li-

vos está alijado, creio não ser exagero dizer, do contato valioso com outros homens e mulheres que materializaram ali conhecimento que, de outra forma, estaria perdido para sempre. Quem não lê, é, pois, alguém que desperdiça boa parte de seu potencial.

O valor que o livro nos agrega, portanto, é muito maior que seu valor material. Exemplo disso é que, segundo dados de 1993, os maiores produtores e consumidores de livros são também os países mais ricos do mundo. Apenas cinco países: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França são responsáveis por 68% da indústria mundial de livros. Como corretamente observou Ottaviano de Fiore, Secretário do Livro e Leitura do Ministério da Cultura, “não há nação desenvolvida que não seja uma nação de leitores”. Para estes países formou-se um círculo virtuoso: São ricos porque lêem mais e lêem mais porque são ricos.

O Brasil, infelizmente, encontra-se preso em uma armadilha traiçoeira. Para Luciana Villas-Boas, da editora Record, livro é um produto de consumo restrito. Da mesma forma, Jorge Sallum, sócio da editora Hedra, constata que apenas uma elite consome livros.

E as estatísticas não contradizem as afirmações destes profissionais do mercado editorial. Enquanto nos Estados Unidos e na França são produzidos respectivamente 11 e 7 livros por habitante, no Brasil a quantidade é de apenas 2,4 e, se descontarmos os livros didáticos, em grande parte comprados pelo governo, esse número cai para apenas 0,7 livro produzido por habitante.

Em suma, o Brasil está no pior dos mundos. Aqui se lê pouco porque somos pobres e somos pobres porque lemos pouco.

A Câmara Brasileira do Livro divulgou, no início deste ano, resultado de ampla pesquisa sobre a penetração da leitura e de livros no Brasil e o acesso a livros. Nela foi constatado que mais da metade dos compradores de livros são de cidades grandes e metrópoles. 53% estão concentrados na região Sudeste. E 7% da população compra 58% dos livros. Estes dados apenas confirmam, mais uma vez, a percepção dos editores de que o livro, no Brasil, é produto consumido por uma elite. A conclusão da Câmara Brasileira do Livro é a de que a concentração resulta do alto preço dos livros, do baixo poder aquisitivo da maioria dos leitores e da distribuição precária. Destas causas resulta que é mais provável que alguém se torne leitor se nascer em uma família de leitores. O quadro é mais do que de tristeza, é de desolação! Mas, felizmente, Sr. Presidente, há esperança!

Os ministérios da Cultura e da Educação têm investido muito tempo e dinheiro em programas de incentivo à leitura, à criação de bibliotecas e de acesso aos livros.

Dentre todos os programas importantes destes ministérios, gostaria de destacar dois. Um de cada pasta. Do Ministério da Cultura, o **Programa Uma Biblioteca em cada Município**, cuja intenção é a de justamente facilitar o acesso ao livro, por meio da implantação de bibliotecas públicas em Municípios que não as possuem e, eventualmente, revitalizar Bibliotecas Públicas que se encontrem em situação precária. Neste programa, cada Município, Estado ou entidade que firmar acordo com o ministério recebe um acervo de até 2.600 livros, composto de enciclopédia Barsa, dicionários e obras de referência, literatura infanto-juvenil, paradidáticos, literatura adulta nacional e estrangeira e obras úteis para a saúde, a família, a mulher e a comunidade em geral. Além do acervo, o ministério provê treinamentos e estabelece critérios de qualidade que as novas bibliotecas devem atender.

O outro programa que quero destacar é o projeto **Literatura em Minha Casa do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**, do ministério da Educação, cujo objetivo é a entrega para mais de 8,5 milhões de alunos de 4ª e 5ª séries de uma de seis coleções compostas de cinco volumes. São trinta títulos literários de autores como Luís Fernando Veríssimo, João Ubaldo Ribeiro, Carlos Drummond de Andrade, Mark Twain e Cecília Meireles. O ministério distribui, ainda, dicionários para os alunos de 1ª série do ensino fundamental.

São programas que visam a superar as grandes barreiras de acesso ao livro: o custo, a baixa renda de parte da população e a distribuição precária.

O Senado vem, dentro de suas possibilidades, patrocinando iniciativas para popularizar o livro no Brasil. O Conselho Editorial, criado em 1997 e presidido por mim, tem editado obras relevantes para a história e para a compreensão de nossa Nação, muitas das quais, ausentes há anos do mercado editorial. Tem, também, dialogado com editoras como a da Universidade de Brasília, para a criação de canais de distribuição de nossas publicações.

É claro, no entanto, que a formação de leitores é tarefa que não se esgota em poucos anos. Aos programas executados pelos ministérios deverão somar-se outros e deverão estender-se pelas próximas décadas e governos, para que mudanças qualitativas e quantitativas sejam alcançadas.

Há, como disse antes, Sr. Presidente, esperança. Esperança baseada em ações que têm sido tomadas. Esperança de que o livro faça parte da vida de todos os brasileiros. Esperança de que o Brasil se tome uma nação de leitores, e esperança, enfim, de que este passo nos leve definitivamente ao concerto das grandes nações do mundo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, pela segunda vez, à tribuna, no prazo de um ano, para falar do aproveitamento comercial e ecológico da palma conhecida por **dendê**, que é um produto agrícola cada vez mais importante para a economia de meu Estado, o Pará.

O óleo de dendê, que, no exterior, é denominado **palm oil**, conta com um mercado internacional que se expande um pouco mais a cada ano. Tem fama merecida de alimento sadio, uma vez que, em seu cultivo, não costuma ser utilizado, pelo menos no Brasil, qualquer fertilizante, herbicida ou reagente químico. É rico em vitaminas A e E, sendo recomendado como complemento nutritivo pela FAO, o órgão da ONU responsável por questões agrícolas e alimentícias. Pode ser consumido como óleo refinado ou como margarina.

Todavia, o dendê, o óleo de palma, não é utilizado somente na indústria alimentícia. Apresenta ampla variedade em sua utilização. Como se sabe, o óleo é excelente combustível para motores. É semelhante ao óleo diesel e o substitui. Ou seja, é alternativa vegetal, ambientalmente limpa, de fonte renovável, aos combustíveis derivados do petróleo: uma aposta no futuro! Além disso, o dendê é utilizado na produção de sabões, detergentes, tintas e vernizes, como também em produtos de luxo, como cosméticos e sabonetes finos. Até na confecção de chocolates é usado, para citar mais uma utilização alimentícia, pois substitui a manteiga de cacau.

Em termos de rendimento econômico, a cultura do dendê possui vantagem em relação à de outras oleaginosas. A palma do dendê chega a render cinco toneladas de óleo por hectare plantado, contra três toneladas da de coco, uma tonelada da de amendoim, de girassol e de colza, e apenas meia tonelada da de soja.

Os maiores produtores mundiais de óleo de dendê são a Malásia, responsável por mais de 50% da produção mundial, e a Indonésia. Mas o país que possui a maior área propícia para o cultivo da palma de dendê não fica na Ásia; fica na América do Sul: é o Brasil. Somente o Estado do Pará possui, em terras favoráveis para o cultivo, uma área que é o dobro da área que a Malásia hoje utiliza! Além do Pará, outros Estados com terras propícias são o Amazonas, que dispõe de uma fantástica área de 54 milhões de hectares, bem como Roraima, Acre, Rondônia, Tocantins, Bahia e Amapá.

Por isso, é inacreditável que, com uma condição tão favorável ao cultivo da palma, cujo óleo apresenta, como vimos, tantas e variadas utilizações e está em alta no mercado internacional, o Brasil, hoje, precise importar óleo de dendê, ainda que em pequena quantidade. Infelizmente, em comparação a nossas potencialidades, a produção nacional é ínfima e o consumo quase inexis-

tente. Essa situação começa a mudar lentamente, a partir de alguns empreendimentos privados em andamento, por exemplo, no Pará. Mas o ritmo do avanço da cultura do dendê, no Brasil, ainda é muito lento.

Com o objetivo de romper a inércia, realizou-se há dois anos, no ano de 2000, no Estado do Pará, um importantíssimo seminário internacional sobre o dendê, que contou com a presença dos mais renomados técnicos sobre o assunto, tendo sido prestigiado pelas mais altas autoridades do Estado, inclusive o Governador Almir Gabriel. O seminário teve por título: "Agronegócio do Dendê: uma Alternativa Social, Econômica e Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia".

Vou citar agora os oito pontos aprovados, naquela ocasião, para constituírem o documento reivindicatório denominado "Agenda Única da Dendeicultura no Brasil":

1. Criar, no âmbito do Governo Federal, um programa específico de incentivo ao desenvolvimento da dendeicultura;

2. Estabelecer linhas de crédito compatíveis com os riscos e a capacidade de pagamento inerentes ao ciclo da cultura;

3. Considerar a dendeicultura como atividade de reflorestamento;

4. Elaborar o zoneamento agroecológico para esse tipo de cultivo nas principais regiões produtoras do País;

5. Estimular a participação dos agricultores familiares no processo produtivo do óleo de palma;

6. Incluir o cultivo do dendezeiro como atividade de compensação ecológica nas relações negociais que tratam do seqüestro do carbono;

7. Ampliar os recursos para a dendeicultura, como especial atenção ao combate da doença conhecida como "amarelecimento fatal"; e

8. Criar um agressivo programa de capacitação técnica em todos os níveis de ensino.

A realização do seminário que mencionei significou o "ponto da virada" no que diz respeito às ações coordenadas para a promoção da cultura do dendê. De dois anos para cá, tenho sempre me deparado com um ou outro fruto benéfico advindo daquela reunião. O último deles consubstanciou-se na forma de documento, com selo da EMBRAPA, datado de julho último, que vem respaldar tecnicamente o ponto número 3 da agenda única, que acabou de ser lida por mim. O item três reivindica – é bom repetir – **a consideração da dendeicultura como atividade de reflorestamento**. O docu-

mento é intitulado "O Dendezeiro como Planta de Reflorestamento Produtivo", tendo sido organizado pela Comissão Técnica do Seminário Internacional e elaborado por técnicos do setor privado e do setor público, com a colaboração de empresários e pesquisadores.

O objetivo de considerar a dendeicultura atividade de reflorestamento é no sentido de permitir que ela se beneficie dos incentivos estabelecidos em lei, em especial pelo Código Florestal, de 1965. A prática do reflorestamento, segundo aquele diploma legal, recebe deduções fiscais e, em empréstimos realizados por programas de financiamento público, conta com juros e prazos de carência favorecidos, de acordo com os termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Tal reivindicação, como demonstra cabalmente o documento, não é oportunista. De fato, o dendezeiro é uma planta cujas folhas, as palmas, são fortes e compactas suficientemente para proteger o solo abaixo delas da erosão causada pelas chuvas. Ademais, em seu cultivo, é plantado, como cultura associada sem valor econômico, apenas para proteger as características nutritivas e orgânicas do solo, uma leguminosa rasteira. Já foi também comentado por mim a inexistência de fertilizantes, herbicidas e reagentes químicos na cultura do dendê.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os esforços devem ser envidados para cobrar das autoridades competentes – e é o que faço também neste momento – a atenção devida às reivindicações contidas na Agenda Única, bem como a consideração das excelentes razões técnicas expostas no documento "O Dendezeiro como Planta de Reflorestamento Produtivo".

Nenhuma via deve ser descartada quando o objetivo é a promoção da renda do homem do campo brasileiro, mediante atividade produtiva condizente com as características do solo e do clima de nosso País; atividade, no presente caso, cujo produto é cada vez mais valorizado no mercado internacional.

Fixação do homem no campo e obtenção de divisas com exportação: existiria combinação mais feliz de objetivos para dar resposta adequada a dois grandes males que o Brasil vive atualmente? Um deles, social, é o inchaço dos centros urbanos em consequência do êxodo rural; o outro, econômico, é a crise cambial, a insuficiência de divisas para fechar nossas contas externas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2002 (nº 2.966/2000, na Casa de origem), que *denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situado no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins*, tendo

Parecer favorável, sob nº 810, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2002 (nº 3.739/2000, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Parecer favorável, sob nº 785, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2002 (nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutaí, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 505, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mauro Miranda.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2002 (nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 507, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mauro Miranda.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2002 (nº 1.021/2001, na Câmara dos

Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 513, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 121, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2002 (nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 514, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

– 7 –

**PARECER Nº 889, DE 2002
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 889, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, sobre a Mensagem nº 272, de 2002 (nº 731/2002, na origem), de 19 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor *João Otávio de Noronha*, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite.

– 8 –

**PARECER Nº 890, DE 2002
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 890, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 273, de 2002 (nº 744/2002, na origem), de 22 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Leite Pereira Filho*, para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 24 minutos.*)

(OS 19410/02)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 056**, ADOTADA EM 18 DE JULHO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 19 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS CARGOS QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO de 1970, ALTERA AS LEIS Nºs 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, E 5.662, DE 21 DE JUNHO DE 1971, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

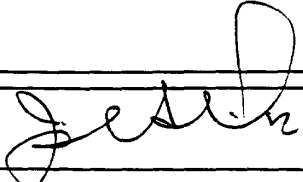
CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado José Antonio Almeida	001
Deputado Professor Luizinho	002

TOTAL DE EMENDAS - 002

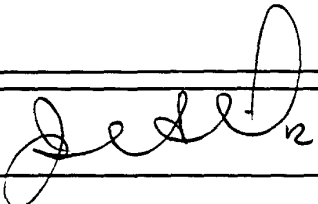
MPV - 056

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/02		Proposição: MP 56/02		
Autor: Deputado José Antonio Almeida			Nº Prontuário: 076	
<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	<input type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva/Global
Página: 01/03	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
<p>A MP 56/02 passa a vigor com as seguintes alterações:</p> <p>Art. 1º Ficam enquadrados no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as categorias funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal, que integram as Tabelas de Especialistas.</p> <p>§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, o enquadramento dar-se-á de acordo com os critérios estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 14 de janeiro de 1992, da Secretaria de Administração Federal - SAF.</p> <p>§ 2º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, prevalecendo, para os períodos anteriores, normas então vigentes para cada categoria funcional.</p> <p>§ 3º Para que seja definida a classificação dos Especialistas, deverá ser observada sua atribuição funcional, com as contidas na Portaria 179, de 1973, do Departamento de Administração do Serviço Público - DASP, fazendo a correlação com as categorias funcionais constantes nos Anexos X e XI, da Lei nº 7.995, de 09 de janeiro de 1990.</p> <p>Art. 9º Os art. 1º, 2º, 3º, 4º, 19, 20 e o inciso II do art. 7º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, passam a vigor com as seguintes alterações:</p> <p>Art. 1º Fica criada, no âmbito das Forças Armadas e nos termos desta Lei, a <i>Carreira de Tecnologia Militar de níveis superior e intermediário, com atribuições voltadas para as áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares, cujos cargos são ocupados por servidores públicos.</i></p> <p>Art. 2º Ficam criados, na Carreira de Tecnologia Militar:</p> <p><i>I - no Comando da Marinha:</i></p> <p>a) <i>quinhentos e vinte e cinco cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar - nível superior;</i></p> <p>b) <i>duzentos e vinte e cinco cargos de Analista de Tecnologia Militar - nível superior.</i></p> <p>Parágrafo único: <i>A inclusão de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnico de Tecnologia Militar dos Comandos da Marinha, Exército e da Aeronáutica dar-se-á da transposição dos cargos classificados e enquadrados de acordo com o art. 1º desta Medida Provisória no Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no efetivo exercício atual do cargo.</i></p>				
Assinatura				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/02	Proposição: MP 56/02			
Autor: Deputado José Antonio Almeida	Nº Prontuário: 076			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva/Global				
Página: 02/03	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
<p>Art. 3º A investidura nos cargos de que trata esta Lei ocorrerá mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de provas ou de provas e títulos, e a segunda de curso de especialização complementar à formação profissional.</p> <p>§ 1º Os títulos que comprovam a educação superior e a educação profissional do Engenheiro e do Analista de Tecnologia Militar devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.</p> <p>§ 2º Os títulos que comprovam a educação profissional de nível médio, a habilitação profissional e a educação escolar do Técnico de Tecnologia Militar, de nível intermediário, devem, obrigatoriamente, estar em conformidade com o instituído pelos art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.</p> <p>§ 3º O ingresso nos cargos de níveis superior e intermediário, de que trata esta lei, dar-se-á na Classe "D", Padrão "I".</p> <p>Art. 4º A estrutura de classes e padrões e o vencimento básico dos cargos criados por esta Lei são os fixados nas Tabelas dos Anexos I e III desta Lei, respectivamente, tem sua correlação estabelecida no Anexo II, e alterações posteriores.</p> <p>§ 1º Os vencimentos dos servidores de que trata este artigo corresponderão àqueles fixados no Anexo III para os respectivos níveis, classes e padrões.</p> <p>Art. 7º (...)</p> <p>(...)</p> <p>II - valor do maior vencimento básico corresponde ao da carreira e ao cargo, classe e padrão da Tabela de Vencimento do Anexo III desta Lei, considerando a correlação do Anexo II, e alterações posteriores.</p> <p>Art. 19. Os servidores lotados nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ocupantes de cargos efetivos de Engenheiro e os de nível intermediários do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou na forma do art. 243 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituídos pelo art. 1º desta Medida Provisória, serão enquadrados nos cargos de Engenheiro de Tecnologia Militar e de Técnicos de Tecnologia Militar no mesmo nível, classe e padrão onde estejam posicionados.</p> <p>Parágrafo único. O enquadramento dos servidores de que trata este artigo, só será efetivado mediante o atendimento aos requisitos contidos no §§ 1º e 2º do art. 3º desta Lei e desde que desempenhem, efetivamente, atividades técnicas compatíveis com as áreas de atuação da Carreira de Tecnologia Militar descritas no "caput" do art. 9º desta Lei.</p>				
Assinatura 				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/02

Proposição: MP 56/02

Autor: Deputado José Antonio Almeida

Nº Prontuário: 076

Supressiva
 Substitutiva
 Modificativa
 Aditiva
 Substitutiva/Global

Página: 03/03

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Art.20. *Ficam vedadas as redistribuições de cargos vagos ou ocupados de Engenheiro, de Técnico Especializado de nível superior, de Técnico Especializado de nível intermediário, bem como extintos os atuais lotados nos Comandos Militares, cujos servidores foram enquadrados na Carreira de Tecnologia Militar.*

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se os arts. 5º e 15 da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração do art. 1º desta MP, *caput*, com a substituição da expressão *inclusão* por *enquadramento*, dá-se em função de que ninguém pode ser incluído em alguma carreira ou até mesmo grupo pertencente a quadro de servidor, sem antes ser devidamente classificado e posteriormente enquadrado.

O termo *inclusão* só poderia ser aplicado aos Especialistas, se os mesmos tivessem sido *enquadrados* de acordo com o preconizado pela Lei nº 8.270, de 1991, combinado com a Portaria nº 89, de 1992, e demais diplomas legais que regulamentam os grupos de cargos da lei de diretrizes e classificação de cargos (Lei nº 5.645/70).

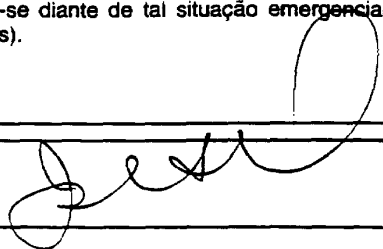
Já a parte alteradora da MP, no tocante à Lei nº 9.657, de 1998, faz-se em função de que não há, nos diversos quadros funcionais do funcionalismo público federal, carreira que possa comportar os servidores dos Órgãos Militares que não seja a carreira já instituída e denominada de Carreira de Tecnologia Militar. Logo, propor que sejam incluídos ao Aexo nesta Medida Provisória, torna-se procedimento inadequado em nosso ordenamento jurídico e indiferente dos interesses atuais do Modelo Administrativo ora em discussão.

É com este objetivo que se propõe a alteração dessa Lei, que fora criada a partir de um novo pensamento administrativo, voltado para a dinâmica da coisa pública, e com o firme propósito de enxugar os diversos quadros de servidores públicos existentes. Não tem se não outro aspecto, a criação de uma carreira estruturada para atender as necessidades administrativas dentro de sua nova filosofia governamental.

Tais instrumentos, obtidos em decorrência da política de Reforma do Aparelho do Estado, além de possibilitarem a gerência das coisas públicas, mediante prazos e metas previamente estabelecidos, têm a virtude maior de, em médio prazo, poderem funcionar como elemento redutor do quantitativo de pessoal hoje existente nas OMPS. De modo que seja mantida e controlada, na condição de núcleo estratégico, apenas uma parcela de técnicos de nível superior e de nível médio, cujos processos de capacitação em Tecnologia Militar foram obtidos às custas de elevados investimentos efetuados pelo próprio Estado.

O Congresso Nacional, por sua vez, já apreciou e votou diversas leis e MPs voltadas para o mesmo fim. Não pode, agora, omitir-se diante de tal situação emergencial que se encontram os órgãos de Defesa do nosso País (Comandos Militares).

Assinatura



MPV-056

000002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 56. DE 16 DE JULHO DE 2002.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º Ficam incluídos nos Grupos Outras Atividades de Nível Superior e Outras Atividades de Nível Médio do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as Categorias Funcionais dos Quadros de Pessoal da Administração Pública Federal que integram as Tabelas de Especialistas, na forma do Anexo a esta Lei.

§ 1º Na aplicação do disposto neste artigo, não poderá ocorrer mudança de nível, classe e padrão, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Serão concedidas, mediante enquadramento na classe e padrão correspondentes, aos servidores de que trata o "caput" as progressões e promoções cujo interstício tenha sido concluído nos cinco anos anteriores à data da vigência desta Lei, com efeitos retroativos à data de cumprimento dos referidos interstícios.

§ 3º Para os efeitos da aplicação do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, o prazo de que trata o seu art. 10 será contado a partir da vigência desta Medida Provisória, prevalecendo, para os períodos anteriores, as normas então vigentes para cada Categoria Funcional.

§ 4º Aplica-se o disposto nos §§ 2º e 3º aos aposentados e pensionistas, nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, ao dispor sobre o enquadramento dos servidores das Tabelas de Especialista no PCC, não considerou adequadamente as peculiaridades da situação funcional desses servidores, vedando a mudança de classe e padrão no ato de enquadramento.

Tal previsão equivale a negar o direito desses servidores a progressões funcionais e promoções que, por razões diversas, não foram concedidas tempestivamente.

A presente emenda visa superar essa falha, assegurando, ademais, efeitos retroativos à data da conclusão dos interstícios, observado o prazo de prescrição quinquenal para o pagamento de eventuais direitos não atendidos na data devida.

Sala das Sessões, 06/09/02

DEP. ROOF. WIZIUKO
RJ/SP

SENADO FEDERAL

Ata da 118ª Sessão Deliberativa Ordinária em 30 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão
Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pastore – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2002

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999, e do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2002. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear a memória do poeta Carlos Drummond de Andrade, pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com os Requerimentos nºs 164 e 199, de 2002, dos Senadores Lúcio Alcântara, Tião Viana e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, atendendo à solicitação da eminente Senadora Emilia Fernandes, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, fica prorrogado para o dia 1º de dezembro próximo o prazo de indicações para o referido diploma.

As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscre-

ver para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pois não, Senador Casildo Maldaner. De acordo com o que estabelece o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, V. Exª será atendido na hora apropriada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda, por 20 minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a voz do povo precisa ser ouvida. E precisa ser ouvida para que o governo aja conforme os interesses de milhões de brasileiros que precisam ver o Estado como um aliado e não como um inimigo. A voz do povo precisa ser ouvida para que as punições e multas – uma das tarefas naturais de um Estado – sejam vistas como meio legítimo de reprimir comportamentos nocivos à sociedade, e não como formas de auferir renda, de ter mais recursos nos cofres.

Esta não é a primeira vez que me dirijo aos meus colegas Senadores e Senadoras para me pronunciar enfaticamente contra a indústria das multas de trânsito que prolifera por todo o País, em especial contra os radares espalhados pelos postes de nossas ruas e que foram apelidados de “pardais” pelo povo.

Em princípio, os pardais foram instalados como uma das novidades trazidas pela Lei nº 9.503, de 1997, mais conhecida como Código de Trânsito. Uma lei, como muitas outras, que, de tempos em tempos, parece vir para redimir o povo brasileiro, para tornar o nosso País mais igualitário e civilizado.

A aprovação do Código de Trânsito foi vista como uma lufada de ar que renovaria o nosso País e diminuiria as vergonhosas cenas de acidentes que aconteciam em nossas ruas e nossas estradas, ceifando prematuramente as vidas de milhares de nossos concidadãos.

Infelizmente, as grandes expectativas trazidas pelo Código de Trânsito não se realizaram. De um lado, estudos verificaram que a redução no número de mortalidades em acidentes foi temporária e durou apenas treze meses. De outro, os pardais, que se afigurariam como saudável novidade tecnológica capaz de disciplinar e civilizar o nosso caótico trânsito, foram instalados desordenadamente em nossas cidades e estradas, com o fim de arrecadar fundos.

O resultado foi que, em matéria de trânsito, vivemos agora o pior dos mundos. Anualmente, milhares

de brasileiros são vítimas de acidentes de trânsito e outros muitos milhares são vítimas da indústria de multas.

Só no Distrito Federal, por exemplo, há 420 aparelhos de fiscalização entre pardais, radares móveis, lombadas e sensores instalados. Esses equipamentos resultam em multas que somaram 43 milhões de reais em 2001! Em outras partes do Brasil, os valores são impressionantes: na cidade de São Paulo, a Companhia de Engenharia e Tráfego do Município arrecadou 160 milhões de reais! Em todas as cidades em que há fiscalização eletrônica, verificam-se cifras impressionantes. Tão impressionantes que levaram os jornais e o povo a cunhar a expressão indústria das multas.

O pior, no entanto, dá-se quando se verifica como é utilizado o dinheiro arrecadado. De acordo com o jornal **Correio Braziliense**, de 10 de junho deste ano, daqueles R\$43 milhões arrecadados com multas no Distrito Federal em 2001, apenas 3,2% foram aplicados em campanhas e programas educativos – R\$1,4 milhão. A maior parte foi usada para pagar as empresas terceirizadas que instalam os equipamentos: R\$16,4 milhões. O valor equivale a 38,3% do total arrecadado com as multas!

O Distrito Federal não é caso único. Por toda parte a situação se repete: pouco se gasta com a educação para o trânsito e muito para remunerar as empresas terceirizadas que administram os equipamentos eletrônicos.

Como exemplo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, causam-me estarrecimento os números oficiais divulgados pelo Denit, antigo DNER, dando conta de que foram arrecadados R\$14 milhões e 68 mil reais na aplicação de 41 mil 986 multas na BR-060, trecho entre Goiânia e Brasília, no período de maio de 2000 a abril de 2002. Desse montante, 15,07%, ou seja, 2 milhões e 110 mil foram repassados a sete empresas que compõem os dois consórcios que administram os 17 aparelhos de fiscalização – radares móveis e lombadas eletrônicas. São, portanto, 2 milhões e 110 mil reais para fiscalizar 17 aparelhos de radar em nossas rodovias de Goiânia a Brasília!

O valor retido pelo consórcio de empresas – quatro, no total – a cada auto de infração/ notificação válida cometido em lombada eletrônica é de R\$39,98. Já o valor pago ao consórcio de empresas – três, no total – a cada infração flagrada em radar móvel é de R\$55,50. Um absurdo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores!

Como disse nesta tribuna em outras oportunidades, trata-se de descontrolada sobrecarga econômica sobre os condutores e proprietários de veículos. Em vez de punir para educar, para civilizar, para conter os comportamentos ruins para a coletividade, a multa tornou-se um fim em si mesma. Ela não torna o motorista melhor, mais consciente, mais capaz. A multa torna-o tão – somente mais pobre. Mais pobre e, seguramente, mais descrente das administrações públicas responsáveis pelos pardais.

Os pardais são nefastos porque, em sua fúria de multar indistintamente, diminuem, ainda mais, a crença do cidadão no Estado e, em especial, naquele Estado que está mais próximo dele – a administração da sua cidade.

É chegada a hora, pois, Sr^{as} e Srs. Senadores, de fazer o cidadão recuperar a sua fé nas leis e nas administrações, e o disciplinamento do uso dos pardais é um ponto essencial para isso.

Tomei iniciativa de propor o Requerimento nº 464, de 6 de agosto último, solicitando que o Ministro da Justiça, autoridade à qual se vincula o Conselho Nacional de Trânsito, prestasse informações acerca das medidas que estão sendo tomadas para apurar e conter os abusos associados à proliferação dos equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito, e suas conseqüências para os cidadãos. Além disso, pedi-lhe informações sobre quais medidas estão sendo tomadas para garantir a prevalência da finalidade educativa da fiscalização sobre a finalidade arrecadatória e, finalmente, quais são as medidas que aquela Pasta estaria a tomar para garantir a exatidão e a confiabilidade dos registros produzidos pelos equipamentos de controle de velocidade.

Não é descabido pensar que esse requerimento e outras manifestações na imprensa tenham repercutido no Ministério da Justiça. Digo isso porque, no último dia 3 de outubro, finalmente, o Contran, Conselho Nacional de Trânsito, emitiu a Resolução nº 141, que veio a disciplinar o uso de radares eletrônicos.

É louvável a Resolução nº 141, do Contran, ainda mais que a própria Diretora do Denatran – Departamento Nacional de Trânsito, Sr^a Rosa Maria da Cunha, reconheceu, em entrevista disponível no **site** daquele ministério, que existe interesse das empresas em multar, o que caracteriza a indústria da multa.

O Governo Federal, no entanto, não pode considerar-se satisfeito enquanto a Resolução não estiver inteiramente aplicada. Não basta editar uma norma administrativa. É essencial vê-la sendo posta em prática. Caso contrário, teremos mais uma bela medida

sem utilidade. Não é hora de o Governo Federal dizer que alcançou a vitória contra a indústria da multa. É hora, sim, de o Governo Federal mostrar que não se rendeu à indústria da multa. É hora de agir. É hora de fiscalizar. É hora de, se for preciso, solicitar ajuda do Ministério Público para promover o cancelamento automático das punições caso fique comprovada qualquer injustiça na aplicação das multas.

Se é verdade que a Resolução do Contran é um primeiro passo, agora resta continuar a caminhada. Caminhada que deve ser feita em boa parte pelo Executivo Federal, que deve assegurar que o disciplinamento do Contran seja cumprido à risca. Caminhada que significa ouvir a voz do povo para verificar se tal medida é suficiente para acabar com a indústria da multa e, por fim, caminhada que leve o povo a recuperar a fé nas leis e no Estado, conquistando cidadania e diminuindo, sobretudo, o número de mortes no trânsito do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, por permuta com o Senador Moreira Mendes.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil passou por um pleito eleitoral nas últimas semanas. Tivemos o primeiro turno no dia 6 de outubro e o segundo, para vários Governos Estaduais e Presidência da República, no último dia 27. Ganhamos uns, perderam outros, e o resultado é que venceu a democracia brasileira.

Sr. Presidente, em Santa Catarina, meu Estado, o pleito foi árduo, duro, e a decisão ocorreu no segundo turno. E, como presidente da agremiação vencedora, com a eleição do companheiro Luiz Henrique da Silveira para Governador, não posso deixar de aqui fazer um agradecimento aos que lutaram e participaram da construção desse projeto vitorioso em meu Estado.

Desde o primeiro instante, o meu Partido e o PSDB firmaram um entendimento e uma parceria, conjugando esforços para disputar o segundo turno. Cerca de 15 partidos – dentre eles o PDT, o PPS, o PV, o PCdoB – resolveram, democraticamente, abraçar o projeto do companheiro Luiz Henrique no meu Estado.

Reconheço, por outro lado, que o nosso adversário político, o atual Governador, tem sido um páreo duro. Houve, de lado a lado, esforços e lutas. O povo e todas as lideranças têm participado, mesmo reconhe-

cendo as dificuldades. Penso que, na construção desse projeto diferente, a fim de se implantar uma nova era, um novo modelo de administração para Santa Catarina, desenvolveu-se essa tese vitoriosa. Com o esforço do companheiro Luiz Henrique e também tendo como candidato a vice-Governador o companheiro de Partido, Eduardo Moreira, foi possível implantar-se essa proposta.

Sr. Presidente, como Presidente do nosso Partido, registro neste instante, aqui no Senado Federal, o que ocorreu no meu Estado. Creio que a construção, a luta e a participação de todos os partidos, que entenderam construir essa saída – uns mais, outros menos, mas é claro que com a participação de todos –, permitiram que chegássemos a esse resultado. Não minimizamos a participação de quem quer que seja, porque em Santa Catarina, como também em outros Estados, a diferença foi mínima.

Por isso, com a dedicação e a participação de todos quantos resolveram abraçar esta causa, de se implantar outra proposta, um novo modelo, novos ares em Santa Catarina, alcançou-se esse resultado, e acreditamos piamente que, a partir de janeiro, teremos uma nova caminhada no meu Estado.

Como Presidente do Partido em Santa Catarina, não podia deixar de mencionar os que participaram, os que entenderam, os que abraçaram essa proposta diferente. Prevaleceu, sobretudo, a vontade da maioria – no sistema democrático é isso o que acontece.

Gostaria ainda de registrar que, há vinte anos, perdíamos as eleições mais ou menos pela mesma diferença de votos para o atual governador, que, em 82, disputou com o companheiro Jaison Barreto. Nesse ano, perdemos as eleições em Santa Catarina por mais ou menos essa diferença.

Vejam bem como são as coisas: vinte anos depois inverte-se o processo. E é por isso que eu gostaria de fazer esse registro agradecendo a todos que terão, também, o compromisso de implantar essa proposta lá no meu Estado, invocando não só os que eu já mencionei aqui, mas, principalmente, o PT do meu Estado, que teve papel decisório na vitória desse projeto. Foi decisiva a participação deles nessa segunda rodada – o PT participou com candidatura própria no primeiro turno. Essa participação do PT foi decisiva, sem dúvida alguma. Além disso, é meu dever mencionar também o PSB, que teve candidato a governador e, também, o PPS e os demais partidos que já citei. Todos eles ajudaram a construir essa nova proposta em Santa Catarina.

É o registro, Sr. Presidente, nobres Colegas, que não pude deixar de fazer aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Benício Sampaio por vinte minutos.

O SR. BENÍCIO SAMPAIO (Bloco/PPB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no dia 16 de agosto de 2002, a cidade de Teresina, capital do Piauí, completou cento e cinquenta anos de existência. Sr^{as}. e Srs. Senadores, a ocasião é histórica, digna de grandes e animadas comemorações. E me alegro em constatar que não foi de outra forma: as festas do sesquicentenário se estenderam por um mês, período em que a cidade recebeu as mais variadas homenagens. Na oportunidade, apresentei a esta Casa requerimento de voto de aplauso ao Prefeito Firmino Filho pela excelente organização dessa magnífica festa popular, que certamente ficará por muitos anos na lembrança de todos os habitantes de Teresina.

Gostaria de valer-me da ocasião do sesquicentenário de minha cidade natal para oferecer a V. Ex^{as}. e aos demais brasileiros um breve perfil da Teresina de ontem, de hoje e de amanhã. Não o fiz anteriormente em virtude da escassez de sessões deliberativas no período eleitoral. Com a normalização de nossas reuniões neste Plenário, posso, finalmente, perante os meus nobres pares, fazer o elogio de que minha cidade é merecedora.

Única capital não litorânea do Nordeste, Teresina já nasceu com a missão de integração. Em meados do século XIX, o Presidente da Província do Piauí, o Conselheiro José Antônio Saraiva, decidiu transferir a sede da capital. Oeiras, então capital da província piauiense, jazia no meio do sertão mais incomunicável, num isolamento que dificultava muito qualquer tipo de desenvolvimento e prosperidade.

Por sua posição estratégica, o ponto de confluência dos rios Parnaíba e Poti foi escolhido como sítio da nova cidade, cujo crescimento estaria garantido pelo comércio que, fatalmente, grassaria em região de acesso tão fácil. A distância de 350 quilômetros do litoral não derrubou os ânimos do Conselheiro Saraiva, que inaugurou a cidade em 16 de agosto de 1852. Batizou-a Teresina – uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa de

Dom Pedro II. Nascia, assim, a primeira capital planejada do País.

A análise do Presidente da Província revelou-se profeticamente correta. Nesses 150 anos, Teresina confirmou sua vocação de pólo comercial, vocação à qual foi acrescentando com o tempo alguns talentos que o Conselheiro Saraiva jamais chegou a conceber.

O comércio é, inegavelmente, a principal atividade econômica da cidade. Mais de 50% da mão-de-obra teresinense atua nesse setor. Teresina é um centro atacadista que atende comerciantes tanto das demais cidades do interior do Piauí quanto de cidades do Maranhão, do Pará, do Tocantins e do Estado do Ceará. Outras atividades econômicas de destaque são a indústria têxtil, as manufaturas e o beneficiamento do couro nos tradicionais curtumes da região. Outro setor em franco desenvolvimento é o da construção civil. A tendência, desde 1995, tem sido a verticalização, ou seja, a cidade vem crescendo para cima com a construção de modernos edifícios de apartamentos e de salas comerciais.

Como previu seu fundador, o florescimento comercial de Teresina deve muito à sua posição geográfica. O caráter mesopotâmico da capital piauiense favorece, de modo decisivo, a prosperidade econômica de seus cidadãos. A confluência dos rios Poti e Parnaíba possui, contudo, significado maior que a mera localização geográfica privilegiada. De fato, eles representam muito mais. O rio Poti, que banha vários bairros da cidade, é fonte de renda, alimento e lazer. A argila desse rio é matéria-prima de algumas das melhores peças de nosso artesanato. Já o sinuoso rio Parnaíba – o “Velho Monge”, como o conhecemos no Piauí – é o terceiro maior rio do País e pode ser considerado o grande eixo de desenvolvimento da região que banha, sendo impossível separá-lo da vida e da paisagem teresinense.

Os dois rios representam, também, nossa vontade de integração. A localização estratégica de Teresina, que permite o contato próximo entre essa capital e os estados das regiões Norte e Nordeste, faz-nos lembrar das pontes que interligam as margens opostas dos rios que banham a cidade. Parece-nos, assim, que a vocação dessa cidade é mesmo a busca constante do encontro com o outro, com a outra margem, esteja essa simbolizada pelo litoral, pelos rincões do sertão nordestino ou, ainda, pelas outras regiões do País.

Mas não são apenas os rios que se encontram em Teresina. A malha rodoviária piauiense permite à capital receber, diariamente, milhares de trabalhadores que transitam pelas rodovias municipais, estaduais

e federais. A cidade está na convergência do tráfego rodoviário de estados do Norte e do Nordeste para o sul do País. Teresina encontra-se interligada a Fortaleza, a São Luís, a Belém, a Recife e a Salvador. As estradas locais, por sua vez, facilitam o trânsito entre os habitantes da capital e as diversas cidades que compõem o interior piauiense.

Sr. Presidente, às vezes gosto de imaginar que, por mais certa que possa ter sido sua visão de futuro, o Conselheiro Saraiva jamais poderia imaginar que Teresina se tornaria um grande centro regional de saúde, sob muitos aspectos, o mais importante do Nordeste. Construído ao longo de mais de sessenta anos, o Pólo de Saúde de Teresina é referência nas regiões Norte e Nordeste. O surgimento do pólo pode ser identificado com a inauguração do Hospital Getúlio Vargas, em 1941. Desde então, a estrutura médico-hospitalar da capital piauiense não parou de se expandir. Hoje, 33 hospitais, juntamente com outros 600 estabelecimentos ligados ao setor de saúde, oferecem atendimento médico à população de sete estados. Trata-se da maior concentração de unidades assistenciais do Nordeste. Metade das pessoas atendidas não são de Teresina – uma proporção que não é superada por nenhuma outra cidade do País. É importante frisar, Sr. Presidente, que as pessoas não são atraídas apenas pela grande quantidade de estabelecimentos, mas também pela grande diversidade de especialidades médicas e pelo avanço tecnológico e técnico que caracteriza a prática da medicina em Teresina. Mesmo intervenções delicadas, como o transplante de coração, rim e córnea, são realizadas com elevadíssimos níveis de sucesso e qualidade.

Essa excelência se explica pela tradição que a cidade conquistou no ensino da medicina e de outras áreas de ciências da saúde. Tradição viva até hoje, e fortalecida nos anos 70, com a instalação da Universidade Federal do Piauí. Ainda em razão do Pólo de Saúde, Teresina é uma cidade bastante requisitada para a realização de seminários e outros eventos nas áreas médico-científicas.

A exemplo de vários outros projetos em andamento em todo o País, o Pólo de Saúde de Teresina enfrenta atualmente grave crise, ocasionada por uma carência de recursos alarmante. A verba que o Governo Federal vem destinando à saúde no Piauí não reflete as reais necessidades do setor. Os critérios utilizados pelo Executivo Federal na distribuição de recursos são puramente populacionais. É evidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tais critérios não contemplam a situação de uma cidade como Teresina, em que grande parcela dos pacientes são oriundos de outros

Estados. Esse erro de logística, se não for corrigido, poderá ser a causa do colapso de um sistema do qual dependem a saúde e a vida de cidadãos de outros Estados da Federação!

Outro evento que o Conselheiro Saraiva não seria capaz de predizer é o **boom** que Teresina e o Piauí vêm presenciando, nos últimos cinco anos, na oferta dos cursos de 3º grau. Em um universo de 27 faculdades isoladas, 20 – isso mesmo, 20 – iniciaram suas atividades nos últimos cinco anos. Essas faculdades, juntamente com as duas universidades da cidade, lançam, anualmente, cerca de 8.000 novos profissionais em um mercado mais que saturado.

Reduzir o número de vagas, obviamente, não é solução. O problema, na verdade, tem a mesma natureza dos desafios enfrentados pelo Pólo de Saúde: precisamos de mais recursos, neste caso aliados a programas de desenvolvimento patrocinados pelo Governo Federal. O Estado do Piauí, sozinho, não conseguirá inverter essa grave situação.

Por fim, gostaria de destacar o bem mais valioso de Teresina: as 770 mil pessoas que orgulhosamente habitam a cidade. O calor de seus corações é o verdadeiro responsável pelas elevadas temperaturas da capital. Essa gente festeira e acolhedora terá o maior prazer em apresentar aos visitantes as delícias da cidade: o verde das árvores, espalhadas por 220 praças e 21 parques e reservas; as festas folclóricas do Bumba-Meu-Boi, do Reisado e da Quadrilha; o céu azul e o sol equatorial; e, quando a fome apertar, um belo prato de Maria Isabel, acompanhado de um copo de cajuína, imortalizada por Caetano Veloso em belíssima canção.

Parabéns, Conselheiro Saraiva, pela iniciativa de fundar a cidade. E parabéns, povo de Teresina, pela linda cidade que construímos e continuamos a construir, dia a dia!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho, por vinte minutos.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei pela imprensa, principalmente pela imprensa falada, os mais variados tipos de comentários a respeito das últimas eleições. É a oportunidade de ouvir-

mos a grande quantidade de cientistas políticos que estão surgindo em nosso País.

O resultado dessas eleições no Brasil é um campo muito vasto para o exame dos senhores cientistas políticos; como o povo desta Nação brasileira, de vez em quando, dá lições.

Assistimos à eleição do Presidente da República. Um operário, oriundo de uma remota cidade de Pernambuco, faz esse percurso por São Paulo e alcança a Presidência da República desta Nação extraordinária capaz de uma virada tão profunda: a substituição, sem maiores conseqüências ou agitações, de um governo capitalista, liberal e intelectualizado por um governo de um operário. Tal fato representa bem o espírito pacífico do povo brasileiro.

No entanto, o povo brasileiro foi cauteloso; entregou a Presidência da República ao Sr. Lula e deixou quase todos os Estados governados por Partidos de Oposição ao Presidente eleito. O povo repetiu a confiança em dois Estados de representação política relativamente pequena, mas importantes, como o meu Mato Grosso do Sul e o Acre, e entregou também o Piauí. Contudo, retirou do Partido do Presidente eleito o governo de um dos Estados mais importantes do nosso País.

Ontem, quando da visita que S. Ex^a. o Presidente eleito fez aos diversos Poderes da República, estava em meu gabinete dando uma olhada em uns documentos. Encontrei discurso feito por mim, no começo do ano passado, em que falava da importância do entendimento entre os Poderes da República para fazermos as reformas que são consenso entre a classe política brasileira. Também encontrei pronunciamentos de inúmeros Senadores falando sobre a necessidade das reformas. Não entendemos, portanto, por que elas não acontecem.

Talvez seja o momento de o País efetuar as reformas básicas: política, tributária e judiciária. Além disso, também devemos aproveitar a oportunidade para fazermos a reforma que a Nação brasileira está tão necessitada: a do comportamento humano.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu a estabilidade econômica – estamos com a moeda estável –, conseguiu controlar a inflação, conseguiu levantar o endividamento do País de todas as áreas – Estados, Municípios e autarquias – e está começando o crescimento econômico.

Um dia desses, falando com pessoas ligadas a mim, disse que a não-eleição do candidato ligado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso significava uma espécie de fadiga que dá em peças de máquina

– não quebra, mas fadiga: a população brasileira se fatigou do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Basicamente, todos os candidatos afirmaram a manutenção dos pontos essenciais do atual governo: estabilidade econômica, superávit primário e os princípios básicos que geram a economia familiar equilibrada, ou seja, gastar de acordo com suas receitas.

Por duas vezes, fui prefeito de Campo Grande. Naquele tempo, não existia esta lei tão importante que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas eu afirmava, permanentemente, que a minha administração seguia os princípios da administração familiar. Na administração familiar, ninguém pode gastar mais do que percebe, sob pena de trazer o desequilíbrio ao lar: os filhos saírem de casa e envolverem-se com drogas, a mulher largar o marido. Numa nação desequilibrada, com inflação, aumenta a desordem. Penso que essas eleições propiciarão o entendimento entre as lideranças do nosso País.

Há cerca de dois anos, o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva estava pescando no rio Paraguai, em Porto Murtinho. Como Presidente do PSDB do Mato Grosso do Sul, entendi que deveria visitá-lo, pois ele era o Presidente do maior partido de Oposição do Brasil. O Governo Fernando Henrique Cardoso passava por um período muito difícil, e eu disse ao Senhor Lula a respeito da importância de tentarmos construir um governo de coalizão nacional. Ao final da Era Vargas, apesar do radicalismo da Oposição, o Brasil conseguiu formar um governo de coalizão nacional que deu sustentação política ao Presidente Dutra. Eu disse ao Senhor Lula que aquela era a oportunidade de nos entendermos. E ele afirmou que estivera com o Presidente Fernando Henrique, que ficou de convocá-lo para uma conversa posteriormente, mas que isso não ocorreu, pois setores do governo estavam dificultando esse entendimento.

Precisamos desse entendimento. O País vive uma situação de tranquilidade, mas o endividamento brasileiro é extremamente elevado em relação à produção das nossas riquezas. Estamos numa espécie de concordata, pois o cumprimento dos compromissos assumidos pela Nação brasileira depende de um governo persistente, competente, responsável, que encontrará dificuldades ao cortar benefícios, cortar gastos. Somente um consenso nacional será capaz de nos levar a pagar nossas dívidas e levar a família brasileira a aceitar as dificuldades que serão impostas para que isso seja feito.

Penso que o mundo capitalista, dentro de dois ou três anos, haverá de fazer uma ampla renegociação,

viabilizando as nações mais endividadas para que elas possam cumprir seus compromissos. Somos muito importantes para o mundo capitalista, somos 170 milhões de habitantes. O nosso crescimento é essencial para que tenhamos capacidade de importar mais e de pagar os juros de nossa dívida. De nada adiantará essa política de juros elevados, se as nações não tiverem condições de honrar seus compromissos. Tenho impressão de que o mundo capitalista criará condições para que países como o Brasil, Turquia, Rússia, Argentina e tantos outros tenham condições de cumprirem seus acordos.

E, assim, nós estamos dando um exemplo extraordinário de compreensão humana, somos uma democracia nova que viabiliza a ascensão à Presidência da República de uma pessoa de origem humilde, um trabalhador. Esta é uma nação privilegiada, é uma nação tolerante. Aqui, graças a Deus, é muito diferente do continente africano, da região árabe-israelense, da própria Rússia, onde a corrupção e a violência campeiam. No Brasil, às vezes, fazemos um grande movimento contra a violência – e, efetivamente, precisamos combatê-la com energia –, mas a nossa violência não tem a profundidade daquela que ocorre em outros países.

Companheiros Senadores, não sou cientista político, mas quis fazer um discurso sobre um assunto que os cientistas políticos estão dando muitos palpites. Quem sabe um de meus palpites também possa ajudar a Nação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me congratular com o Senador Lúdio Coelho pela análise que fez sobre a importância de se apoiar o novo Presidente, dentro, é claro, dos critérios de respeito à política de cada partido.

Conhecemos as dificuldades que o País atravessa e que ainda vai atravessar. Assim, a consciência de cada integrante desta Casa e da Câmara dos Deputados terá que funcionar a todo vapor, para que a sociedade brasileira não sofra as conseqüências de oposições selvagens.

Como disse o Senador Lúdio Coelho, um exemplo nesta Casa, estamos vivendo momentos difíceis. Presto, hoje, uma homenagem ao Presidente Fernando Henrique pela sua conduta exemplar na Presidência da República, durante todo o período eleitoral, ja-

mais interferindo no processo ou trazendo qualquer problema que pudesse interferir no resultado das urnas. Creio que o grande vitorioso em toda essa luta pela eleição dos candidatos foi o Presidente Fernando Henrique. Estive com Sua Excelência no dia da votação – pois votamos na mesma seção eleitoral – e senti a vibração do povo por onde Sua Excelência passava, e mesmo dos eleitores daquela seção, que o aplaudiram e o reverenciaram por toda a força que deu para a consolidação da democracia.

Sr. Presidente Edison Lobão, eu gostaria de deixar registrada a figura exemplar do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por toda a caminhada que soube impor durante esses oito anos. Foram muitos dias de sofrimentos, de amarguras, de luta para manter o País com essa estabilidade adquirida com muita dificuldade. Hoje, ao se aproximar o término do seu Governo, Sua Excelência dá mais um exemplo de dignidade e respeito ao cidadão e às forças políticas do País, consolidando definitivamente a democracia em nossa terra.

Temos que cultivar esse trabalho. Essa árvore cresceu, frutificou e vamos colher os seus frutos. Temos que trabalhar para que, em um futuro próximo, passadas as dificuldades, os obstáculos naturais que surgirão nessa globalização da economia, a sociedade, principalmente os nossos netos, possam desfrutar de um país mais tranquilo, mais feliz e mais justo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Requeiro aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário, pois teremos votação nominal dentro de alguns minutos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

**Acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14
da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 12 e 13:

Art. 14.....
.....

§ 12. Os agentes públicos que substituírem o Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal e Prefeito, nos seis meses anteriores ao pleito, não serão considerados inelegíveis por essa razão, desde que a soma das substituições no período não exceda a quinze dias.

§ 13. A ressalva estabelecida no parágrafo anterior aproveita ao cônjuge e aos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos agentes públicos nele referidos.

Justificação

A proposição que estamos submetendo à apreciação dos Senhores Senadores tem o objetivo de resolver problema que a cada período eleitoral se repete em nosso País.

Trata-se da questão relativa à substituição dos titulares das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições.

Como é sabido, tanto o Vice-Presidente da República, como os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o Presidente do Supremo Tribunal Federal estão arrolados, no art. 80 da Constituição Federal, como passíveis de serem chamados ao exercício da Presidência da República, no caso de impedimento do titular ou vacância do cargo.

Outrossim, regras similares estão adotadas nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

Ocorre que a Justiça Eleitoral tem o entendimento de que o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados ou o Presidente do Senado Federal que substituírem, ainda que eventualmente, o Presidente da República, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, ficarão inelegíveis para outros cargos, mesmo que seja para os cargos que vinham anteriormente exercendo.

Como as regras referentes à inelegibilidade inscritas nos §§ 6º e 7º do art. 14 da Constituição, que embasam a tese de que fica inelegível quem substituir Chefe do Poder Executivo, nos seis meses anteriores às eleições, ainda que tal substituição se dê por apenas curto espaço de tempo, correspondem a certo equilíbrio político que foi obtido por ocasião da votação da chamada Emenda da Reeleição, em 1997, entendemos que uma proposta de alteração nessas regras poderia implicar certa desestabilização política, o que preferimos evitar.

Por essa razão, optamos por proposta que visa a resolver situação hoje existente, que beira às raias do **non sense**, pois o que todos assistimos são via-

gens artificiais, adrede preparadas para que os ocupantes de cargos arrolados na chamada “cadeia de sucessão” dos Chefes de Poder Executivo não substituam esses agentes públicos, em caso de impedimento, afastando, dessa forma, a incidência de inelegibilidade.

Assim, para resolver o problema em questão, estamos propondo que não haja incidência de inelegibilidade sobre os agentes públicos que podem ser chamados a substituir o Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal e Prefeito, nos seis meses antes do pleito, quando a soma das substituições no período não exceder a quinze dias.

Ademais, por razões até mesmo lógicas, estamos também estabelecendo que tal regra se aplique ao cônjuge e aos parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos agentes públicos referidos. Tal extensão se impõe em razão do disposto no § 7º do art. 14 da Constituição Federal, que estabelece a inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos Chefes de Governo e de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Uma vez adotadas as normas que ora propomos, ficaria sanado o problema a que hoje todos assistimos.

Enfim, a nossa proposta é no sentido de que se dê tratamento adequado a uma questão que hoje, decididamente, não encontra solução de boa espécie.

Ante todo o exposto e em face da especial relevância da proposta de emenda à Constituição que ora apresentamos, solicitamos aos ilustres Congressistas o seu acolhimento.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2002. –
Senador **Paulo Souto** – **Geraldo Cândido** – **Antero Paes de Barros** – **Jefferson Peres** – **Carlos Wilson** – **Pedro Simon** – **Romeu Tuma** – **Freitas Neto** – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Althoff** – **Tião Viana** – **Osmar Dias** – **Waldeck Ornelas** – **Antonio Carlos Junior** – **Benício Sampaio** – **Arlindo Porto** – **Jorge Bornhausen** – **Bello Parga** – **Nabor Junior** – **Gilberto Mestrinho** – **José Eduardo Dutra** – **Lindberg Cury** – **Luiz Pontes** – **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 14. (*) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994

(*) Emenda Constitucional nº 16, de 1997

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 520, DE 2002.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e com base em informações constantes de reportagem veiculada pela edição do *Jornal do Brasil* de 18 de setembro de 2002, sob o título Verba para inclusão digital cai 85%, com o subtítulo 7 milhões de alunos ficam sem internet, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado das Comunicações pedido de informações do próprio Ministro e do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com vistas à obtenção dos seguintes esclarecimentos referentes à utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 3.624, de 5 de outubro de 2000, recursos esses destinados a programas de acesso à *Internet* e telefonia para populações carentes:

a) Quais os problemas burocráticos e jurídicos que têm inviabilizado a implantação dos referidos programas?

b) Quais os cortes orçamentários exigidos pela área econômica relativamente à utilização dos recursos do FUST na implementação dos programas?

c) Quais os programas e projetos já efetivamente implantados com a aplicação dos recursos do FUST?

d) Qual o montante da arrecadação da contribuição de 1% sobre o faturamento das empresas do setor de prestação de serviços de telecomunicações para aplicação nos programas?

Justificação

Reportagem publicada pela edição do *Jornal do Brasil* de 18 de setembro de 2002, sob o título Verba para inclusão digital cai 85%, com o subtítulo 7 milhões de alunos ficam sem internet, informa que o orçamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), previsto pelo Ministério das Comunicações para o próximo ano, prevê a receita de R\$576,422 milhões, dos quais R\$ 455,972 milhões estariam contingenciados, restando, assim, apenas R\$120,450 milhões para aplicação em programas sociais de inserção da população carente nos serviços de telecomunicações. A queda de 85% dos recursos resulta de comparação entre este último valor e a estimativa de despesa do governo federal com os programas sociais de universalização das telecomunicações para 2002, da ordem de R\$820 milhões.

A reportagem assevera, ainda, que dos R\$120,450 milhões supra mencionados, R\$33,314 milhões seriam aplicados no subsídio à implantação de serviços de telefonia para comunidades de baixo poder aquisitivo, e R\$24,562 milhões, nos programas de implantação de rede de *Internet* em escolas públicas e bibliotecas. O texto alega que, não fosse a ocorrência de problemas administrativos e jurídicos, "... o programa da internet já estaria em operação, beneficiando 13 mil escolas públicas do ensino médio e profissionalizante, abrangendo universo de 7 milhões de alunos".

Formulo o presente requerimento de informações por entender que o Senado Federal deva buscar, junto às autoridades responsáveis pela viabilização dos programas sociais de universalização das telecomunicações, o cabal esclarecimento das inquietantes informações contidas na reportagem, para, se for o caso, agir no sentido da correção de tal estado de coisas nas deliberações sobre a proposta orçamentária para o exercício de 2003.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2002. – Senador, **Valmir Amaral**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

São lidos os seguintes:

Of. nº 315/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado João Caldas (PL/AL), na qualidade de titular, e o Deputado Marcos de Jesus (PL/PE), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 58, de 2002, que "Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências".

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 316/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Eujácio Simões (PL/BA), na qualidade de titular, e o Deputado João Caldas (PL/AL), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 59, de 2002, que “Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 317/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado De Velasco (PSL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Ronaldo Vasconcellos (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 61, de 2002, que “Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 318/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Almeida de Jesus (PL/CE), na qualidade de titular, e o Deputado Badu Picanço (PL/AP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 62, de 2002, que “Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe

sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 320/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Luciano Bivar (PSL/PE), na qualidade de titular, e o Deputado Medeiros (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 63, de 2002, que “Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 321/02 – BP

Brasília, 27 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Eujácio Simões (PL/BA), na qualidade de titular, e o Deputado Badu Picanço (PL/AP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 64, de 2002, que “Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. nº 195/PDT

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Dr. Hélio para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e

proferir parecer à Medida Provisória nº 38/2002, que “dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regime especial de parcelamento da contribuição para o programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários...”, em minha substituição.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT.

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PSDB/PPB

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os Senadores do Bloco PSDB/PPB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 75

PUBLICAÇÃO **DOU**: 25-10-02

ASSUNTO: Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Eduardo Siqueira Campos	Senador Freitas Neto
Senador Ricardo Santos	Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Benício Sampaio	Senador Geraldo Melo

Brasília, 30 de outubro de 2002. – **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

LIDERANÇA DO BLOCO PDT/PPS

Of./Bloco/nº 29/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a seguinte permuta: para titular, Deputado João Herrmann Neto/PPS; para suplente, o Deputado Clementino Coelho/PPS, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **João Herrmann Neto**, Líder do Bloco Parlamentar PDT/PPS.

Of. GL/PMDB nº 154/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senador Luiz Pastore, como membro titular, em substituição ao Senador Francisco Escórcio, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

LIDERANÇA DO PTB

Ofício nº 473/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Deputado Iberê Ferrelra (PTB – RN) como Titular, em substituição à Deputada Zila Bezerra (PTB – AC), para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço. – Deputado **Nelson Marquzelli**, Vice-Líder do PTB.

Ofício nº 474/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Deputado Edir Oliveira (PTB – RS) como Titular, em vaga existente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço. – Deputado **Nelson Marquzelli**, Vice-Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

LIDERANÇA DO PTB

Ofício nº 475/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senhora Deputada Zila Bezerra (PTB – AC), como Suplente, em

vaga existente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço.
Deputado **Roberto Jefferson**, Líder do PTB.

O Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência designa a Deputada Zila Bezerra, nos termos do Ofício que acaba de ser lido, para compor, como suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, em 23 de fevereiro de 2001, o então Presidente do Senado determinou que fosse lacrado o sistema eletrônico de votação do plenário e que fosse contratada perícia técnica especializada para averiguar fatos que já são do conhecimento de V. Ex^{as}, tendo sido contratada a Unicamp, que, em seu relatório, apresentou diversas recomendações a serem seguidas com vistas ao incremento da segurança do sistema.

Sob orientação do 1º Secretário da Mesa, foi constituída Comissão composta por servidores especializados da Casa, que, após amplo trabalho, apresentou seu relatório no sentido da execução que fora recomendada pela Unicamp, tendo apresentado também sugestões, sempre no intuito de aprimorar o sistema de segurança.

Realizada licitação na modalidade de concorrência pública, foi contratada a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., que implementou as recomendações de segurança do sistema eletrônico de votação, com a supervisão, tanto da Comissão de Servidores, como da Unicamp.

Hoje, no Gabinete desta Presidência, o 1º Secretário da Mesa, Senador Carlos Wilson, fez a entrega do documento recebido da Unicamp, de certificação do sistema eletrônico de votação do Senado Federal, cuja conclusão é a seguinte: “Pode-se afirmar que o sistema de votação eletrônico do Senado Federal satisfaz os requisitos de segurança exigidos pelo tipo de uso a que se destina, possuindo condições de ser utilizado em toda a sua funcionalidade pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal nas votações secretas, votações nominais e para o registro de comparecimento às sessões.”

Assim, já a partir desta sessão, utilizaremos o novo sistema também para as votações secretas.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que não se encontram no Plenário para que venham até ele, porque teremos votação nominal e secreta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2002 (nº 2.966/2000, na Casa de origem), que denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situado no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, tendo parecer favorável, sob nº 810, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão do projeto, em turno único.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2002

(Nº 2.966/2000,na Casa de origem)

Denomina “subestação Defiro Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2002 (nº 3.739/2000, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 785, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2002

(Nº 3.739/2000, na Casa de Origem)

Denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a Rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a Rodovia BR-153 compreendida entre o Município de Marabá, no Estado do Pará, até o Município Aceguá, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2002 (nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Uruaí, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 505, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2002

(Nº 1.185/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruaí, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 192, de 17 de maio de 2000, que autoriza a Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Pimenta – FUNCEC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruaí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2002 (nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 507, de 2002, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2002**

(Nº 1.075/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 433, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Liberdade Acreunense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2002 (nº 1.021/ 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 513, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2002**

(Nº 1.021/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 395, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Santo Antônio do Pinhal a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 6:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2002 (nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 514, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2002**

(Nº 1.104/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 314, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Simonense a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de passarmos à apreciação do Item 7 da pauta, reforço o apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa para que venham ao plenário, porque haverá votação que exige **quorum** qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

**PARECER Nº 889, DE 2002
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 889, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador

Francelino Pereira, sobre a Mensagem nº 272, de 2002 (nº 731/2002, na origem), de 19 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor João Otávio de Noronha, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a advogado, decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Roberto Sarai-va da Costa Leite.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser realizada por escrutínio secreto.

As Sr^{as}. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar pelo sistema eletrônico, da seguinte forma – peço a atenção das Sr^{as}. e dos Srs. Senadores: digitem a senha de sete dígitos; pressionem o botão referente ao voto “sim” ou “abstenção” ou “não”; pressionem, novamente, o botão “sim” ou “abstenção” ou “não”, para confirmar o voto.

O voto somente será registrado se a senha digitada estiver correta e a seleção do voto for confirmada. Para retificar ou alterar o voto o Senador deve repetir a seqüência acima.

Nas bancadas existe a orientação de como proceder para votar. A Mesa dá essa explicação porque hoje é a primeira vez que estamos votando pelo sistema eletrônico depois que ele foi devidamente certificado pela Unicamp.

A Mesa reitera o apelo para que os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes venham até o plenário.

Está-se procedendo a votação nominal e secreta e, a seguir, haverá uma outra, daí por que solicito aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 889, DE 2002 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

DOUTOR JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, PARA COMPOR O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 30/10/2002

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 30/10/2002 15:30:22
Encerramento: 30/10/2002 15:42:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou
Bloco-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou
PTB	PE	CARLOS WILSON	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
Bloco-PT	RS	EMILIA FERNANDES	Votou
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	Votou
PFL	DF	LINDBERG CURY	Votou
Bloco-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou
Bloco-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	ES	LUIZ PASTORE	Votou
Bloco-PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PTB	RN	TASSO ROSADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	Votou

Presidente: RAMEZ TEBET

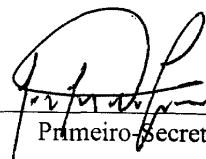
Votos SIM : 49

Votos NÃO : 01

Total : 50

Partido UF Nome do Senador Voto

Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; NÃO, 01.

Não houve abstenção.

Total: 50 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 8:

PARECER Nº 890, DE 2002

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 890, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 273, de 2002 (nº 744/ 2002, na origem), de 22 de agosto último, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Leite Pereira Filho*, para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores já podem votar no painel eletrônico da mesma forma como procederam na primeira votação.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

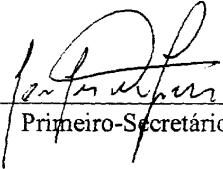
VOTAÇÃO SECRETA**PARECER N° 890, DE 2002 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

SENHOR JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 2 Abertura: 30/10/2002 15:43:26
Data Sessão: 30/10/2002 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 30/10/2002 15:50:37

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PSDB	RJ	ARTUR DA TÁVOLA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou
Bloco-PPB	PI	BENÍCIO SAMPAIO	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou
PTB	PE	CARLOS WILSON	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
Bloco-PSDB	RO	CHICO SARTORI	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
Bloco-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	Votou
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou
Bloco-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou
Bloco-PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
Bloco-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PFL	DF	LINDBERG CURY	Votou
Bloco-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou
Bloco-PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou
Bloco-PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	ES	LUIZ PASTORE	Votou
Bloco-PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
Bloco-PT	AC	MARINA SILVA	Votou
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
Bloco-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
Bloco-PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PSDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PTB	RN	TASSO ROSADO	Votou
Bloco-PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	Votou

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 06 Total : 53
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

Presidente: RAMEZ TEBET

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 46 Senadores; NÃO, 06. Houve 01 abstenção.

Total: 53 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para reiterar o convite aos eminentes colegas Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para uma reunião extraordinária, devidamente convocada para logo após a Ordem do Dia, destinada à apreciação do parecer sobre as emendas relativas à Reforma Judiciária, uma das matérias em que, sei, está V. Ex^a altamente interessado, a fim de que possamos, ainda agora, avançar nesse assunto.

Estou apenas renovando o convite aos eminentes colegas porque, parece-me, há apenas um item na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

A Presidência reafirma o apelo feito pelo ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que seus membros compareçam à reunião extraordinária que dará continuidade à votação da reforma do Poder Judiciário.

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Chico Sartori. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a registrasse o meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador Renan Calheiros, a votação foi secreta, mas a presença de V. Ex^a está registrada.

V. Ex^a quer usar da palavra como Líder?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

S.Ex^a desiste de usar da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Lúcio Alcântara e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, à medida que passa o tempo e, com o devir, transformam-se os costumes, muda também o sentido de moral das sociedades. Ainda que haja, com toda a certeza, um núcleo imutável de preceitos éticos supostos universais – que Kant denominou imperativos categóricos –, a verdade é que a moral muda sempre. E o faz tão mais rapidamente em nossa era de vertiginoso progresso tecnológico e de globalização das informações. O contato mais direto com outros povos, outros usos, e a descoberta de novos conhecimentos e técnicas altera inevitavelmente nossa visão do mundo e de nós mesmos.

Ora, Sras e Srs. Senadores, as leis, sejam escritas ou consuetudinárias, constituem uma das mais evidentes expressões da moral de uma sociedade, pois prescrevem determinadas condutas e proíbem outras, além de impor sanções aos indivíduos que se elidem das primeiras e incidem nas últimas. Por isso, nada mais natural que a passagem do tempo e a evolução dos costumes impliquem, ao fim de um processo de assimilação do novo, a modificação das leis.

Os conceitos relativos à moral familiar e sexual talvez sejam os que sofreram as mudanças mais radicais no último meio século, que levaram a alterações significativas do Código Civil de 1916 e até à necessidade de elaboração de um novo CC. Coisas hoje consideradas corriqueiras seriam motivo de escândalo há poucas décadas. A legalização do divórcio, em 1977, é provavelmente o exemplo mais claro de alte-

ração do entendimento da sociedade brasileira quanto à questão da família e é também, pelo tempo que consumiu desde as primeiras proposições até sua implementação em nosso sistema legal, um exemplo da resistência de alguns setores da sociedade à mudança das leis.

Do mesmo modo, o reconhecimento, pela Carta de 1988, das chamadas uniões estáveis seria impensável até pelo menos o final dos anos sessenta. No entanto, somente a pessoas muito preconceituosas ou conservadoras ocorreria hoje condená-lo, desconhecendo o ganho social, em termos de igualdade perante a lei, concedido por essa inovação aos casais unidos sem matrimônio oficiado, bem como aos filhos resultantes dessas famílias.

Sr. Presidente, se fiz questão de citar o divórcio e a união estável como exemplos marcantes de alterações em nossa legislação relativa à família, é porque desejo chamar a atenção de meus Pares para uma proposição que apresentei no ano passado e que se encontra hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à espera de introdução em pauta, com parecer e emenda elaborados pelo Senador José Fogaça.

Essa proposição de minha autoria, o Projeto de Lei do Senado 116, de 2001, visa à alteração da Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que tem a seguinte ementa: “regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências”.

Pode parecer surpreendente, mesmo tendo em vista meus argumentos a respeito da mudança das leis a partir da evolução dos costumes, que um documento legal com apenas dez anos possa estar, de algum modo, ultrapassado. No entanto, é isso mesmo que se dá: nessa última década, tornou-se rotineiro o emprego da técnica de pareamento de cromossomos nos processos de investigação de paternidade, relegando definitivamente ao passado o antigo recurso à prova testemunhal e à comparação fenotípica – isto é, da semelhança de traços anatômicos ou fisionômicos. A prova por exame de DNA é cabal: exclui de todo a possibilidade da paternidade em exame ou a ratifica com grau de certeza muito próximo a 100% – quer dizer, com virtual certeza.

À evidente mudança introduzida pelo progresso da técnica de exame de genoma, deve-se acrescentar uma consideração propriamente jurídica. Trata-se da expressão “filhos havidos fora do casamento”, que me soa como um resquício da moral ultrapassada pela qual havia diferença entre os descendentes ditos *legítimos* e os outros. A Lei 8.560, de 1992, assim, pare-

ce-me em conflito ideológico com a Constituição e com o novo Código Civil.

Por isso, meu projeto prevê a alteração da ementa pela simplificação, com a exclusão da expressão citada – “filhos havidos fora do casamento”. O relator do Projeto na CCJ, Senador José Fogaça, com muita propriedade nestes tempos de justa igualdade entre homens e mulheres, acrescentou ao texto da ementa a possibilidade da investigação também da maternidade, pois há inúmeras situações nas quais a presunção do conhecimento da mãe é equivocada, como nos casos da chamada *adoção à brasileira*, pela qual a criança nascida de uma mulher, geralmente de pouca idade e poucos recursos, é registrada fraudulentamente como nascida de outra. A ementa passaria a ser, portanto, “Regula a investigação de paternidade ou de maternidade”.

A emenda do Senador Fogaça incide sobre o artigo segundo de minha proposição, aprimorando-a. Ao acrescentar um parágrafo ao artigo oitavo da Lei 8.560, de 1992, procurei abrir a possibilidade de reabertura dos casos julgados antes do advento da técnica de pareamento cromossômico, para que seja possível reexaminá-los à luz do procedimento científico agora disponível. Esse parágrafo, com a nova redação dada pelo Senador Fogaça, torna coisa julgada a ação de paternidade ou de maternidade realizada com a prova de pareamento cromossômico, mantendo, porém, passíveis de reexame as decisões anteriores, fundadas nas provas testemunhais ou fenotípicas, possibilitando o estabelecimento e a revelação da verdade, que é preceito do Código de Processo Civil.

Pelo que, em minha opinião, esse Projeto de Lei apresenta de adequação da lei à atualidade, nos sentidos moral e técnico, julgo-o digno da atenção dos membros do Congresso Nacional. O novo milênio não comporta mais os preconceitos contra as formas não tradicionais de família, que norteavam o antigo Código Civil, recentemente substituído.

Cabe às Sras. e aos Srs. Senadores considerar a oportunidade e cabimento dessas minhas considerações e de meu PLS.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, outubro é consagrado, no calendário da Organização Mundial de Saúde (OMS), como o mês no qual se comemora o “Dia Mundial da Saúde Mental”. E isto nos oferece a oportunidade para reflexão sobre este grave problema de saúde pública que são os transtornos mentais,

sobre os avanços que se têm verificado nos últimos anos na abordagem do tema, sobre o que temos conseguido realizar no Brasil em termos de melhoria no atendimento aos portadores dessas moléstias e sobre o caminho que devemos percorrer no futuro imediato.

O problema das desordens neuropsiquiátricas é deveras preocupante. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que cerca de um sexto da população mundial sofra de depressão, esquizofrenia, demência, retardamento mental, estresse pós-traumático ou epilepsia. A cada quatro pessoas que procuram ajuda médica, uma, ao menos, tem problemas dessa ordem, que, quase sempre, são incorretamente diagnosticados. Existem cerca de 340 milhões de deprimidos em todo o mundo, e a Organização Mundial de Saúde calcula que menos de 25% desses têm acesso a tratamentos adequados e eficientes.

Embora não constituam causa direta de óbito, as desordens mentais estão freqüentemente presentes na etiologia de outras moléstias, contribuindo, nessa medida, para a redução da expectativa de vida. Ademais, podem os transtornos mentais conduzir ao suicídio, motivo de perda de 1 milhão de vidas por ano. De outra parte, estatísticas da ONU demonstram que a quantidade de faltas ao trabalho causadas por distúrbios mentais é maior que aquela provocada por outras doenças.

Ainda mais alarmante é o prognóstico para o futuro próximo. Espera-se para a próxima década que o número de casos cresça por causa, principalmente, da degradação do ambiente social. A crescente violência, o abuso do álcool e de outras substâncias psicoativas tem ocasionado o aparecimento dessas moléstias em contingentes populacionais cada vez mais jovens. A metade dos portadores de distúrbios mentais apresenta os primeiros sintomas antes de completar 25 anos de idade. No outro extremo da pirâmide etária, o aumento da expectativa de vida da população também contribui para o incremento no número de casos das doenças neuropsiquiátricas. Esse é o caso, por exemplo, do Mal de Alzheimer, que afeta entre 2% e 5% das pessoas com mais de 65 anos e chega a atingir 20% daquelas com mais de 85.

No Brasil, em particular, a situação não é menos grave. O próprio Presidente da República, em sua Mensagem ao Congresso Nacional no ano 2000, no capítulo relativo à "Saúde", componente do título III, referente ao "Desenvolvimento Social", declarou: "Os transtornos mentais alcançaram índices expressivos, que oscilam de 20% a 50% de prevalência em algumas cidades brasileiras".

Os Professores Miguel Jorge e Jair Mari, do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, afirmam que as estimativas são de que 1 em cada 4 pessoas deve apresentar um transtorno mental ao longo da vida, e que cerca de 34 milhões de brasileiros estão, neste momento, sofrendo por causa de algum transtorno mental.

O então Ministro José Serra, por seu turno, quando da solenidade de sanção da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que "Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", afirmou que, atualmente, 5 milhões de pessoas necessitam de tratamento psiquiátrico regular no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no ano passado, a Organização Mundial de Saúde elegeu a Saúde Mental como tema do Dia Mundial da Saúde, comemorado em 07 de abril, e o lema escolhido foi: "Cuidar, sim. Excluir, não".

De fato, esse lema resume com grande propriedade a mudança de enfoque que se está processando no tratamento dos transtornos mentais.

Como se sabe, a instituição denominada "hospício" surgiu em fins do séc. XVIII, apoiada no discurso médico que preconizava a "vitória da Ordem sobre o Desvio". A verdade, contudo, é que essa instituição representava a aniquilação de alguns dos indesejáveis da época, aqueles que tinham um tipo de pensamento ou comportamento que não era compreendido, portanto questionador da Razão, que se queria suprema.

Hoje, à luz de estudos sociológicos e organizacionais, pode-se definir o hospital psiquiátrico como um grande exemplo de centralização/segregação/burocracia. O ambiente dessas instituições é, via de regra, tão desumano que qualquer benefício derivado da terapia é drasticamente reduzido ou mesmo anulado. Os resultados dessa conduta de exclusão dos doentes mentais estão, agora, felizmente, à vista de todos: cronificação das moléstias, sofrimento para internados e funcionários, falta total de resolução dos problemas que a instituição se propõe a tratar, enormes gastos desnecessários.

Em países como o Brasil, o difícil quadro social – marcado pelo desemprego, pela desesperança, pela ausência de perspectivas de vida, pela criminalidade – coloca um grande contingente populacional em permanente risco em relação ao sofrimento psíquico. Nessa situação, a produção de sofrimento mental aumenta e cresce a pressão para a eliminação

dos sintomas por diversos meios, como uma forma de desconhecer as fontes de criação ou agravamento do sofrimento. O sistema de atendimento em saúde mental serviu assim, ao longo de muitos anos, de amortecedor da iniquidade social, isolando e destruindo as pessoas que não podiam adaptar-se ao modelo produtivo excludente.

Mas, já há alguns anos, essa situação está mudando. Os profissionais de saúde estão conseguindo mostrar que é possível organizar uma consolidada rede de assistência. Apoiados pela opinião pública, desenvolveram importantes alterações na forma de atendimento, mudando mesmo as bases de entendimento a respeito do que é sofrer e atender.

O início dessas transformações veio com a criação de ambulatórios e com a mudança das características dos hospitais psiquiátricos. Desenvolve-se, em todo o País, um conjunto, cada vez mais criativo e diverso, de práticas que invertem a lógica da exclusão.

Das oficinas terapêuticas aos Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial; das equipes multidisciplinares em emergências às terapias comunitárias; dos grupos e psicoterapias de diversas tendências teóricas à psiquiatria clínica conseqüente e integrada às demais abordagens; da psicologia ao serviço social; da enfermagem psiquiátrica à fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, musicoterapia, arteterapia, agentes comunitários de saúde, coordenadores de diversos tipos de oficinas, todos esses agentes e dispositivos trabalham no sentido de mudar o modelo assistencial em saúde mental. Em vez de excluir sintomas e pessoas, os profissionais de saúde mental têm trabalhado no sentido de integrar o que se apresenta como sofrimento na vida pessoal, familiar e social num movimento que pode produzir significativas mudanças sociais.

Importa ressaltar que a mudança do modelo assistencial, nos últimos anos, tem sido feita de forma segura para familiares, comunidades e pessoas assistidas. Diminuem os leitos psiquiátricos e nem por isso aumentam os distúrbios nas casas e nas ruas. Pelo contrário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante destacar que são aspectos muito importantes de todas as práticas alternativas em saúde mental a autogestão dos serviços e a quebra do poder absoluto do médico e também de todos os profissionais, num questionamento corajoso do papel que os profissionais de saúde mental desempenham frente às pessoas assistidas. Num caminho inverso à centralização e à burocratização, as terapias que dão melho-

res resultados e a forma de gestão mais produtiva das unidades de saúde mental ocorrem numa situação de aplainamento dos poderes, seja nas relações terapêuticas, seja na gestão institucional.

A partir das iniciativas nessa direção, surgiram práticas que não mais se caracterizam como aplacadoras de uma situação social injusta, mas que, além de realizarem os tratamentos necessários, promovem a cidadania e a dignidade dos portadores de transtornos mentais. Concretiza-se, com isso, um novo papel social e uma acrescida responsabilidade dos profissionais de saúde, que devem, nas suas práticas cotidianas, dar sempre preferência àquelas que promovam a dignidade do ser humano, negando-se a perpetuar aquelas que significam exclusão e falsas soluções. Já existe, hoje, um grande acúmulo de conhecimento e de práticas – com resultados registrados –, que têm como conseqüência melhor atendimento, promoção da cidadania e corte de custos.

Estamos vivendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, um momento importante e histórico na área de saúde mental no Brasil. Nesta conjuntura, o Governo Federal tem feito a sua parte.

Mesmo antes da sanção da Lei nº 10.216, o Programa Saúde Mental, conduzido pelo então Ministro José Serra, vinha imprimindo ampla reforma na assistência psiquiátrica, criando rede diversificada de serviços socio-sanitários aptos a responder às diferentes necessidades dos usuários.

As ações desse programa estão centradas na disseminação de consciência social e de suporte à cidadania dos portadores de transtornos mentais, vigilância ao respeito dos direitos humanos e de cidadania, apoiando as iniciativas legislativas na matéria e disseminando essas práticas no seu sistema de atendimento. Nesse sentido, o programa vem buscando reduzir, até o próximo ano, a média diária de permanência hospitalar no SUS de 49 para 40 dias e fornecer anualmente incentivo-bônus para assistência, acompanhamento e integração fora da unidade hospitalar de 5 mil e 500 pacientes portadores de agravo mental.

Já no ano 2000, o Ministério da Saúde havia estabelecido uma interessante forma de atendimento plenamente condizente com o espírito da reforma psiquiátrica, o Serviço Residencial Terapêutico. Esse serviço consiste no fornecimento, pelas Prefeituras Municipais, de casas onde, com o apoio de equipes de saúde mental, passam a residir ex-internados em hospitais psiquiátricos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma psiquiátrica vem mudando a face da assistência em

saúde mental no Brasil, mesmo contra todas as dificuldades. Esse novo modelo tem como principais méritos o respeito à dignidade humana dos assistidos e a maior eficácia terapêutica. Não é de se desprezar, contudo, seus efeitos positivos no que se refere ao combate ao desperdício e ao desvio de recursos públicos. Como apontou o então Ministro José Serra:

Um dos maiores focos de fraude no Sistema Único de Saúde (SUS) é a área psiquiátrica, exatamente pela dificuldade do controle, pela dificuldade de saber de fato se o paciente realmente precisa do tratamento ou se a sua internação está sendo prorrogada de modo artificial.

É importante, portanto, neste mês de outubro, em que se comemora o Dia Mundial da Saúde Mental, reafirmar as diretrizes da reforma psiquiátrica em andamento, propugnando a generalização em todo o território nacional de todos os modos de tratamento por ela recomendados: Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial, oficinas terapêuticas, lares abrigados, emergência psiquiátrica em hospital geral, abordagem à saúde mental na atenção básica, entre outros. A condenação dos hospitais psiquiátricos não é mais novidade, sendo agora sua extinção recomendada também pela OMS. Urge, portanto, desenvolver a rede de atendimento e os trabalhos alternativos e comunitários, lembrando que existem ainda milhares de doentes mentais sem assistência.

No âmbito do Poder Legislativo, cumpre articular a aprovação de leis que promovam os direitos da pessoa assistida em saúde mental, como moradia, passes de ônibus, bolsas de trabalho. Devem-se, também, promover campanhas nos meios de comunicação de massa visando a reverter o preconceito em relação ao que se convencionou chamar de "doença mental".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., assegurar aos portadores de transtornos mentais assistência psicossocial de boa qualidade, promover-lhes os direitos, estimular sua inclusão social é uma questão de respeito à dignidade da pessoa humana. São iniciativas, portanto, que configuram uma política de autêntico conteúdo democrático. E é esse conteúdo que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tratou de incluir em todas as suas ações de política social, consciente de que é disso que o Brasil precisa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os brasileiros de ou-

tras regiões pouco conhecem sobre a Amazônia. Há muita desinformação, preconceitos, ignorância. A própria mídia, muitas vezes pressionada pela busca de pontos na audiência e pela sobrevivência comercial, pouco se volta para os Estados da Região Norte. Quando o faz, pauta-se, na maioria dos casos, pelas notícias negativas e sensacionalistas.

Assim, como um dos representantes do povo paraense nesta Casa, ocupo a tribuna, nesta oportunidade, para mostrar aos nobres colegas e aos brasileiros de outras regiões a iniciativa que me enche de orgulho e alegria e que vem a reforçar a minha crença no trabalho, no esforço e na diligência do povo paraense. Tal iniciativa é o Projeto Curauá, que é prova da luta do povo do meu Estado para construir o progresso e o desenvolvimento econômico, como também, é exemplo de que o brasileiro, quando tem oportunidade, é capaz de superar quaisquer crises.

Tenho, assim, a firme certeza de que o povo da Região Norte tem muito a ensinar aos brasileiros de outras regiões. Em especial, ao mostrar, por meio do Projeto Curauá, que o desenvolvimento sustentável é possível. Desenvolvimento sustentável significa mostrar que o homem pode conviver harmonicamente com a natureza e que esta, ao ser preservada, pode proporcionar trabalho, renda e dignidade para o homem.

O curauá é planta amazônica cultivada há décadas pelos agricultores para produção de cordame. Na última década, no entanto, diversas iniciativas do Governo Estadual do Pará, da iniciativa privada e de órgãos de pesquisa científica convergiram para transformar o curauá em alternativa econômica viável para os agricultores paraenses.

Em 1994, a Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – instalou viveiro em Boa Fé, para produzir 350 mil mudas de curauá. No ano seguinte, a mesma Emater e o Basa – Banco da Amazônia – financiaram 50 produtores do Lago Grande com um hectare cada. Em 1996, o Governo Estadual liberou vinte mil reais para a produção de um milhão de mudas. Em 1997, são financiados mais 82 hectares de curauá na região do Lago Grande. Em 1999, mais 100 hectares plantados com a participação de 50 famílias. Em 2000, o Governo Estadual isentou de ICMS, por 6 meses, a comercialização da fibra do curauá. Ao mesmo tempo, mais área é dedicada ao cultivo da planta e verbas são destinadas à compra de máquinas e motores para o seu beneficiamento. Em 2001, a empresa Pematec mostra interesse pela fibra de curauá e, no ano seguinte, a mesma

empresa apresenta moderna máquina para beneficiar a planta.

Este breve histórico ilustra como vem sendo buscado, ao longo da última década, o desenvolvimento sustentável da região a partir de soluções que sejam encontradas no próprio Estado.

O Governo Estadual está, pois, sintonizado com o resto do mundo, quando busca meios para tornar compatível o desenvolvimento com equilíbrio ecológico. Por toda parte, cresce a consciência de que os recursos econômicos são escassos e que sua utilização desenfreada pode levar ao colapso ambiental do planeta. Assim, o homem aprende que deve utilizar matérias-primas recicláveis e descartar o uso de outras que são nocivas ao homem e ao meio que o cerca.

Na Europa, Sr. Presidente, até o ano de 2005 a indústria automobilística deverá reciclar 80% da matéria-prima utilizada na fabricação de automóveis. Do restante, 15% deverão ser transformados em energia e apenas 5% poderá ser considerado como lixo. A indústria automobilística, tanto no Brasil quanto no exterior, seria, por si só, uma grande consumidora das fibras de curauá. Para essa indústria o curauá substitui a fibra de vidro na fabricação de peças como pára-choque, painel, frisos, revestimento de assentos, etc. De acordo com relatório da empresa paulista Pematec, ensaios comparativos indicam que o curauá é a melhor fibra para aplicação na indústria automobilística. São muitos os benefícios que se apresentam para esse tipo de aplicação. Dentre as vantagens, cito: custo menor que o das fibras artificiais, leveza e resistência, segurança nos níveis exigidos pela indústria, baixo consumo de energia na sua produção e ser reciclável.

A empresa Pematec, que mencionei há pouco, firmou entendimento com o Governo do Estado do Pará visando a implantação de unidade de beneficiamento da fibra de curauá no Município de Santarém. Além da instalação da unidade fabril, a empresa assumiu o compromisso de incentivar o cultivo da planta, disponibilizar mudas para os produtores e expandir a produção. O Governo do Estado, no entanto, não está interessado apenas na instalação da unidade industrial. Quer, também, que sejam oferecidas ao produtor rural garantias de que a empresa se comprometa com a compra e o preço do produto. Assim, ficará assegurado que o produtor tenha retorno de seu investimento e não saia prejudicado com prejuízos e dívidas.

Com essa e outras medidas, o Governo Estadual promove o desenvolvimento de Santarém e de ou-

tras cidades da região do Oeste Paraense. Essa região, aliás, foi escolhida por apresentar características ideais de solo e clima para o cultivo do curauá. Além disso, a região é tradicional produtora da planta e já existe, pois, base de organização social de famílias de agricultores capazes de realizar a produção.

O curauá, no entanto, tem aplicações comerciais que não se resumem à indústria automobilística. Exemplo é a fabricação de papel especial para uso científico e decorativo. Pesquisas da Universidade Federal do Pará, apoiada pelo Basa, buscam criar tecnologias que possibilitem o uso industrial da planta e viabilizar novas alternativas de renda para comunidades rurais do Estado.

Além desses exemplos, outras indústrias, como a têxtil, de celulose, náutica, construção civil, plásticos e farmacêutica, podem fazer uso vantajoso da fibra do curauá. Tais utilizações têm sido pesquisadas por entidades como Embrapa, Emater e Universidade Federal do Pará.

Não resta, pois, dúvida quanto à viabilidade econômica da planta. Mas, além desse aspecto, há outros que mostram a importância do cultivo do curauá: geração de empregos no campo; fácil conversão de matéria-prima em produtos; resíduos transformáveis em ração animal, composto orgânico ou energia; resíduos pouco tóxicos quando incinerada e, sendo recurso natural renovável, causa pouco impacto ao meio-ambiente.

É, pois, dentro deste quadro, que o curauá, planta amazônica, adquire importância, ainda mais quando ela é considerada por muitos como a melhor fibra natural conhecida!

Sr. Presidente, nessas rápidas pinceladas pude mostrar como uma iniciativa aparentemente simples pode causar impacto capaz de transformar para melhor uma comunidade.

Um filósofo disse certa vez que não se pode dominar a natureza senão respeitando-a. Essa verdade está representada no Projeto Curauá. Ao investir em uma planta regional, associada a outros cultivos, o Governo do Estado do Pará, na pessoa de seu Governador Almir Gabriel, associado à iniciativa privada e a órgãos de pesquisa, agiu decisivamente para levar trabalho, renda e dignidade para o povo do Pará. Neste momento em que muitos falam de crise, o Projeto Curauá é exemplo para todos os brasileiros e, em especial, para mostrar que, quando dispõe dos meios necessários, o nosso povo é capaz de superar quaisquer adversidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2002 (nº 2.008/99, na Casa de origem), que dá denominação à ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – MS, tendo

Parecer favorável, sob nº 811, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, tendo

Parecer sob nº 425, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2002 (nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 570, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2002 (nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 764, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2002 (nº 993/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 572, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2002 (nº 1.153/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 516, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2002 (nº 1.169/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2002 (nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 652, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 179, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 774, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: *Ad Hoc* Senador Moreira Mendes.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2002 (nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 805, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 752, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 56 minutos.)

(OS 19427/02)

Ata da 119ª Sessão Deliberativa Ordinária em 31 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão
Antonio Carlos Valadares e João Alberto Souza*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Garlos Valadares – Artur da Tavola – Bello Parga – Benício Sampaio – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Emília Fernandes – Fernando do Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pastore – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro-Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos dos **Requerimentos nºs 164 e 199, de 2002**, de autoria dos Senadores Tião Viana, José Sarney, Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão destina-se a homenagear a memória do poeta Carlos Drummond de Andrade pelo transcurso do centenário do seu nascimento.

Inicialmente, assistiremos à exibição de um vídeo alusivo ao homenageado. (Pausa)

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lúcio Alcântara, eleito o novo Governador do Estado do Ceará. Meus parabéns a S. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Muito obrigado, Excelência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para um espírito como o dele, que, em vida, recusou-se sistematicamente a participar de celebrações de qualquer natureza, talvez sejam muitas as homenagens com que, este ano, comemorou-se o centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

Na realidade, quantas sejam as homenagens que lhe façam, são insuficientes diante da dimensão literária de sua obra. Não se fala em literatura no Brasil sem se falar em Drummond. Um dos críticos literários mais respeitados internacionalmente, o americano Harold Bloom, da Universidade de Nova York, colocou o poeta Carlos Drummond de Andrade como o único representante brasileiro no seu famoso **O Cânone Ocidental**, que relaciona os melhores escritores de todos os tempos.

Dizia-se do alemão Goethe que o século XVIII, ao passar por ele, tomou sua verdadeira feição. Afirmção análoga se pode fazer a respeito da importância de Drummond para a literatura brasileira: ao passar por ele, encontrou, finalmente, a modernidade.

Neste pronunciamento, que não pode ter a profundidade de uma análise literária e que não quer se ater apenas aos dados biográficos do autor, destaco exatamente esse aspecto instigante da obra drummondiana, que é a sua modernidade, representada pela simplicidade de sua poesia.

Os poemas de Carlos Drummond de Andrade desconcertam e encantam pela simplicidade. Tradicionalmente, a poesia expressava-se por um tipo de texto obscuro e, ao mesmo tempo, convencional, em que a linguagem se mostrava opulenta, luxuriosa e esotérica, usando e abusando de comparações, metáforas e alegorias, exigindo, enfim, um estilo exaltado e sublime, no qual todos

os recursos clássicos da retórica – convencimento, sedução e mistério – eram valores maiores a serem cedidos à disposição do leitor. Assim é que Drummond dizia que escrever é cortar palavras.

A poesia tinha algo a ver com o latim que escutávamos todos em belas e comoventes litânias na hora da missa, mas cujo significado nos escapava por completo. Sentíamos-nos reconfortados moralmente, sabe-se lá como, ao sair da igreja. Uma língua sonora e opulenta, que escapava ao entendimento racional e ia ao encontro da sublimação da nossa miserável condição humana, tinha de ser a mais prezada nas alturas espirituais, lugar de onde vinha essa outra fala privilegiada, a da família real dos poetas.

Por fugir às regras da tradição, a simplicidade da poesia de Drummond – como a de outros modernistas – desconcertou nosso leitor habitual de poemas. Desde os anos 30, tornou-se peça de escárnio e de escândalo, mas também razão para repentina celebridade, o conhecido e iconoclasta poema “No meio do caminho”: “No meio do caminho tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho”. Essa simplicidade dos versos drummondianos encantou mais e mais o leitor, pouco ou nada acostumado à leitura da poesia.

Os poemas de Drummond são de tal modo singelos e significativos, que democratizaram a poesia, tornaram-se amados pelo grande público, memorizados e repetidos sem a ajuda do livro, do mesmo modo que só acontece com outro grande poeta da língua portuguesa, o múltiplo Fernando Pessoa.

No entanto, se a poesia simples de Drummond desconcerta o leitor habitual e exigente de poemas, acostumado a textos barrocos e complicados, isso não quer dizer que ele fique alheio a ela, ou a despreze, como sendo por demais vulgar para o seu paladar de literato. De todos os poetas modernistas da literatura brasileira, é, sem dúvida, Drummond o que recebeu a maior consagração por parte da crítica, tanto da militante em jornais, quanto da acadêmica.

Integram a fortuna crítica do poeta nomes como Mário de Andrade, Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Othon Moacyr Garcia, Haroldo de Campos, Afrânio Goutinho, Antônio Houaiss, Luiz Costa Lima, Gilberto Mendonça Teles, Antônio Cândido, Alfredo Bosi, Affonso Romano de Sant’anna, José Guilherme Merquior, Silviano Santiago, Roberto Schwarz, Tristão de Athayde e muitos outros.

O melhor da intelectualidade brasileira debruçou-se sobre a obra do poeta itabirano, que foi e é objeto, também, de inúmeras teses de mestrado e doutorado e de constantes ensaios e monografias. Seus poemas

foram, ainda, adaptados para filmes e peças teatrais, inspirando composições musicais e outros poemas.

Sua obra foi fonte de análises, exegeses, críticas e teorias. Descobriram-se fases e influências. Identificaram-se características, processos criativos, temas recorrentes e aparentes contradições. O regional e o cosmopolita. O asceta e o erótico. O comedimento e a exaltação.

Os seminários, debates, mesas-redondas, palestras e ciclos de leitura, que se realizaram em comemoração ao centenário de Drummond, evidenciaram a riqueza e a multiplicidade de enfoques de sua obra.

Uns destacaram o “sentimento do mundo”, outros, a presença da família, o engajamento poético, o humor corrosivo, a reflexão sobre o próprio fazer poético.

Em que pese a importância de todos esses aspectos para a compreensão da obra do poeta, ainda permanece impressionado com aquela simplicidade reveladora que me fez, ainda adolescente, constatar maravilha do: “mas isso é poesia?”

No caso de Carlos Drummond de Andrade, a simplicidade é um exercício ético, que tem como campo de trabalho – o poeta diria de luta – as palavras nas suas manifestações imperiosamente coloquiais. Noite e dia, trabalhá-las de tal modo conseqüente, que, ao romper da aurora, tenham-se quebrado os tabus da dificuldade em se comunicar com o outro e o semelhante.

A comunicabilidade com o outro pela palavra poética, no caso, com o leitor, é conquista e fracasso do individualismo e é, ao mesmo tempo, um ideal ascético de exigência introspectiva e de simplicidade humana, vale dizer, de responsabilidade cidadã e de aversão ao culto do escritor como alguém que, por exercer uma profissão dita nobre, difere dos outros.

É essa opção radical pela comunicabilidade, coerente em quem tanto denunciou a tragédia do isolamento humano, que destaco no “vasto mundo” drummondiano. Esse gesto de abandonar a “torre de marfim” e misturar-se com os homens que, “embora taciturnos, nutrem grandes esperanças”.

A mesma coerência verifica-se na rigorosa dignidade intelectual de Drummond. Coerentemente, Drummond – como observou Paulo Francis várias vezes – não usava seu imenso prestígio para interferir no debate cultural e político brasileiro. Coerentemente, não se candidatou a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. Coerentemente, pediu que seu sepultamento não tivesse nenhum aceno religioso, e esse desejo foi atendido. Céptico, apesar de sua sensibilidade, conseguiu, no entanto, graças a seu talento, tornar alcançável à nossa consciência um ângulo inesperado para observar o mundo.

Por essa coerência essencial, presumo que Drummond não levaria muito a sério as honrarias que ora lhe são prestadas: os selos, as moedas, as estátuas e até este modesto pronunciamento.

Imagino que apreciou, de fato, ser homenageado pela Estação Primeira de Mangueira, em 1987, com o samba-enredo “O reino das palavras”, com que, muito justamente, foi campeã do carnaval carioca naquele ano. No mesmo ano, em 5 de agosto, morreu sua filha Maria Julieta, a pessoa que ele próprio declarou que mais amou no mundo. Desolado, Drummond pediu a sua cardiologista que lhe receitasse um “infarto fulminante”, e apenas 12 dias depois, a 17 de agosto de 1987, faleceu numa clínica em Botafogo, no Rio de Janeiro. Cáustico e coerente até o fim.

O poeta, que nascera no ano seguinte àquele em que começou o século XX, teria morrido quatro anos antes do fim do século que o viu nascer, pois, segundo a cronologia original e correta, estabelecida pelo historiador Eric Hobsbawm, o século XX terminou em 1991.

Na literatura brasileira, ninguém retratou melhor o seu século. Drummond foi, por um lado, o introdutor da sensibilidade moderna, isto é, da experiência existencial do homem da grande cidade e da sociedade de massa, na alta literatura lírica; por outro, o fundador de uma escrita poética moderna, escrita de ruptura radical, ao mesmo tempo, com a tradição clássica e com o romantismo.

Na história da poesia, essas duas conquistas são obra de Drummond, um clássico moderno. Seu legado é imortal. O Poeta, cansado de ser “moderno, tornou-se eterno”.

O homem, “triste, orgulhoso, de ferro”, esse “não há mais”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– Concedo a palavra ao Senador José Alencar, por permuta com o Senador Tião Viana, autor do requerimento.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. presentes, antes de pronunciar meu discurso, desincumbo-me de uma solicitação do nosso eminente colega de Minas, Senador Arlindo Porto, que se encontra em Itabira, terra natal de Carlos Drummond de Andrade, onde também está participando, hoje, de uma homenagem ao nosso saudoso poeta. Ele pede para justificar a sua ausência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado homenageia, na sessão de hoje, o centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade. Já temos homenageado, nesta Casa, personalidades ilustres, de variados afazeres e diferenciados matizes. Ora

vêm do meio cultural, do político, do acadêmico, ora são próceres do meio empresarial, jurídico, sindical. A todos se reconhece a importância e a contribuição de terem engrandecido o País com palavras, idéias, atos. Todos merecem as devidas reverências. No entanto, que me perdoem os demais, homenagear poetas parece-me ser das mais excelsas deferências. Digo isto porque vejo, nos poetas, a expressão maior da sensibilidade humana, da mais sutil expressão da alma das gentes, da mais refinada interpretação do sentimento dos homens.

Todavia, quando o poeta é Carlos Drummond de Andrade, mais elevada e altaneira se torna a deferência que lhe rendemos. Foi poeta, mas foi também cronista. Cronista, mas também contista. Contista, e ainda ensaísta. E mais fora, se para tanto engenho e arte mais vida houvera. Não lhe faltava a veia lírica, não lhe faltava assunto para as três crônicas semanais publicadas em jornal, não o refreou, a luta árdua com as palavras, luta vã, como ele disse. Mas não é verdade, porque não foi vã tal luta, nem infrutífera. Estão aí seus poemas, maravilhosos, encantadores, a emocionar milhões de leitores pelo mundo afora!

Sim, Sr. Presidente, pelo mundo afora! Drummond é dos poucos literatos brasileiros a ter a obra vertida para vários idiomas: alemão, inglês, espanhol, búlgaro, chinês, francês, holandês, italiano, norueguês, latim, sueco, tcheco. Imaginemos esses povos todos, alguns de culturas tão dessemelhantes à nossa, a saborear a estética do modernismo brasileiro, a mergulhar na saudade de Itabira, a deparar com “uma pedra no meio do caminho...”. Drummond fez um caminho de mão dupla – também ele trouxe para a Língua Portuguesa obras estrangeiras: Balzac, Proust, García Lorca.

Mas, como ia dizendo, homenagear Drummond é uma excelsa atribuição da qual nos desempenhamos com prazer inusitado! Entre ser “um homem orgulhoso de ferro” e um poeta sensual ao falar de forma tão apaixonada das formas femininas, Drummond logrou esta virtude com a qual poucos homens foram agraciados: o de agradar de imediato, seja seu leitor uma criança, um jovem, um adulto, ou ainda um provento senhor de avançada idade.

Não há brasileiro que, por mais jovem, ainda nos bancos escolares, não tenha sentido deslumbramento ao ler as crônicas de Drummond. São tão próximas de nosso cotidiano, tão coladas à realidade presente, tão afáveis ao coração infantil! Não há leitor que não pergunte, diante de escritos tão surpreendentes: que autor é esse que consegue contagiar ao primeiro contato?

Houve um tempo em que Carlos Drummond de Andrade publicava, diariamente, uma crônica **dornal do Brasil**. Lembro-me disso porque também às sex

tas-feiras era publicada, na mesma página do **Jornal do Brasil**, se não me engano na pág. 4, um artigo do Dr. Alceu Amoroso Lima, Tristão de Athaide. Mas as crônicas do Drummond, que possuía um humor muito fino, extraordinário, eram diárias, uma das quais ocorreu-me agora ao ler esse trecho, razão por que não está no texto, uma crônica muito interessante.

O Rio de Janeiro deixou de ser Rio de Janeiro, Distrito Federal, e passou a ser Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Ele contava nessa crônica que se correspondia com um amigo na Europa e teve de escrever-lhe que, doravante, passasse a subscrever as cartas dirigidas a Carlos Drummond de Andrade com rua tal, número tal, apartamento tal, exatamente a mesma coisa, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Depois o Rio de Janeiro deixou de ser Estado da Guanabara e passou a ser novamente Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; então ele precisou fazer outra carta para o amigo, dizendo que passasse a subscrever a correspondência para Carlos Drummond de Andrade, rua tal, número tal, apartamento número tal, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Ele ficou admirado com o meu cuidado de me mudar de vez em quando, mas exigir que a rua fosse a mesma, o mesmo nome, o mesmo número e também idêntico o número do próprio apartamento. Era admirável. Era a forma de fazer uma crítica àqueles acontecimentos no Estado do Rio de Janeiro, que, com a mudança da capital para Brasília, passou a ser Estado da Guanabara, como todos sabem, e depois voltou ao antigo nome. Então ele fez uma crônica muito interessante de que não me esqueço, era realmente uma daquelas crônicas que continha aquele seu humor.

Esse autor – convenhamos todos – é um fenômeno das letras nacionais. Não se pode falar em literatura brasileira, mais ainda, em literatura de língua portuguesa, sem que Drummond seja mencionado. Otto Lara Resen de garante que o século XX só foi inaugurado no Brasil em 1930. Sabem o porquê dessa afirmação? A publicação do primeiro livro de Carlos Drummond de Andrade – *Alguma Poesia* – se dá em 1930. Nesse ano acontece também a Revolução de 30. Não se pode dissociar a realidade política da cultura, em qualquer parte do mundo.

Costuma-se associar, no Brasil, o movimento “tenentista” à modernização nas letras e nas artes. O levante dos tenentes ocorre em julho de 1922. Poucos meses antes, em fevereiro, eclodiu a Semana de Arte Moderna. Lembremos que a Revolução de 30 foi pregada com uma mensagem liberal: voto direto, universal e secreto. E não nos esqueçamos de que Carlos Drummond de Andrade, na juventude, viveu intensamente a atmosfera social e política dos anos 20, em Minas e no Brasil – como jornalista, como escritor, como poeta – até como

burocrata. Seus laços de amizade com companheiros de geração que tomaram parte no destino político do Estado e do País prendiam-no ao desenrolar dos fatos presentes, reforçavam os elos de um indissolúvel compromisso social. Como imaginar que possam ser de um poeta alienado, isolado de seu tempo e de sua gente, os versos que seguem? ¹

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(Trecho do poema “Mãos Dadas”)

Consta que a primeira edição de *Alguma Poesia...* foi bancada pelo próprio Drummond. A Imprensa Oficial de Minas rodou o livro, em troca de um desconto no salário do poeta, já na época funcionário público. A tiragem? Quinhentos exemplares! Na primeira página, vinha o conhecido “Poema de Sete Faces”, no qual se manifesta a estranheza do poeta para consigo próprio:

Quando nasci, um anjo torto
Desses que vivem na sombra
Disse: Vai, Carlos! Segauche na vida.

Esse livro, de edição modesta e poucos exemplares, trouxe a revelação do novo, do diferente, da inovação: o mineiro Drummond, recusando o academicismo, as formas convencionais e gastas, fazia ecoar a voz da rebeldia, a voz revolucionária de quem está farto dos esquemas conservadores e passadistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: homenagear o centenário de nascimento de Drummond tem, para nós, mineiros, um sabor de felicidade plena. Aliás, Minas Gerais está em estado de plenitude neste ano de 2002, em que dois de seus filhos mais ilustres completam 100 anos de nascimento: aquele de Diamantina, Juscelino Kubitschek; este de Itabira, Carlos Drummond de Andrade. Aliás, é melhor que se corrija logo – a plenitude deste ano de 2002 não é privilégio de Minas; é bem-aventurança do Brasil, é o fruto de uma safra de brasileiros da melhor cepa, homens da cultura, da política, da literatura.

Também se comemora o centenário de nascimento de Lúcio Costa, o admirável urbanista que fez surgir uma cidade do simples ato de marcar com um X um lugar; de Sérgio Buarque de Holanda, que interpretou a es

sência do Brasil cavando fundo em suas raízes; de Cecília Meirelles, a poeta que romanceou em versos a saga da inconfiância mineira.

A melhor forma de se prestar reconhecimento a figuras ímpares de nossa história é celebrar sua memória junto aos pósteros, para que se perpetue, principalmente na mente de nossas crianças e jovens, a grandiosidade dessa gente e a nobreza de seus feitos. Agindo nessa linha de pensamento, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou 2002, por meio de lei, o “Ano Carlos Drummond de Andrade”.

Por seu turno, a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais incluiu, na programação destinada a comemorar o centenário do poeta mineiro, várias ações, entre as quais: reconstituição do casarão da Fazenda do Pontal, que será transformado no Centro Cultural Fazenda do Pontal, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce e fiscalização do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; exposição do acervo literário e biográfico do poeta no Palácio das Artes da Fundação Clóvis Salgado; restauração e modernização dos equipamentos da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, em Itabira; lançamento do selo comemorativo do centenário de nascimento do poeta.

Centenas de homenagens serão levadas a cabo em diferentes recantos do País. São palestras, exibição de vídeos e documentários, encenações teatrais, lançamento de livros e revistas sobre o poeta, mesas-redondas... Drummond será homenageado com uma moeda especial e até com uma estátua em tamanho natural na Praia de Copacabana – ali podemos admirar o poeta, sentado em posição contemplativa... A exposição itinerante “Hoje tem uma festa no meio do caminho” conta sobre a vida do poeta e levando parte significativa de seus poemas percorrerá o Estado mineiro. Será lançado um CD com 148 poemas do poeta. A Editora Record está lançando em edições especiais toda a obra em prosa e poesia de Drummond, em formato tal qual desejava o escritor ainda em vida.

Drummond conseguiu, como poucos, agradar a muitos. Gostam dele a elite intelectual tanto quanto aqueles que sequer sabem o que é poesia. Gostam dele o mais exigente crítico de literatura tanto quanto o leitor de poucas luzes literárias. Gostam dele os adeptos do Modernismo tanto quanto os detratores do movimento. Seus versos e sua prosa conseguem fazer vibrar a alma do povo. Sem fazer decair o laborioso cuidado com o estilo, com o arranjo das palavras, com a métrica e com a rima, Drummond conseguiu atingir a sensibilidade do povo, das pessoas simples, da gente humilde. Popularizou versos em um país onde se lê pouco. Quem já não falou ou ouviu algum dos versos?

“Tinha uma pedra no meio do caminho

“E agora, José? / A festa acabou/a luz apagou/o povo sumiu”

“Mundo mundo vasto mundo / se eu me chamasse Raimundo / seria uma rima, não seria uma solução”.

Sabe-se, de antemão, que as comemorações do centenário de Carlos Drummond irão ultrapassar os esquemas e planejamentos oficiais. Quem se tornou tão popular na boca e nos ouvidos do povo, não deixará de receber homenagens espontâneas, aquelas que surgem em nossas palavras e atos sem quase nos darmos conta de sua materialização!...Num momento, serão crianças a declamar poemas nas escolas; no outro, versos a navegar pelo mar sem fim das redes de computadores; noutro ainda, poesia dramatizada por atores improvisados; mais acolá, pais e mães a lerem Drummond para seus filhos...

O mais importante disso tudo, Senhor Presidente – e com este último parágrafo já vou encerrando minha modesta homenagem a conterrâneo tão ilustre –, é que a boa literatura vai se espalhando qual semente alada ao vento: ouve-se um verso bonito hoje, lê-se um belo poema amanhã, desfruta-se de um intrigante conto depois de amanhã e, assim gradativamente, vamos entrando no universo da literatura de qualidade. Drummond, com sua excepcional habilidade em tocar a alma do povo, talvez seja a melhor porta de acesso à boa literatura para aqueles que não tiveram a oportunidade de completar a alfabetização, de concluir o ensino fundamental, de usufruir de ensino de qualidade.

Por isso, uma das tarefas urgentes a fazer cumprir, em nosso País, é democratizar o acesso à leitura e aos bons escritores de língua portuguesa, para que ninguém fique excluído do direito de se emocionar, de se sensibilizar e, mais que tudo, de se humanizar com uma boa literatura.

Muito obrigado!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– O próximo orador inscrito é o Senador Tião Viana, um dos autores do requerimento em homenagem ao centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de registrar ser este um dos momentos mais importantes da história do Senado Federal, quando temos o dever e a responsabilidade de contribuir para a homenagem que está sendo dada por todo o País a uma figura das mais extraordinárias da literatura mundial.

Carlos Drummond de Andrade, sem dúvida alguma, representa um dos momentos mais sublimes da história da literatura. Homem de fato à altura de seu tempo, soube traduzir, em sua poesia, em seus poemas, o século que viveu – o mais violento, o mais assassino de todos os séculos –, que foi o século XX. Um homem que soube depurar, como ele próprio dizia, o sentimento de um ethos cultural profundo. Herdeiro que era de uma formação moral e cultural ainda anterior à Revolução Industrial – ele mesmo afirma, em documentários, que quem eu dava de sua infância era ainda do tempo da escravidão do Brasil –, Drummond conseguiu ser lido, ouvido e admirado por todos os brasileiros.

É unânime a homenagem prestada a ele pelo Brasil. Belíssimo momento da história nacional, por exemplo, é a estátua recentemente colocada no calçadão de uma famosa avenida do Rio de Janeiro, representando Drummond no seu jeito simples de estar, de pensar e de refletir sobre a vida e sobre o momento presente. Quando vejo a televisão brasileira exibindo diariamente trechos dos poemas de Drummond, considero isso um momento muito bonito da nossa história, principalmente por sermos um País com uma enorme dívida com a cultura. Pouquíssimos brasileiros têm acesso aos livros. O acesso ao cinema brasileiro é escasso. Se isso ocorre com o cinema que circula em nosso País, muito mais ainda com a literatura e a poesia.

Portanto, essa homenagem prestada a Drummond, que atravessa os corredores do Congresso Nacional, com uma pedra no caminho do Congresso Nacional, reflete o momento de percepção da história, da contemporaneidade, reflete o momento de sensibilidade desta Casa a Carlos Drummond de Andrade.

Vale lembrar o momento feliz que teve o Senado Federal, durante o ano passado, ao decidir que este ano seria o Ano Carlos Drummond de Andrade. Esse foi um momento de percepção e de justa homenagem.

É muito difícil – eu diria até impossível – falar, fazer uma análise literária de Carlos Drummond de Andrade. Os gênios da história da literatura brasileira, os grandes nomes da literatura brasileira e do jornalismo já o fizeram muito bem. Então vou me resumir a fazer comentários que julgo importantes sobre esse grande personagem do nosso tempo.

Está feita aqui, no Projeto Releituras, uma análise muito bonita da biografia de Drummond, que passo a ler:

O modernismo não chega a ser dominante nem mesmo nos primeiros livros de Drummond, *Alguma poesia* (1930) e *Brejo das almas* (1934), em que o poema-piada e a descontração sintática pareceriam revelar o con-

trário. A dominante é a individualidade do autor, poeta da ordem e da consolidação, ainda que sempre, e fecundamente, contraditórias. Torturado pelo passado, assombrado com o futuro, ele se detém num presente dilacerado por este e por aquele, testemunha lúcida de si mesmo e do transcurso dos homens, de um ponto de vista melancólico e cético. Mas, em quanto ironiza os costumes e a sociedade, asperamente satírico em seu amargor e desencanto, entrega-se com empenho e requinte construtivo à comunicação estética desse modo de ser e estar.

Vem daí o rigor, que beira a obsessão. O poeta trabalha sobretudo com o tempo, em sua cintilação cotidiana e subjetiva, no que destila do corrosivo. Em *Sentimento do mundo* (1940), em *José* (1942) e sobretudo em *A rosa do povo* (1945), Drummond lançou-se ao encontro da história contemporânea e da experiência coletiva, participando, solidarizando-se social e politicamente, descobrindo na luta a explicitação da sua mais íntima apreensão para com a vida como um todo.

Entendo que essa análise é uma tradução fantástica do que foi Carlos Drummond de Andrade.

Vale ressaltar momentos bonitos da sua história, da sua vida: o nascimento, no dia 31 de outubro de 1902; os momentos fortes de sua biografia, como, em 1927, o drama da perda de um filho com meia hora de vida; um ano depois, o nascimento de sua filha.

Aos 17 anos de idade, Drummond foi expulso do Colégio Anchieta, da ordem jesuíta, mesmo depois de ter sido obrigado a retratar-se de uma manifestação que teria feito na atividade escolar. E a justificativa da expulsão – “insubordinação mental” – marcou toda a sua vida.

Momento bonito da história de Drummond foi a homenagem prestada por um dos mais fortes exemplos da cultura popular brasileira, a Escola de Samba da Mangueira, em 1987. Drummond não pôde participar daquele desfile da cultura popular e emitiu a seguinte mensagem à Escola de Samba da Mangueira:

De posse de sua amável comunicação, venho agradecer calorosamente à Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira a alta distinção que me conferiu, tornando minha vida e obra literária tema do enredo para o carnaval de 1987. Sempre me habituei a ver na gloriosa Mangueira uma das forças mais representativas da nossa cultura popular. Por tradição, ela soube captar os sentimentos e aspi-

rações do seu povo, transformando-os em matéria rica de criação artística, internacionalmente admirada. Por isso, o distinto presidente e seus companheiros podem avaliar a emoção com que tive a notícia da homenagem a mim prestada e pela qual manifesto o meu profundo agradecimento.

Então, é um homem em sintonia com as manifestações populares, em sintonia plena com o erudito, com o século XX no seu comportamento estrutural, ou seja, o comportamento das guerras, das violências, do choque moral que viveu o século XX. Drummond conseguiu trazer esse sentimento em suas poesias e manifestações.

Vale lembrar um poema seu intitulado **Procura da Poesia**, como tradutor de seus sentimentos para com a literatura:

Não faça versos sobre acontecimentos.
 Não há criação nem morte perante a poesia.
 Diante dela, a vida é um sol estático,
 não aquece nem ilumina.
 As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais não contam.
 Não faça poesia com o corpo,
 esse excelente, completo e confortável corpo, tão infenso à efusão lírica.
 Tua gota de bile, tua careta de gozo ou de dor no escuro
 são indiferentes.
 Não me reveles teus sentimentos,
 que se prevalecem de equívoco e tentam a longa viagem.
 O que pensas e sentes, isso ainda não é poesia.
 Não cantes tua cidade, deixa-a em paz.
 O canto não é o movimento das máquinas nem o segredo das casas.
 Não é música ouvida de passagem, rumor do mar nas ruas junto à linha de [espuma].
 O canto não é a natureza nem os homens em sociedade.
 Para ele, chuva e noite, fadiga e esperança nada significam.
 A poesia (não tires poesia das coisas) elide sujeito e objeto.
 Não dramatizes, não invoques,
 não indagues. Não percas tempo em mentir.
 Não te aborreças.
 Teu iate de marfim, teu sapato de diamante,

vossas mazurcas e abusões, vossos esqueletos de família
 desaparecem na curva do tempo, é algo imprestável.
 Não recomponhas
 tua sepultada e merencória infância.
 Não osciles entre o espelho e a memória em dissipação.
 Que se dissipou, não era poesia.
 Que se partiu, cristal não era.
 Penetra surdamente no reino das palavras.
 Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
 Estão paralisados, mas não há desespero,
 há calma e frescura na superfície intata.
 Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
 Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
 Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provo cam.
 Espera que cada um se realize e consuma com seu poder de palavra e seu poder de silêncio.
 Não forces o poema a desprender-se do limbo.
 Não colhas no chão o poema que se perdeu.
 Não adules o poema. Aceita-o como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada no espaço.
 Chega mais perto e contempla as palavras.
 Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra e te pergunta, sem interesse pela resposta, pobre ou terrível que lhe deres:
 Trouxeste a chave?
 Repara:
 ermas de melodia e conceito,
 elas se refugiaram na noite, as palavras.
 Ainda úmidas e impregnadas de sono,
 rolam num rio difícil e se transformam em desprezo.

Sr. Presidente, falar da biografia de Drummond é um desafio profundo. Ele não queria uma biografia com as nossas palavras, mas talvez uma biografia escrita por ele mesmo. Por essa razão, faço a leitura, para publicação nos Anais do Senado Federal, da autobiografia escrita para uma revista pelo próprio Carlos Drummond de Andrade:

Convidado pela Revista Acadêmica a escrever minha autobiografia, relutei a princípio, por me parecer que esse trabalho seria, antes de tudo, manifestação de impudor. Refleti logo, porém, que, sendo inevitável a bio

grafia, era preferível que eu próprio a fizesse, e não outro. Primeiro, pela autoridade natural que me advém de ter vivido a minha vida. Segundo, porque, praticando aparentemente um ato de vaidade, no fundo castigo o meu orgulho, contando sem ênfase os pobres e miúdos acontecimentos que assinalam a minha passagem pelo mundo, e evitando assim qualquer adjetivo ou palavra generosa, com que o redator da revista quisesse, sincero ou não, gratificar-me.

Isto posto, declaro que nasci em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902, filho de pais burgueses, que me criaram no temor de Deus. Ao sair do grupo escolar, tomei parte na guerra européia (pesa-me dizê-lo) ao lado dos alemães. Quando o primeiro navio mercante brasileiro foi torpedeado, tive que retificar a minha posição. A esse tempo já conhecia os padres alemães do Verbo Divino (rápida passagem pelo Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte). Dois anos em Friburgo, com os jesuítas. Primeiro aluno da classe, é verdade que mais velho que a maioria dos colegas, comportava-me como um anjo, tinha saudades da família, e todos os outros bons sentimentos, mas expulsaram-me por “insubordinação mental”. O bom reitor que me fulminou com essa sentença condenatória morreu, alguns anos depois, num desastre de bonde na Rua São Clemente. A saída brusca do colégio teve influência enorme no desenvolvimento dos meus estudos e de toda a minha vida. Perdi a Fé. Perdi tempo. E sobretudo perdi a confiança na justiça dos que me julgavam. Mas ganhei vida e fiz alguns amigos inesquecíveis. Casado, fui lecionar geografia no interior. Voltei a Belo Horizonte, como redator de jornais oficiais e oficiosos. Mário Casassanta levou-me para a burocracia, de que tenho tirado o meu sustento. De repente, a vida começou a impor-se, a desafiar-me com seus pontos de interrogação, que se desmanchavam para dar lugar a outros. Eu liqui dava esses outros, mas apareciam novos. Meu primeiro livro, *Alguma Poesia* (1930), traz uma grande inexperiência do sofrimento e uma deleição ingênua com o próprio indivíduo. Já em *Brejo das Almas* (1934), alguma coisa se compôs, se organizou; o individualismo será mais exacerbado, mas há também uma consciência presente de sua precariedade e uma desaprovação tácita da conduta (ou falta

de conduta) espiritual do autor. Penso ter resolvido as contradições elementares da minha poesia num terceiro volume, *Sentimento do Mundo* (1940). Só as elementares: meu progresso é lentíssimo, componho muito pouco, não me julgo substancialmente e permanentemente poeta. Entendo que poesia é negócio de grande responsabilidade, e não considero honesto rotular-se de poeta quem apenas ver-seja por dor-de-cotovelo, falta de dinheiro ou momentânea tomada de contato com as forças líricas do mundo, sem se entregar aos trabalhos cotidianos e secretos da técnica, da leitura, da contemplação e mesmo da ação. Até os poetas se armam, e um poeta desarmado é, mesmo, um ser à mercê de inspirações fáceis, dócil às modas e compromissos. Infelizmente, exige-se pouco do nosso poeta; menos do que se reclama ao pintor, ao músico, ao romancista... Mas iríamos longe nesta conversa. Entro para a antologia, não sem registrar que sou o autor confesso de certo poema, insignificante em si, mas que a partir de 1928 vem escandalizando meu tempo, e serve até hoje para dividir no Brasil as pessoas em duas categorias mentais.

Acredito ser essa autobiografia uma peça, um li-belo da história literária brasileira, uma manifestação que Carlos Drummond de Andrade fez e com a qual prestou uma belíssima homenagem a si próprio. Ele não desejava maiores considerações em relação à sua personalidade. Entendia que era preciso compreender sua vida como a de alguém que depurava o seu interior e o tornava público como uma manifestação de um tempo. Muito mais do que moderno, ele se definia e queria ser definido como alguém atual.

É a homenagem que presto, Sr. Presidente. O Senado Federal está “sem discurso”, segundo o poema “José”, de Drummond, que diz, ainda: “Não veio a utopia”.

Só dirijo de Drummond para dizer que a utopia está chegando a partir de 27 de outubro. Novos tempos estão sendo anunciados. O Brasil vive um grande e belíssimo projeto de sociedade. É preciso muita união e de terminação para construí-lo. Quando observamos a chegada da poesia, a chegada do poema ao Plenário do Senado Federal, vemos um sentimento de respeito e felicidade do Brasil inteiro em homenagear o seu poeta Carlos Drummond de Andrade. Colocando-o no pódio, como dizia hoje Carlos Heitor Cony, ao lado João Cabral de Mello Neto e de Manuel Bandeira, estamos cientes de que esta é a oportunidade de um novo momento.

O Canto ao Homem do Povo, uma homenagem a Charles Chaplin feita por Carlos Drummond de Andrade, é uma das mais preciosas peças da literatura em forma de poema que ele poderia ter feito. Encerrarei a minha homenagem a Carlos Drummond de Andrade fazendo uma leitura desse Canto ao Homem do Povo – Charles Chaplin.

Era preciso que um poeta brasileiro,
 não dos maiores, porém dos mais expostos à galhofa,
 girando um pouco em tua atmosfera ou nela aspirando a viver
 como na poética e essencial atmosfera dos sonhos lúcidos,
 era preciso que esse pequeno cantor teimoso,
 de ritmos elementares, vindo da cidadezinha do interior
 onde nem sempre se usa gravatas mas todos são extremamente polidos
 e a opressão é detestada, se bem que o heroísmo se banhe em ironia,
 era preciso que um antigo rapaz de vinte anos,
 preso à tua pantomima por filamentos de ternura e riso dispersos no tempo,
 viesse recompô-los e, homem maduro, te visitasse para dizer-te algumas coisas, sobcolor de poema. Para dizer-te como os brasileiros te amam e que nisso, como em tudo mais, nossa gente se parece com qualquer gente do mundo – inclusive os pequenos judeus
 de bengalinha e chapéu-coco, sapatos compridos, olhos melancólicos,
 vagabundos que o mundo repeliu, mas zombam e vivem nos filmes, nas ruas tortas com tabuletas: Fábrica, Barbeiro, Polícia,
 vencem a fome, iludem a brutalidade, prolongam o amor como um segredo dito no ouvido de um homem do povo caído na rua.
 Bem sei que o discurso, acalanto burguês, não te envaidece,
 e costumam dormir enquanto os veementes inauguram estátua,
 e entre tantas palavras que como carros percorrem as ruas,
 só as mais humildes, de xingamento ou beijo, te penetram.
 Não é a saudação dos devotos nem dos partidários que te ofereço,

eles não existem, mas a de homens comuns, numa cidade comum,
 nem faço muita questão da matéria de meu canto ora em torno de ti
 como um ramo de flores absurdas mando por via postal ao inventor dos jardins.

Falam por mim os que estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo,
 que entraram no cinema com a aflição de ratos-fugindo da vida,
 são duras horas de anestesia, ouçamos um pouco de música,
 visitemos no escuro as imagens – e te descobriram e salvaram-se.

Falam por mim os abandonados da justiça, os simples de coração,
 os párias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os indecisos, os líricos, os cismarentos,
 os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos.
 E falam as flores que tanto amas quando pisadas, falam os tocos de vela, que comes na extrema penúria, falam a mesa, os botões,
 os instrumentos do ofício e as mil coisas aparentemente fechadas,
 cada troço, cada objeto do sótão, quanto mais obscuros mais falam.

Sr. Presidente, peço que seja incluído esse poema, uma peça extraordinária, nessa homenagem que faço a Carlos Drummond de Andrade. E, como disse, não ousaria fazer uma análise literária desse grande poeta, porque gênios da literatura brasileira já o fizeram. Os poetas seus contemporâneos já o fizeram. Os professores da Língua Portuguesa e da Literatura já o fizeram, os jornalistas renomados já o fizeram, e, como ele próprio gostaria de dizer, discurso não há.

Esta é uma homenagem de quem admira e ama Drummond e sabe que, a partir do dia de hoje, mais jovens brasileiros conhecerão a poesia e os poemas de Carlos Drummond de Andrade.

Muito obrigado.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido na forma do disposto no art. 210 do Regimento Interno.)

Canto ao Homem do Povo - Charles Chaplin

Era preciso que um poeta brasileiro,
não dos maiores, porém dos mais expostos à galhofa,
girando um pouco em tua atmosfera ou nela aspirando a viver
como na poética e essencial atmosfera dos sonhos lúcidos,

Carlos Drummond de Andrade

era preciso que esse pequeno cantor teimoso,
de ritmos elementares, vindo da cidadezinha do interior
onde nem sempre se usa gravatas mas todos são extremamente polidos
e a opressão é detestada, se bem que o heroísmo se banhe em ironia,

era preciso que um antigo rapaz de vinte anos,
preso à tua pantomima por filamentos de ternura e riso dispersos no tempo,
viesses recompô-los e, homem maduro, te visitasse
para dizer-te algumas coisas, sobcolor de poema.

Para dizer-te como os brasileiros te amam
e que nisso, como em tudo mais, nossa gente se parece
com qualquer gente do mundo - inclusive os pequenos judeus
de bengalinha e chapéu-coco, sapatos compridos, olhos melancólicos,

vagabundos que o mundo repeliu, mas zombam e vivem
nos filmes, nas ruas tortas com tabuletas: Fábrica, Barbeiro, Polícia,
e vencem a fome, iludem a brutalidade, prolongam o amor
como um segredo dito no ouvido de um homem do povo caído na rua.

Bem sei que o discurso, acalanto burguês, não te envaidece,
e costumam dormir enquanto os veementes inauguram estátua,
e entre tantas palavras que como carros percorrem as ruas,
só as mais humildes, de xingamento ou beijo, te penetram.

Não é a saudação dos devotos nem dos partidários que te ofereço,
eles não existem, mas a de homens comuns, numa cidade comum,
nem faço muita questão da matéria de meu canto ora em torno de ti
como um ramo de flores absurdas mando por via postal ao inventor dos jardins.

Falam por mim os que estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo,

que entraram no cinema com a aflição de ratos fugindo da vida,
são duras horas de anestesia, ouçamos um pouco de música,
visitemos no escuro as imagens - e te descobriram e salvaram-se.

Falam por mim os abandonados da justiça, os simples de coração,
os parias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os indecisos, os líricos, os cismarentos,
os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos.

E falam as flores que tanto amas quando pisadas,
falam os tocos de vela, que comes na extrema penúria, falam a mesa, os botões,
os instrumentos do ofício e as mil coisas aparentemente fechadas,
cada troço, cada objeto do sótão, quanto mais obscuros mais falam.

A noite banha tua roupa.

Mal a disfarças no colete mosqueado,
no gelado peitilho de baile,
de um impossível baile sem orquídeas.

És condenado ao negro. Tuas calças
confundem-se com a treva. Teus sapatos
inchados, no escuro do beco,
são cogumelos noturnos. A quase cartola,
sol negro, cobre tudo isto, sem raios.

Assim, noturno cidadão de uma república
enlutada, surges a nossos olhos
pessimistas, que te inspecionam e meditam:

Eis o tenebroso, o viúvo, o inconsolado,
o corvo, o nunca-mais, o chegado muito tarde

a um mundo muito velho.

E a lua pousa

em teu rosto. Branco, de morte caiado,

que sepulcros evoca mas que hastes

submarinas e álgidas e espelhos

e lírios que o tirano decepou, e faces

amortalhadas em farinha. O bigode

negro cresce em ti como um aviso

e logo se interrompe. É negro. curto,

espesso. O rosto branco, de lunar matéria,

face cortada em lençol, risco na parede,

caderno de infância, apenas imagem

entretanto os olhos são profundos e a boca vem de longe,

sozinha, experiente, calada vem a boca

sorrir, aurora, para todos.

E já não sentimos a noite,

e a morte nos evita, e diminuímos

como se ao contato de tua bengala mágica voltássemos

ao país secreto onde dormem os meninos.

Já não é o escritório e mil fichas,

nem a garagem, a universidade, o alarme,

é realmente a rua abolida, lojas repletas,

e vamos contigo arrebentar vidraças,

e vamos jogar o guarda no chão,
e na pessoa humana vamos redescobrir
aquele lugar - cuidado! - que atrai os pontapés: sentenças
de uma justiça não oficial.

III

Cheio de sugestões alimentícias, matas a fome
dos que não foram chamados à ceia celeste
ou industrial. Há ossos, há pudins
de gelatina e cereja e chocolate e nuvens
nas dobras do teu casaco. Estão guardados
para uma criança ou um cão. Pois bem conheces
a importância da comida, o gosto da carne,
o cheiro da sopa, a maciez amarela da batata,
e sabes a arte sutil de transformar em macarrão
o humilde cordão de teus sapatos.

Mais uma vez jantaste: a vida é boa.

Cabe um cigarro: e o tiras
da lata de sardinhas.

Não há muitos jantares no mundo, já sabias,
e os mais belos frangos

são protegidos em pratos chineses por vidros espessos.

Há sempre o vidro, e não se quebra,

há o aço, o amianto, a lei,

há milícias inteiras protegendo o frango,

e há uma fome que vem do Canadá, um vento,

uma voz glacial, um sopro de inverno, uma folha

baila indecisa e pousa em teu ombro: mensagem pálida

que mal decifras

o cristal infrangível. Entre a mão e a fome,

os valos da lei, as léguas. Então te transformas

tu mesmo no grande frango assado que flutua

sobre todas as fomes, no ar; frango de ouro

e chama, comida geral, que tarda.

O próprio ano novo tarda. E com ele as amadas.

No festim solitário teus dons se aguçam.

És espiritual e dançarino e fluido,

mas ninguém virá aqui saber como amas

com fervor de diamante e delicadeza de alva,

como, por tua mão a cabana se faz lua.

Mundo de neve e sal, de gramofones roucos

urrando longe o gozo de que não participas.
Mundo fechado, que aprisiona as amadas
e todo o desejo, na noite, de comunicação.
Teu palácio se esvai, lambe-te o sono,
ninguém te quis, todos possuem,
tudo buscaste dar, não te tomaram.

Então encaminhas no gelo e rondas o grito.
Mas não tens gula de festa, nem orgulho
nem ferida nem raiva nem malícia.
És o próprio ano-bom, que te deténs. A casa passa
correndo, os copos voam,
os corpos saltam rápido, as amadas
te procuram na noite... e não te vêem,
tu pequeno, tu simples, tu qualquer.

Ser tão sozinho em meio a tantos ombros,
andar aos mil num corpo só, franzino,
e ter braços enormes sobre as casas,
ter um pé em Guerrero e outro no Texas,
falar assim a chinês a maranhense,
a russo, a negro: ser um só, de todos,
sem palavra, sem filtro,
sem opala:
há uma cidade em ti, que não sabemos.

Uma cega te ama. Os olhos abrem-se.
Não, não te ama. Um rico, em álcool,
é teu amigo e lúcido repele
tua riqueza. A confusão é nossa, que esquecemos
o que há de água, de sopro e de inocência
no fundo de cada um de nós, terrestres. Mas, ó mitos
que cultuamos, falsos: flores pardas,
anjos desleais, cofres redondos, arquejos
poéticos acadêmicos; convenções
do branco, azul e roxo; maquinismos,
telegramas em série, e fábricas e fábricas
e fábricas de lâmpadas, proibições, auroras.
Ficaste apenas um operário
comandado pela voz colérica do megafone.
És parafuso, gesto, esgar.
Recolho teus pedaços: ainda vibram,
lagarto mutilado.

Colo teus pedaços. Unidade
estranha é a tua, em mundo assim pulverizado.
E nós, que a cada passo nos cobrimos
e nos despimos e nos mascaramos,
mal retemos em ti o mesmo homem,
aprendiz
bombeiro
caixeiro
doceiro
emigrante
forçado
maquinista
noivo
patinador
soldado
músico
peregrino
artista de circo
marquês
marinheiro
carregador de piano
apenas sempre entretanto tu mesmo,
o que não está de acordo e é meigo,
o incapaz de propriedade, o pé
errante, a estrada

fugindo, o amigo
que desejaríamos reter
na chuva, no espelho, na memória
e todavia perdemos

Já não penso em ti. Penso no ofício
a que te entregas. Estranho relojoeiro
cheiras a peça desmontada: as molas unem-se,
o tempo anda. És vidraceiro.
Varres a rua. Não importa
que o desejo de partir te roa; e a esquina
faça de ti outro homem; e a lógica
te afaste de seus frios privilégios.

Há o trabalho em ti, mas caprichoso,
mas benigno,
e dele surgem artes não burguesas,
produtos de ar e lágrimas, indumentos
que nos dão asa ou pétalas, e trens
e navios sem aço, onde os amigos
fazendo roda viajam pelo tempo,
livros se animam, quadros se conversam,
e tudo libertado se resolve
numa efusão de amor sem paga, e riso, e sol.

O ofício é o ofício
que assim te põe no meio de nós todos,
vagabundo entre dois horários: mão sabida
no bater, no cortar, no fiar, no rebocar,
o pé insiste em levar-te pelo mundo,
a mão pega a ferramenta: é uma navalha,
e ao compasso de Brahms fazes a barba
neste salão desmemoriado no centro do mundo oprimido
onde ao fim de tanto silêncio e oco te recobramos.

Foi bom que te calasses.
Meditavas na sombra das chaves,
das correntes, das roupas riscadas, das cercas de arame,
juntavas palavras duras, pedras, cimento, bombas, invectivas,
anotavas com lápis secreto a morte de mil, a boca sangrenta
de mil, os braços cruzados de mil.

Canto ao Homem do Povo - Charles Chaplin

E nada dizias. E um bolo, um engulho
formando-se. E as palavras subindo.

Ó palavras desmoralizadas, entretanto salvas, ditas de novo.

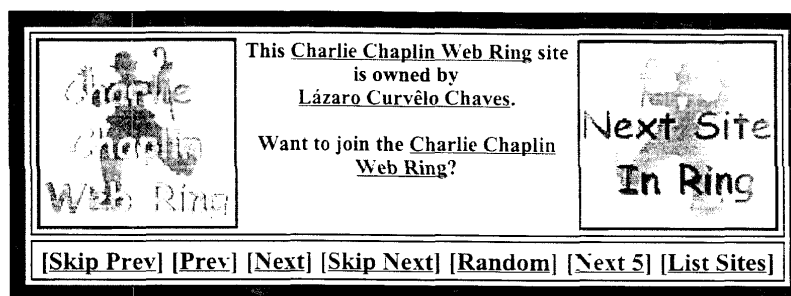
Poder da voz humana inventando novos vocábulos e dando sopros exaustos.

Dignidade da boca, aberta em ira justa e amor profundo,

crispação do ser humano, árvore irritada, contra a miséria e a fúria dos ditadores,

ó Carlito, meu e nosso amigo, teus sapatos e teu bigode

caminham numa estrada de pó e de esperança.



Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada tenho a acrescentar, em louvor da glória de Carlos Drummond de Andrade, às palavras aqui proferidas em nome do Senado pelos Senadores Lúcio Alcântara, José Alencar e Tião Viana.

Entretanto, ninguém nesta Casa entenderia, nem eu mesmo, se ficasse calado, sem dar uma palavra a respeito da obra e da vida de Carlos Drummond de Andrade, essa figura solar da Literatura brasileira.

Falar sobre Drummond é, sem dúvida, uma grande e impossível aventura de subir a uma montanha de centenas e centenas de livros escritos sobre ele, conferências, ensaios, estudos e críticas, além de ser matéria constante de interesse do cotidiano, incorporada à vida e à história do Brasil.

Confesso que ingressei na obra de Carlos Drummond de Andrade como leitor e como devoto. A partir da convivência com sua poesia, tinha a impressão de que estava praticando um ato de devoção a quase um deus, porque já se tem dito – e eu mesmo, muitas vezes, repeti – que a poesia é uma arte de Deus, é uma obra de criação. O primeiro grande poeta foi realmente o Criador, ao fazer do nada, por intermédio das palavras “no princípio era o Verbo”, aquilo que se tornou a realidade do mundo.

A poesia que Drummond tinha como necessária, como objeto do ofício exercido a cada dia, atingia um to que mágico naquela simplicidade formal que traz, desde o primeiro verso, o milagre da sua iniciação poética. Quer dar um toque, uma achega pessoal, também sobre o homem Carlos Drummond de Andrade, o meu conhecimento de Carlos Drummond de Andrade.

Eu chegava ao Rio de Janeiro pela primeira vez quando tinha 17 anos. Conversava com Josué Montello, já então um grande escritor deste País, que me disse: “Você quer conhecer Carlos Drummond de Andrade, quer estar com Carlos Drummond de Andrade?”. Era algo impossível para mim, poeta de província, menino de 17 anos chegando ao Rio de Janeiro, ter aquela oportunidade de conhecer Carlos Drummond de Andrade. Ele li gou e marcou uma visita a Carlos Drummond de Andrade. Que ousadia de um menino de 17 anos!

Fui ao encontro dele, que, a esse tempo, ainda trabalhava no prédio do Ministério da Educação e que me recebeu numa sala de absoluta simplicidade. Evidente mente, como todos podem imaginar, eu não sabia nem o que devia dizer. Não tive condições de lhe dizer tudo o que eu tinha pensado. E ele, vendo aquela dificuldade, aquela certa perplexidade daquele menino, perguntou-me: “O que você faz no Maranhão?”. E eu lhe disse: “Versos”. Ele, naturalmente, já procurado por muitos jovens, pensando que eu os traria, questionou-me: “E os seus versos, trouxe-os?”. A que lhe respondi: “Não tive coragem. Não são versos para que o senhor possa ler”.

Enfim, diante de poucos minutos que ali passamos juntos, ele, com aquela grande compreensão humana, sabendo dessa dificuldade em que se encontrava aquele menino, começou a falar sobre os amigos comuns:

Josué Montello, Odilo Costa Filho, o grande elo pelo qual muitas vezes estive com Drummond. Odilo foi o santo bom que Deus pôs na minha vida. Posso dizer que me tornei amigo de Carlos Drummond de Andrade naquela acepção que São Paulo dá à palavra “amigo”. Esse foi o meu encontro pessoal com ele.

Também quando estive com Carlos Drummond, já havia me iniciado em sua obra, na sua obra dum constante questionamento do poder, do fenômeno social. Basta dizer que **Alguma Poesia** foi editada no ano do meu nascimento; é de 1930 a primeira edição desse livro. Depois, já no período de redemocratização, depois de Getúlio, ele completava, nessa sensibilidade social, com o **Sentimento do Mundo**, com a **Rosa do Povo**. E foi aprofundando infinitamente, por meio dos livros que escreveu, aquela melodia das suas palavras, da sua poesia, que foi ficando cada vez mais despojada, livrada dos adjetivos, livrada de tudo que era desnecessário, para ficar só a palavra poética, que é a transfiguração das coisas na sua eternidade.

Drummond tinha um certo sorriso, um sorriso no canto da boca, de que a gente não esquece. E gostava de entremear a sua conversa com um “viu?”, que era muito mais baixo do que as coisas que ele falava num sorriso firme. Para a minha geração, não contava somente o poeta do **Claro Enigma**, mas também o cronista, o cronista Carlos Drummond de Andrade. Era, no cronista, o poeta e, no poeta, o homem historiador do cotidiano, como são todos os cronistas. Nessa arte, creio que não houve ninguém maior do que ele, senão Machado de Assis, na Literatura brasileira.

Quero também falar de um ponto que é uma certa identidade que tenho com o homem: a paixão por sua filha Julieta. A paixão de Drummond por Maria Julieta era excepcional. Ela também era excepcional, de uma conversa arrebatadora. Nos últimos anos de vida, ela foi amiga de minha mulher, Marly, com grande encantamento. Essa filha era a concretude de toda a sua criação. O destino fez com que Maria Julieta morresse no dia 5 de agosto e ele, no dia 17 de agosto, de tal modo que não se podia separar as datas, sabendo que sua vida estava ligada, no âmagô, à filha, o poema mais belo que ele havia escrito.

Estava no México, como Presidente da República, quando morreu Carlos Drummond de Andrade. Sabia que essa perda atingia a todos do País e, de lá, mandei uma mensagem, dizendo do meu sentimento, do que isso significava para o Brasil. Ao mesmo tempo, dizia que podíamos destruir tudo no mundo, até a pedra mais dura, mas uma coisa era impossível de ser destruída: a palavra. A palavra de um grande poeta se torna eterna e indestrutível.

Em setembro de 1985, também como Presidente da República, em discurso nas Nações Unidas, em nome do Brasil – era tradição os Presidentes se pronunciarem –, fiz algo quase incomum em um fórum daquela

natureza: incluir a poesia em um discurso de Chefe de Estado. Citei Carlos Drummond de Andrade, quando ele fala do “sentimento do mundo”, nas Nações Unidas.

Tive, como disse, o privilégio de ser seu amigo, aquela figura **gauche** e frágil – sua palavra, como falei, era de tom baixo –, de uma conversa em que não se tinha vontade ou desejo de mostrar-se brilhante. Ele não tinha o gosto de brilhar pela conversa, mas a sua conversa era como **currente calamo**, que se desdobrava na beleza. Desse modo, ele parecia estar sempre esrevendo quando falava com aquelas palavras comedidas que só ele, na sua grandeza de poeta, unindo a personalidade do homem e do poeta, podia juntar.

Enfim, eram essas as achegas pessoais. Eu não pretendia, como disse, pronunciar-me, pois penso que a homenagem do Senado está muito bem concretizada nos discursos aqui proferidos, na iniciativa do Senador Tião Viana, que tem grande sensibilidade para as coisas da Literatura, para que pudéssemos homenagear Carlos Drummond de Andrade, em seu centenário de nascimento.

É uma honra, não para ele, mas para o Senado, saber que aqui, nesta Casa de políticos – e todos pensam que os políticos são extremamente pragmáticos –, também temos sensibilidade para erigir estátuas à Poesia.

Carlos Drummond de Andrade era um deus. Vou regredir às minhas palavras iniciais: quando voltei do meu encontro com Drummond, Josué Montello me perguntou como havia sido a conversa. Tive a oportunidade de dizer-lhe: “Josué, entrei como se entrasse em uma igreja”. Josué me perguntou: “O que vocês conversaram?”. Respondi: “Aquilo que se conversa com os santos que estão no altar. Eu não disse nada! Olhei, admirei e saí cheio de graças!”.

Pois esta graça, no momento em que falo no Senado, ainda a guardo: de ter tido a ventura de conhecer esse grande poeta e de ser brasileiro, natural de um País que gerou um homem de extraordinária grandeza intelectual, esse monumento humano chamado Carlos Drummond de Andrade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pró-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero saudar os convidados na pessoa da Sr^a Vera Brant, que está aqui ao meu lado.

“Espírito de Minas, me visita, / e sobre a confusão desta cidade, / onde voz e buzina se confundem, / lança teu claro raio ordenador” – assim, Carlos Drummond de Andrade começa a sua “Prece do Mineiro no Rio”, um dos mais belos poemas da coletânea **A Vida Passada a Limpo**. Assim também começo esta homenagem a Drummond, pelo centenário do seu nascimento. Minas se faz presente a este encontro, porque sob a inspiração

da sua história e do seu povo é que nos reunimos neste plenário para reverenciar um dos seus filhos mais ilustres, o grande poeta **Sentimento do Mundo** e de **A Rosa do Povo**.

Na terra distante, em meio à década de 40, um jovem franzino sonhava em estudar ciência jurídica, pensando na carreira política e também na literatura. Soube já de um poeta mineiro chamado Carlos, autor de dois livros que haviam despertado a atenção da crítica e do público leitor **Alguma Poesia** e **Brejo das Almas**. Falava-se do talentoso poeta que trocara a capital de Minas pela capital da República; é que, em 1934, Drummond se mudara para o Rio de Janeiro, como chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde, seu amigo fraterno Gustavo Capanema.

Eram, Drummond e Capanema, dois dos mais brilhantes valores da primeira geração de mineiros que se mudara para o Rio, à qual também pertenciam Pedro Nava, Cyro dos Anjos e Afonso Arinos de Melo Franco, cujo famoso endereço, na Rua Dona Mariana, teve o privilégio de frequentar. Depois viria a segunda leva de emigrantes, em que avultam os “Quatro Mineiros do Apocalipse”: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. O derradeiro grupo a entrar Belo Horizonte pelo Rio é o de Afonso Romano de Sant’Anna e Fábio Lucas, hoje duas das maiores expressões da crítica literária brasileira.

Em toda a sua vasta e magnífica obra, Drummond se revela essencialmente mineiro, visceralmente mineiro, literalmente – e literariamente – mineiro. Já **Alguma Poesia**, o primeiro livro, encontramos “Lanterna Mágica”, em que o poeta evoca Belo Horizonte, Sabará, Caeté, São João Del Rei e, naturalmente, a sua Itabira. Sim, porque, na condição de mineiro, Drummond é fundamentalmente itabirano. “Alguns anos vivi em Itabira. / Principalmente nasci em Itabira” – lemos na “Confidência do Itabirano”, um dos primeiros poemas **Sentimento do Mundo**. Falo da Itabira que tenho a honra de conhecer e de que tanto gosto, cujas ladeiras e casarões guardam a memória do menino Carlos.

“Noventa por cento de ferro nas calçadas. / Oitenta por cento de ferro nas almas”. É a Itabira da Vale do Rio Doce – que ainda hoje lhe fura as entranhas – e a Itabira do Pico do Cauê, a montanha do tempo de Drummond menino que hoje desapareceu, milhões de toneladas de minério que se foram nos vagões do “maior trem do mundo”, como chora o poeta em um das suas mais eloquentes páginas.

Por isso é Itabira, que hoje festeja orgulhosa os cem anos do nascimento do seu filho mais ilustre, o maior e mais eloquente expressão da referencialidade na poesia drummondiana. Se houve um tempo em que aos críticos não interessava a relação entre a matéria literária e a realidade concreta – “a obra de arte se basta a si

mesma”, diziam –, hoje reconhecemos a importância, no texto literário, das referências ao mundo, das alusões ao real. Nesse aspecto é que se destaca Itabira como a mais intensa e substanciosa tradução da referencialidade de na poética de Drummond.

Aos ouvidos do leitor comum, o Pico do Amor, de que fala o poeta em um dos seus cantos, pode soar como apenas metáfora da relação amorosa, do desejo a que se rendem homens e mulheres. Pois o Pico do Amor existe: é um alto de onde se contempla toda a Itabira, bucolico recanto em que se ergue, hoje, o belo Memorial Carlos Drummond de Andrade, presenteado ao Município pelo gênio de Oscar Niemeyer, grande amigo do poeta. E assim há o santeiro Alfredo Duval, artesão de imagens religiosas que povoaram a infância do pequenino Carlito; o casarão em que hoje se encontra o Museu de Itabira, onde, outrora, funcionaram a cadeia pública e a prefeitura municipal; o velho sobrado do Barão de Alfié, em que dramas de amor teriam acontecido.

São esses os pontos que marcam os “Caminhos Drummondianos”, excelente realização com que a Prefeitura Municipal de Itabira dá exemplo, para todo o Brasil, de um dos melhores e mais relevantes projetos de turismo cultural que conhecemos. Crianças e jovens de famílias de baixa renda – os famosos “Drummonzinhos” acompanham os turistas que percorrem o roteiro, dizem do os poemas que se lêem nas placas, verdadeiras certidões que asseguram à terra Itabirana o honroso privilégio da Capital Brasileira da Poesia.

“Itabira é apenas uma fotografia na parede. / Mas como dói!”. Se algum dia esses versos despertaram ressonâncias e acenderam mágoas, hoje os itabiranos os compreendem como um suspiro de tristeza, lamento do filho que à cidade não voltou porque, verdadeiramente, nunca a abandonara. Drummond carregou Minas na alforje da saudade pela vida afora, como sinete marca do a ferro e fogo, daqueles elementos que nos forjam o caráter e fortalecem o espírito.

Drummond, brasileiro de Minas; Drummond, mineiro de Itabira, uma das mais altas vozes da poesia mundial do século XX. Passados 100 anos do seu nascimento, Carlos Drummond de Andrade continua presente no coração e na lembrança do seu povo como o poeta que nos deixou para sempre uma sublime lição de talento literário e de grandeza humana. Como escreveu Machado de Assis, “essa a glória que fica, eleva, honra e consola”.

Sr. Presidente, permita-me V. Ex^a que manifeste desta tribuna, em nome de 18 milhões de mineiros – Minas não é um Estado, é uma nação –, o nosso louvor a esta Casa pela iniciativa de realizar este evento para comemorar a vida, a literatura, o espetáculo de viver do maior poeta do Brasil; e, ao mesmo tempo, dirigir-me a todos os mineiros de Itabira, cujas ruas conheço, assim

como seu povo, seus líderes, seus operários, os minérios que se foram e os minérios que lá ainda estão, poucos, e manifestar a todos a satisfação do Senado da República por participar dos eventos que se realizam no Brasil em homenagem a Carlos Drummond de Andrade.

Quero louvar a Prefeitura Municipal pela divulgação que está realizando no Brasil inteiro e, mais ainda, a todos aqueles que estão freqüentando Itabira, suas ruas, suas ladeiras, seus minérios, sua vida, sua história, exatamente porque é uma cidade acolhedora e amiga, que tanto amo, porque sempre prestigiou este cidadão, desde Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas também como Deputado Federal, Senador da República, Governador de Minas e dirigente do Banco do Brasil. Minas é minha alma, porque a alma é de Minas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Assistiremos agora à exibição de um vídeo alusivo a Carlos Drummond de Andrade.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma das homenagens mais justas prestadas pelo Senado por tudo quanto representa para a literatura brasileira esse gigante da poesia em nosso País. Ao longo de sua vida, ele lembrou-se de ~~tos~~ e contemplou a tudo. Não esqueceu sequer o Nordeste. Está embutido no seu currículo: Drummond conseguia a um só tempo ser chefe de gabinete do Ministro Gustavo Capane ma, do Estado Novo, e usar suas palavras para destruir o capitalismo.

E, na poesia, ele chega a este ponto:

Deus, só me lembro de vós para pedir,
mas de qualquer modo sempre é uma lembrança.
Desculpai vosso filho que se veste
de humildade e esperança
e vos suplica: Olhai para o Nordeste
onde há fome, Senhor, e desespero
rodando nas estradas
entre esqueletos de animais.

Ouvimos aqui aqueles que são mais ligados à obra de Carlos Drummond de Andrade. A devoção de José Sarney à obra desse grande poeta é o sentimento de um poeta para um poeta. Devoção, portanto, mais profunda ainda do que a dos demais.

A poesia de Carlos Drummond de Andrade é o evangelho dos intelectuais e dos que alimentam o gosto pelas letras, o gosto pelo que é bom na Literatura.

Essa homenagem, portanto, haverá de ficar marcada nos Anais do Senado como uma das mais justas aqui prestadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 51 minutos, a sessão é reaberta às 11 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 298, DE 2002

(Nº 922/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Os méritos do Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa in formação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00349/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002-11-01

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Boliviana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e *Curriculum-vitae* do Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO

Nascido em Santos/SP. 28 de setembro de 1945. Filho de Silvio Leão e Alair de Andrade Leão. Graduado em Relações Internacionais pelo *Institut d'Etudes Politiques (Sciences-Po)*, da Universidade de Paris.

Ex-aluno da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo (USP).

Diplomado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco.

CPF: 05710219134

CI:4665-MRE

Cargos e Promoções na Carreira de Diplomata

Terceiro Secretário, 11 de janeiro de 1972.

Segundo Secretário, merecimento, 22 de janeiro de 1976.

Primeiro Secretário, merecimento, 21 de junho de 1979.

Conselheiro, merecimento, 22 de junho de 1983.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1989.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 29 de dezembro de 1998.

Funções Exercidas na Secretaria de Estado

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1972/76.

Coordenador, da Coordenadoria de Assuntos Econômicos e Comerciais da Secretaria Geral, 1983/85.

Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1985/88.

Coordenador Executivo, Secretaria-Geral, 1988/90.

Inspetor adjunto do Serviço Exterior, 1995/96.

Coordenador-Geral de Acompanhamento da Execução do Contrato BID/MRE, 1996/98.

Diretor-Geral do Departamento Econômico, a partir de 1998.

Funções Exercidas no Exterior

Londres, Segundo Secretário, 1976/79.

Tóquio, Primeiro Secretário, 1979/83.

Londres, Ministro Conselheiro, 1990/93.

Washington, Ministro Conselheiro, 1993/95.

Participação em reuniões internacionais

Reunião Preliminar de Coordenação do Conselho Internacional do Cacau, Genebra, 1973

(assessor).

I e II Sessões do Comitê Provisório do Conselho Internacional do Cacau, Genebra e Londres, 1973 (assessor).

Reunião do Grupo de Trabalho "ad hoc" sobre a Reforma da Aliança dos Produtores de Cacau, Nigéria, 1974 (delegado).

Reunião do Comitê Executivo e do Conselho da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1974 (delegado).

VI Assembléia Geral Especial da ONU, Nova York, 1974 (assessor).

Conferência Ministerial dos Países em Desenvolvimento sobre Matérias-Primas, Dacar, 1975 (delegado).

Reunião do Grupo de Trabalho da Aliança dos Produtores de Cacau sobre Renegociação do Acordo Internacional do Cacau, Abidjã, 1975 (delegado).

Conferência da ONU para Negociação do Segundo Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 1975 (delegado).

Organização Internacional do Cacau, Londres, 1976 a 1979 (representante permanente alterno).

Reunião do Comitê "ad hoc" da Aliança dos Produtores de Cacau sobre a Renegociação do Acordo Internacional de 1975, Yamoussokro, Costa do Marfim, 1978 (chefe).

Conferência da ONU para Negociação do Terceiro Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 1979 (delegado).

Membro da Comitativa do Senhor Presidente da República em visita ao Uruguai, 1985.

XXI, XXII, XXIV a XXVII, XLIV e XLV Assembléia da Aliança dos Produtores de Cacau, Lomé, 1973 e 1976, Abidjã, 1974, Duala, 1975, Acra, 1975 e Salvador, 1976 (delegado), São Tomé e Príncipe e Salvador, 1985 (chefe).

Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia, 1986 (chefe).

Reunião Ministerial de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Cairns, Austrália, 1986 (assessor).

XXI e XXII Reuniões Plenárias do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), México, 1985 e Maceió, 1986 (delegado).

XIV Sessão da Comunidade Internacional da Pimenta, Salvador, 1986 (chefe).

Reunião do Grupo Negociador de Agricultura (GATT), Genebra, 1987 (chefe).

Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, Bariloche, 1987 (assessor).

VII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1987 (delegado).

XLVIII Reunião do Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, 1987 (delegado).

I a IV Sessões do Conselho Internacional de Madeiras Tropicais, Genebra, 1985, Iocoma, Japão, 1977 e Rio de Janeiro, 1988 (chefe).

Reuniões de Ministros do Comércio, Constança, Alemanha, 1988 (assessor).

Reunião de Ministro do Comércio, 1988, Islamabad (Assessor)

Reunião Ministerial do *Mid-Term Review*, Rodada Uruguai (GATT), Montreal, 1988 (assessor).

Organização Internacional do Café, Londres, 1990/92 (representante permanente).

Organização Internacional do Açúcar, Londres, 1990/92 (representante permanente).

Organização Internacional do Cacau, Londres, 1990/92 (representante permanente)

Consultas Brasil/Canadá sobre Contencioso Embraer/Bombardier, 1998, Washington (Subchefe)

Consultas Brasil/Canadá sobre Contencioso Embraer/Bombardier, 1999, Nova York (Subchefe)

Reunião do Comissão Mista Brasil-União Européia, 1999, Bruxelas (Assessor)

Consultas Brasil/Canadá sobre Contecioso Embraer/Bombardier, 1999, São Paulo (Subchefe)

Reunião de Consultas Econômicas Brasil- Reino Unido, 1999, Londres (Chefe)
Negociações Brasil-EUA sobre Comércio de Aço, Washington, 1999 (Chefe)
Reunião Ministerial do G-15 sobre Negociações Comerciais Multilaterais, 1999, Bangalore, (Chefe)
Consultas Brasil/Canadá sobre Contencioso Embraer/Bombardier, 1999, Nova York (Subchefe)
Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, 1999, Buenos Aires (Assessor)
Conselho da Organização Internacional do Café, 1999, Londres (Chefe)
III Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), 1999, Seattle (Assessor)
Consultas Brasil/Canadá sobre Contecioso Embraer/Bombardier, 2000, Montreal (Subchefe)
Reunião de Consultas Econômicas Brasil-Reino Unido, 2000, Brasília (Chefe)
Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, 2000, Banff, Canadá (Assessor)
Reunião do Comitê de Agricultura da OMC, 2001, Genebra (Chefe)
Consultas sobre Negociações Comerciais Multilaterais, 2001, Genebra (Chefe)
Consultas Econômicas Bilaterais Brasil-Reino Unido, 2001, Londres (Chefe)
Conselho da Organização Internacional do Café, 2001, Londres (Chefe)
Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, 2001, Punta del Este (Assessor)
I Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2001, Paris (Chefe)
II Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2001, Paris (Chefe)
Reunião do Cosenho Latino-Americano do SELA, 2001, Caracas (Chefe)
IV Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), 2001, Doha, Catar (Assessor)
Missão aos Estados Unidos para Consultas sobre Comércio de Aço, 2002, Washington (Chefe)
Reunião Ministerial de Meio Período da UNCTAD, 2002, Bangkok (Chefe)
III Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2002, Paris (Chefe)
IV Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, 2002, Paris (Chefe)
Reunião do Conselho Geral da OMC, 2002, Genebra (Assessor)

Obra publicada

A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, 1930 - 1934, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1990.

Condecorações

Prêmio Rio Branco, 1º lugar, Medalha de Ouro no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
Ordem do Rio Branco ,Grã Cruz, Brasil.
Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.
Legião de Honra, Oficial, França
Ordem do Tesouro Sagrado, Japão


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Política Interna

Durante os primeiros meses de 2002, tornou-se mais nítida na Venezuela a tensão a opor, de um lado, as classes privilegiadas, a cúpula da Igreja católica, os proprietários dos meios de comunicação e empresários e, de outro, as classes menos favorecidas, militares de patente média e políticos partidários do Presidente. A situação agravou-se no momento em que o Presidente destituiu diretores da empresa estatal de petróleo PDVSA.

Empresários ligados aos meios de comunicação e a Fedecámaras, principal entidade patronal venezuelana, bem como determinados integrantes do alto comando das Forças Armadas, obtiveram o apoio da Confederação de Trabalhadores da Venezuela para a convocação de paralisação no dia 9 de abril. As Forças Armadas entraram em prontidão. No dia 11 de abril, manifestantes se dirigiram ao palácio presidencial para exigir a renúncia do Presidente. Durante o confronto que se seguiu entre manifestantes pró e anti-Chávez, morreram cerca de dez pessoas.

Na madrugada de 12 de abril foi anunciada a renúncia de Hugo Chávez, fato que viria a ser desmentido posteriormente. A suposta renúncia do Presidente foi anunciada pelo militar de mais alta hierarquia do Governo, General Lucas Rincón Romero. Pedro Carmona Estanga, Presidente da Fedecámaras, assumiu o Governo jurando sobre a Constituição de 1961, derogada pela atualmente vigente, de 1999, e em condições de vácuo institucional criado pela destituição do Vice-Presidente e dos demais membros do Governo.

Nas poucas horas do seu "governo", Pedro Carmona dissolveu o Congresso, destituiu integrantes do Tribunal Supremo de Justiça, governadores e prefeitos, e prometeu a realização de eleições presidenciais dentro de um ano. Forças leais ao Presidente eleito organizaram manifestação popular que passou a exigir a reabertura da Assembléia e o retorno de Chávez, que se encontrava preso. Este reassumiu o Governo ainda durante o sábado 13 de abril, com apoio ostensivo das Forças Armadas. A manifestação que propiciou a volta de Chávez ao poder não foi divulgada pelos principais meios de comunicação venezuelanos, os quais reproduziam, em lugar da cobertura dos fatos em curso, as tomadas dos protestos verificados em 11 de abril.

Durante a crise, o Governo brasileiro se manifestou em coordenação com os países do Grupo do Rio e, em duas ocasiões, por meio de comunicados independentes, condenado a ruptura da normalidade institucional e ressaltando a necessidade, em todos os casos, de respeito à democracia e à ordem constitucional estabelecida.

Ao reassumir, o Presidente Chavez fez declarações em tom conciliador: exortou à calma, deixou claro

que não seriam praticadas perseguições e reconheceu haver cometido erros. Concretamente, propôs a convocação de "mesas de diálogo nacional", nos campos político, econômico e social. Em entrevista à imprensa internacional que concedeu em 14 de abril, Chávez fez constar o seu reconhecimento a alguns países (Brasil, Chile, Guatemala, México, República Dominicana e Rússia) e agradeceu o telefonema que recebera, naquele dia, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Superado o episódio do golpe de Estado, o Governo do Presidente Chávez continua a enfrentar dificuldades. O Presidente anunciou mudanças no Gabinete, as quais foram, de forma geral bem aceitas, sobretudo as dos novos Ministros de Finanças e de Planejamento, profissionais de orientação liberal. Mais polêmica foi à passagem de Diosdado Cabello, ligado aos "círculos bolivarianos", da Vice-Presidência para o Ministério do Interior e Justiça.

A questão militar reveste-se de contornos especialmente delicados. O Governo tem-se esforçado por recompor a estrutura de mando e evitar possíveis ameaças à ordem e à disciplina nas fileiras castrenses. A oposição continua a agir junto do oficialato com propósitos nitidamente políticos e desestabilizadores dos esforços do Presidente para equacionar a situação militar no cenário pós-golpe.

Os meios de comunicação mais influentes têm privilegiado de forma consistente, em sua cobertura dos eventos de abril, a versão defendida pela oposição e pelos próprios golpistas, os quais sustentam a tese de que não se teria registrado, em última análise, golpe de Estado na Venezuela, mas apenas "vácuo de poder". Representantes do canal de televisão "Globovisión" e do diário "El Nacional" retiraram-se, em 15 de maio, das "mesas de diálogo" coordenadas pelo Vice-Presidente Vicente Rangel, assim como o atual presidente da "Fedecámaras". Passou a ganhar força a idéia, ventilada pelos setores oposicionistas, de apresentar proposta de emenda constitucional que abrevie o mandato do Presidente.

O Governo colombiano atendeu a pedido de asilo que lhe foi feito por Pedro Carmona Estanga, havendo o Presidente Hugo Chávez concedido, em 27 de maio, salvo-conduto para que ele deixasse o país com destino à Colômbia. Em 30 de maio o Chanceler Luis Alfonso Dávila, identificado com o núcleo "duro" dos assessores do Presidente, foi substituído no cargo por Roy Chaderton, que foi Embaixador da Venezuela em Londres e Bogotá e estava designado para assumir a representação em Washington. A medida é interpretada como gesto do Presidente venezuelano em direção à flexibilização do relacionamento com os Estados Unidos.

Na primeira semana de junho de 2002, a Organização dos Estados Americanos, reunida em Assembléia-Geral em Barbados, ofereceu sua ajuda e apoio para a "consolidação" do processo democrático na Ve

nezuela, em detrimento da proposta norte-americana de que a OEA viesse a atuar como mediadora das negociações políticas internas. O ex-Presidente norte-americano Jimmy Carter aceitou convite do Governo venezuelano para atuar como “facilitador” do diálogo nacional.

Como resultado de entendimentos informais alcançados durante visita do ex-Presidente Carter a Caracas, missão tripartite integrada por representantes do Centro Carter, da OEA e da ONU deu início, em 25 de julho, a missão de dois dias de facilitação do diálogo político interno. A recusa dos grupos de oposição em atender a convite formulado por Carter para uma reunião com o Governo ilustra o dogmatismo e intransigência desses setores, que, proclamando à desobediência civil e militar, colocam a saída de Chávez como condição para o diálogo — o que, naturalmente, torna o exercício inviável de antemão.

Embora a oposição não conte com liderança ou programa de Governo identificáveis, a situação interna é complexa e cerca de dificuldades a tentativa do Governo de levar adiante o diálogo e a concertação nacional. Em 14 de agosto, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela decidiu, por 11 votos a 8, eximir de responsabilidade os quatro principais oficiais envolvidos no golpe de Estado de abril. Houve distúrbios nas imediações do Tribunal, provocados por confronto entre simpatizantes do Governo, que protestavam contra a absolvição dos militares, e integrantes da Guarda Nacional. O Vice-Presidente José Vicente Rangel fez apelo à calma e à necessidade de respeitar a decisão do Judiciário. O Presidente Chávez afirmou que a decisão do Tribunal favorável aos militares insurretos coloca a Constituição “aprova”, o que não deveria, porém, levar os venezuelanos “a desesperar-se”.

A sentença do Supremo Tribunal, que procura apresentar justificativas políticas ou éticas para a atitude dos oficiais golpistas, conclui não ter havido rebelião, ainda que os militares em questão tenham desacatado ordens do Presidente da República e solicitado sua renúncia. Apesar de seu nítido viés político, a decisão do Judiciário constitui importante derrota para o Governo do Presidente Chávez.

O Governo venezuelano solicitou ao Conselho Permanente da OEA a discussão da situação interna no país, com o objetivo de fazer aprovar projeto de resolução que traduzisse a disposição do Governo em solicitar o envolvimento da Organização e de outras entidades internacionais (Centro Carter e PNUD) no diálogo nacional. Em 14 de agosto de 2002, o Conselho Permanente aprovou resolução sobre o assunto que passou a incorporar, por insistência da delegação norte-americana e apesar de oposição venezuelana inicial, menção à expressão “Coordenadora Democrática de Venezuela”, entidade que congregaria as forças oposicionistas que participariam do pretendido diálogo interno.

À crise político-institucional somam-se sinais de deterioração da atividade econômica que, para alguns

analistas, configuram quadro de “depressão”. A queda do PIB no segundo trimestre foi de 9,9% e a direção do Banco Central venezuelano já admite que, mesmo com um cenário de reaquecimento até o fim do ano, a contração em 2002 ficaria entre 3 e 4%. Nesse ambiente, entidades patronais e sindicais voltaram a aventar a possibilidade de convocação de uma greve geral, por tempo indeterminado, como opção para o intento de retirar Chávez do poder. As oposições contariam com os efeitos desestabilizadores de um movimento desse tipo, incluindo confrontos com partidários do Presidente, a exemplo do que ocorreu em abril, para gerar situação de comoção social e forçar a renúncia do mandatário. São notórias, no entanto, as divergências entre as entidades que compõem a “Coordenadora Democrática” a respeito dessa estratégia para abreviar o mandato de Chávez vis-à-vis as alternativas “convencionais” já cogitadas (proposta de emenda constitucional, convocação de uma Assembléia Constituinte, processos judiciais contra o Presidente, referendo revocatório ou consultivo relativo ao atual mandato). Figuras de destaque da “Coordenadora” questionam se a mencionada paralisação atrairia adesão suficiente a ponto de não fracassar em poucos dias, alertando que a idéia poderia revelar-se um “ tiro pela culatra”.

A atmosfera interna venezuelana apresenta-se dessa forma conturbada e fragmentada, mesmo no campo da oposição, sobressaindo cálculos desencontrados dos principais atores sobre a linha a seguir e graus díspares de compromisso com as vias institucionais e democráticas.

A reação do Governo às articulações para a greve geral tomou a forma de declarações contundentes do Presidente Chávez em 7 de setembro, com o anúncio de que pretendia baixar decreto autorizando os trabalhadores a assumir o controle de empresas cujos proprietários queiram “sabotar” a economia e “conspirar” contra o Governo, assim caracterizado o componente de locaute da referida paralisação. Quanto às repercussões do golpe de Estado de abril, Chávez também direcionou seu “contra-ataque”, sem especificar as “ações” a serem tomadas, aos 11 magistrados do TSJ que absolveram os líderes militares do movimento. O Presidente exibiu, ainda, trecho de vídeo inédito da CNN, no qual oficiais dissidentes estariam tratando do uso de franco-atiradores no 11 de abril para criar o fato legitimador da conspiração.

Com tal pano de fundo, ocorreu na semana entre 9 e 13 de setembro visita da missão tripartite OEA-PNUD-Centro Carter, com o objetivo de avançar o processo de diálogo nacional. O fim de “baixar a temperatura política” na Venezuela, vocalizado inclusive por Otto Reich, não parece ancorado na retórica de ambos os lados, tendo Chávez manifestado a expectativa de que as oposições “desta vez não falem à reunião, mintam ou falem ao respeito, como fizeram quando Jimmy Carter aqui esteve”, e integrantes da “Coordenadora Democrática

ca" ressaltado na imprensa a visão de que "com Chávez não há solução" e sinalizado, assim, a intenção de discutir com setores oficialistas e a missão internacional "como" e "quando" se poderá realizar a transição do regime.

Na semana seguinte, contudo, qualquer perspectiva de moderado otimismo viu-se dissipada por novos agravantes da tensão política: setores de oposição têm recorrido à incitação a uma rebelião militar, o que foi respaldado com a prisão de oficiais ligados à tentativa de golpe de abril; explosão de bombas no centro de Caracas foi associada a supostos grupos armados chavistas.

A Embaixada dos EUA em Caracas emitiu comunicado sobre os últimos acontecimentos, condenando o recurso a meios violentos e inconstitucionais para resolver a crise política atual, seja por parte do Governo, seja da oposição. A nota parece indicar a disposição norte-americana em assumir posição de neutralidade, defendendo uma saída pacífica e democrática para o impasse venezuelano.

O decreto baixado pelo Governo estabelecendo oito "zonas de segurança" em Caracas, nas quais se proíbem manifestações públicas, foi o estopim para mais uma demonstração da oposição, que reuniu cerca de 60 mil pessoas em 26 de setembro. A "Coordenadora Democrática", motivada com esse êxito, anunciou marcha a ser realizada em 10 de outubro, sob o nome de "Tomada de Caracas". O movimento, em caso de prolongar-se por mais de um dia, poderia reforçar a greve geral de que cogitam a Confederação de Trabalhadores da Venezuela e a "Fedecámaras". Persistiria, no entanto, falta de consenso no interior das oposições sobre a oportunidade e os riscos associados a um eventual fracasso da paralisação.

Preocupado com a "elevação das tensões", o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, realizou, entre 2 e 4 de outubro, visita não previamente agendada à Venezuela, na qual procurou, tanto junto ao Presidente Chávez quanto à "Coordenadora Democrática", impulsionar a aceitação do projeto de uma "Declaração de Princípios para a Paz e a Democracia na Venezuela" (objeto dos bons ofícios da missão tripartite). Gaviria classificou o texto como um "ponto de partida para uma saída civilizada e democrática" à atual crise política.

Política Externa

São três as diretrizes principais a nortear a ação externa do governo Chávez: (a) ênfase na integração regional latino-americana e caribenha; (b) fortalecimento do relacionamento com os países da OPEP; e (c) ampliação do leque de parcerias. Inspirada pela afirmação da autonomia e do não-intervencionismo na condução dos assuntos externos, bem como por um certo universalismo, a esta última diretriz se associam as freqüentes eríticas do Presidente à conformação de um mundo unipolar e aos efeitos negativos da globalização.

Também àquela linha pode ser atribuída a aproximação que procura estabelecer com países vistos como potenciais contrapesos à hegemonia norte-americana, tanto no plano global (China, Rússia, França), como regional (Brasil – "o gigante do Sul", como, em mais de uma oportunidade, se referiu Chávez a nosso país). Outro aspecto que decorre daquela visão sobre a inserção externa do país é o maior protagonismo almejado nos foros multilaterais, sobretudo os de concertação entre os países em desenvolvimento, como o G-15 e o G-77, cujas presidências se encontram no momento a cargo da Venezuela.

A relevância do relacionamento com Washington dispensaria maiores comentários, bastando recordar, no plano econômico, os vínculos resultantes do fato de absorverem os EUA cerca de metade das exportações da Venezuela e ser este país um dos principais (terceiro) fornecedores de petróleo e derivados para o mercado norte-americano. Durante o governo Chávez, as relações têm sido, não obstante, marcadas por desconfianças recíprocas e instâncias de atrito.

Vários são os pontos de vista divergentes, em questões que vão desde a aproximação com Cuba, à atitude crítica em relação ao Plano Colômbia, a proibição de sobrevôo de aeronaves norte-americanas para combater ao narcotráfico, a recusa de ajuda humanitária dos EUA para as vítimas das inundações que afetaram a Venezuela em dezembro de 1999, até a mudança do voto venezuelano na Comissão de Direitos Humanos da ONU, o qual passou a ser contrário à condenação da China, Irã e Cuba.

A atitude do Governo norte-americano durante o golpe de Estado em nada favoreceu a redução do mal-estar que prevalece nas relações bilaterais. Da mesma forma, a posição ambígua adotada pela Espanha na ocasião suscitou suspeitas, por parte do Governo Chávez, de que Madrid e Washington compartilhariam visão pelo menos complacente em relação à ruptura constitucional verificada e estariam empenhados em "isolar internacionalmente" a Venezuela.

O anúncio de que o Governo norte-americano estaria contemplando a abertura, junto a sua Embaixada em Caracas, de "Escritório para Iniciativas de Transição", a exemplo daqueles instalados no passado no Burundi, Sudão ou Guatemala, tampouco contribuiu para a melhoria da atmosfera bilateral. A respeito, o Chanceler Roy Chaderton sugeriu, em 30 de julho, criativa interpretação do princípio da reciprocidade, propondo que, assim como a Venezuela colabora na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, os Estados Unidos poderiam cooperar na busca e eventual extradição daqueles que buscam minar o estado de direito na Venezuela.

Em visita a Washington, 19 e 20 de agosto, o Chanceler Chaderton, após proferir discurso em sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA sobre o diálogo interno venezuelano e a Resolução aprovada pela OEA a

respeito no último dia 14 de agosto, reuniu-se no Departamento de Estado com os Subsecretários Richard Armitage, Otto Reich e Phil Chicola. A imprensa venezuelana noticiou que teria sido acordada visita de Reich a Caracas nas semanas seguintes e registrou a avaliação de Chicola de que o nível de “retórica, tensão e desconfiança” nas relações bilaterais teria diminuído no passado recente, embora “muito trabalho ainda reste por fazer.”

Pode estar em curso uma dinâmica em que os irritantes nas relações bilaterais passem a ser conjurados em nome de um arranjo de mútuo interesse. A visita do Subsecretário Assistente para Assuntos Andinos. Thomas Shannon, a Caracas, em 27 de setembro, após o comunicado emitido pela Embaixada dos EUA sobre a crise política venezuelana, parece indicar uma renovada fluidez no diálogo diplomático entre os dois países, em que elementos concretos colocados à mesa sinalizariam a possibilidade de uma barganha. Nesse sentido, foi noticiada a gestão empreendida por Shannon visando à revisão da proibição de sobrevôo de aeronaves norte-americanas em missões de combate ao narcotráfico. Agregado a isso, especula-se sobre possíveis entendimentos em torno de uma garantia de fornecimento de petróleo a longo prazo aos EUA, significativa na atual conjuntura de tensão no Oriente Médio. No tabuleiro de tal convergência bilateral, figurariam, portanto, de um lado, o respaldo de Washington à ordem constitucional na Venezuela e a permanência dos EUA como principal destino do petróleo exportado pelo país, e, de outro, a continuidade da Venezuela como fornecedor confiável na eventualidade de um conflito armado no Iraque e a flexibilização da posição refratária de Chávez na questão dos sobrevôos.

Relacionamento Brasil – Venezuela

O Brasil, fundamentalmente por intermédio do diálogo presidencial, tem procurado preservar e estimular a proximidade do Governo venezuelano aos principais valores e objetivos que hoje se congregam na comunidade sul-americana de nações. O Governo Chávez vem colocando o desenvolvimento de uma relação estratégica com o Brasil como meta de alta prioridade, o que é valorizado pelo lado brasileiro, especialmente no contexto de nosso interesse pela integração regional sul-americana.

Delegação parlamentar brasileira, chefiada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, foi recebida em 30 de abril pelo Presidente Hugo Chávez, o qual renovou, na ocasião, seu reconhecimento pela solidariedade demonstrada pelo Governo brasileiro no difícil momento que atravessa seu país.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Presidente Chávez carta datada de 23 de abril por meio da qual, além de aludir ao “projeto político corajoso” desenvolvido por seu homólogo, faz referência à tarefa que este tem diante de si “na busca de um caminho de

reconciliação” para a sociedade venezuelana. A carta do Presidente da República exprime ao Presidente da Venezuela o “apoio” que este “encontrará sempre no Brasil em seus esforços para a consolidação do Estado de Direito e para a participação de todos os venezuelanos no processo histórico de ampliação das liberdades e fortalecimento da justiça.”

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 299, DE 2002

(Nº 923/2002, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Os méritos do Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 00350 DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente.

I N F O R M A Ç Ã O**CURRICULUM VITAE
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE
ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES**

Nascido em Niterói/RJ, 03 de fevereiro de 1947. Filho de Zózimo da Costa Menna Gonçalves e Ozilda Lisboa Menna Gonçalves. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. CAE, IRBr. "Proficiency Certificate in English, Michigan and Cambridge Universities. Licenciado em Língua Inglesa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito, Universidade de Brasília. Professor da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.

CPF: 07593880753

ID: 3253 MRE

Terceiro Secretário, 03 de fevereiro de 1970.
Segundo Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.
Primeiro Secretário, merecimento, 02 de março de 1979.
Conselheiro, merecimento, 21 de dezembro de 1983.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de junho de 1993.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 28 de junho de 2000.

Assessor do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1970/72
Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, 1972/73.
Auxiliar do Chefe do Departamento da Europa, 1973.
Assistente do Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1979/80.
Chefe, substituto, da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1980/84.
Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1980/84.
Secretário, substituto, de Informações do Exterior, 1990/92.
Assessor Especial do Subsecretário-Geral de Planejamento Político e Econômico, 1993.
Diretor-Geral do Departamento das Américas, 1999.

Âncara, Terceiro Secretário, 1971.
Âncara, Encarregado de Negócios, 1971.
Milão, Cônsul-Adjunto, 1974/76.
Milão, Cônsul-Geral, interino, 1974 e 1975.
La Paz, Segundo Secretário, 1977/79.
La Paz, Primeiro Secretário, 1979.
Washington, Conselheiro, 1985/88.
Caracas, Conselheiro, 1988/90.
Caracas, Encarregado de Negócios, 1989 e 1990.
Washington, Ministro-Conselheiro, 1994.
Washington, Encarregado de Negócios, 1995/96/98/99.

Feira Internacional de Amostras de Milão, 1975 e 1976 (Diretor do "stand" de Informações do Brasil).

Feira Internacional de Mármore e Máquinas de Sant'Ambrogio di Valpolicella, 1975 e 1976 (Diretor do pavilhão do Brasil).

Salão Internacional do Móvel de Milão, 1976 (Diretor do Pavilhão do Brasil).

III Reunião da Assembléia de Governadores do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Sucre, 1977 (Delegado).

XVIII Período Ordinário de Sessões da CEPAL, La Paz, 1979 (Delegado).

Feira Internacional de Argel, 1979 (Diretor do Pavilhão do Brasil).

Comitê de Peritos do Grupo Assessor Misto do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, Genebra, 1980 (Representante).

Grupo Assessor Misto do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, Genebra, 1980 (Representante).

Feira Internacional de Aeronáutica de Farnborough, 1980 (Diretor do pavilhão do Brasil).

Comitê Técnico do Grupo Assessor Misto do ITC - GATT/UNCTAD, 1981 (Representante).

Diretor-Geral-Adjunto da V Exposição Industrial Brasileira em Caracas, 1981.

Feira Internacional de Lisboa, 1982 (Diretor do pavilhão do Brasil).

Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos da América sobre Cooperação Industrial-Militar, 1983 (Representante do MRE).

Feira TECNOMIN, Lima, 1984 (Diretor do Pavilhão do Brasil).

Comitê Ad-Hoc Brasil-Iraque, Bagdá, 1984 (Delegado).

XXIII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, Caracas, 1990 (Chefe da Delegação do Brasil).

Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela sobre cooperação para a construção da rodovia BR - 174, Caracas, 1988 (Chefe da Delegação do Brasil).

Grupo Interministerial para Revisão do Plano Plurianual 1991-1995 (Representante do MRE).

Painel de Peritos sobre o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, Nova York, 1992 (Membro).

Comissão Especial Interministerial para Elaboração de Anteprojeto de Lei sobre Fluxo Internacional de Bens e Serviços na Área de Tecnologia Sensível, 1992 (Representante do MRE).

À disposição do Presidente dos EUA na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

Painel de Peritos sobre o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas, Nova York, 1994 (Membro).

À disposição do Secretário de Defesa dos EUA em sua visita ao Brasil, 1994.

Reunião Ministerial de Defesa das Américas, Williamsburg, 1995 (Delegado).

Grupo Revisor da Implementação da Cúpula das Américas, Washington e San Salvador, 1995 (Delegado).

Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Caracas, 2000 (Chefe da Delegação do Brasil)

Missão Especial à cerimônia de posse do Presidente do Peru, 2000 (Membro).

V Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, Barranquilla, 2000 (Delegado).

I Encontro Institucional Brasil-Guiana, Boa Vista, 2000 (Delegado).

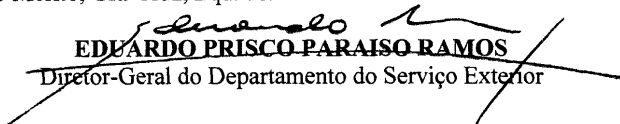
IX Cúpula Ibero-Americana, Havana, 2000 (Delegado).

X Cúpula Ibero-Americana, Panamá, 2001 (Delegado)

Cúpula do Grupo do Rio, Santiago, 2001 (Delegado).

I Reunião de Coordenadores Nacionais sobre Diálogo Político MERCOSUL-CAN, Santa Cruz de la Sierra, 2001 (Chefe da Delegação do Brasil).

VI Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil- Colômbia, Rio de Janeiro, 2001 (Chefe da Delegação do Brasil).
 Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL, 2001.
 I Reunião de Ministros das Relações Exteriores MERCOSUL-CAN, Guiana e Suriname, La Paz, 2001 (Delegado).
 Reunião de Cúpula do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Montevideu, 2001 (delegado).
 Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, 2002 (Representante do MRE).
 Reunião de Cúpula do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Buenos Aires, 2002 (Delegado).
 II Reunião de Presidentes da América do Sul, Guaiquil, 2002 (Delegado).
 Missões Especiais às cerimônias de posse dos Presidentes da Bolívia e da Colômbia, 2002 (Membro).
 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
 Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.
 Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.
 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Brasil.
 Ordem "Sol del Perú", Grande Oficial, Peru
 Ordem Nacional do Mérito, Grande Oficial, Paraguai
 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
 Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile
 Ordem Nacional ao Mérito, Grã-Cruz, Equador


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
 Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

Bolívia

DADOS BÁSICOS

Nome oficial: República da Bolívia
Organização do Estado: República unitária e presidencialista
Capitais: La Paz (sede do governo) e Sucre (constitucional)
Área: 1.098.581 quilômetros quadrados
Extensão da fronteira com o Brasil: 3.126 quilômetros
Fronteiras: Peru (900km), Chile (861 km), Argentina (832 km) e Paraguai (750km)
Idioma: espanhol, quíchua, aimará
Maiores cidades: La Paz, Santa Cruz, Cochabamba, El Alto
População: 8,28 milhões de habitantes (2001)
PIB preços correntes: US\$ 7,95 bilhões (2001)
PIB per capita: US\$933 (2001)
Moeda: peso boliviano
Presidente da República: Gonzalo Sánchez de Lozada
Ministro das Relações Exteriores: Carlos Saavedra Bruno
Representante do Brasil na Bolívia: Embaixador Stélio Marcos Amarante

Comércio Brasil-Bolívia

(US\$ milhões FOB)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	BALANÇA COMERCIAL
1996	531	62	469
1997	720	26	694
1998	675	22	653
1999	442	23	419
2000	364	140	224
2001	333	256	77
2001 (Jan-Ago)	218	183	35
2002 (Jan-Ago)	297	250	46

Bolívia Situação Interna

O primeiro turno das eleições presidenciais bolivianas, realizado em 30 de junho último, registrou vitória do candidato Gonzalo Sánchez de Lozada, do partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), e revelou desempenho surpreendente do candidato Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), ligado aos plantadores de coca, que terminou em segundo lugar.

Pesquisas eleitorais dos seis meses anteriores às eleições já vinham expondo o crescimento de candidaturas ditas "independentes", isto é, não relacionadas aos principais partidos políticos bolivianos. Morales pode ter-se beneficiado, ainda, da reação do eleitor-boliviano a declaração do Embaixador dos EUA, Manuel Rocha, segundo a qual a ajuda econômica à Bolívia poderia ser reduzida, caso o candidato **localero** viesse a ser eleito.

Os grandes partidos políticos da Bolívia, como o MNR, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e Ação Democrática Nacionalista (ADN), são os principais responsáveis pela chamada "democracia pactada", cujas características fundamentais são o governo por coalizão e a aceitação do princípio de alternância no poder. Por esse sistema, a oposição, sempre com pelo menos um dos partidos grandes, aceita atuar dentro das regras do jogo. O sistema tem expressão prática em um segundo turno das eleições presidenciais que se realiza no Congresso, caso nenhum dos candidatos obtenha maioria no primeiro turno. Neste segundo turno, os partidos buscam formar alianças e coalizões em torno de uma chapa presidencial de consenso, a fim de garantir-lhe condições de governabilidade.

A coalizão política que levou à eleição de Gonzalo Sánchez de Lozada é um bom exemplo da "democracia pactada" em ação, ao unir tradicionais adversários políticos em torno de um pacto de governabilidade e da distribuição de cargos públicos. O fato de Jaime Paz Zamora ter chegado em quarto lugar nas eleições presidenciais não constituiu empecilho para que ele, e não os outros dois candidatos mais bem colocados, fosse a peça fundamental da equação política do atual governo boliviano.

O governo, embora formado por coalizão e eleito pelo Congresso, está sendo obrigado a lidar com um quadro partidário mais fragmentado, que reflete o maior poder alcançado por parte de partidos independentes. Nesse contexto, como principal novidade do quadro político que emergiu das eleições de 2002, destaca-se o marcado crescimento dos partidos de representação das populações indígenas. Ainda que as primeiras ma-

nifestações e posicionamentos das lideranças indígenas tenham se notabilizado pelo radicalismo, chegando ao extremo de questionar a própria legitimidade do Estado boliviano, e em última análise a existência do país como hoje o conhecemos, é de se esperar que um gradual processo de amadurecimento político leve tais lideranças a buscar formas mais construtivas de reivindicação de seus direitos. De todo modo, deve-se destacar o aspecto positivo da entrada em cena na vida política do país de camadas da população antes gravemente marginalizadas, o que certamente contribuirá, a longo prazo, para a legitimidade da democracia boliviana.

O Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada tomou posse em 6 de agosto último. O governo brasileiro foi representado nas cerimônias da posse pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio de Meio.

As dificuldades enfrentadas pelos partidos tradicionais nas últimas eleições também guardam relação direta com o quadro recessivo que vem caracterizando a economia boliviana nos anos recentes. Além do impacto negativo da política de combate à produção de coca sobre a atividade econômica geral, a Bolívia não foi capaz de atrair capital externo ou arrematar poupança nacional em quantidades suficientes para a entrada em ciclo de crescimento sustentado, em que pese o aprofundamento de reformas de cunho liberal. Nesse sentido, pode-se também debitar parte do recente crescimento dos partidos "assistêmicos" ao desalento com o desempenho da economia, especialmente no que diz respeito à criação de renda e de empregos.

No campo econômico, o grande trunfo de Sánchez de Lozada nas eleições foi a promessa de amplo programa de obras e projetos públicos, a fim de reativar o emprego e impulsionar a demanda agregada. O novo governo vem enfrentando, no entanto, dificuldades para colocar em prática tal propósito, em virtude das exigências de ajuste fiscal por parte das agências financeiras internacionais.

Relações Bilaterais

O relacionamento entre o Brasil e a Bolívia apresenta hoje sinais muito positivos. O projeto do gasoduto e sua crescente indução de projetos de densificação econômica nos dois lados da fronteira tende a cristalizar uma firme tessitura de interesses entre os dois países que deverá mostrar-se imune a injunções de ordem conjuntural.

Um tema que preocupa é o do preço do gás boliviano vendido no Brasil. A Bolívia tem resistido às ponderações da Petrobras e de empresários do setor elétrico brasileiro de que a regra de formação de preço do gás boliviano torna a energia elétrica com ele produzida pouco competitiva, se comparada à energia hidrelétrica. A Petrobras vem tentando negociar a substituição da regra atual, que vincula o preço do gás boliviano ao preço de uma cesta de derivados do petróleo no mercado internacional, por novo mecanismo, que incorpore, ao menos, tetos e pisos que limitem a volatilidade do preço do produto no mercado brasileiro.

Na visita de Estado à Bolívia do Presidente Fernando Henrique Cardoso (26 a 28 de junho de 2001) ficou registrado, na Declaração Presidencial de Tarija, o firme propósito de ambos os países de seguir avançando com projetos conjuntos de elevado significado econômico e social, como são as construções de termelétricas nos dois países e a implantação de um pólo petroquímico na região de fronteira, alimentados pelo gás natural boliviano.

De 10 a 12 de dezembro de 2001, o então Presidente Jorge Quiroga realizou visita de trabalho ao Brasil. Em Brasília, encontrou-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, entre outras autoridades, e reafirmou o interesse de progredir no caminho de aumento do valor agregado das exportações bolivianas ao Brasil, com ênfase particular para os projetos de pólo petroquímico e de produção de energia termelétrica.

Mesmo se considerados apenas os efeitos diretos das exportações de gás natural boliviano para o Brasil, é notável a mudança quantitativa e qualitativa no comércio entre os dois países. As importações brasileiras, que de 1996 a 1998 tinham média inferior a 30 milhões de dólares, alcançaram de janeiro a agosto de 2002 a cifra de 250 milhões de dólares, equivalente ao total importado pelo Brasil da Bolívia ao longo de 2001. Em que pese o fato de que as exportações brasileiras para a Bolívia ainda não tenham recuperado todo seu potencial, o que poderia vir a ocorrer caso a demanda interna no país vizinho volte a se aquecer, cabe ressaltar o significado político do relacionamento comercial entre os dois países. De fato, o papel do Brasil como principal mercado daquele país nos coloca em situação de grande responsabilidade, mas também de grande poder e influência.

A percepção de que o destino econômico boliviano se atrela ao do Brasil causa algum desconforto em setores das elites políticas bolivianas mais vinculados aos EUA. Por outro lado, trata-se de um dado da realidade, que mesmo zonas do espectro político antes mais refratárias ao adensamento das relações com o Brasil, como é o caso do Presidente Sánchez de Loza, vem tratando de reconhecer.

Como não poderia deixar de ser, a concentração do relacionamento comercial no tema do gás coloca a Petrobras em posição privilegiada para atuar como ponta de lança dos interesses brasileiros na Bolívia, ainda que a empresa estatal brasileira sempre pautou suas ações por critérios técnicos e financeiros. A Petrobras-Bolívia consolidou nos últimos anos sua posição como maior principal empresa do país, com faturamento que chegou em 2001 a 900 milhões de dólares. O volume de investimentos diretos coloca.

A Bolívia, assim como o Equador, o Peru e o Chile, tem demonstrado grande interesse em projetos de integração da infra-estrutura e, em especial, em iniciativas que tornem realidade um "corredor interoceânico" entre a costa do Pacífico e a do Atlântico. No caso específico da Bolívia, o corredor que ligaria o Sudeste-Sul brasileiro ao litoral chileno-peruano, e que passaria por Santa Cruz de la Sierra, é visto pelo governo brasileiro como de grande importância, ao permitir a consolidação do processo de densificação econômica iniciado com a construção do gasoduto Bolívia-Brasil. Outro eixo rodoviário em estudo, também visto como estratégico pelos governos dos dois países, ligaria o Centro-Oeste brasileiro, a partir de Cuiabá, até Santa Cruz de la Sierra, daí seguindo para o litoral chileno.

Política Externa

Os principais eixos permanentes da política externa da Bolívia, além do relacionamento com o Brasil, são a chamada questão da mediterraneidade e o relacionamento com os EUA, com grande concentração no tema da coca e do narcotráfico.

O tema do acesso soberano da Bolívia ao mar, perdido para o Chile na Guerra do Pacífico, de fins do século XIX, tem forte conteúdo emocional para os bolivianos. O Brasil, tradicionalmente, vem pautando sua atuação no tema pelo respeito aos princípios de

não-interferência nos assuntos internos de outros países e de estímulo às soluções negociadas. Não obstante, o então chanceler Luiz Felipe Lampreia chegou a oferecer aos dois países o "auspício amistoso" do Brasil para o encaminhamento da questão. O Chile, porém, não se dispõe a reabrir a discussão sobre a questão, e reage a qualquer participação de terceiros países no desenvolvimento do tema. Os meios políticos bolivianos, por sua vez, vêm buscando vincular o tema às discussões sobre empreendimentos empresariais, como a proposta de exportação de gás liquefeito boliviano para os EUA e o México. Chile e Peru aparecem como candidatos a sediar a planta de liquefação e o porto de origem para o produto boliviano.

A dependência da Bolívia em relação aos Estados Unidos diminui em muito a margem de manobra de Sánchez de Lozada com relação à política de erradicação das plantações de coca. As preferências concedidas no âmbito do Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA), por exemplo, estão condicionadas pelos EUA à manutenção do esforço de erradicação. Além disso, a implementação do programa de governo de Sánchez de Lozada, que prevê muitas obras públicas, depende da obtenção de recursos junto a órgãos financeiros internacionais, também fortemente influenciados por Washington.

As iniciativas do Presidente boliviano de abrir o diálogo com o líder **cocalero**, Evo Morales, esbarram na intransigência da Embaixada dos Estados Unidos, que adota postura dura na questão da coca, percebida como sinônimo de cocaína. Exemplos da atitude norte-americana em relação ao tema são a escolha do 'czar' antidrogas John Walters para representar o Presidente Bush na posse de Sánchez de Lozada. A recente publicação pela imprensa de informe do Departamento de Estado, que afirma terem em dois anos as plantações de coca aumentado em 59%, também é percebida por alguns setores como pressão norte-americana para a continuação da política antidrogas adotada por Banzer e Quiroga.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 300, DE 2002
(Nº 924/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a escolha, que desejo fazer, do Senhor STÉLIO MARCOS AMARANTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

Os méritos do Embaixador Stelio Marcos Amarante, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 351 DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-Vitae do Embaixador Stelio Marcos Amarante, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE STELIO MARCOS AMARANTE

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 03 de janeiro de 1942. Filho de Jurandyr Marcos Amarante e Esther de Castilho Amarante. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Chefes de Setor Comercial. CAE, IRBr.

CPF: 04691270744

ID: 1828

Terceiro Secretário, 03 de março de 1967.

Segundo Secretário, merecimento, 01 de agosto de 1968.

Primeiro Secretário, merecimento, 10 de novembro de 1975.

Conselheiro, merecimento, 02 de março de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1987.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de junho de 1997.

Assistente do Chefe da Divisão de Feiras e Exposições, 1968/70.

Coordenador Técnico do Departamento de Administração, 1977.

Coordenador de Acompanhamento de Planos Nacionais da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, 1978/79.

Chefe da Divisão da Europa II, 1985.

Chefe da Divisão da Europa I, 1986.

Chefe, Substituto, do Departamento da Europa, 1986/88.

Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior, 1995/1999.

Berna, Segundo Secretário, 1970/73.

Bogotá, Segundo Secretário, 1973/75.

Bogotá, Encarregado de Negócios, 1973.

Teerã, Segundo Secretário, 1975.

Teerã, Primeiro Secretário, 1975/77.

Lisboa, Conselheiro, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1979/83.

Buenos Aires, Conselheiro, Chefe do Setor Político, 1983/85.

Bonn, Ministro-Conselheiro, 1988/91.

Bonn, Encarregado de Negócios, 1988/89/90.

Santiago, Ministro-Conselheiro, 1991/92.

Santiago, Encarregado de Negócios, 1992.

La Paz, Embaixador, 1998

Força Tarefa Especial para Assuntos Amazônicos, 1967 (membro).

III Feira de San Salvador, 1968 (representante).

IV Feira do Pacífico, Lima, 1969 (representante).

Seminário sobre Exportação de Serviços, Brasília, 1976 (participante).

Reunião da Grande Comissão de Cooperação Econômica Franco-Brasileira, Brasília, 1978 (delegado).

Reunião da Comissão Econômica Luso-Brasileira, Brasília, 1978.

À disposição do Chanceler da Venezuela por ocasião da posse presidencial, 1979.

IV Reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, 1979.

XXXVI Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Buenos Aires, 1984 (chefe da delegação).

Secretário Executivo da Comissão Internacional sobre Cooperação Científica e Tecnológica com os Países da Europa Oriental, 1985.

À disposição do Presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, durante a Cerimônia de exéquias do Presidente Tancredo Neves, 1985.

À disposição do Sir Geoffrey Howe, Secretário para Assuntos Exteriores da Comunidade Britânica, 1985.
XI Reunião da Comissão Mista Brasil-Brasil-Tcheco-Eslováquia, 1985 (subchefe).
VIII Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS e comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Moscou, 1985.
Encontro dos Chefes de Missão no Leste Europeu, Frankfurt, 1985.
Delegado às Reuniões da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Brasília, 1986 e 1988.
I Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica, 1986 (subchefe).
Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia, Brasília, 1986 (subchefe).
Reunião da Comissão Mista Brasil-Suécia, Brasília, 1986 (subchefe).
Reunião da Comissão Mista Brasil-República Federal da Alemanha, Brasília, 1986 (membro).
II Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica, 1986 (chefe).
Encontro com os Chefes de Missão na Europa Ocidental, Genebra, 1987.
Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em Visita Oficial aos Países Escandinavos, 1988 (membro).
Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em Visita Oficial a Portugal, 1988 (membro).
Comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita de Estado a La Paz, 2001.

Entre os anos de 1985 e 1988, proferiu palestras nas seguintes escolas militares: Escola Superior de Guerra, Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Escola do Estado-Maior do Exército, Escola de Guerra Naval e Escola Nacional de Informações.

Publicações: Prêmio de viagem à RFA em concurso promovido pelo Jornal "O Globo" e pela Embaixada da RFA em 1963, sobre o tema "O Muro de Berlim".

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.
Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Aeronáutico, , Brasil.
Ordem do Mérito Naval, , Brasil.
Ordem de Ipiranga, Comendador, Estado de São Paulo, Brasil.
Ordem de San Carlos, Oficial, Colômbia,
Ordem Nacional do Mérito, Oficial, França.
Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal.
Ordem da Benemerência, Comendador, Portugal.
Ordem de Cristo, Comendador, Portugal.
Ordem Bernardo O'Higgins, Comendador, Chile.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DA IRLANDA

Outubro de 2002

Avaliação das Relações Bilaterais

Diálogo Político

As relações entre o Brasil e a Irlanda — praticamente inexistentes até 1991 — têm adquirido densidade desde a abertura naquele ano de nossa Embaixada residente em Dublin. Com a consolidação do processo de paz e o extraordinário crescimento econômico irlandês dos últimos cinco anos (em 2000, a Irlanda apresentou crescimento de 11% do PIB e um superávit fiscal de 2,4%, o maior da sua História; para 2002, o Governo prevê um crescimento de 3,9%), existem boas perspectivas para a intensificação do relacionamento, em especial nos campos econômico e cultural. A recente abertura de Embaixada residente da Irlanda em Brasília (novembro de 2001), após a visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Bertie Ahern, deverá contribuir para esse processo.

No plano político-diplomático o relacionamento bilateral é fluido e correto. O internacionalismo dos dois países facilita a aproximação e, freqüentemente, o apoio recíproco em organismos internacionais. Brasil e Irlanda são países pacifistas, que apoiam decididamente as atividades e iniciativas das Nações Unidas. Acumularam extensa experiência em matéria de cooperação internacional, de participação em Operações de Paz da ONU e da discussão e montagem dos principais mecanismos multilaterais de desarmamento mundial.

As mútuas visitas de personalidades de governo ou de técnicos, embora ocorram com escassa freqüência, costumam contribuir para a superação do recíproco desconhecimento.

Em passado recente, visitaram a Irlanda o Procurador-Geral da República, o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e a Doutora Ruth Cardoso. No sentido inverso, já visitaram o Brasil a então Presidente Mary Robinson, em 1995 (a primeira de um Chefe de Estado irlandês ao País), o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dick Spring, em abril de 1996, a Vice-Primeira-Ministra Mary Harney, em 1999, e o Ministro da Pesca e dos Recursos Marinhos, em agosto de 2001, além do Primeiro-Ministro Bertie Ahern, em julho de 2001, ocasião em que foi anunciada a abertura

da Embaixada irlandesa em Brasília, iniciativa de evidente alcance para as relações bilaterais.

Registre-se, ainda, a atuação de um grupo numeroso de ONGs irlandesas em relação a temas brasileiros, freqüentemente crítica. Algumas dessas ONGs (entre as quais sobressai a Trocaire, de origem católica) atuam diretamente em projetos de ajuda humanitária no Brasil.

Instalação de Embaixada em Brasília

O Primeiro-Ministro Bertie Ahern anunciou durante sua visita oficial ao Brasil, em julho de 2001, a abertura de Embaixada irlandesa em Brasília, o que deverá proporcionar um aumento na fluidez do diálogo e, no plano econômico, mais precisa avaliação das potencialidades do mercado brasileiro. A ampliação do serviço diplomático irlandês é tema polêmico da agenda política de um país cuja gestão pública é marcada por rigorosa disciplina orçamentária. No caso em exame, o Primeiro-Ministro empreendeu forte campanha de convencimento junto à área financeira de seu Governo (e também da opinião pública) sobre a importância da criação de um pequeno número de novas Embaixadas, entre as quais a de Brasília.

Relações Econômico-comerciais

No plano econômico, o fluxo de investimentos e o intercâmbio comercial ainda são pouco expressivos, apesar do extraordinário crescimento irlandês e do interesse mútuo em sua dinamização. Em 2001, as exportações brasileiras para a Irlanda somaram apenas US\$323 milhões e nossas importações, US\$245 milhões. Também em matéria de investimentos, o intercâmbio mantém-se abaixo da potencialidade existente. Entendimentos sobre cooperação na área de promoção de turismo vêm sendo mantidos entre entidades dos dois países.

O baixo volume de intercâmbio comercial, em termos relativos, (o Brasil respondeu, em 2001, por apenas 0,2% das exportações irlandesas e por 0,2% das importações daquele país), explica-se por peculiaridade da economia irlandesa na orientação operativa de seu comércio externo. A Irlanda troca prioritariamente com seus parceiros da UE — em especial com o Reino Unido (22% das exportações e 37% das importações, em 2001) — e com os EUA (17% das exportações e 15% das importações, em 2001). Um dos pontos fortes da economia irlandesa é a atuação como entreposto para internação de produtos de origem norte-americana no ambiente econômico da UE. Um segundo pilar econômico do país é o acolhimento de fábricas de

bens de consumo que exportam toda a produção para centros comercializadores na Europa e além.

Alguma movimentação existe, não obstante, por parte de órgãos de fomento ao comércio e investimento irlandeses no sentido de melhor avaliar a potencialidade do mercado brasileiro, como atesta a recente missão da Agência de fomento Enterprise Ireland ao Brasil. A melhor possibilidade real de aumento do intercâmbio Brasil x Irlanda ainda é o incremento dos esforços de prospecção do mercado irlandês por parte de associações de exportadores brasileiros, em busca de sinergias e oportunidades concretas de negócios.

Realizou-se na Irlanda, em novembro de 2001, **road show** da Firjan. Restrito em número de consumidores, o mercado importador irlandês é ainda assim importante por seu poder de compra (e de investimento) — proporcionado pela segunda maior renda **per capita** da EU e o quarto **PNP per capita** mundial. Tal esforço prospectivo poderá abrir importantes oportunidades para firmas brasileiras em setores típicos como: pacotes turísticos, móveis, vestuário e calçados, jóias e pedras preciosas e alimentos.

O turismo merece registro à parte. O público irlandês demonstra afeição por áreas distantes e por “artigos” considerados localmente raros, e que, no Brasil, são abundantes: calor e luz solar. Faltaria, no setor, a intervenção de operador(es) de peso, capaz de realizar o investimento que atraísse parte da demanda irlandesa para destinos no Brasil.

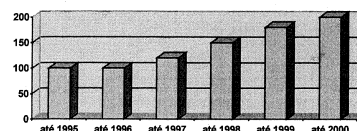
Também em matéria de investimentos, o intercâmbio mantém-se abaixo da potencialidade existente. A presença do grupo irlandês Kerry no Brasil, com duas fábricas de insumos alimentares em MC, constitui exceção honrosa. Outras áreas promissoras para acolhimento de investimentos irlandeses seriam: biotecnologia, agronegócios e IT/ITC — subsetor que comanda o crescimento celta.

Deve-se mencionar, ainda, a presença na Irlanda de cerca de 600 operários especializados no processamento de carnes, contratados em regime temporário por frigoríficos locais. Registre-se, igualmente, que este surto migratório deu origem a outro, menos uniforme, envolvendo mão-de-obra empregada em hotelaria e serviços diversos. Complementando o quadro da presença de trabalhadores brasileiros na Irlanda, note-se ainda o recente aparecimento de contingente de técnicos em computação especializados em “localization” de programas, na produção de equipamentos de telecomunicações e gestores de alto nível em multinacionais.

Estoque total de investimentos irlandeses no Brasil
(em US\$ milhões)

até 1995	até 1996	até 1997	até 1998	até 1999	até 2000
100	100	120	150	180	200

fonte: ICI (estimativa com base em dados do Banco Central e das câmaras de comércio)



Comércio Brasil-Irlanda
(em US\$ milhões FOB)

	1995	1996	1997	1998	2000	2001*	2002
Exportações	70	52	43	83	100	323	60
Importações	158	187	173	202	242	245	122
Saldo	-88	-135	-130	-119	-142	77	-62

fonte: MDIC. Jan. a junho

Principais produtos exportados: farelo de soja e extrato de óleo, bagaços e outros resíduos sólidos, madeiras compensadas, fumo e seus sucedâneos manufaturados, farelo de polpa cítrica, tecidos atalhados de algodão, propulsores de potência.

Principais produtos importados: químicos orgânicos, insumos para fármacos e fármacos, caldeiras e equipamentos mecânicos, instrumentos médicos, máquinas elétricas, acessórios para embalagens, unidades de discos magnéticos.

Relações Culturais e Educacionais

A riqueza das culturas brasileira e irlandesa constitui base fértil para o desenvolvimento de uma pauta de contatos nessa área. Também nesse setor existe potencial inexplorado. O Brasil dispõe, na Irlanda, de plataforma cultural natural: a cidade de Drogheda, que se especializou no estudo do samba e de percussão de origem latino-americana. Permanecem pendentes de definição projetos de geminação cultural de Drogheda com localidade brasileira igualmente reconhecida por ritmos afro-brasileiros e o apoio oficial do Brasil ao Festival de Samba na cidade, realizado anualmente no mês de julho.

Outra área que apresentaria potencial de crescimento é a do intercâmbio universitário. Como se sabe, uma das explicações do sucesso econômico da Irlanda é o notável esforço de investimento em educação realizado pelo país nas últimas décadas. Dele decorreu a criação de importante rede universitária de ensino e pesquisa. A presença de estudantes brasileiros nessa estrutura é incipiente, dado o alto custo dos cursos (cobrados de cidadãos provenientes de países não-membros da UE).

Duas das principais universidades de Dublin mantêm convênios com Universidades brasileiras em nível de pós-Graduação, no âmbito dos quais reduzido intercâmbio é promovido. Uma iniciativa de cooperação mais ampla poderia ser perseguida pela parte brasileira, envolvendo instituições como o CNPQ e negociando-se com a Irlanda a alocação de vagas e bolsas para estudantes universitários e pesquisadores brasileiros.

INFORMAÇÕES GERAIS

Conjuntura política

As dimensões do país e o complicado sistema distrital adotado (baseado em votações com duas opções) dão à política interna irlandesa tinturas marcadamente personalistas. Não obstante a presença de inúmeras agremiações menores e de personalidades independentes no Legislativo, permeia o parlamentarismo irlandês uma espécie de bipartidarismo **de facto** entre o Fianna Fáil e Fine Gael, que se alternam no poder desde a Independência. Os contornos do quadro partidário não são, como em outras democracias liberais européias, definidos por posicionamento ideológico clássico. Os dois grandes partidos adotam, basicamente, a mesma orientação em termos de filosofia de governo. São partidos liberais, congregadores de lideranças enraizadas na burguesia industrial e agrária e nas profissões liberais. O Fine Gael é tido como partido ligeiramente mais conservador que seu rival e mais identificado com o meio agrário irlandês. O Fianna Fáil, partido do Primeiro-Ministro, aparece como agremiação mais cosmopolita e progressista. A distinção essencial entre os dois partidos é de natureza histórica. Originam-se ambos do Sinn Féin histórico, que uma vez conseguida a independência, dividiu-se em uma ala mais pragmática, favorável ao acordo com o Governo britânico, e outra desfavorável aos entendimentos com Londres. As duas alas deram origem ao Fine Gael (partido de Michael Collins) e Fianna Fáil (partido de Eamon de Valera). Os dois partidos convergem em manter a unificação da Irlanda como objetivo permanente de suas respectivas atuações políticas.

Componente ideológico mais pronunciado aparece no substrato político do terceiro maior partido, o Trabalhista, hoje alinhado com a "Progressive Governance", e nos partidos Verde e Democrático Progressista. Incapazes de romper a tradicional configuração da política irlandesa, o caminho encontrado por esses partidos para chegar, ainda que em posição secundária, ao poder, é buscar a formação de coalizões. Entre os pequenos partidos aparece como agremiação de crescente importância o atual Sinn Féin. Trata-se do único

partido implantado nas duas unidades políticas da ilha irlandesa, apresentando, na República, considerável potencial de crescimento em função de seu apelo fortemente nacionalista e do carisma de seu Presidente Gerry Adams.

As últimas eleições gerais (maio de 2002), consolidaram o poder da coalizão reunindo o Fianna Fáil, de Bertie Ahern, os Democratas Progressistas, de Mary Harney (Vice-Primeira Ministra) e parlamentares independentes. Referida coalizão, no poder desde 1997, deu prosseguimento à política liberal em matéria econômica, já aplicada pelo Governo anterior. O alcance de situação de virtual pleno emprego consolidou seus índices de popularidade, da mesma forma que a assinatura dos Acordos de Paz na Irlanda do Norte em 1998. O Governo chefiado pela dupla Ahern-Harney e, tal como reza a tradição irlandesa, integrado exclusivamente por Ministros com mandato parlamentar, é o primeiro a ser reconduzido pelo Dail desde 1969. Em linhas gerais, e em termos de nomes, denota continuidade de em relação à administração anterior.

Conjunturas econômica e social

A crônica econômica internacional apelidou a Irlanda de "tigre celta" não apenas em função da rapidez do desenvolvimento irlandês, mas também da prioridade atribuída pelos planejadores locais à indução ao investimento em setores de alta tecnologia. Em 1973, com o ingresso do país na União Européia, a Irlanda atrelou seu sistema monetário ao alemão e optou pela atração em massa de empresas multinacionais mediante a concessão de renúncias fiscais e incentivos diretos. Essas opções — aliadas ao retorno do maciço investimento em educação e formação profissional — originaram o fenomenal crescimento irlandês dos últimos anos. Fatores político-geográficos contribuíram para esse resultado: a localização da ilha a meio caminho entre a Europa e a América do Norte (que favorece a instalação na Irlanda de "entrepósitos industriais") e a existência de afluente colônia de ascendência irlandesa (aproximadamente 55 milhões de indivíduos) nos EUA, com ramificações sólidas na política e nos meios empresariais. A essência do tigre "celta" é, assim, a presença de multinacionais que transformaram a ilha num integrado ambiente de produção de bens de alta tecnologia destinados à exportação para outros países da UE.

Os setores industriais básicos da economia são os de informática, telecomunicações, química e medicamentos. Um potente setor de serviços desenvolveu-se no país, estimulado por incentivos governamen

tais. O complexo financeiro instalado em Dublin centra boa parte das operações de compensação entre bancos europeus. O setor agrário do país, embora haja perdido a predominância que já usufruiu em conjunturas passadas, mantém-se dinâmico, exibindo tendência à especialização na produção de carne e derivados para exportação (mais de 80% do volume da produção são exportados).

Há quase uma década o crescimento econômico do país tem sido o mais elevado da UE, tendo alcançado números anuais que se aproximavam dos 10% (o Governo prevê um crescimento de 3,9% em 2002, auxiliado por um crescimento próximo aos 10% das estatísticas exportadoras do país). Esse ritmo superaquecido de crescimento tem seus críticos, que prenunciam dificuldades para a “aterrissagem” da economia irlandesa, e aventam a possibilidade de estouro da “bolha” de desenvolvimento celta. Até o momento, porém, as previsões pessimistas não encontram eco substancial na realidade. Mesmo que alguns episódios isolados de cessação de atividades de firmas multinacionais em solo irlandês se venham verificando, a economia irlandesa continua a crescer. Mantém-se em situação de virtual pleno emprego, é obrigada a importar mão-de-obra estrangeira, acumula saldos fiscais, e vê seu sistema bancário “padecer” do mal de um excesso de estoque de créditos.

O único indicador efetivo de desequilíbrio no cenário econômico do país é o aumento da inflação. A inflação irlandesa está entre as mais elevadas da área do euro, havendo superado, em recente medição, os 7% anuais. Atualmente encontra-se em 4%. O país, porém, reluta em aceitar medidas de contenção e disciplina monetária, o que gerou a primeira “reprimenda” da Comissão Europeia a um país-membro em função de sua política econômica. Como resultado do **boom** econômico irlandês, a renda **per capita** do país já é a segunda maior da UE. O acentuado crescimento levou à decisão comunitária de confirmar o **graduation** do país, que está progressivamente deixando de receber ajuda dos fundos comunitários de desenvolvimento.

Política externa

País novo, emancipado no Século XX, desde a Independência a Irlanda buscou construir uma imagem diplomática própria, capaz de lhe reforçar a identidade nacional vis-à-vis a antiga potência colonial — com a qual o país celta sempre foi obrigado, pela proximidade e enraizamentos históricos, a manter relacionamento fortemente interativo. Embora existindo densos e crescentes vínculos econômico-comerciais, as relações entre a Irlanda e a Inglaterra são, como é natural, condicionadas

por ressentimentos antigos e pela questão da Irlanda do Norte. A reivindicação irlandesa por uma Irlanda unificada é um dos elementos balizadores da política externa do país.

O caminho escolhido, por Dublin, para marcar distância em relação à diplomacia britânica foi o do neutralismo, incorporado à Constituição nacional como princípio basilar de política externa. Este preceito permitiu ao país manter-se à margem da Segunda Guerra Mundial. Retardou, igualmente, o ingresso irlandês na Organização das Nações Unidas, ocorrido em 1955, e fundamentou, juntamente com a profissão de fé pacifista, também incorporada à Constituição, o não-ingresso na OTAN. Em 1999, Dublin dispôs-se a tomar parte na chamada “Parceria pela Paz”. O Governo irlandês foi, por isso, na época, acusado pelos defensores do neutralismo tradicional de inadmissível rompimento com os compromissos constitucionais de neutralidade.

A militância principista e multilateralista é traço fundamental da postura diplomática irlandesa. Como se o país buscasse compensar a sua parca geografia com uma atuação multilateral sobredimensionada. Nessa linha, sobressai a hiperatividade dos diplomatas irlandeses em áreas como: 1) Desarmamento — recorde-se, por exemplo, que coube à Irlanda apresentar nas Nações Unidas a proposta (retabulada em várias AGNUs) de assinatura de um TNP mundial; 2) Direitos Humanos — a militância irlandesa, (desenvolvida originalmente em função da problemática da Irlanda do Norte, porém posteriormente multidirecionada através da atuação de organizações não-governamentais e missionárias de origem irlandesas em dezenas de países) acabou por ser premiada com a obtenção do cargo de ACNUDH para a ex-presidente Mary Robinson; 3) Pacificação — a Irlanda é hoje o 6º país no mundo em número de efetivos colocados à disposição da ONU para missões de pacificação; e 4) Ajuda internacional — o país mantém o compromisso — na prática abandonado por quase todos os países ocidentais — de atingir as metas percentuais de ajuda internacional preconizadas pela ONU e pela OCDE.

A militância internacionalista da Irlanda explica a recente eleição do país, com expressiva votação, para mandato no CSNU. A campanha eleitoral irlandesa incluiu arregimentação de votos nos vários grupos de países a que, por diferentes afinidades, a Irlanda pertence: no de países pequenos ou insulares; no de países ocidentais; entre os anglo-saxões e no de nações neutralistas. Intenso apoio sobreveio-lhe, igualmente, do grupo de países de menor desenvolvimento relativo; recipiendários da copiosa ajuda internacional emanada

de Dublin. No Conselho, a Irlanda tem, até o momento, mantido postura discreta e pragmática, sem exageros principistas ou contestação aberta da hierarquia de poder no âmbito do órgão.

Ao lado da vertente internacionalista e dos capítulos especiais das relações com o Reino Unido e com a União Européia, a Irlanda mantém relação privilegiada com os Estados Unidos da América, país em que vivem dezenas de milhões de descendentes de emigrantes irlandeses. Esses descendentes – hoje muitas vezes alçados à cúpula dirigente, empresarial e política norte-americana – conformam um poderoso lobby pró-irlandês, ativamente atuante junto ao Governo de Washington. Os EUA exerceram, como se sabe, influência decisiva para a celebração dos Acordos de Paz na Irlanda do Norte, de 1998, que proporcionam à Irlanda perspectiva real de uma futura unificação da Ilha sob o enquadramento republicano. No plano econômico, foi basicamente o investimento de firmas multinacionais de origem norte-americana que transformou este país em “tigre” europeu.

Dados Básicos

Nome oficial: República da Irlanda

Língua: inglês, gaélico

População: 3,8 milhões (2001)

Área: 70 mil km²

Capital: Dublin

Cidades principais: Dublin (500 mil), Cork (130 mil)

PIB: USD 103 bilhões (2001)

PIB per capita

Chefe de Estado: USD 27 mil (2001)

Chefe de Governo: Presidente Mary McAleese

Ministro do Exterior: Primeiro-Ministro (Taoiseach) Bertie Ahern

Embaixador em Brasília: Brian Cowen Martin Green

Fontes: /Me The Economist

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 301, DE 2002

(Nº 925/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto nos arts. 56 e 66 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Kywal de Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Os méritos do Ministro Kywal de Oliveira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2002. **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 352 DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 22 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 e 66, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Kywal de Oliveira, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Ministro Kywal de Oliveira, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente **Celso Lafer.**

INFORMAÇÃO**CURRICULUM-VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE KYWAL DE OLIVEIRA**

Rio de Janeiro/RJ, 19 de maio de 1946. Filho de Kywal Samborjense de Oliveira e Leny Ramos de Oliveira. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UEG. CPCD, IRBr. CAE, IRBr.

CPF: 09779396187

CI: MRE: 5123

Terceiro Secretário, 06 de fevereiro de 1973.

Segundo Secretário, merecimento, 18 de agosto de 1976.

Primeiro Secretário, merecimento, 23 de janeiro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1984.

Ministro de Segunda Classe, 24 de junho de 1993.

Assistente do Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1974/1976.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1982/1983.

Chefe do Serviço de Cadastro e Lotação, da Divisão do Pessoal, 1983/1985.

Assessor do Chefe do Departamento do Pessoal, 1985.

Chefe da Divisão do Pessoal, 1993/95.

Coordenador-Geral da Coordenadoria-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, 1998-2000

Buenos Aires, Segundo Secretário, 1976/79.

Roma, Segundo Secretário, 1979.

Roma, Primeiro Secretário, 1982.

Madri, Conselheiro, 1985/88.

La Paz, Conselheiro, 1988/90.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1988.

Miami, Cônsul-Geral Adjunto, 1990/93.

Miami, Encarregado do Consulado-Geral, 1991.

Sydney, Cônsul-Geral, 1995/98.

Díli, Chefe do Escritório de Representação, 200-2002

Díli, Encarregado de Negócios, 2002.

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, Brasília, 1973 (assessor).

Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, Brasília, 1974 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1974 (assessor).

III Conferência Interamericana de Telecomunicações, Buenos Aires, 1979 (delegado).

I Conferência sobre o Fluxo Transnacional de Dados, Roma, 1980 (delegado).

V Reunião Extraordinária da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, Madri, 1986 (Chefe da Delegação).

X Reunião Ordinária da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, Açores, 1987 (Chefe da Delegação).

Reunião de Partes Interessadas no Estabelecimento da Força de defesa de Timor- Leste, Díli, 2000 (chefe da delegação).

Comitiva Oficial do Senhor Presidente da República em visita a Timor Leste, Díli, 2001 (membro).

Reunião Intermediária de Países Doadores sobre Timor-Leste, Díli, 2001 (chefe da delegação).

Reunião de Países Doadores, Díli, 2002 (chefe da delegação).

Comitiva Oficial do Senhor Ministro de Estado às Celebrações da Independência de Timor-Leste, Díli, 2002 (membro).

Medalha do Pacificador.

Medalha do Mérito Santos Dumont.

Ordem Ao Mérito, Oficial, República Italiana.

Ordem de Mayo ao Mérito, Oficial, República Argentina.

Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, CPCD, IRBr.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

TIMOR LESTE
MAÇO INFORMATIVO

AGOSTO DE 2002

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA II

Índice	PG
1. Dados Básicos	3
2. Traços Históricos Gerais	5
3. Política Interna	8
4. Política Externa	13
5. Economia	14
6. Relações Bilaterais	15

1. Dados Básicos

Nome oficial: República Democrática de Timor-Leste

Superfície: 19.000 km²

População (2001): 825.000

Língua oficial: Português e Tétum

Capital: Díli

Sistema político: República Parlamentarista

Chefe de Estado: Presidente Kay Rala Xanana Gusmão

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Mari Alkatiri

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação: José Ramos-Horta

Moeda: Dólar norte-americano

PIB (2001): US\$ 380 milhões

PIB “per capita” (2001): US\$ 422

Crescimento real do PIB (2001): 15%

Inflação (2001): 3,00%.

Reservas Internacionais (2001): US\$ 15,90 milhões.

Comércio exterior: Exportações (2001) = US\$ 30,00 milhões

Importações (2001) = US\$ 161,00 milhões

Intercâmbio comercial (2001) = US\$ 191,00 milhões

O Timor Leste compreende a metade oriental da ilha de Timor. Situa-se no Arquipélago das Pequenas Ilhas Sonda, a 500 quilômetros ao norte da Austrália, sendo banhado pelo Oceano Índico (Mar do Timor) ao sul e pelo Oceano Pacífico (Mar da Banda) ao norte. Ocupa uma superfície de 19.000 km² (menor do que a de Sergipe), incluído o enclave de Oecussi, localizado a 70 km dentro do território indonésio, e a pequena ilha de Ataúro. A distância da fronteira com Timor Oriental à extremidade nordeste da ilha é de 265 km, enquanto a largura máxima é de 92 km. A parte ocidental da ilha é ocupada pela província indonésia de East Nusa Tenggara (Timor Ocidental), cuja capital é Kupang.

Estima-se atualmente a população de Timor Leste em cerca de 850 mil habitantes, dos quais em torno de 50 a 60 mil refugiados timorenses em Timor Ocidental. Há cerca de 80 mil timorenses vivendo na Austrália, em Portugal, na Indonésia e em Macau.

A composição étnica da população é heterogênea, com grupos das etnias tétum, mambai, gari e kemah, de origem malaia, melanésia e polinésia, além de 36 subgrupos étnico-lingüísticos.

Os timorenses são conhecidos como “povo mau bere”, termo cunhado pela resistência, que não se refere a um grupo étnico em particular, e poderia ser traduzido como “povo caboclo” ou “caipira”.

Mais de 90% da população timorense é católica. Há, ainda 4% de muçulmanos, 3% de protestantes e 2% de animistas. Contrariamente ao que aconteceu nas demais ilhas do arquipélago indonésio, Timor Leste praticamente não teve contato com o islamismo ou com o hinduísmo, mantendo uma tradição animista associada à prática generalizada do catolicismo, herança da colonização portuguesa.

2. Traços Históricos Gerais

A chegada dos primeiros portugueses ao Timor data do século XVI. Por volta de 1514, navegadores lusitanos aportaram no território, em busca do lucrativo sândalo branco ali existente. Em 1651, entretanto, os holandeses conquistaram Kupang, localidade no extremo ocidental de Timor, iniciando-se a divisão da ilha entre Holanda e Portugal que, no entanto, somente em abril de 1859 celebrariam tratado delimitando a fronteira entre o Timor português (Timor Leste) e o Timor holandês (Timor Ocidental). Quando, em 1945, as Índias Orientais Holandesas declararam unilateralmente a independência, constituindo a República da Indonésia, o Timor Ocidental passou a fazer parte integrante do novo Estado. Em 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN) pro-

clamou, unilateralmente, a independência da República Popular de Timor Leste.

Em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invadiu e ocupou militarmente o Timor Leste. Por ato de 17 de julho de 1976, com base na solicitação de uma “Assembléia Popular” de 37 delegados, o Governo indonésio consumou a anexação do território como a 271ª província da República da Indonésia, gesto não reconhecido pelas Nações Unidas, que continuaram a conferir ao Timor Leste o estatuto formal de Território Não Autônomo sob Administração Portuguesa.

Os timorenses, porém, impuseram às Forças Armadas indonésias uma insuspeitada resistência. Durante 24 anos as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL), ao custo de milhares de vidas, continuaram, na guerrilha, a luta pela independência de seu país. Por vezes quase desapareciam, para, de um momento para o outro, renascer com inesperado vigor e jamais depor suas armas, ainda quando, em determinado momento, eram pouco mais de centena e meia que ainda lutavam por Timor Leste.

A certa altura, perderam, em combate, seu grande líder, Nicolau Lobato, mas, em 1980, as FALINTIL passaram ao comando de um líder guerrilheiro, então com 34 anos de idade, que sobrevivera aos piores momentos da luta. Era Xanana Gusmão, que reagrupou suas forças e imprimiu novo rumo à luta de libertação nacional, criando uma rede clandestina de apoio à guerrilha, formando uma aliança com a Igreja e impulsionando a unificação das forças políticas timorenses no Conselho Nacional da Resistência Maubere, que mais tarde se chamou Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT). Durante anos e anos, enquanto a diáspora timorense, no exílio, clamava em favor da independência de seu país, no interior, separados do resto do mundo por uma cortina de silêncio, os timorenses, de arma na mão e sem santuários, combatiam incansavelmente o ocupante estrangeiro.

De 1975 a 1982, a Assembléia Geral condenou a ação perpetrada pelas autoridades de Jacarta mediante resoluções que afirmavam o direito do povo timorense à autodeterminação e à independência. O Brasil, em todas as ocasiões, votou a favor da aprovação dessas resoluções. A partir de 1983, as discussões sobre o estatuto político do território do Timor Leste passaram a ser conduzidas no âmbito do diálogo tripartite que foi institucionalizado entre Portugal, Indonésia e o Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU).

Em novembro de 1991, um incidente em Díli, chamou a atenção do mundo. Um numeroso grupo de estudantes, à saída da missa pela morte de um colega, dirigiu-se ao Cemitério de Santa Cruz, em Díli, para depositar-lhe flores no túmulo. Em meio à deposição, surgiram

militares indonésios, que, de cima de caminhões, dispararam contra a multidão, provocando centenas de mortos, feridos e desaparecidos, no que ficou conhecido como o "Massacre de Santa Cruz". O incidente foi documentado por jornalistas e divulgado em todo o mundo, desmentindo a tese de que a integração de Timor Leste na Indonésia era completa e já não tinha mais oponentes.

Em 1992, a resistência sofreria uma derrota, ao ser preso Xanana Gusmão, que somente viria a ser libertado em 1999. Em 1996, no entanto, os ventos começam a soprar decididamente a favor dos combatentes timorenses, quando dois compatriotas seus, o Bispo de Dili, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, e o Doutor José Ramos-Horta, o diplomata da causa de Timor Leste independente, dividiram o Prêmio Nobel da Paz e chamaram a atenção do mundo para o que se passava em seu pequeno país.

Os Chanceleres de Portugal e Indonésia, sob os auspícios do SGNU, assinaram, em 5 de maio de 1999, em Nova York, acordos para a realização de uma consulta popular sobre o futuro político do Timor Leste, na qual os timorenses escolheriam se aceitariam a proposta de autonomia especial, dentro da República da Indonésia, ou se, ao contrário, rejeitariam aquela proposta, iniciando processo que levaria à independência do território. A fim de organizar e supervisionar a consulta popular prevista nos acordos de 5 de maio, o Conselho de Segurança criou, pela Resolução 1246 (1999), de 11 de junho de 1999, a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET). O mandato da Unamet foi subsequentemente estendido até fins de novembro de 1999 pelas Resoluções nºs 1.257 (1999), de 3 de agosto de 1999, e 1.262 (1999), de 27 de agosto do mesmo ano. Por esta última resolução, a Unamet passou a ser composta por contingente de até 460 observadores policiais, 300 oficiais de ligação, além dos componentes eleitoral, de assuntos civis e de informação pública.

Tão logo o resultado do plebiscito foi conhecido, milícias pró-Indonésia iniciaram ondas de violência, saqueando e queimando todo o território. Diante da incapacidade das autoridades indonésias em controlar a situação, criou-se uma força internacional de paz, com participação do Brasil, que, em 20 de setembro de 1999, desembarcou em Timor Leste. O Conselho de Segurança instituiu também a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), cuja chefia foi confiada ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Ao longo de seu mandato, que se estendeu por dois anos e meio, a UNTAET cuidou de organizar e reconstruir o país. Após a proclamação da independência, foi criada pelo Conselho de Segurança a Missão de Apoio das Nações Unidas a Timor Leste (UNMISSET).

3. Política Interna

Timor Leste foi, até setembro de 2001, administrado por um Gabinete, chefiado pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e administrador transitório, Sérgio Vieira de Meo, e composto por nove Membros, com quatro pastas ocupadas por funcionários internacionais e cinco por timorenses. O Gabinete e o Conselho Nacional (um quase-parlamento timorense formado por 36 membros da sociedade civil nomeados pelo Administrador Transitório) formaram a chamada Administração Transitória de Timor Leste, ou EITA na sigla inglesa.

O Conselho Nacional foi, até 28 de março de 2001, presidido por Xanana Gusmão, quando foi substituído pelo empresário Manuel Carrascalão. O Conselho Nacional, que foi dissolvido às portas das eleições de 30 de agosto, teve a atribuição de discutir projetos de regulação. A composição do Conselho Nacional refletiu a proporcionalidade de forças políticas do plebiscito de 1999, acrescida de representantes dos setores mais importantes da sociedade civil timorense: Igreja, empresários, estudantes, etc.

Do ponto de vista administrativo, Timor Leste está dividido em 13 Distritos, cada qual chefiado por um Administrador Transitório. Entre os treze distritos está o enclave de Oecussi, onde primeiro se estabeleceram os portugueses e que se encontra inserido no Timor Oeste. Apesar do país ter aproximadamente a superfície do Estado de Sergipe, a estrutura administrativa possui ainda vários escalões: região, zona ou posto, "suco" e aldeia. Cada região, posto, "suco" ou aldeia possui seu chefe, em sua maioria nomeados pelo CNRT após o plebiscito de 1999.

Em 30 de agosto de 2001 foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte de Timor Leste. A Assembleia redigiu a carta constitucional que foi assinada em 22 de março de 2002. A Assembleia Constituinte se transformou na Assembleia Legislativa do país, em 20 de maio deste ano. A Assembleia é unicameral, formada por 88 membros.

Em 14 de abril de 2002 houve eleições para Presidente da República de Timor Leste. Xanana Gusmão, apoiado por uma coligação de dez partidos, foi eleito com 82,7% dos votos, derrotando Francisco Xavier do Amaral, apoiado por duas pequenas agremiações. A Fretilin, o partido majoritário não apresentou candidato. Sua posição era a de apoiar Xanana Gusmão, desde que este se apresentasse como candidato independente. O novo Presidente de Timor Leste tomou posse em 20 de maio.

Passados os dois primeiros meses desde as cerimônias de independência de Timor Leste, em 20 de maio, o Governo do Primeiro Ministro Mari Alkatiri, -dis

pondo de maioria estável no Parlamento Nacional, não tem encontrado dificuldades em fazer aprovar as leis de seu interesse. A FRETILIN (Frente Timorense de Libertação Nacional), partido do Primeiro Ministro, foi o mais votado nas eleições de 30 de agosto de 2001, ainda que não tenha conseguido obter a maioria de 2/3. O segundo colocado, foi o jovem Partido Democrático (PD), seguindo-se o Partido Social-Democrata, com apenas seis representantes no Parlamento.

O Presidente da República, Xanana Gusmão, tem representado seu país no exterior, com a utilização de sua carismática imagem para promover as relações do país com a comunidade internacional.

Biografia de Xanana Gusmão

Kay Rala Xanana Gusmão nasceu em 20 de junho de 1946 em Laleia, Manatuto, Timor Leste.

Aderiu, em 1975, à FRETILIN – Frente Revolucionária para um Timor Leste Independente.

Em dezembro de 1978, assumiu a liderança da FRETILIN. Em Março de 1981, organizou a Primeira Conferência Nacional da FRETILIN na qual é eleito líder da Resistência e Comandante-em-Chefe das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste).

Em 20 de novembro de 1992 foi capturado pelas forças armadas indonésias e mantido prisioneiro em Jacarta, onde foi sentenciado a pena perpétua, sentença posteriormente comutada para 20 anos.

O referendo de 30 de agosto de 1999, patrocinado pela Nações Unidas, que rejeitou a proposta de autonomia apresentada pela Indonésia, representou o fim da ocupação Indonésia de Timor Leste e o início do processo de transição para a independência, liderado pela Nações Unidas. Xanana Gusmão foi libertado em 7 de setembro de 1999.

Em agosto de 2000, Xanana Gusmão foi eleito Presidente do CNRT/Congresso Nacional. De novembro de 2000 a abril de 2001, foi Presidente do Conselho Nacional, órgão legislativo da Administração Transitória de Timor Leste.

Em 14-4-2002, foi eleito Presidente da República, tendo tomado posse em 20 de maio de 2002, após a declaração de Independência da República Democrática de Timor Leste.

O Presidente Xanana Gusmão, entre outras distinções, foi homenageado com os títulos de Cidadão Honorário de Brasília, em 1995; Cidadão Honorário de São Paulo, em 1998. Recebeu ainda, em 2000, a Medalha da Vice-Presidência da República Federativa do Brasil e a Ordem do Mérito José Bonifácio, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em sua visita ao Brasil, em 29 e 30 de julho de 2002, o Presidente timorense foi agraciado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Primeiro Governo Constitucional de Timor Leste

1. Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento e Meio Ambiente, Mari Alkatii;
2. Ministro de Estado, dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Ramos-Horta;
3. Ministra da Justiça, Ana Pessoa;
4. Ministra do Planeamento e Finanças, Madalena Boavida;
5. Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, Ovídeo de Jesus Amaral;
6. Ministro da Administração Interna, Rogério Tiago Lobato;
7. Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, Estanislau Aleixo da Silva;
8. Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Armindo Maia;
9. Ministro da Saúde, Rui de Araújo;
10. Secretário de Estado da Defesa, Roque Rodrigues;
11. Secretário de Estado do Trabalho e da Solidariedade, Arsénio Paixão Bano;
12. Secretário de Estado do Comércio e Indústria, Arlindo Rangel da Cruz;
13. Secretário de Estado do Conselho de Ministros, Gregório de Sousa;
14. Secretário de Estado para Assuntos Parlamentares junto ao Primeiro-Ministro, Antoninho Bianco;
15. Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Luís Guterres.;
16. Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Jorge Teme;
17. Vice-Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, César Vital Moreira;
18. Vice-Ministro da Justiça, Domingos Sarmiento;
19. Vice-Ministro da Justiça, Manuel Abrantes;
20. Vice-Ministra do Planeamento e Finanças, Aicha Bassarewan;
21. Vice-Ministra da Administração Interna, Ilda-Maria da Conceição;
22. Vice-Ministro da Saúde, Luis Lobato;
23. Secretário de Estado para Eletricidade e Águas (Ministério dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas), Egídio de Jesus;
24. Secretário de Estado do Turismo, Meio Ambiente e Investimento (Ministério do Desenvolvimento e Meio Ambiente), José Teixeira;
25. Secretário de Estado da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto), Virgílio Simith.

5. Política Externa

Timor Leste independente trata de pôr em prática a estratégia diplomática concebida e anunciada pelo Dou

tor Ramos-Horta desde o primeiro momento em que as sumiu a responsabilidade pela condução dos negócios estrangeiros de seupaís. As duas maiores prioridades são Austrália e Indonésia, seguidas de Portugal, União Européia, Nações Unidas e Estados Unidos, bem como a inserção na CPLP e ASEAN.

No terreno dos movimentos externos, a primeira viagem oficial de Xanana Gusmão, na qualidade de Presidente da República, fez-se à Austrália. Em seguida, viajou à Indonésia para o estabelecimento formal de relações diplomáticas com o antigo invasor, cuja Presidente, embora comparecesse a Díli, nas celebrações da Independência, não desejou estabelecê-las na capital timorense. A visita a Portugal ocorrerá em breve, logo depois da presença na Assembléia-Geral das Nações Unidas em setembro. Antes teve lugar a visita oficial ao Brasil e a participação na IV Conferência dos países da CPLP, quando se dará o ingresso formal de Timor Leste na organização.

Com respeito ao mundo lusófono, a Constituição timorense assevera, por um lado, que “a República Democrática de Timor Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa”. Portugal e os lusófonos ocupam lugar de particular relevância, situando-se neste contexto ações como a adoção do português como língua oficial (ao lado do tétum) e a adesão à CPLP. Timor Leste deverá manter a política externa de gestos equilibrados para os vários quadrantes que hoje pratica. Nela haverá certamente lugar especial para o mundo de língua portuguesa e para o Brasil.

6. Economia

Timor Leste era uma das províncias mais pobres da Indonésia, com uma renda **per capita** de cerca de US\$350 em meados dos anos 90. O PIB real cresceu à taxa média de 10% em 1994-96, em boa medida graças a gastos com construção de estradas e edificação pelo Governo indonésio. Naquele triênio, o PIB **per capita** aumentou 23%, atingindo US\$430 em 1996.

Na esteira da crise asiática, o crescimento diminuiu para 4% em 1997 e para 2% negativos em 1998. Com o cancelamento ou adiamento de projetos de construção de estradas e de edificações, o setor de construção contraiu-se quase 30% em 1998. Este declínio foi parcialmente compensado pela manutenção do crescimento do setor financeiro, da administração pública, defesa, serviços públicos e hotéis. A produção agrícola manteve-se praticamente inalterada. Em linha com a situação na Indonésia, a inflação e os juros aumentaram em 1998 para 80% e 38%, respectivamente.

A economia e a estrutura institucional de Timor Leste sofreram profunda desorganização em decorrência do surto de violência e destruição que se seguiu ao plebiscito de 30 de agosto de 1999. Estima-se que o PIB real tenha declinado quase 40% em 1999 (estimativas mais recentes, no entanto, indicam que a queda pode ter

sido um pouco menor). O choque de oferta foi dramático, refletindo o efeito combinado da interrupção do ciclo agrícola, da destruição dos estoques locais de produtos manufaturados, do fechamento da fronteira com Timor Leste e da limitação das operações do porto de Díli. Cerca de 70% dos prédios públicos, e muitos prédios privados, foram parcial ou completamente destruídos e/ou saqueados. Embora muitos agricultores tivessem retornado a suas terras em outubro e novembro, o plantio para as colheitas de 2000 começou tarde, e com dificuldades decorrentes da destruição de sementes. A infraestrutura — estradas, geração de eletricidade e água, portos e aeroportos — sofreu danos graves.

Entre as dificuldades inerentes à reconstrução e à preparação para a independência timorense, destaca-se o fato de que a colonização portuguesa e a ocupação indonésia não haviam contribuído para a criação de quadros com capacidade gerencial. Em particular, a Indonésia criou uma cultura de dependência de empregos, transferências e subsídios governamentais. Além disso, criou-se uma infraestrutura pouco desenvolvida, mas de manutenção dispendiosa.

A atividade econômica no território começou a se recuperar no ano 2000, impulsionada sobretudo pelo comércio, serviços básicos e reconstrução de edifícios públicos e residenciais. Diversos restaurantes, hotéis e locadoras de veículos estão operando em Díli, e o serviço postal entre Díli e Baucau foi restabelecido. Várias em presas estrangeiras estão operando, sobretudo em construção e transporte marítimo.

Prevê-se que até meados da década a exploração do petróleo no “Timor Gap” venha a render ao Estado timorense recursos significativos, suficientes para o financiamento do orçamento público.

7. Relações Bilaterais

O Brasil votou consistentemente nas Nações Unidas em favor da independência de Timor Leste.

A história mais recente das relações bilaterais retrocede a fevereiro de 2000, quando o Embaixador do Brasil em Jacarta entregou a Xanana Gusmão carta pela qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso o convidava a visitar o Brasil.

O Brasil recebeu as visitas do Presidente Xanana Gusmão (então na qualidade de Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, CNRT) e do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, ambas em março/abril de 2000. Recebeu igualmente visita do atual Secretário da Defesa, Roque Rodrigues.

Em 1º de junho de 2000 começou a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli, transformado em Embaixada em 20 de maio de 2002.

Em 22 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a Doutora Ruth Cardoso visitaram Timor Leste para reafirmar o interesse brasileiro em cooperar com o país e garantir o seu direito à independência.

Realizou visita oficial ao Brasil, em 4 e 5 de fevereiro de 2002, o Administrador Transitório de Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, que, em seus contactos com autoridades brasileiras, deu ênfase à participação do Brasil na Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz e à cooperação nos terrenos da defesa, da educação, da saúde e da agricultura.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores apresentou o Brasil na cerimônias de independência de Timor Leste, realizadas em 20 de maio de 2002. Na mesma data, foram estabelecidas relações diplomáticas com o novo Estado, assinados Acordos de Cooperação Técnica e Educacional e o Escritório de Representação do Brasil em Díli foi elevado à categoria de Embaixada.

O Presidente Xanana Gusmão realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 29 e 30 de julho deste ano, às vésperas da IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, por ocasião da qual ingressou formalmente na CPLP. Durante sua estada em Brasília, tendo em vista a importância da consolidação da língua portuguesa em Timor Leste, foi criado por Decreto presidencial o Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor Leste, no âmbito da CAPES/Ministério da Educação. Esse Programa, a ser implementado no ano de 2003 e nos quatro anos subsequentes, prevê o envio anual de cinquenta professores brasileiros para aquele país.

Além da participação de efetivos do Exército brasileiro na Força de Manutenção de Paz da ONU e da presença de observadores militares nacionais em Timor Leste, diversas são as iniciativas brasileiras em apoio à reconstrução do novo país, nas quais tem importante participação a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Entre elas merecem destaque:

(a) “Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social Brasil – Timor Leste” (ABC) — cuja implantação, promovida pela ABC/MRE, contou com a colaboração direta do SENAI e da FIESP (cujo Presidente, Horácio Lafer Piva, também esteve em Timor). O projeto tem por objetivo, numa primeira etapa, a formação de profissionais nas áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, informática, panificação e confeitaria; posteriormente, serão também formados profissionais em mecânica, fabricação de mobiliários e confecções em couro. O Centro foi lançado em janeiro de 2001, com a Presença do Presidente da República e inaugurado em 21 de maio passado pelo Ministro Celso Lafer. O Governo brasileiro está aportando a esse projeto cerca de US\$1,8 milhão;

(b) “Alfabetização Solidária em Timor Leste” (ABC) — a partir de projeto-piloto em Díli, a iniciativa foi ampliada a todos os 13 distritos do País, contemplando 141 salas de aula e 3.550 alunos. Tal projeto, dedicado à alfabetização de jovens e adultos, utilizou a metodologia do

Programa Alfabetização Solidária do Brasil, concebido no âmbito da atuação da Doutora Ruth Cardoso à frente do Programa Comunidade Solidária. O valor total do projeto atinge a cifra de US\$540 mil;

(c) “Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância (Telecurso)” (ABC) — projeto apoiado pela Fundação Roberto Marinho. Esta iniciativa tem por objetivo a formação nos níveis fundamental e médio de jovens e adultos recém-alfabetizados, tendo alcançado implantar 20 tele-salas, atendendo a mais de 450 alunos. O custo final do projeto deve alcançar US\$490 mil;

(d) “Transferência de Técnicas Cafeeiras” (ABC) — convênio firmado recentemente entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Direção-Geral da Agricultura e Pesca de Timor Leste, com vistas a aumentar a produtividade da cultura cafeeira local. Estima-se o valor do projeto em US\$130 mil;

(e) “Cooperação em Matéria de Saúde” — decorrente de entendimentos mantidos no ano de 2001 entre os Ministérios da Saúde brasileiro e timorense, resultou na presença de médicos brasileiros em Timor Leste e medidas de apoio à atuação do Ministério da Saúde timorense;

(f) “Pastoral da criança” — está em processo de implantação em Timor Leste, devendo contar com recursos da INICEF e do Ministério da Saúde local;

Esses projetos, além dos que se desenvolvem no âmbito da CPLP (nas áreas de educação, saúde, ensino profissionalizante, agricultura, telecomunicações, entre outras), revestem-se de ampliado conteúdo social e abrangem numerosas populações, com acesso democrático e igualitário.

Representam, também, a confiança do Governo brasileiro na consolidação e aprofundamento da cooperação solidária com Timor Leste.

Merece também destaque o apoio prestado pelo Brasil à realização de eleições livres em Timor Leste. Missão brasileira de observação eleitoral, composta por representantes do Congresso Nacional e da Justiça Eleitoral, participou da fiscalização à Consulta Popular de agosto de 1999, quando se confirmou o desejo de independência da população timorense. Com igual sucesso, outras duas missões de observadores eleitorais brasileiros — contando com representantes da Câmara dos Deputados e do Poder Judiciário — foram enviadas a Timor Leste, em agosto de 2001 e abril de 2002, para fiscalizar, respectivamente, as eleições para a Assembléia Constituinte e Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2002

(Nº 4.590/2001, na Casa de Origem)

Dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É denominado "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder" o aeroporto federal situado no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 4.590, DE 2001**

INº 4.590 DE 2001

Dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder";

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É denominado "Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder" o aeroporto federal situado no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo prestar justa homenagem a ilustre e exemplar homem público, para tanto denominando "Aeroporto de Navegantes/Ministro Victor Konder" o aeroporto federal situado no Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Ministro da Viação e Obras Públicas no Governo do Presidente Washington Luis, no período de 1926 a 1930, Victor Konder revelou-se grande entusiasta da aviação comercial como meio de integração do território nacional, por permitir a rapidez no transporte de pessoas nos trajetos de longa distância e, da mesma forma, por favorecer as comunicações, mediante o transporte de malas postais.

Na edição de 15 de junho de 1927, o jornal "O Estado", de Florianópolis, reproduzia texto do diário carioca "O Paiz", sob o título "Premio ao mérito real", registrando:

"O gesto feliz e pouco commum dos nossos dirigentes e do dr. Victor Konder, realizando uma viagem aérea à sua terra natal, a todos deu a certeza de que s.exa. voltaria um fervoroso adepto do novo meio de transporte."

A viagem a que se refere o artigo do jornal carioca é marco histórico de nossa aviação civil.

Pesquisa coordenada pela diretora do Museu da Varig, em Porto Alegre, senhora Lídia Maria Ermida Marques, atesta pormenores do fato relevante. Foi em 1º de janeiro de 1927, segundo relatado na obra "*Primórdios da Aviação Comercial no Brasil*", de Oswald Müller, funcionário da Condor-Syndicat e um dos primeiros aeroviários brasileiros, que teriam se deslocação, do Rio de Janeiro para Itajaí e Florianópolis, com o Ministro Victor Konder e sua comitiva, a bordo do hidroavião "*Atlântico*", pertencente àquela empresa alemã. O evento veio a merecer o lançamento de selo comemorativo. (cópia, em anexo).

Tendo recebido autorização do governo brasileiro para anuar no País, transportando passageiros e malas postais, em fevereiro de 1927, a empresa alemã passou a operar a primeira linha regular, ligando Porto Alegre - Pelotas - Rio Grande, conhecida por Linha da Lagoa, utilizando aquele mesmo aparelho "*Atlântico D-1012*". No mês seguinte, a empresa francesa *Lignes Aériennes Latécoère* obteve permissão para estabelecer os serviços de malas postais de Natal até Pelotas.

Em ambos os casos, a ação política do Ministro de Viação e Obras Públicas, Victor Konder, constituiu-se na moia propulsora indispensável ao surgimento de um novo meio de transporte em nosso país: o avião; principalmente pelo fato de, no governo anterior do Presidente Artur Bernardes, o Tribunal de Contas da União não ter aprovado o contrato de exploração do correio aéreo pela *Compagnie Générale d'Entreprises Aéronautiques - Lignes Aériennes Latécoère*, do engenheiro francês Monsieur Pierre-Georges Latécoère.

Catarinense de Itajaí, Victor Konder nasceu em 21 de fevereiro de 1886. Era um dos 6 filhos do professor de alemão Markus Konder Senior, um imigrante que veio da Renânia para se estabelecer em Santa Catarina, e da brasileira Adelaide Flores Konder. Concluído o curso primário, acompanhado pelos irmãos Adolpho e Marcos, foi aluno interno do Colégio Santo Antônio, em Blumenau, para depois fazer os estudos de nível médio no Colégio Conceição em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Em seguida, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na cidade de São Paulo, a grande academia que congregava valores os mais expressivos da intelectualidade nacional. Diplomado, passou a exercer a advocacia em Blumenau, no seu Estado natal. Nesta

cidade, ingressou na vida pública. Foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal. Líder incontestado do grande município. Secretário da Fazenda do Governo Pereira Oliveira. Em seguida, elegeu-se Deputado Federal.

Em 1926, com a instalação do governo Washington Luiz, Victor Konder foi investido na pasta da Viação e Obras Públicas, tendo desenvolvido ações as mais expressivas em todas as áreas de atuação do Ministério. A propósito do transporte aéreo dizia:

"A unificação pátria, magno problema que a Colônia legou aos estadistas do Império e da República, e que ditou a necessidade imperiosa de comunicações cada vez mais estreitas, poderá ser fortalecida com a criação da rede de viação aérea brasileira, que exigirá dispêndios grandemente inferiores aos necessários à viação terrestre". (Victor Konder. Alguns discursos. FCC Edições, 1986, p. 73).

Para bem justificar este projeto, passo a transcrever alguns documentos.

O Jornal "O Estado" assim se pronunciou, a respeito do Ministro Victor Konder:

"Florianópolis - terça-feira, 15 de junho de 1927

Prêmio ao mérito real (matéria de capa)

A imprensa carioca elogia a acção do dr Victor Konder, a propósito da navegação aérea no Brasil

Rio, 14 - O diário O Paiz, em sua edição de hoje, publica, na secção "Aviação", diversos sueltos referentes á acção do sr. Ministro Victor Konder.

Depois de commentar e elogiar a actividade do illustre titular, diz que até agora todas as tentativas feitas para estabelecer a aviação civil em nosso país tinham sido infrutíferas, por várias causas, entre as quais avultava a indiferença dos poderes públicos.

Com o advento, porém, do actual governo, como por encanto, começaram a surgir, em toda parte, louváveis iniciativas, algumas das quais tornadas realidades.

Não se enganaram os que assim pensavam; mais uma vez o digno secretário da Viação deu outra prova de carinho com que procura solucionar todos os problemas que dizem respeito á navegação aérea, obtendo do seu collega da Marinha um hangar, na Ilha das Enxadas, para abrigo dos aviões commerciaes.

Esse acto do dr. Victor Konder é duplamente patriótico: ao mesmo tempo que estimula outras companhias á organização, pela certeza de pouso e abrigo adequados, attende aos interesses nacionaes, quando pela conservação dos custosos hangars da antiga Escola de Aviação Naval, que, graças á sua feliz iniciativa, ficarão preservados da total destruição a que estavam condemnados pela acção inclemente do tempo e pela carência de recursos de que póde dispor a administração naval para attender as urgentes obras que os mesmos requerem para a sua conservação.

Convém salientar ainda que as rampas semi-destruidas da Ilha das Enxadas terão forçosamente de ser reparadas pelas companhias interessadas, caso dellas desejem fazer uso.

No Brasil realiza-se o milagre, até hoje não admittido pelos outros países do funcionamento de linhas aéreas sem subvenção.

Todas as medidas administrativas, que visem amparar, proteger e estimular as companhias de navegação aérea, serão recebidas pelos verdadeiros Brasileiros como expressão de sadio patriotismo.

O dr. Victor Konder póde ter a certeza de que o seu acto, vindo ao encontro de uma necessidade premente da aviação commercial marítima, é altamente apreciado por todos aquelles que anseiam por verem os céus do Brasil sulcados por aviões, em todas as direcções."

"Florianópolis - Sexta-feira, 17 de junho de 1927.

Os nobres intuitos do Ministério da Viação (matéria de capa)

Como "O Paiz" allude á acção do actual ministro, dr. Victor Konder

Rio, 16 - O jornal O Paiz, sob o titulo COMMUNICAÇÕES RADIOTELEGRÁPHICAS, publica o seguinte:

Tem sido constante o esforço desenvolvido pelo Ministério da Viação, no sentido de dotar o país do aparelho de comunicações de que elle tanto precisa, quer completando o que já possuímos, quer procurando imprimir a maior effiênciã ao serviço de transportes, tanto de utilidades, como de palavras. Já muito conseguiu a esse respeito e seria uma profunda injustiça o desconhecimento de semelhante verdade.

Agora mesmo, obediente à sua política de approximar as distâncias no Brasil, o governo baixou um decreto de alta valia Referimo-nos à Sancção da autorização legislativa habilitando o Executivo a installar estações radio-telegraphicas em Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo.

É evidente o alcance do melhoramento que vamos auspiciosamente converter, dentro em breve, numa proveitosa realidade. Basta ver que, pela futura estação de que vai ser dotado o Estado de Mato Grosso, se farão as ligações com o Rio Grande, com Santo Antônio do Madeira e com Assumpção, esta última no Paraguay.

Conforme se sabe, apresenta um aspecto premente a necessidade de dotarmos aquella longínqua unidade fronteira dos meios de comunicação proporcionais ao largo papel que se lhe acha reservado na vida nacional.

A radio-telegraphia possui todos os requisitos para cooperar em proveito do mencionado fim.

No decreto de que tratamos, o governo visa ainda imprimir um raio de effienciancia maior aos serviços radio-telephonicos, permitindo aos respectivos concessionários o emprego da radio-telegraphia, que apresenta vantagens por si mesmo evidentes.

Além da estação de Mato Grosso, installar-se-ão, como acima accentuamos, as de São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim, de um lado, por intermédio da de Cuyabá, todas essas estações se communicarão com o Rio de Janeiro e com Santo Antonnio do Madeira, e de outro lado, mediante o Rio Grande do Sul, as ligações se realizarão com as estações das Repúblicas do Sul.

Serão eios, portanto, de grande significação esses que o Ministério da Viação vai construir, approximando-o aos países que ficam ás suas fronteiras meridionais.

Estamos diante de um melhoramento que deve ser convenientemente assinalado, pois elle demonstra os intuitos do governo, no sentido de realizar, dentro das nossas possibilidades financeiras, um programma devotado á solução de necessidades que, tendo ligação directa com o problema dos transportes, avultam sobre todos os outros".

"Florianópolis, 28 de junho de 1927

(Editorial- capa)

Quando o sr. dr. Victor Konder foi escolhido, pela clarividência do sr. dr. Washington Luiz, para o elevado cargo de Ministro de Viação, ao lado de dois outros nomes catharinenses - general Nestor Sezefredo dos Passos (para pasta da Guerra) e almirante Pinto da Luz (para a Marinha) - o povo de Santa Catharina, na justa ufania com que recebeu a notícia, vibrou, em enthusiásticas demonstrações de legítimo enthusiasmo, a que não foram alheias as correntes políticas que, antes, pareciam dissentir do programma traçado pelo sr. dr. Victor Konder, na sua acção á frente de um dos departamentos do Estado.

E era louvável essa harmonia de vistas entre as divergentes camadas políticas do Estado, as quais calçavam aos pés antigos preconceitos partidários, para só sentir o jubiloso acontecimento que prenunciava novo dia de progresso para Santa Catharina.

É ninguém se enganava.

Santa Catharina, assim tão influentemente representada no governo do dr. Washington Luiz, ocupa, agora, no concerto da União, uma posição de honra de que fõra privada, durante alguns, annos inexplicavelmente.

Agora, tendo á frente da sua administração interna um governo de nobres intenções, como o do dr. Adolpho Konder que não converge os seus esforços para a conquista de futuras garantias políticas, mas que sobrepõe a pessoais conveniências a consciência do dever bem cumprido - não se póde duvidar de que o nosso Estado, a pouco e pouco desobrigado de compromissos prementes do passado, tem a sua grandeza assegurada, ademais impulsionada pelos seus illustres filhos que occupam cargos de responsabilidade na administração federal.

Sem querer olvidar os nomes de Nestor Passos e de Pinto da Luz, que, pela natureza dos cargos que occupam, não devem muito á terra natal, refiramo-nos ao dr. Victor Konder, a respeito de cuja operosidade e competência tem feito consecutivos commentarios a imprensa carioca.

Há alguns dias, ainda, O Paiz, o acreditado diário da Capital Federal, lembrava a acção do illustre catharinense, a propósito da aviação no Brasil, como meio de transporte e de correspondência; passados pouco dias, o mesmo jornal voltava a tratar, ainda, do dr. Victor Konder, com referência á installação de estações radiographicas em diversos pontos do país, onde são necessários meios de comunicação com a Capital.

Mas, cuidando de servir o país, dotando-o de melhoramentos possíveis e urgentes, o dr. Victor Konder não se esquece, em particular, das necessidades de Santa Catharina, que conhece bem de perto.

Agora mesmo, cogita de contractar com uma empresa particular a obra de aragagem do porto de Florianópolis.

Ninguém ignora a somma dos prejuizos soffridos pelo commercio e mesmo por particulares, devidos á falta de porto franco. Os navios que regularmente tocam em a nossa capital são forçados a ficar nos Ratonos, de onde passageiros e cargas vêm, morosa e incommodamente em lanchas, o que custa grandes despesas e muito atraso de correspondência e de mercadorias, para o commercio.

É assim que se torna merecedor dos applausos dos Brasileiros em geral e dos Catharinenses em particular, por um acto que, envolvendo uma grande realização, é também uma justa medida econômica, de alcance visível, para os cofres federais"

"Florianópolis - Terça-feira, 13 de Setembro de 1927

(O FUTURO AÉRO-PORTO DO RIO DE JANEIRO)

Rio, 12 (Radio) - Por aviso de ontem, o dr. Victor Konder, Ministro da Viação, autorizou o Inspector de Portos, Rios e Canais a officiar á Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, convidando-a a apresentar estudos sôbre as possibilidades de installação de uma área nos terrenos dos Manequinhos para nella ser installado o aero-porto do Rio de Janeiro.

Tais estudos deverão ser feitos sém onus para o gôverno e effectuados no mais breve prazo possível"

"Florianópolis - Quarta-feira, 14 de setembro de 1927

PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PORTO-AERO)

Rio, 14 (A.A.) - O sr. Ministro Victor Konder autorizou a Empresa de Aviação Riograndense a construir um porto de aviação e o respectivo hangar - do terreno que possui a margem direita da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre.

Este campo será destinado à reparação e ao abastecimento das aeronaves pertencentes á mesma Empresa."

"Florianópolis - Teça-feira, 11 de outubro de 1927

O DR. VICTOR KONDER QUER PRESTAR HOMENAGENS AO GLORIOSO BRASILEIRO SANTOS DUMONT

Rio, 10 (Radio) - O dr. Victor Konder, Ministro da Viação, dirigiu, ontem, ao eminente brasileiro Santos Dumont, actualmente em Paris, um telegramma, no qual solicita a vinda, aqui do illustre e glorioso pai da aviação, para prestar-lhe uma expressiva homenagem, e communicando-lhe que a um hydro-avião Dornier-Wall vai ser dado o seu nome. O referido apparêlho destina-se ao tráfego aereo-commercial entre Recife - Rio de Janeiro - Porto Alegre.

O telegramma do illustre titute titular é nos seguintes termos: 'A gloriosa ephemeride de 19 de Outubro, que nunca será esquecida pelos patricios do eminente Brasileiro, eu a desejaria commemorar, este anno, inscrevendo seu nome no hydro-avião "Dornier-Wall", que fará o tráfego da linha Recife - Rio de Janeiro - Porto Alegre. Para isso, peço sua acquiescencia a essa justa homenagem ao pai da aviação. Affectuosas saudações. Victor Konder, Ministro da Viação.'

Segunda-Feira, 17 de outubro de 1927

SANTOS DUMONT AGRADECE AO DR. VICTOR KONDER

Paris, 16 (Rádio) - O célebre inventor brasileiro Santos Dumont, tendo sido consultado, por telegramma, pelo sr. dr. Victor Konder Ministro da Viação, sôbre a homenagem que o Brasil desejava prestar-lhe, denominando 'Santos Dumont' o hydro-avião Dornier-Wall, que vai iniciar a 19 do corrente a linha aérea Recife - Porto Alegre, respondeu a s. excia., acquiescendo, nos seguintes termos: 'Dr. Victor Konder, Ministro da Viação. - Rio . - De Biarritz, completamente retirado, há muitos annos, da vida aeronautica, não me julgo com ãreio a tão alta distincção. Agradeço entretanto, desvanecido, a lembrança da delicadeza do seu telegramma. (ass.) Santos Dumont.'

"Florianópolis - Quarta-feira, 19 de outubro de 1927

VISITA DE CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE

Rio, 18 (Rádio) - O Presidente da República, pouco antes da audiência pública, recebeu, cerca das 17 horas, em audiência especial, os aviadores Costes e Le Brîx, que o foram cumprimentar. Achava-se presente também o Ministro dr. Victor Konder, que também foi cumprimentado pelos pilotos franceses."

No final do ano de 1930, o então Ministro da Viação e Obras Públicas, Victor Konder, publicou o livro *Alguns Discursos*" (capas, por xerox. anexas) contendo seis discursos proferidos em ocasiões diversas, durante o quadriênio 1926-1930, e a síntese de um dos seus relatórios apresentados ao então Presidente Washington Luiz.

Em 1986, por ocasião do centenário de seu nascimento, esse livro foi reeditado.

Convém transcrever o discurso que proferiu, no Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1927, saudando os aviadores, quando da chegada do Jahú:

"ECOS DA CHEGADA DO JAHÚ

(Rio, 7 - O sr. ministro da Viação Victor Konder, em saudação aos aviadores, pronunciou o seguinte discurso):

Meus queridos e bravos patricios.

Esta reunião íntima eu vo-la offereço, heróicos brasileiros do "Jahú", em carácter bem menos official do que fraternal.

Certo, tendo-me cabido no actual governo a pasta que superintende a aviação do país, sempre foi grande o meu interesse pelo successo técnico, pelo êxito científico do vosso "raid".

Vendo-vos triumphante, cresce em mim a certeza de que já agora podia a nossa navegação aérea contar com o valioso coeficiente de patricios nossos, que á competência professional reuniam as lições da experiência conquistada em largos vôos transoceânicos.

Mas, acima de tudo, a minha vibração de entusiasmo senti-a em caracter todo pessoal.

É que há meses tive o ensejo de ir em avião das águas da Guanabara ao meu Estado natal, revendo com indizível comoção os sítios ruraes em que se plasmara a minha sensibilidade de brasileiro.

Calculei então, quando me conservava sob os céos de meu país, quão intenso seria o prazer patriótico dos que, como os aeros-bandeirantes do "Jahú", voavam carregando o nome do Brasil em sua máchina de Ferro e Fogo, sob outros céos e sobre outros mares.

Respirando a energia e patenteando o gosto da accção dynamica, provastes, assim, meus caros Ribeiro Barros, Braga, Negrão, Mendonça e Cinquini, que a cultura e a audácia dos brasileiros não soffrem intercadencias no desejo de levar a seus extremos limites o problema da aviação.

Sim, porque, á nossa technica e á nossa coragem, deve o mundo talvez mais que a qualquer outro povo a dádiva maravilhosa dos veivolos.

Não há jactância nacionalista em tal conceito.

É a história quem o assegura.

É a história que torna immortal o nome do nosso Bartholomeu de Gusmão, paulista de uma estirpe de gênios, authentic precursor dos venturosos Montgolfier, espírito illuminado de antecipador da sciencia, visionário que lançou aos céus de Lisboa as asas de sua "Passarola".

Muitas décadas e décadas depois, para que o Brasil continuasse a ser a pátria predestinada da aviação, um riograndense do norte, de nome duplamente romano, Augusto Severo, vôa sobe as torres de Paris, lançando no coração dos scepticos parisienses os primeiros germens dessa miraculosa floração de homens-passaros.

Logo após, e podeis imaginar o enternecimento com que profiro tal nome, veio fixando definitivamente o principio da dirigibilidade dos balões, esse extraordinário Santos Dumont, que é um dos supremos benfeitores do gênero humano, um desses heroes morais, um desses typos representativos que dão cartas de nobreza a todo um povo.

E agora vós, intrépidos contendores das nuvens e dos ventos, vós que praticais o heroísmo, com galanteria aristocrática tão ao sabor da gente nova dos trópicos; vós que nos destes num tempo de prosa banal o sabor das velhas epopéas cavalheirescas; vós que trouxestes á pátria no "Jahú", das terras latinas que viram o gênio encyclopédico de Leonardo da Vinci e esta verde Chanaan, em que os campeadores guascos, os pauíistas das monções, os praieiros pernambucanos e os domadores da "Selva Selvagem" do Amazonas, semearam tradições heróicas que nos cumpre manter a todo transe... vós ahí estaes e todos os vossos corações são agora a propriedade inalienável dos nossos corações.

Sois, para todos nós mestres de energia, polarizadores de vontade.

Fizestes renascer entre nós, o gosto de applaudir o nobilíssimo prazer de admirar. Por tudo isso, não vos falo obedecendo os vagos preceitos protocollares, dentro do convencionalismo das saudações officiais, falo-vos como a jovens que uma perigosa aventura tornou veteranos.

Falo-vos como o symbolo vivo do Brasil - novo na sua ânsia de ser digno das glórias dos seus ancestrais, de affirmar também a sua vontade de ser no concerto dos povos.

E saudando-vos é como se saudasse directamente a imagem plástica do meu Brasil, do nosso Brasil, do adorável Brasil de todos nós".

**SÍNTESE DE ALGUNS TÓPICOS DOS RELATÓRIOS
MINISTERIAIS DA VIAÇÃO APRESENTADOS A S. Exa. O
SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA: -**

"IMPORTÂNCIA DA VIAÇÃO COMERCIAL

Á aviação commercial está reservado importante papel na economia do paiz.

A vastidão do território brasileiro e o accidentado da sua topographia, a par da escassez relativa da população, adensada no litoral e ganglionarmente distribuída no interior: taes os elementos do problema para cuja solução poderá a aviação commercial efficazmente contribuir, desde já erigindo-se em precursora das novas communicações por terra.

O avião não substituirá, é certo, o comboio ferreo ou o navio. Será, porém, forçosamente, o complemento indispensável, na vida econômica actual, dos outros meios de transporte, dado o ganho enorme de tempo que permite obter, nos longos percursos, e, principalmente, dado o seu character de factor de relevo nas relações políticas e nas transacções mercantis.

A unificação pátria, magno problema que a Colônia legou aos estadistas do Imperio e da Republica, e que dictou a necessidade imperiosa de communicações cada vez mais estreitas, poderá ser fortalecida com a criação da rêde de viação aérea brasileira, que exigirá dispêndios grandemente inferiores aos necessários á viação terrestre.

Impiantados no território do paiz os campos de pouso indispensáveis, bem como as demais installações peculiares ao estabelecimento das rotas aéreas, e que poderão ser custeados, mediante accôrdos, pela União, pelos Estados e pelos Municípios, isolada ou solidariamente, o que será objectivo facilmente atingível, porque envolve conjugação de mútuos interesses, estabelecer-se-á, para essas organizações de terra, o regimen da livre e indistincta utilização, mediante o pagamento de taxas, sob jurisdição federal.

Não há como pôr em dúvida o futuro reservado á aviação commercial no Brasil. Basta attentar-se no surto quase vertiginoso das linhas de egual genero na Europa, especialmente na Allemanha, e, ainda, no incontestável êxito registrado pelas três companhias que, entre nós há menos de um anno, exploram aquelle serviço".

"LINHAS AÉREAS NA AMÉRICA DO SUL

Nem só, porém, interessa ao Brasil a aviação interior. A sua situação geographica torna-o privilegiado em relação á aviação internacional. Para as demais republicas da América do Sul, como para a Europa e a América do Norte, as linhas aéreas, muito provavelmente, terão de cruzar o nosso território.

Já o Perú e a Bolívia, aquelle em Iquitos e esta em Guajará-Mirim e Puerto Suarez, estão sobre as nossas fronteiras, com linhas da sua aviação commercial, amparadas e subvencionadas pelos respectivos Governos, á espera de estende-las, com os seus aviões ou com aviões brasileiros, segundo as iniciativas em nossa paiz, até o Atlântico, de modo a abreviar grandemente as communicações postaes com a Europa. O serviço da Colômbia, em funcionamento há cerca de dez annos, será talvez, em breve, um dos trechos de ligação das linhas aéreas da América do Norte, passando pela América Central e pelo México, ao norte, e alongando-se para o sul, pelo Amazonas e tributários, em busca das repúblicas sul-americanas, e, pela costa brasileira, demandando o Prata.

Por outro lado, a experiência colhida dos vôos transatlânticos ultimamente realizados, parece indicar que a rota futura, entre o velho continente e as Américas, será norteada pelos alizeos que sopram entre a costa d'África e o nordeste brasileiro. De tal sorte, o porto de Natal está naturalmente indicado para ser um dos grandes entroncamentos das linhas aéreas mundiaes futuras.

A situação que se delinea é pois, de molde a justificar o advento de uma política de aviação utilitária no Brasil, no sentido de não se

oppor embargos ao desenvolvimento das r edes aéreas internacionais, num ou noutro caso, mediante criação de linhas nacionais que, servindo ao nosso território, possam também constituir o prolongamento das estrangeiras que o demandem, no regimen do tráfego mútuo.

Nos limites das escassas possibilidades presentes, vem este Ministério prestando os auxílios indiretos que a aviação commercial tem reclamado, facilitando as providências relativas ao tráfego e despacho das aeronaves e aos transportes que executam, especialmente no que toca ao serviço postal.

A Compagnie Générale A ropostale, que explora a linha aérea entre a Europa e a América do Sul, faz o transv o do nosso território, no trecho de Natal   fronteira com a República do Uruguay, na extensão de cerca de 4.200 kilometros. Nesse trecho, cujo tráfego regular teve in cio em novembro de 1927, com viagens semanaes, foram percorridos, até 31 de dezembro do mesmo anno, 69.415 kilometros e o transporte postal atingiu a 156.421 kilos. Até essa época, eram em numero de 13 os aviões utilizados no serviço.

O Syndicato Condor Limitada, ainda no mesmo mez de novembro de 1927, começou a effectuar o tráfego regular na linha de hydro-aviões entre Rio de Janeiro e Rio Grande, cuja extensão média é de 1.630 Kilometros. No período de novembro a 31 de dezembro de 1927, em viagens dessa linha e em outras extraordinarias, o tráfego representou-se por 23.400 kilometros de v o, não tendo sido apurado o transporte de passageiros e de correspondência postal. Nesse tráfego utilizaram-se hydro-aviões".

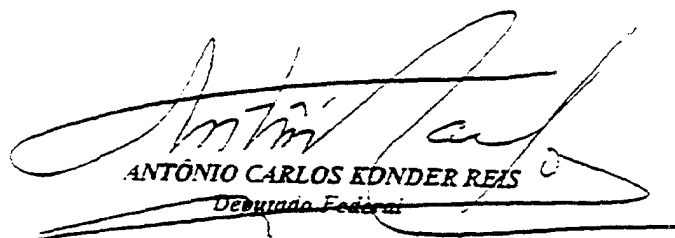
"AVIA O COMERCIAL: VARIG

A Empresa de Viciao Aérea Rio-Grandense regularizou, afinal, a partir de junho de 1927, o tráfego da linha que explora na Lagoa dos Patos, entre as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, com a extensão de 280 kilometros. Daquelle mez até 31 de dezembro do mesmo anno, o tráfego dessa Empresa é representado

por 35.060 quilômetros de vôo, 668 passageiros, 210.355 quilos de carga, 146.645 quilos de correspondência postal e 6.181 quilos de bagagens. No serviço empregaram-se dois hydro-aviões da Empresa”.

Pelo empreendimento pioneiro, poder de visão, sentimento de brasilidade, arrojo e coragem, a vinculação do nome Victor Konder ao Aeroporto de Navegantes, em Santa Catarina, constitui, ainda que modesta, justa homenagem ao trabalho do tão ilustre homem público.

Brasília, ¹⁴ de ~~23~~ de 2001 ~~de 20~~


ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS
Deputado Federal

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2002
(Nº 5.682/2001, na Casa de origem)

Prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT manterá os contratos de exploração de serviços celebrados com as Agências de Correio Franqueadas - ACF, a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que permanecerão válidos por cinco anos, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT encaminhará à Câmara dos Deputados relação das Agências de Correio Franqueadas - ACF que tiverem seus contratos prorrogados na forma prevista no art. 1º, no prazo de sessenta dias contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.682, DE 2001

Prorroga o prazo previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;

O Congresso Nacional aprova;

Art.1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT manterá os contratos de exploração de serviços postais celebrados pela ECT com as Agências de Correio Franqueadas – ACF, a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º, da Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, que permanecerão válidos por cinco anos, contados a partir da publicação desta Lei, ficando assegurada a execução de todos os serviços constantes da pauta comercial da ECT.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os contratos das Agências de Correio Franqueadas têm vigência assegurada até 31 de dezembro de 2001 do corrente ano.

Inicialmente previa-se a aprovação, pelas duas Casas do Congresso Nacional, do substitutivo do Deputado Santos Filho ao Projeto de Lei nº 1.491/99, do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Correios, do seu órgão regulador, e dá outras providências.

Este substitutivo, devidamente aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, estabelece, em seu artigo 185, que os anuais franqueados teriam seus anuais contratos prorrogados por um prazo de cinco anos, a partir da publicação da respectiva Lei.

Por outro lado, o Colégio de Líderes da Câmara ao definir sua pauta de votação para o final deste ano acabou por não incluir o referido Projeto de Lei na lista de prioridades.

Por esta razão é que resolvi apresentar a presente proposta para sanar este “vácuo institucional” que será criado com a não aprovação do projeto de lei e o término do prazo dos contratos de franquias com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT no final deste ano.

Além disso é oportuno analisar os aspectos de natureza econômica e social que a matéria se reveste. Os Franqueados dos Correios constituem, atualmente, 1.500 unidades constituídas sob a forma de microempresa, gerando cerca de 30 mil empregos diretos e 20 mil indiretos além de representar cerca de 50% do faturamento total da ECT, faturamento este que foi fundamental para a recuperação financeira da empresa.

Adicionalmente, é oportuno esclarecer que os Franqueados têm uma larga experiência no setor adquirida ao longo de 12 anos de serviços prestados ao povo brasileiro com qualidade, tendo em vista os investimentos realizados para atender a cada dia um público mais exigente de serviço público de boa qualidade.

São essas, meus nobres pares, as razões que levaram-nos a apresentar o presente projeto de lei para o qual pedimos o apoio de todos para solucionar o impasse desse importante segmento que tanto tem contribuído para a geração de emprego e renda na nossa economia.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2001

~~EDUARDO BEZ~~
~~SALVADOR ZIMBALDI~~
 Luiz ANTONIO FLEURY
 29817
 Câmara dos Deputados

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995

ESTABELECE NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Sujeitam-se ao regime de concessão ou quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:

- I - (VETADO)
- II - (VETADO)
- III - (VETADO)
- IV - vias federais, precedidas ou não da execução de obra pública;
- V - exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas;

VI - estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não instalados em área de porto ou aeroporto, precedidos ou não de obras públicas;

VII - os serviços postais.

** Inciso VII acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/05/1998.*

Parágrafo único. Os anuais contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com as Agências de Correio Franqueadas - ACF, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão à delegação das concessões ou permissões que os substituirão, prazo esse que não poderá ser inferior a 31 de dezembro de 2001 e não poderá exceder a data limite de 31 de dezembro de 2002.

** Parágrafo único acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/05/1998.*

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS N. 3.890-A, DE 25 DE ABRIL DE 1961, N. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, N. 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, N. 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995, N. 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996, E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRÁS E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 3º Os artigos 1º, 10, 15, 17, 18, 28 e 30 da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

VII - serviços postais.

Parágrafo único. Os anuais contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com as Agências de Correio Franqueadas - ACF, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão à delegação das concessões ou permissões que os substituirão, prazo esse que não poderá ser inferior a 31 de dezembro de 2001 e não poderá exceder a data-limite de 31 de dezembro de 2002.”

“Art. 10. Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.”

“Art. 15.

§ 1º Decorridos três anos da publicação desta Lei, os consumidores referidos neste artigo poderão estender sua opção de compra a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado.

§ 5º O exercício da opção pelo consumidor não poderá resultar em aumento tarifário para os consumidores remanescentes da concessionária de serviços públicos de energia elétrica que haja perdido mercado.

§ 7º Os concessionários poderão negociar com os consumidores referidos neste artigo novas condições de fornecimento de energia elétrica, observados os critérios a serem estabelecidos pela ANEEL.”

“Art. 17.

§ 3º As instalações de transmissão de interesse restrito das centrais de geração poderão ser consideradas integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações.”

“Art. 18.

Parágrafo único. Os consórcios empresariais de que trata o disposto no parágrafo único do artigo 21, podem manifestar ao poder concedente, até seis meses antes do funcionamento da central geradora de energia elétrica, opção por um dos regimes legais previstos neste artigo, ratificando ou alterando o adotado no respectivo ato de constituição.”

“Art. 28
.....

§ 1º Em caso de privatização de empresa detentora de concessão ou autorização de geração de energia elétrica, é igualmente facultado ao poder concedente alterar o regime de exploração, no todo ou em parte, para produção independente, inclusive quanto às condições de extinção da concessão ou autorização e de encampação das instalações, bem como da indenização porventura devida.

§ 2º A alteração de regime referida no parágrafo anterior deverá observar as condições para tanto estabelecidas no respectivo edital, previamente aprovado pela ANEEL.

§ 3º É vedado ao edital referido no parágrafo anterior estipular, em benefício da produção de energia elétrica, qualquer forma de garantia ou prioridade sobre o uso da água da bacia hidrográfica, salvo nas condições definidas em ato conjunto dos Ministros de Estado de Minas e Energia e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em articulação com os Governos dos Estados onde se localiza cada bacia hidrográfica.

§ 4º O edital referido no § 2º deve estabelecer as obrigações dos sucessores com os programas de desenvolvimento socioeconômico regionais em andamento, conduzidos diretamente pela empresa ou em articulação com os Estados, em áreas situadas na bacia hidrográfica onde se localizam os aproveitamentos de potenciais hidráulicos, facultado ao Poder Executivo, previamente à privatização, separar e destacar os ativos que considere necessários à condução desses programas.”

“Art. 30. O disposto nos artigos 27 e 28 aplica-se, ainda, aos casos em que o titular da concessão ou autorização de competência da União for empresa sob controle direto ou indireto dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que as partes acordem quanto às regras estabelecidas.”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES**PARECERES Nº 976, 977 E 978, DE 2002**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências; e Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. (Tramitando em conjunto. nos termos do Requerimento nº 255, de 2001)

PARECER Nº 976 , DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Primeiro pronunciamento — sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999)

Relator: Senador **Francelino Pereira**

Relator ad hoc: Senador **Ramez Tebet**

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do ilustre Senador Roberto Requião, que “Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende revogar todo o Capítulo IX da Lei nº 9.615/98 — “Lei Pelé”, que dispôs sobre as diretrizes gerais do jogo do Bingo e autorizou a sua realização em todo o território nacional.

Compete à União, concorrentemente com os Estados, nos termos do inciso XI do art. 24, legislar sobre desporto.

É de competência do Congresso, nos termos do art. 48, legislar sobre os termos de competência da União.

Eliminado o Capítulo IX da “Lei Pelé”, as atividades ilegais ligadas ao jogo de bingo voltarão a estar sujeitas às sanções previstas para jogos de azar, no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais.

Não vemos qualquer óbice constitucional ou infra constitucional à continuidade de tramitação da matéria, que será examinada, quanto ao mérito, pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

No que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, não cabe cláusula de revogação genérica, motivo pelo qual propomos a exclusão do art. 3º.

O voto é pela aprovação, com a inclusão seguinte

EMENDA CCJ Nº

Suprima-se o art. 3º do PLS nº 622/99.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2000. **José Agripino**, Presidente — **Ramez Tebet**, Relator “ad hoc” — **Amir Lando** — **Romeu Tuma** — **Lúcio Alcântara** — **Álvaro Dias** — **Artur da Távola** — **Pedro Simon** — **José Eduardo Dutra** — **Íris Rezende** — **José Alencar** — **Sérgio Machado**.

PARECER Nº 977, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em segundo pronunciamento, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº s 622 e 628, de 1999.

Relator: Senador **Maguito Vilela**

Relator ad hoc: Senador **Íris Rezende**

I – Relatório

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, são submetidos ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, que “revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1988, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências” e o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, que “revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, que tramitam em conjunto.

Versam os dois projetos sobre a revogação dos dispositivos que regulam a realização dos sorteios denominados “bingos” pelas entidades desportivas, nos termos dos arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1999 (Lei Pelé), de modo a proibir sua prática no País. O Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, examinado anteriormente por esta CCJ quando de sua tramitação em separado, recebeu parecer pela aprovação.

As proposições, ora tramitando em conjunto por força de requerimento de autoria da nobre Senadora Heloísa Helena, estiveram à disposição das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

A permissão para que as entidades esportivas realizem os sorteios denominados “bingos” foi instituída pela Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), como forma de destinar recursos adicionais ao esporte, para o fomento das atividades dos clubes e auxílio às modalidades olímpicas. O dispositivo foi mantido na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, já com a nova redação sugerida como resultado da “CPI do Bingo”, levada a efeito na Câmara dos Deputados, em 1995, para investigar as denúncias de irregularidades constatadas no funcionamento dos sorteios.

Conquanto a norma tenha dedicado seu Capítulo IX (arts. 59 a 81) integralmente à regulamentação por meio da proibição dos bingos, essa providência não foi suficiente para livrar a atividade de acusações, tais como denúncias de vinculação do bingo com esquemas de corrupção, fraude, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, além de apropriação de recursos que deveriam ser destinados às entidades desportivas.

Ante essa realidade, a Comissão Mista constituída para examinar a Medida Provisória nº 2.011-8, de 26 de maio de 2000, que alterou a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, entendeu ser urgente e necessária uma completa revisão da matéria. A esse respeito, firmou-se consenso entre os membros daquele Colegiado de que a atividade é estranha à matéria desportiva, não devendo integrar a legislação que institui as normas gerais sobre desporto.

Como resultado desse posicionamento, foi aprovada, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, a revogação, a partir de 31 de dezembro de 2001, dos arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, respeitando-se as autorizações para a exploração da atividade dos bingos que estiveram em vigor, até a data da sua expiração.

Esse, exatamente, em nosso entendimento, o único caminho para pôr fim aos desmandos e desvirtuamentos existentes na prática do bingo. Com efeito, nos moldes em que está regulada, não parece restar outra alternativa que não a extinção da atividade. Isso significa que, caso não seja elaborada legislação específica para regulamentar os jogos de bingo, as entidades de administração e de prática desportiva, mesmo que representadas por empresas comerciais encarregadas da administração das salas, ficam impedidas de explorar a atividade após essa data.

Convém ressaltar, por oportuno, que a legislação ordinária brasileira já oferece instrumento de defesa contra as atividades ilegais ligadas ao jogo do bingo. Eliminado o Capítulo IX da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, tais práticas voltarão a estar sujeitas às sanções previstas para jogos de azar contidas no Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais.

III – Voto

Em vista de nossa concordância com o que propõem as iniciativas sob exame, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, por força do que estabelece o inciso II, do art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2002. **Bernardo Cabral**, Presidente — **Iris Rezende**, Relator “Ad Hoc” — **Antonio Carlos Junior** — **Pedro Simon** — **Roberto Requião** — **Fernando Ribeiro** — **Gerson Camata** — **Ari Stadler** — **Sebastião Rocha** — **Luiz Otávio** — **Amir Lando** — **Jefferson Péres** — **Lúcio Alcântara**.

PARECER Nº 978, DE 2002

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Em prosseguimento ao rito legislativo, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, são submetidos ao exame da Comissão de Educação os Projetos de Lei do Senado nº 622 e nº 628, ambos de 1999, que tramitam em conjunto, por força de requerimento da Senhora Senadora Heloisa Helena, tendo em vista versarem sobre a mesma matéria.

Mediante revogação dos dispositivos que tratam da realização dos sorteios de “bingos” pelas entidades desportivas (arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências), as iniciativas propugnaram pela proibição de sua prática, com base nas constantes denúncias de irregularidades e de desvirtuamentos na exploração da atividade.

Anteriormente examinado separadamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o PLS nº 622, de 1999, recebeu parecer favorável a sua aprovação. Os projetos estiveram à disposição das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – Análise

Entre outras alterações apostas à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), a Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, incorporou decisão tomada pela Comissão Especial Mista do Congresso Nacional que, à época, examinou a matéria, de revogar os artigos constantes do diploma legal relativos aos bingos.

Em vista de negociação entre parlamentares de partidos com assento na Comissão Especial, fixou-se a data de 31 de dezembro de 2001 para entrada em vigor da nova determinação legal, respeitando-se as autorizações vigentes, até a data da sua expiração. Na prática, isso significou que as entidades de administração e de prática desportiva, mesmo que representadas por empresas comerciais encarregadas da administração das salas, ficariam impedidas de explorar os jogos de bingo após essa data.

Esgotado o interstício estabelecido para adaptação às novas disposições legais, diversas empresas e entidades desportivas que exploram a atividade vêm, de fato, entrando na ilegalidade, vencidas suas autorizações. A Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela fiscalização dos sorteios, não tem renovado ou concedido novas licenças para funcionamento dos bingos.

Nesse sentido, consideramos superado o objeto dos projetos de Lei em análise, em vista da entrada em vigor do que determina o art. 2º da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.

III – Voto

Nesses termos, opinamos pela declaração de prejudicialidade dos PLS nº 622, de 1999, e PLS nº 628, de 1999.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2002. **Ricardo Santos**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Marluce Pinto** – **Nabor Júnior** – **Juvêncio da Fonseca** – **Adir Gentil** – **Moreira Mendes** – **José Jorge** – **Arlindo Porto** – **Francelino Pereira** – **Romeu Tuma** – **Antonio Carlos Júnior** – **Freitas Neto** – **Benício Sampaio** – **Reginaldo Duarte** – **Luiz Otávio** – **Emília Fernandes** – **Geraldo Cândido**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO Nº FINAL - PLS 622/1999

MEMBROS - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					VAGO				
GILVAM BORGES					SERGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO	X				ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR	X				MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
VALMIR AMARAL					VAGO				
NEY SUASSUNA					VAGO				
MEMBROS - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADIR GENTIL	X				LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES	X				BERNARDO CABRAL				
WALDECK ORNELAS					FRANCELINO PEREIRA	X			
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				ROMEU TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO SOLITO				
ARLINDO PORTO - PTB (1)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X			
MEMBROS - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					CHICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X				ROMERO JUCA				
REGINALDO DUARTE	X				LUIZ OTÁVIO - PPB	X			
MEMBROS - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTB/PFS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTB/PFS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT					LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT	X				GERALDO CÂNDIDO - PT	X			
MARINA SILVA - PT					SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
ÁLVARO DIAS - PDT	X				TIÃO VIANA - PT				
MEMBROS - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 18 SIM: 18 NÃO: — ABS: —

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/06/2002

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

LISTA DE VOTAÇÃO Nº FINAL - PLS 628 / 1999

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA					VAGO				
GILVAM BORGES					SERGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO	X				AT. BERTO SILVA				
NABOR JUNIOR	X				MAGUITO VILPELA	X			
JOSÉ SARNEY					JUVENCIO DA FONSECA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
NEY SUASSUNA					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADIR GENTIL	X				LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES	X				BERNARDO CABRAL				
WALDECK ORNELAS					FRANCLINO PEREIRA	X			
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				ROMEU TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO SOUTO				
ARLINDO PORTO - PTB (1)	X				ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X			
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOIA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					GIICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X				ROMERO JUCA				
REGINALDO DUARTE	X				LUIZ OTÁVIO - PPB	X			
TITULARES - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)					LAURO CAMPOS - PDT				
EDUARDO SUPLICY - PT					GERALDO CÂNDIDO - PT	X			
EMÍLIA FERNANDES - PT	X				SEBASTIAO ROCHA - PDT				
MARINA SILVA - PT					TIÃO VIANA - PT				
ALVARO DIAS - PDT	X				SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		ROBERTO SATURNINO				
PAULO HARTUNG									

TOTAL: 18 SIM: 18 NÃO: 0 ABS: 0

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 06 / 2002


 SENADOR RICARDO SANTOS
 Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/38/2002

Brasília, 4 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada no dia de hoje, deliberou pela pre- judicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622 de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Requião que, "Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências" e do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria de Sua Exce- lência o Senhor Senador José Roberto Arruda que, "Re- voga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá ou- tras providências", que tramita em conjunto.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Pro- jeto de Lei do Senado nº 622/99 e do Projeto de Lei do Senado nº 628/99, por versarem sobre a mesma maté- ria.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2001. **Heloísa Helena**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO II Da União

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI – procedimentos em matéria processual;

LEI Nº9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000

**Altera dispositivos da Lei nº 9.615,
de 24 de março de 1998, e dá outras pro-
vidências.**

Art. 2º Ficam revogados, a partir de 31 de dezem- bro de 2001, os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, respeitando-se as autorizações que esti- verem em vigor até a data da sua expiração.

LEI Nº8.672, DE 6 DE JULHO DE 1993

**Institui normas gerais sobre despor-
tos e dá outras providências.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expe- diente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/38/2002

Brasília, 4 de junho de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comis- são, em reunião realizada no dia de hoje, deliberou pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 622 de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Requião que, "Revoga dispositivos da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providênci- as" e do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador José Ro- berto Arruda que, "Revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, que "institui normas ge- rais sobre desporto e dá outras providências", que tra- mita em conjunto.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nos ter- mos do art. 91 do Regimento Interno, fica aberto o pra- zo de 5 dias úteis para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 622 e 628, de 1999, cujos pare- ceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 521, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro dos Transportes, Dr. João Henrique de Almeida Souza, sobre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT:

1. Está o referido órgão realizando as funções de pesquisa hidroviária, anteriormente exercidas pelo INPH? De que forma?

2. Já incorporou os acervos técnico e bibliográfico, os bens e equipamentos utilizados pelo INPH em suas atividades?

3. Absorveu, em seu quadro, os empregados da Companhia Docas do Rio de Janeiro — CDRJ — lotados no antigo INPH?

4. Realiza, em seu âmbito institucional, a indispensável integração das modais de pesquisas hidroviárias, rodoviárias e ferroviárias? Como?

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2002. – Senador **Roberto Saturnino**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 522, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso LI, do Regimento interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Sala das Sessões, 31 outubro de 2002. **Tião Viana – José Alencar – Amir Lando – Geraldo Melo – José Agripino – Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagem presidenciais:

– **Mensagem nº 233, de 2002-CN** (nº 858/2002, na origem), que encaminha, nos ter

mos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$3.728.847,00 (três milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e sete reais), para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes”;

– **Mensagem nº 234, de 2002-CN** (nº 859/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 4 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$705.324.330,00 (setecentos e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”;

– **Mensagem nº 235, de 2002-CN** (nº 899/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$64.448.553,00 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais), em favor do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”;

– **Mensagem nº 236, de 2002-CN** (nº 900/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do Decreto de 23 de outubro de 2002, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor global de R\$124.309.741,00 (cento e vinte e quatro milhões, trezentos e nove mil, setecentos e quarenta e um reais), em favor de diversos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”; e

– **Mensagem nº 237, de 2002-CN** (nº 901/2002, na origem), que encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, cópia do De

creto de 23 de outubro de 2002, que “Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$41.758.583,00 (quarenta e um milhões, sete centos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

As mensagens vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 245, de 2002-CN** (Nº 909/2002, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 18 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

A Mensagem, anexada ao processado da Mensagem nº 125, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, da Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de São Paulo – CAMMESP, manifestação favorável daquela entidade à decisão emanada do colendo Superior Tribunal de Justiça, que aplicou o BTNf nos contratos de empréstimos mobiliários no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH como critério de correção referente a março de 1990.

O expediente, autuado como Petição nº 7, de 2002, está à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.060-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.418, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/RS, no trecho entre Osório/RS e a divisa com o Estado de Santa Catarina (TC nº 003.598/2001-5).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 76, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.069-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº

1.419, de 2002-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor São Francisco, abrangendo a restauração e a duplicação da BR-101/SE, entre a divisa AL/SE e a divisa SE/BA, em trecho de 206,1 km, (TC nº 007.828/2002-3).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 92, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3.072-SGS-TCU/2002**, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 1.420, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada pela Secex/PI, nas obras do Açude Algodão II, no Estado do Piauí (TC nº 015.164/2002-6), em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Legislativo nº 42, de 2002-CN.

O expediente, anexado ao processado do Decreto Legislativo nº 42, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que, por orientação do Relator à matéria, Senador Antonio Carlos Júnior, procedeu a adequação redacional do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2001, de autoria do senador Lúcio Alcântara, que acrescenta parágrafos aos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir a referência à unidade fiscal de referência, índice já extinto.

Esclarece ainda que, por se tratar de caso análogo, adotará o mesmo procedimento com o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Dutra, que altera os arts. 33 e 90 daquela Lei, para excluir a mesma referência.

As referidas proposições foram aprovadas terminantemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, durante o prazo regimental, não houve a interposição do recurso previsto no art. 91 do Regimento Interno.

São os seguintes os textos das matérias que ao à Câmara dos Deputados.

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2001

Acrescenta §§ aos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei visa, na forma do art. 2º, a complementar as disposições referentes à divulgação de pesquisas eleitorais pelos meios de comunicação, em todo o território nacional.

Art. 2º Os arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para o emprego público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação, as seguintes informações:

§ 5º Na divulgação de resultados das pesquisas os meios de comunicação devem informar:

I — a entidade ou empresa responsável pela pesquisa e quem a contratou;

II — o período em que foi realizada;

III — a margem de erro prevista;

IV — se a eleição for nacional, os Estados onde ocorreu a pesquisa; se for estadual, os Municípios; se for municipal, os Distritos e Bairros;

V — a idade e o sexo das pessoas entrevistadas.

§ 6º A divulgação de pesquisa sem as informações indicadas no § 5º sujeita o meio de comunicação responsável à multa prevista no § 3º.

§ 7º É vedada a divulgação de pesquisas eleitorais das 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao início da votação até o seu encerramento pela Justiça Eleitoral.

§ 8º A inobservância do disposto no § 7º constitui crime punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa no valor de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais).” (NR)

“Art. 34.....

§ 4º Aplica-se a faculdade prevista no § 1º a comitês formados por partidos e outras entidades da sociedade civil.”

(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2000

Altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para aperfeiçoar as formas de controle sobre a produção e divulgação de pesquisas eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33.

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita as entidades e empresas responsáveis pela execução da pesquisa e pela divulgação de seus resultados à multa no valor de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais).

§ 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, multa no valor de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais) e cassação de registro de funcionamento da empresa.

§ 5º Para fins do disposto neste artigo são consideradas fraudulentas as pesquisas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

I — discrepância entre as condições de realização do trabalho de pesquisa e as informações registradas pelas entidades e empresas responsáveis;

II — discrepância entre os resultados obtidos e aqueles divulgados;

III — discrepância entre os resultados das pesquisas realizadas após o encerramento do prazo da propaganda eleitoral no rádio e televisão e o resultado das eleições, quando superiores às margens de erro adotadas.” (NR)

Art. 2º O art. 90 da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os demais:

“Art. 90.

§ 1º Tratando-se de crime previsto no § 4º do art. 33, os prazos deverão ser reduzidos à metade.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

Ofício nº P-328/2002–CMO

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tendo em vista a votação do Parecer Preliminar à Proposta Orçamentária para 2003 (Projeto de Lei nº 60/2002-CN) ter ocorrido somente nesta data, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de apresentação de Emendas, assim como também de Publicação e distribuição dos avulsos das mesmas, conforme cronograma de tramitação abaixo:

Emendas

Apresentação perante a Comissão.....de 1º a 12-11-02
Publicação e distribuição..... até 17-11-02

Relatórios Setoriais

Apresentação, publicação, distribuição e votação até 27-11-02

Relatório Final

Apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão..... até 11-12-02
Encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional..... até 12-12-02

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência por testes de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Jose Carlos Aleluia**, Presidente.

ORÇAMENTO PARA 2003

ALTERADO-2

PROJETO DE LEI Nº 60/2002-CN

MENSAGEM Nº 190/2002-CN
(Nº 764/2002, na Origem)

Presidente: Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)

Relator-Geral: Senador Sérgio Machado (PMDB/CE)

30 de outubro de 2002

1. Leitura em Sessão do Congresso Nacional... 29-8-02
2. Publicação e distribuição de avulsos até 3-9-02
3. Realização de audiências públicas..... até 17-9-02
4. Apresentação do Parecer Preliminar perante a Comissão..... até 24-10-02

5. Apresentação de Emendas ao Parecer Preliminar..... de 28 a 29-10-02
6. Votação do Parecer Preliminar com Emendas pela Comissão até 31-10-02
7. Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de 1º a 12-11-02
8. Publicação e distribuição de avulsos das Emendas*..... até 17-11-02
9. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos Pareceres Setoriais pela Comissão..... até 27-11-02
10. apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do Parecer Final..... até 11-12-02
11. Sistema do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional..... até 12-12-02
12. Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo..... até 15-12-02

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

OF. Nº117/02-GLPFL

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Em virtude do término da licença do Senador Bello Parga, comunico a V. Exa., e à Casa que S. Exa., voltará a integrar as seguintes Comissões Permanentes:

Comissão de Assuntos Sociais — CAS, como suplente;

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ, como titular;

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional — CRE, como suplente;

Comissão de Fiscalização e Controle — CFC, como suplente.

Cordialmente, Senador Jose Agripino Líder do Partido da Frente Liberal-PFL

Senador **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência designa o Senador Bello Parga como membro in

tegrante da Bancada do PFL nas Comissões de Assuntos Sociais, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

LIDERANÇA DO PPB

Ofício nº370/02

Brasília, 6 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Rober to Balestra, como titular, e o Deputado Pastor Amarildo, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 57, de 7 de agosto de 2002, que "autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS e a União à adquirirem ações da Companhia Energética de Goiás — CELG para efeito de inclusão no Programa Nacional de Desestatização — PND, e dá outras providências".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**.

Ofício nº504/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como titular, em substituição ao Deputado Odelmo Leão, anteriormente indicado para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 46, de 25 de junho de 2002, que "Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal — ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, e dá outras providências".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**.

Ofício nº 529/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, o Deputado Fetter Júnior, como titular, e o Deputado Hugo Biehl, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a

apreciar a Medida Provisória nº 64, de 26 de setembro de 2002, que "Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências".

Atenciosamente, Deputado **Odelmo Leão**.

Ofício nº530/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Augusto Nardes, como titular, e o Deputado José Linhares, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 55, de 28 de agosto de 2002, que "Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências."

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº532/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Mário Negromonte, como titular, e o Deputado Simão Sessim, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 67, de 4 de setembro de 2002, que "Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências."

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº533/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Leodegar Tiscoski, como titular, e o Deputado Jair Bolsonaro, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 68, de 4 de setembro de 2002, que "Altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências."

Atenciosamente,

Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº535/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado João Leão, como titular, e o Deputado Marcus Vicente, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, que "Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências."

Atenciosamente, _ Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº536/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Gerson Peres, como titular, e o Deputado Edmar Moreira, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002, que "altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências."

Atenciosamente, _ Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº538/02

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Celso Russomanno, como titular, e o Deputado Luisinho, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 72, de 22 de agosto de 2002, que "altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente."

Atenciosamente, _ Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

Ofício nº539/02

Brasília, 09 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, o Deputado Dino Fernandes, como titular, e a Deputada Almerinda de Carvalho, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 63, de 26 de agosto de 2002, que "cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências."

Atenciosamente, - Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF. Nº119/02-GLPFL

Brasília, 29 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores indicados anteriormente, pelos Senadores Geraldo Althoff e Leomar Quintanilha, respectivamente, como titulares, e os Senadores Bello Parga e Paulo Souto, como suplentes, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 74, de 23 de outubro de 2002, que "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-de-emprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo."

Atenciosamente, - Senador **José Agripino** Líder do PFL no Senado Federal.

OF. PSDB/I/Nº1.039/2002

Brasília, 30 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Indico a V. Exa o Deputado Paulo Kobayashi, para integrar como membro titular a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Sampaio Doria que doravante passa a integrá-la, como membro suplente.

Respeitosamente, - Deputado **Dutahy Júnior**, Líder do PSDB.

Of. S/Nº/2002

Brasília, 31 de outubro de 2002

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta presidência, os Senadores do bloco PSDB/PPB que compõem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 76

Publicação **DOU**: 28-10-02

Assunto: Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Romero Jucá	Senador Benício Sampaio
Senador Artur da Távola	Senador Antero Paes de Barros
Senador Eduardo Siqueira Campos	Senador Lúcio Alcântara

Brasília, 31 de outubro de 2002. **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do Bloco PSDB/PPB que compõem a Comissão Especial Mista Destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 77

Publicação DOU: 28-10-02

Assunto: Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento

do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mútuos com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências.

TITULARES	SUPLENTE
Senador Geraldo Melo	Senador Romero Jucá
Senador Luiz Pontes	Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Antero Paes de Barros	Senador Teotônio Vilela Filho

Brasília, 31 de outubro de 2002. **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa projetos de lei do Congresso Nacional que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI Nº 68, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 14.997.502,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 14.997.502,00 (quatorze milhões, novecentos e noventa e sete mil e quinhentos e dois reais), em favor das empresas COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., Banco do Estado do Ceará S.A., Companhia Docas do Espírito Santo, Companhia Docas do Pará e Companhia Docas do Rio de Janeiro, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento de parte das dotações de outros projetos/atividades, constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS		14.217,502	
26 TRANSPORTE		780,000	
	TOTAL - GERAL	14.997,502	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZACAO		250,000	
694 SERVICOS FINANCEIROS		13.967,502	
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		780,000	
	TOTAL - GERAL	14.997,502	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS		14.217,502	
692 COMERCIALIZACAO		259,000	
694 SERVICOS FINANCEIROS		13.967,502	
26 TRANSPORTE		780,000	
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		780,000	
	TOTAL - GERAL	14.997,502	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0230 CORREDOR LESTE		380,000	
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		300,000	
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUCOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		6.818,385	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		7.499,117	
	TOTAL - GERAL	14.997,502	
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
25000 MINISTERIO DA FAZENDA		14.217,502	
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES		780,000	
	TOTAL - GERAL	14.997,502	
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		14.347,502	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		14.347,502	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		780,000	
TOTAL DA RECEITA ...14.347,502	RECEITAS CORRENTES ...14.347,502	RECEITAS DE CAPITAL ... 0	

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 14.217,502			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS		14.217,502	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZACAO		250,000	
694 SERVICOS FINANCEIROS		13.967,502	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUCOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		6.818,385	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		7.399,117	
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
25230 COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.		250,000	
25257 BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A.		13.967,502	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		14.217,502	
TOTAL		14.217,502	
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		13.967,502	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		13.967,502	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		13.967,502	
TOTAL DA RECEITA	13.967,502	RECEITAS CORRENTES	13.967,502
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 250,000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS		250,000	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZACAO		250,000	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		250,000	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		250,000	
TOTAL		250,000	

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25230 - OBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S T	G N D	M O D	I T E	F E	V A L O R	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									250.000
ATIVIDADES									
23.692	0807.4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						250.000	
23.692	0807.4102.0004	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL BEM MOVEI MANTIDO (*)	1	4 - INV	99	0	495	250.000	
TOTAL - INVESTIMENTO									250.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25257 - BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : RS 13.967.502			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICIOS			13.967.502
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICIOS FINANCEIROS			13.967.502
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUCOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL			6.818.385
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			7.149.117
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			13.967.502
TOTAL			13.967.502
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			13.967.502
00 RECURSOS PROPRIOS			13.967.502
00 GERACAO PROPRIA			13.967.502
RECEITA	13.967.502	RECEITAS CORRENTES	13.967.502
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25257 - BANCO DO ESTADO DO CEARA S.A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S T	G N D	M O D	I T E	F E	V A L O R	
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUCOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL									6.818.385
PROJETOS									
23.694	0781.3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS						6.818.385	
23.694	0781.3324.0023	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO CEARA						6.818.385	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	6.818.385	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									7.149.117
ATIVIDADES									
23.694	0807.4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						4.048.165	
23.694	0807.4102.0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL BEM MOVEI MANTIDO (*)	1	4 - INV	90	0	495	4.048.165	
23.694	0807.4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						3.100.952	
23.694	0807.4103.0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL ATIVO MANTIDO (*)	1	4 - INV	90	0	495	3.100.952	
TOTAL - INVESTIMENTO									13.967.502

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO 1 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 780.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			780.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			780.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0230 CORREDOR LESTE 0237 CORREDOR ARAGUAIA-FOCANTINS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			380.000 350.000 100.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO 39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA 39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO			380.000 300.000 100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			780.000
TOTAL			780.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA TOTAL DA RECEITA		380.000 RECEITAS CORRENTES	380.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO

ANEXO 1 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 380.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			380.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			380.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0230 CORREDOR LESTE			380.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			380.000
TOTAL			380.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA TOTAL DA RECEITA		380.000 RECEITAS CORRENTES	380.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO

ANEXO 1 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	FE	VALOR
0230 CORREDOR LESTE 380.000								
PROJETOS								
26 784	0230 3503	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA						180.000
26 784	0230 3503 0032	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						180.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	180.000
26 784	0230 3508	OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES)						200.000
26 784	0230 3508 0032	OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						200.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	2 - INV	90	0	205	200.000
TOTAL - INVESTIMENTO								380.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DA UNIDADE : RS 300.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		300.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		300.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		300.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		300.000
TOTAL		300.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA, ACAO SUBTITULO, PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F I E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS 300.000								
PROJETOS								
26	784	0237 3337						300.000
EXECUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE BELEM								
26	784	0237 3337 0015						300.000
EXECUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE BELEM - NO ESTADO DO PARA								
OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)S								
			1	4 - INV	90	0	495	300.000
TOTAL - INVESTIMENTO								300.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DA UNIDADE : RS 100.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		100.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		100.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		100.000
TOTAL		100.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA, ACAO SUBTITULO, PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F I E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 100.000								
ATIVIDADES								
26	784	0807 4102						100.000
MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								
26	784	0807 4102 0033						100.000
MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								
BEM MOVEL MANTIDO (%)								
			1	4 - INV	90	0	495	100.000
TOTAL - INVESTIMENTO								100.000

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			250,000
26 TRANSPORTE			400,000
	TOTAL - GERAL		650,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			400,000
	TOTAL - GERAL		650,000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			250,000
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
26 TRANSPORTE			400,000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			400,000
	TOTAL - GERAL		650,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0230 CORREDOR LESTE			100,000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-FOC ANTINS			300,000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
	TOTAL - GERAL		650,000
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
25000 MINISTERIO DA FAZENDA			250,000
35000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES			400,000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 250,000			
- E POR FUNCOES			
: SERVICOS			
			250,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
25230 COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.			250,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			250,000
TOTAL			
			250,000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			
UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.			

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 250,000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			250,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
692 COMERCIALIZAÇÃO			250,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			250,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			250,000
TOTAL			
			250,000
ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA			
UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.			

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	TE	VALOR
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 250.000								
ATIVIDADES								
22	692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					250,000
23	692	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL (ATIVO MANTIDO) (*)	1	4 - INV	000	13	250,000
TOTAL - INVESTIMENTO 250,000								

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DO ORGAO : RS 400.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE		400.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		400.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0230 CORREDOR LESTE 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		100.000 300.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS 39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA 39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO		300.000 100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		400.000
TOTAL		400.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCAS DO PARA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DA UNIDADE : RS 300.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE		300.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		300.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		300.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		300.000
TOTAL		300.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCAS DO PARA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0237		CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						300.000
		PROJETOS						
26 784	0237 3269	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM (PA)						300.000
26 784	0237 3269 0015	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM (PA) - NO ESTADO DO PARA						300.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 99	1	4 - INV	90	0	495	300.000
		TOTAL - INVESTIMENTO						300.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 100.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		100,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		100,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		100,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		100,000
TOTAL		100,000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA A CA O SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F I E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE								100,000
		PROJETOS						
26 784	0230 3341	DESAPROPRIACAO PARA EXPANSAO DE AREA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)						100,000
26 784	0230 3341 0033	DESAPROPRIACAO PARA EXPANSAO DE AREA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100,000
		AREA DESAPROPRIADA (M²) 7000	1	4 - INV	90	0	495	100,000
		TOTAL - INVESTIMENTO						100,000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....
O Projeto Lei nº 68, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para a apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 69, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.748.277,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 8.748.277,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e duzentos e setenta e sete reais), em favor das empresas Hospital Cristo Redentor S.A., Hospital Fêmima S.A. e Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., para atender à programação constante do Anexo a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de “Aumento do Patrimônio Líquido – Outras Fontes”, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
10 SAÚDE	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES		
10 SAÚDE	TOTAL - GERAL	8.748.277
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO		
36000 MINISTERIO DA SAÚDE	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		8.748.277
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		8.748.277
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES		8.748.277
TOTAL DA RECEITA ...8.748.277	RECEITAS CORRENTES ...0	RECEITAS DE CAPITAL ... 8.748.277
<hr/>		
ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE		
ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<hr/>		
TOTAL DO ORGAO : R\$ 8.748.277		
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
10 SAÚDE	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS	TOTAL - GERAL	8.748.277
<hr/>		
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.	TOTAL - GERAL	5.471.474
36209 HOSPITAL FEMINA S.A.	TOTAL - GERAL	1.120.747
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.	TOTAL - GERAL	2.156.056

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 8.748.277

TOTAL | 8.748.277

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 8.748.277
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 8.748.277
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES | 8.748.277
TOTAL DA RECEITA 8.748.277 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 8.748.277

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.471.474

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
10 SAUDE | 5.471.474

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 5.471.474

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS | 5.471.474

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 5.471.474

TOTAL | 5.471.474

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 5.471.474
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 5.471.474
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES | 5.471.474
TOTAL DA RECEITA 5.471.474 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 5.471.474

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								5.471.474
PROJETOS								
10 302	0004 5219	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.						5.471.474
10 302	0004 5219 0043	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						5.471.474
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 5	I	4 - INV	90	0	495	5.471.474
TOTAL - INVESTIMENTO								5.471.474

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36209 - HOSPITAL FEMINA S.A.

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.120.747

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 10 SAUDE | 1.120.747

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 1.120.747

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS | 1.120.747

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 1.120.747

TOTAL | 1.120.747

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 1.120.747
 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 1.120.747
 6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES 1.120.747
 TOTAL DA RECEITA 1.120.747 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 1.120.747

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36209 - HOSPITAL FEMINA S.A.

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								1.120.747
PROJETOS								
10 302	0004 5217	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL FEMINA S.A.						1.120.747
10 302	0004 5217 0043	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL FEMINA S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						1.120.747
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	1.120.747
TOTAL - INVESTIMENTO								1.120.747

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.156.056			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
10 SAUDE			2.156.056
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			2.156.056
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS			2.156.056
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			2.156.056
TOTAL			2.156.056
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			2.156.056
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			2.156.056
6.2.9.0.00.00 OUTRAS FONTES			2.156.056
TOTAL DA RECEITA	2.156.056 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	2.156.056

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	GN D	MOD	U	FT E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								2.156.056
PROJETOS								
10 302	0004 5215	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.						2.156.056
10 302	0004 5215 0043	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						2.156.056
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 5	1	4 - INV	90	0	495	2.156.056
TOTAL - INVESTIMENTO								2.156.056

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....

O Projeto de Lei nº 69, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-1 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 70, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.843.369.241,00 e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 2.367.078.669,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor total de R\$ 1.843.369.241,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil e duzentos e quarenta e um reais), em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito internas e externas, de aportes de capital pela controladora e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei e de cancelamento em outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407/2002), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 2.367.078.669,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES RS 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
22 INDÚSTRIA		50.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		65.158.819
25 ENERGIA		1.472.345.468
26 TRANSPORTE		305.814.954
TOTAL - GERAL		1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		108.602.443
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		148.573.520
692 COMERCIALIZAÇÃO		65.158.819
753 PETRÓLEO		1.111.656.155
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		104.832.718
TOTAL - GERAL		1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
22 INDÚSTRIA		50.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		50.000
23 COMERCIO E SERVIÇOS		65.158.819
692 COMERCIALIZAÇÃO		65.158.819
25 ENERGIA		1.472.345.468
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		108.602.443
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		148.573.520
753 PETRÓLEO		1.111.656.155
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		103.563.350
26 TRANSPORTE		305.814.954
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		1.269.368
TOTAL - GERAL		1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		175.414.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL		58.849.500
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		891.310.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO		148.523.520
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL		104.832.718
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS		294.045.586
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO		108.602.443
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		61.790.787
TOTAL - GERAL		1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		1.843.369.241
TOTAL - GERAL		1.843.369.241
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		902.761.676
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		362.190.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		362.190.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		75.078.616
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		75.078.616
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		441.033.060
6.3.1.0.00.00 INTERNAS		215.093.060
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		225.940.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		24.460.000
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS		24.460.000
TOTAL DA RECEITA ...902.761.676	RECEITAS CORRENTES ...362.190.000	RECEITAS DE CAPITAL ... 540.571.676
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.843.369.241		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
22 INDÚSTRIA		50.000
23 COMERCIO E SERVICOS		65.158.819
25 ENERGIA		1.472.345.468
26 TRANSPORTE		305.814.954
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		108.602.443
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		148.573.520
692 COMERCIALIZAÇÃO		65.158.819
753 PETRÓLEO		1.111.656.155
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		104.832.718
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		175.414.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL		58.849.500
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		891.310.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO		148.523.520
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL		104.832.718
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS		294.045.586
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO		108.602.443
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		61.790.787
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.		679.567.781
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		65.158.819
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.		175.414.687
32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A.		50.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A.		305.814.954
32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY		588.130.000
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.		29.233.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.843.369.241

TOTAL				1.843.369.241	
QUADRO SINTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO				902.761.676	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS				362.190.000	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA				362.190.000	
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO				75.078.616	
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA				75.078.616	
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO				441.033.060	
6.3.1.0.00.00 INTERNAS				215.093.060	
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS				225.940.000	
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO				24.460.000	
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS				24.460.000	
TOTAL DA RECEITA	902.761.676	RECEITAS CORRENTES	362.190.000	RECEITAS DE CAPITAL	540.571.676

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.00

TOTAL DA UNIDADE : RS 679.567.781

QUADRO SINTESE POR FUNCOES				679.567.781
25 ENERGIA				

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES				
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA				108.602.443
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL				119.290.520
753 PETRÓLEO				348.111.468
785 TRANSPORTES ESPECIAIS				103.563.350

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS				
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL				303.180.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO				119.290.520
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL				103.563.350
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO				108.602.443
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO				44.931.468

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA				
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO				679.567.781

TOTAL : 679.567.781

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AC A O-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL								303.180.000
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2753	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL (CAPACIDADE INSTALADA DE 6 MIL BPD)						32.000.000
25 753	0286 2753 0040	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL (CAPACIDADE INSTALADA DE 6 MIL BPD) - NA REGIAO SUL						32.000.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	I	4 - INV	90	0	495	32.000.500
25 753	0286 4109	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL						64.000.000
25 753	0286 4109 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						64.000.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	I	4 - INV	90	0	495	64.000.000
25 753	0286 4237	MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL						173.180.000
25 753	0286 4237 0001	MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						173.180.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	I	4 - INV	90	0	495	173.180.000
25 753	0286 4393	EXPLORACAO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL						5.000.000
25 753	0286 4393 0001	EXPLORACAO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						5.000.000
		POCO EXPLORATORIO PERFURADO (INDIADP)	I	4 - INV	90	0	495	5.000.000

		(UNIDADE)						
		PROJETOS						
25 753	0286 3095	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE OLEO E GAS NATURAL NOS CAMPOS PETROLIFEROS DE BARRACUDA E CARATINGA (RJ) (PRODUÇÃO DE 70 MIL BPD EM 2003)					16.000.000	
25 753	0286 3095 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE OLEO E GAS NATURAL NOS CAMPOS PETROLIFEROS DE BARRACUDA E CARATINGA (RJ) (PRODUÇÃO DE 70 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	90	0	495	15.000.000
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 35						16.030.200
25 753	0286 3317	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM SUL (RJ) (PRODUÇÃO DE 180 MIL BPD EM 2003)						13.000.000
25 753	0286 3317 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM SUL (RJ) (PRODUÇÃO DE 180 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	90	0	495	13.000.000
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)						13.030.000
0288 - REFINO DE PETROLEO							119.290.520	
		ATIVIDADES						
25 662	0288 4108	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO						16.894.420
25 662	0288 4108 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	16.894.420
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)						15.894.420
		PROJETOS						
25 662	0288 3129	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE (BA)						13.547.950
25 662	0288 3129 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE (BA) - NO ESTADO DA BAHIA	1	4 - INV	90	0	495	13.547.950
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1						13.547.950
25 662	0288 3143	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG)						24.396.350
25 662	0288 3143 0031	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	90	0	495	24.396.350
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3						24.396.350
25 662	0288 3151	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP)						61.573.050
25 662	0288 3151 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO	1	4 - INV	90	0	495	61.573.050
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3						61.573.050
25 662	0288 3157	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA (SP)						2.878.750
25 662	0288 3157 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO	1	4 - INV	90	0	495	2.878.750
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3						2.878.750
0289 - TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL							103.563.350	
		ATIVIDADES						
25 785	0289 4107	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL						4.358.710
25 785	0289 4107 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	4.358.710
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)						4.358.710
25 785	0289 4451	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO						84.726.640
25 785	0289 4451 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	84.726.640
		SISTEMA MANTIDO (%)						84.726.640
		PROJETOS						

25 785	0289 1027	IMPLANTACAO DE OLEODUTO REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - ILHA D'AGUA (RJ) DE 15 KM							7.177.900
25 785	0289 1027 0033	IMPLANTACAO DE OLEODUTO REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - ILHA D'AGUA (RJ) DE 15 KM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OLEODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2S	1	4 - INV	90	0	495		7.177.900
25 785	0289 1123	IMPLANTACAO DE UNIDADE RECUPERADORA DE LIQUIDOS EM CABIUNAS (RJ)							3.940.100
25 785	0289 1123 0033	IMPLANTACAO DE UNIDADE RECUPERADORA DE LIQUIDOS EM CABIUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIDADE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	1 - INV	90	0	495		3.940.100
25 785	0289 1219	IMPLANTACAO DE ETANODUTO CABIUNAS - REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) DE 183 KM							2.070.000
25 785	0289 1219 0033	IMPLANTACAO DE ETANODUTO CABIUNAS - REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) DE 183 KM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ETANODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	90	0	495		2.070.000
25 785	0289 3441	IMPLANTACAO DE OLEODUTO BARRA DO FURADO (RJ) - CAMPOS ELISIOS (RJ) - REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) DE 480 KM							1.290.000
25 785	0289 3441 0030	IMPLANTACAO DE OLEODUTO BARRA DO FURADO (RJ) - CAMPOS ELISIOS (RJ) - REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE OLEODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	90	0	495		1.290.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO									108.602.443
ATIVIDADES									
25 572	0480 2005	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE							3.490.341
25 572	0480 2005 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		3.490.341
25 572	0480 4112	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO							72.714.464
25 572	0480 4112 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	3 - INV	90	0	495		72.714.464
25 572	0480 4113	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO							10.410.953
25 572	0480 4113 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		10.410.953
25 572	0480 4115	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO							21.986.685
25 572	0480 4115 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		21.986.685
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									44.931.468
ATIVIDADES									
25 753	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							29.221.896
25 753	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL BEM MÓVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495		29.221.896
25 753	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							15.709.572
25 753	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL ATIVO MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495		15.709.572
TOTAL - INVESTIMENTO									679.567.781

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 65.158.819		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICOS		65.158.819
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 692 COMERCIALIZACAO		65.158.819
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		58.849.500 6.309.319
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		65.158.819
TOTAL		65.158.819

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T	F T E	V A L O R
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL 58.849.500								
ATIVIDADES								
23 692	0283 2797	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						16.522.250
23 692	0283 2797 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						16.522.250
23 692	0283 2799	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES	1	4 - INV	90	0	495	16.522.250
23 692	0283 2799 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NACIONAL						42.327.250
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	1	4 - INV	90	0	495	-4.327.250
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 6.309.319								
ATIVIDADES								
23 692	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						528.738
23 692	0807 4101 0501	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						528.738
		IMOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	528.738
23 692	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						5.780.581
23 692	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						5.780.581
		BEM MOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	5.780.581
TOTAL - INVESTIMENTO 65.158.819								

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 175.414.687		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		175.414.687
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 753 PETROLEO		175.414.687

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		175.414.687
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		175.414.687
TOTAL		175.414.687

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								175.414.687
PROJETOS								
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						175.414.687
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						175.414.687
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 18	1	4 - INV	99	0	4951	175.414.687
TOTAL - INVESTIMENTO								175.414.687

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 50.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
22 INDUSTRIA		50.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
662 PRODUCAO INDUSTRIAL		50.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		50.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		50.000
TOTAL		50.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								50.000
ATIVIDADES								
22 662	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						50.000
22 662	0807 4102 0501	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						50.000
		BEM MOVEI MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	4951	50.000
TOTAL - INVESTIMENTO								50.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 305.814.954			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			305.814.954
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			304.545.586
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			1.269.368
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL			1.269.368
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS			294.045.586
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			10.500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			305.814.954
TOTAL			
			305.814.954
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			290.171.676
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			75.078.616
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			75.078.616
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO			215.093.060
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			215.093.060
TOTAL DA RECEITA	290.171.676	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	290.171.676

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	VALOR
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL			1.269.368
PROJETOS			
26 785	0289 1045	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS	1.269.368
26 785	0289 1045 0021	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS - NACIONAL	1.269.368
		INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1.269.368
			1 4 - INV 50 0 495
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS			294.045.586
PROJETOS			
26 784	0290 1061	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE NAVIOS	3.601.500
26 784	0290 1061 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE NAVIOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3.601.500
		NAVIO MODERNIZADO (% DE EXECUCAO FISICA)	3.601.500
			1 4 - INV 90 0 495
26 784	0290 1065	AQUISICAO DE NAVIOS DA PETROBRAS	290.444.086
26 784	0290 1065 0053	AQUISICAO DE NAVIOS DA PETROBRAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	290.444.086
		NAVIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 7	290.444.086
			1 4 - INV 90 0 495
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			10.500.000
ATIVIDADES			
26 784	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.500.000
26 784	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	2.500.000
		BEM MOVEIS MANTIDO (%)	2.500.000
			1 4 - INV 90 0 495
PROJETOS			
26 784	0807 1727	AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	8.000.000
26 784	0807 1727 0033	AQUISICAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8.000.000
		BEM ADQUIRIDO (UNIDADE)	8.000.000
			1 4 - INV 90 0 495

TOTAL - INVESTIMENTO 305.814.954

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 588.130.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 588.130.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 753 PETROLEO | 588.130.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL | 588.130.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 588.130.000

TOTAL | 588.130.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 588.130.000
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 362.190.000
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 362.190.000
 6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO 225.940.000
 6.3.2.0.00.00 EXTERNAS 225.940.000
 TOTAL DA RECEITA 588.130.000 RECEITAS CORRENTES 362.190.000 RECEITAS DE CAPITAL 225.940.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0286		OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL						588.130.000
ATIVIDADES								
25	753	0286 2851						588.130.000
AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL								
25	753	0236 2851 0002						588.130.000
AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR								
			1	4	1	9	0	495
BEM ADQUIRIDO (% DE EXECUCAO FISICA)								
TOTAL - INVESTIMENTO								588.130.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 29.233.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 29.233.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 29.233.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0288 REFINO DE PETROLEO | 29.233.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 29.233.000

TOTAL | 29.233.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		24.460.000
6.9.0.0.00.00	OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		24.460.000
6.9.3.0.00.00	OUTRAS ESTATAIS		24.460.000
TOTAL DA RECEITA		24.460.000	RECEITAS CORRENTES
			0 RECEITAS DE CAPITAL
			24.460.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L U T E	VALOR
0288 REFINO DE PETROLEO							29.233.000
ATIVIDADES							
25	662	0288 2555					641.000
25	662	0288 2555 0043					641.000
		MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL					
		MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0 495	641.000
PROJETOS							
25	662	0288 5085					28.592.000
25	662	0288 5085 0043					28.592.000
		MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS)					
		MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. REFINARIA ADAPTADA (%) DE EXECUCAO FISICA (%)	1	4 - INV	90	0 495	28.592.000
TOTAL - INVESTIMENTO							29.233.000

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
22 INDÚSTRIA	85.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	65.158.819
25 ENERGIA	2.286.191.572
26 TRANSPORTE	15.643.278
TOTAL - GERAL	2.367.078.669

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	449.808.150
692 COMERCIALIZAÇÃO	66.078.669
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	11.000.000
753 PETRÓLEO	970.428.237
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	15.643.278
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	843.369.861
TOTAL - GERAL	2.367.078.669

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES	
22 INDÚSTRIA	85.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	85.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	65.158.819
692 COMERCIALIZAÇÃO	65.158.819
25 ENERGIA	2.286.191.572
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	449.723.150
692 COMERCIALIZAÇÃO	919.850
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	11.000.000
753 PETRÓLEO	970.428.237
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	843.369.861
26 TRANSPORTE	15.643.278
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	15.643.278
TOTAL - GERAL	2.367.078.669

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	177.839.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL	56.020.405
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	768.920.000
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	5.140.581
0288 REFINO DE PETRÓLEO	449.723.150
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	843.369.861
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	1.643.278
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	24.279.233
TOTAL - GERAL	2.367.078.669

QUADRO SÍNTESE POR ORGAO	
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	2.367.078.669
TOTAL - GERAL	2.367.078.669

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.426.471.104

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	745.779.719
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	745.779.719
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	680.691.385
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	680.691.385
TOTAL DA RECEITA ...1.426.471.104 RECEITAS CORRENTES ...745.779.719 RECEITAS DE CAPITAL ...	680.691.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
22 INDUSTRIA	85.000
23 COMERCIO E SERVICOS	65.158.819
25 ENERGIA	2.286.191.572
26 TRANSPORTE	15.643.278

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	449.808.150
692 COMERCIALIZAÇÃO	66.078.669
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	11.000.000
753 PETRÓLEO	970.428.237
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	15.643.278
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	843.369.861

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	177.839.687
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL	56.820.405
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL	768.920.000
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GAS NATURAL - CONPET	5.140.581
0288 REFINO DE PETRÓLEO	449.723.150
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	843.369.861
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	1.643.278
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	24.279.233

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS	
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	2.106.003.885
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	65.158.819
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.	175.414.687
32242 PETROBRAS QUÍMICA S.A.	85.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	15.643.278
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	4.773.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.367.078.669

TOTAL | 2.367.078.669

QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.426.471.104
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	745.779.719
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	745.779.719
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	680.691.385
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	680.691.385
TOTAL DA RECEITA 1.426.471.104 RECEITAS CORRENTES 745.779.719 RECEITAS DE CAPITAL 680.691.385	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.106.003.885

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	2.106.003.885

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	10.750.474
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	444.950.150
692 COMERCIALIZAÇÃO	919.850
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	11.000.000
753 PETRÓLEO	795.013.550
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	843.369.861

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL	919.850
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL	768.920.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO	444.950.150
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	843.369.861
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	7.701.550

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.106.003.885

TOTAL | 2.106.003.885

QUADRO SINTESE POR RECEITA						
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.426.436.104			
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PROPRIOS		745.744.719			
6.1.1.0.00.00	GERACAO PROPRIA		745.744.719			
6.3.0.0.00.00	OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		680.691.385			
6.3.2.0.00.00	EXTERNAS		680.691.385			
TOTAL DA RECEITA		1.426.436.104	RECEITAS CORRENTES	745.744.719	RECEITAS DE CAPITAL	680.691.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								919.850
PROJETOS								
25	692	0283 3336						919.850
IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER								
25	692	0283 3336 0001						919.850
IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER - NACIONAL ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE) 10								
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								768.920.000
ATIVIDADES								
25	753	0286 2751						5.000.000
MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 60 MIL BPD)								
25	753	0286 2751 0010						5.000.000
MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 60 MIL BPD) - NA REGIAO NORTE SISTEMA MANTIDO (%)								
25	753	0286 2759						48.000.000
MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 1.560 MIL BPD)								
25	753	0286 2759 0030						48.000.000
MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 1.560 MIL BPD) - NA REGIAO SUDESTE SISTEMA MANTIDO (%)								
25	753	0286 2761						217.920.000
MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 270 MIL BPD)								
25	753	0286 2761 0520						217.920.000
MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 270 MIL BPD) - NA REGIAO NORDESTE SISTEMA MANTIDO (%)								
PROJETOS								
25	753	0286 1119						402.000.000
DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE RONCADOR (RJ) (PRODUCAO DE 80 MIL BPD EM 2003)								
25	753	0286 1119 0033						402.000.000
DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE RONCADOR (RJ) (PRODUCAO DE 80 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 19								
25	753	0286 3312						96.000.000
DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM (RJ) (PRODUCAO DE 570 MIL BPD EM 2003)								
25	753	0286 3312 0033						96.000.000
DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM (RJ) (PRODUCAO DE 570 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1								
0288 REFINO DE PETROLEO								444.950.150
ATIVIDADES								

25 662	0288 2767	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO						6.704.000
25 662	0288 2767 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL						6.704.000
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	6.724.000
PROJETOS								
25 662	0288 3125	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO (SP)						7.834.250
25 662	0288 3125 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						7.834.250
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	495	7.854.250
25 662	0288 3135	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ)						203.800.650
25 662	0288 3135 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						203.800.650
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	90	0	495	203.800.650
25 662	0288 3155	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA (SP)						192.618.400
25 662	0288 3155 0075	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						192.618.400
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	90	0	495	192.618.400
25 662	0288 3161	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR)						33.992.850
25 662	0288 3161 0041	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR) - NO ESTADO DO PARANA						33.992.850
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 7	1	4 - INV	90	0	495	33.992.850

0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL

843.369.861

PROJETOS								
25 785	0289 1131	IMPLANTACAO DO GASODUTO COARI - MANAUS (AM) DE 420 KM						1.618.000
25 785	0289 1131 0013	IMPLANTACAO DO GASODUTO COARI - MANAUS (AM) DE 420 KM - NO ESTADO DO AMAZONAS						1.618.000
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	1.618.000
25 785	0289 1173	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE						252.477.611
25 785	0289 1173 0020	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE						252.477.611
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 48	1	4 - INV	90	0	495	252.477.611
25 785	0289 3103	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE COMPRESSAO DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) DE 1 PARA 1,45 MILHAO DE M3/DIA						16.290.000
25 785	0289 3103 0032	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE COMPRESSAO DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) DE 1 PARA 1,45 MILHAO DE M3/DIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						16.290.000
		SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 87	1	4 - INV	90	0	495	16.290.000
25 785	0289 3111	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM						77.252.067
25 785	0289 3111 0035	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM - NO ESTADO DE SAO PAULO						77.252.067
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 77	1	4 - INV	90	0	495	77.252.067
25 785	0289 3165	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA (1.500 M3) E PROCESSAMENTO (1.000 M3/DIA) DE GAS NATURAL DE CABUNAS (RJ)						750.000
25 785	0289 3165 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA (1.500 M3) E PROCESSAMENTO (1.000 M3/DIA) DE GAS NATURAL DE CABUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						750.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	90	0	495	750.000
25 785	0289 5159	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE						185.328.052
25 785	0289 5159 0030	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE						185.328.052
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 28	1	4 - INV	90	0	495	185.328.052
25 785	0289 5161	IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM						304.804.131

25 785	0289 5161 0030	(SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 65	1	4 - INV	90	0	495	304.804.131
25 785	0289 5882	IMPLANTACAO/CONSTRUCAO DE GASODUTO						3.900.000
25 785	0289 5882 0002	IMPLANTACAO-CONSTRUCAO DE GASODUTO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. ESTADO APOIADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	3.900.000
25 785	0289 7993	IMPLANTACAO DE UNIDADE PARA TRATAMENTO DE OLEO DE 300.000 BARRIS/DIA NO TERMINAL DA BAI DA ILHA GRANDE (RJ)						950.000
25 785	0289 7993 0033	IMPLANTACAO DE UNIDADE PARA TRATAMENTO DE OLEO DE 303.020 BARRIS/DIA NO TERMINAL DA BAI DA ILHA GRANDE (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIDADE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 120	1	4 - INV	90	0	495	950.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE								11.000.000
PROJETOS								
25 751	0294 3117	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE						11.000.000
25 751	0294 3117 0020	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 55	1	4 - INV	90	0	495	11.000.000
0476 PESQUISA APLICADA NA AREA ENERGETICA								10.750.474
ATIVIDADES								
25 572	0476 2765	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA						10.750.474
25 572	0476 2765 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	10.750.474
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AREA DE PETRÓLEO								18.392.000
ATIVIDADES								
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL						18.392.000
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL - NACIONAL PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	18.392.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								7.701.550
PROJETOS								
25 753	0807 1171	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS						7.701.550
25 753	0807 1171 0001	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	7.701.550
TOTAL - INVESTIMENTO								2.106.003.885
<p>ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.</p>								
ANEXO II					CREDITO SUPLEMENTAR			
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00			
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 65.158.819								
QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
23 COMERCIO E SERVICOS								65.158.819
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES								
692 COMERCIALIZACAO								65.158.819
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETRÓLEO								2.425.000
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								55.100.555
0287 RACIONALIZACAO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GAS NATURAL - CONPET								5.140.581
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								2.492.683

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	65.158,819
TOTAL	65.158,819

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	C N D	M O D	J U D	F I E	V A L O R
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								2.425,000
PROJETOS								
23 692	0282 5484	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR						2.425,000
23 692	0282 5484 0002	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						2.425,000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (F. DE EXECUÇÃO FÍSICA) 56	1	4 - INV	90	0	495	2.425,000
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								55.100,555
ATIVIDADES								
23 692	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						18.230,554
23 692	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						18.230,554
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (F.4)	1	4 - INV	90	0	495	18.230,554
23 692	0283 2809	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						20.009,393
23 692	0283 2809 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						20.009,393
		SISTEMA MANTIDO (F.4)	1	4 - INV	90	0	495	20.009,393
PROJETOS								
23 692	0283 3348	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						14.862,000
23 692	0283 3348 0010	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORTE						1.118,646
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	1.118,646
23 692	0283 3348 0020	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORDESTE						2.716,710
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	90	0	495	2.716,710
23 692	0283 3348 0030	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO SUDESTE						6.552,064
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 9	1	4 - INV	90	0	495	6.552,064
23 692	0283 3348 0040	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO SUL						2.556,903
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	90	0	495	2.556,903
23 692	0283 3348 0050	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE						1.917,677
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	1.917,677
23 692	0283 3351	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES						1.998,608
23 692	0283 3351 0030	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NA REGIAO SUDESTE						1.998,608
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	1.998,608
0287 RACIONALIZACAO DO USO DE DERIVADOS DE PETROLEO E DO GAS NATURAL - CONPET								5.140,581
PROJETOS								
23 692	0287 5263	INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA						5.140,581

23 692	0237 5263 0010	RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO NORTE							149.726
23 692	0237 5263 0020	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 2 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	90	0	495		1.197.505
23 692	0237 5263 0030	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 16 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	90	0	495		1.197.805
23 692	0237 5263 0040	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 33 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO SUL	1	4 - INV	90	0	495		2.115.702
23 692	0237 5263 0050	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 11 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	90	0	495		798.537
		CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 9	1	4 - INV	90	0	495		648.811
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.492.683
ATIVIDADES									
23 692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.492.683
23 692	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							2.492.683
		ATIVO MANTIDO (*)	1	4 - INV	90	0	495		2.492.683
TOTAL - INVESTIMENTO									65.158.819

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 175.414.687		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		175.414.687
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 753 PETROLEO		175.414.687
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		175.414.687
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		175.414.687
TOTAL		175.414.687

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								
PROJETOS								
25 753	0282 3275	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR						175.414.687
25 753	0282 3275 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						175.414.687
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 20000	1	4 - INV	90	0	495	175.414.687

TOTAL - INVESTIMENTO 175.414.687

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 85.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
22 INDUSTRIA | 85.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 85.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 85.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 85.000

TOTAL | 85.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 35.000
6.1.0.0.00,00 RECURSOS PROPRIOS 35.000
6.1.1.0.00,00 GERACAO PROPRIA 35.000
TOTAL DA RECEITA 35.000 RECEITAS CORRENTES 35.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U E	V A L O R
		0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					85.000
		ATIVIDADES					
22	662	0807 4103 MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					85.000
22	662	0807 4103 0001 MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL ATIVO MANTIDO (*):	1	4	INV	90 0 495	85.000
		TOTAL - INVESTIMENTO					85.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 15.643.278

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE | 15.643.278

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 15.643.278

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS 1.643.278
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 14.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 15.643.278

TOTAL | 15.643.278

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO II				CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS								1.643.278
PROJETOS								
26 784	0290 1063	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA FROTA DE NAVIOS EM 380 MIL TPB						1.643.278
26 784	0290 1063 0032	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA FROTA DE NAVIOS EM 380 MIL TPB - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						1.643.278
		CONSTRUCAO DE NAVIO FISCALIZADA (6%) 50	1	4 - INV	90	0	495	1.643.278
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								14.000.000
PROJETOS								
26 784	0807 1059	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DAS REDES DE DADOS						14.000.000
26 784	0807 1059 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DAS REDES DE DADOS - NACIONAL						14.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (6% DE EXECUCAO FISICA) 52	1	4 - INV	90	0	495	14.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								15.643.278

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.773.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			4.773.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
662 PRODUCAO INDUSTRIAL			4.773.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0288 REFINO DE PETROLEO			4.773.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			4.773.000
TOTAL			4.773.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO II				CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0288 REFINO DE PETROLEO								4.773.000
ATIVIDADES								
25 662	0288 2557	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE REFINO						4.773.000
25 662	0288 2557 0043	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.773.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (6%)	1	4 - INV	90	0	495	4.773.000
TOTAL - INVESTIMENTO								4.773.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....

O Projeto de Lei nº 70, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 71, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil e quarenta e sete reais), em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art.1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito externas, de outros recursos de longo prazo da entidade, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento em outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES RS 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
25 ENERGIA		1.750.669.662
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
25 ENERGIA		1.750.669.662
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		1.539.365.662
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		178.920.000
0295 ENERGIA NO EIXO SUL		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		1.753.297.047
TOTAL - GERAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.712.285.662
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		587.094.854
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		587.094.854
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		557.920.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		557.920.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		567.270.808
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		567.270.808
TOTAL DA RECEITA ...1.712.285.662	RECEITAS CORRENTES ...587.094.854	RECEITAS DE CAPITAL ... 1.125.190.808
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DO ORGAO : RS 1.753.297.047		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
25 ENERGIA		1.750.669.662
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		1.747.669.662
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		1.539.365.662
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		178.920.000
0295 ENERGIA NO EIXO SUL		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A.		32.384.000
32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY		30.270.808
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		2.627.385
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.		6.000.000
32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY		147.920.000
32285 5283 PARTICIPACOES LTDA.		55.142.400
32286 BRASPETRO OIL COMPANY		27.131.662
32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.		1.451.820.792
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.753.297.047
TOTAL		1.753.297.047
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.712.285.662
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		587.094.854
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		587.094.854
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		557.920.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		557.920.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		567.270.808
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		567.270.808
TOTAL DA RECEITA	1.712.285.662	RECEITAS CORRENTES 587.094.854
		RECEITAS DE CAPITAL 1.125.190.808
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.		
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 32.384.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA | 32.384.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

751 CONSERVACAO DE ENERGIA | 3.000.000

753 PETROLEO | 29.384.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0295 ENERGIA NO EIXO SUL | 3.000.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 29.384.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 32.384.000

TOTAL | 32.384.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	S	G	M	I	F	VALOR
			S	N	O	U	T	
			E	D	D		E	
0295		ENERGIA NO EIXO SUL						3.000.000
		PROJETOS						
25	751	0295 3174						3.000.000
25	751	0295 3174 0045						3.000.000
		IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO EIXO SUL	1	4 - INV	90	0	495	3.000.000
		IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO EIXO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 30						
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						29.384.000
		ATIVIDADES						
53	0807	4101						29.384.000
53	0807	4101 0001						29.384.000
		MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						
		MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						
		IMOVEL MANTIDO (%) 100	1	4 - INV	50	0	495	29.384.000
		TOTAL - INVESTIMENTO						32.384.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 30.270.808			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			30.270.808
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES			
753 PETROLEO			30.270.808
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO			5.270.808
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL			25.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			30.270.808
TOTAL			
			30.270.808
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			30.270.808
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			15.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			15.000.000
6.1.2.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			15.270.808
6.1.2.1.00.00 CONTROLADORA			15.270.808
RECEITA	30.270.808	RECEITAS CORRENTES	15.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	15.270.808

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GN	MO	UI	FT	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								5.270.808
PROJETOS								
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						5.270.808
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						5.270.808
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	90	0	495	5.270.808
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								25.000.000
ATIVIDADES								
25 753	0286 2100	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						25.000.000
25 753	0286 2100 0002	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						25.000.000
		PLATAFORMA MANTIDA (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	25.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								30.270.808

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.627.385		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL		2.627.385
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		2.627.385
TOTAL		2.627.385

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
		0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL						2.627.385
		PROJETOS						
23 692	0283 3347	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						2.627.385
23 692	0283 3347 0050	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE						2.627.385
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (UNIDADE) I	1	4 - INV	90	0	495	2.627.385
		TOTAL - INVESTIMENTO						2.627.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		6.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 753 PETROLEO		6.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL		6.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		6.000.000
TOTAL		6.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								6.000.000
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2100	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						6.000.000
25 753	0286 2100 0002	MANUTENCAO DE PLATAFORMAS DE PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						6.000.000
		PLATAFORMA MANTIDA (%) 100	I	4 - INV	90	0	495	6.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								6.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 147.920.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 147.920.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 753 PETROLEO | 147.920.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL | 147.920.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 147.920.000

TOTAL | 147.920.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 147.920.000
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 50.000.000
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 50.000.000
 6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO | 97.920.000
 6.3.2.0.00.00 EXTERNAS | 97.920.000
 TOTAL DA RECEITA 147.920.000 RECEITAS CORRENTES 50.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 97.920.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								147.920.000
PROJETOS								
25 753	0286 1924	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO						147.920.000
25 753	0286 1924 0002	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO - NO EXTERIOR						147.920.000
		EQUIPAMENTO CONVERTIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	90	0	495	147.920.000
TOTAL - INVESTIMENTO								147.920.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32285 - 5283 PARTICIPACOES LTDA.

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 55.142.400

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 55.142.400

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
753 PETROLEO | 55.142.400

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO | 55.142.400

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 55.142.400

TOTAL | 55.142.400

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 55.142.400
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 55.142.400
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 55.142.400
TOTAL DA RECEITA 55.142.400 RECEITAS CORRENTES 55.142.400 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32285 - 5283 PARTICIPACOES LTDA.

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								55.142.400
ATIVIDADES								
25 753	0282 2126	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO NA ARGENTINA						19.521.600
25 753	0282 2126 0002	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO NA ARGENTINA - NO EXTERIOR						19.521.600
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	19.521.600
PROJETOS								
25 753	0282 1926	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						35.620.800
25 753	0282 1926 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						35.620.800
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 32	1	4 - INV	90	0	495	35.620.800
TOTAL - INVESTIMENTO								55.142.400

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32286 - BRASPETRO OIL COMPANY

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 27.131.662

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 27.131.662

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 753 PETROLEO | 27.131.662

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO | 27.131.662

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 27.131.662

TOTAL | 27.131.662

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 27.131.662
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 15.131.662
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 15.131.662
 6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 12.000.000
 6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA 12.000.000
 TOTAL DA RECEITA 27.131.662 RECEITAS CORRENTES 15.131.662 RECEITAS DE CAPITAL 12.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32286 - BRASPETRO OIL COMPANY

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								27.131.662
PROJETOS								
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						27.131.662
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						27.131.662
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 4000	1	4 - INV	90	0	495	27.131.662
TOTAL - INVESTIMENTO								27.131.662

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.451.820.792		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		1.451.820.792
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 PETROLEO		1.451.820.792
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		1.451.820.792
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.451.820.792
TOTAL		
		1.451.820.792
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.451.820.792
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		451.820.792
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		451.820.792
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		460.000.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		460.000.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		540.000.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		540.000.000
TOTAL DA RECEITA	1.451.820.792 RECEITAS CORRENTES 451.820.792 RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								1.451.820.792
PROJETOS								
	0282 3275	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR						387.404.721
25 753	0282 3275 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						387.404.721
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 40000	1	4 - INV	90	0	495	387.404.721
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						258.225.585
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						258.225.585
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 25	1	4 - INV	90	0	495	258.225.585
25 753	0282 3289	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR						39.110.307
25 753	0282 3289 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						39.110.307
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 53	1	4 - INV	90	0	495	39.110.307
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						767.080.179
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						767.080.179
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 61000	1	4 - INV	90	0	495	767.080.179
TOTAL - INVESTIMENTO								1.451.820.792

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES RS 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.627.385
25 ENERGIA		968.990.174
26 TRANSPORTE		97.428.000
	TOTAL - GERAL	1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZAÇÃO		2.627.385
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETRÓLEO		705.351.762
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		97.428.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		260.638.412
	TOTAL - GERAL	1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.627.385
692 COMERCIALIZAÇÃO		2.627.385
25 ENERGIA		968.990.174
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETRÓLEO		705.351.762
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		260.638.412
26 TRANSPORTE		97.428.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		97.428.000
	TOTAL - GERAL	1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		675.967.762
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCÓOL		2.627.385
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL		260.638.412
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS		97.428.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
	TOTAL - GERAL	1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		1.069.045.559
	TOTAL - GERAL	1.069.045.559
SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.028.034.174
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		229.453.362
6.1.1.0.00.00 GERACÃO PRÓPRIA		229.453.362
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		798.580.812
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		798.580.812
TOTAL DA RECEITA ...1.028.034.174	RECEITAS CORRENTES ...229.453.362	RECEITAS DE CAPITAL ... 798.580.812

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00
TOTAL DO ORGAO : RS 1.069.045.559		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		2.627.385
25 ENERGIA		968.990.174
26 TRANSPORTE		97.428.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		2.627.385
751 CONSERVACAO DE ENERGIA		3.000.000
753 PETROLEO		705.351.762
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		97.428.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		260.638.412
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO		675.967.762
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOOL		2.627.385
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL		260.638.412
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS		97.428.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE		3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		29.384.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A.		32.384.000
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		2.627.385
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.		675.967.762
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S.A.		260.638.412
32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY		97.428.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.069.045.559
TOTAL		1.069.045.559
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.028.034.174
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		229.453.362
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		229.453.362
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		798.580.812
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		798.580.812
TOTAL DA RECEITA 1.028.034.174	RECEITAS CORRENTES 229.453.362	RECEITAS DE CAPITAL 798.580.812

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 32.384.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | 32.384.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
751 CONSERVACAO DE ENERGIA | 3.000.000
753 PETROLEO | 29.384.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE | 3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 29.384.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 32.384.000

TOTAL | 32.384.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	F S F	G N D	M O D	L	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE								3.000.000
PROJETOS								
25 751	0294 3117	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE						3.000.000
25 751	0294 3117 0020	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE (USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA))	1	4 - INV	90	0	495	3.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								29.384.000
PROJETOS								
	0807 1171	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS						29.384.000
25 753	0807 1171 0001	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS - NACIONAL (SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA))	1	4 - INV	90	0	495	29.384.000
TOTAL - INVESTIMENTO								32.384.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.627.385

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 23 COMERCIO E SERVICOS | 2.627.385

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 692 COMERCIALIZACAO | 2.627.385

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL | 2.627.385

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 2.627.385

TOTAL | 2.627.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
		0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL						2.627.385
ATIVIDADES								
23 692	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						2.127.385
23 692	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						2.127.385
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%)	I	4 - INV	90	0	495	2.127.385
PROJETOS								
	0283 3347	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						500.000
23 692	0283 3347 0010	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORTE						300.000
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (UNIDADE)	I	4 - INV	90	0	495	300.000
23 692	0283 3347 0020	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORDESTE						200.000
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (UNIDADE)	I	4 - INV	90	0	495	200.000
TOTAL - INVESTIMENTO								2.627.385

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 675.967.762			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			675.967.762
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES			
753 PETROLEO			675.967.762
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO			675.967.762
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			675.967.762
TOTAL		675.967.762	
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			669.967.762
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			209.967.762
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			209.967.762
6.1.1.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO			460.000.000
6.1.1.0.00.00 EXTERNAS			460.000.000
TOTAL DA RECEITA	669.967.762	RECEITAS CORRENTES	209.967.762
		RECEITAS DE CAPITAL	460.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S.A.

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GN	MO	UD	FE	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								675.967.762
		PROJETOS						
	75 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR						162.576.294
		INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						162.576.294
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 20000	1	4 - INV	90	0	495	162.576.294
25 753	0282 3289	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR						97.902.167
25 753	0282 3289 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						97.902.167
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 188	1	4 - INV	90	0	495	97.902.167
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						415.489.301
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						415.489.301
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 53000	1	4 - INV	90	0	495	415.489.301
TOTAL - INVESTIMENTO								675.967.762

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 260.638.412

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 260.638.412

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 785 TRANSPORTES ESPECIAIS | 260.638.412

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL | 260.638.412

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 260.638.412

TOTAL | 260.638.412

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 260.638.412
 6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO | 260.638.412
 6.3.2.0.00.00 EXTERNAS | 260.638.412
 TOTAL DA RECEITA 260.638.412 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 260.638.412

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S.A.

CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
		0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL						260.638.412
		PROJETOS						
25 785	0289 3352	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL PARA 44 MILHOES DE M3/DIA						260.638.412
25 785	0289 3352 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL PARA 44 MILHOES DE M3/DIA - NACIONAL						260.638.412
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 24	I	4 - INV	90	0	495	260.638.412
TOTAL - INVESTIMENTO								260.638.412

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 97.428.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE | 97.428.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 97.428.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS | 97.428.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 97.428.000

TOTAL | 97.428.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	97.428.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	19.485.600
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	19.485.600
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	77.942.400
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	77.942.400
TOTAL DA RECEITA	97.428.000

RECEITAS CORRENTES 19.485.600 RECEITAS DE CAPITAL 77.942.400

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO.SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0290		TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS						97.428.000
		PROJETOS						
	1839	AQUISICAO DE NAVIOS						97.428.000
	1839 0002	AQUISICAO DE NAVIOS - NO EXTERIOR						97.428.000
		NAVIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	97.428.000
TOTAL - INVESTIMENTO								97.428.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....

O Projeto de Lei nº 71, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-1 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 72, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 11.236.692,00, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.236.692,00 (onze milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no âmbito dos próprios Órgãos, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									11.229.106
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							11.229.106
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL							11.229.106
			F	3	P	90	0	250	11.229.106
TOTAL - FISCAL									11.229.106
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.229.106

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									6.580
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							6.580
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL							6.580
			F	3	P	90	0	128	6.580
TOTAL - FISCAL									6.580
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.580

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 UNIDADE : 47204 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA: AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901		OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS							1.006
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS							1.006
28 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.006
TOTAL - FISCAL									1.006
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.006

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA: AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750		APOIO ADMINISTRATIVO							11.229.106
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 273	0750 0110	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA							11.229.106
04 273	0750 0110 0001	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	11.229.106
TOTAL - FISCAL									11.229.106
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.229.106

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25208 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA.ACAO.SUBTITULO.PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO									6.580
		ATIVIDADES							
04 125	0779 2215	REGULAMENTACAO DOS MERCADOS DE SEGUROS, CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO							6.580
04 125	0779 2215 0001	REGULAMENTACAO DOS MERCADOS DE SEGUROS, CAPITALIZACAO, PREVIDENCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO - NACIONAL	F	3	P	90	0	128	6.580
TOTAL - FISCAL									6.580
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.580

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47204 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA.ACAO.SUBTITULO.PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									1.006
		ATIVIDADES							
04 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.006
04 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.006
TOTAL - FISCAL									1.006
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.006

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

.....

O Projeto de Lei nº 72, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-1 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 73, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 105.232.872,00, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 105.232.872,00 (cento e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN de 2001, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II – incorporação de excesso de arrecadação de receitas financeiras e não financeiras diretamente arrecadadas, no valor de R\$ 15.777.396,00 (quinze milhões, setecentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e seis reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no montante de R\$ 88.255.476,00 (oitenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0461 EXPANSAO E CONSOLIDACAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO									40.000
ATIVIDADES									
19 571	0461 4132	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA							40.000
19 571	0461 4132 0001	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA - NACIONAL	F	4	P	90	0	150	40.000
0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVICOS TECNOLOGICOS									325.000
ATIVIDADES									
19 571	0477 2291	METROLOGIA DE TEMPO E FREQUENCIA. GRAVIMETRIA E ORIENTACAO MAGNETICA							60.000
19 571	0477 2291 0001	METROLOGIA DE TEMPO E FREQUENCIA. GRAVIMETRIA E ORIENTACAO MAGNETICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	150	60.000
19 572	0477 4140	DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO INDUSTRIAL							265.000
19 572	0477 4140 0001	DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO INDUSTRIAL - NACIONAL	F	3	P	90	0	150	265.000
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									1.130.000
OPERACOES ESPECIAIS									
19 212	0681 0189	CONTRIBUICAO A FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS - FLACSO							140.000
19 212	0681 0189 0001	CONTRIBUICAO A FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS - FLACSO - NACIONAL	F	3	P	80	0	100	140.000
19 212	0681 0190	CONTRIBUICAO AO UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC							800.000
19 212	0681 0190 0001	CONTRIBUICAO AO UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - UNFCCC - NACIONAL	F	3	P	80	0	100	800.000
19 212	0681 0194	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO INTERAMERICANO PARA PESQUISA EM MUDANCAS GLOBAIS							100.000
19 212	0681 0194 0001	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO INTERAMERICANO PARA PESQUISA EM MUDANCAS GLOBAIS - NACIONAL	F	3	P	80	0	100	100.000
19 212	0681 0196	CONTRIBUICAO AO CENTRO LATINO-AMERICANO DE FISICA - CLAF							90.000
19 212	0681 0196 0001	CONTRIBUICAO AO CENTRO LATINO-AMERICANO DE FISICA - CLAF - NACIONAL	F	3	P	80	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									1.495.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.495.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24201 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0460		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA							10.870.000
		ATIVIDADES							
19 571	0460 4205	CONCESSÃO DE BOLSA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES							10.870.000
19 571	0460 4205 0001	CONCESSÃO DE BOLSA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	10.870.000
TOTAL - FISCAL									10.870.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.870.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24204 - COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0467		DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR							141.105
		ATIVIDADES							
19 572	0467 2961	DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NA ÁREA NUCLEAR E CORRELATAS							141.105
19 572	0467 2961 0001	DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NA ÁREA NUCLEAR E CORRELATAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	141.105
0469		APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA							3.636.291
		ATIVIDADES							
10 303	0469 2478	PRODUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS PARA A ÁREA MÉDICA							3.636.291
10 303	0469 2478 0001	PRODUÇÃO DE SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS PARA A ÁREA MÉDICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	2.289.419
			F	3	P	90	0	280	1.346.872
0504		SEGURANÇA NUCLEAR							1.200.000
		ATIVIDADES							
18 542	0504 2466	LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES NUCLEARES E RADIOATIVAS							1.200.000
18 542	0504 2466 0001	LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES NUCLEARES E RADIOATIVAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	1.200.000
0791		VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							164.476
		ATIVIDADES							
19 306	0791 2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							164.476
19 306	0791 2012 0001	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	164.476
TOTAL - FISCAL									5.141.872
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.141.872

ORGAO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES
 UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0680 RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS									17.268.000
		ATIVIDADES							
07 122	0680 4504	REMUNERACAO E ENCARGOS SOCIAIS DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E TECNICO CONTRATADO NO EXTERIOR							17.268.000
07 122	0680 4504 0001	REMUNERACAO E ENCARGOS SOCIAIS DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E TECNICO CONTRATADO NO EXTERIOR - NACIONAL							17.268.000
			F	3	P	90	0	100	5.268.000
			F	3	P	90	0	150	12.000.000
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									54.883.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
07 212	0681 0128	CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS							54.883.000
07 212	0681 0128 0001	CONTRIBUICAO AO SISTEMA DAS NACOES UNIDAS - NACIONAL							54.883.000
			F	3	P	80	0	100	54.883.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									15.575.000
		ATIVIDADES							
07 301	0791 2267	ASSISTENCIA MEDICA DO SERVICO EXTERIOR							15.575.000
07 301	0791 2267 0001	ASSISTENCIA MEDICA DO SERVICO EXTERIOR - NACIONAL							15.575.000
			S	3	P	90	0	100	15.575.000
TOTAL - FISCAL									72.151.000
TOTAL - SEGURIDADE									15.575.000
TOTAL - GERAL									87.726.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0461 EXPANSAO E CONSOLIDACAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO									60.000
		ATIVIDADES							
19 571	0461 4123	DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO EM FISICA TEORICA E EXPERIMENTAL							60.000
19 571	0461 4123 0001	DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO EM FISICA TEORICA E EXPERIMENTAL - NACIONAL							60.000
			F	3	P	90	0	150	60.000
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE									8.305.000

		PROJETOS								
19 572	0464 3488	PARTICIPACAO BRASILEIRA NA ESTACAO ESPACIAL INTERNACIONAL - ISS PARTICIPACAO BRASILEIRA NA ESTACAO ESPACIAL INTERNACIONAL - ISS - NACIONAL								8.000.000
19 572	0464 3488 0001									8.000.000
			F	4	P	90	0	100		8.000.000
		ATIVIDADES								
19 572	0464 4195	RECEPCAO DE IMAGENS E GERACAO DE PRODUTOS DE SATELITES RECEPCAO DE IMAGENS E GERACAO DE PRODUTOS DE SATELITES - NACIONAL								305.000
19 572	0464 4195 0001									305.000
			F	3	P	90	0	150		305.000
TOTAL - FISCAL										8.365.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.365.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									164.476	
		ATIVIDADES								
19 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							164.476	
19 365	0791 2010 0001								164.476	
			F	3	P	90	0	100	164.476	
TOTAL - FISCAL										164.476
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										164.476

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE									4.000.000
PROJETOS									
19 572	0464 3704	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA NECESSARIA AO CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA PARA A PRESTACAO DE SERVICOS DE LANCAMENTO							4.000.000
19 572	0464 3704 0001	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA NECESSARIA AO CENTRO DE LANCAMENTO DE ALCANTARA PARA A PRESTACAO DE SERVICOS DE LANCAMENTO - NACIONAL	F	4	P	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR									75.726.000
OPERACOES ESPECIAIS									
20 846	0352 0299	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992)							75.726.000
20 846	0352 0299 0001	FINANCIAMENTO E EQUALIZACAO DE PRECOS NAS AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL E NA FORMACAO DE ESTOQUES REGULADORES E ESTRATEGICOS - AGF (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL	F	5	F	90	0	100	75.726.000
TOTAL - FISCAL									75.726.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.726.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º § 1º, inciso VI, desta lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

.....
 O Projeto de Lei nº 73, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o se-

guinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 2002-CN

Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, no valor global de R\$ 68.123.121,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 68.123.121,00 (sessenta e oito milhões, cento e vinte e três mil, cento e vinte e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – incorporação de superávit financeiro, no valor de R\$ 5.857.688,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais), apurado no Balanço Patrimonial da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 31 de dezembro de 2001;

II – excesso de arrecadação de receitas não financeiras diretamente arrecadadas e de convênios, no valor de R\$ 6.488.896,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais);

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 55.437.037,00 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trinta e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

IV – ingresso de Operação de Crédito Externa, a ser contratada junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de R\$ 339.500,00 (trezentos e trinta e nove mil e quinhentos reais).

Art. 3º Fica autorizada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação da Operação de Crédito Externa de que

trata o art. 2º, inciso IV, desta Lei, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, inciso V, da Constituição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0276		GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA							339.500
PROJETOS									
25 752	0276 7115	ESTUDOS PARA FORMULACAO DA POLITICA ENERGETICA NACIONAL							78.085
25 752	0276 7115 0001	ESTUDOS PARA FORMULACAO DA POLITICA ENERGETICA NACIONAL - NACIONAL	F	3	P	90	0	148	78.085
25 121	0276 7639	PLANEJAMENTO DA EXPANSAO DO SETOR ELETRICO							261.415
25 121	0276 7639 0001	PLANEJAMENTO DA EXPANSAO DO SETOR ELETRICO - NACIONAL	F	3	P	90	0	148	261.415
TOTAL - FISCAL									339.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									339.500

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0310		GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							1.604.560
ATIVIDADES									
15 451	0310 2400	LEVANTAMENTOS DE INFORMACOES PARA GESTAO TERRITORIAL							1.604.560
15 451	0310 2400 0001	LEVANTAMENTOS DE INFORMACOES PARA GESTAO TERRITORIAL - NACIONAL	F	3	P	90	0	281	1.424.560
		MAPA TEMATICO ELABORADO (UNIDADE)12	F	4	P	90	0	281	180.000
0391		DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO MINERAL							372.840
ATIVIDADES									
22 663	0391 2398	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS							372.840
22 663	0391 2398 0001	LEVANTAMENTOS GEOLOGICOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	281	372.840
0462		CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA							2.000.000
ATIVIDADES									
25 752	0462 2394	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA							2.000.000
25 752	0462 2394 0001	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	185	2.000.000
0497		AGUAS DO BRASIL							2.264.920

		ATIVIDADES									
18 544	0497 2397	AVALIACAO DE RECURSOS HIDRICOS SUBTERRANEOS									2.264.920
18 544	0497 2397 0001	AVALIACAO DE RECURSOS HIDRICOS SUBTERRANEOS - NACIONAL MAPA TEMATICO ELABORADO (UNIDADE)2		F	3	P	90	0	281		2.044.920
				F	4	P	90	0	281		220.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO											2.630.000
		ATIVIDADES									
25 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS									1.530.000
25 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL		F	3	P	90	0	185		1.530.000
25 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS									1.100.000
25 122	0750 2002 0001	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL		F	3	P	90	0	185		1.100.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO											2.079.832
		ATIVIDADES									
25 301	0791 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES									1.525.246
25 301	0791 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)81		S	3	P	90	0	185		1.525.246
25 306	0791 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									554.586
25 306	0791 2012 0001	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL		F	3	P	90	0	185		554.586
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)81		F	3	P	90	0	185		554.586
TOTAL - FISCAL											4.426.906
TOTAL - SEGURIDADE											1.525.246
TOTAL - GERAL											10.952.152

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - DNPM

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										2.246.576	
		ATIVIDADES									
25 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS								1.546.576	
25 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL		F	3	P	90	0	250		1.546.576
25 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS								700.000	
25 122	0750 2002 0001	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL		F	3	P	90	0	250		700.000
TOTAL - FISCAL										2.246.576	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										2.246.576	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32266 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
0272		QUALIDADE DO SERVICO DE ENERGIA ELETRICA								5.857.688
PROJETOS										
25 131	0272 1437	CAMPANHA EDUCATIVA SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS CONSUMIDORES DE ENERGIA ELETRICA								5.857.688
25 131	0272 1437 0001	CAMPANHA EDUCATIVA SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS CONSUMIDORES DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	350	5.857.688	
TOTAL - FISCAL									5.857.688	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									5.857.688	

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
 UNIDADE : 41903 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DAS TELECOMUNICACOES - FUNTEL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
8025		INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES								48.727.205
OPERACOES ESPECIAIS										
24 722	8025 0505	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICACOES								26.570.520
24 722	8025 0505 0001	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICACOES - NACIONAL	F	5	P	90	0	166	26.570.520	
ATIVIDADES										
24 722	8025 4343	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES NA FUNDACAO CPQD								22.156.685
24 722	8025 4343 0001	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES NA FUNDACAO CPQD - NACIONAL	F	3	P	50	0	166	22.156.685	
TOTAL - FISCAL									48.727.205	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									48.727.205	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0999		RESERVA DE CONTINGENCIA							6.709.832
99 999		0999 0998 0021	OPERACOES ESPECIAIS						6.709.832
		RESERVA DE CONTINGENCIA							6.709.832
		RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PROPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA	F	9	F	99	0	185	6.709.832
		TOTAL - FISCAL							6.709.832
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							6.709.832

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
 UNIDADE : 41903 - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DAS TELECOMUNICACOES - FUNTEL

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
8025		INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES							48.727.205
24 722		8025 0505	OPERACOES ESPECIAIS						26.570.520
		FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICACOES							26.570.520
		FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICACOES - NACIONAL	F	3	P	90	0	166	5.314.838
			F	4	P	90	0	166	21.255.682
		ATIVIDADES							
		FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICACOES							22.156.685
		FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICACOES - NACIONAL							22.156.685
		PROJETO APOIADO (UNIDADE)19	F	3	P	90	0	166	11.078.343
			F	4	P	90	0	166	11.078.342
		TOTAL - FISCAL							48.727.205
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							48.727.205

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

Art 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei Complementar:

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita cor-

rente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 40. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 4º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, § 1º, inciso VI. desta Lei.

§ 6º Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional, a data de 31 de outubro de 2002.

§ 7º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 8º É vedada a suplementação das dotações das categorias de programação canceladas nos termos do parágrafo anterior, salvo a existência de legislação superveniente.

O Projeto de Lei nº 74, de 2002-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-1 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PROJETO DE LEI Nº 75, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 5.200.000,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2001 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO			CREDITO SUPLEMENTAR						
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
ANEXO			PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			E	D		D		E	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO			5.200.000						
ATIVIDADES									
12 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							1.500.000
12 122	0750 2305 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	1.500.000
12 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							100.000
12 122	0750 2302 0501	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	100.000
12 126	0750 2003	AÇOES DE INFORMÁTICA							3.600.000
12 126	0750 2303 0001	AÇOES DE INFORMÁTICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	3.600.000
TOTAL - FISCAL									5.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.200.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei: (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **D.O.** 3-6-1964)

O Projeto de Lei nº 75, de 2002-CN, vem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 5-11 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 13-11 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 18-11 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 28-11 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2002 (nº 2.008/99, na Casa de origem), que dá denominação à ponte rododiferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – MS, tendo

Parecer favorável, sob nº 811, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo quem deseje encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2002
(Nº 2008/99, na Casa de Origem)

Da denominação a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios e Rubinéia – SP e Aparecida do Taboado – RS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os municípios de Rubinéia, no Estado de São Paulo, a Aparecida do Taboado, no Estado do Mato Grosso do Sul, fica denominada da seguinte forma:

I – a parte ferroviária: “Ponte Senador Vicente Vuolo”.

II – a parte rodoviária: “Ponte Deputado Roberto Rollemberg”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*, tendo

Parecer sob nº 425, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 523, DE 2002

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que “acrescenta um inciso XI ao artigo 649 da Lei nº 5.869/73 - CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas”, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

Considerando que este Projeto de Lei recebeu um voto em separado do Senhor Senador Bello Parga, o qual não foi apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, requeiro seu reexame pela referida Comissão a fim de que S. Exª possa defender sua posição sobre o assunto.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2002. – **Geraldo Melo.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra para encaminhar.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mediante o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, o Senador Pedro Simon propõe que se tomem impenhoráveis máquinas e equipamentos agrícolas. Esse projeto incorpora à lista existente no Código Civil Brasileiro as máquinas e equipamentos agrícolas, tornando-os impenhoráveis. Na minha opinião, a iniciativa é de extrema relevância para os produtores rurais do País, especialmente os pequenos. Entretanto, recebeu uma emenda do Senador Bello Parga, que estabelece uma restrição, também compreensível: exclui dessa imunidade as máquinas e equipamentos que tenham sido objeto de financiamento, à semelhança do que ocorre com veículos financiados que mantêm reserva de domínio.

Trata-se de uma importante cautela, expressa na emenda do Senador Bello Parga, embora mereça discussão mais aprofundada. Por mais razoável que seja a preocupação do Sistema Financeiro com a preservação dos seus interesses, também é extremamente razoável que esta Casa se preocupe prioritariamente com os interesses dos produtores rurais, especialmente os pequenos.

Como não há parecer sobre a emenda do Senador Bello Parga, que requer a volta do projeto à CCJ, como Líder de Bancada, encaminho o voto favorável ao requerimento do qual sou autor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em votação o requerimento.

Não havendo mais quem deseje encaminhar a matéria, encerro o encaminhamento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2002 (nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 570, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2002**

(Nº 1.056/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 557, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ACVOLCAJA – Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis e executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 102, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2002 (nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 764, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 102, DE 2002**

(Nº 1.200/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 4 de outubro de 2000, que outorga permissão à Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2002 (nº 993/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco*, tendo

Parecer favorável, sob nº 572, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Jorge.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2002**

(Nº 993/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Poder Local Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, e 21 de junho de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2002 (nº

1.153/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artístico da Cidade de Lavínia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 516, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2002**

(Nº 1.153/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Social e Artística da Cidade de Lavínia executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lavínia, Estado de São Paulo .

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a associação Cultural, Social e Artística da Cidade e Lavínia a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na ata de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 2002 (nº 1.169/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos*

Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 517, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2002**

(Nº 1.169, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 31 de junho de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu a executar, por três anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2002 (nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 652, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 2002**

(Nº 1.266/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a Mercom Brasília Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 179, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 774, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: **Ad Hoc** Senador Moreira Mendes, favorável, com a Emenda nº 1-CE, de redação.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

É a seguinte a Emenda aprovada.

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 179, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.”

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza

É lido o seguinte:

PARECER Nº 979, DE 2002

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405, de 2001, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, consolidando a emenda de redação da Comissão de Educação.

Sala de Reuniões da Comissão, 31 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet – Edison Lobão – Antonio Carlos Valadares – Ronaldo Cunha Lima.**

ANEXO AO PARECER Nº 979, DE 2002

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por quinze anos, a partir de 24 de dezembro de 1999, a concessão da TV Oeste do Paraná Ltda., outorgada originariamente à TV Carimã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 10:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2002 (nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 805, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2002**

(Nº 1.397/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 155, de 27 de março de 2001, que outorga permissão a Herrera Grillo Publicidade S/C Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2002 (nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo*

Parecer favorável, sob nº 752, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002**

(Nº 1.486/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 365, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão a sistema Lageado de Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do *Requerimento nº 522, de 2002*, lido no expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria só constará da Ordem do Dia com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 980, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 463, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 463, de 2002, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, I, alínea a, e artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro de Estado Justiça, informações sobre o repasse de recursos do Denatran para a campanha Educação no Trânsito, mediante os seguintes questionamentos:

1. Quais os agentes federais, estaduais e municipais, se for o caso, autorizados a receber tais verbas e como se dá o processo de liberação das mesmas?

2. Qual o prazo para a prestação de contas?
3. Qual o montante total liberado para a campanha?
4. Como se dá, no âmbito federal, o controle do uso das verbas destinadas aos agentes?
5. Que empresa ou empresas o Denatran contratou para execução da campanha?

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 463, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson**, Relator – **Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 981, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 488, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 488, de 2002, de autoria do nobre Senador Bello Parga, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre diárias e passagens a Procuradores da República, mediante os seguintes questionamentos:

1. De julho de 2001 a 4 de abril de 2002, quantas diárias e passagens foram fornecidas aos Procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, roteiros e valores;
2. Qual a motivação funcional, dizendo dos fatos específicos que motivaram seus deslocamentos;
3. Quais as Ordens de Serviço que foram dadas e os respectivos documentos arquivados nas áreas judiciária e financeira da Procuradoria-Geral da República;
4. Se os procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar, foram colocados nestes cinco últimos anos à disposi-

ção do Ministério da Saúde, quais as funções que exerceram e que trabalhos realizaram; e

5. Se os procuradores José Roberto Figueiredo Santoro e Mário Lúcio Avelar estiveram no Estado do Maranhão, nos meses de julho e agosto do corrente ano, em que datas, quais os motivos dessas viagens e quais as Ordens de Serviço que as autorizaram.

Nos termos do art. 238, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição não apresenta uma justificativa.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 488, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Carlos Wilson** – **Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**

PARECER Nº 982, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 491, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 491, de 2002, de autoria do nobre Senador Valmir Amaral, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

1. Por que a ANEEL concedeu reajuste de 14,05% na tarifa de energia elétrica para o Distrito Federal, a pedido da CEB?
2. Que impacto tal medida ocasionará junto à população do distrito Federal, principalmente a de baixa renda?
3. Que possíveis aumentos estão previstos para o exercício de 2003?

A autor da proposição argumenta que nos últimos anos os índices de reajustes da tarifa de energia elétrica, praticados pela CEB situam-se, sistematicamente, em patamares próximos a 200% da variação do INPC,

o que representa penalidades despropositadas à população do Distrito Federal.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 491, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 983, DE 2002

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 495, de 2002.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

O Requerimento nº 495, de 2002 de autoria do nobre Senador Moreira Mendes, com fundamento no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro de Estado das Comunicações, as seguintes informações:

1. Relação dos contratos de publicidade ou patrocínio cultural assinados entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Estúdio Elifas Andreato; e
2. Cópia dos contratos firmados.

Nos termos do art. 238, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição não apresenta uma justificativa.

II – Voto

Considerando que a proposição em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 495, de 2002.

Sala de Reuniões, 30 de outubro de 2002. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Edison Lobão** – **Carlos Wilson**, Relator – **Ronaldo Cunha Lima** – **Antero Paes de Barros**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa aprovou os Requerimentos nºs 463, 488, 491 e 495, de 2002, de autoria dos Srs. Senadores Antonio Carlos Júnior, Bello Parga, Valmir Amaral e Moreira Mendes, solicitando informações a Ministros de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, por permuta com o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebo informações sobre ameaças graves que pairam sobre a Varig, nossa maior empresa de transporte aéreo. Além de ser a nossa maior empresa de aviação, é também, Sr. Presidente, um símbolo da Nação brasileira que corre pelo mundo afora.

A Varig passou por uma situação extremamente difícil, da qual esta Casa tomou conhecimento. Fez um ajuste grave, profundo, doloroso, vendeu aeronaves de sua propriedade, demitiu comandantes e empregados, cancelou vôos. Ou seja: fez um ajuste para preparar-se e fazer frente aos seus compromissos e débitos, que realmente são vultosos. Entretanto, após esse ajuste, a empresa está em condições de honrar os compromissos.

Consta, porém, que o Comitê de Credores – e é de salientar que a maioria esmagadora dos credores são empresas estatais, como a Petrobras, Infraero, Banco do Brasil e o BNDES – está fazendo exigências rigorosas, que consideramos injustificadas, Sr. Presidente. O cumprimento dessas exigências levariam a uma nova onda de demissões muito maior do que a anterior, ao cancelamento de vôos internacionais, o que inseriria a empresa em uma situação extremamente difícil.

Portanto, é preciso que a Casa se informe a respeito do que se está passando efetivamente na negociação da Varig com o Comitê de Credores. Assim, Sr. Presidente, terça-feira vou apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos um requerimento de convocação de uma audiência pública, em caráter de urgência, para que a mencionada Comissão e o Senado Federal possam tomar efetivamente conhecimento do que se está passando efetivamente na negociação da Varig com o Comitê de Credores. Assim, Sr. Presidente, na terça-feira apresentarei à Comissão de Assuntos Econômicos esse requerimento. Precisamos saber o qual é a verdadeira situação.

ação financeiro-econômica da Varig e a negociação com o Comitê dos credores.

Peço, por conseguinte, Sr. Presidente, ao anunciar essa iniciativa, o apoio dos nobres colegas para a aprovação e a urgência da convocação desta audiência pública.

Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca a gentileza de haver permutado comigo, permitindo que eu fizesse o anúncio nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive um momento histórico de grande relevância. Os resultados das eleições do último domingo foram uma demonstração irrefutável de que a democracia brasileira chega ao seu momento de maior maturidade. O nível de aprimoramento e de fortalecimento democrático a que chegamos não coloca nenhuma dúvida sobre a nossa vocação de convivência em harmonia. As instituições mostram-se prontas para colocar o cidadão no plano superior das decisões nacionais, mesmo diante da imensa e complexa diversidade social, cultural-étnica em que se encontra o País.

A sociedade brasileira está mostrando ao mundo, depois de atravessar longos períodos de arbítrio e de autoritarismo, que tem fortes raízes fundadas na tolerância, na harmonia e na liberdade, compreendendo, mais do que nunca, a importância de se promover o processo de alternância no poder dentro das regras do jogo, sem traumas de infância, dissensos, paranóias conspiratórias ou ressentimentos de classe, como antigamente. O ódio, que gera a intolerância, não existe entre nós, brasileiros.

Inegável deixar de reconhecer a importância que representa para o País ter no mais alto cargo da Nação um cidadão de origem humilde, líder sindical de muitas lutas. Chegou a hora, diz o novo Presidente, de fazer um encontro de contas com a questão das desigualdades, superando a miséria e a fome, formalizando um grande acordo no qual possamos superar adversidades que remontam séculos de injustiças.

Não temos dúvidas de que o Presidente eleito simboliza, para seus simpatizantes, a materialização de que todos podem contribuir decisivamente para transformar positivamente a dura realidade nacional. Não se pode

furtar de compreender claramente as implicações da sua eleição; não se pode deixar de ver os sinais que foram expostos com a sua votação significativa; não se pode virar as costas ao recado das urnas.

Não podemos também deixar de ressaltar, nesta ocasião, que a disputa presidencial, principalmente no segundo turno, colocou frente a frente dois grandes homens, brasileiros que souberam, com a sua história pessoal, contribuir para que o Brasil tivesse avanços consistentes, quer no aspecto político, quer no aspecto social, quer no aspecto econômico.

Eu gostaria de aproveitar este momento, Sr. Presidente, para fazer uma homenagem sincera ao Senador José Serra, que soube, de maneira honrada, oferecer propostas consistentes de transformação real do Brasil, estabelecendo bases de um projeto que ainda merecerá, no futuro, o devido reconhecimento da sociedade brasileira.

Com o passar do tempo, à medida que se desdobram os movimentos sucessivos de revisão de conceitos e que for feita uma avaliação correta e desapaixonada dos avanços havidos nos últimos oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o povo brasileiro compreenderá claramente os fatos que hoje inebriam pelo seu ineditismo, mas que, no fundo, apenas significam a continuidade de um projeto nacional, cujas bases foram lançadas em 1994 com a implantação do Plano Real. Não há dúvida de que a estabilidade econômica e o fim da escalada inflacionária significaram ganhos sociais que hoje se expressam no avanço da democracia brasileira.

Nesse sentido, conforme enfatizou o editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, o que se espera a partir de agora do Presidente eleito, além do evidente respeito às leis e aos contratos, “é que conduza o País de forma gradual rumo a um modelo menos dependente da poupança externa, apto a gerar as condições macroeconômicas que permitam uma retomada do desenvolvimento. Não foi outro o tema que predominou ao longo da campanha e com o que todos os candidatos se comprometeram”.

Nesse aspecto, devo salientar que o processo de sucessão contou com a sabedoria de um Estadista, como é o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pela primeira vez na nossa história, o Brasil promove uma transição planejada, tecnicamente perfeita, que abre para o novo Presidente da República, que assumirá em janeiro, a rara oportunidade de estruturar-se antes de assumir efetivamente o poder. Podemos arriscar e dizer que, nesse sentido, o futuro Presidente tem muita sorte política por estar assumindo sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mesmo assim, sabemos de antemão que os desafios que o novo Presidente da República terá pela frente são imensos. Temos consciência de que o estoque de esperanças depositado num profundo processo de mudanças poderá, em pouco tempo, significar, na mesma proporção, caso não sejam adotadas as medidas necessárias, um acúmulo perigoso de frustração e revolta. Não podemos permitir que isso aconteça. Esta Casa será a guardiã da governabilidade, desde que democrática e de interesse nacional.

O quadro internacional é perigoso. O terrorismo crescente, aliado a uma retração acentuada da atividade econômica nos Estados Unidos, Europa e Japão, tem vitimado países emergentes como o Brasil de maneira drástica e persistente. Nos últimos dias, o cenário desenhado por especialistas das mais diversas áreas insiste em indicar que 2003 será um ano difícil. Para alguns, será um momento crucial que definirá a primeira década do século XXI. Para outros, será uma fase de ajustes necessários para que todos os países redefinam seus papéis diante de uma nova ordem global, em que prevalece a incontornável e incômoda internacionalização do capital.

Acreditamos que o ano de 2003 poderá ser ambas as coisas. Será uma fase especial da história que testará a nossa capacidade e a nossa competência para superarmos as dificuldades, sem que cedamos a tentações populistas, sem que permitamos o desenrolar do voluntarismo, sem que possamos flertar com o oportunismo de uma oposição irresponsável, que só atrapalhe o País. Queremos construir algo novo, mas isso não significa que vamos permitir que se abandonem as conquistas e avanços obtidos até aqui.

Somos esperançosos de que o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, após tanta luta, esteja amadurecido para o exercício do poder. Certamente, ele terá a clareza da distância incomensurável entre as promessas de campanha e os resultados concretos dos atos de governo. Poderá concluir, como já o fizeram outros, que governar é uma atividade quase impossível. Mas deverá ter parcimônia e humildade para ouvir a oposição responsável que o nosso Partido, o PMDB, fará quando compreender que aquilo que ocasionalmente propõe em nome de interesses gerais não é o mais adequado para a sociedade brasileira.

O momento é de intensa expectativa. Não podemos atropelar os fatos e dar emergência a temas que há décadas aguardam soluções. Não podemos fazer desaguar as imensas demandas sociais em um só momento no escoadouro das questões de urgência urgentíssima, sem que haja avaliação conseqüente e amadurecida dos resultados de cada iniciativa.

Por outro lado, Mato Grosso do Sul, o meu Estado, continua administrado pelo PT em virtude da reeleição do Governador. Os últimos quatro anos foram de intenso relacionamento, tendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso distinguido o referido Estado com especialíssima atenção. Os investimentos foram substanciais, revelando o espírito de estadista, pouco importando as divergências partidárias.

Agora, com o novo Presidente, também do PT, presume-se que a atenção para a região será mais intensa e prestigiosa para a solução dos grandes problemas a serem administrados. Estamos no momento delicado da busca dos grandes investimentos para desenvolver o Estado, seja na área privada ou na pública.

Destacamos a nossa malha viária federal, cuja carência é enorme. O Ministério dos Transportes tem uma programação de obras que precisa não só ser preservada, mas também incrementada no próximo Governo.

O trecho Norte/Sul, de 380 Km, que liga Sonora a Campo Grande (BR-163), foi objeto de licitação recente, com serviços de restauração e manutenção – já contratados – de extremo interesse para o Estado. O trecho Leste/Oeste, de 250 Km, que vai da divisa com São Paulo até Nova Alvorada do Sul (BR-267), com licitação pronta, também constitui obra imprescindível para o nosso desenvolvimento, ligando áreas produtivas com o Estado de São Paulo.

O trecho licitado, de aproximadamente 250 Km, da BR-267, que liga Rio Brillante, Maracaju e Jardim, é o coração da produção agrícola e pecuária do Estado. Trata-se de obra de restauração e adequação, sem a qual o Estado não promoverá o seu desenvolvimento. Outro trecho de importância e já com obras de restauração e adequação sendo executadas é o de Água Clara até Campo Grande, na BR-262, com cerca de 200 Km. É uma obra que não pode parar, sob pena de estagnação do progresso da região.

Os contornos rodoviários de Campo Grande e de Corumbá, como o ferroviário de Campo Grande – obras em execução – são fundamentais para aliviar a área urbana dessas cidades, ordenando definitivamente o transporte.

Finalmente, a grande expectativa é a restauração da BR-262, no trecho de 220 Km, entre Miranda e Corumbá. Trata-se da única estrada de penetração para o Pantanal, de extrema importância para o turismo da região. O Pantanal é uma dádiva de Deus. Suas belezas incomensuráveis – seja da fauna, da flora, das águas –, admiradas pelo mundo todo contrastam gravemente com a falta de uma estrada de qualidade para os visitantes.

Depositamos, nas mãos do novo Presidente, nossas esperanças de desenvolvimento, a começar pelas estradas. A Bancada de Senadores do Estado do Mato Grosso do Sul, agora enriquecida com o Senador do PT, certamente servirá – como sempre quis servir e serviu – de instrumento para alavancar o nosso desenvolvimento, o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra o Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Moreira Mendes, por permuta com o Senador Romero Jucá.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, nesta tarde, após esse período de eleições gerais no País, quando pude participar como candidato e observar a grande festa democrática e ter a certeza e a segurança de que o Brasil se constitui hoje em uma grande e consolidada democracia, venho a esta tribuna para fazer conhecido de todos os Srs. e Sr^{as.} Senadores de todo o Brasil que aquilo que se constituía em uma das maiores preocupações dos pecuaristas rondonienses agora se tornou uma das principais conquistas tanto para a pecuária brasileira como também e principalmente para os produtores do meu Estado. A febre aftosa está definitivamente erradicada do Estado de Rondônia.

Essa fantástica conquista não se deu por acaso, Sr. Presidente, mas foi o resultado de um imenso trabalho de equipe e da firme determinação, do pulso forte do Governador José de Abreu Bianco em tirar o Estado da vergonhosa condição de risco desconhecido para a condição de livre da febre aftosa, com vacinação, conforme se depreende da Portaria n.º 543, de 22 do corrente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinada por este grande parceiro da agricultura e da pecuária brasileira, Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Devo registrar, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, que toda esta conquista de Rondônia se realizou em menos de quatro anos, exatamente três anos e onze meses de muito trabalho, de muita determinação do Governo, dos pecuaristas, das prefeituras, enfim, da sociedade de Rondônia como um todo.

Foram momentos de muitas dificuldades e, às vezes, até de descrença por parte dos pecuaristas, do setor produtivo, dado o descaso de ex-Governantes do Estado de Rondônia com a questão.

Mas valeu a pena e valeu o esforço de todos. E assim os obstáculos e as dificuldades foram paulatinamente, uma a uma, superadas, graças à notável parceria le-

vada a efeito entre o Governo do Estado de Rondônia, através do Idaron (Instituto de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia), a iniciativa privada, através do Fefa (Fundo Emergencial de Combate à Febre Aftosa do Estado de Rondônia), e o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além, evidentemente, dos produtores e da sociedade como um todo.

Vale a pena, portanto, Sr. Presidente, lembrar alguns fatos e conquistas dessa luta. Em janeiro de 1999, o Governador José Bianco acabava de tomar posse, e já com esse problema. E seu Governo foi exatamente o divisor de águas da pecuária do Estado de Rondônia, pecuária de qualidade conhecida no Brasil e no mundo. Foi quando teve início o combate efetivo da doença. De maio de 1999 a junho de 2000, foi efetuado o cadastramento agropecuário do Estado, que resultou em cerca de 84 mil e 194 propriedades e 5 milhões e 750 mil cabeças de gado, que era o que constituía o rebanho bovino do Estado àquela época, segundo dados do Idaron, criado com o objetivo de defesa sanitária, em junho de 1999, pela Lei Complementar n.º 215, votada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador Bianco.

Durante este processo, trabalharam no cadastramento dessas propriedades servidores da Emater, da Secretaria da Agricultura, da Secretaria do Desenvolvimento Ambiental, ambas do Estado, do Incra, da Ceplac, do DFA de Rondônia, o Departamento Federal de Agricultura no Estado, as Prefeituras Municipais, os produtores rurais, sendo instituído o Fundo Emergencial de Erradicação da Febre Aftosa – FEFA, dirigido pelo nosso grande amigo e companheiro José Vidal.

Quero, neste momento, homenagear e parabenizar todas essas pessoas que direta ou indiretamente participaram desse cadastramento e dessa vigorosa luta no Estado de Rondônia de combate à febre aftosa, pela dedicação e pelo valoroso empenho na erradicação da doença.

Em março de 1999, a notícia ruim. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que haviam obtido a Declaração Nacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, motivaram Rondônia a continuar na luta, por ver que era possível. Porém, em agosto daquele ano, registrou-se, lamentavelmente, um foco da febre aftosa no Estado do Rio Grande do Sul, o que fez com que ele perdesse o **status** de zona livre sem vacinação, o que trouxe inquietude para o País. Rondônia, então, deu início ao treinamento e à capacitação dos servidores do Idaron.

Sr. Presidente, hoje o Idaron possui um quadro de 404 servidores concursados, distribuídos em 60 unidades locais, ou seja, nos 52 Municípios do Estado e mais 08 distritos. É bom registrar que, de janeiro de 1999 a

maio de 2002, houve investimentos de cerca de R\$35 milhões pela iniciativa privada por meio da vacinação. Cerca de R\$4 milhões por parte do Governo Federal, via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o DFA, em Rondônia. Cerca de R\$17 milhões do Governo Estadual por meio da Secretaria da Agricultura e do Idaron, e mais cerca de R\$2,5 milhões por via da iniciativa privada, os próprios pecuaristas contribuindo pelo Fefa, totalizando aproximadamente R\$77 milhões. Isso é o que custou ao Estado de Rondônia, aos seus produtores e ao Governo Federal para que fosse possível erradicar a febre aftosa no Estado.

Em 1999, o Estado de Rondônia era classificado como de risco desconhecido para a febre aftosa, sem serviço de defesa animal. Em 2000, com a vacinação, Rondônia passa à condição de área de risco médio para a febre aftosa. E, hoje, a Portaria n.º 543, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em seu art. 1º, “declara o Estado de Rondônia como livre da febre aftosa com a vacinação”.

E o próximo passo, Sr. Presidente, será levar essas informações à Organização Internacional de Epizootias, que se reunirá no Brasil no final do próximo mês de novembro, e, muito provavelmente, ela acolherá todas essas informações e, certamente, poderá declarar o Estado de Rondônia livre da febre aftosa, o que abrirá uma vasta possibilidade, no comércio internacional, para o nosso “boi verde”, o nosso “boi ecologicamente correto”, o nosso “boi de capim”, criado em nosso Estado e tão procurado no mundo inteiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que eu, como representante do Estado de Rondônia, informo que sua pecuária conta com cerca de oito milhões de cabeças de bovinos, dos quais, aproximadamente, seis milhões são de gado de corte e os outros dois milhões de gado de leite, com uma produção diária de cerca de um milhão e quinhentos mil litros de leite, contando também com 49 laticínios, todos “sifados”, com nove frigoríficos de alta tecnologia, também “sifados”, com um abate diário de cerca de três mil cabeças, e está definitivamente livre da febre aftosa. Rondônia tem um rebanho **per capita** que é a maior média brasileira, de cerca de 5,7 reses por habitante, quando a média do Brasil é de cerca de 0,97. O Estado tem, ainda, a facilidade e competitividade de exportação para toda a América Latina, principalmente pela proximidade com alguns países, como o Peru, a Colômbia, a Venezuela e a Bolívia especialmente, e para a Europa, oferecendo carne de qualidade, aquela a que me referi do “boi natural”, do “boi verde”, do “boi de capim”, com um baixo custo de frete, aproveitando a hidrovias Madeira-Amazonas e ainda a internacionalização do nosso

aeroporto na capital, Porto Velho. O Estado possui, evidentemente, terra barata, clima favorável, com grande luminosidade, fertilidade do solo e chuva o ano todo, e isso favorece pastagens de boa qualidade.

Para encerrar minhas palavras, quero registrar, como um rondoniense orgulhoso, esse importante fato. Quero prestar uma homenagem a todos os que contribuíram para essa conquista.

Merece destaque o Governador José Bianco, por sua mão forte e determinada. Em momento algum S. Ex^a permitiu que o assunto fosse politizado no Estado, não admitindo interferência política na indicação e nomeações de cargos. O assunto foi tratado de forma absolutamente técnica.

Quero registrar, também, a importância do Idaron, a agência de defesa sanitária do Estado. Na pessoa de seu Presidente, Irineu Barbieri, quero homenagear todos os seus servidores, dos mais humildes aos técnicos, que contribuíram para isso.

De forma muito clara e efusiva, quero homenagear o grande companheiro José Vidal Hilgert, que é o Presidente do Fefa, um fundo privado que também colaborou muito com a solução da questão.

Evidentemente, preciso homenagear, também, o Dr. Luiz Carlos de Oliveira, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, além do próprio Ministro Pratini de Moraes, que foi um grande incentivador. Finalmente, não posso deixar de destacar aquele que foi o grande entusiasta da idéia e desde o começo levantou a bandeira em Rondônia. Falo de um servidor do Ministério da Agricultura: Fernando José Soares Pinto. Trata-se de um fiscal agropecuário federal lotado em Vilhena, no Estado de Rondônia, que, desde o início, teve uma participação muito intensa nessa conquista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nesta tarde. Em Rondônia, estamos todos orgulhosos e felizes por ver o Estado com todo o seu rebanho bovino vacinado, livre da febre aftosa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, Governador eleito pelo PMDB do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não ocuparei por mais de dois ou três minutos esta tribuna. Quero apenas fazer algumas considerações sobre o meu Partido e a eleição presidencial.

O PMDB, mal orientado e mal conduzido, afundou num tremendo desastre eleitoral. Em qualquer país civilizado do mundo, a direção nacional do partido já teria mostrado o seu arrependimento e, automaticamente, re-

nunciado à condução da direção partidária. Mas parece que isso não acontece no Brasil. A nossa direção nacional, de uma forma arrogante, sem sequer pretender convocar o diretório nacional ou o conselho do Partido, já faz declarações no sentido da velha política do adesismo remunerado.

Vejo nos jornais, primeiro, a manifestação de que o Partido será de oposição ao Governo do PT ou, então, a manifestação do desejo da troca, da obtenção de Ministérios e as declarações de que tudo deve passar pela instituição formal partidária.

Eu, na verdade, não esperava a exclusão da direção do Partido – não vamos a essa violência –, mas sua renúncia. Briguei muito para que o PMDB tivesse uma posição independente, um candidato à Presidência da República, para que o PMDB apoiasse o sentimento de mudança da Nação brasileira em determinado momento, acompanhando o desejo do Brasil, que se manifestava de forma clara na candidatura do Lula, na candidatura do PT. Mas a insensível direção nacional manteve a postura arcaica do adesismo remunerado, da liberação das emendas para a eleição de alguns deputados. O desastre foi fantástico.

Eu, Presidente, como sou cristão, estou disposto a perdoá-los, mas a perdoá-los segundo o Código Canônico, porque até o perdão segue um rito especial para a nossa igreja. A Igreja Católica subsiste há dois milênios fundamentalmente por praticar o instituto do perdão. E o perdão vem acompanhado de um rito específico: primeiro, o arrependimento, pelos erros, pela má-condução, pelo adesismo remunerado; depois, a confissão, que tem que ser pública, o **mea culpa**, o “erramos”; em seguida, a penitência. Só depois se pode falar no perdão. Estranho a arrogância das nossas lideranças, que passaram por cima da base partidária e do desejo da Nação, fazendo uma composição rigorosamente absurda, que atendia apenas os desejos da fisiologia.

Ontem, dei uma entrevista ao jornalista Ilimar Franco, do **Jornal do Brasil**, e disse exatamente o que estou dizendo nesta tribuna. Tenho ficado quieto, estou cansado da campanha, mas, no corredor, instado, mostrei a posição que estou assumindo na tribuna agora. Duas horas depois, o Líder do nosso Partido no Senado, Senador Renan Calheiros, telefona-me: “Olha, li sua entrevista: não é bem assim”. Hoje, comprei o **Jornal do Brasil** para ver a minha declaração e o comentário do Senador Renan Calheiros, mas parece que fui objeto de censura. Não entendo como o Líder da minha Bancada leu uma entrevista que dei ao **Jornal do Brasil** e também não entendo como se publica a entrevista dele e a minha é suprimida. Parece, no entanto, que as nossas lideranças institucionais, se hoje não têm muito prestígio

com o povo brasileiro, têm grande prestígio com setores da imprensa, porque fui censurado.

Aqui, na tribuna, deixo clara minha indignação com esse fato, mas, fundamentalmente, digo que nosso Partido tem que entender que o que sobrou da eleição sobrou da aliança com o PT. O PMDB do Paraná, pela quarta vez consecutiva, apoiou o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

E eu ganhei a eleição dessa extrema direita que o Brizola organizou no Paraná e no Brasil de forma rigorosamente irracional, mas foi a aliança do PMDB com o PT que garantiu a vitória no Paraná.

Em Santa Catarina, ocorreu a mesma coisa: Luiz Henrique (*) é Governador de Santa Catarina pela obra, graça e apoio dado por Luiz Inácio Lula da Silva e pelo PT.

Portanto, teríamos dois Governadores eleitos pelo PMDB: o Roriz, aqui em Brasília e não me parece que ele seja um exemplo de Governador para o PMDB e para o País e o Jarbas Vasconcelos (*), com a sua aliança com o PFL, em Pernambuco.

Mas isso não justifica a arrogância da Direção Nacional, a pretensão de falar em nome do Partido! O Partido deve imediatamente convocar o Diretório Nacional e uma Convenção Nacional para resolver sobre os rumos. E, se não posso exigir a dignidade ética da Direção, que se traduziria pela renúncia, pelo menos posso fazer isto: daqui da tribuna do Senado, não numa entrevista ao **Jornal do Brasil** que provavelmente, mais uma vez, não seria publicada, tenho condições de exigir da Direção Nacional a convocação de uma Convenção Nacional do PMDB, para que os rumos do Partido sejam traçados pela base.

Errar é humano, persistir no erro é burrice. E essa Direção, que conduziu tão mal o Partido, tem de fazer uma autocrítica, uma reflexão. O meu apelo à unidade partidária exclui qualquer possibilidade de retaliação por parte daqueles que percebem hoje, com clareza, que estavam na posição certa há muito tempo; mas não podemos admitir mais a prepotência e a arrogância na condução de negociações que não passam decididamente pelos autores da derrota.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Concedo, com prazer, um aparte ao Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Senador Roberto Requião, antes de mais nada, quero cumprimentar V. Ex^a por ter sido eleito Governador do Paraná mais uma vez. Cumprimento-o pela experiência, pelo tra-

balho. Novamente, V. Ex^a chega a uma posição que lhe é consagrada pelo voto do povo paranaense. Quero dizer a V. Ex^a que não posso entrar numa análise interna da vida do PMDB porque não seria ético, uma vez que pertenço a outro partido. Mas o que V. Ex^a está dizendo aplica-se também ao meu Partido, o PPS. Esta é uma hora em que os partidos políticos precisam ter clareza do seu passado e do seu presente, para poder enxergar um pouco deste futuro que vem pela frente. O regime presidencialista que estruturamos no Brasil é o único, no planeta, que se sustenta em cima de um sistema multipartidário. O presidencialismo, no mundo inteiro, sustenta-se em uma essência bipartidária. Às vezes, há algumas variantes dois ou três partidos, mas a essência é bipartidária. Dois grandes partidos sustentam o regime presidencialista. De modo que o Congresso Nacional, quando se elege um presidente da República, normalmente tem uma maioria parlamentar favorável ao eleito. Não é o caso do Brasil. Somos a única nação que adotou o regime presidencialista multipartidário, como é o sistema eleitoral, o sistema proporcional, o sistema partidário italiano, como é multipartidário o sistema partidário belga, por exemplo. Só que, nesses dois países, tanto na Bélgica como na Itália, o regime de governo é parlamentarista. O único presidencialismo multipartidário é o do Brasil. Isso resulta em que o Presidente da República precisa construir uma base de apoio parlamentar mediante negociação. Isso valeu inclusive para os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, apesar de haver uma base de apoio ampla, majoritária, assistimos a cenas explícitas de troca de favores, de busca de interesses escusos por parte de alguns grupos parlamentares, que barganharam apoio ao Governo em determinadas situações.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Apesar dos partidos. Foi o adesismo remunerado com benefícios individuais.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Com benefícios individuais, evidentemente!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – E esse adesismo liqüidou o PMDB no Brasil.

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – E veja V. Ex^a: muitas vezes, líderes que negociaram esses apoios obtiveram vantagens para si, e não para o Partido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Com votações fantásticas!

O Sr. José Fogaça (Bloco/PPS – RS) – Vantagens para grupos de interesses, não para o seu partido, não para o País! Vantagens muitas vezes específicas e individuais, e algumas até não publicáveis. De modo que V. Ex^a está diante de um quadro a ser vivido pelo País, um quadro assustador! O Governo eleito tem uma base

de apoio de 91 Parlamentares na Câmara dos Deputados e 11 Senadores nesta Casa. O próximo Governo vai precisar também de montar a sua base de apoio quase que tópica e pontualmente, ou seja, matéria por matéria, questão por questão. Projeto por projeto terá que ser negociado com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados. Imagine V. Ex^a, Senador e Governador Roberto Requião, o que está prestes a acontecer, que bazar persa será instalado no Congresso Nacional! E não digo que essa disposição de barganhar exista no Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, porque, como será a primeira vez que exercerá um cargo executivo, não se pode acusá-lo de já ter feito isso antes. Essa acusação – reitero – não cabe ao Lula. No entanto, sabemos que algumas personagens do Congresso Nacional têm enorme experiência na arte de barganhar, na arte de comprar e vender, de trocar influências, interesses e vantagens em favor de si próprios. V. Ex^a flagra isso com muita precisão. Saliento que isso se aplica também ao meu Partido. Não pode haver esse adesismo em troca de vantagem, do benefício imediato, do favorecimento pessoal. Registro isso porque V. Ex^a está apontando na direção certa. É preciso que haja uma composição política. Composição política – repito, e não de interesses pessoais, para beneficiar o País nas grandes decisões a serem tomadas pelo Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador José Fogaça, a observação de V. Ex^a é de extrema precisão. O adesismo remunerado viabilizou a aquisição de votações fantásticas para alguns determinados candidatos. Isso ocorreu não somente no PMDB, mas no Congresso Nacional.

Agora, essa foi a razão do enterro eleitoral do PMDB. Daqui da tribuna, cobro uma posição ética dos dirigentes do nosso Partido. Eles devem colocar à disposição seus cargos institucionais essa estrutura institucional do Partido que eles levantam agora como bandeira, para serem interlocutores de uma negociação provavelmente na mesma linha antiga do adesismo remunerado. E uma Convenção Nacional do Partido haverá de confirmá-los ou não. Mas, o mínimo que se pode exigir da Direção Nacional do PMDB é a disposição dos cargos. Convoca-se uma Convenção, eles se submetem à crítica e à autocrítica, e o Partido dirá a eles se serão perdoados ou não, depois do público arrependimento, da confissão e da penitência. Antes disso, não há absolvição. E a arrogância é absolutamente injustificada.

Alardeiam por aí: “O PMDB será um partido de oposição.” Ao mesmo tempo, nos órgãos de imprensa, solicitam ministérios. Não, não mais! Não negociam o PMDB do Paraná, não negociam o PMDB de Santa Catarina.

Hoje, pela manhã, conversei com o Governador eleito Germano Rigotto, que, muitas vezes, não teve uma posição muito semelhante a minha em algumas questões partidárias, mas que tem um comportamento de uma correção indiscutível. Como não vou estar aqui na tal reunião de Governadores, que não é o órgão para decidir coisa alguma, deleguei ao Governador Germano Rigotto* a competência de falar em meu nome que não aceitamos mais conversa mole em reunião de três ou quatro Governadores.

O PMDB do Paraná quer convenção nacional para discutir os rumos e solicita, gentil e cordialmente, à direção nacional do Partido o comportamento ético e decente desejável de colocar à disposição da convenção os seus mandatos institucionais, depois dessa absurda, injustificável e fragorosa derrota que o Partido sofreu em virtude da péssima condução partidária.

Apesar do **JB**, utilizando esse milagre da televisão do Senado, manifesto a minha posição e deixo uma pergunta: como o Líder da minha Bancada, Senador Renan Calheiros, lê, antes provavelmente do editor-chefe do **JB**, uma entrevista que dei, reclama dela, dá uma outra entrevista e, no dia seguinte, não são publicadas a minha entrevista nem a dele? Que respondam os responsáveis pela editoria do **JB**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PSDB de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passadas a eleição e esta semana de início de **démarches** políticas, como Líder do Governo, registro a postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso durante todo o processo eleitoral, colocando-se como magistrado, apesar de ter uma preferência de voto pessoal, por conta, inclusive, da sua vinculação partidária.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu uma história diferente no Brasil, porque era normal, no País, governantes usarem a máquina pública para buscar a eleição própria ou de seus apoiados. Em alguns Estados do Brasil, isso ocorreu, mas, no Governo Federal, não. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma demonstração de maturidade e de responsabilidade do estadista que é, conduzindo essa eleição pelas normas mais modernas e mais consistentes de respeito, de responsabilidade, em caminhos que puderam levar ao desenlace dessa eleição.

Apurado o resultado das urnas, apurada a vontade do povo brasileiro, o Presidente Fernando Henrique, mais uma vez, agiu exemplarmente, montando no País uma transição nunca ocorrida, fazendo história e dando

condições, com seu exemplo, para que a democracia no País seja reforçada ainda mais.

Após essa transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a sociedade brasileira cobrará, no futuro, transições iguais ou melhores. Esse é um fato auspicioso, sobre o qual eu poderia ter falado, como Líder do Governo, anteriormente, mas esperei passar toda a semana.

Recebemos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Senado Federal, e, como Líder do Governo, fiz questão de cumprimentá-lo. Respeitaremos o resultado das urnas e, mais do que isso, na Liderança do Governo, continuaremos o procedimento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou: do respeito, da responsabilidade e de buscar colaborar para que o País seja melhor.

Na Liderança do Governo, iremos atuar para reforçar esse processo de transição e para dar condições ao Partido dos Trabalhadores, que, com o seu discurso, com as suas propostas e com a sua história, ganhou a eleição de forma limpa – temos de reconhecer isso –, de implementar, na prática, todas as mudanças que fizeram com que o povo brasileiro lhe desse a expressiva votação.

Essas ações começam ainda neste ano. Com relação à aprovação de todos os assuntos que forem importantes para o Partido dos Trabalhadores e para a Oposição, para que tenham os pré-requisitos para cumprir os seus compromissos, a partir de primeiro de janeiro, serei um aliado, passando pelo Orçamento. Discutiremos o Orçamento que o PT quiser.

Já houve aqui muitos embates. Tínhamos até defendido outras posições. Na questão do salário mínimo, por exemplo, quantas vezes discutimos que cada real de aumento representa R\$165 milhões de despesa para a Previdência Social! O discurso era diferente. E foi esse discurso diferente que ganhou. Aprovaremos, então, na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, o valor que o PT quiser para o salário mínimo.

No que tange ao reajuste salarial dos servidores públicos federais, apoiaremos e aprovaremos, no Orçamento Federal, o montante que desejar o PT. Espero até que seja uma grande alteração a fim de que o salário dos Senadores também possa ser reajustado, pois há muito tempo não temos aumento.

Trabalharemos sintonizadamente. No que diz respeito ao superávit primário, se a posição do futuro Governo for outra, nós a discutiremos. No tocante a investimentos sociais, também pretendemos o máximo e colaboraremos para que ele seja efetivamente implementado.

Estamos dando demonstrações desse pensamento. O Senador Sergio Machado abordou esse assunto, ontem, e consta hoje em manchete no **Jornal do Senado**, na página três: “Comissão dá prazo a Lula para mudar o Orçamento”. Essa é uma ação que partiu do Relator do Orçamento, do Governo e de sua Base, que tem maioria na Comissão. Mas respeitaremos os votos recebidos pelo Presidente eleito, Lula. Repito que faremos o Orçamento que o PT desejar. Para isso, foram concedidos mais 30 dias de prazo que o Partido dos Trabalhadores apresente qualquer sugestão ou emenda ao Orçamento.

Vamos mais além: é bom que o Orçamento seja aprovado até 31 de dezembro, mas necessariamente não é preciso cumprir esse prazo. No início de janeiro, já no Governo Lula, poderemos votar o Orçamento, se for uma questão colocada pelo PT.

Registro, então, que o PSDB tomou uma posição e que o Parlamentar do PSDB indicado para relatá-la é o Senador Geraldo Melo, Líder do Partido, no Senado. Aqui, retrato a postura do Governo, que é de colaboração, de respeito ao resultado das urnas e de contribuição para o País, na tentativa de trabalhar para que tudo o que foi exposto, que gerou esperança no coração dos brasileiros e que deixou a população ansiosa para receber possa efetivamente ser atendido no máximo das condições do nosso País.

Encerro minhas palavras, louvando novamente a ação e o exemplo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa postura norteará o nosso trabalho, no Senado Federal. Tomarei, no próximo ano, a postura assumida pelo PSDB, e o Senador Geraldo Melo será o explicitador dessa questão. Em 2003, certamente não serei Líder do Governo – com certeza –, mas estarei vigilante e atuante, trabalhando efetivamente para fazer com que a sociedade brasileira possa melhorar.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Muito brevemente, Senador Romero Jucá, acompanho o pronunciamento de V. Ex^a e faço minhas as palavras do Presidente eleito, Lula, de que estamos vivendo um processo de transição exemplar para o nosso País. Talvez esta seja a primeira vez em que ocorre um processo de transição com sintonia respeitosa, diria até fraterna, entre o Governo que sai e o que está chegando, creio, numa demonstração de amadurecimento das instituições democráticas em nosso País. Acompanho o raciocínio de V. Ex^a, quando diz que estará, como Partido de oposição, contribuindo para que o Partido dos Trabalhadores im-

plemente o programa com o qual ganhou as eleições. É correto o raciocínio de V. Ex^a, inclusive, da nossa parte, temos que aprender muito com o que aconteceu no passado. Lembro que quando o Presidente Fernando Henrique disputou o seu segundo mandato, o discurso que o levou à Presidência era muito focado na questão de que, nos primeiros quatro anos, foi alcançada a estabilização econômica e que os oito seguintes seriam necessários para os ajustes sociais. Sei que quando V. Ex^a nos cobra a implementação do programa que nos levou à vitória nas eleições, deve estar focando a experiência do prejuízo que é o não-cumprimento de compromissos de campanha. Por isso, recebo essa observação como uma crítica solidária pela experiência vivida pelo Partido de V. Ex^a, que, em função de “n” fatores, não pôde cumprir com o compromisso de campanha, quando do segundo mandato, de aprofundar as políticas sociais, principalmente quanto ao combate à exclusão social dos 50 milhões de pobres, pois hoje temos quatro milhões de trabalhadores sem terra e 15 milhões de jovens analfabetos. Recebo como uma contribuição fraterna e solidária, pela experiência da cobrança da sociedade. Eu, como historiadora, tenho que estar aberta para aprender como a história, que se repete como tragédia ou comédia, coisa que, é claro, nenhum de nós quer para o Brasil. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Agradeço à Senadora Marina Silva e registro, inicialmente, que, por enquanto, não estamos cobrando nada, até porque o Presidente Lula ainda não assumiu.

Teremos, aí sim, uma postura diferente da do PT ou de sua maioria com o Presidente Fernando Henrique. Não iremos agir da forma como o PT, ou parte do PT – V. Ex^a é uma exceção no processo – agiu neste plenário e no plenário da Câmara. Não faremos isso.

V. Ex^a lembrou bem: as urnas falaram. O resultado da eleição foi infofismável. O Governo Fernando Henrique fez muito, mas, na avaliação do povo brasileiro, não fez o necessário para continuar na mesma linha; foi colocada uma outra linha de mudança.

Teríamos duas posturas a adotar: ou ser oposição radical, atrapalhar, com a nossa maioria ou com a nossa eventual maioria, o andamento das precondições para que o Governo possa funcionar, como parte do PT fez – aliás, no passado –, ou a outra opção, que foi a opção decidida e tomada, primeiramente, pelo Presidente Fernando Henrique, durante o período eleitoral e, posteriormente, de implementar essa transição. Portanto, é um exemplo, repito, que será ou terá que ser seguido, no futuro, por qualquer Partido.

A sociedade brasileira, graças a Deus, tem amadurecido muito – a eleição foi um amadurecimento, deve-

mos reconhecer – e tem aprendido que este é o caminho da democracia. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso exerce um papel importante nesse processo, assim como exerceu o ex-Presidente José Sarney, anteriormente, ao implantá-lo.

O Brasil avançou muito, nos últimos 12, 15 anos. E vamos continuar avançando. Nossa postura será mais útil na oposição. Mas na oposição responsável, propositiva, colaborativa, a fim de que o Partido dos Trabalhadores e os Partido aliados possam ter um contraponto. Toda unanimidade é ruim. Então, é importante que haja segmentos da sociedade cobrando, repensando, mas ajudando. E estamos começando a ajudar, repito. Como Líder do Governo, no Congresso Nacional e na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da qual sou Membro, votarei em todas as propostas que o PT fizer – todas; se o reajuste salarial for de 72%, vamos aprovar; se o salário mínimo for de R\$400,00, como sugere o projeto do Deputado Paulo Paim, vamos aprovar; se for menos, vamos discutir e vamos aprovar também. Não criaremos nenhum óbice, nenhum problema.

Lembrando Carlos Drummond de Andrade, a quem homenageamos hoje pelo seu centenário de nascimento, não colocaremos nenhuma pedra no caminho para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha de chutá-la. Vamos, sim, ao contrário, colaborar, participar, discutir e, no momento certo, cobrar. Também não se pode começar um governo cobrando, até porque existe um tempo de maturação e de implementação. Mas podem ter certeza o PT e o Presidente Lula, a quem quero parabenizar, reconhecendo a sua vitória e desejando felicidades a S. Ex^a e a sua Equipe, que estaremos vigilantes, atuantes e colaborativos nos assuntos que forem importantes para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – A Presidência propõe a designação dos Senadores Jorge Bornhausen, Freitas Neto e Benício Sampaio para integrar a delegação brasileira, na qualidade de observadores parlamentares, na Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Em votação a proposta. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Com a palavra, pela Liderança do PT, a Senadora Marina Silva, do Acre.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr.

Presidente. Procurarei ser breve, mas é a primeira vez que tenho a oportunidade de me manifestar no plenário da Casa, depois das eleições.

Gostaria de iniciar, agradecendo a Deus pela vitória nessa caminhada, tanto no Estado do Acre quanto no plano nacional, também ao povo acreano e ao povo brasileiro pela compreensão que tiveram do momento histórico que estamos vivendo e das necessidades de aprofundar as mudanças no Acre e de realizar as mudanças no Brasil.

De sorte, Sr. Presidente, que eu gostaria aqui de fazer um breve registro, que para mim é motivo de orgulho e de satisfação: em 1994, quando fui eleita Senadora, obtive 63 mil votos e, desta vez, na minha reeleição, obtive 157 mil votos. Isso significa que o houve uma compreensão por parte da sociedade acreana de que os temas ligados ao desenvolvimento sustentável, às ações de combate à pobreza e à defesa dos direitos humanos passaram a ter eco na ação política de uma Parlamentar do Acre. Isso para mim é motivo de satisfação.

Também fico feliz de que as ações do Governo do Estado, do Governador Jorge Viana, tenham sido reconhecidas com a maior votação dada ao Governador, no 1º turno. Isso significa também que as ações do desenvolvimento sustentável, de uma ação de governo voltada para os que não são, não sabem, não podem, não têm, começa a ter um eco na sociedade acreana.

Quando faço minhas campanhas, costume não falar dos defeitos dos meus adversários, mas anunciar as minhas qualidades ou a dos meus aliados. Foi assim que fiz minha campanha, portanto, com todo respeito aos meus opositores. Acho que nenhum deles pode dizer que a Senadora Marina teve uma postura agressiva, em qualquer nível, em relação as suas candidaturas. Foi uma campanha de afirmação de um projeto de desenvolvimento que está primando pela realização do sonho sustentável do povo acreano nos aspectos sociais, culturais, ambientais, econômicos e, até mesmo, pela sustentabilidade política que começa a ser estabelecida no Acre, a qual, espero, também possa estabelecer-se no Brasil.

Registro, com satisfação, que pude ver o crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional. Haverá, agora, 10 senadoras, dentre as quais 5 são do meu partido, o que para mim, também, é motivo de orgulho. Significa que, no Partido dos Trabalhadores, a participação e a presença das mulheres não é apenas nominal e instrumental. Mas, de fato, nas estruturas de mando e comando do partido, as mulheres têm uma força muito grande. Isso se expressou na eleição de 5 senadoras numa bancada de 14 senadores.

Portanto, para mim, também, é motivo de orgulho e é uma sinalização de que o trabalho das mulheres no Congresso Nacional, não apenas do meu Partido e dos Partidos aliados, mas de todos os outros, tem se constituído numa referência positiva para que outras mulheres também possam ingressar na vida pública.

Gostaria também de agradecer a Deus e ao povo brasileiro pela vitória do Lula. O que está acontecendo neste País é algo que ainda nem conseguimos dimensionar. Uma coisa é certa: estamos tendo uma oportunidade ímpar pelo que ela evoca de complexidade, do ponto de vista das expectativas da sociedade para o novo Governo, mas expectativas que não estão, apenas, relacionadas a resultados. Creio que a visão patrimonialista do Estado – o Estado provedor, a figura messiânica do Presidente como sendo aquele que irá resolver todos os problemas da população – está sendo superada. Hoje, as pessoas querem ver um Estado que faz realizações com a sociedade, ao invés de fazê-las para a sociedade. Penso que foi esse o grande mérito da campanha de Lula ao sinalizar para a sociedade brasileira que ela pode buscar em suas entranhas o melhor que tem e colocar à disposição das instituições públicas, do setor produtivo, de todos os segmentos, pois agora teremos um manejador de competência. Para mim, o grande mérito de Lula é saber manejar competências. S. Ex^a teve essa capacidade à frente do maior sindicato da América Latina, na construção do maior Partido da América Latina e de uma frente que vem se formando há 13 anos e que agora é vitoriosa com a participação de vários segmentos, de vários partidos políticos. Isso é fundamental para o processo de governabilidade.

Vejo a manifestação, a mobilização das pessoas e constato que nos mais diferentes segmentos – do humilde funcionário ao intelectual que está formulando políticas públicas para o País – as pessoas estão se dispondo a dar o melhor de si, pois agora estão sendo instadas a oferecer o melhor.

O processo de transição está sendo, também, exemplar. S. Ex^a vai facilitar o novo momento que se estabelece, que, para mim, é criador de uma nova concepção de Estado. Falo de um Estado que se dispõe a manejar as várias competências, a estabelecer parcerias com a sociedade. É o que a sociedade brasileira espera do Governo Lula e é ao que me disponho. Falo sobre a questão com muita tranquilidade, Sr. Presidente, porque durante meus 8 anos de mandato no Senado tenho feito oposição ao Governo. Faço uma oposição propositiva, afirmativa. Agi assim desde os primeiros dias de meu mandato. Quando assumi, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou-me para uma reunião no Estado do Amazonas com várias entidades não-governamenta-

is. Creio ter sido a única parlamentar presente, uma parlamentar da Oposição. Sua Excelência lançou, naquela oportunidade, a proposta de criação do Banco do Povo. Fui a primeira a sair defendendo tal proposta. Infelizmente, ela não obteve sucesso por parte do Governo Federal. No entanto, alguns Governos e Prefeituras do PT a assumiram. Hoje, constitui-se um sucesso significativo a implementação do Banco do Povo no Estado do Rio Grande do Sul e de Belém. Estou citando esse exemplo para dizer que, graças a Deus, da parte de vários segmentos do Partido dos Trabalhadores temos tido uma ação afirmativa, propositiva.

Lembro-me da crise dos extrativistas, ocasião em que não havia preço para a borracha. A proposta de criação de um subsídio para a borracha foi apresentada por mim ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que a acolheu e encaminhou ao Congresso. A proposta foi aprovada. A criação do Programa Amazônia Solidária, que hoje está implementado, foi uma contribuição do meu mandato. A criação da primeira linha de crédito para os extrativistas também foi uma contribuição do meu mandato ao Governo federal.

É claro que para que haja colaboração é preciso aceitação. Nesse sentido, tanto o Senador Tião Viana quanto o Governador Jorge Viana e eu temos sempre registrado uma parceria entre o Acre e o Governo Federal em vários aspectos. Nem por isso, tive de fazer um discurso fácil; sempre defendi as minhas idéias nas votações e a minha visão crítica em relação à problemática social e ambiental do País. Também nunca me furtei de apresentar sugestões e propostas – muitas delas acolhidas –, que hoje, se Deus quiser, serão aprofundadas no futuro Governo Lula.

Faço este registro, porque a sinalização do Senador Jucá de que será uma oposição afirmativa, propositiva, de colaboração, mas autônoma, não é um mérito apenas do PSDB. Tive a oportunidade de vivenciar isso e sei que é o melhor caminho e a melhor forma de contribuição ao País.

O novo Governo Lula com certeza terá a oportunidade de fazer algo que para mim é fundamental na relação entre os representantes e os representados, já que somos eleitos para representar e não para substituir as pessoas.

O Congresso Nacional deverá estar bastante atento para o fato de que a sociedade brasileira almeja para o País o crescimento econômico, uma política da geração de emprego, uma política que possa fazer frente às desigualdades sociais. E é isso que o Congresso Nacional tem que decodificar dessas eleições, tanto nos Estados quanto na Federação. Então, como representantes que não substituem os representados, teremos que aqui votar em sintonia

com as exigências e as necessidades daqueles que representamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Os Srs. Senadores Mauro Miranda, Valmir Amaral, Romero Jucá e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, difícil é enaltecer, em justa medida, o papel do Ministério Público no aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia brasileira. Em sua função, “essencial à justiça”, de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, para nos atermos às definições do **caput** do art. 128 da Constituição Federal, a sociedade conta com um precioso, um imprescindível aliado.

Ressalte-se que não apenas as atribuições do Ministério Público vêm se ampliando, mas também os resultados efetivos das mesmas. O Ministério Público, tanto o da União quanto os dos Estados, tem aumentado a visibilidade de sua atuação nos últimos anos, ou, se quisermos, desde a promulgação da carta constitucional vigente.

Um aspecto a ser destacado, nessa atuação, é o que diz respeito à vigilância no gasto do dinheiro público e à fiscalização de outros atos dos detentores do poder. Os interesses da sociedade exigem que todos se atenham aos ditames legais – e isso vale muito significativamente para aqueles que foram investidos da responsabilidade de administrar o serviço e o patrimônio públicos, fazendo-os instrumentos do bem geral da população.

Cabe, portanto, ao Ministério Público, entre suas importantíssimas funções, a de fiscalizar o fiel cumprimento da lei pelos governantes. Essa não é, entretanto, tarefa fácil, pois é próprio dos que abusam do poder político dele se valerem para se resguardarem da devida punição.

Pelo ordenamento institucional do Ministério Público, toma-se ainda mais difícil essa tarefa, uma vez que a nomeação de seus dirigentes máximos é feita pelo chefe do respectivo Poder Executivo. Lembremo-nos de que, no caso do Ministério Público da União, o Procurador-Geral da República é indicado pelo Presidente da República e nomeado após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal. A nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça, dirigentes dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, é feita pelos governadores, dentre os componentes de uma lista tríplice eleita pelos integrantes de carreira do órgão.

Sr^s e Srs. Senadores, é manifesto que a Constituição de 1988 assinalou um grande avanço no processo de escolha dos dirigentes do Ministério Público, exigindo que sejam integrantes das respectivas carreiras, bem como sua aprovação pelo Senado, no caso do Procurador-Geral da República, ou, ainda, a votação prévia de uma lista tríplice, no caso dos Ministérios Públicos dos Estados e do DF.

Permanece passível de questionamento, entretanto, que a autoridade que deve fiscalizar os atos dos dirigentes do Poder Executivo seja nomeada pelo chefe deste mesmo Poder, dele dependendo ademais sua recondução ao cargo e, no caso do Procurador-Geral da República, a iniciativa para a sua destituição. No caso específico da escolha do Procurador-Geral de Justiça, a vontade do Governador sequer é submetida à apreciação do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, há inúmeros aspectos em que a atuação do Ministério Público deve ser aperfeiçoada, como ocorre com quaisquer das instituições humanas. Se cabe a este órgão o importantíssimo papel de fiscal da lei, não é de modo algum contestável que a sociedade deva exigir-lhe o melhor desempenho.

Poderíamos citar, entre esses aspectos, o crescimento dos gastos orçamentários, incluindo aqueles relativos à construção de sedes suntuosas, gastos que nem sempre se refletem em aumento da eficiência do órgão. Em que pese a notória competência da maioria dos procuradores e promotores, há que se ter cuidado com a manutenção de um comportamento discreto e profissional, que não resvale para o estrelismo e para a promoção pessoal.

Nenhum desses problemas, no entanto, pode ser equiparado ao da subserviência e vinculação aos chefes do Poder Executivo, ainda mais patente no nível dos governos estaduais. Tal disposição afeta o Ministério Público em um requisito que lhe é essencial, que é o da sua independência.

Questionando o processo de escolha e de destituição do Procurador-Geral de Justiça, o jurista Hugo Nigri Mazzilli assevera que “a experiência tem demonstrado que não raro os procuradores-gerais se integram à administração pública, até buscando e querendo mesmo servir o chefe da administração, de quem recebem orientação política em sua atuação funcional”.

Esse é o comportamento repulsivo que nos cabe alijar, o qual é responsável pelo retardamento ou arquivamento impropriedade de tantos processos que encerram graves suspeitas ou acusações.

Inadmissível é que o Ministério Público alcance apenas os infratores da Lei desprovidos de dinheiro e

poder, às vezes meros pés-de-chinelo, e deixe ilesos os poderosos de plantão, cujos crimes podem resultar em vultosas perdas ao patrimônio público. Ademais, a corrupção contribui para aumentar a miséria, que por sua vez estimulará o recurso à violência pelos cidadãos de pauperados e desesperados, demandando mais ações do Ministério Público e afetando a segurança de toda a sociedade.

Quero referir-me aqui a projeto de lei de minha autoria, que julgo possa contribuir para a diminuição da odiosa prática do engavetamento de processos para acobertar atos ilegais das autoridades. No Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2001, propomos que seja alterada a tipificação de prevaricação constante do art. 319 do Código Penal, de modo a suprimir a expressão “para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”, resumindo-se assim o *caput* do artigo em “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei”. Entendemos que ao retirar do elemento subjetivo da prevaricação o dolo específico, de difícil configuração, torna-se muito mais exequível “a comprovação da materialidade do delito e, por conseguinte, a responsabilização penal dos infratores”.

Embora medidas legais possam contribuir para o aperfeiçoamento do Ministério Público, é evidente que muito depende do seu amadurecimento como instituição, de uma mudança de postura do conjunto de seus membros e de seus dirigentes, de uma maior transparência de suas ações perante a sociedade, para que a almejada independência tome-se efetiva, inabalável, eficaz.

São os votos que faço, Sr. Presidente.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a expectativa de mudanças que o Brasil vive hoje nos cenários político e partidário, a possibilidade de serem implantadas novas políticas sociais e econômicas e o surgimento de novos quadros dirigentes não deveriam nos fazer esquecer nossos graves problemas na área da saúde pública nem, tampouco, deixar de homenagear o principal protagonista no campo da saúde: o médico.

Dezoito de outubro é o dia dedicado ao médico, o profissional por excelência da área da saúde, aquele que cuida do bem mais importante: a própria vida, em seus aspectos físico e mental.

Certamente, a atividade do médico não se confunde com um mero prestador de serviço, de uma atividade comercial ou técnica.

Trata-se de um profissional com características muito especiais, para poder acolher com desprendimento,

dedicação e dignidade seres humanos acometidos de doenças muitas vezes graves e incuráveis.

Enfrentar esses momentos difíceis com espírito fraterno, humano e profissional confere ao médico um elevado grau de reconhecimento social, que merece uma homenagem e uma comemoração especial na data que lhe é dedicada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a saúde, a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados são direitos sociais assegurados pela Constituição Federal.

Infelizmente, ainda estamos muito distantes da concretização desses ideais estabelecidos na Constituição, pois não existem recursos suficientes para assegurar a todos os brasileiros aquilo que representa o mínimo para uma vida digna, principalmente em termos de alimentação, educação e saúde.

A atividade do médico, muitas vezes, é prejudicada por fatores externos à área específica de saúde, pois a falta de saneamento básico, de água potável, de condições de higiene, de oportunidade de trabalho, como também pelo nível de renda da população, impossibilitam uma ação mais efetiva da medicina e do trabalho do médico.

Temos um aviltamento salarial dos profissionais da área médica, com médicos obrigados a enfrentar mais de um emprego, com uma carga de trabalho excessiva, tendo que atender um número muito grande de pacientes, comprometendo a qualidade do atendimento, com o risco do chamado “*erro médico*”.

Para aqueles que estão pessimistas em decorrência dos baixos níveis de remuneração do médico, das dificuldades do exercício da profissão e dos cortes de verbas para a saúde, não podemos deixar de reconhecer as recompensas que existem na profissão médica, como trazer uma criança à vida, aliviar a dor de um paciente, salvar uma vida, curar uma doença.

Quero neste momento reiterar minhas homenagens a todos os médicos do Brasil, pela dedicação, trabalho abnegado e proficiência, para que todos os brasileiros tenham verdadeiramente direito à saúde, como determina a Constituição, pois esse direito só se concretiza com o trabalho do médico.

Deixo aqui meu profundo respeito por todos aqueles que cumprem fielmente o Juramento de Hipócrates, exercendo a medicina com ética, com respeito aos pacientes, com dignidade e com seriedade.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs; Senadores, venho hoje a esta tri-

buna para elogiar o discurso de prestação de contas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante dos seus Ministros, em reunião realizada no Palácio do Planalto.

Em seu detalhado pronunciamento, praticamente de despedida, o Presidente da República fez um balanço aprofundado dos oito anos de mudanças, de desenvolvimento, de estabilidade, de democracia e de conquistas sociais que marcaram o Brasil durante os seus dois mandatos presidenciais.

Inegavelmente, nesses oito anos de modernização acelerada, o nosso País mudou radicalmente e tem hoje um encontro agendado com um futuro bem mais promissor. Saiu do isolamento geográfico, político e macroeconômico em que sempre esteve mergulhado durante séculos e acabou transformando-se na nona economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 600 bilhões de dólares, segundo a mais recente classificação divulgada há poucos dias pelos mais importantes organismos internacionais. Assim, com determinação, ousadia e competência, no período Fernando Henrique, o Brasil trocou o universo provinciano de suas fronteiras e aderiu ao mundo sofisticado da ciência, da técnica, da informação rápida, da era digital e da globalização, demonstrando eficiência, rapidez, organização, versatilidade, ganhos importantes de produtividade, capacidade de gestão, condições de competitividade e ação concreta nos fóruns mais importantes das decisões políticas e econômicas mundiais.

Por exemplo, na América do Sul, impulsionou e liderou todo o processo de organização do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), um importante tema de integração. Ao mesmo tempo, usando o seu peso econômico e o seu prestígio, conseguiu atrair para o mesmo projeto, Chile, Bolívia, Venezuela e Guianas.

Por outro lado, no que se refere à América Latina, tem sido exemplar na luta pelo fortalecimento da democracia e reconhecido pela maturidade e por não se deixar abater diante das graves crises econômicas que assustam constantemente as chamadas economias emergentes.

No plano continental, ou seja, no espaço geográfico representado pela América, ao lado dos Estados Unidos, o Brasil divide a liderança. Atua sem arrogância e sem qualquer desejo de dominação em sua área de influência. Comporta-se com muita responsabilidade e é reconhecido por todos os povos americanos como a segunda potência econômica e industrial mais importante.

No que diz respeito ao chamado mundo ocidental, mais uma vez, o Brasil aparece, após os Estados Unidos, como a segunda maior democracia. Por fim, vale ressaltar que, em nível mundial, o nosso País continua a ser um exemplo onde as liberdades políticas, religiosas e de opinião são respeitadas. Só a Índia e os Estados Uni-

dos gozam do privilégio de ocupar a primeira e a segunda posições nesse importante quesito mundial sobre a liberdade humana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em seu marcante pronunciamento de prestação de contas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiado em dados oficiais, apresentou os progressos alcançados pela sociedade brasileira nesses oito anos em que esteve à frente do seu destino.

Segundo suas próprias palavras, logo que assumiu a Presidência da República, no início de 1995, poucos brasileiros acreditavam que seria possível organizar o Estado nacional, ganhar a confiança da Nação, inserir o País no mercado internacional globalizado, colocar ordem nas finanças públicas, controlar a inflação, estabelecer metas econômicas e sociais prioritárias, modernizar a vida social, enfim, garantir um processo duradouro de edificação da democracia, e ao mesmo tempo, de reformas fundamentais que precisavam ser feitas urgentemente em todo o sistema de organização institucional.

Pois bem, logo que assumiu o seu primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso depa-rou-se com o gigantesco desafio de colocar ordem no Brasil, até então, um País totalmente sem rumo e descreditado no mundo todo.

Na verdade, depois de vinte e um anos de ditadura militar, de quatro anos de transição referendada pelo chamado "Colégio Eleitoral", e de apenas três anos de regime plenamente democrático, mas completamente tumultuado pelos desmandos praticados no período Collor, no final dessa agitada conjuntura que durou quase oito anos, o Brasil estava politicamente esgotado, institucionalmente desorganizado, internacionalmente desmoralizado e totalmente à mercê de novos ventos de instabilidade.

Como podemos concluir, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o seu primeiro mandato em um período crucial da história do Brasil. Afinal, após tantos desencontros nacionais, o povo brasileiro esperava que ele anunciasse um novo rumo, apontasse um novo caminho, determinasse uma nova trajetória, garantisse a paz, a construção da democracia e a estabilidade.

E foi justamente isso que ele fez. Com o destemor que sempre o caracterizou durante toda a sua vida pública, não hesitou um minuto sequer e resolveu encarar o imenso sacrifício de comandar os destinos de um País onde tudo estava por ser feito. Todavia, ao contrário dos seus antecessores, sabia que não tinha o direito de errar.

Sem nenhuma dúvida, o significado desse papel histórico de grande dimensão que teve a coragem de avocar e o inegável resultado positivo que conquistou ao longo desses oito anos de trabalho incansável elevarão o Presidente Fernando Henrique, sem mais tardar, à condição de um grande governante. Assim, com reconhecimento, ele será consagrado por todos, mesmo pelos

mais ferrenhos adversários de hoje, como um dos maiores estadistas que este País já produziu. Além de tudo, as próximas gerações reconhecerão que ele foi, ao mesmo tempo, um intelectual respeitado, um político de visão, um mandatário tolerante, um militante corajoso, um homem dos novos tempos, um democrata por excelência, um humanista convicto e um grande exemplo de dedicação, de competência e de probidade no trato da coisa pública.

O discurso do Presidente perante os seus Ministros fecha com chave de ouro um período de grandes transformações e deixa pronta uma respeitável infra-estrutura que permitirá ao Brasil, em curto espaço de tempo, completar a sua tão sonhada trajetória em direção ao Primeiro Mundo. Aliás, esse sempre foi o desejo de todo o povo brasileiro e essa sempre foi a grande motivação do Presidente que daqui a pouco se despede das luzes do poder, tendo cumprido grande a missão de colocar o País no caminho certo do seu destino. Por isso, sairá do Palácio do Planalto com a consciência tranqüila e com a certeza de que cumpriu a grande missão de colocar o País no caminho certo para a conquista do seu glorioso futuro.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, uma das realidades mais duras que atingem o meio rural é a falta de condições, por boa parte dos produtores, de enfrentar as graves distorções na correção de suas dívidas. E o mais grave é que os pequenos e médios agricultores das regiões mais pobres do País – como o Norte e o Nordeste – têm mais dificuldades que seus companheiros do Sul e do Sudeste, em assegurar a repactuação dos seus saldos devedores.

Sem isso, os produtores rurais ficam impedidos de estabelecer mecanismos para dinamizar a economia regional, o que agrava ainda mais o quadro social do interior.

Por tudo isso, se reveste de extrema importância a edição de medida provisória, publicada no “Diário Oficial da União” da última segunda-feira, que vai permitir a renegociação das dívidas rurais de todo o País estimadas, hoje, em 2 bilhões e seiscentos milhões de reais.

As novas regras definidas na MP vão beneficiar, diretamente, pelo menos 241 mil pequenos produtores e agricultores familiares, inscritos no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Uma longa e extenuante negociação vinha sendo conduzida pela bancada de senadores de Alagoas junto ao Gabinete Civil e ao corpo técnico dos ministérios desde agosto passado e, somente agora, pôde ser finalizada.

De acordo com as novas regras, os produtores do semi-árido do Nordeste – inclusive os de Alagoas – e os do norte de Minas Gerais vão ter mais prazo para rene-

gociar suas dívidas. O prazo anterior terminava em outubro, mas a MP o estendeu até 31 de março de 2003.

Além do novo prazo, o valor das dívidas a serem renegociadas foi ampliado. Antes, a renegociação contemplava apenas agricultores cujos empréstimos originais não ultrapassassem 15 mil reais. Agora, o teto de repactuação das operações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aos programas de financiamento dos fundos constitucionais vai para 35 mil reais.

Isto permitirá a inclusão de cerca de 180 mil contratos que estavam em atraso, de acordo com estimativas, beneficiando diretamente os trabalhadores rurais de pequeno porte.

Outra novidade estabelecida na medida é que os produtores serão dispensados de pagar os 10% exigidos da soma das prestações vencidas até maio de 2002 para ter direito à renegociação.

A MP determinou, também, que sejam suspensas todas as execuções judiciais dos bancos. E abriu o caminho para que voltem a ser liberados os empréstimos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, que estavam sendo retidos mesmo para os produtores rurais adimplentes, que já tinham apresentado propostas e garantias.

Ficou definido, ainda, que o prazo de carência dos empréstimos tomados entre 1994 a 1998 vai ser aumentado, com bônus gradativos. No caso dos empréstimos do Pronaf, os juros ficaram estabelecidos em um e meio por cento ao ano, com rebate de até 40% para os que se adiantarem na quitação das dívidas.

É, sem dúvida, um desfecho satisfatório para um problema grave, que precisava ser enfrentado e que estava angustiando milhares de pequenos produtores rurais de Alagoas, de outros estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais.

Mas, Sr. Presidente, gostaria, também, de registrar – mesmo que somente agora, diante da normal desaceleração dos trabalhos legislativos durante as eleições – um outro fato, de importância histórica, ocorrido no último dia 28 de agosto.

Nesta data – 23 anos após a Anistia Política e quase 14 anos depois da Constituição de 88! – o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em cerimônia no Palácio do Planalto, na presença de ministros, parlamentares e inúmeros anistiados, uma Medida Provisória que regulamentou os benefícios e a concessão de indenizações para pessoas atingidas por atos de exceção de 1946 até 1988.

A MP foi elaborada com base em relatório que elaborei aqui no Congresso, ampliando os benefícios às pessoas, e que foi aprovado por aclamação na Comissão Mista Especial. Devo registrar que o próprio Presidente Fernando Henrique fez questão de agradecer, durante a solenidade, o trabalho do Congresso Nacional na elaboração do texto que baseou a MP.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, há cerca de 3 anos, tive a iniciativa de propor a formação de uma comissão ministerial que estudaria os casos de reparação junto a milhares de anistiados.

Para se ter uma idéia, os movimentos ligados aos anistiados calculam que cerca de 20 mil processos estavam parados, aguardando a regulamentação dos benefícios.

Por tudo isso, devo registrar, com justiça, o gesto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que permitiu a reparação das injustiças passadas ao assinar a medida

provisória. A anistia pertence ao povo brasileiro, à sociedade organizada, ao ideário republicano e à nossa vocação democrática.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, dia 5 de novembro, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

I – PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQÜENTES

(Art. 170, § 2º, III, do Regimento Interno)

Dia 05.11.2002, terça-feira, às 14h 30min:		Sessão deliberativa ordinária
Oradores inscritos:	1. Senador (<i>continuam abertas as inscrições</i>)	
Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998 (nº 731/95, na Casa de origem)	Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99). Pareceres nºs: - 826/2002-CCJ, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; - 827/2002-CAE, Relator: Senador Freitas Neto, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e - 828/2002-CE, Relator: Senador Casildo Maldaner, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com apresentação da Subemenda; e pela rejeição do PLS nº 59/99, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
2 Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999 Senador Edison Lobão	Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o PLC nº 11/98). Pareceres nºs: - 826/2002-CCJ, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável ao PLC nº 11/98, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que oferece (Substitutivo); - 827/2002-CAE, Relator: Senador Freitas Neto, favorável ao PLC nº 11/98, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e - 828/2002-CE, Relator: Senador Casildo Maldaner, contrário à matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), com apresentação da Subemenda nº 1-CE, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2002 (nº 1.523/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais. Parecer nº 569/2002-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2002 (nº 997/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação e Cultura de Mozarlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás. Parecer nº 767/2002-CE, Relator: Senador Maguito Vilela, favorável.	Discussão, em turno único.
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2002 (nº 1.028/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo. Parecer nº 573/2002-CE, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável.	Discussão, em turno único.
6 Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2002 (nº 1.101/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brillhante, Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 574/2002-CE, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável.	Discussão, em turno único.
7 Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2002 (nº 1.113/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 575/2002-CE, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável.	Discussão, em turno único.
8 Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2002 (nº 1.138/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Apoio a Mariluz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná. Parecer nº 769/2002-CE, Relator: Senador Áivaró Dias, favorável.	Discussão, em turno único.
9 Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2002 (nº 1.149/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer nº 576/2002-CE, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável.	Discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 19 minutos.)

(OS 19460/02)

**ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2002
(Publicada no Diário do Senado Federal de 26 de outubro de 2002)**

RETIFICAÇÃO

Às páginas nºs 18556, 2ª coluna, e 18557, no calendário estabelecido para tramitação da Medida Provisória nº 74, adotada em 23 de outubro de 2002 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo,

Onde se lê:

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **24-10-2002**
- Designação da Comissão: **25-10-2002**
- Instalação da Comissão: **28-10-2002**
- Emendas: **até 30-10-2002** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **24-10-2002 a 6-11-2002**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **6-11-2002**
- Prazo na CD: **de 7-11-2002 a 20-11-2002**(15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **20-11-2002**
- Prazo no SF: **de 21-11-2002 a 4-12-2002** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **4-12-2002**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 5-12 a 7-12-2002** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **8-12-2002** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **21-2-2003** (60 dias)

Leia-se:

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **24-10-2002**
- Designação da Comissão: **25-10-2002**
- Instalação da Comissão: **28-10-2002**
- Emendas: **até 30-10-2002** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **24-10-2002 a 6-11-2002**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **6-11-2002**
- Prazo na CD: **de 7-11-2002 a 20-11-2002**(15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **20-11-2002**
- Prazo no SF: **de 21-11-2002 a 4-12-2002** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **4-12-2002**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 5-12 a 7-12-2002** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **8-12-2002** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **22-2-2003** (60 dias)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)**

	BAHIA		BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)
PFL	- Antonio Carlos Júnior		PMDB	- Alberto Silva
PFL	- Waldeck Ornelas			RIO GRANDE DO NORTE
PFL	- Paulo Souto		BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
	RIO DE JANEIRO		PFL	- José Agripino
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)		PTB	- Tasso Rosado
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)			SANTA CATARINA
BLOCO	- Roberto Saturnino (PT)		PMDB	- Casildo Maldaner
	MARANHÃO		PFL	- Geraldo Althoff
PFL	- Bello Parga		PFL	- Jorge Bornhausen
PFL	- Edison Lobão			ALAGOAS
PMDB	- João Alberto Souza		PMDB	- Renan Calheiros
	PARÁ		BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PSB	- Ademir Andrade		BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PMDB	- Fernando Ribeiro			SERGIPE
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)		PSB	- Antonio Carlos Valadares
	PERNAMBUCO		BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
PTB	- Carlos Wilson		PFL	- Maria do Carmo Alves
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)			AMAZONAS
PFL	- José Jorge		PFL	- Bernardo Cabral
	SÃO PAULO		PDT	- Jefferson Péres
BLOCO	- José Serra (PSDB)		PMDB	- Gilberto Mestrinho
PFL	- Romeu Tuma			PARANÁ
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)		PDT	- Osmar Dias
	MINAS GERAIS		PMDB	- Roberto Requião
PFL	- Francelino Pereira		PDT	- Álvaro Dias
PTB	- Arlindo Porto			ACRE
PL	- José Alencar		BLOCO	- Marina Silva (PT)
	GOIÁS		PMDB	- Nabor Júnior
PMDB	- Mauro Miranda		BLOCO	- Tião Viana (PT)
PMDB	- Iris Rezende			MATO GROSSO DO SUL
PMDB	- Maguito Vilela		BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
	MATO GROSSO		PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Carlos Bezerra		PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PFL	- Jonas Pinheiro			DISTRITO FEDERAL
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)		PFL	- Lindberg Cury
	RIO GRANDE DO SUL		PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)		PMDB	- Valmir Amaral
BLOCO	- José Fogaça (PPS)			TOCANTINS
PMDB	- Pedro Simon		PTB	- Carlos Patrocínio
	CEARÁ		PFL	- Leomar Quintanilha
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)		BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
PMDB	- Sérgio Machado			AMAPÁ
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)		PMDB	- Gilvam Borges
	PARAÍBA		PDT	- Sebastião Rocha
PTB	- Wellington Roberto		PMDB	- José Sarney
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)			RONDÔNIA
PMDB	- Ney Suassuna		BLOCO	- Chico Sartori (PSDB)
	ESPIRITO SANTO		PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Luiz Pastore		PMDB	- Amir Lando
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)			RORAIMA
PSB	- Paulo Hartung		PMDB	- Marluce Pinto
	PIAUI		BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		PFL	- Mozarildo Cavalcanti

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p align="center">LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224</p>	<p align="center">LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052</p>
<p align="center">LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172</p>	<p align="center">LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPLYCY (Bloco PT/PPS-SP)² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862</p>
<p align="center">PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984</p>	<p align="center">PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496</p>

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.200/91, ART. 9º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

(Lei nº 9.395, de 30 de dezembro de 1996)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hermendes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
 2ª Eleição Geral: 30.08.1999
 3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
 Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becker	MT	2291		2. (vago) ³		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁵		
Belo Parga ⁷	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2212		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Juodá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ⁹	PI	3085		3. (vago) ¹⁰		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹						
Helôisa Helena (PT)	AL	3107		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino (PT) ¹³	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051
 Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

- ¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.
² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.
³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Holanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

PROCURADORES ¹

Senadores	UF	Partido
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Camata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (P/SDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
PDT		
Jefferson Péres	AM	2081

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÁO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:

CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES
(Art. 72 e 77 da CF)
 ANAIS DO SENADO FEDERAL

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	1403/3203	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Nabor Júnior	AC	1478/4619	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza Vago	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Alberto Silva	PI	3055/3057	6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Ney Suassuna	PB	4345/4346	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Valmir Amaral	DF	1981/1983	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
			9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Gury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MG	2301/2307	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3243/3245	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
 Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
 Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 30/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOSANEXO DO SENADO FEDERAL
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001

REUNIÕES:

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

PRESIDENTE: ROMEU TUMA

OUTUBRO 2002

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2001/2007
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: José Roberto A. Cruz
 Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jraco@sonado.gov.br

Atualizada em: 31/10/2002

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB**VAGO****BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)**

Heloísa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB

JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062

PFL

MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217

BLOCO PSDB/PPB

LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES RS – 2331/2337

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB	
Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074
PFL	
Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	
BLOCO PSDB/PPB	
Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Tião Viana	AC – 3038/3493
PDT	
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ANAIS DO SENADO FEDERAL

SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda**VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves****RELATOR:**

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Mauro Miranda 2141/47	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury 3173/75	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
Maria do Carmo Alves 2211/17	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emília Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
2241/47			
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJANALIS DO SENADO FEDERAL
Presidente: **BERNARDO CABRAL**

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 31/10/2002

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES**PMDB**

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
PDT			

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
 FAX: 311-3121/ 1319
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 ATUALIZADA EM: 16/05/02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
 FAX: 311-3121/ 1319
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE
ANÁIS DO SENADO FEDERAL
Presidente: JEFFERSON PERES
OUTUBRO 2002

(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampalo	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546
 Atualizada em :31/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

ANÁLISE DO SENADOR ALBERTO SILVA

(25 titulares e 25 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Fax: 311-3286

Atualizada em : 09/10/2002

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE CAUSAM TEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFCANÁIS DO SENADO FEDERAL
Presidente: **AMIR LANDO**

(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francellno Perelra	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Pêres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 31/10/2002

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-
		2022/24	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém,

pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág		Pág.
ÁLVARO DIAS		Comemoração, no último dia 16 de agosto, dos 150 anos de existência da capital do Piauí, Teresina.	59
Parcerer nº 978, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001).....	153	CARLOS WILSON	
AMIR LANDO		Requerimento nº 514, de 2002, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	19
Reflexão sobre o surgimento de um novo País com a chegada do novo Presidente eleito, na qual se catalisa expectativas, sobretudo daqueles que estão abaixo da linha da pobreza. Aparte ao Senador Maguito Vilela.....	23	Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo.	28
ANTERO PAES DE BARROS		Requerimento nº 518, de 2002, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga.....	46
Proposta de Emenda de nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal.....	63	Pareceres nºs 980 a 983, de 2002, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 463, 488, 491 e 495, de 2002, respectivamente, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Bello Parga, Valmir Amaral e Moreira Mendes, solicitando informações a Ministros de Estado.....	234
ANTONIO CARLOS VALADARES		CASILDO MALDANER	
Realização, neste momento, de Audiência Pública na Comissão de Orçamento com o Secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, e com o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.....	23	Agradecimento aos partidos coligados que possibilitaram a eleição do Sr. Luiz Henrique da Silveira ao Governo do Estado de Santa Catarina.	58
ARLINDO PORTO		CHICO SARTORI	
Projeto de Resolução nº 67, de 2002, que dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal.	18	Defesa de regulamentação da divulgação de pesquisas eleitorais.	24
BENÍCIO SAMPAIO		EDISON LOBÃO	
Regozijo pelo transcurso do Dia do Piauí, ocorrido em 19 de outubro último.	15	Encerramento da homenagem prestada a Carlos Drummond de Andrade.	102
		Parecer nº 979, de 2002, da Comissão Diretora, sobre a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2002 (nº 1.405/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV	

	Pág.		Pág.
Oeste do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	233	versas empresas do Grupo Petrobras, crédito suplementar no valor total de R\$1.843.369.241,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e quarenta e um reais), e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$2.367.078.669,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e nove reais), para os fins que especifica.	175
Requerimento nº 522, de 2002, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002, só constará da Ordem do Dia com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	234	Projeto de Lei nº 71, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobras, crédito especial no valor total de R\$1.753.297.047,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil e quarenta e sete reais), para os fins que especifica.	193
EMÍLIA FERNANDES		Projeto de Lei nº 72, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$11.236.692,00 (onze milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais), em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.....	209
Esperança do povo brasileiro com a vitória do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Satisfação pela priorização da área social e do combate à fome, conforme anunciado pelo novo Governo.	43	Projeto de Lei nº 73, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$105.232.872,00 (cento e cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais), em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.....	214
FRANCELINO PEREIRA		Projeto de Lei nº 74, de 2002-CN, que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, no valor global de R\$68.123.121,00 (sessenta e oito milhões, cento e vinte e três mil e cento e vinte e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.....	221
Devolução à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, de iniciativa do Presidente da República, que altera a legislação trabalhista, para aprofundamento dos debates sobre a matéria.....	10	Projeto de Lei nº 75, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	227
Considerações sobre a vida do poeta Carlos Drummond de Andrade e sua obra literária.....	100	Proposta de designação dos Senadores Jorge Bornhausen, Freitas Neto e Benício Sampaio para integrar a delegação brasileira na Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de observadores parlamentares.	245
Parecer nº 976, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001).....	152	JOSÉ ALENCAR	
JEFFERSON PÉRES		Homenagem ao centenário do nascimento do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.	84
Transcrição de artigo publicado no domingo último, no jornal A Crítica , de Manaus, intitulado "De alma lavada!", sobre a reeleição de S. Exª ao Senado Federal.	4	Requerimento nº 522, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.....	157
JOÃO ALBERTO SOUZA			
Projeto de Lei nº 68, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$14.997.502,00 (quatorze milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e dois reais), para os fins que especifica.....			
Projeto de Lei nº 69, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$8.748.277,00 (oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.			
Projeto de Lei nº 70, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de di-			

JOSÉ FOGAÇA

Congratulações ao colega por ter sido mais uma vez eleito Governador do Paraná e pela experiência, pelo trabalho. Aparte ao Senador Roberto Requião 241

JOSÉ SARNEY

Lembrança do momento que, por intermédio do escritor Josué Montello, esteve com o poeta Carlos Drummond de Andrade. 99

JUVÊNIO DA FONSECA

Reivindicação de programas do Ministério dos Transportes destinados à recuperação da malha viária do Estado do Mato Grosso do Sul. 237

LÚCIO ALCÂNTARA

Considerações sobre o Programa Uma Biblioteca Em Cada Município, do Ministério da Cultura, e sobre o programa Literatura Em Minha Casa, do Programa Nacional Biblioteca da Escola. 47

Requerimento nº 519, de 2002, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1999, e do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto. 56

Reflexões sobre o transcurso, em outubro, do “Dia Mundial da Saúde Mental”, instituído pela Organização Mundial da Saúde. 75

Considerações sobre o centenário do nascimento do escritor Carlos Drummond de Andrade e da importância do poeta para a literatura brasileira. 82

LÚDIO COELHO

Aspectos positivos da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. 61

LUIZ OTÁVIO

Necessidade do aproveitamento comercial e ecológico do dendê. 48

Sucesso do Projeto Curauá, importante iniciativa do povo paraense para a construção do progresso e desenvolvimento econômico daquele Estado. 78

LUIZ PASTORE

Pronunciamento do discurso de posse no Senado Federal. 36

MAGUITO VILELA

Apoio ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. .. 21

Satisfação diante do anúncio da criação da Secretaria de Emergência Social. 21

Requerimento nº 518, de 2002, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga. 46

Parecer nº 977, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 622, de 1999, de autoria do Se-

nador Roberto Requião, que revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 628, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que revoga os arts. 59 e 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 255, de 2001). 152

MARINA SILVA

Discorre sobre a primeira vez em que ocorre um processo de transição com sintonia respeitosa entre o Governo que sai e o que está chegando, isso demonstra um amadurecimento das instituições democráticas em nosso País. Aparte ao Senador Romero Jucá 244

Análise do resultado das eleições no País. Agradecimento ao povo do Acre pela sua reeleição e balanço do seu primeiro mandato no Senado Federal. Registro do crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional. 245

MAURO MIRANDA

Enaltece o colega pela sua agilidade, inteligência e disposição de trabalho ajudando a resolver problemas afletivos como violência, a reforma política e outros grandes temas. Aparte ao Senador Ney Suassuna 8

Posicionamento contrário à Medida Provisória nº 57, de 2002, editada em 7 de agosto último, que autoriza a federalização da CELG – Companhia Energética de Goiás, e posteriormente sua inclusão no PND – Programa Nacional de Desestatização. 8

Reflexão sobre as eleições e o amadurecimento político do Brasil. 20

Posicionamento contrário à utilização da fiscalização eletrônica da velocidade no trânsito meramente como instrumento de arrecadação, em detrimento dos aspectos educativos. 57

Defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2001, que altera a tipificação de prevaricação constante do art. 319 do Código Penal. 247

MOREIRA MENDES

Classificação do Estado de Rondônia como área livre de risco de contaminação pela febre aftosa. 239

NABOR JUNIOR

Requerimento nº 513, de 2002, solicitando, nos termos regimentais, que o horário do Expediente da sessão do dia 19 de novembro próximo seja destinado a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento. 251

RENAN CALHEIROS

Satisfação diante da edição, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, da medida provisória que renegocia a dívida dos agricultores. 250

IV

NEY SUASSUNA

Solicitação à Presidência da Casa de triagem nos projetos sobre temas relevantes à sociedade para subsídio ao próximo presidente. 7

Importância da visita ao Congresso Nacional do candidato eleito à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa da execução das ações judiciais federais ganhas pela União e ainda não pagas em virtude da falta de aparelhamento e morosidade da Justiça. 41

ROBERTO REQUIÃO

Considerações sobre o papel do PMDB nas eleições estaduais e presidencial. 240

ROBERTO SATURNINO

Solicitação de audiência à Comissão de Assuntos Econômicos para debater a crise na empresa de aviação Varig. 236

Requerimento nº 521, de 2002, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona. 157

ROMERO JUCÁ

Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2002, que altera os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), acrescentando-lhe, ainda, o art. 217-A, para dispor sobre a realização de interrogatório a distância e a utilização de meios de presença virtual do réu preso nas audiências de inquirição de testemunhas. 26

Elogios à postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso no processo eleitoral brasileiro. 243

Comentários sobre o pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito dos oito anos de seu Governo. 248

ROMEY TUMA

Congratulações ao Senador Lúdio Coelho pela manifestação de apoio ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. 62

TIÃO VIANA

Considerações sobre diversos momentos da vida do escritor Carlos Drummond de Andrade. 86

VALMIR AMARAL

Importância do Conselho Nacional do Esporte (CNE) para o desenvolvimento do esporte. 46

Requerimento nº 520, de 2002, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona. 65

Solicitação para inclusão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2001, de autoria de S. Exª, que visa à alteração da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. 74

Homenagem pelo transcurso do Dia do Médico, em 18 de outubro. 248